



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1980

Quarta-feira - 20 de Abril de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Guaramirim	298	Penha	510
Água Doce	4	Guarujá do Sul	300	Peritiba	534
Antônio Carlos	9	Herval d'Oeste	301	Petrolândia	535
Ascurra	11	Ibiam	304	Pinheiro Preto	539
Balneário Piçarras	12	Ilhota	307	Planalto Alegre	543
Balneário Rincão	13	Imarui	308	Pomerode	546
Barra Bonita	14	Imbituba	309	Ponte Serrada	547
Barra Velha	16	Indaial	312	Porto Belo	548
Benedito Novo	18	Ipumirim	334	Porto União	549
Biguaçu	19	Irineópolis	335	Pouso Redondo	557
Blumenau	22	Itá	338	Presidente Castello Branco	558
Bom Jesus do Oeste	30	Itaiópolis	339	Presidente Nereu	559
Bom Retiro	32	Itapiranga	340	Rio do Sul	576
Braço do Trombudo	34	Itapoá	341	Rio Fortuna	581
Brunópolis	134	Ituporanga	349	Romelândia	582
Brusque	135	Jacinto Machado	350	Salto Veloso	583
Caçador	158	Jaraguá do Sul	351	Santa Rosa do Sul	584
Camboriú	162	Joaçaba	373	Santa Terezinha do Progresso	585
Campo Alegre	163	José Boiteux	422	Santiago do Sul	586
Campos Novos	166	Lages	423	São Bento do Sul	591
Canelinha	168	Laguna	428	São Carlos	624
Canoinhas	169	Lajeado Grande	435	São Domingos	625
Capinzal	171	Leoberto Leal	436	São João do Oeste	627
Catanduvas	175	Lindóia do Sul	438	São Joaquim	628
Caxambu do Sul	176	Lontras	439	São José	631
Celso Ramos	178	Luzerna	440	São José do Cedro	634
Chapadão do Lageado	179	Macieira	441	São Lourenço do Oeste	638
Chapecó	180	Mafra	442	São Miguel do Oeste	649
Concórdia	184	Maracajá	443	São Pedro de Alcântara	650
Cordilheira Alta	186	Maravilha	444	Schroeder	651
Coronel Freitas	194	Massaranduba	445	Serra Alta	674
Coronel Martins	195	Meleiro	457	Sombrio	675
Corupá	198	Modelo	458	Timbé do Sul	676
Curitibanos	199	Mondaí	459	Timbó	677
Dionísio Cerqueira	200	Monte Carlo	460	Timbó Grande	683
Faxinal dos Guedes	264	Morro da Fumaça	461	Três Barras	684
Flor do Sertão	266	Navegantes	462	Trombudo Central	685
Forquilha	268	Nova Trento	467	Tunápolis	686
Fraiburgo	275	Novo Horizonte	479	União do Oeste	687
Garopaba	281	Ouro	480	Vidal Ramos	688
Garuva	286	Palhoça	481	Videira	689
Gaspar	287	Papanduva	485	Xanxerê	699
Governador Celso Ramos	290	Passo de Torres	487	Xavantina	700
Grão Pará	292	Passos Maia	489	Xaxim	701
Guaraciaba	297	Paulo Lopes	508		

Associações

AMURC	702	GRANFPOLIS	708
FECAM	707		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1980

Quarta-feira - 20 de Abril de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

CIGA	709
CIMVI.....	709
CIS/AMARP.....	711
CIS/AMMVI.....	713
CIS/AMOSC.....	714
CIS/AMUREL.....	714
CISAM.....	714
Consórcio - CVC.....	715

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL (NO 03/2016) FDS

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, comunica aos interessados do Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial (no 03/2016), do tipo Menor Preço por ITEM, que tornou público, com base na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, tendo por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE USO CONTROLADO E CONTINUO DE ACORDO COM CADASTRO REALIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, conforme anexos, que está sendo PRORROGADO o prazo de recebimento e abertura dos envelopes "proposta de preço" e "documentação", para o dia 03 de maio de 2016, para a entrega dos envelopes até às 08:45 horas, para o julgamento e início da disputa às 09:00 horas do mesmo dia.

Abdon Batista 19 de abril de 2016.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA

PREFEITO MUNICIPAL

Água Doce

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 006/2016

CONVÊNIO Nº 006/2016 DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
14/04/2016

Termo de convênio que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan nº 322, na cidade de Água Doce – SC, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal o senhor NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a Associação de Agricultores VALE DO ESTREITO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.404.468/0001-65, com sede na comunidade de Linha Paiol de Telhas, interior do Município de Água Doce – SC, neste ato devidamente representada por seu Presidente senhor VALDECIR ANTÔNIO DORÉ, inscrito no CPF nº 538.513.589-53, RG nº 1.703.233, que na melhor forma do direito e de acordo com a Lei Municipal nº 2.420 de 13 de abril de 2016 e pelas cláusulas abaixo celebram o presente convênio, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente convênio é dar suporte financeiro para que a Associação de Agricultores Vale do Estreito, possa continuar cumprindo com suas funções estatutárias, entre as quais a de atender a todos os seus associados com a prestação de serviços de máquinas agrícolas, manutenção e ou aquisição de novos equipamentos. O Município subvencionará financeiramente a referida Associação com recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O Município repassará para a Associação recursos financeiros na ordem de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), para cumprir o objeto do referido convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes com a execução do presente convênio, serão por conta da seguinte dotação orçamentária:
04 SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0007.2.017 PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR ASSISTIDO
3.3.50.00.00.0679/35 Transf. Instituições Privadas s/fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE DOS RECURSOS

Os recursos de trata a cláusula segunda, serão repassados em 2 (duas) parcelas de igual valor com vencimento da primeira em 20/04/2016 e a segunda em 20/05/2016.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

Do Município

- 01) – Repassar o recurso de que trata a cláusula primeira e segunda, na forma preconizada no presente convênio;
- 02) – Fiscalizar o fiel cumprimento do objeto estabelecido no presente convênio, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura.

Da Associação

- 01) – Prestar atendimento a todos os seus associados e cumprir com as funções estatutárias;
- 02) – Usar os recursos financeiros ora repassados nos objetivos e

no interesse comum da associação;

- 03) – Promover a prestação de contas dos valores repassados na forma da Lei 1.812/2009, sob pena de não mais serem beneficiados com subvenções sociais e repasses do Município até que se regularize a situação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O presente convênio tem sua vigência limitada entre 14/04/2016 a 30/06/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O Município e a Associação poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente convênio se ocorrer inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável e, por mútuo consenso das partes convenientes e ainda se ocorrer as hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente convênio com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certo e ajustados fazem o presente Convênio em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, abaixo arroladas.

Água Doce-SC, 14 de abril de 2016.

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

ASSOC. DE AGRIC. VALE DO ESTREITO
VALDECIR ANTÔNIO DORÉ
Presidente da Associação

Testemunhas:

1 - Marilucy Sare Kusmann
CPF - 023.802.499-70

2 – Gláucia Regina Varaschin
CPF - 006.597.239-21

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
Assessoria Jurídica
OAB 27419

CONVÊNIO Nº 007/2016

CONVÊNIO Nº 007/2016 DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
14/04/2016

Termo de convênio que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan nº 322, na cidade de Água Doce – SC, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal o senhor NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a Associação de Agricultores NOVA OLINDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.641.162/0001-60, com sede na comunidade de Linha Olinda, interior do Município de Água Doce – SC, neste ato devidamente representada por seu Presidente senhor RODOLFO WEINHEIMER, inscrito no CPF nº 059.970.879-48, RG nº 5.008.269, que na

melhor forma do direito e de acordo com a Lei Municipal nº 2.420 de 13 de abril de 2016 e pelas cláusulas abaixo celebram o presente convênio, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente convênio é dar suporte financeiro para que a Associação de Agricultores Nova Olinda, possa continuar cumprindo com suas funções estatutárias, entre as quais a de atender a todos os seus associados com a prestação de serviços de máquinas agrícolas, manutenção e ou aquisição de novos equipamentos. O Município subvencionará financeiramente a referida Associação com recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O Município repassará para a Associação recursos financeiros na ordem de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), para cumprir o objeto do referido convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes com a execução do presente convênio, serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.606.0007.2.017 PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR ASSISTIDO

3.3.50.00.00.0679/35 Transf. Instituições Privadas s/fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE DOS RECURSOS

Os recursos de trata a cláusula segunda, serão repassados em 2 (duas) parcelas de igual valor com vencimento da primeira em 20/04/2016 e a segunda em 20/05/2016.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

Do Município

01) – Repassar o recurso de que trata a cláusula primeira e segunda, na forma preconizada no presente convênio;

02) – Fiscalizar o fiel cumprimento do objeto estabelecido no presente convênio, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura.

Da Associação

01) – Prestar atendimento a todos os seus associados e cumprir com as funções estatutárias;

02) – Usar os recursos financeiros ora repassados nos objetivos e no interesse comum da associação;

03) – Promover a prestação de contas dos valores repassados na forma da Lei 1.812/2009, sob pena de não mais serem beneficiados com subvenções sociais e repasses do Município até que se regularize a situação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O presente convênio tem sua vigência limitada entre 14/04/2016 a 30/06/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O Município e a Associação poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente convênio se ocorrer inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável e, por mútuo consenso das partes convenientes e ainda se ocorrer as hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente convênio com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certo e ajustados fazem o presente Convênio em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, abaixo arroladas.

Água Doce-SC, 14 de abril de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

ASSOC. DE AGRIC. NOVA OLINDA

RODOLFO WEINHEIMER

Presidente da Associação

Testemunhas:

1 - Marilucy Sare Kusmann

CPF - 023.802.499-70

2 – Gláucia Regina Varaschin

CPF - 006.597.239-21

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

Assessoria Jurídica

OAB 27419

CONVÊNIO Nº 008/2016

CONVÊNIO Nº 008/2016 DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
14/04/2016

Termo de convênio que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan nº 322, na cidade de Água Doce – SC, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal o senhor NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a Associação de Agricultores DO VALE DO RIO ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.404.478/0001-09, com sede na comunidade de Linha Santa Catarina, interior do Município de Água Doce – SC, neste ato devidamente representada por seu Presidente senhor LEOCIR ANTONIO PONTEL, inscrito no CPF nº 691.188.509-44, RG nº 1.882.131, que na melhor forma do direito e de acordo com a Lei Municipal nº 2.420 de 13 de abril de 2016 e pelas cláusulas abaixo celebram o presente convênio, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente convênio é dar suporte financeiro para que a Associação de Agricultores do Vale do Rio Água Doce, possa continuar cumprindo com suas funções estatutárias, entre as quais a de atender a todos os seus associados com a prestação de serviços de máquinas agrícolas, manutenção e ou aquisição de novos equipamentos. O Município subvencionará financeiramente a referida Associação com recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O Município repassará para a Associação recursos financeiros na ordem de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), para cumprir o objeto do referido convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes com a execução do presente convênio, serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.606.0007.2.017 PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR ASSISTIDO

3.3.50.00.00.0679/35 Transf. Instituições Privadas s/fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE DOS RECURSOS

Os recursos de trata a cláusula segunda, serão repassados em 2 (duas) parcelas de igual valor com vencimento da primeira em 20/04/2016 e a segunda em 20/05/2016.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

Do Município

- 01) – Repassar o recurso de que trata a cláusula primeira e segunda, na forma preconizada no presente convênio;
- 02) – Fiscalizar o fiel cumprimento do objeto estabelecido no presente convênio, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura.

Da Associação

- 01) – Prestar atendimento a todos os seus associados e cumprir com as funções estatutárias;
- 02) – Usar os recursos financeiros ora repassados nos objetivos e no interesse comum da associação;
- 03) – Promover a prestação de contas dos valores repassados na forma da Lei 1.812/2009, sob pena de não mais serem beneficiados com subvenções sociais e repasses do Município até que se regularize a situação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O presente convênio tem sua vigência limitada entre 14/04/2016 a 30/06/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O Município e a Associação poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente convênio se ocorrer inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável e, por mútuo consenso das partes convenientes e ainda se ocorrer as hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente convênio com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certo e ajustados fazem o presente Convênio em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, abaixo arroladas.

Água Doce-SC, 14 de abril de 2016.

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

ASSOC. DE AGRIC. DO VALE DO RIO ÁGUA DOCE
LEOCIR ANTONIO PONTEL
Presidente da Associação

Testemunhas:

1 - Marilucy Sare Kusmann
CPF - 023.802.499-70

2 - Gláucia Regina Varaschin
CPF - 006.597.239-21

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
Assessoria Jurídica
OAB 27419

CONVÊNIO Nº 009/2016

CONVÊNIO Nº 009/2016 DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
14/04/2016

Termo de convênio que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan nº 322, na cidade de Água Doce – SC, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal o senhor NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a Associação de Assentados e Assentadas Conquista da Luta, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.631.629/0001-41, com sede no Assentamento Olaria/ Nove de Novembro/Oziel, interior do Município de Água Doce – SC, neste ato devidamente representada por seu Presidente senhor JUVINO JOSÉ CAMARGO, inscrito no CPF nº 526.567.569-87, RG nº 1.652.244, que na melhor forma do direito e de acordo com a Lei Municipal nº 2.420 de 13 de abril de 2016 e pelas cláusulas abaixo celebram o presente convênio, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente convênio é dar suporte financeiro para que a Associação de Assentados e Assentadas Conquista da Luta, possa continuar cumprindo com suas funções estatutárias, entre as quais a de atender a todos os seus associados com a prestação de serviços de máquinas agrícolas, manutenção e ou aquisição de novos equipamentos. O Município subvencionará financeiramente a referida Associação com recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O Município repassará para a Associação recursos financeiros na ordem de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), para cumprir o objeto do referido convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes com a execução do presente convênio, serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.606.0007.2.017 PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR ASSISTIDO

3.3.50.00.00.0679/35 Transf. Instituições Privadas s/fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE DOS RECURSOS

Os recursos de trata a cláusula segunda, serão repassados em 2 (duas) parcelas de igual valor com vencimento da primeira em 20/04/2016 e a segunda em 20/05/2016.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

Do Município

- 01) – Repassar o recurso de que trata a cláusula primeira e segunda, na forma preconizada no presente convênio;
- 02) – Fiscalizar o fiel cumprimento do objeto estabelecido no presente convênio, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura.

Da Associação

- 01) – Prestar atendimento a todos os seus associados e cumprir com as funções estatutárias;
- 02) – Usar os recursos financeiros ora repassados nos objetivos e no interesse comum da associação;
- 03) – Promover a prestação de contas dos valores repassados na forma da Lei 1.812/2009, sob pena de não mais serem beneficiados com subvenções sociais e repasses do Município até que se regularize a situação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O presente convênio tem sua vigência limitada entre 14/04/2016 a 30/06/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O Município e a Associação poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente convênio se ocorrer inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável e, por mútuo consenso das partes convenientes e ainda se ocorrer as hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente convênio com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certo e ajustados fazem o presente Convênio em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, abaixo arroladas.

Água Doce-SC, 14 de abril de 2016.

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

ASSOC. DE AGRIC. DE ASSENT. E ASSENT. CONQUISTA DA LUTA
JUVINO JOSÉ CAMARGO
Presidente da Associação

Testemunhas:

1 - Marilucy Sare Kusmann
CPF - 023.802.499-70

2 – Gláucia Regina Varaschin
CPF - 006.597.239-21

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
Assessoria Jurídica
OAB 27419

CONVÊNIO Nº 010/2016

CONVÊNIO Nº 010/2016 DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
14/04/2016

Termo de convênio que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Magagnan nº 322, na cidade de Água Doce – SC, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal o senhor NOVELLI SGANZERLA, e de outro lado a Associação de Agricultores VALE DO RETIRO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.404.469/0001-00, com sede na comunidade de Zona Nova, interior do Município de Água Doce – SC, neste ato devidamente representada por seu Presidente senhor IVO JOÃO VIERA, inscrito no CPF nº 469.834.909-59, RG nº 1.707.176, que na melhor forma do direito e de acordo com a Lei Municipal nº 2.420 de 13 de abril de 2016 e pelas cláusulas abaixo celebram o presente convênio, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente convênio é dar suporte financeiro para que a Associação de Agricultores Vale do Retiro, possa continuar cumprindo com suas funções estatutárias, entre as quais a de atender a todos os seus associados com a prestação de serviços de máquinas agrícolas, manutenção e ou aquisição de novos equipamentos.

O Município subvencionará financeiramente a referida Associação com recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O Município repassará para a Associação recursos financeiros na ordem de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), para cumprir o objeto do referido convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes com a execução do presente convênio, serão por conta da seguinte dotação orçamentária:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0007.2.017 PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR ASSISTIDO
3.3.50.00.00.0679/35 Transf. Instituições Privadas s/fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE DOS RECURSOS

Os recursos de trata a cláusula segunda, serão repassados em 2 (duas) parcelas de igual valor com vencimento da primeira em 20/04/2016 e a segunda em 20/05/2016.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

Do Município

01) – Repassar o recurso de que trata a cláusula primeira e segunda, na forma preconizada no presente convênio;
02) – Fiscalizar o fiel cumprimento do objeto estabelecido no presente convênio, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura.

Da Associação

01) – Prestar atendimento a todos os seus associados e cumprir com as funções estatutárias;
02) – Usar os recursos financeiros ora repassados nos objetivos e no interesse comum da associação;
03) – Promover a prestação de contas dos valores repassados na forma da Lei 1.812/2009, sob pena de não mais serem beneficiados com subvenções sociais e repasses do Município até que se regularize a situação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O presente convênio tem sua vigência limitada entre 14/04/2016 a 30/06/2016.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O Município e a Associação poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente convênio se ocorrer inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável e, por mútuo consenso das partes convenientes e ainda se ocorrer as hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente convênio com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certo e ajustados fazem o presente Convênio em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, abaixo arroladas.

Água Doce-SC, 14 de abril de 2016.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

ASSOC. DE AGRIC. VALE DO RETIRO
IVO JOÃO VIERA
Presidente da Associação

Testemunhas:

1 - Marilucy Sare Kusmann
CPF - 023.802.499-70

2 - Gláucia Regina Varaschin
CPF - 006.597.239-21

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
Assessoria Jurídica
OAB 27419

PORTARIA 113/2016

PORTARIA Nº 113/2016 de 18 de abril de 2016
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário ADEMIR HENRIQUE DOS SANTOS, inscrito sob CPF nº 056.145.049-82, funcionário efetivo no cargo de Fiscal de Tributos, a partir de 18/04/2016 a 17/05/2016, referente ao período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de abril de 2016
Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan
Prefeito Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 35/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 35/2016
PREGÃO PRESENCIAL 20/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 35/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 20/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", destinado a aquisição e implantação de placas de sinalização de trânsito, lombadas físicas e faixas elevadas, contratação de pintura mecanizada e outros, o qual será processado e julgado no dia 05 de maio de 2016 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 19 de abril de 2016
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 171/2016

PORTARIA Nº 171/2016
Exonera Pensionista do Tesouro.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a certidão de Óbito,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, CATARINA JUNKES SCHMITT, do cargo de PENSIONISTA, a partir de 05 de abril de 2016, pelo seu falecimento.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 19 de abril de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 20 de abril de 2016.

PORTARIA N 172/2016

PORTARIA Nº 172/2016
Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2016,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, LUIS ANTONIO DOMANSKI MARINHO, em caráter temporário, para o cargo de ZELADOR, a partir de 25 de abril de 2016 a 25 de fevereiro de 2017, em substituição ao titular ILTON NICOLAU PAULI, de Licença sem vencimento.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 19 de abril de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 20 de abril de 2016.

PORTARIA N 173/2016

PORTARIA Nº 173/2016
Concede Insalubridade a ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor LUIS ANTONIO DOMANSKI MARINHO, ocupante do cargo temporário de ZELADOR, a partir de 25 de abril de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 19 de abril de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 20 de abril de 2016.

PORTARIA N 174/2016

PORTARIA Nº 174/2016
Nomeia cargo comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1018/2005,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, NILTON HENRIQUE ROTHSTEIN, para o Cargo Comissionado de ASSESSOR DE GABINETE, a partir de 25 de abril de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 19 de abril de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 20 de abril de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 004/2016**

PORTARIA Nº 004/2015

Fixa ponto facultativo na Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC e dá outras providências.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT, Presidente da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1ª Fica estabelecido ponto facultativo no âmbito da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC, no dia 20 de abril de 2015, (segunda-feira), véspera do feriado nacional do Dia de Tiradentes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 16 de abril de 2015.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT

Presidente

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 75/2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 75/2016 ref. Pregão Presencial n. 33/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Samanta Farias da Silva

CNPJ n. 24.137.059/0001-94

Objeto: Prestação de serviços de dança de salão, de aerodance e de acroyoga, com o intuito de lecionar para o projeto despertar e para a oficina de artes no exercício de 2016.

Valor: O valor total do contrato é de R\$ 16.200,00, sendo R\$ 25,00 o valor da hora de todos os itens acima listados.

Vigência: até 31/12/2016

Ascurra, 20 de abril de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 41/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 41/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 3/5/2016 às 8h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO SEMI-NOVO, TIPO CAMIONETA, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: ANO E MODELO A PARTIR DE 2007, DE COR CLARA, SEM RESTRIÇÕES, COM MOTOR A DIESEL, POTENCIA MÍNIMA ENTRE 120 A 200CV, COM GARANTIAS PROTEGIDAS POR LEI, COM CAIXA DE CAMBIO NA GARANTIA, TRAÇÃO 4X4, SEIS MARCHAS A FRENTE E UMA RÉ, COM 5 PNEUS NOVOS RADIAIS R16 OU R17, BORRACHUDOS PARA CARGA, COM PINTURA EM ÓTIMO ESTADO E COM TODOS OS ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS POR LEI NA DATA DE FABRICAÇÃO, COM FORRAÇÃO E PAINEL EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM SISTEMA ELÉTRICO EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO, CABINE SIMPLES, COM FEIXE DE MOLAS REFORÇADO PARA CARROCERIA PESADA, SEM CAÇAMBA, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 1100KG, TAMANHO DA CARROCERIA A SER INSTALADA DE 2,70M DE COMPRIMENTO POR 1,93M DE LARGURA, COM DIREÇÃO ELÉTRICA, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, QUE SERÁ UTILIZADA PELO SETOR DE OBRAS NA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DESTE MUNICÍPIO, conforme informações no Edital.

Maiores informações poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e o edital poderá ser baixado pelo site www.ascurra.sc.gov.br.

Ascurra, 20 de abril de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 42/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 42/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 5/5/2016 às 8h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE UNIFORMES ESCOLARES CONTENDO OS SEGUINTE ITENS: UMA JAQUETA, UMA CALÇA, UMA CAMISETA E UMA BERMUDA – DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, CONFORME ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, e maiores informações no Edital.

Maiores informações poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e o edital poderá ser baixado pelo site www.ascurra.sc.gov.br.

Ascurra, 20 de abril de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PORTARIA 146/2016

PORTARIA N.º 146/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 099/2016 de 22 de fevereiro de 2016, a conseguinte EXONERAÇÃO do cargo de OUVIDOR, com as atribuições ao Gabinete do Prefeito, a Senhora ESTELA LÚCIO MASUCCI, brasileira, maior, casada, CPF nº 350.769.468-99, C.I nº 44.272.047-6 SSP/SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 15 de abril de 2016.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 147/2016

PORTARIA N.º 147/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de OUVIDOR, com as atribuições ao Gabinete do Prefeito, o Senhor JOSÉ AGLAILSON PEREIRA DE MELO JUNIOR, brasileira, maior, solteiro, CPF nº 046.764.419-59, C.I nº 5.184.611 SESPDC/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneárias Piçarras (SC), 18 de abril de 2016.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2016 - FME
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 – FME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 018/2016 -FME

Pregão Presencial nº 009/2016-FME - SRP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por global, para aquisição de camisetas, coletes e batas de limpeza para as auxiliares de serviços gerais das unidades de ensino da rede municipal. Recebimento dos Envelopes até: 12/05/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 12/05/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 19 de abril de 2016. Laureci Bernarde-te Schneider Pereira– Secretário de Educação.

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº. 382/2016

DECRETO Nº. 382/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Nº. 000247/15:

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão do Exercício de 2016 na importância de R\$ 1.873.231,78 (Hum Milhão Oitocentos e Setenta e Três Mil, Duzentos e Trinta e Um Reais e Setenta e Oito Centavos), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

04.02: DIRETORIA DE ENSINO BÁSICO

Modalidade de Aplicação: 04.02.12.361.0004.1.006-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.873.231,78

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Excesso de Arrecadação

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 11 de Março de 2016.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 11 de Março de 2016.

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL CREDENCIAMENTO Nº26/2016

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO PREÇO Nº 26/2016

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão para Registro de Preço, objetivando Prestação de serviço com fornecimento de peças para manutenção do Sistema de Abastecimento de Água no interior do município. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 29 de abril de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 13 de abril de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito

EDITAL PREGÃO Nº05/2016 FMAS

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº 005/2016

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a Contratação de serviços para palestras, capacitação de profissionais da Equipe do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 05 de maio de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 19 de abril de 2016.

AURÉLIA TEREZINHA BOFF DOS SANTOS
Gestora FMAS

EDITAL PREGÃO Nº06/206 FMAS

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº 006/2016

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a Contratação de Serviços para oficinas promovidas pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 04 de maio de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 19 de abril de 2016.

AURÉLIA TEREZINHA BOFF DOS SANTOS
Gestora FMAS

PORTARIA Nº 104, DE 18 DE ABRIL DE 2016. "CONCEDE DIÁRIA, ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 104, de 18 de abril de 2016.

"Concede diária, adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 1,5 (uma e meia) diárias ao servidor Volnei Demari, Matrícula nº 155201, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 181,50 (cento e oitenta e um reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Passo Fundo/RS, conforme Memorando Nº018/2016 e Roteiro de Viagem nº07/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Passo Fundo/RS, conforme Memorando nº017/2016, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 18 de abril de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº105, DE 18 DE ABRIL DE 2016. CONCEDE ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº105, de 18 de abril de 2016.

Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º-Conceder ADIANTAMENTO a Sra. Diana M.W. Caneppele ocupante do cargo de Secretaria Municipal matrícula nº 331805 do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, na importância de R\$ 100,00 (cem reais), conforme Memorando nº03/2016, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art.3º- A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 18 de abril de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei nº065/97.

Servidor responsável

PORTARIA Nº106, DE 20 DE ABRIL DE 2016. CONCEDE ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº106, de 20 de abril de 2016.
Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º-Conceder ADIANTAMENTO ao Sr. Dilson Jose Buratti ocupante do cargo de Diretor Geral de Departamento matrícula nº 10602 do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, na importância de

R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), conforme Memorando nº04/2016, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art.3º- A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 20 de abril de 2016.
Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor responsável

CAMARA DE VEREADORES DE BARRA BONITA

DECRETO 112/2016 APROVAÇÃO DAS CONTAS EXECUTIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 112/2016
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, RELATIVO AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

A Câmara de Vereadores de Barra Bonita/SC, faz saber a todos que foi aprovado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Município de Barra Bonita/SC, referente ao exercício financeiro de 2010, acompanhando o Parecer Prévio do TCE/SC, nº. 0191/2011.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, 20 de abril de 2016.
JOACIR RALDI
Presidente do Poder Legislativo Municipal

DECRETO 113/2016 APROVAÇÃO DAS CONTAS EXECUTIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 113/2016
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, RELATIVO AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.

A Câmara de Vereadores de Barra Bonita/SC, faz saber a todos que foi aprovado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Município de Barra Bonita/SC, referente ao exercício financeiro de 2011, acompanhando o Parecer Prévio do TCE/SC, nº. 0054/2012.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, 20 de abril de 2016.
JOACIR RALDI
Presidente do Poder Legislativo Municipal

DECRETO 114/2016 APROVAÇÃO DAS CONTAS EXECUTIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 114/2016
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, RELATIVO AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014.

A Câmara de Vereadores de Barra Bonita/SC, faz saber a todos que foi aprovado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Município de Barra Bonita/SC, referente ao exercício financeiro de 2014, acompanhando o Parecer Prévio do TCE/SC, nº. 0089/2015.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Bonita/SC, 20 de abril de 2016.
JOACIR RALDI
Presidente do Poder Legislativo Municipal

DECRETO 115/2016 PONTO FACULTATIVO

DECRETO Nº 115/2016
"DECRETA PONTO FACULTATIVO"

JOACIR RALDI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos incisos VI e XXXIX e XL do artigo 73 da Lei Orgânica Municipal de 11 de Dezembro de 1997, e inciso XXIII do artigo 24 do regimento interno Resolução nº005/2002.

DECRETA

Art.1º. Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO na repartição da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no dia 22 de ABRIL de dois mil dezesseis (22/04/2016), no horário das 07:45 as 11:45 e das 13: as 17:00 em virtude do feriado de Tiradentes.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita/SC, 19 de abril de 2016.
JOACIR RALDI
Presidente do Legislativo Barra Bonita

Registre-se e publique-se
O presente decreto

Rogério Tesser
Secretario Executivo

Barra Velha

PREFEITURA

ATA 001/2016 PP 006/2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

Contratada: MGP CONSTRUTORA EIRELI - ME

Objeto: Aquisição de paver, meio fio, guarda corpo e banco de concreto com instalação nas academias da melhor idade do município, conforme especificações detalhadas no Anexo I – Termo de Referência.

Valor do Contrato: R\$ 3.200,00

Data de Assinatura: 05/04/2016

Data de Vencimento: 05/04//2017

Barra Velha, 05 de abril de 2016.

PATRICIA BITTENCOURT

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANSCISCO

Prefeito

ATA 001/2016 PP 026/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

Contratada: E. L. WESTPHAL SINALIZAÇÕES VIARIAS - ME

Objeto: para aquisição de material de transito para sinalização viária do Município de Barra Velha.

Valor do Contrato: R\$ 44.825,00

Data de Assinatura: 18/04/2016

Data de Vencimento: 18/04//2017

Barra Velha, 18 de abril de 2016.

EDSON LUIZ WESTPHAL

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANSCISCO

Prefeito

ATA 002/2016 PP 006/2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016

Contratada: FRANCISCO PEDRINI EPP Objeto: Aquisição de paver, meio fio, guarda corpo e banco de concreto com instalação nas academias da melhor idade do município, conforme especificações detalhadas no Anexo I – Termo de Referência.

Valor do Contrato: R\$ 9.800,00

Data de Assinatura: 05/04/2016

Data de Vencimento: 05/04//2017

Barra Velha, 05 de abril de 2016.

FRANCISCO PEDRINI

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANSCISCO

Prefeito

ATA 003/2016 PP 006/2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

Contratada: CELSO FRANCISCO SCHIMITT ME

Objeto: Aquisição de paver, meio fio, guarda corpo e banco de concreto com instalação nas academias da melhor idade do município, conforme especificações detalhadas no Anexo I – Termo de Referência.

Valor do Contrato: R\$ 11.000,00

Data de Assinatura: 05/04/2016

Data de Vencimento: 05/04//2017

Barra Velha, 05 de abril de 2016.

CELSO FRANCISCO SCHIMITT

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANSCISCO

Prefeito

CONTRATO 003/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato nº 003/2016 FMS

Contratada: O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP

Licitação: Proc. Administrativo 004/2016 - Dispensa de Licitação 003/2016 - FMS

Objeto: Prestação de serviços para execução de exames com finalidades diagnósticas (laboratório clínico), exames bioquímicos, hematológicos e hemostasia, sorológicos e imunológicos, cronológicos, uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos e, outros líquidos biológicos e imuno hematológicos. De acordo com a relação da tabela SIGTAP, que corresponde a tabela que normatiza os valores e serve como diretriz para realização de exames a preço SUS

Valor do Contrato: R\$ 33.097,98 (trinta e três mil noventa e sete reais e noventa e oito centavos).

Data da assinatura: 20/04/2016

Data do vencimento: 31/12/2016

Barra Velha, 20 de abril de 2016

PAULO CESAR GIMENES HIDALGO –

Pela Empresa Contratada

Claudemir Matias Francisco -

Prefeito

DL 003/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO- FUNDO DE SAÚDE

Processo Administrativo nº 004/2016 - Dispensa de Licitação nº 003/2016

Contratada: O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP

Objeto: Prestação de serviços para execução de exames com finalidades diagnósticas (laboratório clínico), exames bioquímicos, hematológicos e hemostasia, sorológicos e imunológicos, cronológicos, uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos e, outros líquidos biológicos e imuno hematológicos. De acordo com a relação da tabela SIGTAP, que corresponde a tabela que normatiza os valores e serve como diretriz para realização de exames a preço SUS.

Valor do Contrato: R\$ R\$ 33.097,98 (trinta e três mil noventa e sete reais e noventa e oito centavos)

Vigência: 20/04/2016 a 31/12/2016

Fund. Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 20 de abril de 2016

O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP - Contratado

Claudemir Matias Francisco

Prefeito

PORTARIA Nº 737, 18 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 737, 18 DE ABRIL DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato GISELE GONÇALVES para o cargo efetivo de Motorista de Ônibus, Nível II - 1, do Anexo VI da Lei Complementar nº 125/2011, lotado com exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com a carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 18 de abril de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PP 027/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 036/2016 - Pregão Presencial nº 027/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para execução de monitoramento ambiental das obras de fixação da barra e desassoreamento do rio Itajuba. Conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 05/05/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 05/05/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 19 de abril de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito.

PP 030/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 040/2016 - Pregão Presencial nº 030/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por ITEM para aquisição de pneus para frota do município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 05/05/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 05/05/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 19 de abril de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito.

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 2/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FRALDAS DESCARTAVEIS GERIATRICAS E INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

EMPRESA FORNECEDORA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

VALOR REGISTRADO: R\$ 17.664,00 (dezesete mil e seiscentos e sessenta e quatro reais)

EMPRESA FORNECEDORA: GOLDENPLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP

VALOR REGISTRADO: R\$ 2.758,20 (dois mil e setecentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos)

EMPRESA FORNECEDORA: MEDI HOUSE IND E COM DE PROD CIRURG. E HOSPITALARES LTDA

VALOR REGISTRADO: R\$ 1.765,40 (um mil e setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 12/04/2016 a 12/04/2017

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 12/04/2016

Jean Michel Grundmann - Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

DESPACHO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 - FMS

DESPACHO

Pregão Presencial nº. 07/2016

Pregão Presencial nº. 07/2016

Objeto do Pregão: Aquisição de coffee break e demais gêneros alimentícios a serem utilizados nas campanhas de vacinação da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

A sessão de licitação do Pregão Presencial nº 07/2016 foi aberta para a data marcada no dia 19/04/2016 as 14h00min. Deste modo foi realizado o chamamento dos licitantes no saguão principal do centro executivo da Secretaria de Saúde, não haviam interessados presentes para participar do certame.

Desta forma, considerando que a mesma foi deserta, deixou-se de abrir a sessão de licitação prevista para data de hoje.

Diante do exposto, REVOGA-SE o processo nº 07/2016.

Biguaçu, 19 de abril de 2016.

Gabriel Arthur Loeff

Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

EXTRATO CONTRATO Nº 10.062/2016 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO – DL Nº 11/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.062/2016

Processo: DISPENSA DE LICITAÇÃO – DL Nº 11/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE CLAVICULÁRIO PARA USO DO SETOR DE TRANSPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: CJ COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME

Valor: R\$ 180,00 (cento e oitenta reais).

Vigência: 08/04/2016 a 08/07/2016.

GABRIEL ARTHUR LOEFF

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO Nº 10.063/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 15/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.063/2016

Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 15/2016 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPÇÃO E HIGIENIZAÇÃO PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.

Fornecedor: ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Valor: R\$ 308.200,00 (trezentos e oito mil e duzentos reais).

Vigência: 12/04/2016 a 12/04/2017.

GABRIEL ARTHUR LOEFF

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO CONTRATO Nº 10.064/2016 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 31/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.064/2016

Processo: DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 31/2016 – FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE REMANESCENTE DE MEDICAMENTO PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. CUMPRE SALIENTAR QUE ESTA AQUISIÇÃO SE DÁ EM RAZÃO DA RESCISÃO PARCIAL DO CONTRATO Nº 10.017/2016, DO PP Nº 08/2016, COM FULCRO NO ARTIGO 24, INCISO XI, DA LEI Nº 8.666/93.

Fornecedor: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

Valor: R\$ 26.730,00 (vinte e seis mil setecentos e trinta reais).

Vigência: 12/04/2016 a 31/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF

SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATO Nº 10.065/2016 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 20/2016 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.065/2016

Processo: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 20/2016 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA A DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: JACKSON DA SILVA STUDIO ME

Valor: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Vigência: 15/04/2016 a 30/12/2016

GABRIEL ARTHUR LOEFF
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1322/2016

PORTARIA nº 1322/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, FERNANDA OLIVEIRA DUARTE, ocupante do cargo de provimento temporário de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 25/04/2016 a 22/08/2016.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 23/08/2016 a 21/09/2016.

Biguaçu, 19 de abril de 2016.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1323/2016

PORTARIA nº 1323/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, CLAUDIA DA SILVA AGOSTINHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 13/04/2016 a 09/10/2016.

Biguaçu, 19 de abril de 2016.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1324/2016

PORTARIA nº 1324 de 19 de abril de 2016

Designar Servidor (a) para responder por Secretaria Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Silvio Severino, ocupante do cargo comissionado de Gerente do Núcleo de Transportes, detentor da matrícula 15099, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para responder pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, a contar de 19/04/2016, cumulativamente com as funções que já exerce.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/12/2015.

Biguaçu, 19 de abril de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1326/2016

PORTARIA nº 1326 de 19 de abril de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Luiz José Martins Junior, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Superintendente de Saúde, nível CC-1, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01/04/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2016.

Biguaçu, 19 de abril de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1327/2016

PORTARIA nº 1327/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu.

RESOLVE:

ART. 1º - Instituir a Comissão de Licitação que ficará encarregada do julgamento da Licitação do Leilão 2016.

ART. 2º - Designar a servidora NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS como presidente da Comissão de Leilão.

ART. 3º - Designar os servidores ALEXSANDRO OTÁVIO MARTINS, como Secretário e JORED REIS, como membro da comissão e como leiloeiro o Sr. EDUARDO ABREU ALVES BARBOSA.

ART. 4º - Fica instituída uma Gratificação mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), nos termos do artigo 120 caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo Único - Os servidores terão direito a Gratificação apenas no período em que estiver vigente a referida Comissão, no prazo máximo de 60 dias.

ART. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de abril de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO PP 60/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REPUBLICAÇÃO DO PP 60/2016 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 60/2016 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE 4 (QUATRO) VASILHAME DE CILINDRO DE GÁS, PARA O NOVO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU", fica republicada a referida para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 04 maio, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 04 maio, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 19 de abril de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2016-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2016-FMS

OBJETO: ASSINATURA DE JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. CUMPRE SALIENTAR QUE ESTA AQUISIÇÃO SE DÁ NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: JORNAL BIGUAÇU EM FOCO LTDA - ME

VALOR: R\$ 2.998,80 (dois mil novecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. É dispensável a licitação:

(...)II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade em adquirir o produto em apreço, para distribuição na Secretaria da Saúde, Policlínica Municipal, Vigilâncias em Saúde, Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24H), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e as Unidades Básicas de Saúde (UBS's) com intuito de informar a população quando estão na espera do atendimento, bem como é de interesse público que os agentes públicos tenham acesso à informação adequada ao desempenho de suas funções. Considerando que o valor total desta aquisição não ultrapassará o valor mencionado no inciso supracitado, opta-se pela dispensa de licitação como forma de aquisição de tal produto.

Biguaçu, 24 de Fevereiro de 2016.

Ângelo Ramos Vieira

Secretário de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO N. 17/2016 - DISPENSA N. 007/2016**

Extrato do Contrato n. 017/2016 – Dispensa de Licitação n. 007/2016

Objeto: Aquisição de flores para realização dos eventos promovidos pela Câmara Municipal de Biguaçu (referente aos itens desertos nos CV nº 02/2016 e CV nº 03/2016).

Contratante: Câmara Municipal de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: ADRIANA JULCINEIA GONÇALVES ME – Floricultura São Miguel - CNPJ n. 15868055/0002-76.

Valor contratado: R\$ 5.508,00 (cinco mil, quinhentos e oito reais)

Forma de Pagamento: o pagamento será realizado mensalmente em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal.

Data da Ratificação e Homologação: 28/03/2016.

Data da Assinatura do contrato: 28/03/2016.

Vigência do Contrato: Até 31 de dezembro de 2016, a contar da assinatura do contrato pelas partes.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00.0.

Fundamento Legal: Art. 24, V, da Lei Federal n. 8.666/93.

Biguaçu/SC, 19 de abril 2016.

Wilson Norberto Alves

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.935/2016

DECRETO Nº 10.935, DE 06 DE ABRIL DE 2016.

APROVA AS ALTERAÇÕES CONSTANTES DO ESTATUTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, "h", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o disposto na Lei nº 3.679, de 20 de dezembro de 1989 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as alterações promovidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Municipal de Desportos no Estatuto da Fundação, aprovadas conforme deliberação constante da Ata nº 01/2016, que com este baixa na íntegra.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.935/2016 - ANEXO

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art.1st - A Fundação Municipal de Desportos, supervisionada pelo Gabinete do Prefeito, é uma entidade dotada de personalidade jurídica de caráter beneficente, sem fins lucrativos, instituída pela Lei Municipal 3679 de 20/12/89, alterada pela Lei complementar nº 04 de 05/11/90, com prazo de duração indeterminado e com sede e foro no município de Blumenau, sita à Rua Alberto Stein, 544, e jurisdição em todo o seu território, reger-se-á pelas normas estabelecidas no presente Estatuto e na Legislação Municipal que a criou, com suas modificações posteriores.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art.2nd - É finalidade básica da Fundação, a implantação, a execução e avaliação da política do desporto em seu aspecto tríplice;

- a) O desporto educacional;
- b) O desporto comunitário;
- c) O desporto de alto rendimento no município, devendo para tanto:

I- Estudar, projetar e executar com recursos próprios ou transferidos, a construção, ampliação ou reformas de prédios e instalações destinadas ao desenvolvimento de atividades desportivas no município de Blumenau;

II- Estimular, organizar e desenvolver programas desportivos;

III- Explorar através de arrendamento, as instalações de sua propriedade, observada a sua finalidade;

IV- Explorar, diretamente ou através de arrendamento, as dependências dos bens de sua propriedade, destinados à prática do desporto, observada a legislação em vigor;

V- Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com o Desporto e a Educação Física, compatíveis com suas finalidades;

VI- Celebrar convênios, contratos, acordos de compromisso ou protocolar com pessoas físicas e entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras, para a consecução de seus objetivos, respeitada a legislação pertinente;

VII- Cooperar com órgãos e instituições públicas que atuem no setor, compatibilizando as ações dos agentes municipais, respeitada a competência respectiva.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art.3rd - São órgãos de Administração da Fundação Municipal de Desportos:

- a) Conselho Deliberativo;
- b) Conselho Curador;
- c) Diretoria Executiva.

SEÇÃO I – DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art.4th - O Conselho Deliberativo é o órgão supremo de função normativa da Fundação e será integrado pelos seguintes membros:

- a) Pelo Secretário de Turismo;
- b) Três representantes de clubes desportivos que participem de disputas oficiais em pelo menos três modalidades olímpicas ou disputadas nos Jogos Abertos de Santa Catarina;
- c) Um representante do Serviço Social da Indústria – SESI;
- d) Um representante do Serviço Social do Comércio – SESC;
- e) Um representante do Curso de Educação Física da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB;
- f) O Diretor Executivo da Fundação Municipal de Desportos;
- g) Um representante de Ligas e Associações Desportivas, não configuradas no item "b".

§1st- Os membros do Conselho Deliberativo serão nomeados pelo Prefeito Municipal, após receber as respectivas indicações.

§2nd- É prerrogativa do Conselho Deliberativo elaborar o seu próprio regimento.

§3rd- O Presidente do Conselho Deliberativo será indicado em lista tríplice, votada inter-pares, encaminhada ao Prefeito Municipal que o escolherá e nomeará.

§4th- Será de dois anos o mandato dos membros do Conselho Deliberativo e do seu Presidente, podendo os mesmos serem reconduzidos.

§5th- O Mandato dos membros do Conselho Deliberativo não será remunerado, porém seus serviços serão considerados relevantes.

Art.5th - Compete ao Conselho Deliberativo:

I- Examinar e aprovar o proposto pela Diretoria Executiva:

- a) O plano de trabalho relativo à política do desporto a ser praticado pela Fundação;
- b) O orçamento e o plano de aplicação de recursos;
- c) O plano de contas;
- d) O regimento interno da Fundação.

II- Examinar a composição do quadro de pessoal, proposta pela Diretoria que estará sujeito à legislação vigente, bem como suas

respectivas alterações, submetendo-se à aprovação do Conselho Curador.

III- Encaminhar ao Conselho Curador, o relatório anual de atividades, a prestação de contas e o balanço geral, elaborados pela Diretoria Executiva, acompanhados de Parecer.

IV- Propor reformas ao presente Estatuto, submetendo-as à apreciação do Conselho Curador e aprovação do Prefeito.

V- Deliberar sobre a guarda, a aplicação e a movimentação de bens e patrimônio da Fundação.

VI- Aprovar convênios, contratos ou acordos em nome da Fundação.

VII- Analisar e decidir sobre outras matérias de interesse da Entidade, que lhe forem submetidos à apreciação, por qualquer dos órgãos da Fundação.

Art.6th - O Conselho Deliberativo, para apreciar e deliberar sobre matéria de sua competência, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente.

§6th- As reuniões do Conselho Deliberativo, serão realizadas com a presença da maioria de seus membros, elaborando-se ata..

§7th- As decisões do Conselho Deliberativo serão formalizadas através de Resoluções, aprovadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o voto de qualidade.

§8th- Os diretores poderão participar das reuniões e debates, sem direito a voto.

SEÇÃO II – DO CONSELHO CURADOR

Art.7th - O Conselho Curador será constituído de:

- a) Um representante do Poder Executivo;
- b) Um representante da Associação Comercial e Industrial de Blumenau – ACIB;
- c) Um representante do Clube de Diretores Lojistas – CDL;

§1st- Os membros do Conselho Curador, após a respectiva indicação, serão nomeados pelo Prefeito Municipal para um mandato de dois (2) anos, permitida a recondução por um período, observado o disposto no §3º deste artigo.

§2nd- O Presidente do Conselho Curador será eleito em votação inter-pares.

§3rd- Os membros do Conselho Curador não serão remunerados.

§4th- O mandato de representante do Poder Legislativo extinguir-se-á com o término de seu mandato legislativo e a designação de novo representante será para cumprimento do mandato do substituído.

Art.8th - Compete ao Conselho Curador:

- a) Examinar os livros contábeis e papéis de escrituração da Fundação, o estado do caixa e os valores em depósito, devendo os demais órgãos fornecer as informações que solicitar;
- b) Lavar nos livros de atas das suas reuniões, o resultado dos exames a que proceder;
- c) Apresentar ao Conselho Deliberativo, no máximo até 30 (trinta) dias após o recebimento, parecer sobre o relatório das atividades, a prestação de contas e o balanço geral da Fundação, no exercício anterior;
- d) Manifestar-se sobre a alienação de imóveis e aceitação de doações com encargos;
- e) Denunciar ao Ministério Público os erros, fraudes ou crimes que por ventura constatar;
- f) Apreciar reforma e alterações do Estatuto;
- g) Aprovar a composição do quadro de pessoal examinado pelo Conselho Deliberativo.

Parágrafo Único: O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente

em cada semestre e extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por maioria dos seus membros.

SEÇÃO III – DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art.9th - A Diretoria Executiva da Fundação Subordinada diretamente ao Conselho Deliberativo, será composta por:

- a) Um Diretor Executivo;
- b) Um Diretor de Esporte de Alto Rendimento;
- c) Um Diretor Administrativo Financeiro;
- d) Um Diretor de Esporte e Lazer;
- e) Um Gerente de Suprimentos e do Ginásio de Esportes Sebastião Cruz;
- f) Um Gerente de Esporte de Alto Rendimento;
- g) Um Gerente de Programas Especiais e Paratletas;
- h) Um Gerente de Iniciação Esportiva;
- i) Um Gerente de Esporte e Lazer;
- j) Um Gerente de Eventos;
- k) Um Assessor de Esporte de Base de Alto Rendimento;

Art.10th - Compete à Diretoria Executiva:

- a) O plano de trabalho referente à política do desporto e do lazer a ser praticado pela Fundação;
- b) O orçamento e o plano de aplicação de recursos;
- c) O plano de contas;
- d) O relatório anual circunstanciado, incluindo o quadro de pessoal, de atividades administrativas, a prestação de contas e o balanço geral.

I- Propor a composição do quadro de pessoal e suas alterações posteriores, submetendo-o à apreciação do Conselho Deliberativo;

II- Autorizar a transferência de verbas ou dotações e a abertura de créditos adicionais;

III- Apreciar as operações de crédito a serem realizadas;

IV- Sugerir e apresentar ao Conselho Deliberativo, as alterações estatutárias e do regimento interno que se fizerem necessárias;

V- Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto e no Regimento Interno e as decisões do Conselho Deliberativo.

Art.11th - São atribuições do Diretor Executivo:

- I- Representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- II- Participar das reuniões do Conselho Deliberativo, na qualidade de membro nato;
- III- Dirigir as atividades dos órgãos técnicos e administrativos da Fundação;
- IV- Prever e prover os recursos necessários para execução dos serviços;
- V- Ordenar as despesas;
- VI- Movimentar as contas bancárias da Fundação em conjunto com o Diretor Administrativo Financeiro;
- VII- Manter contatos, firmar acordos, contratos e convênios ou termos de compromissos com entidades públicas ou privadas;
- VIII- Administrar o patrimônio da Fundação;
- IX- Distribuir os servidores da Fundação, bem como praticar os demais atos administrativos a eles relativos em conjunto com o Diretor Administrativo Financeiro;
- X- Delegar atribuições, especificando a autoridade delegada e os limites da delegação;
- XI- Exercer outras atribuições definidas em lei ou no Regimento Interno.

Art.12th - São atribuições do Diretor Administrativo Financeiro:

I- Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e o Regimento Interno da Fundação, bem como as decisões do Conselho Deliberativo

e da Diretoria Executiva;

II- Organizar, coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades da Fundação relacionadas com:

- a) Administração de pessoal;
- b) Administração financeira e patrimonial;
- c) Administração dos serviços de engenharia;
- d) Administração de material;
- e) Administração dos serviços gerais;
- f) Administração dos serviços sociais e saúde do atleta.

III- Manter contato com órgãos federais, estaduais e municipais e demais entidades públicas ou privadas, visando à tramitação de atos e documentos relativos à sua área;

IV- Movimentar contas bancárias em conjunto com o Diretor Executivo;

V- Exercer outras atribuições relacionadas com as atividades administrativas ou financeiras determinadas pelo Diretor Executivo ou definidas no Regimento Interno da Fundação;

VI- Substituir o Diretor Executivo nos seus impedimentos, faltas ou ausências.

Art.13th - São atribuições do Diretor de Esporte de Alto Rendimento:

I- Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, o Regimento Interno, as decisões do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva;

II- Organizar, coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades técnicas necessárias à consecução dos objetivos da Fundação;

III- Elaborar programas e projetos, bem como relatórios das atividades da área sob sua responsabilidade, submetendo-os à consideração do Diretor Executivo;

IV- Supervisionar e coordenar a execução dos programas e projetos;

V- Manter contatos com órgãos federais, estaduais e municipais e da área privada, visando à integração de programas e projetos, quando delegado pelo Diretor Executivo;

VI- Coordenar a realização das promoções da Fundação;

VII- Exercer outras atribuições de natureza técnica determinadas pelo Diretor Executivo ou que estiverem definidas no Regimento Interno da Fundação;

VIII- Substituir o Diretor Executivo no caso de ausência do Titular e do respectivo substituto;

IX- Movimentar contas bancárias em conjunto, no caso de ausência do Diretor Executivo ou Diretor Administrativo Financeiro.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES COMUNS À ADMINISTRAÇÃO

Art.14th - A duração do mandato dos membros do Conselho Curador e Conselho Deliberativo será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art.15th - As reformas estatutárias que se fizerem necessárias, depois de aprovadas pelo Conselho Deliberativo, serão encaminhadas ao Conselho Curador para apreciação e aprovação definitiva do Prefeito Municipal.

Art.16th - Anualmente, o Diretor Executivo da Fundação enviará a prestação de contas, com parecer do Conselho Curador, ao gabinete do Prefeito, a quem compete transmitir ao Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo da fiscalização deste, informes relativos à sua administração financeira e patrimonial.

CAPÍTULO V – DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art.17th - O patrimônio da Fundação é constituído:

I- Pelos bens imóveis e móveis, direitos, livres de ônus, que lhe forem transferidos em caráter definitivo, por pessoas naturais ou

jurídicas, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras;

II- Pelos bens móveis e imóveis que forem sendo adquiridos;

III- Pelas doações, heranças ou legados de pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras.

Art.18th - Constituem recursos financeiros da Fundação:

I- As dotações consignadas no orçamento anual do Município de Blumenau no valor de, no mínimo, 2% (dois por cento) da receita tributária arrecadada, sendo a primeira a partir do mês subsequente à implantação;

II- As subvenções, auxílio ou quaisquer contribuições realizadas por qualquer órgão público ou por entidade privada;

III- As arrecadações de fundos especiais que proporcionarem recursos financeiros;

IV- As rendas decorrentes da exploração de seus bens ou prestações de serviço;

V- As contribuições oriundas de convênios, acordos e contratos;

VI- Os produtos de operação de crédito;

VII- As ajudas financeiras de qualquer natureza;

VIII- O produto da venda do patrocínio de qualquer atividade da Fundação;

IX- Depósitos para cauções ou garantias de execução contratual de qualquer natureza que reverterem aos seus cofres, em razão de inadimplemento contratual;

X- As doações, heranças ou legados de pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras, bem como multas, indenizações, restituições;

XI- Quaisquer outros recursos que lhe forem destinados;

XII- O saldo de exercícios financeiros encerrados;

XIII- O produto da venda de cadeiras cativas, placas nos estádios de sua propriedade e o produto da renda das competições e certames que promover;

XIV- Quaisquer outros recursos que lhe forem destinados.

Art.19th - Os bens, direitos e recursos da Fundação serão aplicados, exclusivamente, nas operações e na execução de programas compatíveis com os objetivos da entidade.

Parágrafo Único: Os bens imóveis da Fundação só poderão ser alienados com prévia autorização legislativa e depois de cumpridas as demais exigências legais.

Art.20th - Em caso de dissolução ou extinção da Fundação, seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio do Município de Blumenau.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.21st - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art.22nd - O quadro de pessoal e suas alterações posteriores, será proposto pelo Diretor Executivo, e seus servidores serão regidos pela legislação vigente.

Parágrafo Único: Além do pessoal referido neste artigo, a Fundação poderá receber servidores que lhe forem colocados à disposição, segundo o regime jurídico a que estiverem sujeitos no órgão a que pertencerem, para o exercício das funções compatíveis com suas qualificações pessoais, independentemente de correlação com o cargo no órgão de origem.

Art.23rd - O Regimento Interno da Fundação disporá sobre as atividades e atribuições dos órgãos da Fundação, respeitados os princípios estabelecidos neste Estatuto e na Lei Municipal de sua criação.

Art.24th - O presente Estatuto, depois de aprovado pelo Prefeito Municipal, será inscrito no Registro de Títulos e Documentos, em conformidade com a Lei Civil.

Projeto de Estatuto elaborado pelo conselho deliberativo, assim constituído:

Moira Yaskara Maders
Representante do SESI

Sergio Vieira Galdino
Representante da FMD

Ruy Fernando Marques Dornelles
Representante da FURB

Josué Rubens Kleinhempel
Representante do SESC

Carlos Roberto de Oliveira Nunes
Representante da ABLUHAND

Luis Fernando Pamplona Novaes
Representante da Pró-Vôlei

Sérgio Luiz Correa Carneiro
Representante da APAB

Alan Junior Melo
Representante da AABLU

PORTARIA Nº 19.605/2016

PORTARIA Nº 19.605, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA CARLOS AUGUSTO SCHLEMPER DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE PROGRAMAS ESPECIAIS E PARATLETAS, NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS – FMD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o parágrafo único do art. 7º, da Lei nº 3.679, de 20/12/1989, e o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, atendendo ao Memorando Chefia do Gabinete do Prefeito – GAPREF n.0066/2016, de 13/03/2016, Resolve: EXONERAR, a contar de 18 de abril de 2016, CARLOS AUGUSTO SCHLEMPER, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Programas Especiais e Paratletas, símbolo CC-3, na Fundação Municipal de Desportos – FMD, nomeado pela Portaria nº 16.646, de 05 de fevereiro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.606/2016

PORTARIA Nº 19.606, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA CARLOS AUGUSTO SCHLEMPER PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO- FINANCEIRO, NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS - FMD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 3.679, de 20/12/1989, e alterações posteriores, de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e atendendo ao pedido contido no Memorando Chefia do Gabinete do Prefeito n. 0066/2015, de 13/03/2016, Resolve:

NOMEAR

CARLOS AUGUSTO SCHLEMPER, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo CC-2, na Fundação Municipal de Desportos - FMD, a contar de 19 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.611/2016

PORTARIA N. 19.611, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A.C.S.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e 209 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, de acordo com o art. 9º, da Lei n. 7.564, de 09/09/2010, e conforme solicitação efetuada pela Secretária Municipal de Educação, através do Memorando n.126/2016 – Gabinete SEMED, de 30/03/2016, Resolve: DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar, a ser conduzido pela Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias nºs 15.145, 31/10/2011, 15.579, de 02/04/2012 e 18.830, de 08/06/2015, para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal A.C.S., matrícula nº 71016-8, contratada por prazo determinado nos termos da Lei Municipal n.º 7.564/10, para a função de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, junto ao CEI Ingo Wolfgang Hering, de acordo com o que consta do Memorando nº 126/2016, – Gabinete SEMED, de 30/03/2016, subscrito pela Secretária Municipal de Educação, com documentos acostados, por infringir, em tese, os artigos 176, III; 177; II, XIII, XXII da Lei Complementar n.º 660/07, bem como incurso no artigo 11 e inciso I da Lei Federal n.º 8.429/92.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.612/2016

PORTARIA N. 19.612, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL G.S.P.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e art. 209, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, e conforme solicitação efetuada pela Secretária Municipal de Educação, através do Memorando n.147/2016 – Gabinete SEMED, de 06/04/2016, Resolve:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar a ser conduzido pela Segunda Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias n. 13.865, de 08/06/2010 e n. 15.326, de 18/01/2012 e n. 16.748, de 06/03/2013, para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal G.S.P., matrícula nº 201758, ocupante do cargo de provimento efetivo

de Cozinha, lotada na Secretaria Municipal de Educação, junto à EBM Professor Oscar Unbehaun, de acordo com o que consta do Memorando nº 147/2016, – Gabinete SEMED, de 06/04/2016, subscrito pela Secretária Municipal de Educação, com documentos acostados, por infringir, em tese, os artigos 176, III; 177; II, XIII, XXII da Lei Complementar n.º 660/07, bem como incurso no artigo 11 e inciso I da Lei Federal n.º 8.429/92.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.613/2016

PORTARIA Nº 19.613, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA SILVIOIRÃ DOS SANTOS DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO- FINANCEIRO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, atendendo ao Memorando Chefia do Gabinete do Prefeito n. 00068/2016, de 14/03/2016, Resolve:

EXONERAR, a contar de 14 de abril de 2016, SILVIOIRÃ DOS SANTOS, do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, nomeado pela Portaria nº 19.390, de 04 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.614/2016

PORTARIA Nº 19.614, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA SILVIOIRÃ DOS SANTOS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, atendendo ao Memorando Chefia do Gabinete do Prefeito nº 0068/2016, de 14/03/2016, Resolve:
NOMEAR

SILVIOIRÃ DOS SANTOS, para o exercício do cargo em comissão de Diretor Geral, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 15 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.615/2016

PORTARIA Nº 19.615, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA SANDRA MARIA FRANCISCA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE AUDITORIAS, NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, atendendo ao Memorando Chefia do Gabinete do Prefeito n. 00067/2016, de 13/03/2016, Resolve:

EXONERAR, a contar de 14 de abril de 2016, SANDRA MARIA FRANCISCA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Auditorias, símbolo CC-3, no Gabinete do Prefeito - GAPREF, nomeada pela Portaria nº 19.434, de 24 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.616/2016

PORTARIA Nº 19.616, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA SANDRA MARIA FRANCISCA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, atendendo ao Memorando Chefia do Gabinete do Prefeito nº 0067/2016, de 14/03/2016, Resolve:
NOMEAR

SANDRA MARIA FRANCISCA, para o exercício do cargo em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 15 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.625/2016

PORTARIA Nº 19.625, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA ANDRESSA SANTIAGO GONÇALVES DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 4º da Lei Complementar nº 701, de 29 de janeiro de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 871, de 1º de janeiro de 2013, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, Resolve:
EXONERAR

ANDRESSA SANTIAGO GONÇALVES, do cargo em comissão de Gerente Administrativo, símbolo CC-3, na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, nomeada pela Portaria nº 18.768, de 18 de maio de 2015, no dia 17 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.226/2016

PORTARIA Nº 19.626, DE 14 DE ABRIL DE 2016.
NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO, NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 701, de 29/01/2009, alterada pela Lei Complementar nº 871, de 01/01/2013, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, Resolve:
NOMEAR

ANDRESSA SANTIAGO GONÇALVES, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Contencioso Judicial, símbolo CC-2, na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, a contar de 18 de abril de 2016;

ROMUALDO PAULO MARCHINHACKI, para o exercício do cargo em comissão de Gerente Administrativo, símbolo CC-3, na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, a contar de 18 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO UNIJUI-2016

EXTRATO – CONVÊNIO

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - UNIJUI

OBJETO: Cooperação técnica mútua com o objetivo de estabelecer condições de realização do estágio curricular obrigatório dos cursos disponibilizados pela FIDENE/UNIJUI com base na Lei Federal nº 11.788, de 25/09/2008, que regulamenta o estágio obrigatório dos alunos do ensino superior.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

PRAZO: De 22 de abril de 2016 até 21 de abril de 2017.

DATA: 19 de abril de 2016.

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-034/15

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-034-15 - Contratação de empresa para prestação de serviços de reforma de calçamento e implantação/reforma de meio fio, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 12 meses - SESUR.

Contratada: POLARIS SERVIÇOS E CONTRUÇÕES LTDA EPP.

CNPJ: 12.547.887/0001-11.

LOTE 01 - Valor total de R\$ 1.725.948,00 (um milhão setecentos e vinte e cinco mil novecentos e quarenta e oito reais);

LOTE 02 - Valor total de R\$ 1.268.592,00 (um milhão duzentos e sessenta e oito mil quinhentos e noventa e dois reais).

EXTRATO Nº 099/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 099/2016

Dispensa de Licitação nº. 055/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de substrato para produção de mudas no âmbito do Projeto "Restaurar" da Universidade. Contratada: Bentec Comércio de Sementes LTDA. – EPP. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do substrato, desde que este esteja em perfeitas condições de uso, seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Mensal/Programa de Trabalho/Elementos de Despesa: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)/01.30.12.364.0076.2030) Projetos Especiais/3.3.90.30.00.

Blumenau, 19 de abril de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

PORTARIA Nº 332/2016 - FUNDAÇÃO CULTURAL

PORTARIA Nº. 332/2016

Concede exoneração a Jorge Haroldo Gumz, do cargo em comissão de Gerente de Promoção e Eventos, Símbolo, CC-3.

RODRIGO ROGERIO RAMOS, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704, de 29 de janeiro de 2009, acrescido pela LC nº. 710, de 06 de abril de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, Resolve:
CONCEDER EXONERAÇÃO

A JORGE HAROLDO GUMZ, do cargo em comissão de Gerente de Promoção e Eventos, Símbolo CC-3, lotado no Departamento de Cultura, nomeado pela Portaria nº 271/2014, de 01 de julho de 2014, a partir do dia 15 de abril de 2016

Blumenau, 18 de abril de 2016

RODRIGO ROGERIO RAMOS

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**MD 2475**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.475

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 1º de abril de 2016, a servidora pública Ana Débora Gomes, do cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Célio Dias – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2476

RESOLUÇÃO MD Nº 2476

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 1º de abril de 2016, o servidor público Ailton de Souza, do cargo de Coordenador de Ouvidoria, de provimento em comissão, lotado na Diretoria Geral – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 1º DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2477

RESOLUÇÃO MD Nº 2.477

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E NOMEIA MOACIR ANTONIO DE OLIVEIRA E DEYVERSON FABRÍCIO PATERNO EM CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 5 de abril de 2016, o servidor público Deyverson Fabrício Paterno, do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador José de Souza, do Quadro de Servidores da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É nomeado, em 6 de abril de 2016, Moacir Antonio de Oliveira, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador José de Souza, do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 3º É nomeado, em 6 de abril de 2016, Deyverson Fabrício Paterno, no cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Célio Dias – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 4º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 5 DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2478

RESOLUÇÃO MD Nº 2478

AUTORIZA A CESSÃO DE SERVIDORAS PÚBLICAS OCUPANTES DE CARGOS EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL AO PODER EXECUTIVO PARA ATENDER COMPROMISSO COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a cessão das servidoras públicas Adriana Cíntia Fereira, Carmem Bilk e Cleonice Soares da Silva, ocupantes de cargos de provimento efetivo da Câmara Municipal ao Poder Executivo, com ônus financeiro para o Poder Legislativo, com o objetivo de atender compromisso firmado pela Prefeitura Municipal

e pela Câmara Municipal com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, de disponibilizar servidores públicos para contribuir com a emissão de Carteiras de Trabalho no município de Blumenau, conforme Ofício GAPREF nº 140/2016 que é parte integrante desta Resolução.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 6 DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 15-16 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARGO DE CONTROLADOR INTERNO NO PLANO DE CARREIRA, CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, CRIA VANTAGEM ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 15/2016

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARGO DE CONTROLADOR INTERNO NO PLANO DE CARREIRA, CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL, CRIA A VANTAGEM ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HARI SCHMIDT, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste- SC, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, promulgo a seguinte Lei Complementar do Legislativo Municipal.

Art. 1º. Fica criado, no quadro de pessoal da Câmara de Vereadores de Bom Jesus do Oeste – SC o cargo de Controlador Interno que passa a fazer parte da Estrutura de Cargos Permanentes com vinculação ao que determina a Lei Complementar do Legislativo Nº 001/2013, a Lei do Legislativo Nº 007/2014.

Art. 2º. Os anexos I e II estabelece o CARGO/FUNÇÃO, o número de vagas, a Lotação e o Vencimento do Controlador Interno, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 3º. O Regime Jurídico dos Servidores regidos por esta Lei Complementar é o “Estatutário”, e, o Regime Previdenciário é do “Regime Geral de Previdência Social”.

Art. 4º. Fica autorizada a Presidência do Legislativo Municipal, a proceder à contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, quanto a cargo ora instituído através desta Lei, pelo prazo de até 01 (um) ano, no tempo em que se proceda, por compulsório, ao concurso público para o preenchimento definitivo da vaga instituída com o advento desta lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentária em vigor, suplementadas se necessário.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando condicionada sua validade a publicação no DOM – SC nos termos do paragrafo único do artigo 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18/09/2013.

SALA DAS SESSÕES, em 19 de abril de 2016.

Hari Schmidt

Janiara Keller Ceccon

Presidente da Câmara

1º Secretária da Mesa Diretora

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS PERMANENTES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

GRUPO	CÓD	CARGO	Nº DE CARGOS	VECTO EM R\$
2 – TÉCNICO CIENTÍFICO – NÍVEL SUPERIOR (TEC)				
	21.03	Controlador Interno	01	R\$ 1.145,04

ANEXO III

ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

2.0 - DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS DO GRUPO II - TÉCNICO CIENTÍFICO (TEC)

CARGO: Controlador Interno
CÓDIGO: 21.02
GRUPO PROFISSIONAL: Técnico Científico – TEC

ATRIBUIÇÕES: Desempenhar todas as funções e atribuições definidas no Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste – SC instituídas pela Lei do Legislativo nº 07/14 de 03 de Junho de 2014. Tais como:

I - proceder a avaliação da eficiência, eficácia e economicidade do Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo Municipal;

II - promover auditorias internas periódicas levantando os desvios, falhas e irregularidades e recomendando as medidas corretivas aplicáveis;

III - revisar e orientar a adequação da estrutura organo-administrativa do Poder Legislativo com vistas à racionalização do trabalho, objetivando o aumento da produtividade e a redução de custos operacionais;

IV – supervisionar as medidas adotadas pelo Legislativo Local para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite caso necessário, nos termos dos arts. 22 e 23 da LC 101/2000.

V – realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de despesas em restos a pagar;

VI – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Poder Legislativo Municipal.

VII - examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

VIII - avaliar em que medida existe na Câmara Municipal um ambiente de controle em que os servidores estejam motivados para o cumprimento das normas ao invés de desprezá-las.

IX – identificar a autoridade responsável quando constatadas ilegalidades ou irregularidades na Administração do Legislativo local.

CONDIÇÕES DE TRABALHO: sujeito a plantões e ao uso de uniforme e equipamentos de proteção individual fornecidos pela Câmara Municipal.

REGIME DE TRABALHO: Estatutário

CARGA HORÁRIA: 15 horas semanais

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Habilitação curso superior de Direito ou Ciências Contábeis.

PORTARIA Nº 071/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 071/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Municipais conforme relação:

Nome	Período Concessão	Matrícula	Dias Férias
Lanoir Luiz Schmitt	18/04/16 a 02/05/16	58-2	15
Janiara Keller Ceccon	25/04/16 a 04/05/16	482-0	10

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de Abril de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

407.04.16 - P. PROCESSO ADMINISTRATIVO ARNILI PORTARIA N.º 407/16 de 18.04.16

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º – Determinar, com fulcro no art. 140 da Lei Complementar nº 01/03, de 02 de dezembro de 2003, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de Arnili Janete Bruggemann Hemkemaier – Professora 20 horas, matrícula nº 36366-7, posto que, nos termos do Relatório de Sindicância nº 03/2015, pelo que consta dos autos, ficou demonstrado que houve agressões aos alunos por parte da professora e que a mesma não cumpre com o plano de estudo estabelecido pela Secretaria de Educação de Bom Retiro, conforme dispõe artigo 117, da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Constituir Comissão Especial do processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores: Iris Kapitula Bosquetti, Assessora de Assuntos Sociais, matrícula nº 10571-6, Joelma Menegaz, Professora, matrícula nº 646-7 e Angelita Aparecida de Souza Vieira, Pedagoga, matrícula nº 383-2.

Art. 3º - A Presidência da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar ficará a cargo do servidora: Angelita Aparecida de Souza Vieira, Pedagoga, matrícula nº 383-2.

Art. 4º - O prazo regular da instrução será de 90 (noventa) dias, admitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório, sob motivação, para garantir o esclarecimento dos fatos e o exercício pleno da defesa.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de abril de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

408.04.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELI T. P. HEMCKMAIER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 408/16 de 19.04.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 19 de abril com término no dia 03 de maio de 2016, a funcionária Eli Terezinha Perroni Hemkmaier, ocupante

do cargo de Servente – Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de abril de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

409.04.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA N. B. SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 409/16 de 19.04.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 14 de abril de 2016, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de abril de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

410.04.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANA C. B. GORGES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 410/16 de 19.04.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde

no dia 13 de abril de 2016, a funcionária Ana Carina Broering Gorges, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de abril de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

411.04.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PEDRO P. BORBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 411/16 de 19.04.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 10 (dez) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 15 de abril com término no dia 24 de abril de 2016, ao funcionário Pedro Pessoa Borba, Ocupante do cargo de Operador de Máquina Rodoviária - Padrão I – Nível 5, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de abril de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 035/2016

DECRETO Nº 035/2016

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO E MEIO AMBIENTE

Romildo Teske, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei 0727/2012, de 16.10.12, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a Comissão do Conselho Municipal do Turismo e Meio Ambiente nomeado pelo Decreto nº 051/2015 ficando assim constituído:

I – por representantes de cada um dos órgãos setoriais indicados a seguir:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer;

Titular: Soni Truppel

Suplente: Gilson Junior da Silva

Art. 2º Os demais membros permanecem inalterados.

Art. 3º Fica revogado o decreto nº 051/2015 de 24 de abril de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 18 de abril de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

DECRETO 036/2016

DECRETO Nº 036/2016

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Romildo Teske, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei 0727/2012, de 16.10.12, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a Comissão do Conselho Municipal de Assistência Social nomeado pelo Decreto nº 128/2014 ficando assim constituído:

§1º - Os representantes de Entidades Governamentais:

IV - Representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer

Titular: Soni Truppel

Suplente: Gilson Junior da Silva

Art. 2º Os demais membros permanecem inalterados.

Art. 3º Fica revogado o decreto nº 016/2016 de 29 de fevereiro de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 19 de abril de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

DECRETO 037/2016

DECRETO Nº 037/2016

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA

Romildo Teske, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Municipal nº 0818/2014, de 04.12.14, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Comissão do Conselho Municipal da Pessoa Idosa nomeada pelo Decreto nº 020/2015 de 10 de fevereiro de 2015, ficando assim constituído:

I – por representantes de cada um dos órgãos setoriais indicados a seguir:

a) Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer;

Titular: Ingrid Lina Boelling Voigt

Suplente: Luciana Meurer

b) Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Titular: Tania Regina Bolling

Suplente: Priscila Gonçalves Dos Santos Coelho

Art. 2º Os demais membros permanecem inalterados.

Art. 3º Fica revogado o decreto nº 020/2015 de 10 de fevereiro de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 19 de abril de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

DECRETO 038/2016

DECRETO Nº 038/2016

Altera Membro da Comissão do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Romildo Teske, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, amparado na Lei Municipal nº 0543/2007 de 21.03.2007, 0606/2009 de 19.11.2009, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado membro da comissão do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de acordo com a Lei Municipal nº 0543/2007 de 21.03.2007 e 0606/2009 de 19.11.2009, ficando assim constituído:

I – 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, sendo pelo menos 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação.

Titular: Jean Carlos Correa da Costa Scharf

Suplente: Priscila Gonçalves Dos Santos Coelho

Art. 2º Os demais membros permanecem inalterados.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 0157/2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 19 de abril de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 2 2016 - SRP FMAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 2/2016

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 2/2016 - SRP FMAS

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 04.05.2016, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 19 abril de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 15/2016 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 15/2016 - SRP

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 15/2016. Processo licitatório 23/2016. Objeto: Contratação de Empresa especializada para organizar evento esportivo de Futsal no município de Braço do Trombudo, conforme anexo I deste Edital. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedor do certame:

EMPRESA	CNPJ	ITEM	R\$ VALOR
RODRIX DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA ME	00.690.434/0001-60	1	18,500,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 18/04/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2015 FMAS

Página: 1/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 21/07/2015 Válido até: 21/07/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de aviamentos para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aguilha de costura (mão) nº 8. (421)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	Darning Aza	0	0,1500	1
2	Aguilha de costura (mão) nº 9. (422)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	Darning Aza	0	0,1500	1
3	Aguilha de tricot nº 2 em plástico com 35cm de comprimento (1468)	PAR	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	Circulo	0	4,9000	1
4	Aguilha de tricot nº 3,5 em plástico com 35cm de comprimento (1469)	PAR	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	Circulo	0	5,4000	1
5	Aguilha de tricot nº 5 em plástico com 25cm de comprimento (1470)	PAR	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	Circulo	0	3,9500	1
6	Aguilha de tricot nº 6 em plástico com 25cm de comprimento (1471)	PAR	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	Circulo	0	4,5800	1
7	Alicate para bijuterias, bico fino e normal, cobertura de PVC inquebrável e antichama PONTA CHATA ou IMERA-CANA (1472)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	Western	0	14,3800	1
8	Alicate para bijuterias, bico fino e normal, cobertura de PVC inquebrável e antichama PONTA DE CORTE (1473)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	Western	0	14,3800	1
9	Alicate para bijuterias, bico fino e normal, cobertura de PVC inquebrável e antichama PONTA REDONDA (1474)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	Western	0	14,3800	1
10	Alicate vazador - com 7 tamanhos diferentes de furos (1475)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	Western	0	25,5000	1
16	Botão (1,0 cm diâmetro) com dois furos na cor amarela (1481)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	Filotex	0	0,2500	1
17	Botão (1,0 cm diâmetro) com dois furos na cor laranja (1482)	UND	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	Filotex	0	0,2500	1

Página: 2/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 21/07/2015		Válido até: 21/07/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de aviaamentos para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Botão (1,0 cm diâmetro) com dois furos na cor preta (1483)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	0,2500	1
19	Botão (1,0 cm diâmetro) com dois furos na cor verde (1484)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	0,2500	1
20	Botão (1,0 cm diâmetro) com dois furos na cor vermelha (1485)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	0,2500	1
21	Botão (2,0 cm diâmetro) com dois furos na cor amarela (1486)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	0,6000	1
22	Botão (2,0 cm diâmetro) com dois furos na cor azul escuro (1487)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	0,6000	1
23	Botão (2,0 cm diâmetro) com dois furos na cor branca (1488)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	0,6000	1
24	Botão (2,0 cm diâmetro) com dois furos na cor laranja (1489)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	0,6000	1
25	Botão (2,0 cm diâmetro) com dois furos na cor lilás (1490)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	0,6000	1
26	Botão (2,0 cm diâmetro) com dois furos na cor preta (1491)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	0,6000	1
27	Botão (2,0 cm diâmetro) com dois furos na cor rosa (1492)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	0,6000	1
28	Botão (2,0 cm diâmetro) com dois furos na cor verde (1493)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	0,6000	1
29	Botão (2,0 cm diâmetro) com dois furos na cor vermelha (1494)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	0,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 3/16

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 21/07/2015		Válido até: 21/07/2016				
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de aviamentos para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
30	Botões com 2 furos, 2 cm de diâmetro, acrílico (várias cores) (1495)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	0,6000	1	
31	Botões com 4 furos, 2 cm de diâmetro, acrílico (várias cores) (1496)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	0,6000	1	
32	Botões grandes com 2 furos (3 cm de diâmetro) na cor amarela (1497)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	1,0000	1	
33	Botões grandes com 2 furos (3 cm de diâmetro) na cor azul escuro (1498)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	1,0000	1	
34	Botões grandes com 2 furos (3 cm de diâmetro) na cor branco (1499)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	1,0000	1	
35	Botões grandes com 2 furos (3 cm de diâmetro) na cor laranja (1500)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	1,0000	1	
36	Botões grandes com 2 furos (3 cm de diâmetro) na cor lilás (1501)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	1,0000	1	
37	Botões grandes com 2 furos (3 cm de diâmetro) na cor preta (1502)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	1,0000	1	
38	Botões grandes com 2 furos (3 cm de diâmetro) na cor rosa (1503)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	1,0000	1	
39	Botões grandes com 2 furos (3 cm de diâmetro) na cor verde (1504)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	1,0000	1	
40	Botões grandes com 2 furos (3 cm de diâmetro) na cor vermelha (1505)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	1,0000	1	
41	Cordão acetinado rabo de rato, rolo c/50 metros cor verde (utilizado para crachá de papel). (1506)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	9,7900	1	

Página: 4/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 21/07/2015 Válido até: 21/07/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de avamentos para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	Cordão acetinado rabo de rato, rolo c/50 metros cor vermelha (utilizado para crachá de papel). (1507)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	9,7900	1
43	Cordão acetinado rabo de rato, rolo c/50 metros cor preta (utilizado para crachá de papel). (1508)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	9,7900	1
44	Elastico branco - 68% poliéster, 31% elastano, largura de 0,1cm peça com 10 metros (1509)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	São José	0	5,1800	1
45	Elastico redondo ou rolo de 2,5mm cor branca, rolo com 50mt (1510)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	18,3000	1
46	lástico redondo ou rolo de 2,5mm cor preta, rolo com 50mt (1511)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	21,0600	1
47	Entreteia com oola - 90 cm de largura, gramatura 40, cor branca (1512)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	1,3600	1
48	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor vermelho (1513)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Santa Fé	0	12,2000	1
49	Fibra siliconizada para enchimento - 100% poliéster. (1514)	KG	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	16,0000	1
50	Fio de sisal, cor natural, rolo com aproximadamente 10 metros, 2mm espessura (1515)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Aslen	0	3,1700	1
51	Fita em cetim 100 % poliamida nº 00 > rolo com 100 metros e de largura, face simples cor BRANCA (1516)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	17,1900	1
52	Fita em cetim 100 % poliamida nº 00 > rolo com 100 metros de largura, face simples cor PRETA (1517)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	17,1900	1
53	Fita em cetim 100 % poliamida nº 00 > rolo com 100 metros e 3 mm de largura, face simples cor AMARELO (1518)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	17,1900	1

Página: 5/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 21/07/2015 Válido até: 21/07/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de avimentos para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 00 > rolo com 100 metros e 3 mm de largura, face simples cor AZUL ESCURO (1519)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	17,1900	1
55	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 00 > rolo com 100 metros e 3 mm de largura, face simples cor LILÁS (1520)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	17,1900	1
56	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 00 > rolo com 100 metros e 3 mm de largura, face simples cor ROSA (1521)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	17,1900	1
57	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 00 > rolo com 100 metros e 3 mm de largura, face simples cor VERDE ESCURO (1522)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	17,1900	1
58	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 00 > rolo com 100 metros e 3 mm de largura, face simples cor VERMELHO (1523)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	17,1900	1
59	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 01 > peça com 10 metros e 7 mm de largura, face simples cor amarela (1524)	PC	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	1,7300	1
60	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 01 > peça com 10 metros e 7 mm de largura, face simples cor laranja (1525)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	1,7300	1
61	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 01 > peça com 10 metros e 7 mm de largura, face simples cor pink (1526)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	1,7300	1
62	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 01 > peça com 10 metros e 7 mm de largura, face simples cor verde (1527)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	1,7300	1
63	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 01 > peça com 10 metros e 7 mm de largura, face simples cor azul (1528)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	1,7300	1
64	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 01 > peça com 10 metros e 7 mm de largura, face simples cor vermelha (1529)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	1,7300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 6/16

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 21/07/2015 Válido até: 21/07/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de aviação para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
65	Fita em cetim 100 % poliâmidica nº 02 >peça com 10 metros e 10 mm de largura, face simples cor amarela (1530)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,2500	1
66	Fita em cetim 100 % poliâmidica nº 02 > peça com 10 metros e 10 mm de largura, face simples cor azul (1531)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,2500	1
67	Fita em cetim 100 % poliâmidica nº 02 >peça com 10 metros e 10 mm de largura, face simples cor branca (1532)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,2500	1
68	Fita em cetim 100 % poliâmidica nº 02 >peça com 10 metros e 10 mm de largura, face simples cor laranja (1533)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,2500	1
69	Fita em cetim 100 % poliâmidica nº 02 >peça com 10 metros e 10 mm de largura, face simples cor marrom (1534)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,2500	1
70	Fita em cetim 100 % poliâmidica nº 02 >peça com 10 metros e 10 mm de largura, face simples cor rosa (1535)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,2500	1
71	Fita em cetim 100 % poliâmidica nº 02 >peça com 10 metros e 10 mm de largura, face simples cor verde (1536)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,2500	1
72	Fita em cetim 100 % poliâmidica nº 03 >peça com 10 metros e 15 mm de largura, face simples cor azul (1537)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,7500	1
73	Fita em cetim 100 % poliâmidica nº 03 >peça com 10 metros e 15 mm de largura, face simples cor dourada (1538)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,7500	1
74	Fita em cetim 100 % poliâmidica nº 03 >peça com 10 metros e 15 mm de largura, face simples cor lilás (1539)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,7500	1
75	Fita em cetim 100 % poliâmidica nº 03 >peça com 10 metros e 15 mm de largura, face simples cor branca (1540)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,7500	1

Página: 7/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 21/07/2015 Válido até: 21/07/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de aviação para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 03 >peça com 10 metros e 15 mm de largura, face simples cor laranja (1541)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,7500	1
77	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 03 >peça com 10 metros e 15 mm de largura, face simples cor verde claro (1542)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,7500	1
78	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 03 >peça com 10 metros e 15 mm de largura, face simples cor verde escuro (1543)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,7500	1
79	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 03 >peça com 10 metros e 15 mm de largura, face simples cor vermelha (1544)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	2,7500	1
80	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 05 >peça com 10 metros e 22 mm de largura, face simples cor azul (1545)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	4,7600	1
81	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 05 >peça com 10 metros e 22 mm de largura, face simples cor laranja (1546)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	4,7600	1
82	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 05 >peça com 10 metros e 22 mm de largura, face simples cor verde (1547)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	4,7600	1
83	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 05 >peça com 10 metros e 22 mm de largura, face simples cor vermelha (1548)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	4,7600	1
84	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 09 >peça com 10 metros e 38mm de largura, face simples cor amarela (1549)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	7,6700	1
85	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 09 >peça com 10 metros e 38mm de largura, face simples cor branca (1550)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	7,6700	1
86	Fita em cetim 100 % poliarnida nº 09 >peça com 10 metros e 38mm de largura, face simples cor lilás (1551)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	7,6700	1

Página: 8/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 21/07/2015 Válido até: 21/07/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de aviação para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	Fita em cetim 100 % poliâmlida nº 09 >peça com 10 metros e 38mm de largura, face simples verde (1552)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	7,6700	1
88	Fita em cetim 100 % poliâmlida nº 09 > peça com 10 metros e 38mm de largura, face simples cor vermelha (1553)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	7,6700	1
89	Fita em cetim 100 % poliâmlida nº 12>peça com 10 metros e 50 mm de largura, face simples cor amarela (1554)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	11,6500	1
90	Fita em cetim 100 % poliâmlida nº 12>peça com 10 metros e 50 mm de largura, face simples cor azul (1555)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	11,6500	1
91	Fita em cetim 100 % poliâmlida nº 12> peça com 10 metros e 50 mm de largura, face simples cor vermelha (1556)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	11,6500	1
92	Fita em cetim 100 % poliâmlida nº 12>peça com 10 metros e 50 mm de largura, face simples cor verde escuro (1557)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Progresso	0	11,6500	1
93	Fita Meirica com 1,50m - Composição: 95% PVC / 5% Fibra de Vidro. Para uso doméstico com marcação especial para alfaiates. (1558)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Círculo	0	2,3500	1
94	Laco de fita - mini laco de fita em cetim com dimensão aproximada de 2,0x2,5cm pacote com 50 unidades. Cor : azul, (nr 02) (1559)	PCT	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	4,2000	1
95	Laco de fita - mini laco de fita em cetim com dimensão aproximada de 2,0x2,5cm pacote com 50 unidades. Cor : amarelo (nr 02) (1560)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	4,2000	1
96	Laco de fita - mini laco de fita em cetim com dimensão aproximada de 2,0x2,5cm pacote com 50 unidades. Cor : branco (nr 02) (1561)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	4,2000	1
97	Laco de fita - mini laco de fita em cetim com dimensão aproximada de 2,0x2,5cm pacote com 50 unidades. Cor : rosa (nr 02) (1562)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	0	4,2000	1

Página: 9/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 21/07/2015		Válido até: 21/07/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de aviaamentos para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

98	Laço de fita - mini laço de fita em cetim com dimensão aproximada de 2,0x2,5cm pacote com 50 unidades. Cor : vermelho (nr 02) (1563)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	1
99	Laço de fita - mini laço de fita em cetim pacote com 100 unidades. Cor : branco (nr 00) (1564)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	1
100	Laço de fita - mini laço de fita em cetim pacote com 100 unidades. Cor : rosa (nr 00) (1565)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	1
101	Laço de fita - mini laço de fita em cetim pacote com 100 unidades. Cor : azul (nr 00) (1566)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	1
102	Laço de fita - mini laço de fita em cetim pacote com 100 unidades. Cor : amarelo (nr 00) (1567)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	1
103	Lastex (elástico), rolo com 10 metros, cor branca. (1568)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	Flotex	1
104	Linha de costura nº 10, com 1.828 mts. (linha de pipa) (1569)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	1
105	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor AMARELO CLARO (1570)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	1
106	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor AMARELO ESCURO (1571)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	1
107	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor AZUL CLARO (1572)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	1
108	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor AZUL MARINHO (1573)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 10/16

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 21/07/2015		Válido até: 21/07/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de aviamentos para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
109	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor AZUL MÉDIO (1574)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	0	2,7000	1		
110	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor BEGE (1575)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	0	2,7000	1		
111	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor BRANCA (1576)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	0	2,7000	1		
112	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor CINZA (1577)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	0	2,7000	1		
113	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor LARANJA (1578)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	0	2,7000	1		
114	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor LILÁS (1579)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	0	2,7000	1		
115	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor MARROM (1580)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	0	2,7000	1		
116	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor PRETO (1581)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	0	2,7000	1		
117	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor ROSA CLARO (1582)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	0	2,7000	1		
118	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor ROSA ESCURO (1583)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	0	2,7000	1		
119	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125 metros, na cor VERDE CLARO (1584)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	0	2,7000	1		
120	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125 metros, na cor VERDE ESCURO (1585)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	0	2,7000	1		

Página: 11/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 21/07/2015 Válido até: 21/07/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de aviamentos para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
121	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125metros, na cor VERDE MUSGO (1588)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	0	2,7000
122	Linha para Crochê, 100% algodão, comprimento de 125 metros, na cor VERMELHO (1587)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIRCULO	0	2,7000
125	Meadas de fio com 08 m e 6 fios para ponto cruz - cor azul (1590)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ANCHOR MOI	0	2,0000
126	Meadas de fio com 08 m e 6 fios para ponto cruz - cor rosa (1591)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ANCHOR MOI	0	2,0000
127	Meadas de fio com 08 m e 6 fios para ponto cruz - cor verde (1592)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ANCHOR MOI	0	2,0000
128	Meadas de fio com 08 m e 6 fios para ponto cruz - cor amarelo (1593)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ANCHOR MOI	0	2,0000
129	Meadas de fio com 08 m e 6 fios para ponto cruz - cor azul escuro (1594)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ANCHOR MOI	0	2,0000
130	Meadas de fio com 08 m e 6 fios para ponto cruz - cor branca (1595)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ANCHOR MOI	0	2,0000
131	Meadas de fio com 08 m e 6 fios para ponto cruz - cor lilas (1596)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ANCHOR MOI	0	2,0000
132	Meadas de fio com 08 m e 6 fios para ponto cruz - cor preta (1597)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ANCHOR MOI	0	2,0000
133	Meadas de fio com 08 m e 6 fios para ponto cruz - cor verde escuro (1598)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ANCHOR MOI	0	2,0000
134	Meadas de fio com 08 m e 6 fios para ponto cruz - cor vermelho (1599)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ANCHOR MOI	0	2,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 12/16

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 21/07/2015		Válido até: 21/07/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de aviaamentos para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
194	Toalha de boca, (lavabo) com barrado para pintura, especificações: 100% algodão, medidas: 33x50cm. Cores suaves: amarelo (1671)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	F TOALHAS	0	5,4000	1
195	Toalha de boca, (lavabo) com barrado para pintura, especificações: 100% algodão, medidas: 33x50cm. Cores suaves: amarelo (1672)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	F TOALHAS	0	5,4000	1
196	Toalha de boca, (lavabo) com barrado para pintura, especificações: 100% algodão, medidas: 33x50cm. Cores suaves: rosa (1673)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	F TOALHAS	0	5,4000	1
197	Toalha de boca, (lavabo) com barrado para pintura, especificações: 100% algodão, medidas: 33x50cm. Cores suaves: verde (1674)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	F TOALHAS	0	5,4000	1
198	Toalha de boca, (lavabo) com barrado para pintura, especificações: 100% algodão, medidas: 33x50cm. Cores suaves: azul (1675)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	F TOALHAS	0	5,4000	1
199	Toalha de boca, (lavabo) com barrado para pintura, especificações: 100% algodão, medidas: 33x50cm. Cores suaves: branco (1676)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	F TOALHAS	0	5,4000	1
200	Velcro branco - 25 mm velcro, macho e fêmea, em 70% poliéster, 30% nylon, com aproximadamente 25 mm de largura. Rolo com 25 metros. (1677)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	25,5700	1
201	Velcro preto - 25 mm velcro, macho e fêmea, em 70% poliéster, 30% nylon, com aproximadamente 25 mm de largura. Rolo com 25 metros. (1678)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	25,5700	1
202	Viés 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor amarelo (1679)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1
203	Viés 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor azul claro (1680)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1
204	Viés 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor azul escuro (1681)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1

Página: 13/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 21/07/2015		Válido até: 21/07/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de aviamentos para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

205	Vies 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor bege (1682)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1
206	Vies 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor bordo (1683)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1
207	Vies 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor branco (1684)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1
208	Vies 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor laranja (1685)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1
209	Vies 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor lilás (1686)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1
210	Vies 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor marrom (1687)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1
211	Vies 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor pink (1688)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1
212	Vies 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor preto (1689)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1
213	Vies 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor rosa claro (1690)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1
214	Vies 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor roxo (1691)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1
215	Vies 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor verde água (1692)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1
216	Vies 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor verde claro (1693)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 14/16

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 21/07/2015		Válido até: 21/07/2016				
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de aviamentos para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
217	Vés 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor verde escuro (1694)		RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 15/16

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 21/07/2015		Válido até: 21/07/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de aviamentos para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
218	Vés 100% algodão, 2,4cm largura, rolo com 50mt, cor vermelho (1695)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	FILOTEX	0	15,8800	1

Página: 16/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015								Data do Registro: 21/07/2015		Válido até: 21/07/2016	
Objeto da Compra:								Registro de Preços para aquisição de aviamentos para manutenção do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento integral a Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) do Município de Braço do Trombudo.			
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.	

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2015
PROCESSO Nº 8/2015
(6162) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP

Braço do Trombudo, 21 de Julho de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2015 FMAS

Página: 1/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 20/10/2015	Válido até: 20/10/2016	Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Condicionador de ar split 9.500BTUS, ciclo quente e frio, com controle, função refrigeração, aquecimento, desumidificação, ventilação, silencioso, com no mínimo 3 velocidades, direcionador de ar horizontal e vertical, cor branca, classificação energética A, voltagem 220 v, instalado, (4969) (1770)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	komeco	0	1.410,0000
2	COMPUTADOR COM PROCESSADOR SOCKET LGA 1150, 3,5 GHZ, DOIS NÚCLEOS, 3MB CACHE, 54W POTÊNCIA, 220mm, 4GB DE MEMÓRIA DDR3 1600MHz, PLACA MÃE SOCKET 1150, COM 4 SLOTS DE MEMÓRIA SUPORTANDO O MÁXIMO DE 32 GB DDR3 1600/1333, DUAL CHANNEL, SLOTS DE EXPANSÃO: 1 x PCIe 3.0/2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 1, 1 x PCI PLACA DE VIDEO ONBOARD COM SUPORTE A SAÍDA DE VIDEO VGA/HDMI/DVI/RGB, REDE ONBOARD 10/100/1000, PLACA DE SOM ONBOARD COM 7.1 CANAIS DE ÁUDIO, 1 x SAÍDA OPTICAL SPDIF, 4 PORTAS USB 3.0 (2 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 2 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO) 8 PORTAS USB 2.0/1.1 (4 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 4 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO) 4x PORTAS SATA 6.0 GB/s, 2 x PORTAS SATA 3.0 GB/s, 1 x PORTA PS2 PARA TECLADO/MOUSE, HD SATA III 500GB 7200RPM/GRAVADORA DE DVD SATA, GABINETE NA COR PRETA COM 4 BAÍAS, ENTRADA DE USB FRONTAL, FONTE DE 450 WATTS, MOUSE PS/2 OU USB ÓPTICO PRETO, TECLADO PS2 OU USB PRETO, CAIXA DE SOM AMPLIFICADAS COM ALIMENTAÇÃO PELA PORTA USB. (1772)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (6149)	PAUTA	0	1.610,0000
	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6186)		KOMECCO		0	1.420,0000
	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6167)		ELECTROLUX		0	1.610,0000
	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6186)		CENTRUM		0	1.612,0000
	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6167)		SPACEBR		0	1.616,0000

Página: 2/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 20/10/2015		Válido até: 20/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

3 IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER, velocidade de impressão em preto Normal de até 21 ppm, ciclo de serviço (mensal, A4) até 8000 páginas, qualidade de impressão preto (ótima) até 600 x 600 dpi, tela LCD 2 linhas, velocidade do processador 600 mhz, recursos de impressão móvel, conectividade padrão USB 2.0, porta para rede Ethernet 10/100Base-T, memória padrão 128 MB, bandeja de entrada para 100 folhas, bandeja de saída para 100 folhas com a face para baixo, tamanhos de mídia suportados A4/A5, ISO B5, ISO C5, ISO C56, ISO C6, ISO DL, 16K, cartão-postal europeu, papel (normal, para impressão a laser), envelopes, transparências, etiquetas, cartolina, postais, gramaturas de mídia suportado 60 163g/m², tipo de scanner de base plana, alimentador automático de documentos, formatos dos arquivos digitalizados JPEG, TIFF (compactado e não compactado), PDF, GIF, e BMP, resolução de digitalização: óptica até 1200 dpi, tamanho da digitalização (no scanner de mesa), máximo 216 x 297 mm, tamanho da digitalização (ADF), máximo 152 X 114 mm, velocidade de digitalização (normal, A4) até 7 ppm (preto e branco), até 5 ppm (colorido), capacidade do alimentador automático de documentos de 35 folhas, características da transmissão digital: digitalizar para e-mail; digitalizar para aplicativo; digitalizar para arquivo, formato de arquivo admitidos PDF, TIFF, BMP; GIF, JPG, velocidade de cópia (normal) Preto de até 21 com, resolução de cópia (texto em preto) até 600 x 400 dpi, resolução de cópia (gráficos e texto em cores) até 600 x 600 dpi, configurações de redução/ampliação de cópia 25 até 400% número de cópias até 99 cópias, envio/recepção de faxes, velocidade de transmissão de fax 3 seg. por página, memória do fax de até 500 páginas, resolução de fax de até 300 x 300 dpi, discargas rápidas, número máximo de até 100 números, tensão de entrada 110 a 127 VCA (+/-12%), 60 Hz (+/-3), consumo de energia 480 watts (imprimindo), 186 watts (cópia), 4,5 watts (desligada), conteúdo da caixa: impressora laser, cabo de alimentação; cabo de telefone; cabo USB; cartucho de impressão preto; CD(s) com software e documentação, garantia de um ano para o hardware. (1773)

3	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER, velocidade de impressão em preto Normal de até 21 ppm, ciclo de serviço (mensal, A4) até 8000 páginas, qualidade de impressão preto (ótima) até 600 x 600 dpi, tela LCD 2 linhas, velocidade do processador 600 mhz, recursos de impressão móvel, conectividade padrão USB 2.0, porta para rede Ethernet 10/100Base-T, memória padrão 128 MB, bandeja de entrada para 100 folhas, bandeja de saída para 100 folhas com a face para baixo, tamanhos de mídia suportados A4/A5, ISO B5, ISO C5, ISO C56, ISO C6, ISO DL, 16K, cartão-postal europeu, papel (normal, para impressão a laser), envelopes, transparências, etiquetas, cartolina, postais, gramaturas de mídia suportado 60 163g/m², tipo de scanner de base plana, alimentador automático de documentos, formatos dos arquivos digitalizados JPEG, TIFF (compactado e não compactado), PDF, GIF, e BMP, resolução de digitalização: óptica até 1200 dpi, tamanho da digitalização (no scanner de mesa), máximo 216 x 297 mm, tamanho da digitalização (ADF), máximo 152 X 114 mm, velocidade de digitalização (normal, A4) até 7 ppm (preto e branco), até 5 ppm (colorido), capacidade do alimentador automático de documentos de 35 folhas, características da transmissão digital: digitalizar para e-mail; digitalizar para aplicativo; digitalizar para arquivo, formato de arquivo admitidos PDF, TIFF, BMP; GIF, JPG, velocidade de cópia (normal) Preto de até 21 com, resolução de cópia (texto em preto) até 600 x 400 dpi, resolução de cópia (gráficos e texto em cores) até 600 x 600 dpi, configurações de redução/ampliação de cópia 25 até 400% número de cópias até 99 cópias, envio/recepção de faxes, velocidade de transmissão de fax 3 seg. por página, memória do fax de até 500 páginas, resolução de fax de até 300 x 300 dpi, discargas rápidas, número máximo de até 100 números, tensão de entrada 110 a 127 VCA (+/-12%), 60 Hz (+/-3), consumo de energia 480 watts (imprimindo), 186 watts (cópia), 4,5 watts (desligada), conteúdo da caixa: impressora laser, cabo de alimentação; cabo de telefone; cabo USB; cartucho de impressão preto; CD(s) com software e documentação, garantia de um ano para o hardware. (1773)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6186)	XEROX	0	840.0000	1
4	Cadeira tipo secretária executiva cor preta, giratória a gás, em couro, espuma injetada anatomicamente com densidade de 45 a 50 Kg m³ e espessura média de 45/50mm, estrutura metálica com capa na cor preta, mecanismo de regulagem sistema Back System, braços tipo digitador com regulagem de altura e acabamentos polipropileno injetado de alta resistência com alça de apo. rodízio nylon, largura total de 59 cm, altura total de 104 cm e profundidade total de 59 cm. (1774)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	pathtiflex	0	180.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 3/9

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 20/10/2015		Válido até: 20/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
5	Cadeira tipo secretária, couro/vim, estrutura metálica fixa 4 pés, na cor preta, largura total de 43 cm, altura total de 82,5 cm e profundidade total de 51 cm. (1775)	UND	ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	alf	0	285,0000	2		
			PAULINEIA LOTTERMANN REIS (6220)	REFLEX	0	328,0000	3		
			PAULINEIA LOTTERMANN REIS (6220)	REFLEX	0	65,0000	1		
			ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	alf	0	67,0000	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	petriflex	0	75,0000	3		
6	Arquivo de aço, com 4 (quatro) gavetas para pasta suspensa (1776)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	lunasa	0	248,0000	1		
			ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	metal ponta	0	249,0000	2		
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (6163)	LUNASA	0	514,0000	3		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	aoc	0	350,0000	1		
7	Tela LED Wide, tamanho da tela 18,5" Resolução 1366x768, Tempo de Resposta 5ms, Furacão VESA 75mm, Bafino 200 CD/m2, Contraste 5.000,000:1,01 conexão DVI, 01 conexão vga (1777)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6186)	AOC	0	359,0000	2		
			ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	aoc	0	370,0000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 4/9

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 20/10/2015		Válido até: 20/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Notebook com processador 1,70 GHz, dois núcleos, 3MB de cache, 15 w de potência, 22nm, DIM2 5GT/s, 4GB de memória DDR3 1600 MHz, 3 x USB, 1 x VGA, 1 x HDMI, Web cam integrada, rede 10/100/1000Mbps, Wi-Fi 802.11b/g/n, tela de 15,6" LED, HD sata 500GB, 2 alto-falantes e microfone integrados, entrada para fone de ouvido e microfone, bateria de 6 células lítium íon com duração de aproximadamente 4 horas, teclado padrão português ABNT2, Sistema Operacional Windows 8, 1 64 bits português original, garantia do fabricante de 1 ano, com maleta na cor preta. (1778)	UND	MMI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6167)	ACER	0	1,755,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	asus	0	1,760,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6186)	ACER	0	2,125,0000	3
9	ESTABILIZADOR 300 VA -Auto diagnóstico de partida (auto teste), partida com zero crossing , filtro de linha (modo comum e diferencial), proteção contra sub e sobre tensão com desligamento e rearme automático de saída, tensão de entrada 115v ou 220v e tensão de saída somente 115v (bivolt na entrada e monovolt na saída), proteção de surtos de tensão e sobrecorrente. (759)	UND	ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	ragtech	0	69,0000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6186)	TS SHARA	0	72,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sms	0	77,9900	3
10	Nobreak 1500 VA Tensão de entrada nominal bivolt automático, frequência de entrada 47 HZ	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	apc	0	810,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 5/9

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 20/10/2015		Válido até: 20/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Suporte para CPU em MDF, com rodas (1780)		MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6167)	NHS	0	1.060,0000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6149)	NHS	0	1.062,2500	3
		UND	PAULINEIA LOTTERMANN REIS (6220)	REFLEX	0	60,0000	1
12	Armário semi-aberto 2 (duas) portas medindo 1,80x0,90x0,45m, com chave (1781)		ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	alf	0	69,9000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (6163)	lunasa	0	87,0000	3
		UND	PAULINEIA LOTTERMANN REIS (6220)	REFLEX	0	230,0000	1
13	Armário alto fechado com 2 portas 180x90x450mm, com chave e prateleiras em seu interior (1782)		ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	alf	0	233,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sani moveis	0	260,0000	3
		UND	PAULINEIA LOTTERMANN REIS (6220)	REFLEX	0	248,0000	1
14	Arquivo em MDF com quatro gavetas para pasta suspensa, altura 1,25m, largura 0,47m e profundidade 0,46m sendo tanto em MDF 40 mm; estrutura em MDF 18 mm, correia telescópica, chave frontal que fecha todas as gavetas, sapatas niveladoras. (1783)		ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	alf	0	250,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sani moveis	0	300,0000	3
		UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (6163)	lunasa	0	869,0000	4
14	Arquivo em MDF com quatro gavetas para pasta suspensa, altura 1,25m, largura 0,47m e profundidade 0,46m sendo tanto em MDF 40 mm; estrutura em MDF 18 mm, correia telescópica, chave frontal que fecha todas as gavetas, sapatas niveladoras. (1783)		ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	alf	0	250,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sani moveis	0	300,0000	3
		UND	PAULINEIA LOTTERMANN REIS (6220)	REFLEX	0	320,0000	1

Página: 6/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 20/10/2015 Válido até: 20/10/2016
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	alf	0	330,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sani moveis	0	435,0000	3
15	Mesa de 1,80 de comprimento - 0,80m de largura - 0,75 de altura, MDF espessura de 40 mm. Pé e estrutura painel em MDF de espessura 40mm, com sapata reguladora de altura, gaveteiro com duas gavetas e com chave (1764)	UND	PAULINEIA LOTTERMANN REIS (6220)	REFLEX	0	310,0000	1
			ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	alf	0	320,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sani moveis	0	390,0000	3
16	Mesa auxiliar, tampo encaixado de 40 mm, 900x450x670mm, pés e estrutura painel em MDF de espessura 40 mm, com sapata reguladora de altura. (1765)	UND	PAULINEIA LOTTERMANN REIS (6220)	REFLEX	0	195,0000	1
			ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	alf	0	200,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sani moveis	0	235,0000	3
17	Gaveteiro volante com 1 gavetão para pasta suspensa e 2 gavetas - altura 0,71m - largura 0,47m - profundidade 0,45m. - Com 4 com rodízio nos pés e chave na lateral. Espessura do MDF: tampo e estrutura 40mm; gavetas 18mm. (1771)	UND	PAULINEIA LOTTERMANN REIS (6220)	REFLEX	0	280,0000	1
			ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	alf	0	268,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sani moveis	0	325,0000	3
18	Câmera digital, resolução 20.1 MP, tamanho do display LCD 20.1 MP, foto panorâmica, reconhecimento de rosto, reconhecimento de sorrisos, zoom óptico 8x, zoom digital 32x, grava vídeo c/ áudio, estabilizador de imagem, cartões de memória compatíveis: SD Memory Stick Duo, SDHC, SDXC, Memory Stick pro duo. (1786)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	SONY	0	409,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 7/9

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 20/10/2015		Válido até: 20/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

2			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	nikon	410.0000
3			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6188)	SONY	582.0000
4			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6167)	SONY	585.0000
1			ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME (6219)	ragtech	310.0000
19	Nobreak 700 VA Tensão de entrada nominal bivolt automático, frequência de entrada 47 HZ - 63 Hz, faixa de tensão de entrada 95V-140V/180-245V, subtenção 95V/180, sobretensão 140V/245V, potência de saída nominal contínua 700VA/300W, potência de pico nominal 350W, tensão de saída nominal 120 V (220V configurável através de jumper interno), frequência de saída em modo inversor 60Hz +0,1%, tempo de acionamento do inversor <0,8ms, forma-de-onda em modo inversor semi - senoidal, bateria do tipo selada VRLA livre de manutenção, 1 bateria interna de 7Ah/12V, tempo de recarga da bateria de 10h após 90% descarregada, vida útil da bateria entre 2 e 5 anos, dimensões 261 x93,4 x168 (mm), peso aproximado 7 Kg, cabo AC plugue padrão NBR 14136, tensão de operação 12V, faixa de saída em modo inversor 120V +-5% (220V +- 5%), rendimento a plena carga em rede >=95% para 120V/120V ou 220V/220V >= 90% para 120V/220V ou 220V/120V, rendimento a plena carga em bateria >=80%, desligamento do nobreak quando houver sobrecarga 110%; 7 min rede/50s inversor, 160% 1 min rede/15s inversor, acionamento do inversor para subtenção e sobretensão na rede elétrica com retorno e desligamento automático, desligamento automático contra descarga profunda de bateria no modo inversor, desligamento programado por carga mínima na saída e ausência da rede elétrica superior a uma hora, varistores óxido metálico contra surtos de tensão (17/87)	UND			
2			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6148)	sns	410.0000
3			BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA ME (6163)	NHS	580.0000

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 8/9

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 20/10/2015		Válido até: 20/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (6167)	NHS	0	580.0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Número do Registro de Preços: 8/2015								Data do Registro: 20/10/2015		Válido até: 20/10/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Equipamentos de Informática e mobiliário em geral para o Fundo Municipal de Assistência Social											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2015
PROCESSO Nº 9/2015

- (6148) - CELIA REGINA WAMBOMMIEL ME
- (6149) - Sandro Vilmar Pires ME
- (6162) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
- (6163) - BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME
- (6167) - MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
- (6186) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME
- (6219) - ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA ME
- (6220) - PAULINEIA LOTTERMANN REIS

Braço do Trombudo, 20 de Outubro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2015 PMBT

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2015

Número do Registro de Preços: 23/2015 Data do Registro: 20/07/2015 Válido até: 20/07/2016

Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestar Serviços de mão de obra mecânica para máquinas, tratores, implementos agrícolas, veículos de passeio e utilitários da Secretaria Municipal de obras e setor de agricultura do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS. (16391)	HORA	VERNER KRENZLIN (6065)	VERNER KRE	0	40,0000	1

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2015

Número do Registro de Preços: 23/2015		Data do Registro: 20/07/2015		Válido até: 20/07/2016			
Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestar Serviços de mão de obra mecânica para máquinas, caminhões, tratores, implementos agrícolas, veículos de passeio e utilitários da Secretaria Municipal de obras e setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015
PROCESSO Nº 36/2015

(6065) - VERNER KRENZLIN

Braço do Trombudo, 20 de Julho de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº24/2015 PMBT

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2015

Número do Registro de Preços: 24/2015			Data do Registro: 21/07/2015		Válido até: 21/07/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados a eventos escolares e Reuniões pedagógicas da rede de ensino municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pão caseiro fatiado, unidade com peso aproximado 500gr. Fresco, macio, sem sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado a quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (10290)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	4,3300	1
2	Pão de forma tipo pullmann (fatiado), fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (14420)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	4,4100	1
3	Cuca caseira sabores variados 1/2 cuca de uma inteira. Fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13475)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	9,0000	1
4	Orelha de Gato, doce polvilhado no açúcar e canela, macio, fresco, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13476)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	14,3300	1
5	Bolacha tipo caseira, nos sabores de polvilho e coco. Sendo fresco e feito de forma artesanal utilizar produtos naturais, sem conservantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13477)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	16,6600	1
6	Rosca de polvilho redonda, peso aproximado de 400gr a 500gr. Fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13478)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	4,9100	1
7	Bolo de bolacha tipo waffler, polvilhado no açúcar e canela. Fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (13479)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	1,6600	1
8	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande no sabor de chocolate ou laranja. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13480)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	14,1600	1

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2015

Número do Registro de Preços: 24/2015		Data do Registro: 21/07/2015		Válido até: 21/07/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados a eventos escolares e Reuniões pedagógicas da rede de ensino municipal de Brço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Pão francês, unidade de 50gr. Sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13481)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	8,1600	1
10	Pão de queijo, tamanho médio. Sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13482)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	18,6600	1
11	Sanduíche com pão francês (50gr), queijo e presunto. Feitos no dia da entrega, sem presença de sujidades. (13484)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	2,3300	1
12	Sanduíche com 2 fatias de pão pullmann, alface, frango desfiado e tomate. Feitos no dia da entrega, sem presença de sujidades (10298)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	3,2500	1
13	Sonho com recheio de brigadeiro, com peso aproximado de 100gr a 120gr, frito no dia da entrega, macio, polvilhado no açúcar e canela e sem presença de sujidade. (13486)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	2,5800	1
14	Massinha com recheio peso aproximado de 100gr, sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve se embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13489)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	1,1600	1
15	Bisnaga ou pão de cachorro quente pequeno, sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13491)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6669)	ki sabor	0	0,4300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2015

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 24/2015		Data do Registro: 21/07/2015		Válido até: 21/07/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados a eventos escolares e Reuniões pedagógicas da rede de ensino municipal de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Pão integral fatiado, sendo fresco, miúdo, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (13571)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6689)	ki sabor	0	4,9100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2015

Número do Registro de Preços: 24/2015		Data do Registro: 21/07/2015		Válido até: 21/07/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Gêneros Alimentícios de panificação destinados a eventos escolares e Reuniões pedagógicas da rede de ensino municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2015
PROCESSO Nº 37/2015
(6669) - PANIFICADORA KI SABOR

Braço do Trombudo, 21 de Julho de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2015 PMBT

Página: 1/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015 **Data do Registro: 21/10/2015** **Válido até: 21/10/2016**
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Mangueira corrugada 1 polegada (8832)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORTUBO	0	1,0478	1
			Tonet materiais de construção (9236)	maesi	0	0,8973	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CONFLEX	0	1,0103	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		0	1,0949	4
2	Mangueira corrugada 3/4 (8833)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORTUBO	0	0,9199	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CONFLEX	0	0,8910	2
			Tonet materiais de construção (9236)	maesi	0	0,9786	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		0	1,0038	4
3	Mangueira preta 1/2 parede 2.0mm (8834)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	0,6258	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CARPES	0	0,6046	2
			Tonet materiais de construção (9236)	rioplast	0	0,6524	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	carps	0	0,7300	4
4	Mangueira preta 3/4 parede 2.0mm (8835)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	0,8219	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 2/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Mangueira Preta 1 parede 2.00mm (8836)	MTS	Tonet materiais de construção (9236)	rioplast	0	0,8155	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CARPES	0	0,8513	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	carps	0	0,9125	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	0	1,1762	1
6	Mangueira Transparente 1/2 (8837)	MTS	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CARPES	0	1,1456	2
			Tonet materiais de construção (9236)	rioplast	0	1,2233	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	carpas	0	1,3688	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	0	1,7116	1
7	Mangueira multiuso trançada (8839)	MTS	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IBIRA	0	1,6707	2
			Tonet materiais de construção (9236)	maesi	0	1,7126	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	1,8250	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	0	3,2422	1
2			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ARQUA	0	3,3016	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 3/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Tomeira de jardim 1/2 (7271)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	maesi	0	3,5068	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mantac	0	3,6501	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	2,3751	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	KRONA	0	2,3787	2
9	Tomeira de jardim 3/4 (7272)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	herc	0	2,4466	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,8744	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	2,3751	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	KRONA	0	2,3787	2
10	Tomeira para Tanque plástica 15 cm 1/2 (8840)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	herc	0	2,4466	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,8744	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	2,2997	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HERC	0	2,2276	2
			Tonet materiais de construção (9236)	herc	0	2,4466	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 4/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,7375	4
11	Tomeira plástica para lavatório 1/2 (8841)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	9,6511	1
			Tonet materiais de construção (9236)	herc	0	11,4175	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HERC	0	11,4561	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	14,3265	4
12	Tomeira bóia 3/4 (7274)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DUPIN	0	6,8086	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	VIQUA	0	4,6381	2
			Tonet materiais de construção (9236)	astra	0	7,3398	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	cipl	0	8,2126	4
13	Engate flexível 40cm (7153)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,3977	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PLASBOHN	0	2,3469	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	2,4466	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,9018	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 5/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Válvula para lavatório plástica (8842)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,2895	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GRAP	0	2,2355	2
			Tonet materiais de construção (9236)	astra	0	2,4466	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,7375	4
15	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	1,6588	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GOOL	0	1,5752	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	1,6311	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	2,0075	4
16	AREIA FINA (1958)	M3	Tonet materiais de construção (9236)	fantoni	0	83,1497	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	87,5647	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	WEGA	0	92,8762	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	deschamps	0	93,2782	4
17	AREIA MEDIA (7)	M3	Tonet materiais de construção (9236)	fantoni	0	81,3017	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 6/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Brita n 0 (8843)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	80,4164	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	deschamps	0	86,8768	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	WEGA	0	88,1376	4
			Tonet materiais de construção (8236)	rio do ouro	0	77,6062	1
19	Brita n 1 (8844)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	77,7319	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	77,7359	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LZK	0	80,5558	4
			Tonet materiais de construção (8236)	rio do ouro	0	77,6062	1
20	P6 brita (8845)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	77,7359	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	80,4753	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LZK	0	80,5558	4
			Tonet materiais de construção (8236)	rio do ouro	0	79,4539	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WEISS	0	80,4164	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 7/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Predisco (8846)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	85,0478	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LZK	0	85,2944	4
			Tonel materiais de construção (9236)	rio do ouro	0	79,4539	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WIESS	0	80,4164	2
22	Cimento 50 Kg qp2 (8647)	SC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	azza	0	82,3043	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LZK	0	85,2944	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VOTORANTIM	0	28,8700	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	votoram	0	29,0066	2
23	Argamassa ac1 20Kg (8648)	SC	Tonel materiais de construção (9236)	supremo	0	30,5000	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SUPREMA	0	30,5000	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERTA	0	7,4712	1
			Tonel materiais de construção (9236)	certa	0	7,0000	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	7,5065	3

Página: 8/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Argamassa ac2 20Kg (8649)	SC	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CERTA	0	7,9900	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERTA	0	14,2966	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	14,8277	2
			Tonet materiais de construção (9236)	certa	0	15,5000	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CERTA	0	15,8000	4
25	Argamassa ac3 20Kg (8650)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERTA	0	27,2097	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	27,3385	2
			Tonet materiais de construção (9236)	certa	0	28,0000	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CERTA	0	29,0000	4
			UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERAMFIX	0	2,5088
26	Rejunte cores diversas 1kg (7209)		Tonet materiais de construção (9236)	certa	0	2,4000	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CERTA	0	2,5000	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	certa	0	2,5022	4

Página: 9/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	Tijolos 6 furos 9X14X24 (8851)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CER.FERREIF	0	0,4606	1
			Tonel materiais de construção (9236)	corzaif	0	0,4815	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS IME (8293)	braco novo	0	0,5153	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA IME (8457)	BRACO NOVC	0	0,5900	4
28	Telhas germânicas (8852)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CANELINHA	0	1,4656	1
			Tonel materiais de construção (9236)	tailo	0	1,5476	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS IME (8293)	bom Jesus	0	1,6419	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA IME (8457)	HOBUS	0	1,8800	4
29	Goivas (8853)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CANELINHA	0	2,6799	1
			Tonel materiais de construção (9236)	tailo	0	2,6653	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS IME (8293)	bom Jesus	0	3,0568	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA IME (8457)	HOBUS	0	3,5000	4
30	Telhas de fibrodimento 122X4mm (8854)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IMBRALIT	0	6,3396	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 10/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016					
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
31	Telhas de fibrocimento 1,53X4mm (8855)	UND	Tonel materiais de construção (9236)	intraalit	0	5,1587	2		
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	eternit	0	6,9607	3		
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	7,9700	4		
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IMBRALIT	0	7,4116	1		
			Tonel materiais de construção (9236)	intraalit	0	7,7381	2		
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	eternit	0	8,0961	3		
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	9,2700	4		
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IMBRALIT	0	8,6511	1		
32	Telhas de fibrocimento 1,83X4mm (8856)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IMBRALIT	0	8,6511	1		
			Tonel materiais de construção (9236)	intraalit	0	7,7381	2		
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	eternit	0	9,4323	3		
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	10,8300	4		
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IMBRALIT	0	10,6945	1		
33	Telhas de fibrocimento 2,44X4mm (8857)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	IMBRALIT	0	10,6945	1		
			Tonel materiais de construção (9236)	intraalit	0	10,3175	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 11/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Madeira de pinus para Caixaeta (8858)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	etenit	0	11,6594	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	13,3700	4
			Tonet materiais de construção (9236)	novack	0	423,1818	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	NOVAK	0	486,5785	2
35	ARAME RECOZIDO Nº18 (6450)	KG	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mugue	0	530,1608	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	6,5736	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	6,4616	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ARCELOR	0	7,6000	3
36	Barra de ferro (8859)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	5,6974	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	5,9772	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	7,0500	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	10,2553	1
37	Barra de ferro 1/4 (7205)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	12,6813	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 12/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Barra de ferro 5/16 (7207)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	14,9900	3
		UND	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	16,6539	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	17,5277	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	20,9500	3
39	Barra de ferro 3/8 (7206)		Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	24,5425	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	26,5743	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	31,8500	3
40	Barra de ferro 1/2 (8860)		Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	36,5508	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	40,9519	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	48,9900	3
41	Trelça 6x6 (8861)		Tonet materiais de construção (9236)	concrelon	0	22,7895	1
		PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	19,3855	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	26,8500	3
42	Trelça 6x6 (8862)		Tonet materiais de construção (9236)	concrelon	0	22,7895	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 13/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Treliça 6x12 (8863)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	21,2433	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	25,2000	3
			Tonet materiais de construção (9236)	concretlon	0	31,5547	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	29,7487	2
44	Malha pop 3.4 (8864)	PC	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	35,2000	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	21,0364	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	22,7214	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	27,0500	3
45	Malha pop 2.45x6m ferro 4.2 (8865)	PC	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	179,6863	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	25,9500	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	185,7776	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	271,7207	1
46	Malha pop 2.45x6m ferro 5mm (8866)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gerdau	0	243,9341	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GERDAU	0	319,9500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 14/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Broca de aço rápido 4mm (7131)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	4,9875	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	5,3250	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	5,4675	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	6,0300	4
48	Broca de aço rápido 6mm (7130)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	6,6500	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	7,0062	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	7,3193	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	8,0700	4
49	Broca de aço rápido 8mm (7129)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	9,3101	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	9,8087	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	10,2108	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	11,2700	4
50	Broca aço rápido 10mm (8867)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	14,9626	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 15/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	Broca Vedeia 5mm (8868)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	15,8808	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	16,3373	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	18,0300	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	5,8188	1
52	Broca de vídea 8mm (7133)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	6,0721	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	6,4032	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	7,0700	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	9,1438	1
53	Broca de vídea 10mm (7132)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	9,8087	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	9,9436	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	11,0200	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	13,2170	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	13,0783	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 16/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
54	Cadeado 30mm (7136)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	14,9822
					0	15,9700
					0	10,5795
					0	11,0615
55	Cadeado 40mm (7137)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	STAM	0	12,2895
					0	12,6090
					0	13,7548
					0	13,9292
56	Cadeado 50mm (8869)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	STAM	0	15,9046
					0	16,1315
					0	18,8184
					0	19,6648
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	STAM	0	21,7826
					0	
					0	
					0	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 17/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	Abraçadeira de pressão 1/2 (8870)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	22,1360	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,0881	1
			Tonet materiais de construção (9236)	jandrigues	0	0,9832	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALMATRI	0	1,2234	3
58	Abraçadeira de pressão 1 (8871)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,2547	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	1,2848	1
			Tonet materiais de construção (9236)	jandrigues	0	1,2291	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALMATRI	0	1,5086	3
59	Abraçadeira com chave 1 polegada (8872)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,5504	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,9825	1
			Tonet materiais de construção (9236)	jandrigues	0	0,9832	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALMATRI	0	1,1314	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,1651	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,9825	1
			Tonet materiais de construção (9236)	jandrigues	0	0,9832	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALMATRI	0	1,1314	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 18/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Cilindro para fechadura (7145)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	11.6614	1
			Tonel materiais de construção (9236)	soprano	0	11.4711	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SOPRANO	0	13.4761	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	13.8283	4
61	Fechadura Metálica externa (8873)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	24.4110	1
			Tonel materiais de construção (9236)	soprano	0	24.5810	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MGM	0	28.2309	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	28.9471	4
62	Dobradilha zincada 3 polegadas (8874)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	1.6627	1
			Tonel materiais de construção (9236)	soprano	0	1.6387	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SCHILD	0	1.9501	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	1.9985	4
63	Dobradilha zincada 2 polegadas (8875)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	1.5115	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 19/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Prego 10x10 - pct 1kg (7220)	KG	Tonet materiais de construção (9236)	soprano	0	1,5568	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SCHILD	0	1,8122	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	1,8551	4
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	11,4653	1
65	Prego 12x12 - pct 1kg (7221)	KG	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	11,4367	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	14,2500	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	10,6466	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	10,6200	2
66	Prego 17x27 - pct 1kg (7222)	KG	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	12,6000	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	6,5517	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	6,7805	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	7,8800	3
67	Prego 18x30 (7223)	KG	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	6,5517	1

Página: 20/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Prego 22x48 (7224)	KG	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	6,7805	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	7,8800	3
			Tonet materiais de construção (9236)	gardau	0	7,3707	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	7,5974	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	7,8800	3
69	Tubo de concreto 15 cm (8006)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	18,7697	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	18,8033	2
			Tonet materiais de construção (9236)	wjf	0	19,2540	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	20,5310	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ELIAS	0	21,5300	5
70	Tubo de concreto 20cm (8007)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	20,5468	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	20,6658	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	21,8002	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 21/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	Tubo de concreto 30 cm (8876)	UND	Tonel materiais de construção (9236)	wjf	0	22.0087	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ELIAS	0	23.6700	5
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	25.3521	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	fronza	0	25.4011	2
			Tonel materiais de construção (9236)	wjf	0	26.5939	3
72	Bloco de concreto (8008)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	27.7952	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ELIAS	0	29.9000	5
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WJF	0	1.5741	1
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	fronza	0	1.5756	2
			Tonel materiais de construção (9236)	wjf	0	1.6507	3
73	Blocos calha de concreto (8877)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	1.7258	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	WJF	0	1.8100	5
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	WJF	0	1.9635	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 22/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
74	Joelho de esgoto 40mm (8878)	PC	Tonel materiais de construção (9236)	wjf	0	1,9258	2
			FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (8859)	Fronza	0	1,9654	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fronza	0	2,0892	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	WJF	0	2,2500	5
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,7518	1
75	Joelho de esgoto 50mm (8879)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,7694	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,8196	3
			Tonel materiais de construção (9236)	amanco	0	0,9000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,1205	1
76	Joelho esgoto 75mm (8880)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,1508	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,2088	3
			Tonel materiais de construção (9236)	amanco	0	1,3000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,0529	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 23/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Joelho esgoto 100mm (8881)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,1031	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,2449	3
			Tonei materiais de construção (9236)	amanco	0	2,5000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,4291	1
78	Tee esgoto 40mm (8882)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,4841	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,7025	3
			Tonei materiais de construção (9236)	amanco	0	3,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,6031	1
79	Tee esgoto 50mm (8883)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,6428	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,7268	3
			Tonei materiais de construção (9236)	amanco	0	2,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,4455	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 24/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
80	Tee esgoto 75mm (8884)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,7197	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	3,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	5,0873	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,1983	2
81	Tee esgoto 100mm (8885)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	5,6121	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	6,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	5,7252	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,8491	2
82	Caixa sifonada 100x100x50 (7156)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	6,3633	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	7,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HERC	0	6,2487	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,3888	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	6,9073	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 25/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
83	Caixa de gordura com cesto (7140)		Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	8,0000	4
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MALLTON	0	112,6642	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	cpila	0	94,9748	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GS	0	115,0776	3
84	Dobradilha zincada 3 (7150)		Tonet materiais de construção (9236)	fibertbu	0	140,0000	4
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALMADRI	0	2,1756	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	2,2222	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	soprano	0	2,4175	3
85	Cap de esgoto 100mm (7157)		Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	2,5000	4
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	3,0916	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	3,1587	2
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	3,4364	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	3,5000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 26/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
86	Cap de esgoto 75mm (7158)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,6172	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,6746	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,8924	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	3,0000	4
87	Cap de esgoto 50mm (7159)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,9793	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,0238	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,1585	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	2,5000	4
88	Cap esgoto 40mm (8886)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,2923	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,3254	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,4246	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	1,5000	4
89	Curva de esgoto 100mm (7160)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	7,3528	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 27/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
90	Curva de esgoto 75mm (7161)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	7,5158	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	8,1160	3
			Tonei materiais de construção (9236)	amanco	0	9,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	6,7149	1
91	Luva de esgoto 100mm (7167)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,8650	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	7,4253	3
			Tonei materiais de construção (9236)	amanco	0	8,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,8299	1
92	Luva de esgoto 75mm (7168)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,8868	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	3,1083	3
			Tonei materiais de construção (9236)	amanco	0	3,5000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,2737	1
2			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,3254	2

Página: 28/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	Luva de esgoto 50mm (7169)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,5039	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	2,9000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,7503	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,7857	2
94	Luva de esgoto 40mm (7170)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,8995	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	2,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	22,7046	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	25,9282	2
95	Redução esgoto 50x40 (7171)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	28,1471	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	30,0000	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,1778	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,2063	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,2951	3

Página: 29/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015 **Data do Registro: 21/10/2015** **Válido até: 21/10/2016**

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Tonel materiais de construção (9236)	amarco	0	1,4000	4
96	Tubo esgoto 150mm (8887)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	86,8843	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	88,4907	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	96,5289	3
			Tonel materiais de construção (9236)	krona	0	108,0000	4
97	Tubo de esgoto de 6 metros 100mm (7178)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	33,4271	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	34,1265	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	37,1265	3
			Tonel materiais de construção (9236)	KRONA	0	42,0000	4
98	Tubo esgoto 75mm (8888)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	31,0961	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	31,7694	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	34,5363	3
			Tonel materiais de construção (9236)	amarco	0	39,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 30/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	Tubo de esgoto de 6 metros 50mm (7180)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	22,5492	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	23,0393	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	25,0388	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	28,0000	4
100	Tubo de esgoto de 6 metros 40mm (7181)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	13,6751	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	13,9680	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	15,1960	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	17,0000	4
101	Sifão para esgoto 75cm (8889)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	4,8992	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BLUKIT	0	4,9999	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	5,4395	3
			Tonet materiais de construção (9236)	blukit	0	6,0000	4
102	CAIXA DE DESCARGA (2449)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLENA	0	20,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 31/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
103	Assento sanitário simples (8892)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	alumasa	0	20,0486	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ALLUMASA	0	21,3322	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	cipla	0	22,6015	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DURIN	0	15,3333	1
104	Assento sanitário almindado (7126)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	alumasa	0	14,8833	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ALLUMASA	0	15,6819	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	16,9742	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DURIN	0	34,1667	1
105	Caixa d água 300 litros (8890)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	astra	0	35,0195	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ALLUMASA	0	35,5537	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durin	0	37,8229	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fibroeste	0	155,3133	1
			Tonet materiais de construção (9236)	bakof	0	131,3869	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 32/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	Caixa d'água 500 litros (7139)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FORTLEV	0	148,1946	3
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fibroeste	0	192,8054	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FORTLEV	0	184,1851	2
			Tonet materiais de construção (9236)	imbralit	0	199,5134	3
107	Cesto de lixo 50 litros pvc com tampa (8891)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ANTARES	0	27,6783	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	24,6217	2
			Tonet materiais de construção (9236)	astra	0	26,6600	3
108	Balde plástico para concreto 10 litros (8893)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	TERRA PLAS	0	7,3074	1
			Tonet materiais de construção (9236)	astra	0	6,6663	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	7,1636	3
109	Carrinho de mão caçamba de pvc (7142)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METALOSA	0	91,0427	1
			Tonet materiais de construção (9236)	maestro	0	65,1812	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	maestro	0	89,5448	3
110	Caçamba de pvc para carrinho de mão (8894)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	METASUL	0	40,2824	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 33/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
111	Alicate universal (7185)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	maestro	0	38,5161	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	maestro	0	39,5489	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MEGAFORT	0	17,9689	1
112	Alicate de bico (7187)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	18,1470	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	18,6552	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	19,2148	1
113	Alicate de corte (7186)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	18,5174	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	18,6552	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CONEX	0	21,4429	1
114	Alicate arebriador (8895)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	20,7395	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	21,0430	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MACFER	0	20,6363	1
			Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	19,9988	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	20,1476	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 34/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
115	Chave de fenda 1/4x5 (7192)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	DISMA	0	7,6827	1
			Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	7,4070	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	7,4621	3
116	Broxa nº 1 (7134)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	4,2966	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	3,7035	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	4,4549	3
117	Broxa nº 2 (7135)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	6,3490	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	5,9256	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	6,2457	3
118	Aplicador de silicone (7188)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	STARFER	0	13,9758	1
			Tonet materiais de construção (9236)	unifix	0	13,3325	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	13,7302	3
119	Serrinha de cortar ferro (8896)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	4,0171	1
			Tonet materiais de construção (9236)	staretti	0	3,7035	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 35/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
120	Cabo de enxada (8897)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	3,9549	3
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GM	0	5,4626	1
			Tonet materiais de construção (9236)	pessati	0	5,1849	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mugue	0	5,3727	3
121	Cabo para pá de ajuntar (7191)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GM	0	5,4626	1
			Tonet materiais de construção (9236)	pessati	0	5,1849	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mugue	0	5,3727	3
122	Colher de pedreiro nº9 (7193)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	9,3039	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	11,1104	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	11,4916	3
123	Desempenadeira plástica c/ espuma (7194)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CDK	0	6,5008	1
			Tonet materiais de construção (9236)	famasiti	0	5,9256	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	6,3428	3
124	Disco diamantado para corte seco (7195)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	NITACHI	0	18,7356	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 36/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
125	Enxada 19 cm com cabo (7196)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	18,1470	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multitit	0	18,4313	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PANDOLFO	0	15,7568	1
126	Enxada com cabo (7197)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	metisa	0	14,8139	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	15,4465	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PANDOLFO	0	32,7514	1
127	Lápis de carpinteiro (7198)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	metisa	0	31,8499	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	32,0869	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	BRASFORT	0	1,5893	1
128	Lima chata nº 8 (7199)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	1,4814	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	faber castel	0	1,4924	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CONEX	0	14,2554	1
			Tonet materiais de construção (9236)	belota	0	13,3325	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	14,0287	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 37/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
129	Mantão 25mm (7200)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MUNDI	0	17,5217	1
	Tonel materiais de construção (9236)			belota	0	17,0360	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			monforte	0	17,2374	3
130	Pá de ajuntar com cabo (7201)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PANDOLFO	0	17,0745	1
	Tonel materiais de construção (9236)			metisa	0	16,2953	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			pandolfo	0	16,7896	3
131	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PANDOLFO	0	19,5901	1
	Tonel materiais de construção (9236)			metisa	0	18,5174	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			pandolfo	0	19,2521	3
132	Serrote profissional nº20 (7203)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	28,8781	1
	Tonel materiais de construção (9236)			farnstall	0	27,4057	2
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)			cavalito	0	27,6096	3
133	Trena emborrachada 8 metros (8898)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CLASSIC	0	17,7693	1
	Tonel materiais de construção (9236)			vonder	0	17,0360	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 38/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
134	Trena emborrachada 5 metros (8899)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	17,1627	3
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FOX	0	10,7894	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	10,3697	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	10,5961	3
135	Trena emborrachada 3 metros (8900)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FOX	0	8,3535	1
		UND	Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	8,1476	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	8,5068	3
136	Linha de nylon nº100 (7213)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EKILON	0	7,1876	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	5,9256	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	6,7159	3
137	Trena 30 metros (8901)		Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSON	0	25,1725	1
			Tonet materiais de construção (9236)	belita	0	25,1836	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	25,5203	3
138	Luva látex (8902)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	YELING	0	3,8334	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 39/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
139	Pruvo 500gr (8903)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	perviflex	0	3,7035	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	3,8803	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSOM	0	13,4168	1
140	Escova de aço com cabo (8904)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	14,8139	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	15,2226	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	COMPEL	0	4,9195	1
141	Disco para serra circular 36 dentes (8905)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	4,8145	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	orion	0	4,9986	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	THOMPSOM	0	26,3465	1
142	Nível de alumínio 20 polegadas (8906)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	25,9243	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multitit	0	26,5649	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FAMA-STIL	0	20,7561	1
			Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	19,9988	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	montfort	0	20,2222	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 40/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
143	Espátula 06cm (8907)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAX	0	4,3924	1
			Tonet materiais de construção (9236)	vonder	0	4,0738	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	monforte	0	4,4026	3
144	Mareta 500grs (8908)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MON FORT	0	15,8925	1
			Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	15,5546	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	monforte	0	15,8942	3
145	Mareta 1 Kg (8909)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	TENACE	0	20,8839	1
			Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	20,3691	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	monforte	0	21,1176	3
146	Mareta 3 Kg (8910)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MON FORT	0	46,2401	1
			Tonet materiais de construção (9236)	famastil	0	44,8120	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	monforte	0	45,4440	3
147	Escada de madeira 7 degraus (8911)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ST CATARINA	0	12,0592	1
			Tonet materiais de construção (9236)	menaco	0	116,2891	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 41/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
148	Escada de ferro 5 degraus (8912)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	santa catarina	0	117,8260	3
			Neria Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAESTRO	0	81,1797	1
			Tonet materiais de construção (9236)	maestro	0	78,8840	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	santa catarina	0	79,8441	3
149	SUBSTITUTO DE CAL (6031)	LT	Tonet materiais de construção (9236)	kevecks	0	4,4557	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	kalfacil	0	4,8820	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LIQUIKAL	0	4,9547	3
			Neria Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	LIQUIKAL	0	5,2897	4
150	Cal de pintura - saco 5 kg (7141)	SC	Tonet materiais de construção (9236)	novacal	0	7,0545	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HIDRA	0	6,7866	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sinha	0	7,5863	3
			Neria Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CALCIM	0	8,1384	4
151	Massa epoxi 100gr (7152)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	5,1980	1

Página: 42/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
152	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	durepoxi	0	5,9113	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DUREPOXI	0	5,9345	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PULVITEC	0	6,3327	4
			Tonet materiais de construção (9236)	fimecs	0	15,5941	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	afix	0	17,0505	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TYTAN	0	17,1400	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MUNDIAL	0	17,7179	4
			Tonet materiais de construção (9236)	kevecks	0	11,1386	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	queveks	0	12,0931	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	0	12,1632	3
153	Impermeabilizante para reboco 1 litro (7212)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	QUEVEKS	0	12,9875	4
			Tonet materiais de construção (9236)	kevecks	0	11,1386	1
154	Impermeabilizante para concreto 1 litro (7211)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	kevecks	0	11,1386	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	queveks	0	12,0931	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 43/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016				
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
155	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	0	12,1632	3	
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	QUEVEKS	0	12,9875	4	
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EUROCEL	0	7,5085	1	
			Tonet materiais de construção (9236)	ecofor	0	7,4370	2	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ADERE	0	7,5055	3	
156	Rolo de lá 5cm c/ cabo (7225)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	adere	0	8,2465	4	
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	4,5672	1	
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	4,3060	2	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	4,7961	3	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	4,9732	4	
157	Rolo de lá 9cm c/ cabo (7226)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	5,8200	1	
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	5,8719	2	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	6,1078	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 44/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
158	Rolo de lá 15cm c/ cabo (7227)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	6,3823	4
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	8,5318	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	8,6121	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	9,2446	3
159	Rolo de lá natural 23cm s/ cabo (7228)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	9,6978	4
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	14,8592	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	16,0498	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	16,4585	3
160	Rolo de espuma 23cm s/ cabo (7229)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	17,2405	4
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	12,6311	1
			Tonet materiais de construção (9236)	roma	0	12,9181	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	13,2506	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	roma	0	13,8421	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 45/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
161	Cabo para rolo 23cm (8913)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	5,5742	1
			Tonet materiais de construção (9236)	rona	0	5,4804	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	5,8470	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rona	0	6,1336	4
162	Trincha oerdas médias 1 polegada (8914)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	2,8386	1
			Tonet materiais de construção (9236)	rona	0	2,7402	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	2,9788	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rona	0	3,0668	4
163	Trincha oerdas médias 2 polegadas (8915)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ROMA	0	4,0439	1
			Tonet materiais de construção (9236)	rona	0	3,9146	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	4,2430	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rona	0	4,3800	4
164	Trincha oerdas médias 3 polegadas (8916)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	6,7239	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 46/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
165	Trincha cerdas médias 4 polegadas (8917)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	rona	0	6,6548	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	7,0559	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rona	0	7,3769	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ATLAS	0	9,0154	1
			Tonet materiais de construção (9236)	rona	0	9,0036	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	9,4579	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	atlas	0	9,8635	4
166	Silicone 280gr (7947)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	unifix	0	10,3960	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TYTAN	0	11,3111	2
167	Solvente (1 litro) (7257)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	afix	0	11,4171	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	TEKBOOD	0	12,2923	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	POLICRONA	0	9,3405	1
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	9,3950	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 47/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
168	Tinta 1 litro (8918)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	0	9,7977	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gdl	0	10,2780	4
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrap. Ltda Me (9429)	POLICRONA	0	6,8270	1
			Tonet materiais de construção (8236)	killing	0	6,6548	2
169	Tinta esmalte 3,6 cores (8919)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	0	7,1665	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	gdl	0	7,4598	4
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrap. Ltda Me (9429)	EUCATEX	0	55,9004	1
			Tonet materiais de construção (8236)	killing	0	57,9359	2
170	Tinta esmalte 1 Kg cores (8920)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	58,6834	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rescolor	0	61,5602	4
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrap. Ltda Me (9429)	DAÇAR	0	17,3865	1
			Tonet materiais de construção (8236)	killing	0	17,6157	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	18,2521	3

Página: 48/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	reskolor	0	19,1469	4
171	Fundo a óleo 3,6 (8921)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EUCATEX	0	47,4083	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	UNIVERSO	0	48,1983	2
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	48,5409	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	reskolor	0	52,1359	4
172	Tinta acrílica 3,6 cores premium semi-brilho (8922)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ALESSI	0	66,5889	1
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	68,8968	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	69,8480	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	reskolor	0	73,2721	4
173	Registro de pressão soldável (7246)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	14,1238	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastitit	0	12,5412	2
			Tonet materiais de construção (9236)	lekak	0	15,5998	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	21,0600	4

Página: 49/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
174	Tinta acrílica 18 cores semi brilho premium (8923)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ALESSI	0	271,1211	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rescolor	0	256,9496	2
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	281,4591	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	282,8687	4
175	Selador acrílico - 18 lt (7266)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HIDRACOR	0	88,8856	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	RESICOLOR	0	71,1122	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rescolor	0	89,5179	3
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	91,9929	4
176	Verniz filtro solar 3,6 (8924)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EUCATEX	0	58,5012	1
			Tonet materiais de construção (9236)	montana	0	60,2847	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	61,3699	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	rescolor	0	62,1652	4
177	Osmocolor transparente 3,6 (8925)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	OSMOCOLOR	0	111,9357	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 50/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
178	Osmocolor cores (8926)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	montana	0	82,0881	2
			Tonet materiais de construção (9236)	montana	0	115,8719	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MONTANA	0	117,4142	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	OSMOCOLOR	0	147,9577	1
179	Tinta spray Cores 250 gr (8927)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	montana	0	120,1861	2
			Tonet materiais de construção (9236)	montana	0	153,4520	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MONTANA	0	155,2064	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	CONEX	0	10,3158	1
180	Tinta spray metálico cores (8928)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	multicolor	0	10,5694	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	COLORGIN	0	10,8249	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mundial	0	11,3555	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MUNDIAL PR	0	18,4511	1
			Tonet materiais de construção (9236)	multicolor	0	18,7900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 51/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
181	Tinta para piso 18 litros (8930)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	COLORGIN	0	19,3583	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mundial	0	20,3073	4
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	EUCATEX	0	167,0194	1
			Tonet materiais de construção (9236)	multicolor	0	173,0249	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	175,1969	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	183,7853	4
		UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	SHERWIN WILL	0	203,8185	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	190,6400	2
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	207,0819	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWILLIAN	0	209,3860	4
183	MASSA ACRILICA (1097)	GL	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	ALESSI PREM	0	31,9861	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	26,5238	2
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	32,8826	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 52/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
184	Corante para tinta cores (8931)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	RESICOLOR	0	33,5571	4
			Nara Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HIDRACOR	0	2,6563	1
			Tonet materiais de construção (9236)	xadrez	0	2,3488	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	COLORSIL	0	2,7892	3
185	Registro pvc soldável 20 (8933)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	2,9259	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,8760	1
			Tonet materiais de construção (9236)	herk	0	4,8286	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	5,3301	3
186	Registro pvc soldável 25 (8934)	UND	Nara Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	6,5200	4
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,2245	1
			Tonet materiais de construção (9236)	krona	0	5,9429	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	6,8194	3
187	Registro pvc soldável 32 (8935)	UND	Nara Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	8,3300	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 53/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
187	Registro pvc soldável 50 (8937)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	12,7755	1
			Tonet materiais de construção (9236)	krona	0	12,6286	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	14,1091	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	17,1000	4
188	Cap soldável 20mm (7232)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,5580	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,5350	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,5770	3
189	Cap soldável 25mm (7233)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,6396	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6398	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,6874	3
190	Luva soldável 20mm (7242)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,4797	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,4927	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,5281	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 54/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
191	Luva soldável 25mm (7243)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,5597	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,5369	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,5784	3
192	Luva soldável 40mm. (7244)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	1,5991	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,5297	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,6513	3
193	Luva soldável 50mm (7245)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	1,9989	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,8974	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,0537	3
194	Curva soldável 50mm (8946)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	4,7972	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,9274	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	5,3312	3
195	Curva soldável 25mm (8947)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	1,5191	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 55/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
196	Joelho RI 20x1/2 (8948)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,4341	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	1,5507	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,3555	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,2207	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	KRONA	0	2,2407	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	2,5000	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,7324	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,6009	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	KRONA	0	2,6259	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	2,7000	4
197	Joelho RL 25x1/2 (7240)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6595	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6172	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	KRONA	0	0,6172	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,6471	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6595	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6172	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	KRONA	0	0,6172	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	0,6471	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6595	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6172	2
198	Joelho soldável 20mm (8949)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,6595	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6172	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,6471	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 56/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
199	JOELHO SOLDÁVEL 25MM(1517)	PC	Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	0,7000	4
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,7349	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,6877	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,6940	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	0,7000	4
200	Joelho soldável 40mm (7986)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,2330	1
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	2,0000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,0895	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,1101	4
201	Joelho soldável 50mm (8950)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	2,7136	1
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	2,5000	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,5392	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	2,5603	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 57/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
202	Joelho Soldável 85 mm (13830)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chivas	0	34,6734	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	31,7395	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	32,8149	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	35,0000	4
203	Joelho soldável 85mm 45 graus (8954)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	chivas	0	47,1107	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	53,0490	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	53,6068	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	58,0000	4
204	Tee soldável 20mm (7249)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,7726	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,7221	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,7230	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	0,8000	4
205	Tee soldável 25mm (7250)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	0,8197	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 58/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
206	Tubo soldável 20mm (7253)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,7670	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	0,7690	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	0,8000	4
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	11,8248	1
207	Tubo soldável 50mm (7256)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	9,3493	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	9,9259	3
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	47,6739	1
			Tonet materiais de construção (9236)	krona	0	38,8922	2
208	FLANGE PVC 85MM (6938)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	40,0352	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	101,8990	1
			GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	krona	0	93,8929	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	105,0060	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	105,2350	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 59/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
209	FLANGE 50MM (2047)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	12,2279	1
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	13,2292	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	13,8419	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	14,6438	4
210	Flange pvc 60mm (16710)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	33,4231	1
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	33,0730	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	34,4724	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	36,6096	4
211	FLANGE 32MM (2049)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10,5976	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	10,6227	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amanco	0	10,7487	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	11,2844	4
212	FLANGE 25 MM (2048)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	9,1547	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 60/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
213	Selador acrílico - 3,6 lt (7284)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	8,6817	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	9,1027	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastit	0	9,6736	4
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	HIDRACOR	0	22,9707	1
			Tonet materiais de construção (9236)	killing	0	23,4875	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	RESICOLOR	0	24,0991	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	resicolor	0	29,8393	4
			Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	9,0086	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	7,8800	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	imprel	0	9,5580	3
214	Prego 25x72 (10709)	KG	Tonet materiais de construção (9236)	gerdau	0	9,0086	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	INPRELL	0	7,8800	2
215	Caixa da água Fibra 10.000 lt (10709)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fibroeste	0	2,945,6376	1
			Tonet materiais de construção (9236)	bakof	0	3,007,2593	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	FORTLEV	0	3,102,8609	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 61/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Brago do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
216	Flange Sold 60 mm. (10710)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	36,6838	1
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	37,2072	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	UNIFORT	0	37,4526	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	39,6245	4
217	Flange Sold 85 mm. (10711)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	89,6716	1
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	97,5595	2
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	97,5655	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	krona	0	103,3683	4
218	Registro Esfera Sold 60 mm (10712)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	30,2450	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	26,4496	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	28,5102	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	31,0000	4
219	Registro Esfera Sold 85 mm. (10713)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	krona	0	184,6738	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 62/66

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
220	Curva Sold 90° 85 mm. (10714)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	167,5138	2
			Tonet materiais de construção (9236)	viqua	0	169,0000	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	175,1880	4
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	31,9816	1
221	Curva soldável 45° 85mm (7982)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	26,4757	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	32,6244	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	31,1821	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	48,5387	2
222	Curva Sold 50 mm. (10716)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	53,6894	3
			Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	7,1959	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,8395	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	7,4017	3
223	Tubo PBA 85mm (8001)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8299)	multit	0	168,9232	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 63/66

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
224	Tubo PBA 110mm (8000)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	164,9971	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	167,2637	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	218,6617	1
225	Lona Preta. (10717)	MT	Tonet materiais de construção (9236)	amarco	0	251,4241	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	PVC BRAZIL	0	254,4488	3
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	NORTENE	0	1,9167	1
226	Madeira Eucalipto Prancha 6x4m (13831)	M3	Tonet materiais de construção (9236)	ecocidade	0	1,5555	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	manplex	0	1,9401	3
			Tonet materiais de construção (9236)	novack	0	906,8182	1
227	Serra marmore 220 voltz 1450 watz (13832)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	NOVAK	0	943,2215	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	mugue	0	1,007,8392	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	dwt	0	341,6667	1
			Tonet materiais de construção (9236)	boosh	0	362,0253	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAKITA	0	365,8893	3

Página: 64/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BOSHC	0	387,8571	4
228	Furadeira de impacto 220 Voltz 800 Watz (13833)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	dwt	0	658,3333	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BOSCH	0	682,1429	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAKITA	0	683,1107	3
			Tonet materiais de construção (9236)	bosch	0	737,9747	4
229	Serra Circular 220 voltz 2000 watz 9 polegadas (16711)	UND	Tonet materiais de construção (9236)	bosch	0	1,090,0000	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	dwt	0	1,180,0000	2
			Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	MAKITA	0	1,189,0000	3
230	Rocadeira Costal 50 Cilindradas (13635)	UND	Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me (9429)	GARDEM	0	1,294,5000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GARTHEN	0	1,295,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Página: 65/66

Número do Registro de Preços: 33/2015		Data do Registro: 21/10/2015		Válido até: 21/10/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)		garthen	0	1.300,0000	3	

Página: 66/66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2015

Número do Registro de Preços: 33/2015 Data do Registro: 21/10/2015 Válido até: 21/10/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2015

PROCESSO Nº 55/2015

(6859) - FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP
(8293) - GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME
(8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
(9236) - Tonet materiais de construção
(9429) - Nera Distribuidora de Produtos Agrop. Ltda Me

Braço do Trombudo, 21 de Outubro de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 28/2016

DECRETO Nº 28/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO E RESTABELECE HORÁRIO NORMAL DE EXPEDIENTE

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

Considerando o feriado nacional no dia 21 de abril de 2016; e

Considerando o disposto no Decreto nº 90 de 2014;

RESOLVE

Art. 1º. Não haverá expediente no dia 22 de Abril 2016 nas repartições públicas municipais, considerando-se ponto facultativo.

Art. 2º. Os serviços essenciais, assim considerados aqueles relacionados à saúde, à educação, à vigilância de bens públicos e às tarefas administrativas que tem prazos legais específicos de execução, serão mantidos, ainda que em regime de plantão, cuja organização e escala será atribuição de cada órgão ou secretaria.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 18 de abril de 2016.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 787/2016

PORTARIA Nº 787/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. THIAGO ALVES BONFIM, matrícula nº 883018-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 16/04/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de abril de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

DECRETO Nº 7.791, DE 14 DE ABRIL DE 2016

DECRETO nº 7.791, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Declara de Utilidade Pública para fins de servidão administrativa, por via amigável, o imóvel que especifica, objetivando implantar uma faixa sanitária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que de acordo com a Constituição Federal, no § 2º do art. 182 a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor,

CONSIDERANDO a alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3365/1941, que considera casos de utilidade pública a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos,

CONSIDERANDO o art. 40 do Decreto-Lei nº 3365/1941, que fundamenta o instituto da servidão administrativa,

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de drenagem de águas pluviais na via DJ022, bairro Dom Joaquim,

CONSIDERANDO os documentos [mapa, memorial descritivo, A.R.T.) apresentados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos,

CONSIDERANDO que a servidão administrativa é direito real público que autoriza o Poder Público a usar parte de propriedade imóvel privada para a execução das obras e serviços de interesse coletivo,

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de resguardar a manutenção permanente da rede de águas pluviais,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída Servidão Administrativa para implantação de uma faixa sanitária no imóvel situado na Rua DJ022, bairro Dom Joaquim, matriculado sob o nº 30.856, livro 2-A, no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, sem benfeitorias, de propriedade de OSMAR BECKER, de acordo com termo anexo.

Parágrafo único. A Servidão Administrativa ora instituída apresenta as seguintes características: uma servidão de 150,00 m2 (cento e cinquenta metros quadrados), com Frentes, na extensão de 5,00 metros confronta com uma servidão de passagem (DJ 022); Fundos, na extensão de 5,00 metros confronta com terras de Herdeiros Heil; Lado Direito, com 30,00 metros confronta com terras de João Pedro Mafra; Lado Esquerdo, com 30,00 metros com área remanescente de propriedade de Osmar Becker.

Art. 2º A Servidão ora instituída ficará sob o domínio do proprietário do terreno – OSMAR BECKER, não podendo ser utilizada para atividades que exijam edificação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária, prevista no orçamento

vigente.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 7.789, DE 08 DE ABRIL DE 2016

DECRETO nº 7.789, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições, e de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam delegadas ao servidor Luís Fernando Sanni, ocupante do cargo de Diretor-Geral da Secretaria de Saúde, as competências para assinar requisições, ordens de compra, empenhos, medições e demais atos alusivos a liquidação de despesas relativas à Secretaria de Saúde do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

EDITAL Nº 007/2016

Processo Seletivo – Edital nº 007/2016

Processo seletivo- MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 2.174/97, 2270/98, 3.248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Obras, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, cuja seleção dos candidatos reger-se-á pelas normas dispostas no presente edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição;

1.2 O cargo, número de vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no item n. 8 deste edital;

1.3 O Processo Seletivo terá por critério de seleção: o tempo de serviço e prova de habilidade prática;

1.4 Os candidatos classificados e admitidos no Processo Seletivo ficarão sujeitos à Jornada de Trabalho correspondente a 40 horas semanais;

1.5 O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 ano;

1.6 O presente Processo Seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

2- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

2.1 Ter ensino médio completo, cuja comprovação dar-se-á por meio de apresentação do certificado de conclusão do curso, Carteira Nacional de Habilitação E, e 21 (vinte e um) anos completos.

3- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas no setor de recursos humanos, na Prefeitura de Brusque, no período de 19 de abril de 2016 a 29 de abril de 2016, das 13h30min às 17h30min.

3.2 A Secretaria de Orçamento de Gestão não se responsabiliza por quaisquer problemas técnicos que possam provocar a "não inscrição do candidato", sendo este o único responsável por procurar meios para fazer a inscrição.

4- A INSCRIÇÃO, DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO

4.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;

4.2 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas.

5- DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO

5.1 A documentação deverá ser entregue no ato da validação que será no período de 19 de abril de 2016 a 29 de abril de 2016, das 13h30min às 17h30min., no setor de recursos humanos O candidato habilitado deverá apresentar cópia e o original dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

- a) CTPS (folhas da identificação);
- b) PIS;
- c) CPF;
- d) Carteira de Identidade;
- e) Título de Eleitor;
- f) Comprovante de residência;
- g) Sendo casado, deverá apresentar certidão de casamento;
- h) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- i) Comprovação relativa a quitação militar;
- j) Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);
- j) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
- k) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital);
- l) Comprovação relativa a habilitação exigida no edital;
- m) Certidão de tempo de serviço ou declaração, expresso em anos e meses.
- n) Carteira de motorista E
- o) Certificado de ensino médio completo.

6- DA PROVA PRÁTICA, DO TEMPO DE SERVIÇO, DA CLASSIFICAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

6.1- Os candidatos serão submetidos a prova prática que tem por objetivo avaliar a aptidão do candidato para o exercício das atividades inerentes à função.

6.2- A prova prática com caráter eliminatório e classificatório, do processo seletivo para os cargos constantes no item anterior, devendo a ela submeterem-se todos os candidatos inscritos para esses cargos, a qual consistirá na realização de tarefas inerentes à natureza do cargo a ser exercido, observando-se os critérios seguintes:

CARGO	EXERCÍCIOS A SEREM AVALIADOS
Motorista de veículos pesados	<ul style="list-style-type: none">a) Ligar o veículo/ equipamento;b) Tomar todas as precauções de segurança antes de iniciar a sua operação;c) Conduzir o veículo/ equipamento até local determinado pelo avaliador, atentando para todas as normas técnicas de segurança e condução do equipamento, bem como para as determinações do Código de Trânsito Brasileiro;d) Realizar uma ou mais operações típicas do veículo ou equipamento, nos termos da Folha de Tarefas;e) Conduzir o veículo até local determinado pelo avaliador. Estacionar em área determinada e concluir a operação observando as normas técnicas e de segurança.

6.3- Os candidatos serão submetidos à prova prática no dia 06 de maio de 2016, as 13:30 horas, devendo apresentar-se na secretaria de obras, localizado na rua Ivandro Bruns, 411 - Nova Brasília, Brusque - SC.

6.4- Será atribuída nota zero na prova prática, ao candidato que, por qualquer razão, chegar com atraso, não comparecer ou comparecer em local e horário diverso ao publicado neste edital.

6.5- Por razões de ordem técnica ou meteorológica poderá ser transferida a data, local e horário da realização da prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no endereço eletrônico do processo seletivo e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível;

6.6- Os candidatos deverão comparecer ao local e horário determinados neste edital item 6.3:

a) Munidos de documento de identificação, sem o qual não poderão ingressar no local; deverão apresentar ainda a Carteira Nacional de Habilitação categoria E que os autorize a conduzir o veículo e ou equipamento.

b) Trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

6.7- Os candidatos declaram, ao inscrever-se, gozar de perfeita saúde e estarem aptos para realizar as tarefas que lhe forem determinadas.

6.8- Durante a realização da prova prática é proibido fumar ou ingerir qualquer medicamento ou alimento e usar equipamento de som de qualquer natureza.

6.9- O candidato poderá trazer e beber água acondicionada em garrafa de material plástico.

6.10- Os veículos para a realização da prova prática serão fornecidos pela Prefeitura Municipal de Brusque, no estado em que se encontram.

6.11- As tarefas a serem executadas e o tempo de duração da prova prática, estarão especificadas e descritas em uma "Folha de Tarefa" que será preparada pela banca de avaliação da prova prática.

6.12- No prazo fixado na folha de tarefa o candidato interromperá a execução do trabalho determinado, mesmo que não o tenha concluído, sendo avaliadas as etapas que cumpriu.

6.13- Durante a realização da Prova Prática serão avaliados os seguintes quesitos:

1. a) Postura corporal durante execução da tarefa;
2. b) Disciplina, persistência e capacidade de concentração;
3. c) Qualidade da execução da tarefa;
4. d) Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo que se inscreveu.

6.14- A avaliação da Prova Prática será feita por dois avaliadores, designados pela PREFEITURA. Os avaliadores preencherão, para cada candidato, uma ficha de avaliação, atribuindo notas de 0 a 10 para cada um dos quesitos descritos no item anterior. A nota da prova prática será obtida mediante a média aritmética das notas obtidas nos quesitos.

6.15- Será desclassificado o candidato que não obtiver nota igual ou inferior a 5,00 (cinco) na Prova Prática.

6.16- Estará apto a realizar a prova prática o candidato que possuir a nota mínima, estabelecida do item 6.15 e no mínimo de 6 (seis) meses de tempo de serviço, cuja comprovação dar-se-á por meio do registro constante na Carteira de Trabalho - CTPS, ou por meio de declaração ou certidão de tempo de serviço (em papel timbrado) assinada pelo responsável pela emissão do documento.

6.17- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, levando-se em conta, prova prática e o tempo de serviço, até o limite mínimo especificado no item 6.16, ou seja, o somatório do tempo de serviço e o resultado da prova prática (média aritmética), caso haja vaga disponível; observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

Tempo de Serviço	N. pontos
De 06 meses a 03 anos	05 pontos
De 03 anos e 01 dia até 04 anos	06 pontos
De 04 anos e 01 dia até 05 anos	07 pontos
De 05 anos e 01 dia até 06 anos	08 pontos
De 06 anos e 01 dia até 07 anos	09 pontos
De 07 anos e 01 dia até 08 anos	10 pontos
De 08 anos e 01 dia até 09 anos	11 pontos
De 09 anos e 01 dia até 10 anos	12 pontos
De 10 anos e 01 dia até 11 anos	13 pontos
De 11 anos e 01 dia até 12 anos	14 pontos
Acima de 12 anos	15 pontos

7- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1.- Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

7.2- Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios de desempate:

- a) Candidato que comprovar maior tempo de serviço público;
- b) Candidato casado ou sob regime de união estável.

7.2.1- A comprovação do estado civil especificado na letra "c" do item 10.1 dar-se-á pela apresentação da Certidão de Casamento no Registro Civil ou da Declaração de União Estável, devidamente registrada por Tabelionato.

8 - DO CARGO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Motorista de Veículos Pesados	03+ CR*	40 horas semanais	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação categoria E, e 21 (vinte e um) anos completos	R\$ 2.669,67

* CR: Cadastro de reserva.

9 – ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

9.1- Motorista de veículos pesados:

- Dirigir automóveis, caminhões, ônibus e outros veículos destinados ao transporte de cargas, pessoas e alunos de acordo com norma vigente do conselho nacional de trânsito;
- Recolher máquinas, equipamentos rodoviários e veículos na garagem quando concluído o serviço do dia;
- Manter máquinas, equipamentos rodoviários e veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de urgência; zelar pela conservação dos veículos, máquina e equipamentos rodoviários que lhe forem confiados;
- Auxiliar no embarque e/ou desembarque de passageiros, manuseando instrumentos e equipamentos, quando necessário, bem como

abastecer o veículo com mercadorias e/ou outros materiais.

- Vistoriar o veículo e realizar pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança do veículo.
- Evitar acidentes, controlando e auxiliando na carga e descarga de mercadorias, orientando o seu acondicionamento no veículo, bem como garantir a correta entrega de mercadorias, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga e conferindo as mesmas com documentos de recebimento ou entrega.
- Prestar socorro mecânico e/ou guinchar veículos, quando necessário, bem como operar comandos e/ou mecanismos do veículo, possibilitando a execução da tarefa necessária.
- Preencher diariamente o mapa de controle individual de veículos, entregando-o no prazo solicitado pela sua chefia imediata.
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.
- Obedecer, na íntegra, a legislação de trânsito vigente.
- Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda.
- Estar comprometido com o zelo e bem-estar de seu ambiente de trabalho, inclusive em eventuais períodos de ociosidade.
- Realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

10 - DO RESULTADO

10.1- O resultado do Processo Seletivo será disponibilizado em 11 de maio de 2016, no site da Prefeitura (<http://brusque.sc.gov.br>), bem como no mural da sede da Prefeitura Municipal de Brusque, sito na Praça das Bandeiras, n.77 – Centro, Brusque/SC.

11- DO RECURSO

11.1- A contar da data da divulgação do resultado, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar recurso devidamente fundamentado apontando com clareza os pontos em que deseja combater, sob pena de não ser admitido seu recurso, os quais deverão ser apresentados na Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura, nos seguintes horários: das 13h30min às 17h00min.

11.2- O recurso para ser aceito deverá vir devidamente fundamentado e assinado pelo candidato, apontando com clareza o(s) ponto(s) da sua irrisignação, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

11.3- Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito recurso fora do prazo, termos e horários especificados nos itens 11.1; todavia, poderá o candidato apresentá-lo por intermédio de procurador, munido de procuração com poderes específicos para tal ato, sem a qual não será admitida a interposição de recurso.

11.4- A divulgação dos resultados finais será realizada no dia 13 de maio de 2016.

12 – DO INÍCIO DAS ATIVIDADES

12.1- O candidato aprovado e convocado para trabalhar, deverá apresentar no Recursos Humanos através da Secretaria Municipal de Obras na data e horários fixados por este departamento, os seguintes documentos:

1- Instrumento de admissão/nomeação (memorando);

2- endereço do servidor;

3- comprovação da existência de cargo/emprego criado por lei;

4- regime jurídico;

5- informações pessoais: nome, sexo, cpf, nº registro/matricula, cargo ou função, classe, nível, padrão e referencia de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e nº pis/pasep se houver;

6- laudo de inspeção de saúde;

7- comprovação de nacionalidade;

8- comprovação relativa ao gozo dos direitos políticos;

9- comprovação relativa a quitação militar, quitação com obrigações eleitorais;

10- declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;

11- informações sobre o cargo, órgão que pertence e carga horaria do servidor em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou de provento;

12- comprovação de idade mínima;

13- comprovação relativa a habilitação exigida no edital;

14- declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;

15- fotocópia do registro do contrato na carteira de trabalho;

16- prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público;

17- termo de posse;

18- parecer emitido pelo controle interno sobre a legalidade da admissão;

19- declaração de bens;

20- classificação de aprovação do candidato no concurso ou processo seletivo.

13- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1- Em não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

13.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

EDITAL Nº 008/2016

Processo Seletivo Simplificado– Edital nº008/2016

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de MONITOR ESCOLAR II, EDUCADOR SOCIAL e COORDENADOR PEDAGÓGICO, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Educação, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2- Os cargos, as vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 6 deste edital.

1.3- O Processo Seletivo terá por critério de seleção a apresentação de títulos, tempo de serviço e cursos de formação na área de educação.

1.5- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de um ano.

1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

2.1 – Ter escolaridade exigida para o cargo;

2.2 - Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3 – Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, na data da contratação;

2.4 - Estar em dia com as obrigações eleitorais;

2.5 - Estar em dia com as obrigações militares (para sexo masculino);

2.6 - Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

2.7. - Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art. 37, XVI, "c", da Constituição Federal.

3- DA INSCRIÇÃO

3.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;

3.2 As inscrições serão realizadas exclusivamente no site da Secretaria de Educação (www.educacao.brusque.sc.gov.br), no período de 12:00hrs de 19 de abril de 2016 as 12:00hrs de 29 de abril de 2016.

3.3 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas;

3.4 - Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

3.5- O candidato poderá se inscrever somente a 1 (uma) vaga.

4. - DA LISTA DE INSCRIÇÃO

4.1.- A lista dos candidatos inscritos será divulgada em 04 de maio de 2016, em ordem alfabética sem classificação, no site da Secretaria de Educação (www.educacao.brusque.sc.gov.br), bem como no Site da Prefeitura (www.brusque.sc.gov.br) e afixada no mural da Prefeitura.

4.2. - O candidato poderá interpor recurso do resultado da lista de inscrição, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) que deseja contestar sob pena de não ser admitido seu recurso, que deverá ser apresentado na Secretaria de Educação, Setor de Gestão de Pessoal, no dia 06 de maio de 2016.

5. - DO PERÍODO, HORÁRIO, LOCAL DE ENTREGA E DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO

5.1. - A documentação deverá ser entregue sob protocolo, nos dias 19 de abril de 2016 a 29 de abril de 2016, no horário das 08:00h às 11:30 e 13:30 às 17:00horas, junto ao CMID (Centro Municipal de Inclusão Digital), na Arena Brusque.

6.2. - A documentação a ser entregue deverá estar em envelope pardo no formato 26 x 36, com etiqueta colada no canto superior direito contendo o nome do candidato.

6.3. - O candidato inscrito deverá apresentar, uma cópia dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

a) Ficha de inscrição on-line;

b) Certidão/atestado de tempo de serviço correlacionado ao cargo pretendido, Municipal, Estadual ou particular, expresso em anos e meses. No caso de tempo de serviço prestado para a Administração Pública Municipal de Brusque, esta poderá ser comprovada por meio da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social; considerado até a data de publicação do edital (até 31/03/2016).

c) Curso de formação e/ou atualização nos segmentos ou disciplinas em que pretende atuar, frequentados nos anos de 2012 até a data de 31/03/2016; Não serão contabilizadas as horas de formação, de cursos de atualização e especialização em andamento;

d) Certificado de ensino médio para o cargo de monitor escolar II e educador social.

e) Diploma para o cargo de Coordenador Pedagógico. Considera-se habilitado para o exercício da Coordenação Pedagógica o candidato com formação em Superior Completa em Pedagogia, Normal Superior ou Habilitação em Nível de Licenciatura Plena, com Pós Graduação, em Nível de Especialização na área de Gestão Escolar com carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

f) Cópia de identidade.

6- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Monitor Escolar II	C.R*	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	R\$ 1.310,88
Educador social	C.R*	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	R\$ 1.806,93
Coordenador pedagógico	C.R*	40 horas semanais	Formação Superior Completa em Pedagogia, Normal Superior ou Habilitação em Nível de Licenciatura Plena. Obrigatório: Pós Graduação, em Nível de Especialização na área de Gestão Escolar.	R\$ 2.510,90

*Cadastro de Reserva

7- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO**7.1.1 – Atribuições:****MONITOR ESCOLAR II**

- Receber e entregar as crianças nos horários de entrada e saída, de forma planejada, agradável e acolhedora;
- Estabelecer laços de comunicação de ordem afetiva com as crianças;
- Zelar pela segurança física, higiênica e alimentar da criança;
- Dedicar-se exclusivamente ao atendimento das necessidades das crianças nos horários de alimentação;
- Manter-se junto às crianças durante todo o tempo de atendimento, evitando ausentar-se sem a devida comunicação à professora da sala;
- Auxiliar a professora nas providências, controle e cuidados com o material pedagógico e pertences das crianças;
- Acompanhar as crianças nas suas necessidades básicas e no período de repouso, mantendo-se alertas a todos os fatos e acontecimentos da sala;
- Informar à professora regente, fatos e acontecimentos relevantes ocorridos com a criança;
- Auxiliar na locomoção dos alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida, que necessitem de auxílio ou acompanhamento, garantindo a acessibilidade no espaço escolar ou em passeios e visitas de estudo.

EDUCADOR SOCIAL**Atribuições:**

- Executar programas, projetos e serviços de políticas públicas desenvolvidas pela administração pública direta, indireta, entidades e organizações populares do município, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social – PNAS e Sistema Único de Assistência Social – SUAS, SUS, Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei das Diretrizes e Bases da Educação, visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população.
- Propiciar a integração e reintegração dos usuários e suas famílias colaborando na solução de seus problemas, utilizando, sob supervisão, os métodos e processos básicos de educação alimentar, higiene, relacionamento social, laborterapia, educação e/ou formação para o trabalho, qualificação profissional, entre outros.
- Monitorar e acompanhar atividades de recreação, refeições, repousos, limpeza e conservação de ambiente.
- Zelar pelo cumprimento dos direitos e deveres dos usuários e suas famílias.
- Assistir os usuários das políticas públicas sociais de proteção básica e especial, programando e desenvolvendo atividades de caráter profissional, educativo e recreativo, atendendo às suas necessidades básicas, a fim de permitir sua emancipação e integração na sociedade.
- Encaminhar e/ou acompanhar os usuários nas consultas e/ou atendimentos de saúde, educação, assistência social, jurídico e outros, quando necessário.
- Acolher usuários, bem como seus familiares, verificando a documentação existente.
- Zelar pela integridade física e moral dos usuários, acionando órgãos e entidades necessários para garantir a segurança e a proteção dos mesmos.
- Propiciar aos usuários, um ambiente limpo, seguro e organizado, recebendo-os quando em seu abrigo, auxiliando-os quanto ao funcionamento, horário, contribuindo com a realização das tarefas rotineiras, alimentação, entre outros.
- Verificar, no ato do abrigo dos usuários, a existência de hematomas, escoriações, bem como a sua integridade física, sempre comunicando à coordenação, caso haja a existência dos mesmos.
- Orientar o usuário quanto à administração de medicamentos, conforme receita médica.
- Atuar, principalmente nos abrigos municipais, atendendo o público, seja ele criança, adolescente, pessoas em situação de rua, mulher vítima de violência entre outros.
- Acompanhar e monitorar os horários, bem como a programação exibida em TV, rádio, DVD, entre outros.
- Manter o registro dos usuários atendidos, atualizando-os e organizando-os, a fim de possibilitar atendimento do histórico do cotidiano, bem como do desenvolvimento biopsicossocial dos mesmos.
- Registrar as atividades realizadas, quando necessário.

COORDENADOR PEDAGÓGICO**Atribuições:**

- Articular e coordenar a elaboração do Projeto Político Pedagógico, com foco na proposta pedagógica que defina as linhas norteadoras do currículo escolar, os princípios metodológicos, os procedimentos didáticos, as concepções de conhecimento e de avaliação, entre outros.
- Assegurar o cumprimento da função precípua da escola pública quanto a garantia do acesso, da permanência e êxito no percurso escolar do aluno.
- Participar na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico, de planos, programas e projetos eficazes de qualificação do processo ensino-aprendizagem.

- Assegurar a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais e dos Parâmetros Curriculares Nacionais como referência da proposta pedagógica da escola.
- Orientar o trabalho do professor para a elaboração de um currículo escolar contextualizado, que garanta a adoção de conhecimentos atualizados, relevantes e adequados à legislação vigente.
- Acompanhar e avaliar o plano de trabalho do professor, de acordo com a proposta pedagógica da escola.
- Avaliar juntamente com os professores, o resultado de atividades pedagógicas, analisando o desempenho escolar e propondo novas oportunidades de aprendizagem aos alunos que apresentam dificuldades, objetivando a superação das mesmas.
- Planejar e coordenar em conjunto com a Direção, as atividades escolares no que concerne a calendário escolar, composição de turmas, distribuição de carga horária, lista de materiais, escolha de livros didáticos, recreio pedagógico, dentre outros.
- Planejar e coordenar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação de estudos, equivalência, reclassificação e conclusão de estudos do aluno.
- Planejar e coordenar as reuniões pedagógicas, de Conselho de Classe e com a comunidade escolar, objetivando a melhoria constante do processo ensino-aprendizagem.
- Mediar conflitos disciplinares entre professores e alunos de acordo com as normas de convivência da escola e da legislação em vigor, levando ao conhecimento da Direção quando necessário, para os encaminhamentos cabíveis.
- Acompanhar o rendimento e a frequência dos alunos promovendo orientações ao mesmo e ao seu representante legal, encaminhando aos órgãos competentes os casos que se fizerem necessários.
- Acompanhar e registrar as decisões referentes ao atendimento feito ao aluno, quanto ao seu rendimento escolar, como analisar, discutir e avaliar constantemente o processo ensino-aprendizagem, redefinindo em conjunto com o professor.
- Coordenar atividades de recuperação de aprendizagem, realizando reuniões de Conselho de Classe, com o intuito de discutir soluções e sugerir mudanças no processo pedagógico.
- Estimular e orientar o professor na realização de auto-avaliação e avaliações bilaterais com seus alunos.
- Ministrando curso, palestra ou aula de aperfeiçoamento e atualização do corpo docente, realizando-as em serviço, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos profissionais.
- Assegurar a regularidade da vida escolar do aluno.
- Cumprir e zelar pelo cumprimento da legislação vigente.
- Coletar e atualizar o acervo da legislação em vigor.
- Assegurar a autenticidade, guarda, preservação e o sigilo de todos os documentos que tramitam no estabelecimento de ensino.
- Participar dos cursos de formação, simpósios, congressos, seminários e outros a fim de buscar enriquecimento pessoal e desenvolvimento profissional.
- Articular, facilitar, mediar e motivar o processo de autodesenvolvimento da equipe docente, através das ações que promovam evolução positiva no desempenho pedagógico, nas relações de trabalho e nas atitudes frente às suas funções.
- Levantar dados acerca da contextualização histórica da escola, das famílias envolvidas, buscando informações sobre as necessidades educacionais e sociais, caracterizando o perfil dos alunos, com o objetivo de fornecer subsídios para reflexão das mudanças sociais, políticas, tecnológicas e culturais da sua unidade escolar.
- Buscar apoio junto a profissionais especializados possibilitando ao corpo docente atuar com portadores de necessidades especiais, visando o atendimento com qualidade.
- Pesquisar os avanços do conhecimento científico, artístico, filosófico e tecnológico, bem como organizar grupos de estudo, orientando atividades interdisciplinares, de modo a promover formação contínua dos educadores (professores e/ou funcionários).
- Propor à Direção a infra-estrutura necessária para a escola, a fim de atender alunos com necessidades especiais.
- Sugerir à Direção a compra ou recuperação de materiais, equipamentos e recursos pedagógicos necessários à prática pedagógica eficaz.
- Promover ações, em articulação com a Direção, que estimulem a utilização dos espaços físicos da escola, como salas de aula, de informática, laboratório, sala de leitura, biblioteca e outros.
- Elaborar e manter atualizados os registros e informações estatísticas, analisando, interpretando e divulgando os índices de desempenho da escola como aprovação, reprovação, frequência e evasão, a fim de estabelecer novas metas para alcançar a eficiência institucional.
- Estimular o aperfeiçoamento e a atualização do corpo docente, incentivando a participação em cursos de formação, grupos de estudo, reuniões, palestras, simpósios, seminários e fóruns, a fim de contribuir para o crescimento pessoal e profissional.
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação.
- Participar de grupos de trabalho ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.
- Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis.
- Organizar e manter atualizada a memória histórica da escola.
- Representar, quando designado, a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado.
- Substituir a Direção, quando necessário e devidamente delegado.

8 - DA CLASSIFICAÇÃO

8.1 - A classificação para o cargo de Monitor Escolar II e Educador Social dar-se-á, seguindo os critérios abaixo especificados:

a) Habilitação:

Títulos	Pontuação
Comprovante de Conclusão de Ensino Médio	1,0
Comprovante de Ensino Superior até a 4ª fase	2,0
Comprovante de Ensino Superior a partir da 5ª fase	3,0
Certificado ou Diploma de Conclusão de Ensino Superior	4,0

b) Horas de curso de (formação) aperfeiçoamento:

	PONTOS
Para cada 16h de cursos realizados nos anos até 31/03/2016 na área de educação, com limite de 200 horas.	1,0

c) Tempo de serviço:

	PONTOS
Por mês de serviço trabalhado em ambiente escolar, público e/ou privado considerado até 31/03/2016.	1,0

8.1.1- Para o cálculo da pontuação será utilizada a seguinte fórmula:

PF = PMH + PCA + PTS Na qual:

PF= Pontuação Final;

PMH = Pontuação de Maior Habilitação;

PCA = Pontuação dos cursos de aperfeiçoamento;

PTS = Pontuação do Tempo de Serviço;

8.3- Estará classificado o candidato que obter, no mínimo, 02 (dois) pontos.

8.4- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação

8.2 A classificação para o cargo de Coordenador Pedagógico dar-se-á, seguindo os critérios abaixo especificados:

8.2.1 - Não será computado "tempo de serviço no magistério", o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação;

8.2.2 - Para efeito de pontuação relativa ao tempo de serviço no magistério não será considerada sobreposição de tempo nos documentos apresentados;

a) Habilitação:

Especificação do Título	Valor	Comprovantes
Formação Superior Completa em Pedagogia, Normal Superior ou Habilitação em Nível de Licenciatura Plena, com Pós Graduação, em Nível de Especialização na área de Gestão Escolar com carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	13	Diploma ou Certificado de graduação e pós graduação na área específica.

b) Horas de curso de (formação) aperfeiçoamento;

PONTOS	
1,0	Para cada 40h de curso de (formação) aperfeiçoamento na área de Educação, limitadas à 200 horas.
2,0	Para a segunda especialização com mínimo de 360 horas na área de educação
2,0	Para cada 40h de curso de (formação) aperfeiçoamento na área de Educação, limitadas à 200 horas, na qualidade de instrutor.

c) Tempo de serviço no magistério.

PONTOS	
0,1	Por mês de serviço de docência no magistério público municipal, estadual e/ou privado considerado até a data de 31/03/16. Não será computado tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação.

8.2.3 - Para cálculo da pontuação será utilizada a seguinte fórmula:

PF = PMH + PCA + PTS Na qual:

PF= Pontuação Final;

PMH = Pontuação de Maior Habilitação;

PCA = Pontuação dos cursos de aperfeiçoamento;

PTS = Pontuação do Tempo de Serviço;

8.2.4 - Será classificado o candidato que cumprir os requisitos necessários para o ingresso no cargo.

09 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1- Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

9.2- Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios de desempate:

a) Maior habilitação na disciplina ou área em que pretende atuar;

b) Maior número de horas em curso vinculado ao segmento/disciplina que pretende atuar; c) Maior tempo de serviço no magistério.

d) Na persistência do empate o critério a ser utilizado será o maior tempo de serviço no magistério municipal.

11 - DO RESULTADO

11.1 - As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão publicadas no SITE da Prefeitura de Brusque (www.brusque.sc.gov.br) e da Secretaria Municipal de Educação - (www.educacao.brusque.sc.gov.br) e afixadas no mural da Secretaria Municipal de Educação no dia 10 de maio de 2016.

12 - DO RECURSO

12.1- O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da classificação do Processo Seletivo. O recurso deverá ser entregue no setor de recursos humanos, no dia 11 de maio de 2016.

12.2- O recurso, cujo modelo encontra-se disponibilizado no Anexo V do presente Edital, para ser aceito deverá vir devidamente fundamentado e assinado pelo candidato, apontando com clareza o(s) ponto(s) da sua irrisignação, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

12.3- Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito recurso fora do prazo, termos e horários especificados nos itens 9.1; todavia, poderá o candidato apresentá-lo por intermédio de procurador, munido de procuração com poderes específicos para tal ato, sem a qual não será admitida a interposição de recurso.

12.4 – A divulgação dos resultados finais será realizada dia 13 de maio de 2016.

13- DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

13.1 Os candidatos classificados que irão ser contratados por esta municipalidade, serão contatados via telefone, para agendamento da data e local para a realização do exame médico admissional.

14- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Educação.

14.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

14.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

14.4- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

14.5- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

14.6- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

14.7- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

14.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 19 de abril de 2016.

1. IVANOR DE MENDONÇA
Secretário Municipal da Educação

ANEXO I – EDITAL 008/2016**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, e inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/ ____/ ____.

Assinatura do Candidato.

ANEXO II – EDITAL 008/2016**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins de de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha contratação para o cargo de _____ deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/ ____/ ____.

Assinatura do Candidato.

da inscrição nº , para concorrer a uma vaga no Processo Seletivo Edital nº, a ser prestado para a Secretaria Municipal de Educação, para o cargo de, apresento recurso junto à Secretaria Municipal de Educação, contra decisão da Banca do referido Processo Seletivo.

I. Do objeto de recurso:

..... (explicitar a decisão que está contestando).

II. Dos argumentos do recurso:

III. Dos anexos de suporte para recurso (opcional):

Brusque, de de 2016

..... Assinatura do candidato

RECEBIDO em /...../

EDITAL Nº 009/2016

Edital nº 009/2016

Processo Seletivo Simplificado– Edital nº 009/2016

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.317/98, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Saúde, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2- O cargo, número de vagas, carga horária, habilitação e remuneração, estão especificados no quadro constante do item 7 deste edital.

1.3- O critério de seleção do presente Processo Seletivo consistirá em prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.

1.4- O prazo de validade do presente Processo Seletivo será de 01 (um) ano.

1.5- Considerando o disposto no art. 1º, V, da Lei Municipal 2.174/97, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público, e considerando que a Constituição da República Federativa inscreve, em seu artigo 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável, e a necessidade da presença de Auxiliar de Consultório Odontológico nas unidades básicas de saúde, compreendendo o Programa da Saúde da Família, este entendido como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizado mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde, é fundamental para o bom atendimento da população, o presente Processo Seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, e a necessidade de contratação temporária para substituição em casos de afastamentos temporários de servidores efetivos.

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

Ter formação em ensino médio, registro no órgão fiscalizador do exercício profissional e experiência comprovada de um ano em atividades semelhantes.

3- DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

3.1- O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, CÓPIA dos seguintes documentos:

a) CTPS (folhas da identificação);

b) PIS;

c) CPF;

d) Carteira de Identidade;

e) Título de Eleitor;

f) Comprovante de residência;

g) Sendo casado, deverá apresentar certidão de casamento;

h) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

i) Comprovação relativa a quitação militar e eleitoral;

j) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (em anexo).

k) Comprovação relativa a habilitação exigida no edital.

l) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública (em anexo).

m) Declaração de bens (em anexo).

n) Ficha de inscrição (em anexo).

o) Escolaridade exigida para o cargo

p) Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional

4- DA INSCRIÇÃO

4.1- As inscrições serão realizadas junto a Secretaria de Administração e gestão estratégica, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Brusque, cito no prédio Administrativo, Praça das Bandeiras 77. No período de 19 de abril de 2016 a 06 de maio de 2016, no horário das 13:30hs às 17:00hs.

4.3 O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas.

4.4 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

5- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

5.1 – Ter formação em ensino médio, registro no órgão fiscalizador do exercício profissional e experiência comprovada de um ano em atividades semelhantes para o cargo de auxiliar odontológico.

5.2 - A nacionalidade brasileira ou equiparada;

5.3 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

5.4 - Apresentar comprovante de quitação eleitoral;

5.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

5.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

5.7- Ter sido aprovado em todas as etapas do processo seletivo;

5.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, "c" da Constituição Federal;

6- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

6.1- As inscrições serão realizadas junto a Secretaria de Administração e gestão estratégica, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Brusque, cito no prédio Administrativo, Praça das Bandeiras 77. No período de 19 de abril de 2016 a 06 de maio de 2016, no horário das 13:30hs às 17:00hs.

7- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Auxiliar de consultório odontológico	C.R*	40 horas semanais	Ter formação em ensino médio, registro no órgão fiscalizador do exercício profissional e experiência comprovada de um ano em atividades semelhantes	R\$ 1.806,93

*CADASTRO DE RESERVA.

8- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

8.1- Auxiliar de Consultório Odontológico

8.1.2 - Atribuições:

- Lavar, acondicionar e esterilizar material, segundo técnicas adequadas;
- Prestar cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal aos pacientes;
- Efetuar testes de sensibilidade, aplicando substâncias alérgicas e fazendo leituras das reações, para obter subsídios aos diagnósticos;
- Adaptar o paciente ao ambiente e aos métodos terapêuticos que lhes são aplicados, realizando entrevistas de admissão, visitas diárias e orientando-o para reduzir sua sensação de insegurança e sofrimento e obter a sua colaboração no tratamento;
- Auxiliar em rotinas administrativas do serviço de odontologia;
- Levar aos serviços de diagnóstico e tratamento, o material e os pedidos de exames complementares e tratamentos;
- Receber e conferir os prontuários do setor competente e distribuí-los nos consultórios;
- Agendar consultas, tratamentos e exames, chamar e encaminhar pacientes;
- Executar outras atividades inerentes ao cargo e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

9- DATA, HORA E LOCAL DAS PROVAS

9.1- A prova realizar-se-á no dia 15 de maio de 2016, das 09h00min às 12h00min, nas dependências da UNIASSELVI/ASSEVIM, situada na Rua Gregório Diegolini, 35-A, São Luiz, Brusque-SC.

10- DA PROVA, CLASSIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO

10.1- Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova objetiva com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, comprovante de inscrição e documento de identificação original, o qual deverá estar em perfeitas condições de maneira a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

- 10.2- O candidato somente poderá deixar o local de provas depois de decorrido 45 (quarenta e cinco) minutos do início da prova, sendo automaticamente eliminado do certame aquele que não atender a este dispositivo;
- 10.3- Os três últimos candidatos somente poderão deixar o recinto de uma vez só, após o último candidato ter concluído a sua prova;
- 10.4- A prova de que trata o presente Edital compor-se-á de 25 (vinte) questões objetivas, sendo 15 (quinze) questões de conhecimentos específicos, com o valor de 0,4 (zero vírgula quatro) pontos para cada questão e 10 (dez) questões de conhecimentos gerais, com valor de 0,4(zero vírgula quatro) para cada questão;
- 10.5- Estará classificado no Processo Seletivo o candidato que obtiver na prova objetiva 5,0 pontos do total geral da nota;
- 10.6- Em hipótese alguma será permitido ao candidato:
- 10.6.1- Prestar a prova sem que esteja portando documento de identificação;
- 10.6.2- Ingressar no estabelecimento da prova após o fechamento da sala;
- 10.6.3- Substituir a folha de respostas, por erro do candidato;
- 10.6.4- Valer-se de qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, relógios digitais, telefone celular, agendas eletrônicas, pagers, bip, walkmann ou qualquer outro equipamento similar.
- 10.7- No caso de perda ou roubo de documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão ou Boletim de Ocorrência em órgão policial expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova;
- 10.8- Não haverá segunda chamada para a prova escrita objetiva deste Processo Seletivo, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do certame;
- 10.9- Após identificado e instalado, o candidato somente poderá ausentar-se da sala acompanhado de fiscal.

11- DO CONTEÚDO DA PROVA ESCRITA

11.1 CONHECIMENTOS GERAIS:

11.1.1 – LÍNGUA PORTUGUESA:

- 11.1.1.1 – Leitura e interpretação de textos;
- 11.1.1.2 – Gêneros e tipos de texto;
- 11.1.1.3 – Ortografia: divisão silábica; acentuação gráfica; emprego do sinal indicativo da crase.
- 11.1.1.4 – Estrutura e formação de palavras;
- 11.1.1.5 – Classe de palavras, flexão e emprego;
- 11.1.1.6 – Sintaxe: frase e oração, termos da oração;
- 11.1.1.7 – Concordância nominal;
- 11.1.1.8 – Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, conotação e denotação. Figuras de sintaxe e pensamento de linguagem;
- 11.1.1.9 – Fonética e de linguagem;
- 11.1.1.10 – Pontuação

11.1.2 – MATEMÁTICA:

- 11.2.1 – Situações problema, envolvendo operações com números racionais;
- 11.2.2 – Números racionais, representação fracionária e decimal: operações e propriedades;
- 11.2.3 – Razão, proporção, regra de três simples e porcentagem;
- 11.2.4 – Situações problema, envolvendo equações e sistema de equação do 1º grau;
- 11.2.5 – Situações problema, envolvendo cálculo de perímetro e área das principais figuras planas com suas respectivas unidades de medida;
- 11.2.6- Raciocínio lógico, compatível com o nível fundamental completo;

11.1.3- INFORMÁTICA:

- 11.3.1- Noções de funcionamento de computadores, impressoras, scanner, fac- símile, tablets.
- 11.3.2- Conhecimentos em nível de usuário do Microsoft Word, Microsoft Excel, Microsoft Outlook e Microsoft Power Point.
- 11.3.3- Noções de Internet, correio eletrônico e ferramentas de navegação.

11.2- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DE AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO:

- 11.2.1- Noções sobre anatomia e fisiologia do corpo humano.
- 11.2.2- Anatomia das unidades dentárias.
- 11.2.3- Funcionamento geral do consultório: organização de arquivos e fichários, atribuições e funções; noções básicas de manuseio de agendas para marcação de consultas e preenchimento de fichas.
- 11.2.4- Materiais dentários; radiologia odontológica: técnicas de revelação; isolamento do campo operatório; instrumental odontológico; biossegurança; métodos de utilização do Flúor tópico; técnicas de higienização bucal; métodos para limitar a propagação de microorganismos, controle da infecção.
- 11.2.5- Segurança no trabalho.

12- DO GABARITO

- 12.1- O gabarito oficial da prova será divulgado no dia 18 de maio de 2016, no site da prefeitura, no seguinte endereço: www.brusque.sc.gov.br.

13- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1- Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

13.2 Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicado o critério de item 13.1, terá preferência, sucessivamente, o candidato:

- a) maior idade ;
- b) maior número de acertos nas questões específica;
- c) maior número de acertos nas questões de Língua Nacional;
- d) maior número de acertos nas questões de Matemática;
- e) casado ou sob regime de união estável.

13.3- A comprovação do estado civil especificado na letra "g" do item 3.1 dar-se-á pela apresentação da Certidão de Casamento no Registro Civil ou da Declaração de União Estável, devidamente registrada por Tabelionato.

14- DO RESULTADO

14.1- As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas em 18 de maio de 2016, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: www.brusque.sc.gov.br, bem como em listas afixadas no mural da Prefeitura.

15- DOS RECURSOS

15.1- A contar da data da divulgação do resultado (lista de aprovados), o candidato terá 1 (um) dia útil para interpor recurso, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) em que deseja combater, sob pena de não ser admitido seu recurso, os quais deverão ser apresentados na Secretaria de Administração e gestão estratégica, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Brusque, cito no prédio Administrativo, Praça das Bandeiras 77. No seguinte horário das 13:30hs às 17:00hs.

15.2 - A divulgação dos resultados finais será realizada no dia 20 de maio de 2016.

16- DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

16.1- O candidato aprovado e convocado para trabalhar, deverá apresentar no Recursos Humanos, através da Secretaria Municipal de Saúde, na data e horários fixados por este departamento, os seguintes documentos:

- 1- Instrumento de admissão/nomeação (memorando);
- 3- Comprovação da existência de cargo/emprego criado por lei;
- 4- Regime jurídico;
- 5- Informações sobre o cargo, órgão que pertence e carga horária do servidor em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou de provento;
- 6- Informações pessoais: Nome, sexo, CPF, cargo ou função, classe, nível, padrão e referência de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e nº PIS/PASEP se houver;
- 7- Comprovação relativa a habilitação exigida no edital;
- 8- Comprovação de idade mínima;
- 9- Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- 10- Fotocópia do registro do contrato na carteira de trabalho;
- 11 - Foto 3x4 recente;
- 12- Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas da identificação);(Cópia)
- 13- PIS; (Cópia)
- 14 – CPF; (Cópia)
- 15- Carteira de Identidade; (Cópia)
- 16- Certidão de nascimento; (Cópia)
- 17- Título de Eleitor; (Cópia)
- 18- Comprovante de residência atualizado; (Cópia)
- 19 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; (Cópia)
- 20 - Comprovação relativa a quitação militar, no caso de candidato de sexo masculino; (Cópia)
- 21- Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);
- 22- Apresentar Certificado ou Diploma de Conclusão de Curso do primeiro grau. (Cópia)
- 23- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- 24- Declaração de bens;
- 25- Laudo de inspeção de saúde;
- 26- Classificação de aprovação do candidato no concurso ou processo seletivo.
- 27- Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público;

17- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

17.2- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

17.3- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas

17.8 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

[illegible]

[illegible]

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura

Anexo IV

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº _____

CARGO _____

Nome Completo do Candidato _____

Endereço: _____ nº _____

Bairro _____ Cidade _____ Fone _____

Estado Civil: _____

Data de Nascimento: _____

Grau de Escolaridade _____

Registro no Órgão de Classe nº _____

(RG) _____ CPF _____

Ass. do candidato Ass. Fiscal

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO Nº _____

CARGO _____

Nome Completo do Candidato _____

Brusque (SC) ____/____/____

Ass. Fiscal

OBS: Para realização da prova é obrigatório a apresentação do ``Protocolo de Inscrição e Documento de Identificação``.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 049/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 049/2015.

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 049/2015, entre o Município de Brusque e a empresa OFICINA DO ZECA REPARADORA AUTOMOTIVA EIRELI EPP, em 18/03/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL; INCLUINDO SERVIÇOS DE MECÂNICA E ELÉTRICA PARA MOTOCICLETAS; FUNILARIA E PINTURA PARA CAMINHÕES E MÁQUINAS; ELÉTRICA PARA CAMINHÕES E CAMINHONETES DIESEL; ALINHAMENTO/BALANCEAMENTO, CAMBAGEM E MONTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS DIVERSOS DA ADMINISTRAÇÃO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, CONFORME AS DIRETRIZES DO PREJULGADO N. 803 DO TCE/SC, de 22/04/2016 a 31/12/2016. Valor: R\$ 167.617,50 Fundamento legal: artigo 57, inciso II c/c artigo 55, III da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 004/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: CRISRIANO BITTENCOURT e JOSÉ HEIL JÚNIOR.

LEI Nº 3.980, DE 12 DE ABRIL DE 2016

LEI nº 3.980, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo a celebrar termo aditivo ao contrato firmado com a União ao amparo da Medida Provisória nº 2.186-35, de 24 de agosto de 2001, para alteração das condições nele estabelecidas, nos termos da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termo aditivo ao Contrato de Confissão, Consolidação e Refinanciamento de dívidas firmado com a União, por intermédio do Banco do Brasil, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e suas edições anteriores, nos termos da Lei Municipal nº 2.355, de 29 de julho de 1999, alterada pela Lei Municipal nº 2.377, de 24 de novembro de 1999.

Art. 2º Aditivo de que trata esta Lei será formalizado observando-se os termos e condições estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, para alteração das condições do contrato aditado.

Art. 3º Para pagamento do principal, juros e outros encargos, inclusive a remuneração a que o agente financeiro da União fará jus pelos serviços prestados e demais despesas do Contrato e seus Aditivos, fica o Banco do Brasil S/A autorizado a debitar na conta corrente mantida em sua agência, indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários para cumprimento das obrigações, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único. Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere o caput deste artigo, nos termos do § 1º, do art. 60, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º Permanecem vinculadas ao refinanciamento de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, em garantia das obrigações assumidas no contrato de refinanciamento e seus aditivos, as receitas de que tratam os artigos 156, 158, 159 inciso I, alínea "b", e § 3º, nos termos do § 4º, do art. 167, da Constituição

Federal, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Parágrafo único. No caso de os recursos do Município, a que se refere o caput, não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar e transferir, imediatamente, os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e liquidação da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 6º Os orçamentos ou créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos ao contrato a que se refere o art. 1º.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.981, DE 12 DE ABRIL DE 2016

LEI nº 3.981, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Denomina Praça Maria Lübke, o logradouro público, situado no bairro Santa Rita, neste Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Praça Maria Lübke o logradouro público situado na confluência das Ruas Porto Belo e Camboriú, bairro Santa Rita, neste Município, com área de 203,00 m² (duzentos e três metros quadrados).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.982, DE 12 DE ABRIL DE 2016

LEI nº 3.982, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA GUILHERME BÖING, a via identificada como Rua 101 do Loteamento Maximiliano Jonk, anteriormente identificada como BA 004, Bairro Bateas, UP 08.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 180 metros, tendo a pista largura de 9,00 metros e passeios de 2,00 metros no lado esquerdo e de 3,00 metros no lado direito.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SÉRGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.983, DE 12 DE ABRIL DE 2016

LEI nº 3.983, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA CARMELINA GROH, a Rua AZ-028, transversal da Rua Padre Antônio Eising, Bairro Paquetá, localizada a 40,00 metros, sentido bairro/centro, depois da Rua José Adriano.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 55,00 metros, tendo a pista largura de 5,00 metros e passeios de 1,50 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.984, DE 12 DE ABRIL DE 2016

LEI nº 3.984, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA ANTONIO ALEXANDRE SCHAADT, a via identificada como Rua SC-045, SC-046, SC-044 (antigas ruas A, B e C do Lot. Res. Luiza Knop), transversal da rua Maximiliano Furbringer, bairro Souza Cruz, localizada a 75,00 metros sentido bairro/centro, depois da rua Alberto Knop (lado direito).

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 415,00 metros, tendo a pista largura de 8,00 metros e passeios de 2,00 metros para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO N ETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.799, DE 08 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA nº 10.799, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, considerando os termos do Convênio nº 02/2016, firmado entre o Município de Brusque e a Câmara Municipal de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a cessão do servidor EVANDRO ERONY SALLES, ocupante de cargo de provimento efetivo, para a Câmara Municipal de Brusque.

Parágrafo único. O ônus da remuneração do servidor cedido caberá ao Município de Brusque.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.803, DE 15 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA nº 10.803, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Secretária de Saúde, Ivonir Zanatta Webster, os servidores Luiz Fernando Sanni, Diretor da Secretaria de Saúde, e Cristiano Bittencourt, Secretário de Orçamento e Gestão, para movimentar as contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde de Brusque.

Parágrafo único. As contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde de Brusque serão movimentadas, no mínimo, com 02 (duas) assinaturas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.804, DE 15 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA nº 10.804, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Institui Comissão e nomeia membros para apurar eventuais irregularidades nas concessões de benefícios de aposentadorias, efetivados até o exercício de 2004.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO a Notícia de Fato n. 01.2016.00003829-2, protocolada perante a 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque, na qual relata possíveis irregularidades nas concessões de benefícios de aposentadoria, custeados pelo Município de Brusque em decorrência da extinção do regime próprio de previdência – PREVIBRUSQUE, po meio da Lei Complementar nº 109, de 17 de dezembro de 2004, CONSIDERANDO recomendação da Controladoria-Geral do Município, no sentido de criar comissão para apurar eventuais irregularidades nas concessões de aposentadoria, oportunizando o contraditório e a ampla defesa às partes envolvidas,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão para apurar eventuais irregularidades nas concessões de benefícios de aposentadorias, ocorridas até o exercício de 2004.

Art. 2º Nomear para compor referida comissão, os seguintes membros:

I – representante da Procuradoria-Geral do Município:

Danyelle Brem Moraes

II – representante da Controladoria-Geral do Município:

Daniel Felício

III – representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque – SINSEB:

Orlando Soares Filho

IV – representante do Instituto Brusquense de Previdência

– IBPREV:

Rafael Pires Rubim

Art. 3º A comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária para a elucidação dos fatos, bem como poderá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado, mediante apresentação de justificativas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de abril de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEÔNIDAS PEREIRA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 799/2016

PORTARIA Nº 799/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. SALETE CRISTINA SCHLINDWEIN, matrícula nº 728950-00, nomeada por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Telefonista, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, por 15 dias, no período compreendido entre 24/02/2016 à 09/03/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração da servidora, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 24/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de abril de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 0786/2016

PORTARIA Nº 0786/2016, de 18 de abril de 2016.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2016, instaurado pela Portaria nº 0377/2016 e dá outras providências.”

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando as dificuldades técnicas junto ao equipamento de informática do setor, bem como o decurso de tempo para sua regularização;

Considerando a disponibilidade / agendamento da Sala de Comissões, onde agregam-se, mediante programação, todas as demais Comissões Municipais);

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2016, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, movido em desfavor do servidor WANDERSON JOSE CUNHA DOS SANTOS, ocupante do cargo de agente de obras, lotado na Fundação Ecológica e Zoobotânico desta Municipalidade, portador do CPF nº 814.090.609-34, matrícula nº 4116704-01, para apurar os fatos constantes do Ofício FEZB nº 006/2016 e memorando FEZB de 15/02/2016, encaminhados pela Fundação Ecológica e Zoobotânico desta Municipalidade, bem como do despacho de 18/02/2016, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor do servidor supra-mencionado, bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor); I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); II (assiduidade); III (pontualidade); VI (observar as normas legais e regulamentares); VII (cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais); e 175 (Ao servidor público é proibido:), I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato); XII (exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho); XIX (proceder de forma desidiosa); e 188, VI (insubordinação grave em serviço), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Art.2º - Prorrogar o afastamento preventivo do servidor Wander-son José Cunha dos Santos do cargo por 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, conforme art. 212, parágrafo 1º, da Lei Complementar 147/2009, justificando-se e tendo em vista as peculiaridades do caso, com base nos elementos constantes dos depoimentos, documentos e despachos exarados, a fim de que se garanta a tramitação regular do feito;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de abril de 2016.
CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 709/2016

PORTARIA Nº 709/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. GREICE JORDELI DALMOLINI REITZ, matrícula nº 907910-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 06/04/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 21/04/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de abril de 2016.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.766

DECRETO Nº 6.766, de 15 de abril de 2016.

Nomeia a Comissão Central Organizadora dos Joguinhos Abertos 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem a Comissão Central Organizadora dos Joguinhos Abertos - 2016:

Presidente : Carine Bosseti

Vice-Presidente : Paulo Roberto Gonçalves

Secretária : Lucianita Furlanetto

Tesoureiros : Marines Bigarella Ribeiro e Leonardo Antunes

COMISSÕES DE TRABALHO

Solenidades – Lucianita Furlanetto

Alojamento das Delegações – Amur Soares

Suporte Técnico Local – Amur Soares e Lais Souza de Moraes

Infraestrutura/Urbanismo – Denise Chiarello

Imprensa – Alessandro Schneider

Relações Públicas e Marketing – Mariany Godinho

Obras – Pedro Henrique Pino Garcia

Segurança – Allex Atolini

Saúde – Roselaine de Almeida Périco

Transporte – Ivo Menezes

Diretores Técnicos – João Darci Coelho, Juliano Vaz e Osmar Pavelski

Licitações e Compras – Taylor Fischer

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.746

PORTARIA Nº 26.746, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

Resolve:

ALTERAR o percentual da Função Gratificada – FGR, concedida ao Servidor Público Municipal abaixo nominado, especificando código, nome, nomenclatura, percentual anterior, percentual que passa a receber e Secretaria de lotação, com efeitos a contar de 01 de março de 2016, conforme segue:

Código	Nome	FGR	% Anterior	% Alterado	Secretaria - Setor
504	Antonio Carlos Castilho	1	40%	50%	002 – Licitações

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de março de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.770

PORTARIA Nº 26.770, de 13 de abril de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 76, de 22/12/2005, que dá nova redação à Lei nº 1.582, de 26/01/2001, que institui a Fundação Municipal de Esportes,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 016/2016, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, o cidadão BRUNO JOSÉ DE ARAUJO MANENTE, para ocupar o cargo de Professor de Educação Física, da Fundação Municipal de Esportes – FME, Referência 25, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício no dia 13 de abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.775

PORTARIA Nº 26.775, de 13 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando código, nome, cargo efetivo, órgão de lotação, conversão e período de aquisição, para pagamento no mês de abril de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Lotação	Conv.	Período Aquisitivo
148	Itamara de Oliveira	Profª do Ensino Fundamental I	EMEB Alto Bonito	1/3	06/03/2000 a 06/03/2005

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 13 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.778

PORTARIA Nº 26.778, de 14 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal JULIANA NURILLES GARBOZZA, Matrícula 11351, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, da Procuradoria Geral do Município, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, nomeada pela Portaria nº 21.281, de 03 de janeiro de 2012, com efeitos a contar de 14 de abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.783

PORTARIA Nº 26.783, de 14 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 22, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 26.589, de 25 de fevereiro de 2016, que concedeu licença prêmio à Servidora Pública Municipal ILZA WITTE ROSSA, Matrícula 1007, cargo de Professor do Ensino Fundamental I, lotada na Secretaria Municipal da Educação, atuando na Direção da EMEB Alcides Tombini (40hs), em razão da desistência do gozo e permanência no exercício do seu respectivo cargo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.784

PORTARIA Nº 26.784, de 15 de abril de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, que homologou o resultado final do concurso, a cidadã JULIANA NURILLES GARBOZZA, para ocupar o cargo de Técnico Legislativo, do Grupo Ocupacional – Administrativo do Poder Executivo Municipal, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Referência 30, carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com data de posse e início do exercício no dia 15 de abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.785

PORTARIA Nº 26.785, de 15 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

Resolve:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, ocupantes de cargos efetivos e de contrato temporário, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: códigos, nomes das servidoras, cargos, dias de afastamento e período, conforme segue:

I - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – A Contar de – Data início
1088	Gisele Rossi Canalli Beher	Professor Educação Infantil	14 dias	12/04/2016
2631	Lurdes de Jesus Fernandes	Servente Educação	30 dias	08/04/2016

II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ACTS

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – A Contar de:
14476	Araci Lucia Pereira Dias	Professor Educação Infantil	15 dias	11/04/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETARIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.786

PORTARIA Nº 26.786, de 18 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

Resolve:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 25.471, de 10 de abril de 2015, que colocou à disposição da Secretaria Municipal de Educação, as Servidoras abaixo relacionadas, para atuarem no PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, com efeitos retroativos a contar de 31 de dezembro de 2015:

Código	Nome	Escola da Função	Carga Horária	A contar de
6962	Andreia Anciutti	EMEB Irmão Venâncio José	20 horas	31/12/2015
27	Rozangela De Bastiani	EMEB Irmão Venâncio José	20 horas	31/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.787

PORTARIA Nº 26.787, de 18 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências

Resolve:

COLOCAR A DISPOSIÇÃO da SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, para atuar no PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, a contar de 01 de abril de 2016 a 31 de dezembro de 2016, especificando: código, nome, carga horária, escola de lotação, conforme segue:

Código	Nome	C.H.	Local de Lotação
6962	Andreia Anciutti	20	EMEB Irmão Venâncio José
10519	Andreia Anciutti	20	EMEB Irmão Venâncio José

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 003/2016 - FMAS - Atas do Sistema de Registro de Preços 008/2016 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TINTA E TONER, UTILIZADOS PARA REALIZAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEMAIS UNIDADES VINCULADAS A ESTA PASTA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/04/2017

1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2016 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 048/2016 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 033/2016 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE LANCHE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE ALIMENTAÇÃO PARA EQUIPES DE TRABALHO DURANTE EVENTOS DA MUNICIPALIDADE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/04/2017

1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2016 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 050/2016 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 032/2016 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESTAÇÕES PORTÁTEIS (RÁDIO/COMUNICAÇÃO) E CENTRAIS FIXAS, DESTINADO ÀS EVENTOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/04/2017

1ª Publicação.

PR 008/2016 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2016-FMAS- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E REPARO DAS UNIDADES E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 05 (Cinco) de Maio de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 19 de Abril de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

1ª ALTERAÇÃO - PREGÃO 15/2016 FMS

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016 FMS
PREGÃO PRESENCIAL

Considerando questionamento protocolado pela empresa São Bento Automóveis Ltda verificou-se a necessidade de alteração da descrição do item objeto deste edital.

Assim sendo:

ALTERA-SE a capacidade mínima do porta-malas, de 290 litros para 285 litros, na descrição do item 01, objeto do edital.

INCLUI-SE a exigência de comprimento mínimo do veículo para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

Passando a vigorar conforme segue:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
01	01	UN	Veículo automotor novo, tipo passeio, com 05 lugares. Ano/modelo: 2016. Combustível: Flex (álcool/gasolina). Cor: branca. 04 portas. Potência mínima: 75cv. Capacidades mínimas: carga útil: 400kg, tanque de combustível: 48 litros. Porta-malas: 285 litros. Comprimento mínimo: 3.800mm. Incluso desembaçador com ar quente e demais equipamentos exigidos pelo CBT – Código Brasileiro de Trânsito. Prazo mínimo de garantia: 12 meses.	R\$ 31.000,00

Por último, ALTERA-SE todas as datas de abertura, e consequentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

1.1.1 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS DO DIA 05/05/2016, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

1.1.2 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 05/05/2016

HORA: 10 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

4.5.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 4.5.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 05/05/2016, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

6.1.2.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 6.1.2.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 05/05/2016, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

8.2.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 05/05/2016, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre, 19 de abril de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2016 FMS

Processo Licitatório nº 07/2016 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezenove dias do mês de abril de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual prestação de serviços de mão de obra mecânica para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa AUTO CAR RINALDINHO LTDA, CNPJ: 05.786.906/0001-05, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 07/2016 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 01						
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	

01	360	HORA	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças para os veículos: - Renault Clio, 2013, MLS 9343 - Chevrolet Corsa, 1998, LZN 4042 - Fiat Uno Mille Fire Flex, 2011, MJA 0644 - Fiat Uno Mille Fire, 2007, MFY3948 - Fiat Palio, 2013, MLO 0991 - Fiat Palio Weekend, 2011, MIQ7905 - Chevrolet Spin, 2014, MLY8897	30,00	10.800,00
VALOR TOTAL PARA O LOTE 01				R\$ 10.800,00	

LOTE 02					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02	360	HORA	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças para os veículos: - VW Kombi, Ano 2011, MJA 0584 - VW Kombi, Ano 2002, MBX 6075 - VW Kombi, Ano 2011, MJO 3863	29,00	10.440,00
VALOR TOTAL PARA O LOTE 02				R\$ 10.440,00	

LOTE 03					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
03	360	HORA	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças para os veículos: - Peugeot Boxer 330M, 2006, MFS 5790. - Renault Kangoo Ambulância, 2011, MMJ 5893. - Renault Master, 2011, MMB9849. - Renault Master, 2011, MJR5236.	43,00	15.480,00
VALOR TOTAL PARA O LOTE 03				R\$ 15.480,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

AUTO CAR RINALDINHO LTDA
Representante legal

ATA PREGÃO FMS 10/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA
(Processo Licitatório nº 10/2016 FMS)

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniac Munhoz Pregoeira Municipal, Lilian Terezinha Bartsch, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 15/2015, modalidade Pregão Presencial, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de borracharia para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre – SC. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, declarando a licitação DESERTA, considerando que nenhum licitante protocolizou documentação e proposta para tal licitação. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

CONVOCAÇÃO Nº 044/2016

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015
CONVOCAÇÃO Nº 044/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ERNESTINO RIBEIRO DO AMARAL DE SOUZA inscrito no CPF/MF sob nº 072.562.959-28, aprovado em 6º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR II, na Função de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FÍSICA, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 25 de Abril de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 19 de Abril de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 03 DE 19 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 03 DE 19 DE ABRIL DE 2016

CONCEDE IMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL INATIVO DANIEL CARVALHO.

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina – IPRECAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao cumprimento de Sentença dos Autos nº 0007486-72.2007.8.24.0058/01 Mandado 058.2016/001536-0-Z05 do Poder Judiciário da Comarca de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina;

Resolve:

Art.1º) Conceder a implementação do Benefício por invalidez, ao Servidor Público Municipal Inativo DANIEL CARVALHO, Registro no Sistema sob nº 31, aposentadoria concedida em data de 01 de Agosto de 2005 pelo Decreto Municipal nº 3.821.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Invalidez em Caráter Integral, perfazendo o valor de R\$ 1.112,77 (um mil, cento e doze reais, setenta e sete centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2016.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC. IPRECAL, 19 de abril de 2016.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN

Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/04/2016.

PREGÃO Nº 07/2016 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2016 FMAS

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de suco natural integral para os alunos das Oficinas do CRAS, conforme relação abaixo:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unit. Estimado (R\$)
01	200	Garrafa com 1,5L	Suco de Uva - Integral. Suco de uva 100% natural. Sem conservantes e sem corantes. Sem adição de açúcar e ou água. Garrafas de vidro para melhor preservação do alimento, com capacidade de 1 litro. Produto não alcoólico e não fermentado. Produto sem glúten. Extrato de uva bordô. Tratado sob o processo de pasteurização. Validade de 2 anos.	14,60

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 20/04/2016 até as 9h45min do dia 04/05/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 04/05/2016 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias classificadas como material de consumo disponíveis para o exercício vigente.

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 19 de abril de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE DL Nº10/2016.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 48/2016.

Dispensa de Licitação Nº 10/2016.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DO IMÓVEL (CASA) QUE SE DESTINARÁ AO FUNCIONAMENTO DO CEIM RAO DE LUZ NA LOCALIDADE DE ENCRUZILHADA - CAMPOS NOVOS. DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8.666/93.

Valor mensal: R\$ 700,00 (Setecentos reais).

Campos Novos, 19 de Abril de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

AVISO PP 19/2016 - AQUISIÇÃO MAT EXPEDIENTE - SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 06/05/2016 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DURANTE O ANO DE 2016. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 20 de abril de 2016.

Nelson Luiz de Paula

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1087/16

PORTARIA Nº 1087/16 de 12/04/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ENORI BET

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Resolve:

Contratar em caráter temporário ENORI BET para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de abril de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 12 de abril de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1088/16

PORTARIA Nº 1088/16 de 12/04/2016

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FRANCIELI RODRIGUES DA ROSA MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência da vaga excedente,

Resolve:

Contratar em caráter temporário, FRANCIELI RODRIGUES DA ROSA MACHADO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 12 de abril de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1089/16

PORTARIA Nº 1089/16 de 12/04/2016

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NELCI CARAFFA SA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência da vaga excedente,

Resolve:

Contratar em caráter temporário, NELSI CARFFA SA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 12 de abril de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1090/16

PORTARIA Nº 1090/16 de 12/04/2016

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EMANUELA KAREN FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência da vaga excedente,

Resolve:

Contratar em caráter temporário, EMANUELA KAREN FAGUNDES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

COMUNIQUE – SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 12 de abril de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1091/16

PORTARIA Nº 1091/16 de 12/04/2016

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVANDIRA DE FATIMA LOPES DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência da vaga excedente,

Resolve:

Contratar em caráter temporário, IVANDIRA DE FATIMA LOPES DE SOUZA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2016.

COMUNIQUE – SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 12 de abril de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 33/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 33/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 26/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade de 17.241,00 (dezessete mil e duzentos e quarenta e um) litros de combustível, óleo diesel S-500, para consumo da frota da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para o exercício 2016, conforme especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 04 de maio de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 19 de abril de 2016.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇO Nº FMAS 01/2016

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº FMAS 05/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº FMAS 01/2016, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA DA CASA DE PASSAGEM NOVA CANAÃ, LOCALIZADA NA RUA CATARINA DE SOUZA HUBNER, 945, BAIRRO PIEDADE, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 19 (dezenove) dias, do mês de abril do ano de 2016, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. José Marcos Carvalho e Srta. Tayná Machado, nomeados pela Portaria nº 063/2016, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas J. LUMA CONSTRUTORA LTDA – ME, representada pela Sra. Marilei Tomelin Nunes Augusto, ANA CARDOSO – ME (MR CLEAN ENGENHARIA), representada pelo Sr. Luiz César Crescencio Luiz, ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, sem representante presente, CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA, representada pelo Sr. Allan Jones Tibes Alves e KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME, representada pelo Sr. Cleidiomar Oliveira. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. As empresas J. LUMA CONSTRUTORA LTDA – ME, ANA CARDOSO – ME (MR CLEAN ENGENHARIA), ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA e KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME participam da licitação na condição de ME/EPP. Os CNPJ de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal. Dada a palavra aos participantes, o representante da empresa ANA CARDOSO – ME (MR CLEAN ENGENHARIA), Sr. Luiz Cesar Crescencio Luiz pediu para que constasse em ata que o atestado de capacidade técnica emitido pela empresa Maxipeças e apresentado nesta licitação pela empresa J. LUMA CONSTRUTORA LTDA – ME tem objeto diferente da CAT, ou seja, o atestado menciona execução de barracão de alvenaria com 1.180 m2 e na CAT consta execução de obra com 1.180 m2, e ainda que a obra foi executada no período de 08/10/2011 a 08/06/2012, datas que divergem do início da responsabilidade técnica da arquiteta Simone Link Brehmer, que conforme a certidão de registro e quitação de pessoa jurídica nº. 294901 teve início em 16/07/2012, que a razão social da empresa J. LUMA CONSTRUTORA LTDA – ME na certidão estadual diverge daquela expressa no contrato social, e com relação à empresa ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP, a atestado de capacidade técnica está certificado através de carimbo, contrariando o item 6.2.2.5 do edital de licitação. Com relação às alegações acima, a comissão de licitação consultou a equipe técnica da secretaria municipal de planejamento que em consultas aos órgãos competentes, afirmou que todos os documentos são válidos e comprovam a capacidade técnica das empresas. Em razão de a documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas J. LUMA CONSTRUTORA LTDA – ME, ANA CARDOSO – ME (MR CLEAN ENGENHARIA), ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA e KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME, habilitadas no certame e nenhuma empresa participante foi inabilitada. As empresas assinaram o termo de renúncia referente fase de habilitação. A Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, qual seja, J. LUMA CONSTRUTORA LTDA – ME, ANA CARDOSO – ME (MR CLEAN ENGENHARIA), ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA, KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores ficaram assim distribuídos: em 1º a empresa KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME, com o valor global de R\$ 53.240,63, em 2º a empresa CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA, com o valor global de R\$ 55.507,08, em 3º a empresa J. LUMA CONSTRUTORA LTDA – ME, com o valor global de R\$ 59.325,99, em 4º a empresa ANA CARDOSO – ME (MR CLEAN ENGENHARIA), com o valor global de R\$ 61.199,63 e em 5º a empresa ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP, com o valor global de R\$ 63.592,57. A Comissão declarou vencedora da licitação a empresa KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME com o valor global de R\$ 53.240,63. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

José Marcos Carvalho
Secretário

Tayná Machado
Membro

J. LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME
Marilei Tomelin Nunes Augusto

KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME
Cleidiomar Oliveira

ANA CARDOSO – ME (MR CLEAN ENGENHARIA)
Sr. Luiz César Crescencio Luiz

CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA
Allan Jones Tibes Alves

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 40/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/16

HOMOLOGAÇÃO: 19/04/16

CONTRATADO: S.C. COMÉRCIO E ACESSÓRIOS PARA MÓVEIS LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVISÓRIAS, TIPO EUCATÉX, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 47.600,00 (quarenta e sete mil e seiscentos reais)

DATA: 19/04/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE ERRATA DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 48/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 48/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público que na publicação realizada neste veículo, no dia 05 de abril de 2016, edição Nº 1968, página 167, referente a divulgação da Publicação da PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 48/2016, onde lia-se: Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS TAIS COMO: CARRO PLATAFORMA, PALLETS, CONTAINER PLASTICO, LIXEIRA, COMPUTADOR E IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS., leia-se, Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE ESTRADO PLASTICO MODULAR 100X60 H=16,5, E CONTAINER PLASTICO 1.000 L, DESTINADOS À COZINHA COMUNITÁRIA DO BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

PMC CONTRATO 0144/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº...: 0144/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: TRANSPORTES COLETIVO MAIA LTDA - ME	
Valor : 31.046,40 (trinta e um mil e quarenta e seis reais e quarenta centavos)	
Vigência : Início: 19/04/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016 Processo_Licitatório....: 0004 / 2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para realização de serviços de TRANSPORTE ESCOLAR para o exercício 2016, com Recursos Federais, Estaduais e Municipais	
Capinzal, 19 de Abril de 2016	

PORTARIA 273/2016

PORTARIA Nº 273, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Ariane Surdi, matrícula nº 326917/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 16 de fevereiro a 14 de dezembro de 2016, em vaga excedente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 17 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 276/2016

PORTARIA Nº 276, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Éline Juliessa Chaves, matrícula nº 328120/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 16 de fevereiro a 14 de dezembro de 2016, em substituição a titular Dirlei da Silva, que está em licença para tratar de interesses particulares.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 17 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 277/2016

PORTARIA Nº 277, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Helena Altmann, matrícula nº 410044/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Ernesto Hachmann.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 16 de fevereiro a 30 de abril de 2016, em substituição a titular Niane de Azeredo Filbert, que está em Licença Maternidade e férias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 17 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 278/2016

PORTARIA Nº 278, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Angelica Kunrath, matrícula nº 326755/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de dez (10) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 16 de fevereiro a 09 de dezembro de 2016, em substituição a titular Cimara Moreira Baú, designada para atender as creches municipais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 17 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 279/2016

PORTARIA Nº 279, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Juciele Machado, matrícula nº 330175/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de dez (10) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 16 de fevereiro a 14 de dezembro de 2016, em substituição a titular Fatima Faccin, designada para a secretaria do Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 17 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 280/2016

PORTARIA Nº 280, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em trinta (30) horas semanais, da servidora Lucilene Pacheco dos Santos, matrícula nº 407497/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de dez (10) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 16 de fevereiro a 23 de março de 2016, em substituição a titular Luciana Milan Stringhi, que está afastada por motivo de saúde e posterior, férias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.
Capinzal – SC, em 17 de fevereiro de 2016 ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 281/2016

PORTARIA Nº 281, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 160/2014, que concedeu FC - 1 à servidora Marília Hack, matrícula nº 331716/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 17 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 282/2016

PORTARIA Nº 282, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Carin Robeta Liedtke Dal Moro, matrícula nº 398888/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 16 de fevereiro a 09 de dezembro de 2016, em substituição a titular Eliane Marintelli, que está ministrando aulas na disciplina de Artes na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 17 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 283/2016

PORTARIA Nº 283, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Patricia Fatima Teixeira Baretta, matrícula nº 324892/10, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 16 de fevereiro a 01 de agosto de 2016, em substituição a titular Monica Marta Stiirmer, que está em Licença Maternidade.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 17 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 285/2016

PORTARIA Nº 285, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016
Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 35, I, da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, Resolve:

Art. 1º Fica removida em caráter temporário, conforme requerimento, a servidora Andreia Frassetto Bazzo, matrícula nº 305936/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, do Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço para o Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida pelo período de 16 de fevereiro a

31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 17 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 286/2016

PORTARIA Nº 286, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016
Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 35, I, da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, Resolve:

Art. 1º Fica removida em caráter temporário, a servidora Marilene Machado, matrícula nº 331708/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Escola Municipal Viver e Conhecer para a Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida pelo período de 16 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 17 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 288/2016

PORTARIA Nº 288, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016
Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no - 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, e no memorando 04/2016/SME, Resolve:

Art. 1º Colocar à disposição do EJA, a contar de 17 de fevereiro de 2016, a servidora Luciana Cristina Toaldo Baretta, matrícula nº 330906/07, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 17 de fevereiro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 289/2016

PORTARIA Nº 289, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 159/2014, que concedeu FC - 1 à servidora Rosimeri Aparecida Mantovani Batista, matrícula nº 333115/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 17 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 290/2016

PORTARIA Nº 289, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, Resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 159/2014, que concedeu FC - 1 à servidora Rosimeri Aparecida Mantovani Batista, matrícula nº 333115/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 17 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 291/2016

PORTARIA Nº 292, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, Resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, do servidor Celito Pereira, matrícula nº 407459/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de dez (10) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Vive e Conhecer.

Art. 2º O servidor passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais pelo período de 16 de fevereiro a 14 de dezembro de 2016, em substituição a titular Marcia Regina Melloto, que está na Direção da Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

Capinzal - SC, em 17 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2016 - PREGÃO Nº 0001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0051/2016

EDITAL DE CONCORRENCIA: Nº 0001/2016

Objeto: O objeto da presente licitação constitui a concessão de exploração, com encargos, de sala comercial do Terminal Rodoviário Municipal.

Abertura das Propostas: às 13:45 horas do dia 24 de maio de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 20 de abril de 2016 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/conteudo/index.php?item=2614&fa=4&inoad=694> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas.

Informações: Maiores Informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, das 13 horas às 19 horas, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 19 de abril de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 53, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Decreto Legislativo N. 53, de 19 de abril de 2016.

"Estabelece ponto facultativo, e dá outras providências."

MONALISA RUARO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Catanduvas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso XVI e - 1º do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal e inciso XVII do art. 29 do Regimento Interno,

CONSIDERANDO, que o próximo dia 21 de abril de 2016, quinta-feira, é Feriado Nacional de Tiradentes;

CONSIDERANDO, que dia 22 de abril de 2016, sexta-feira, torna-se o único dia que separado final de semana do feriado;

CONSIDERANDO, que em ocasiões análogas já é de praxe a paralisação das atividades em outros órgãos públicos, mesma situação deste ano, o que torna improdutivo a manutenção do expediente normal, além do mais tendo em vista a situação econômica vivenciada no país torna conveniente à paralisação dos serviços sem prejuízo ao erário público;

CONSIDERANDO, que o Decreto n. 2.158, de 18 de abril de 2016, de origem do Poder Executivo Municipal, estabelece ponto facultativo semelhante aos servidores municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, no dia 22 de abril de 2016, retornando ao expediente normal no dia 25 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 19 de abril de 2016.

MONALISA RUARO

Presidente

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

MONALISA RUARO

Presidente

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 33/2016

PORTARIA N. 33/2016.

"DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO PAGAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar o pagamento de Adicional de Função Gratifica de 100% (cem por cento), sobre o menor vencimento básico do Município, do Servidor Público Municipal, Sérgio Camatti, ocupante do cargo de Técnico de Tributação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 14 de abril de 2016.

Certifico que esta portaria foi publicada em data supra

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 34/2016

PORTARIA N. 34/2016.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com os artigos 15 e 16, anexo IV, do Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº. 002/2001, e;

Considerando que além das atribuições de seu cargo o Servidor ficará responsável pela coordenação das atividades voltadas ao combate do mosquito *Aedes Aegypti*, devido à situação de emergência pela proliferação das doenças como a dengue, febre chikungunya e zica virus;

Considerando que as ações de combate ao mosquito *Aedes Aegypti* necessitam que as atividades sejam integradas com as demais vigilâncias, inclusive da vigilância sanitária;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional de 100% (cem por cento) de Função Gratificada, Nível FG-4, sobre o menor vencimento básico do Município, ao Servidor Público Municipal, Senhor Claiton Gilson Pacassa, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 14 de abril de 2016.

Certifico que esta portaria foi publicada em data supra

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 07/2016**

PORTARIA N.º 07/2016

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 16, inciso I, letra d, do Regimento Interno e do Decreto n.º 47/2016 – do Poder Executivo;

RESOLVE,

Art. 1.º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO, na Câmara Municipal, no próximo dia 22 de abril de 2016 sexta-feira, tendo em vista a passagem do feriado de Tiradentes.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 18 de abril de 2016.

ELISANDRA LUCATELLI SANTIN

Presidente da Câmara

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 41/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

PROCESSO: 41/2016

PREGAO PRESENCIAL: 26/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGAO PRESENCIAL: 26/2016 tipo MENOR PREÇO, objetivando a:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇADA, LIMPEZA E CORTE DE VEGETAÇÃO NO PERÍMETRO URBANO E RURAL PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 09/05/2015, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 20 de abril de 2016.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria 173/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 173/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 07, (sete) dias, datado de 18.04.16;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servida Pública RAQUEL FRANCISCO, ocupante do Cargo em Comissão de Coordenadora Administrativo – 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 18.04.2016 a 24.04.2016, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 18.04.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de abril de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.07-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC

PORTARIA Nº07/2016 de 19/04/2016.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais com base no que se apresenta o Decreto N.º038, de 18.04.2016 do Poder Executivo,

- Considerando o feriado de Tiradentes próximo vindouro;
- Considerando a economia do Erário Público,

RESOLVE:

Art. 1.º Será facultativo o "ponto" no dia 22 de abril de 2016 sexta feira.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 19 de abril de 2016.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL SEDUC Nº 005/2016

EDITAL SEDUC Nº 005/2016

Dispõe sobre a realização de Chamada Pública visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016 em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 002/2015.

MARIA DE LURDES SEBEN, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará CHAMADA PÚBLICA sob o regime da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, visando à contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento de vagas existentes no Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016 em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 002/2015, respeitadas as hipóteses legais autorizativas, sempre sob amparo de excepcional interesse público, com a estrita observância dos princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade e eficiência administrativa, a qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital, bem como pelas demais disposições legais vigentes, sob a supervisão de Comissão de Acompanhamento conforme Portaria SEDUC n. 011, de 20 de abril de 2016, e considerando os itens a seguir:

1. A divulgação do inteiro teor deste Edital, bem como dos Editais de Convocação dar-se-á no Órgão Oficial de Publicação do Município, via Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/). Os referidos Editais, comunicados e/ou documentos correlatos serão publicados no website www.chapeco.sc.gov.br, sendo obrigação dos candidatos acompanhar todas as publicações e/ou atos relativos a presente Chamada Pública.

2. A Chamada Pública destina-se à admissão em caráter temporário de professor nas diversas áreas de atuação e/ou disciplinas, conforme disponibilidade de vagas existentes no Magistério Público Municipal, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 002/2015, respeitadas as hipóteses legais autorizativas, de acordo com as necessidades da Administração e mediante as condições estabelecidas neste Edital.

3. A inscrição na Chamada Pública implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelos candidatos das condições estabelecidas neste Edital.

3.1. RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

3.1.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, art. 5º, - 2º da Lei Complementar Nº 130, de 05 de dezembro de 2001 e demais legislações correlatas, às pessoas com deficiência fica igualmente assegurado o direito de inscrição na presente Chamada Pública para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, reservando-se o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas a serem ofertadas no respectivo cargo, observados os critérios legais e editalícios de seleção.

3.1.2. Considerando-se o disposto em item 5 do presente Edital, ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá apresentar LAUDO MÉDICO (original ou cópia autenticada em cartório e cópia(s)

simples legível(eis) para conferência), emitido em prazo não superior a 90 dias da publicação do respectivo Edital de Convocação, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.1.3. Os candidatos deverão apresentar 01 (uma) cópia simples legível do Laudo Médico a cada nova inscrição por área de atuação/disciplina, ainda que ofertadas em mesmo Edital de Convocação, nos termos do item 6 do presente Edital.

3.1.4. Ainda que tenha se inscrito sob tal condição, caso o candidato não apresente, no ato de inscrição, o Laudo Médico, considerando-se os prazos e condições determinados, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial seja qual for o motivo alegado.

3.1.5. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.1.6. Os candidatos com deficiência, se assim devidamente inscritos, participarão da Chamada Pública em igualdade de condições com os demais candidatos, inclusive no que se refere aos critérios de seleção, resguardado o direito à reserva de vagas previsto na legislação própria, nos termos do presente Edital.

3.1.7. Respeitados os critérios de seleção da Chamada Pública, os candidatos com deficiência, por ocasião da admissão, serão submetidos à Perícia Médica Oficial do Município de Chapecó, a qual avaliará, a exemplo dos demais candidatos, a sua condição física e mental, bem como a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência de que são portadores, emitindo Laudo a ser encaminhado à Secretaria de Educação.

3.1.8. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância dos critérios legais e editalícios de seleção.

4. A Secretaria de Educação do Município divulgará, em cada oportunidade, Edital de Convocação para nova inscrição e respectiva escolha de vagas, com apresentação do Quadro de Vagas, por área de atuação e/ou disciplina, com carga horária, Unidade Escolar, motivo e prazo de contratação, no Órgão Oficial de Publicação do Município, bem como no website da Prefeitura Municipal de Chapecó (www.chapeco.sc.gov.br), ficando sob a responsabilidade dos candidatos o acompanhamento da Chamada Pública.

5. Os candidatos interessados deverão dirigir-se pessoalmente ou mediante procuração (instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) à Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, nos dias e horários estabelecidos no respectivo Edital de Convocação divulgado no Órgão Oficial de Publicação do Município, bem como no website (www.chapeco.sc.gov.br), munidos dos seguintes documentos (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório):

a) Cédula de Identidade e CPF;

b) Comprovante da habilitação, nos termos do Edital de Convocação;

c) Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 18 de dezembro de 2015;

d) Laudo Médico, exclusivamente para as pessoas com deficiência, nos termos do subitem 3.1 do presente Edital.

6. Os candidatos deverão inscrever-se na(s) área(s) de atuação e/ou disciplina(s) de seu interesse, apresentando novamente a documentação exigida (item 5 c/c 15) a cada nova inscrição por área de atuação/disciplina ainda que ofertadas em mesmo Edital de Convocação.

7. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga será dada preferência ao que possuir maior habilitação.

8. Havendo dois ou mais professores habilitados será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no Magistério e, persistindo a igualdade, precederá o mais idoso.

9. Havendo dois ou mais professores não-habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no Magistério e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

10. O servidor inativo do magistério poderá assumir vaga de, no máximo, 20 (vinte) horas semanais.

11. Respeitadas as hipóteses legais autorizativas, o candidato contratado poderá ter seu contrato prorrogado, conforme necessidade da Rede Municipal, desde que em mesma vaga e, portanto, na mesma área de atuação e/ou disciplina, observadas as demais disposições editalícias correlatas, bem como a legislação em vigor.

12. O candidato chamado para assumir vaga deverá entregar a documentação de que trata o item 15 deste Edital na Unidade Escolar, no momento em que se apresentar ao trabalho (data de início prevista no Edital de Convocação e em comprovante de escolha de vagas), sendo permitido prazo maior para entrega do Laudo Médico (item 15, alínea "n"), o qual dependerá do Cronograma de atendimento do SASSM.

13. O candidato terá direito à remuneração a partir do primeiro dia em que entrar em exercício, desde que efetivada a sua contratação, respeitadas as disposições editalícias e legais pertinentes.

14. O professor que possuir penalidade de demissão no Serviço Público Municipal de Chapecó nos últimos 05 (cinco) anos será impedido de realizar escolha de vagas na Chamada Pública de que trata este Edital, nos termos da legislação em vigor.

15. Para admissão, o candidato deverá entregar na Unidade Escolar fotocópia legível dos seguintes documentos, juntamente com o formulário de dados fornecido pela Secretaria de Educação:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Título de Eleitor;
- d) Quitação Militar;
- e) Certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Certidão de Casamento ou escritura pública de convivência (para união estável) ou certidão de nascimento para os solteiros;
- g) Uma foto 3x4 recente;
- h) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- i) Comprovante de Conta Cartão na Caixa Econômica Federal (cópia do cartão);
- j) Folha Corrida expedida pelo Poder Judiciário de seu Município (original);
- k) Carteira de Vacinação dos filhos de zero a sete anos de idade, com as vacinas devidamente em dia;
- l) Inscrição do PIS e/ou PASEP;
- m) Comprovante da habilitação exigida para o cargo público/área de atuação/disciplina (cópia autenticada em cartório);

n) Laudo Médico expedido pela Medicina de Trabalho do Município, confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo;

o) Declaração de bens, se for o caso;

p) Declaração de dependentes, se for o caso, para fins de abatimento no Imposto de Renda na Fonte;

q) Declaração de que não ocupa outro cargo, emprego ou função pública, exceto os acumuláveis, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c" da Constituição Federal;

r) Declaração de não participação em empresa;

s) Declaração de não penalizado em exercício de função pública;

t) Cópia da Carteira de Trabalho onde conste a foto e o verso contendo os dados do trabalhador;

u) Comprovante de endereço.

16. Os formulários a que se referem às alíneas "o", "p", "q", "r" e "s" serão fornecidos pelo Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Educação no momento da Escolha de Vagas, devendo ser preenchidos pelo candidato e entregues na Unidade Escolar, conforme item 12 deste Edital.

17. O candidato, por ocasião da CONTRATAÇÃO, nos termos deste Edital, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados.

18. A inexatidão das informações, falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do respectivo Edital de Convocação da Chamada Pública, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

19. Aplicam-se, no que couber, as disposições previstas em Edital de Processo Seletivo Público n. 002.2015.

20. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento, respeitada a legislação em vigor.

Município de Chapecó, 20 de abril de 2016.

MARIA DE LURDES SEBEN

Secretária de Educação

EDITAL SEDUC Nº 006/2016**EDITAL SEDUC Nº 006/2016**

Convoca candidatos interessados para inscrição e respectiva escolha de vagas visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016 e apresenta correspondente Quadro de Vagas mediante Chamada Pública, conforme Edital SEDUC Nº 005/2016.

MARIA DE LURDES SEBEN, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 002/2015, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública e realizar a respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 005/2016, mediante apresentação na Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauhen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 18 de dezembro de 2015, observado o disposto em subitem 3.1 do Edital SEDUC 005/2016 quanto à reserva de vagas para pessoas com deficiência), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
25/04/2016	13:00h	Educação Física
	13:30h	Geografia
	14:00h	Matemática
	14:30h	Educação Especial (Instrutor de Libras)
	15:00h	Habilidades Artístico-Culturais (Artes Cênicas)
	15:30h	Habilidades Artístico-Culturais (Dança)
	16:00h	Habilidades Artístico-Culturais (Música)
	16:30h	Língua Estrangeira - Inglês
	17:00h	Arte
	18:00h	Ensino Religioso

2. DO QUADRO DE VAGAS:

ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNO	UNIDADE ESCOLAR	PRAZO CONTRATAÇÃO
Educação Física	30	MAT/VESP	EBM LINHA BATISTELLO/EBM LAGEADO VERISSIMO/CEIM SEDE FIGUEIRA/EBM SÃO JOSE DO CAPINZAL	26/04 a 20/12/2016
Geografia	20	MAT	EBM SEVERIANO ROLIN DE MOURA	26/04 a 20/12/2016
Matemática	20	MAT	EBM JARDIM DO LAGO	26/04 a 20/12/2016
Educação Especial/Instrutor de Libras	40	MAT/VESP	ESCOLA PARQUE CIDADÃ CYRO SOSNOSKI/ EBM JARDIM DO LAGO/EBM HERBERT DE SOUZA/ EBM ANDRE ANTONIO MARAFON / EBM CLARA URMANN ROSA	26/04 a 20/12/2016
Habilidades Artístico-Culturais/Artes Cênicas	40	MAT/VESP/NOT	ESCOLA DE ARTES E ARTE CIDADÃ - TEATRO	26/04 a 20/12/2016
Habilidades Artístico-Culturais/Dança	30	MAT/VESP/NOT	ARTE CIDADÃ - DANÇA MODERNA E CONTEMPORÂNEA	26/04 a 20/12/2016
Habilidades Artístico-Culturais/Dança	30	MAT/VESP/NOT	ARTE CIDADÃ - DANÇA MODERNA E CONTEMPORÂNEA	26/04 a 20/12/2016
Habilidades Artístico-Culturais/Música	10	MAT/VESP/NOT	ARTE CIDADÃ - VIOLINO/ VIOLONCELO	26/04 a 20/12/2016
Habilidades Artístico-Culturais/Música	20	MAT/VESP/NOT	ARTE CIDADÃ - VIOLINO/VIOLA DE ARCO	26/04 a 20/12/2016
Habilidades Artístico-Culturais/Música	20	MAT/VESP/NOT	ARTE CIDADÃ - REGÊNCIA CORAL E TÉCNICA VOCAL	26/04 a 20/12/2016
Língua Estrangeira - Inglês	20	MAT	ESCOLA PARQUE CIDADÃ LEONEL DE MOURA BRIZOLA	26/04 a 20/12/2016
Arte	40	MAT/VESP	EBM FEDELINO MACHADO DOS SANTOS	26/04 a 27/06/2016
Arte	40	MAT/VESP	EBM GOIO-EN/EBM LAGEADO LISO/EBM LINHA BATISTELLO/ EBM SAO JOSE DO CAPINZAL/EBM LAGEADO VERISSIMO/EBM RODEIO BONITO	26/04 a 20/12/2016
Arte	20	VESP	EBM MIRIAN ELENA MEYER	26/04 a 20/12/2016

Arte	20	MAT	EBM PADRE JOSE ANCHIETA	26/04 a 30/09/2016
Arte	20	MAT	EBM SEVERIANO ROLIN DE MOURA	26/04 a 20/12/2016
Arte	30	MAT/VESP	EBM VICTOR MEIRELLES	26/04 a 24/09/2016
Arte	20	MAT/VESP	EBM VILA RICA	26/04 a 20/12/2016
Arte	20	MAT/VESP	EBM WALDEMAR KLEINUBING	26/04 a 20/12/2016
Ensino Religioso	20	MAT/VEP	EBM CLARA URMANN ROSA/EBM GUIDO MANTELLI	26/04 a 20/12/2016
Ensino Religioso	20	MAT/VESP	EBM MIRIAN ELENA MEYER	26/04 a 20/12/2016
Ensino Religioso	20	MAT/VESP	EBM FLORESTAN FERNANDES	26/04 a 20/12/2016
Ensino Religioso	30	MAT/VESP	EBM ANDRE ANTONIO MARAFON/EBM DILSO CEC-CHIN/EBM RUI BARBOSA	26/04 a 20/12/2016
Ensino Religioso	30	MAT/VESP	EBM DIOGO ALVES DA SILVA	26/04 a 20/12/2016
Ensino Religioso	40	MAT/VESP	EBM HERBERT DE SOUZA/ EBM FEDELINO MACHADO DOS SANTOS	26/04 a 20/12/2016
Ensino Religioso	20	MAT/VESP	EBM PADRE JOSE ANCHIETA	26/04 a 20/12/2016
Ensino Religioso	40	MAT/VESP	ESCOLA PARQUE CIDADA CYRO SOSNOSKI	26/04 a 20/12/2016
Ensino Religioso	20	MAT/VESP	EBM SEVERIANO ROLIN DE MOURA	26/04 a 20/12/2016
Ensino Religioso	10	MAT	EBM VICTOR MEIRELLES	26/04 a 20/12/2016
Ensino Religioso	20	MAT/VESP	EBM VILA REAL	26/04 a 20/12/2016

2.1. As vagas apresentadas na referida Chamada Pública motivam-se pelo disposto em art. 2º, inciso II da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014.

2.2. O candidato inscrito para a disciplina de Língua Estrangeira – Inglês deverá comprovar domínio da respectiva Língua.

2.3. O candidato inscrito para a disciplina de Instrutor de Libras que não possua comprovante de aprovação no exame de Proficiência em PROLIBRAS/MEC deverá comprovar domínio na respectiva Língua.

Município de Chapecó, 20 de abril de 2016.

MARIA DE LURDES SEBEN

Secretária de Educação

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2016

O Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente torna público que ratificou o ato do Senhor CÉSAR PELLIZZARO, Diretor de Desenvolvimento Rural, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 15 de abril de 2016, para a aquisição de redutor de velocidade para o Trator Agrícola PMC-777, a favor da empresa SHARK DISTRIBUIDORA DE TRATORES E PECAS LTDA no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural E Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2016 – PMC

Objeto: Aquisição de licença de Solução Corporativa e Integrada de Antivírus, incluindo o fornecimento de licenças, implementação, treinamento e suporte técnico conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 12h00min do dia 04/05/2016.

Início da Sessão: dia 04/05/2016, às 14h00min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (0**49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 19 de abril de 2016.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 11/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2016 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de consumo médicos, enfermagem e odontologia para as unidades do Fundo Municipal de Saúde e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital. Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 06/05/2016.

Início da Sessão: dia 06/05/2016, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à

disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Doutor Maruri, nº 1342, 2º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 19 de abril de 2016.

Alessandro Vernize

Gestor do FMS

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA PRÓXIMA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2016-FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2016 – FMAS

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) para execução de cerca no entorno da edificação do CEBES Frei Samuel Both, no Loteamento Frei Lency, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no - 1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: apresentaram-se para participar do certame as empresas BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP representada pelo Senhor Paulo Antônio Balbinot, VANDERLEI DEITOS – ME representada pelo Senhor Vanderlei Deitos e as empresas FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA, PASCAL CONSTRUTORA ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA e LORENZATTO CONSTRUÇÕES LTDA - ME sem representantes presentes para o ato. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, os Envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representantes legais presentes, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital. Em seguida, procedeu-se à abertura dos Envelopes nº 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representantes legais presentes constatando-se que as licitantes BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP, FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA, PASCAL CONSTRUTORA ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA, e LORENZATTO CONSTRUÇÕES LTDA - ME apresentaram suas documentações de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim foram julgadas HABILITADAS. De destacar que a empresa VANDERLEI DEITOS – ME apresentou os documentos exigidos no item 5.1 alínea "h" do edital, qual seja: "Atestado de capacidade técnica por execução de obras de características, prazos e quantidades semelhantes ao objeto desta licitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e expedido em nome de responsável técnico indicado pela licitante e acompanhado da competente Certidão de Acervo Técnico – CAT a que estiver vinculado; Engenheiro Civil e/ou Arquiteto e Urbanista" com autenticação efetuada pela servidora Cristiane Silveira Casado matrícula nº 1113330, com carimbo de certificação da originalidade, mas sem assinatura. Em diligência, a servidora comprovou

a autenticação dos documentos confirmando tê-los verificado em outra oportunidade. Ressalva-se ainda, que a licitante apresentou suas documentações de regularidade fiscal exigidas nas alíneas 5.1 "c", "d" e "e" com data de validade vencida, por se tratar a licitante de Microempresa, e em razão do disposto no - 1º do artigo 43 da Lei Complementar 123/2006, poderá a licitante apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, as certidões fiscais vencidas. Importante frisar que a licitante apresentou documento exigido no item 5.1 "g", ou seja, "Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente" com o capital social divergente do apresentado em seu Contrato Social/ Registro de Empresário, tornado assim essa certidão inválida, conforme disposição prevista na própria certidão, ou seja: "A certidão perderá a validade caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos". Ante todo o exposto, declara-se a licitante INABILITADA. De destacar que as empresas VANDERLEI DEITOS – ME, LORENZATTO CONSTRUÇÕES LTDA – ME, PASCAL CONSTRUTORA ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA apresentaram, juntamente com sua documentação de habilitação, Certidão Simplificada da Junta Comercial, documento este, exigido no subitem 5.1.2 do Edital, e se declararam Microempresas (ME), ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Ressalva-se que os documentos de Acervo Técnico das licitantes foram analisados e aprovados pela Engenharia Civil, Senhorita Cristina Valcarenghi, CREA nº 105438-1, pertencente ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Concórdia. Devido à ausência dos representantes legais das licitantes FUNDAMENTO CONSTRUTORA LTDA, PASCAL CONSTRUTORA ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA e LORENZATTO CONSTRUÇÕES LTDA - ME a Presidente solicitou que fosse registrado que o resumo do julgamento da fase de habilitação deste certame será publicado em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo que o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recurso as proponentes habilitadas ficam desde já convocadas, a comparecerem na Sala de Licitação, às 15h30min (quinze horas e trinta minutos) do próximo dia 29 (vinte e nove) de abril de 2016, para participar da sessão de abertura e julgamento das propostas de preços (Envelope 2).

Concórdia, SC, 19 de abril de 2016.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da C.P.L

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 251/2016

DECRETO Nº 251/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, a Sr. ELIEZER JOSÉ SOARES, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de Abril de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 252/2016

DECRETO Nº252/2016 DE 19 DE ABRIL DE 2016.

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal Sr. LAUDIR ANTONIO PEDROSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 04/05/2014 a 03/05/2015 , que serão gozadas a partir do dia 02/05/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de abril de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Abril de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, nos termos do - 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o - 1º do art. 166 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, convida os integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo do Município e demais integrantes do Poder Legislativo e a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no dia 16 de Maio de 2016, às 16:00 horas, tendo como local o Auditório do Centro Administrativo Municipal, para avaliar as metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2016 e definir metas para elaboração LDO para o exercício 2017 e alterações para o PPA 2014/2017 .

Cordilheira Alta SC, 19 abril de 2016
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2016
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2016

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Alceu Mazzioni, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO que se encontra aberto o Processo Seletivo destinado à contratação em caráter temporário e emergencial de Enfermeiro(a), o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 - O Processo Seletivo destina-se à contratação de servidor, em caráter emergencial e temporário, para preenchimento de vaga existente e formação de Cadastro de Reserva, de acordo com as necessidades e interesses da Administração, mediante as condições estabelecidas neste Edital, legislação municipal e demais regras pertinentes.
- 1.2 - O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Complementar Municipal 93/2013 e demais Legislações relacionadas.
- 1.3 - É de responsabilidade do candidato o conhecimento da legislação mencionada no item anterior e outras determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo/função por ocasião da contratação se aprovado e convocado.
- 1.4 - A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.
- 1.5 - Os documentos exigidos pelas normas do presente Edital, requerimentos e recursos administrativos, deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições Editalícias.
- 1.6 - O Processo Seletivo será regido por este Edital, e executado em todas as suas fases pela Comissão Especial nomeada pelo Decreto nº 250/2016.
- 1.7 - A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo dar-se-á por publicações no Mural Oficial e no site do Município de Cordilheira Alta (SC) www.pmcordi.sc.gov.br.
- 1.8 - O prazo de validade do Processo Seletivo será de 1 ano, contando da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

2 - DA ESPECIFICAÇÃO DO CARGO, VAGA, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E VENCIMENTO

- 2.1 - A vaga destina-se ao cargo/função abaixo delineado e deverá ser preenchida por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima exigidos no presente Edital, de acordo com o cargo/função a que pretendem concorrer.
- 2.2 - As atribuições do cargo/função são as constantes do Anexo II deste Edital, conforme Lei Municipal.

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO

Cargo	Vagas	Carga Horária	Habilitação	Venci-mento	Tipo de Prova
Enfermeiro(a)	01	40h semanais	Ensino superior específico na área de atuação - com registro no órgão fiscalizador da profissão	3.160,98	Escrita Objetiva

3 - DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

- 3.1 - Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei n.º 7.853/1989 e Decreto n.º 3.298/99, são reservadas aos candidatos portadores de deficiência 5% do número total de vagas, desde que a deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo a ser preenchido.
- 3.2 - Para concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência, o candidato deverá:
 - a) Assinalar o campo destinado aos portadores de deficiência no Formulário de Inscrição;
 - b) Preencher o requerimento contido no Anexo III do presente Edital;
 - c) Anexar Laudo Médico (original ou cópia legível autenticada), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, cuja data de expedição não seja superior a 90 dias.
- 3.2.1 - Os documentos acima descritos deverão ser enviados, até o dia 06/05/2016, para a Comissão do Processo Seletivo, no seguinte endereço: Rua Celso Tozzo, nº 27, Centro, Cordilheira Alta (SC), CEP 89819-000.
- 3.3 - A não observância do disposto no item anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.
- 3.4 - O candidato portador de deficiência que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá informar no Formulário de Inscrição, bem como no requerimento constante no Anexo III deste Edital.
- 3.4.1 - Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no Mural

Oficial e site do Município de Cordilheira Alta (SC) www.pmcordi.sc.gov.br.

3.5 - Os portadores de deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, local, horário de provas e à nota mínima exigida.

3.6 - Os candidatos portadores de deficiência não estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição, salvo no caso previsto no item 5.1 do presente Edital.

3.7 - O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

3.8 - Os candidatos que concorrerem às vagas destinadas aos portadores de deficiência terão seus nomes publicados na lista geral de classificação, bem como em lista de classificação especial.

3.9 - Respeitada a ordem classificatória, os candidatos portadores de deficiência aprovados neste Processo Seletivo, por ocasião da admissão, serão submetidos à Avaliação Médica pelo Município e Cordilheira Alta (SC), o qual avaliará a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo e a deficiência de que o candidato é portador, emitindo Laudo de parecer, nos termos deste Edital.

3.10 - Será eliminado da lista de vagas reservadas o candidato cuja deficiência não seja constatada ou se mostre incompatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral, caso em que se convocará o candidato imediatamente seguinte, de mesma condição, com a estrita observância da ordem classificatória.

3.11 - Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos.

4 - DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições serão realizadas no período de 20/04/2016 a 06/05/2016, exclusivamente via presencial, no Centro Administrativo Municipal – Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta (SC).

4.2 - Para inscrever-se o candidato deverá:

4.2.1 - Ler atentamente o Edital de Processo Seletivo;

4.2.2 - Preencher o Formulário de Inscrição;

4.2.3 – Requerer o comprovante de inscrição;

4.2.4 - Efetuar o pagamento da taxa de inscrição exclusivamente por meio de boleto bancário no Banco do Brasil.

4.3 - Os candidatos que desejarem se inscrever como doadores de sangue deverão realizar suas inscrições, bem como entregar todos os documentos exigidos para a respectiva isenção, conforme item 5.2 do presente Edital, até o dia 28/04/2016.

4.4 - O candidato deverá manter o COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO em seu poder e, necessariamente, apresentá-lo no dia da prova juntamente com um DOCUMENTO DE IDENTIDADE ORIGINAL COM FOTO.

4.4.1 - São considerados documentos de identidade a Carteira Nacional de Habilitação com foto, a Carteira de Trabalho e Previdência Social e as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, Forças Armadas, Polícia Militar e Ordens ou Conselhos de Classe.

4.4.2 - Não serão aceitos documentos danificados, não-identificáveis e/ou ilegíveis, nem reproduzidos por aparelhos de fax ou scanner.

4.4.3 - Em caso de perda do comprovante de inscrição, o candidato deverá junto a Prefeitura Municipal, fone (49) 33589100.

4.5 - A taxa de inscrição será paga exclusivamente no Banco do Brasil e somente através de boleto bancário, não sendo aceito depósitos em conta e transferências bancárias.

4.5.1 - Em caso de perda ou extravio do boleto bancário o candidato deverá requerer uma segunda via na Prefeitura Municipal, fone (49) 33589100.

4.6 - Somente serão aceitas as inscrições após o pagamento da taxa de inscrição.

4.6.1 - O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem elementos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.7 - Somente será admitida uma inscrição por candidato.

4.8 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, fax, ou por qualquer outra via não editalícia.

4.9 - O valor da taxa de inscrição será de R\$ 90,00.

4.10 - O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, fraudes e/ou omissões, bem como pela apresentação de documentos fora dos prazos e critérios estabelecidos por este edital.

4.11 - As inscrições serão divulgadas no dia 09/05/2016, sendo divulgadas no Mural Oficial e no site do Município de Cordilheira Alta (SC).

4.12 - Os candidatos que não tiverem as inscrições deferidas poderão encaminhar recurso à Comissão responsável pelo Processo Seletivo, exclusivamente via presencial, no prazo de 10 a 11/05/2016, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo V, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 8 do presente Edital.

4.12.1 - A publicação da homologação das inscrições após apreciação dos recursos interpostos será realizada no 12/05/2016.

4.13 - O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso de anulação do certame.

4.14 - Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização da prova deverão assinalar esta condição no Formulário de Inscrição, em campo específico para esta finalidade.

4.14.1 - A candidata que tiver necessidade de amamentar, além de assinalar a condição prevista no item anterior, deverá levar acompanhante maior de 18 anos, o qual permanecerá em sala reservada para essa finalidade. O tempo dispensado para a amamentação não será acrescido ao tempo normal de realização da prova.

4.14.2 - Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no site e Mural Oficial do Município de Cordilheira Alta (SC), no 29/04/2016.

4.15 - Estão impedidos de participar deste Processo Seletivo os membros da Comissão do Processo Seletivo.

4.15.1 - A vedação constante do item anterior se estende aos seus cônjuges, conviventes, pais, irmãos, filhos, enfim, parentes em linha reta ou colateral até o 3º grau;

4.15.2 - Constatada, em qualquer fase do Processo Seletivo, inscrição de pessoas que tratam o item e subitem anteriores, esta será indeferida e o candidato será eliminado do certame.

5 - DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 - Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, salvo no caso de candidato doador de sangue, nos termos da Lei Estadual n.º 10.567, de 7 de novembro de 1997.

5.2 - Os candidatos doadores de sangue deverão realizar sua inscrição para o Processo Seletivo até o dia 28/04/2016, procedendo da

seguinte forma:

- 5.2.1 - Assinalar esta condição no Formulário de Inscrição;
- 5.2.2 - Preencher o Anexo IV do presente Edital (digitado ou manuscrito);
- 5.2.3 - Anexar o comprovante das doações;
- 5.2.4 - Providenciar fotocópia simples do comprovante de inscrição.
- 5.2.5 - O Anexo IV devidamente preenchido, acompanhado do comprovante de doação, bem como da fotocópia do comprovante de inscrição, deverão ser enviados até o 28/04/2016 para a Comissão responsável pelo Processo Seletivo.
- 5.2.6 - O comprovante de doação exigido deverá ser fornecido por entidade coletora oficial ou credenciada e discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações pelo interessado, não podendo ser inferior a 03 doações anuais, considerando-se os 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital.
- 5.2.7 - Equipara-se a doador de sangue a pessoa que integra a Associação de Doadores e contribui, comprovadamente, para estimular, de forma direta ou indireta, a doação.
- 5.3 - O resultado da homologação das isenções da taxa de inscrição será divulgado no 29/04/2016.
- 5.3.1 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos seguirão todas as etapas do certame da mesma forma que os demais candidatos, estando unicamente isentos do pagamento da taxa de inscrição.
- 5.3.2 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o 06/05/2016, sob pena de indeferimento da inscrição.
- 5.4 - Não haverá recurso do indeferimento de isenção da taxa de inscrição para candidatos doadores de sangue.

6 - DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA

- 6.1 - A prova escrita/objetiva será realizada no 13/05/2016, das 19h às 22h no Auditório da Prefeitura Municipal, sito na Rua Celso Tozzo, 27, Bairro Centro, Cordilheira Alta (SC).
- 6.2 - A prova escrita/objetiva, de caráter eliminatório e classificatório conterá 25 questões do tipo múltipla escolha, sendo subdivida em quatro alternativas, A, B, C e D, das quais somente uma deverá ser assinalada como correta.
- 6.3 - A prova escrita/objetiva será composta de questões inéditas, cujo grau de dificuldade seja compatível com o nível de escolaridade mínima exigida para cada cargo/função, de acordo com o conteúdo programático constante no Anexo I do presente Edital, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

Provas	Áreas de Conhecimento	Nº de Questões	Valor por Questão	Total de Pontos
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	05	0,40	2,00
	Atualidades	05	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	Conteúdos de Conhecimento Específico	15	0,40	6,00

- 6.4 - O Caderno de Questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha.
- 6.5 - O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 15 minutos.
- 6.5.1 - ÀS 18H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.
- 6.5.2 - Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos pré-determinados no Edital.
- 6.6 - O ingresso na sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO.
- 6.6.1 - Em caso de perda, furto ou roubo do documento original de identidade, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 dias da data de realização da prova.
- 6.6.2 - O candidato que não apresentar documento de identidade original com fotografia ou o registro de ocorrência em órgão policial, estará automaticamente excluído do Processo Seletivo.
- 6.6.3 - O Boleto Bancário NÃO serve como Comprovante de Inscrição.
- 6.7 - Para realizar a prova é indicado ao candidato portar 2 canetas esferográficas de tinta azul ou preta. Não serão fornecidas canetas no local.
- 6.8 - Durante a realização das provas é vedada toda e qualquer consulta a materiais, sejam estes equipamentos eletrônicos ou didáticos.
- 6.9 - A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões e do Cartão Resposta, somente será permitida depois de transcorrido 30 minutos do início da mesma.
- 6.9.1 - O candidato poderá ausentar-se da sala de prova, momentaneamente, desde que acompanhado por um fiscal;
- 6.9.2 - Não será permitida a saída da sala com qualquer material referente à prova;
- 6.9.3 - Não haverá prorrogação do tempo normal de prova por motivo de afastamento do candidato.
- 6.10 - Na prova escrita/objetiva será realizado processo de desidentificação de provas.
- 6.10.1 - Não haverá identificação do candidato no Caderno de Questões.
- 6.11 - A Comissão do Processo Seletivo não fornecerá informações acerca do conteúdo da prova escrita/objetiva.
- 6.12 - Em caso de anulação de questões da prova escrita/objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.
- 6.13 - Os três últimos candidatos ao entregarem a prova deverão permanecer juntos na sala para, juntamente com a Comissão:
- a) conferir os Cartões Resposta, identificar questões em branco e proceder a anulação das mesmas com um marca texto, assinando como testemunhas no verso dos Cartões;
- b) assinar a folha ata;
- c) assinar e lacrar os envelopes que guardarão os Cadernos de Questões e os Cartões Resposta.
- 6.14 - Os Cadernos de Questões estarão disponíveis, 16/05/2016, no mural e no site do Município de Cordilheira Alta (SC).
- 6.14.1 - Será facultado ao candidato interpor recurso contra as questões da prova escrita/objetiva à Comissão responsável pelo Processo Seletivo, exclusivamente via presencial, no prazo de 17 a 18/05/2016, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo V, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 8 do presente Edital, em especial ao item 8.2.

6.15 - Será automaticamente excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) chegar após o horário previsto para o fechamento dos portões;
- b) não apresentar COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO e DOCUMENTO DE IDENTIDADE ORIGINAL COM FOTOGRAFIA no dia de realização das provas;
- c) tratar com descortesia os membros da Comissão do Processo Seletivo;
- d) for surpreendido fazendo qualquer tipo de consulta ou uso de equipamento eletrônico;
- e) for flagrado em comunicação com os demais candidatos;
- f) não devolver o Caderno de Questões;
- g) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento de um membro da Comissão;
- h) utilizar-se de meios ilícitos para execução da prova;
- i) perturbar de qualquer modo a ordem e execução dos trabalhos;
- j) não comparecer para realização da prova;
- k) nos demais casos previstos neste Edital.

7 - DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO RESPOSTA

7.1 - O candidato receberá juntamente com o Caderno de Questões o Cartão Resposta.

7.2 - O Cartão Resposta deverá ser preenchido cuidadosamente pelo candidato com seu Nome, Número da Inscrição, respostas do Caderno de Questões e assinatura.

7.2.1 - O candidato deverá transcrever no Cartão Resposta suas respostas por questão, na ordem de 01 a 25.

7.2.2 - O candidato deverá preencher o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não serão válidas as marcações feitas a lápis ou caneta de ponta porosa ou de cor diferente das anteriormente mencionadas.

7.2.3 - O preenchimento do Cartão Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, devendo ser realizado de acordo com as instruções especificadas anteriormente, sendo que os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, tais como dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido ou preenchido parcialmente, acarretarão a perda da pontuação da questão pelo candidato.

7.3 - Somente serão válidas as marcações contidas no Cartão Resposta que estiverem de acordo com as instruções repassadas pela Comissão.

7.4 - Nos Cartões Resposta que forem constatadas questões em branco será realizada a anulação das mesmas, nos termos do item 6.13 do presente Edital.

7.5 - NÃO será fornecido, em hipótese alguma, novo Cartão Resposta, salvo no caso de erro de impressão.

7.6 - O Cartão Resposta é o único documento válido para a correção, devendo ser preenchido com atenção. A não entrega do Cartão Resposta implicará na automática eliminação do candidato do certame.

7.7 - Em nenhuma hipótese será considerado o Caderno de Questões para fins de correção e atribuição da respectiva pontuação.

7.8 - O Gabarito Preliminar da prova escrita/objetiva estará disponível no Mural Oficial e site do Município de Cordilheira Alta (SC), no dia 16/05/2016.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - É assegurado aos candidatos a interposição de recursos nos seguintes casos e prazos:

8.1.1 - Quanto ao indeferimento das inscrições, exceto no caso de doadores de sangue: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação;

8.1.2 - Quanto ao indeferimento de condições especiais para a realização da prova escrita/objetiva: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação;

8.1.3 - Quanto às questões da prova escrita/objetiva: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação;

8.1.4 - Quanto ao Gabarito Preliminar das questões objetivas: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação;

8.1.5 - Quanto à Classificação Preliminar do Processo Seletivo: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação;

8.1.6 - Com relação às incorreções ou irregularidades constatadas na execução do Certame: no prazo de 2 dias úteis, a contar da ocorrência das mesmas.

8.2 - A interposição dos recursos acima delineados deverá ocorrer mediante preenchimento do Formulário de Recurso previsto no Anexo V deste Edital, sendo:

8.2.1 - Encaminhado à Comissão responsável pelo Processo Seletivo, exclusivamente via presencial, nos prazos editais;

8.2.2 - Obrigatoriamente individual, fazendo-se constar nome completo do candidato, número da inscrição e cargo para o qual se inscreveu;

8.2.3 - Os recursos contra questões da prova escrita/objetiva deverão ser apresentados em uma folha (Formulário) para cada questão recorrida, com fundamentação clara e ampla, comprovando-se as alegações mediante citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, entre outros, juntando cópia dos comprovantes.

8.3 - Caso da análise dos recursos interpostos decorra a anulação de questões da prova escrita/objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

8.3.1 - Se resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com o novo gabarito.

8.4 - Será indeferido liminarmente o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo, bem como aqueles que contenham erro formal e/ou material em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto neste Edital.

8.5 - Não serão aceitos recursos encaminhados por meio que não seja o previsto neste Edital, bem como sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9 - DO RESULTADO FINAL

9.1 - Para atribuição da nota final, o resultado da prova escrita/objetiva será computado conforme fórmula abaixo:

Nota Final = Questões Corretas x Valor de Cada Questão

9.1.1 - Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,0 .

9.2 - Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) obtiver maior número de acertos na prova de conhecimentos específicos;
- b) obtiver maior número de acertos na prova de língua portuguesa;
- c) tiver maior idade;
- d) sorteio público.

9.2.1 - Havendo candidatos com idade igual ou superior a 60 anos, estes terão preferência na classificação sobre os demais em caso de empate, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.741, de 12 de outubro de 2003.

9.3 - A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente de notas obtidas.

10 - CRONOGRAMA

10.1 - O Processo Seletivo seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir (poderá ser alterado no decorrer do processo):

ATIVIDADES	PERÍODO
1. Período de Inscrição	20/04/2016 a 06/05/2016
2. Último dia para efetuar o pagamento do boleto bancário	06/05/2016
3. Período de inscrição com isenção da taxa de inscrição (doadores de sangue)	20/04/2016 a 28/04/2016
4. Publicação da relação dos candidatos com pedidos de isenção da taxa de inscrição	29/04/2016
5. Período de pagamento do valor da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram o pedido de isenção indeferido	30/04/2016 a 06/05/2016
6. Publicação da inscrições	09/05/2016
7. Divulgação dos pedidos de condições especiais para realização da prova escrita/objetiva	09/05/2016
8. Prazo para interposição de recurso quanto ao indeferimento das inscrições e dos pedidos de condições especiais	10/05/2016 a 11/05/2016
9. Publicação da homologação das inscrições após apreciação dos recursos	12/05/2016
10. Prova escrita/objetiva	13/05/2016 das 19h às 22h
11. Divulgação do Gabarito Preliminar e das provas escritas/objetivas	16/05/2016
12. Prazo para interposição de recurso contra o Gabarito Preliminar e questões das provas escritas objetivas	17/05/2016 a 18/05/2016
13. Divulgação do Gabarito Definitivo	19/05/2016
14. Divulgação da Classificação Preliminar	19/05/2016
15. Prazo para interposição de recurso contra a Classificação Preliminar	20/05/2016 a 23/05/2016
16. Divulgação da Classificação Final	24/05/2016
17. Homologação	A partir de 24/05/2016

11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos conforme as normas de Direito Administrativo.

11.2 - Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó (SC) para dirimir quaisquer questões em relação ao presente certame.

11.3 - Após a divulgação da Classificação Final do Processo Seletivo, a Comissão entregará ao Prefeito de Cordilheira Alta (SC) todos os registros escritos originais gerados no certame.

11.4 - Fazem parte deste Edital:

11.4.1 - Anexo I - Conteúdo Programático;

11.4.2 - Anexo II - Atribuições do Cargo/Função;

11.4.3 - Anexo III - Formulário de Requerimento de Vaga para Candidatos Portadores de Deficiência;

11.4.4 - Anexo IV - Formulário para Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição;

11.4.5 - Anexo V - Formulário de Recurso;

11.5 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta (SC), 18 de Abril de 2016 .

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

KÁTIA ANA DI DOMÊNICO

Presidente da Comissão

ANEXO I

Conteúdo Programático

Prova de Conhecimentos Gerais para o cargo: Enfermeiro(a)

Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto, reconhecimento e compreensão de diferentes tipos e gêneros textuais, coesão e coerência, recursos coesivos, ponto de vista do autor, ideia central e ideias convergentes, informações literais e inferências, intertextualidade e extratextualidade. Ortografia: divisão silábica, pontuação, uso do hífen, acentuação gráfica, crase, uso dos Porquês, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j, adequação vocabular. Morfologia: processos de formação de palavras, artigo, adjetivo, advérbio, pronome, preposição, substantivo, verbo, conjunção, numeral, interjeição, flexões, conjugação verbal, sentido próprio e figurado. Sintaxe: sintaxe da oração e do período composto, voz passiva e ativa, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal. Semântica: relações de significados entre palavras e orações, polissemia, sinônimo, antônimo, homônimos e parônimos, figuras de linguagem, conotação, denotação, ambiguidades. Fonologia: fonemas e letras, sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Literatura: períodos e estilos da literatura brasileira, estilos dos escritores, gêneros literários. Novo acordo ortográfico.

Atualidades: Aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município. Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, esportes, inovações tecnológicas e científicas, do Município, do Estado, do Brasil e do mundo.

Prova de Conhecimentos Específicos para o cargo: Enfermeiro(a):

Conteúdos de Conhecimentos Específicos: Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Enfermagem: conceito, objetivos, fundamentos, categorias e atribuições. Noções de anatomia e fisiologia. Esterilização, desinfecção, assepsia e antisepsia. Técnicas e procedimentos: aferição de altura e peso, lavagem das mãos, curativos, sondagem nasogástrica, nebulização, inalação, aspiração, retirada de pontos. Conhecimento sobre as principais doenças infecciosas e parasitárias: AIDS, coqueluche, dengue, difteria, escarlatina, doença de chagas, esquistossomose, febre amarela, hanseníase, hepatites, leptospirose, malária, meningite, poliomielite, raiva, rubéola, sarampo, tétano, tuberculose, varicela e outras doenças do aparelho respiratório e circulatório. Saúde da criança. Saúde da mulher. Saúde do Adulto. Saúde do idoso. Aleitamento materno. Enfermagem de Saúde Pública e Coletiva. Noções gerais de Saúde Pública e Coletiva: conceito de saúde e saúde pública e coletiva. Doenças de notificação compulsória. Calendário de vacinação. Noções de trabalho em equipe. Programa Saúde da Família (PSF). Código de ética profissional. Epidemiologia: coeficientes e indicadores de saúde mais utilizados. Administração em Enfermagem: instrumentos administrativos (manuais, regimentos, normas e rotinas do serviço de enfermagem). Estrutura organizacional e os serviços de enfermagem. Funções Administrativas (planejamento, organização, coordenação e controle). Noções básicas de informática. Atribuições do cargo. Atualidades Profissionais.

ANEXO II

Atribuições do Cargo

Cargo: Enfermeiro(a)

Descrição das atribuições:

- Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;
- Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição;
- Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;
- Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição;
- Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;
- Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais;
- Prestar assessoria quando solicitado;
- Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas;
- Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada;
- Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado;
- Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição;
- Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida;
- Fazer notificação de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
- Participar de programas de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos;
- Elaborar informes técnicos para divulgação;
- Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação;
- Executar outras tarefas afins e nos programas e projetos a serem implantados pelas secretarias.

ANEXO III

Formulário de requerimento de vaga para candidatos portadores de deficiência

NOME DO CANDIDATO: _____

CARGO PRETENDIDO: _____

Nº DA INSCRIÇÃO: _____

De acordo com o Item 3.1 do Edital de Processo Seletivo 04/2016 do Município de Cordilheira Alta (SC), embasado no art. 37, VIII da Constituição Federal e Lei n.º 7.853 de 24 de outubro de 1989, venho requerer reserva de vaga a candidato portador de deficiência, apresentando laudo médico com CID em anexo, conforme deficiência abaixo:

Física () Auditiva () Visual ()
Mental () Múltipla () Outra () _____

Necessita de condições especiais para a realização da prova?

Sim () Não ()

Qual? _____

Pede Deferimento.

Cordilheira Alta (SC), _____ de _____ de 20 ____ .

Assinatura do Requerente

ANEXO IV

Formulário para requerimento de isenção da taxa de inscrição

NOME DO CANDIDATO: _____

CARGO PRETENDIDO: _____

Nº DA INSCRIÇÃO: _____

De acordo com o Item 5.1 do Edital de Processo Seletivo 04/2016 do Município de Cordilheira Alta (SC), embasado na Lei Estadual n.º 10.567, de 07 de novembro de 1997, venho requerer a isenção da taxa de inscrição por enquadrar-me na condição de doador de sangue.

Comprovo ter realizado 03 doações de sangue nos últimos 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital, conforme documento anexo.

Data da doação: Entidade:

1º ____/____/____

2º ____/____/____

3º ____/____/____

Pede Deferimento.

Cordilheira Alta (SC), ____ de ____ de 20 ____ .

Assinatura do Requerente

ANEXO V

Formulário de Recurso

NOME DO CANDIDATO: _____

CARGO PRETENDIDO: _____

Nº DA INSCRIÇÃO: _____

Tipo de Recurso:

☐ – Indeferimento de inscrição;☐ – Questão da prova escrita objetiva;☐ – Gabarito preliminar;☐ – Ata de classificação preliminar;☐ – Incorreções ou irregularidades do Processo Seletivo;☐ – Outros: _____

Fundamentação:

Pede Deferimento.

Cordilheira Alta (SC), ____ de ____ de 20 ____ .

Assinatura do Requerente

EXTRATO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2016

ALCEU MAZZIONI, Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que estará realizando Processo Seletivo nº 04/2016, destinado à contratação em caráter temporário e emergencial de Enfermeiro(a).

A inscrição somente será efetuada via presencial, junto ao Município, no endereço: Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, no período compreendido entre 20/04/2016 a 06/05/2016.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone 49 – 33589100.

Cordilheira Alta (SC), em 18 de Abril de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS Nº 31 E 32/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2016

Contratado: CEMAR FONINI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICO DE ANESTESISTA

Valor: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Vigência: 31/12/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2016

Contratado: MANON ALVES ALMEIDA 62792938153

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE PEÇA TEATRAL A TODOS OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO

Valor: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais)

Vigência: 31/12/2016

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 018/2016 DE CONTRATO DE 11 DE MARÇO DE 2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 018/2016 DE CONTRATO DE 11 DE MARÇO DE 2016.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015. NÚMERO CONTRATO: 006/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/02/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente licitação, do tipo menor preço por item, tem por objeto a Prestação de Serviços de Transporte Escolar para os alunos do Ensino Fundamental do Município de Coronel Martins, na linha 02 (dois), a que se refere o item 2 (dois)- DO OBJETO- do edital do Pregão Presencial nº 002/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

O valor mensal pela prestação dos serviços constantes do Contrato nº 006/2013, firmado em 15 de fevereiro de 2013, fica corrigido a partir desta data, em 10% (dez por cento), percentual inferior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC dos últimos 12 (doze) meses (11,07%), cujo valor passará de R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) para R\$ 3,41 (três reais e quarenta e um centavos) mensais, por quilometragem percorrida, perfazendo um total de 97,1 (noventa e sete quilômetros e cem metros) K/m dia, que correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam rratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 15.249.189/0001-28
CONTRATADO: JOSETE SCHUSTER ZAPAROLI

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 015/2016 DE CONTRATO DE 11 DE MARÇO DE 2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 015/2016 DE CONTRATO DE 11 DE MARÇO DE 2016.

MÊS/ANO: AGOSTO/2014. NÚMERO CONTRATO: 054/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/08/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Contrato nº 054/2014, que antecedeu a este Termo aditivo, tem por objeto a Prestação de Serviços de Transporte de trabalhadores do Município de Coronel Martins para o Município de Ipuacu, oriundo do edital do Pregão Presencial nº 021/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor mensal pela prestação dos serviços constantes do Contrato nº 054/2014, firmado em 20 de agosto de 2014, fica corrigido a partir desta data, em 10% (dez por cento), percentual inferior ao

Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC dos últimos 12 (doze) meses (11,07%), cujo valor passará de R\$ 3,01 (três reais e um centavo) para R\$ 3,31 (três reais e trinta e um centavos) mensais, por quilômetro percorrido, perfazendo um total de 126 K/m dia, que correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam rratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 02.314.481/0001-35
CONTRATADO: ZAPAROLI TRANSPORTES LTDA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 019/2016 DE CONTRATO DE 31 DE MARÇO DE 2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 019/2016 DE CONTRATO DE 31 DE MARÇO DE 2016.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2015. NÚMERO CONTRATO: 008/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/02/2015

Celebram o SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 008, firmado em 20 de fevereiro de 2015, vinculado às normas previstas na Lei n. 8.666/93 e edital de Pregão Presencial nº 002/2015, conforme condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR

O valor mensal pela prestação dos serviços de Transporte Escolar do Contrato nº 008/2015, firmado em 20 de fevereiro de 2015, fica corrigido a partir de 01 de abril de 2016, em 10% (dez por cento), percentual inferior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC dos últimos 12 (doze) meses (11,07%), cujo valor passará de R\$2,60 (dois reais e sessenta centavos) por quilômetro rodado, para R\$ 2,86 (dois reais e oitenta e seis centavos) por quilômetro rodado, perfazendo um total de 103,20 (cento e três quilômetros e duzentos metros) Km/dia, que correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam rratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 08.446.332/0001- 06
CONTRATADO: AIRTON SENA MIOTTO ME.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº. 017/2016 DE CONTRATO DE 11 DE MARÇO DE 2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº. 017/2016 DE CONTRATO DE 11 DE MARÇO DE 2016.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 006/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/02/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Contrato que antecedeu a este Termo Aditivo, tem por objeto a Prestação de Serviços de Transporte Escolar para os alunos do Ensino Fundamental do Município de Coronel Martins, na linha 3 (três), a que se refere o item 3 (três) do edital de Pregão Presencial nº 004/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

O valor mensal pela prestação dos serviços constantes do Contrato nº 006/2013, firmado em 15 de fevereiro de 2013, fica corrigido a partir desta data em 10% (dez por cento), percentual inferior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC dos últimos 12 (doze) meses (11,07%), cujo valor passará de R\$ 2,88 (dois reais e oitenta e oito centavos) para R\$ 3,16 (três reais e dezesseis centavos) mensais, por quilometragem percorrida, perfazendo um total de 99 (noventa e nove) K/m dia, que correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato original, às quais se aplicam o presente Termo Aditivo.

Visto/Jurídico. Julcemar Comachio- OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 17.459.523/0001-01

CONTRATADO: ATILA JUNIOR ZAPAROLI

PORTARIA Nº. 057 DE 07 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº. 057 DE 07 DE ABRIL DE 2016

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 11/04/2016 à 10/05/2016.

Nome Cargo Referência

Pedro Sizisnande PCE Auxiliar de Manutenção e Conservação
03/02/2014 à 02/02/2015

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 07 de abril de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

RUDINEI SMANIOTTO

Controlador do Controle Interno

PORTARIA Nº. 058 DE 11 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 058 DE 11 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Carmelinda Biazin Gaio, ocupante do Cargo de provimento efetivo de PCE Assistente, no dia 11 de abril de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 11 de abril de 2016.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

RUDINEI SMANIOTTO

Coordenador do Controle Interno

PORTARIA Nº. 059 DE 11 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 059 DE 11 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Genoeva Lurdes Maculan, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professor de Geografia, Área III, por um

período de 05 (cinco) dias, a partir do dia 11 a 15 de abril de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 11 de abril de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

RUDINEI SMANIOTTO

Coordenador do Controle Interno

PORTARIA Nº. 060 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 060 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Carla Ravarena, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professora Área III, por um período de 04 (quatro) dias, a partir do dia 12 a 15 de abril de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 12 de abril de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

RUDINEI SMANIOTTO

Coordenador do Controle Interno

PORTARIA Nº. 061 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 061 DE 12 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidor Público Municipal, Senhor, Jean Carlos da Silva, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Operador De Máquinas, por um período de 01 (um) dia, a partir do dia 12 de abril de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 12 de abril de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

RUDINEI SMANIOTTO

Coordenador do Controle Interno

PORTARIA Nº. 062 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº. 062 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2014 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Senhora, Carolina de Fátima de Jesus Madella, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, por um período de 02 (dois) dias, a partir do dia 14 a 15 de abril de 2016, conforme cópia de atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 14 de abril de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

RUDINEI SMANIOTTO

Coordenador do Controle Interno

Corupá

PREFEITURA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA Nº 01/2016 (EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015)

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA Nº 01/2016
(Edital de Concurso Público Nº 001/2015)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em entendimento e em atendimento ao Edital de Concurso Público Nº 001/2015,

CONSIDERANDO que o não comparecimento a qualquer das etapas do Concurso Público Nº 001/2015 implica em desistência tácita,

CONSIDERANDO que os candidatos abaixo aprovados na 1ª fase do Concurso Público Nº 001/2015, não compareceram ao chamamento para a realização dos exames médicos pré-admissionais da Prefeitura Municipal de Corupá, na data e horários previstos, conforme declaração em anexo ao presente Edital,

CARGO: FONOAUDIÓLOGO (35h)

Ordem	Nome	Data	Horário
1º	Deyvis Kopstein	11/04/2016	14:20

CARGO: MÉDICO PEDIATRA (20h)

Ordem	Nome	Data	Horário
1º	Renata Semann	11/04/2016	14:30

RESOLVE homologar a desistência tácita e expressa dos candidatos: DEYVIS KOPSTEIN, do cargo de Fonoaudiólogo (35h); e RENATA SEMANN, do cargo de Pediatra (20h).

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PREGÃO PRESENCIAL 015/2016

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 015/16

OBJETO Registro de Preço para eventual aquisição de um VEÍCULO 0 km, utilitário (pick up), motorização mínima de 1.4 L total flex, ano/mod. Igual ou superior a 2016 para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros do Município de Corupá-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 20/04/2016 às 09h00min do dia 03/05/2016.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 03/05/2016.

TIPO: Menor Preço por item no LOTE.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 20 de ABRIL de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇOS 04/2016

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO
Modalidade Tomada de Preço nº 004/16

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, Drenagem Pluvial, Terraplanagem, Sinalização Viária, e Obras Complementares da Rua 04 - Roberto Seidel - Trecho 03, (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), no Município de Corupá, conforme memorial descritivo, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09h00min do dia 20/04/2016 às 09h00min do dia 09/05/2016.

INICIO DA SESSÃO: 09h30min do dia 09/05/2016.

TIPO: Menor Preço global.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500

Fica estipulada a data máxima do dia 04/05/2016 para que as empresas interessadas realizem a visita técnica e o Cadastramento Prévio junto a Prefeitura Municipal e retirem o Edital com todos os seus anexos. As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado de Regularidade Cadastral também até a data já mencionada.

Corupá, 20 de Abril de 2016.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2016

RETIFICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público a retificação referente ao Pregão Presencial nº 84/2016, conforme segue:

Referente ao item "5.3 do Edital, alínea f":

Onde se Lê:

"Declaração que a empresa atenderá o chamado em até 1 (uma) hora e solucionar o problema em até 2 (duas) horas;"

Leia-se:

"Declaração que a empresa atenderá o chamado em até 3 (três) horas e solucionar o problema em até 12 (doze) horas;"

Mantém-se as demais disposições e informações constantes no Edital.

Curitibanos, 19 de Abril de 2016.

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO (COINCO) EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO (COINCO)

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2016

O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.695.617/0001-20, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, em Curitibanos/SC, doravante denominado de COINCO, neste ato representado por seu Presidente OSNY BATISTA ALBERTON e pelo Presidente da Comissão de Licitações, DIEGO SEBEM WORDELL, informam que realizará licitação, na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, objetivando a delegação, na modalidade concessão, de prestação de serviços, com a finalidade de selecionar pelo critério de MAIOR OFERTA (PERCENTUAL POR TONELADA), para contratação de empresa especializada para executar os serviços de TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS EFLUENTES E RESÍDUOS ORIUNDOS DOS SISTEMAS FOSSA-FILTRO E SUMIDOUROS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS ABRANGIDOS PELO COINCO.

Rege a presente licitação a Leis Federais n. 8987/95, n. 11.445/07 e n. 8.666/93 e sucedâneas, Artigo 3o., inciso VI, do Estatuto do COINCO e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

· Protocolo do envelope de proposta e do envelope de habilitação: até às 09:00 hs do dia 31 de Maio de 2016, na sede do COINCO sito na Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, em Curitibanos/SC.

· Início da Sessão Pública da concorrência: a partir das 09:30 hs do dia 31 de Maio de 2016, na sede do COINCO sito na Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, em Curitibanos/SC.

· Vistoria Técnica: até às 17:00hs do dia 30 de Maio de 2016.

As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo COINCO, da seguinte forma: pelo telefone: (49) 3241-3904, por e-mail: coinco5@gmail.com e em sua sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, N. 359, Centro, em Curitibanos/SC, no horário de atendimento do COINCO, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 hs. e das 13:30 hs. às 17:30 horas.

Curitibanos, 19 de Abril de 2016.

Osny Batista Alberton

Presidente do COINCO

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EDITAL CONCURSO PUBLICO 002_2016

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016 (HOSPITAL MUNICIPAL)

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA ADMISSÃO DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA AUTARQUIA HOSPITAL MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, Srº. ALTAIR CARDOSO RITTES, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, e Leis Municipais 3687/2006, 4.254/2013 e demais dispositivos legais vigentes, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público destinado para admissão, de servidores da Autarquia do Hospital Municipal sob o Regime Estatutário, de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de CONCURSO PÚBLICO é disciplinado pelo art. 37, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 3687/2006, Lei Municipal nº 4.254/2013 e demais dispositivos legais vigentes.

1.1.2. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público do Município de Dionísio Cerqueira – SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Dionísio Cerqueira – SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Concurso Público serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no Concurso Público implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Concurso Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal a que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

1.1.6. O prazo de validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.1.7. São condições para participação no presente CONCURSO PÚBLICO:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - - 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 – Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

f) Possuir obrigatoriamente carteira nacional habilitação (CNH) Categoria “D” para o cargo de Motorista e curso de Emergência e transporte de pacientes.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Concurso Público.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA e PRÁTICA.

1.2. Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencto Inicial	Habilitação	Tipo de Prova
Enfermeiro	01	40h/sem	R\$ 3.174,30	Nível superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Enfermeiro Obstetra	01	40/sem	R\$ 3.174,30	Ensino superior específico na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador e Especialização como Enfermeira Obstetra	Objetiva
Farmacêutico	01	40h/sem	R\$ 3.280,11	Nível superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Nutricionista	01	40h/sem	R\$ 2.389,55	Nível superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Fisioterapeuta	*CR	20h/sem	R\$ 1.375,53	Nível superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Analista de Informática	*CR	40h/sem	R\$ 2.389,55	Nível superior completo e específico na área	Objetiva
Técnico em Enfermagem	01	40h/sem	R\$ 1.305,53	Curso específico na área de atuação/ com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Técnico em Radiologia	*CR	20h/sem	R\$ 1.132,16	Ensino médio completo específico na área de atuação	Objetiva

Auxiliar de Serviços Gerais	01	40h/sem	R\$ 846,48	Até a 4º do ensino Fundamental	Objetiva
Vigia	01	40h/sem	R\$ 846,48	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Motorista – Cat. "D"	*CR	40h/sem	R\$ 1.269,72	Ensino Fundamental, CNH categoria "D"; e curso de Emergência e transporte de pacientes	Objetiva e Prática

CR* - Cadastro de Reserva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou VIA POSTAL, no período das 08horas do dia 19/04/2016 às 23h59min do dia 18/05/2016.

2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET/ON-LINE:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site www.ameosc.org.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

- acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos;
- fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;
- preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;
- imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;
- imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 19/05/2016.
- pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.1.3. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar à sua inscrição on line VIA PRESENCIAL sendo que para tanto deverão se dirigir até a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sito a Rua Santos Dumont, nº 413, centro, durante o período das inscrições, nos dias de expediente normal, no horário compreendido entre as 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min.

2.1.1.4. Para a efetivação das inscrições on line via presencial o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições on line presencial apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassadas pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.1.1.5. Na oportunidade de realização da inscrição on line via presencial será entregue ao candidato o comprovante de sua inscrição, bem como o Boleto Bancário referente à sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min do dia 19.05.2016.

2.1.1.6. Só serão efetivadas as inscrições on line via presencial dos candidatos que se dirigirem à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, até às 16h30min do último dia de inscrição.

2.1.1.7. A Prefeitura de Dionísio Cerqueira – SC, e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.1.1.8. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.1.1.9. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2 DAS INSCRIÇÕES VIA POSTAL:

2.1.2.1. Admitir-se-á inscrição via postal, registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para as inscrições, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

2.1.2.2. É de responsabilidade do candidato, que desejar realizar a inscrição via portal imprimir o Requerimento de Inscrição (modelo anexo), preenchê-lo corretamente com todos os dados solicitados e assinar.

2.1.2.3. O candidato deverá dirigir-se a uma agência do Caixa Econômica Federal e efetuar um depósito IDENTIFICADO E EM DINHEIRO, no valor da taxa de inscrição corresponde ao cargo que deseja se inscrever, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira abaixo informada:

Estabelecimento bancário: Caixa Econômica Federal

Agência: 2896

Conta Corrente: 598921

Código Banco: 104

Convênio: 598921

2.1.2.4. Providenciar cópia AUTENTICADA dos seguintes documentos:

- Documento de identidade (RG);
- Comprovante do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda). Caso no documento de identidade conste o número do CPF fica dispensada a apresentação do comprovante.
- Comprovante do depósito identificado em dinheiro na conta do município de Dionísio Cerqueira –SC, realizado no Banco do Brasil.

2.1.2.5. Enviar pelo correio o Requerimento de Inscrição, devidamente preenchido com todos os dados solicitados e devidamente assinado e as cópias autenticadas dos documentos exigidos, por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), pelo Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias-SEDEX, para o endereço constante do item 2.1.2.1.

2.1.2.6. Só serão aceitos os pedidos de inscrição enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC,

até às 17 horas do último dia de inscrição, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

2.1.2.7. O depósito em conta corrente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, deve ser obrigatoriamente o DEPÓSITO IDENTIFICADO, não tendo validade o depósito comum.

2.1.2.8. Os depósitos em conta corrente eventualmente feitos em desacordo com a norma do edital e ou com erro na identificação do candidato e ou intempestivamente, não poderão ser ressarcidos.

2.1.2.9. É vedada a inscrição condicional, não sendo admitida complementação documental fora do prazo fixado para inscrição, nem comprovante de agendamento de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2.10. A inscrição por via postal, se efetuada, será por conta e risco do candidato, não se responsabilizando o Município de Dionísio Cerqueira – SC por extravios, falta de documentação, atrasos ou outras ocorrências que impeçam a efetiva inscrição do candidato.

2.2. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.3. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.4. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.5. O candidato poderá inscrever-se somente para 01 (uma) vaga do cargo de que trata o presente Edital. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.6. O valor da Taxa de Inscrição para o CONCURSO PÚBLICO será de:

Escolaridade/Habilitação	Valor R\$
Ensino Superior	R\$ 70,00
Ensino Médio	R\$ 50,00
Ensino Fundamental	R\$ 30,00

2.7. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Concurso Público, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, entre outros).

2.9. A solicitação de recursos especiais será atendida, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados por meio de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários, a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.12. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:

2.12.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Municipal nº 4.036/2010 (doador de sangue e de órgãos) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Concurso Público.

2.12.1.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, à doação.

2.12.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os doadores de sangue (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, e entregue do dia 19/04 a 09/05/2016, no endereço da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, em horário de expediente, das 07h30min às 12hrs e das 13h30min às 17hrs, juntamente com os seguintes documentos:

a) cópia do requerimento de inscrição;

b) comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais. Para ter direito à isenção, o candidato deve comprovar que realizou, no mínimo 03 (três) doações no período de um ano;

c) no caso o subitem 2.12.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

c.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, por meio de cópia autenticada em cartório, sendo que os mesmos devem estar na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC até no máximo dia 10/05/2016.

2.12.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC e nos sites www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br até o dia 11/05/2016 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.12.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até às 23h59min do dia 19/05/2016, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. O presente Concurso Público destina-se também a cadastro de reserva e, dessa forma, não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, são reservados 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sito à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 12hrs e das 13h30min às 17hrs, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas no departamento de Recursos Humanos somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Concurso, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Dionísio Cerqueira – SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sito à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem o último dia de inscrição.

3.3. A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento dessas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos, independente do cargo a que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 18/06/2016, às 09h, em local a ser informado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br após a homologação final das inscrições.

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08hrs.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões, o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Dionísio Cerqueira – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassadas pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso, na sala de aplicação de provas, após às 08h50min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09hrs e término às 12hrs.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 03hrs, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão-resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.2. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.1.4.4. A prova será composta de 35 (trinta e cinco).

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática, conforme quadro abaixo para os cargos de Enfermeiro, Enfermeiro Obstetra, Farmacêutico, Nutricionista, Fisioterapeuta, Analista de Informática, Técnico em Enfermagem, Técnico em Radiologia, Auxiliar de Serviços Gerais e Vigia.

Provas	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1- Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00	5,00
2- Português	10	0,20	2,00	
3- Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL -	35	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 5,00 (cinco), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.3. DA PROVA OBJETIVA e PRÁTICA (Modalidade B) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Português, Matemática e Prova Prática, conforme quadro abaixo para o cargo de Motorista – Cat. “D”.

Provas	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
--------	-------------	------	---------------------------------------	--

1- Conhecimentos Específicos	20	0,10	2,00	1,00
2- Português	10	0,07	0,70	
3- Matemática	05	0,06	0,30	
TOTAL -	35	-	3,00	-

Prova Prática	Total de Pontos (Nota)	Nota Mínima da Prova Prática
Prova Prática	7,00	3,00
TOTAL -	7,00	3,00

5.3.1. Para o cargo acima descrito, somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 1,00 (um ponto) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Português e Matemática) e nota mínima de 3,00 (três pontos), na prova prática, conforme tabelas acima.

5.4. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.4.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.4.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (08h40min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.4.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.4.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Concurso Público.

5.4.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.4.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão resposta.

5.4.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio cartão resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura ótica, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.4.4.3. No Cartão Resposta do candidato constará as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

5.4.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.4.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a marcação correta, sendo que a não marcação correta invalidará o cartão resposta.

5.4.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta (Gabarito):

5.4.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.4.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.4.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

5.4.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão Resposta.

5.4.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.4.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.4.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta.

5.4.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.4.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.4.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.4.17. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta ao mesmo tempo.

5.4.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão apor nos cartões respostas suas assinaturas.

5.4.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão identificar como faltantes os cartões resposta dos candidatos que não compareceram para realizar a prova,

apondo suas assinaturas nos mesmos.

5.4.17.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova e demais anotações que considerarem necessárias.

5.4.17.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, lacrarão o envelope, no qual estará acondicionado os cartões resposta, constando também suas assinaturas neste envelope, o qual será deslacrado somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.4.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.4.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

5.4.20. O Município de Dionísio Cerqueira e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.5. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA:

5.5.1. A prova será aplicada aos candidatos à função de Motorista – “CNH cat. D”.

5.5.2. A prova prática será realizada no dia 18/06/2016, com início às 12h30min, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, junto a Secretária dos Transportes e Obras, sito à Rua Carmelito de Souza, s/n, Centro de Dionísio Cerqueira – SC.

5.5.2.1. A comissão organizadora do certame reserva-se o direito de, considerando a quantidade de inscritos e condições meteorológicas, estipular o horário de encerramento das provas do dia 18/06/2016.

5.5.3. O candidato que não estiver presente no dia e horário determinado no item 5.6.2 para realização da prova prática será considerado desistente e, conseqüentemente, eliminado do Concurso, sendo que a partir das 12h30min não será mais permitido o acesso de candidatos ao Parque de Máquinas, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Dionísio Cerqueira – SC não se responsabilizarão por atrasos.

5.5.4. Na prova prática, para a função de Motorista – “CNH cat. D”, o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina ou veículo, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,70 pontos), Muito Bom (0,60 pontos); Bom (0,50 pontos); Satisfatório (0,40 pontos), Regular (0,30 ponto) e Péssimo (0,00 ponto).

5.5.5. A função exige o emprego de veículos, pertencentes ou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, poderá ser a critério da fiscalização, excluído o candidato que demonstrar não possuir a necessária capacidade de manejo.

5.5.6. À nota da prova prática será atribuída pontuação/nota escala 0 (zero) a 7,00 (sete).

5.5.7. Para efeitos de atribuição de notas, será eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo 3,00 (três) pontos no total da prova prática e também o que não atingir a nota mínima de 1,00 (um) ponto na prova objetiva.

5.5.8. A média final será: Nota da Prova Objetiva somada com a Nota da Prova Prática.

5.5.9. Para a realização da Prova Prática o candidato deve apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

a) Documento de Identificação original;

b) Carteira Nacional Habilitação para o cargo de Motorista – “CNH cat. D”.

5.5.10. O candidato que faltar, ou seja, não comparecer para realização da prova pratica no dia e local informado nos itens acima estará automaticamente desclassificado do certame.

5.5.11. A Comissão de Acompanhamento do Concurso reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas alterar a data e o local das provas práticas. Ocorrendo qualquer alteração, os candidatos poderão ser avisados no dia da prova objetiva.

5.5.12. Em caso de impossibilidade de realização de todas as provas praticas na data prevista, a continuidade das mesmas fica automaticamente regulamentada para continuidade no dia seguinte, a partir das 07h30min até o horário necessário para finalização das mesmas.

5.6. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.6.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

a) documento de identificação;

b) comprovante de Inscrição;

c) caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;

d) lápis preto e borracha;

e) água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.6.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.6.3. O Município de Dionísio Cerqueira e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.7. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

a) ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;

b) fumar;

c) comunicação entre os candidatos;

d) consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, entre outros);

e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, entre outros.

5.8. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

a) apresentar-se após o horário estabelecido, não sendo admitida qualquer tolerância;

b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;

c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

d) não apresentar documento que bem o identifique;

e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitindo uso do celular, máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.8.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecerão até a saída do candidato do local de prova.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada por meio do processo de leitura óptica, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada no Auditório Paulo Freire, junto a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, na Rua Santos Dumont 413, às 09hrs do dia 28/06/2016, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão Identificação).

6.1.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 07 do presente edital.

6.1.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do Edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente Edital e a soma da prova prática do cargo de Motorista.

6.2. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

- 7.1.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Concurso Público na forma do dispositivo no parágrafo único de art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- 7.1.2. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;
- 7.1.3. Maior nota na prova Prática (Motorista);
- 7.1.4. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;
- 7.1.5. Maior número de acertos na prova de Matemática;
- 7.1.6. Sorteio Público.

8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da prova objetiva;
- c) no gabarito preliminar divulgado;
- d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Concurso Público, para cada cargo.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma, anexo I deste edital.

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os RECURSOS poderão ser interpostos VIA ON LINE – pelo sistema – ou VIA POSTAL.

9.4.1. Para a interposição de RECURSO VIA ONLINE, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos
- b) acessar a “Área do Candidato”;
- c) clicar em “recursos e requerimentos”;

d) preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas;

e) os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.4.2. Para a interposição de RECURSO VIA POSTAL, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) imprimir e preencher o Formulário de Recurso (modelo anexo);

b) encaminhar por meio de correspondência registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para os recursos, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura.

9.4.2.1. É de responsabilidade do candidato imprimir o Formulário de Recursos (modelo anexo), preenchê-lo corretamente, assinar e encaminhar para o endereço e nas condições expostas no item anterior.

9.4.2.2. Deverá ser encaminhado apenas e tão somente o Formulário de Recurso contendo as razões do recorrente. Eventuais outros materiais encaminhados juntamente com o Formulário de Recursos serão desconsiderados.

9.4.2.3. Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.2.4. Poderá ser encaminhado mais de um Formulário de Recurso numa mesma correspondência, desde que cada recurso esteja

devidamente identificado.

9.4.2.5. Só serão aceitos os recursos enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, encaminhado aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, até às 17 horas do último dia dos recursos, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

9.4.2.6. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.2.7. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Concurso Público.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo Decreto de resultado final será publicado.

10. DO PROVIMENTO DO CARGO

10.1. O provimento do cargo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;

b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;

c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;

d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;

e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior que assim exigir;

f) demais documentos solicitados pela Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, ou previsto em Legislação Municipal.

10.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

10.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto a Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

10.5. O presente Concurso Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

10.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As publicações sobre o Concurso Público serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Dionísio Cerqueira – SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

11.2. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.3. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Concurso Público em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme a legislação vigente.

11.4. O Prefeito do Município de Dionísio Cerqueira – SC, poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Concurso Público mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.5. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público é o da Comarca de Dionísio Cerqueira – SC.

11.6. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Requerimento Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;

ANEXO V - Requerimento de Inscrição Via Postal; (somente para candidatos que enviarem inscrição via correio);

ANEXO VI – Formulário de Recurso Via Postal; (somente para candidatos que enviarem recursos via correio);

ANEXO VII – Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO VIII – Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

ANEXO IX – Decreto, que regulamenta a Prova Prática;

Dionísio Cerqueira – SC, 18 de abril de 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei

Paulo Cesar Gnoatto

OAB/SC 10.106-A

Assessor Jurídico Prefeitura de Dionísio Cerqueira

ANEXO I
 EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016
 CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	18/04/2016	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Dionísio Cerqueira - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira até o dia 08/05/2016.
Inscrições	19/04 a 18/05/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue)	19/04 a 09/05/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue)	11/05/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA. (Doador de Sangue)	12/05 a 19/05/2016	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	25/05/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	26 a 29/05/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	02/06/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Publicação do Ensalamento	08/06/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prova Objetiva	18/06/2016	A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 18/06/2016, às 09horas, em local a ser informado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br após a homologação final das inscrições. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h. O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 09hrs e término às 12hrs.
Prova Prática	18/06/2016	A prova prática do cargo de Motorista terá início às 12h30min. O local de aplicação da Prova Prática será o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, junto a Secretária dos Transportes e Obras, sito à Rua Carmelito de Souza, s/n, Centro de Dionísio Cerqueira – SC. A partir das 12h30min não será mais permitido o acesso de candidatos no Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, junto a Secretária dos Transportes e Obras, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Dionísio Cerqueira – SC não se responsabilizarão por atrasos.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	20/06/2016	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	21 e 22/06/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	28/06/2016	Às 09hrs, no Auditório Paulo Freire, junto a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, na Rua Santos Dumont 413, Centro de Dionísio Cerqueira – SC.
Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva e notas da Prova Prática	29/06/2016	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br
Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar Prova Objetiva e Prova Prática	30/06 e 01/07/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar.	27/07/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	28/07/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação da Classificação/Resultado Final	29/07/2016	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

ANEXO II**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****NÍVEL SUPERIOR****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ENFERMEIRO:**

Processo de enfermagem: Sistematização da Assistência em Enfermagem; semiologia e semiotécnica em enfermagem; teorias da enfermagem. Biossegurança: conhecimento e medidas de biossegurança; prevenção em controle de riscos ocupacionais e de infecções hospitalares. Enfermagem na gestão em serviços de saúde: planejamento; tomada de decisão; gerenciamento de pessoal e liderança em enfermagem; relacionamento interpessoal; humanização da atenção em saúde; sistema de informação em saúde. Ética e bioética em enfermagem. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes; controle social; indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; endemias/epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento; Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990. Visita e consulta de enfermagem em domicílio: técnicas e abordagens; estratégias de abordagem a grupos sociais, especialmente à família, à mulher e ao neonato, a grupos em situações vulneráveis e minoritários. Enfermagem em saúde da mulher: Sistematização da Assistência de Enfermagem à mulher; imunização; prevenção do câncer ginecológico e de mama. Climatério. Planejamento familiar: atenção ao casal infértil, atenção à contracepção (métodos reversíveis e irreversíveis) incluindo a contracepção de emergência. Atenção à mulher em abortamento; atenção à mulher vítima de violência doméstica. Enfermagem em saúde materno-neonatal: cuidado de enfermagem à mulher e ao neonato durante o período gravídico-puerperal; trabalho de parto e nascimento; sistematização da assistência de enfermagem à gestante, à parturiente, à puérpera e ao neonato; aleitamento materno. Educação em saúde: educação popular em saúde e sua aplicação na prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde de grupos específicos.

ENFERMEIRO OBSTETRA:

Políticas de Saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS) e Municipalizações. Constituição: Seção II da Saúde, Capítulo II da Seguridade Social, Título VIII da Ordem Social. Indicadores de Saúde gerais e específicos. Situação da saúde no Brasil. Programa de Saúde da Família. Política Nacional de Saúde Mental no contexto do SUS. Código de ética dos profissionais de enfermagem. Conhecimentos de Enfermagem em diagnóstico e tratamento. Atenção à saúde da criança, do adolescente e da mulher. Atenção a sua saúde e mental. Fundamentos de enfermagem. Processo de enfermagem. Prevenção e controle de infecção hospitalar. Biossegurança. Assistência de enfermagem aos pacientes clínico e cirúrgico. Desinfecção, Esterilização e Limpeza. Atuação do enfermeiro em situações de urgência e emergência. Administração em enfermagem: princípios gerais da administração e funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Anatomia, Fisiologia e Farmacologia na Gestação e Pós-parto: Fisiologia da gestação, parto e puerpério; Farmacologia aplicada ao ciclo gravídico puerperal. Assistência de Enfermagem no climatério, menopausa e esterilidade. Assistência de Enfermagem nas patologias malignas do aparelho reprodutor e mama. Assistência de enfermagem nas principais patologias benignas do aparelho reprodutor feminino. Prevenção do Câncer de Colo de Útero. Psicologia da gravidez, parto e puerpério, cuidado humanizado ao pré-natal de baixo risco (sistematização da assistência propedêutica da gestação), assistência ao pré-parto (mecanismo e assistência ao parto fisiológico, aspectos clínicos e estratificação do risco). Estática fetal, cabeça fetal, períodos clínicos do parto, estudo da bacia, contratilidade uterina. Intercorrências patológicas na gestação, parto e puerpério; hemorragias pós-parto e síndromes hemorrágicas na gestação; síndromes hipertensivas; processos infecciosos na gestação (trato urinário, vulvo-vaginites, infecções congênitas: sífilis, HIV, toxoplasmose, rubéola, citomegalovirose); descolamento prematuro de placenta; prematuridade; depressão pós-parto; diabetes pré-gestacional e gestacional.

FARMACÊUTICO:

Farmacologia clínica e terapêutica: Farmacocinética, Farmacodinâmica e Mecanismos de ação das drogas. Grupos farmacológicos das drogas que atuam nos diversos órgãos e sistemas. Toxicologia. Interações medicamentosas. Farmacotécnica e tecnologia farmacêutica. Química farmacêutica. Farmacognosia. Controle de Qualidade de medicamentos. Boas práticas de fabricação de produtos farmacêuticos. Padronização, seleção, programação e estimativas de necessidade, aquisição, prescrição e dispensação de medicamentos. Uso racional de medicamentos. Material médico-hospitalar. Política Nacional de Medicamentos – legislação farmacêutica específica. Assistência Farmacêutica (Gerenciamento farmacêutico e atenção farmacêutica). Ética Profissional. Legislação Sanitária e Farmacêutica específica para farmácias, drogarias, distribuidoras de medicamentos, saneantes e produtos para a saúde (Portarias e Resoluções da Vigilância Sanitária). Serviços/centros de informação de medicamentos. Farmacovigilância e farmacoepidemiologia. Indicadores de Saúde Gerais e Específicos. Doenças de Notificação Compulsória (Fisiopatologia, características e tratamento). Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. SUS – Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90, Política Nacional de Atenção Básica). Programa Saúde da Família (PSF). Programas de assistência farmacêutica no SUS. Legislação/ assistência farmacêutica no SUS: Política Nacional de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica; Assistência farmacêutica na atenção primária à saúde; Atenção Farmacêutica; Ciclo da Assistência Farmacêutica e suas etapas: Seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos em serviços de saúde públicos; Farmácia social e legislação: Código de ética da profissão farmacêutica; Medicamentos genéricos e medicamentos sujeitos a controle especial; Promoção do uso racional de medicamentos; Cuidados farmacêuticos na atenção à saúde. Atenção primária à saúde e a farmácia básica; Farmácia Hospitalar e controle de infecções hospitalares; Farmacovigilância; Comissão de farmácia e terapêutica, suas competências e atribuições;

Utilização de medicamentos e as interfaces da assistência farmacêutica com os outros setores do sistema de saúde.

NUTRICIONISTA:

Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos desde compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros; saneamento e segurança na produção de alimentos; aspectos físicos; métodos de conservação; técnica de higienização da área física; equipamentos e utensílios. Técnica Dietética: conceito, classificação e composição química. Características organolépticas, seleção, conservação, Pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos. Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário. Nutrição Normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais. Leis da alimentação. Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação. Nutrição materno-infantil: crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária. Gestação e lactação, nutrição do lactente e da criança de baixo peso. Desnutrição na infância. Organização, planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição protéico-calórica, anemias e carências nutricionais. Vigilância nutricional. Atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Avaliação nutricional. Epidemiologia da desnutrição protéico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias. Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade e atividades do nutricionista na EMTN. Modificação da dieta normal e padronização hospitalar. Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, preparo e distribuição. Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis. Ética profissional. Legislação do Sistema Único de Saúde –SUS. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes; controle social. Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária. Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento. Planejamento e programação local de saúde. Distritos sanitários e enfoque estratégico. Conhecimentos Gerais sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Políticas Públicas de Saúde: Bases de Estratégia da Saúde da Família (ESF); Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Controle Social em Saúde. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Educação Alimentar e Nutricional: Objetivos e possibilidades de ação; Guias alimentares; Promoção e educação em saúde; Alimentação saudável; Hábitos e práticas alimentares. Avaliação Nutricional de coletividades: Vigilância Nutricional - SISVAN; Métodos e técnicas de avaliação do estado nutricional e consumo alimentar de populações; Determinantes sócio-culturais do estado nutricional do consumo de alimentos. Nutrição básica: Conceitos e propriedades; Nutrientes (definição, função, digestão, absorção, metabolismo, interação, biodisponibilidade e fontes alimentares). Nutrição humana nos ciclos de vida: Avaliação Nutricional (critérios e métodos); DRI's - Recomendações nutricionais; Crianças (Pré-escolar e escolar); Adolescentes; Distúrbios do metabolismo (diabetes mellitus e obesidade); Distúrbios do trato digestório; Doenças cardiovasculares; Câncer; Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS); Doenças hepáticas.

FISIOTERAPEUTA:

Saúde Pública; Sistema Único de Saúde (Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS); Política Nacional de Humanização; Fundamentos e Técnicas de Atendimento na Fisioterapia; Conceito de Reabilitação; O Trabalho em Equipe na Reabilitação; O Papel de cada Profissional na Equipe de Reabilitação; Reabilitação; Paralisia Cerebral e Facial; Acidente Vascular Cerebral; Parkinsonismo; Síndrome de Down; Hanseníase; Afecções de Músculos e Tendões; Escolioses; Doenças Reumáticas; Cardiopatias; Amputações; Pneumopatias; Conceito e Aplicação: Exercícios Ativos, Exercícios Ativos Assistidos, Exercícios Passivos, Exercícios Isométricos; Conceito e Aplicação: Mecanoterapia; Conceito e Aplicação: Hidroterapia; Conceito e Aplicação: Termoterapia; Conceito e Aplicação: Crioterapia; Conceito e Aplicação: Massoterapia; Conceito e Aplicação: Eletroterapia; Fisioterapia aplicada à geriatria; Demências; Fisioterapia nas Doenças da 3ª idade; Ética e Legislação Profissional. Anatomia e Fisiologia: artrologia e miologia dos membros superiores e inferiores e do tronco; neuroanatomia; anatomia do sistema respiratório e cardiovascular; neurofisiologia; fisiologia: respiratória, cardiovascular, articular e do envelhecimento; Avaliação e conduta fisioterapêutica para as disfunções cardiovasculares (afecções vasculares periféricas crônicas e agudas, insuficiência cardíaca, doença arterial coronariana), pneumológicas (doença pulmonar obstrutiva crônica, afecções pleurais, bronquiectasia, Síndrome de Angústia Respiratória Aguda, insuficiência respiratória aguda, fibrose cística, traumatismos torácicos, pneumonia e atelectasia), reumatológicas (artroses, artrite reumatóide, espondilite anquilosante, lúpus eritematoso sistêmico), geriátricas (osteoporose, alterações fisiológicas decorrentes do envelhecimento, incontinência urinária), traumatoortopédicas (desvios da coluna vertebral, fraturas, luxações, lesões de partes moles, lesões articulares, complicações osteoarticulares pós-traumáticas: rigidez, distrofia simpático-reflexa, síndrome compartimental), neurológicas (acidente vascular encefálico, traumatismo raquimedular, polineuropatias, doenças extrapiramidais, lesões de nervos periféricos e paralisia facial) e dermatológicas (paciente queimado, úlceras de pressão); Fisioterapia em pré e pós-operatório de cirurgias torácicas, abdominais e ortopédicas; Fisioterapia em Terapia Intensiva: avaliação fisioterapêutica e radiológica do tórax, abordagem cinesioterapêutica do aparelho locomotor e do sistema respiratório, síndrome de imobilismo, noções de assistência ventilatória, monitorização respiratória e desmame; Fisioterapia Geral - cinesioterapia, eletroterapia, termoterapia, fototerapia.

ANALISTA DE INFORMÁTICA:

Conceitos e modos de utilização de sistemas operacionais Windows e Linux. Internet e Intranet. Utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet/Intranet. Ferramentas e aplicativos de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa. Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito e multimídia (Br. Office e Microsoft Office). Conceitos de segurança da informação. Memória do computador: Utilização; bit, bytes e palavras; tamanho e posições da memória; memórias internas e auxiliares; programas em memória ROM; memória virtual; cache de memória e tempo de acesso e ciclo de memória. Unidade Central de Processamento: execução das instruções; velocidade de processamento; registradores; clock; barramentos; microcomputadores; sistemas operacionais em microcomputadores; instalação de microcomputadores. Unidades de entrada/saída e periféricos: introdução, tipos de dispositivos de entrada, tipos de dispositivo de saída e dispositivos de entrada/saída. Sistemas operacionais e linguagens de programação: apresentação e conceitos fundamentais; a evolução dos computadores; o software; as linguagens de programação; software livre; linguagens da WEB; programas compilados e programas interpretados; ferramentas do escritório moderno; linguagens orientadas a objeto. Organização da Informação: arquivos e registros; organização dos arquivos; procedimentos nos diversos arquivos; bancos de dados e bancos de dados orientado a objetos. Funcionamento do Computador: o suporte do processamento; a carga do sistema; os programas; instruções; multiprogramação e multiprocessamento; conceitos básicos em relação à configuração de setup e montagem do microcomputador. Introdução à Lógica de Programação: algoritmos, tipos de lógica, instrumentos da lógica de programação, fluxogramas, lógica estruturada, árvores e tabelas de decisão. Concepção e programação: conceitos, construção de algoritmos, procedimentos, funções, bibliotecas e estruturas de dados.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; encontros vocálicos e consonantais; Ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise Sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação dos pronomes oblíquos átonos; homônimos e parônimos.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º graus. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**TÉCNICO EM ENFERMAGEM:**

Fundamentos de Enfermagem: Noções básicas de saúde e doença, ações de enfermagem com relação à aferição de sinais vitais, realização de curativo, cuidado com a higiene, conforto e segurança ao paciente, preparo do paciente para exames, organização da unidade do paciente, administração de medicamentos por via oral, venosa, intramuscular, sub cutânea, ocular, nasal, retal, otológica. Biossegurança. Enfermagem Médico-Cirúrgica: Assistência de enfermagem a pacientes portadores de afecção cardiovascular, respiratória, digestiva, endócrina, renal, neurológica e hematológica. Assistência de enfermagem ao paciente cirúrgico no pré, trans e pós-operatório. Prevenção e controle de infecção hospitalar. Assistência de enfermagem a pacientes em situação de urgência. Enfermagem Materno- Infantil: Assistência de enfermagem à mulher no ciclo vital (gestante, parturiente e puerpério), no parto normal e de risco e ao recém-nascido normal e de risco. Assistência à criança nas fases de lactente, pré-escolar, escolar e adolescente no seu desenvolvimento. Enfermagem em Saúde Pública: Noções de epidemiologia, cadeia epidemiológica, vigilância epidemiológica, indicadores de saúde, atenção primária em saúde. Assistência de enfermagem na prevenção e controle de doenças infecto-parasitárias, crônico-degenerativas e processo de reabilitação. Programa Nacional de Imunização. Programa de Assistência à Saúde da Mulher, Criança e do Trabalhador. Enfermagem em Saúde Mental: Integração da assistência de enfermagem às novas políticas públicas de atenção à saúde mental da criança e adultos.

TÉCNICO EM RADIOLOGIA:

Física das Radiações ionizantes e não ionizantes. Proteção Radiológica. Anatomia Humana. Anatomia Radiológica. Terminologia Radiográfica. Equipamentos radiográficos. Princípios Básicos de Formação da Imagem. Contrastes Radiológicos. Princípios de Posicionamento. Posicionamento Radiológico. Processamento Radiográfico (automático e manual). Técnicas e Procedimentos Radiológicos. Noções básicas de procedimentos Angiográficos, Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética. Humanização. Legislação e Ética. Parâmetros para o funcionamento do SUS.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:**

Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo; Boas Maneiras; Comportamento no ambiente de trabalho; Organização do local de trabalho; Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral; Serviços de capina em geral; Limpeza de vias públicas e praças municipais; Noções sobre ajardinamento e poda de árvores; Tarefas de construção; Instrumentos agrícolas; Serviços de lavoura; Aplicação de inseticidas e fungicidas; Lavagem de máquinas e veículos; Limpeza de peças e oficinas; Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação; Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral; Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios; Coleta de lixo e tipos de recipientes; Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade; Noções de segurança no trabalho; Noções de primeiros socorros.

VIGIA:

Normas de fiscalização das áreas de acesso a edifícios municipais. Atendimento e orientação ao público. Registro de ocorrências e comunicação à chefia. Controle de entrada e saída de pessoas e veículos nos prédios municipais. Rondas diurnas e noturnas. Noções de proteção e segurança no trabalho. Noções de prevenção e combate a incêndios. Relacionamento no Ambiente de Trabalho: com os superiores, com os colegas e com o público em geral. Noções de Ética e Cidadania. Raciocínio Lógico.

MOTORISTA CAT. "D"

Legislação e Sinalização de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Normas gerais de circulação e conduta. Conceitos e definições sobre segurança no trânsito. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao Meio Ambiente. Cidadania. Noções de mecânica básica. Princípios de manutenção de veículos. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico.

Sistema de arrefecimento. Manobras. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando e manutenção do veículo. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem /combustíveis/lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público.

ANEXO III**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016****ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****ENFERMEIRO:**

1. Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;
2. Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição;
3. Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;
4. Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição;
5. Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;
6. Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais;
7. Prestar assessoria quando solicitado;
8. Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas;
9. Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada;
10. Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado;
11. Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição;
12. Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida;
13. Fazer notificação de doenças transmissíveis;
14. Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
15. Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
16. Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
17. Participar de programas de saúde desenvolvidas pela comunidade.
18. Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos;
19. Elaborar informes técnicos para divulgação;
20. Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação; e,
21. Desincumbir-se de outras atividades determinadas na área.

ENFERMEIRO OBSTETRA:

1. Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;
2. Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição;
3. Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;
4. Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição;
5. Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;
6. Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais;
7. Prestar assessoria quando solicitado;
8. Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas;
9. Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada;
10. Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado;
11. Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição;
12. Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida;
13. Fazer notificação de doenças transmissíveis;
14. Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
15. Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
16. Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
17. Participar de programas de saúde desenvolvidas pela comunidade.
18. Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos;
19. Elaborar informes técnicos para divulgação;
20. Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação; e,
21. Desincumbir-se de outras atividades determinadas na área.
22. Atuar no setor de obstetrícia com atendimento as pacientes em sala de consulta e conduzir trabalho de pré-parto, acompanhar o parto normal e pós parto.
23. Orientar e prestar cuidados a mãe e ao recém-nascido na sala de parto e onde se fazer necessário.

FARMACÊUTICO:

1. Manipular insumos farmacêuticos, como medicação, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas, para atender a produção de remédios e outros preparos;
2. Subministrar produtos médicos e cirúrgicos, seguindo o receituário apropriado;
3. Controlar entorpecentes e produtos equiparados, através de mapas, guias e livros, assim atendendo a dispositivos legais;
4. Analisar produtos farmacêuticos, valendo-se de métodos químicos, para verificar qualidade, teor, pureza e quantidade de cada elemento na composição;
5. Orientar os responsáveis por farmácias e drogarias para que cumpram as leis vigentes;
6. Assessorar as autoridades superiores no preparo de informativos e relatórios sobre legislação e assistência farmacêutica;

7. Fornecer sempre que solicitado subsídio para elaboração de ordens de serviço, portarias, pareceres e manifestos;
8. Realizar exames de natureza médica em pacientes devidamente encaminhados;
9. Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela instituição;
10. Realizar o registro de entrega e saídas de medicamentos da farmácia;
11. Executar outras atividades correlatas ao cargo.

NUTRICIONISTA:

1. Realizar auditoria, consultoria, assessoria e palestra em nutrição e dietética.
2. Prescrever suplementos nutricionais necessários a complementação da dieta.
3. Atualizar diariamente as dietas de pacientes, mediante prescrição médica.
4. Preparar lista de compras de produtos utilizados, baseando-se nos cardápios e no número de refeições a serem servidas e no estoque existente.
5. Zelar pela conservação dos alimentos estocados, providenciando as condições necessárias para evitar deterioração e perdas.
6. Participar, conforme a política interna da constituição de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão.
7. Participar de programa de treinamento quando convocado.
8. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade.
9. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança qualidade, produtividade, higiene e prevenção ambiental.
10. Realizar consultas clínicas.

FISIOTERAPEUTA:

1. Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação utilizando protocolos e procedimentos específicos de fisioterapia.
2. Promover a interação terapêutica paciente-médico, no sentido de condicionar o paciente para o tratamento;
3. Elaborar o tratamento de prevenção cardiovascular;
4. Praticar fisioterapia respiratória;
5. Praticar cinesioterapia com intuito de reabilitar os pacientes;
6. Reabilitar pacientes com demanda ortopédica, reumatológica e neurológica;
7. Interpretar exames para confirmar doenças e proceder a prognósticos;

ANALISTA DE INFORMÁTICA:

1. Realizar suporte técnico para o sistema informatizado, instalação de sistema operacional observando eficiência, racionalidade e solução de problemas técnicos.
2. Atuar com suporte aos usuários, redes, manutenção, hardware e software.
3. Implantação de ramais, ativação de pontos de rede, padronização de softwares, inventariar hardware e software, configurações de perfis, implementação de equipamentos em domínio, configuração de contas de e-mail Outlook, administração de servidores.
4. Realizar planejamento, análise e desenvolvimento de sistemas.
5. Monitorar e avaliar o desempenho do ambiente de produção, análise e correção de falhas, gerenciamento de back up, Contato com fornecedores, registrando e acompanhando chamados.
6. Desenvolver projetos para distribuição de cabeamento pelas normas ANSI / EIA / TIA e ABNT (cabeamento estruturado).

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

1. Controla sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e a utilização de aparelhos de auscultara e pressão, verificando e registrando as anomalias;
2. Fazer curativos simples, utilizando noção de primeiros socorros ou observando prescrições, a fim de proporcionar alívio ao paciente e facilitar a cicatrização de ferimentos e suturas escoriações;
3. Preparar os pacientes para consultas e exames, colocando-os na posição indicada para facilitar a realização das operações mencionadas;
4. Preparar e esteriliza material instrumental, ambientes e equipamentos, obedecendo as prescrições, permitindo a realização de exames, tratamentos, pequenas intervenções cirúrgicas e atendimento obstétrico;
5. Orientar pacientes, efetua aplicações de vacinas, elabora carteirinhas de controle, com prazos determinados para o retorno do paciente;
6. Aplicar injeções intra-musculares e endovenosas conforme determinações médicas para tratamento dos pacientes, orientando-os sobre as reações físicas que poderão ocorrer;
7. Prestar atendimentos domiciliares, conforme solicitações e sob orientação do superior imediato;
8. Efetuar a coleta de materiais para exames laboratoriais;
9. Trabalhar nas unidades que forem determinados pelo superior imediato;
10. Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

TÉCNICO EM RADIOLOGIA:

1. Operar e manipular equipamento de Raio X, revelar, registrar e acondicionar as chapas e filmes de Raio X;
2. Preparar os pacientes e orientá-los para posicionamento correto;
3. Manter a segurança dos pacientes e ao local de acordo com as normas de segurança;
4. Preparar o material e as salas adequadamente para revelação e operação dos equipamentos;
5. Registra e controlar as ocorrências e movimentos em livro de registro, fazendo encaminhamento da documentação e do material;
6. Requisitar e controlar o material utilizado, mantendo registros dos mesmos, e executar outras atividades compatíveis com o cargo.
7. Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

1. Limpa diariamente os móveis utilizando flanelas ou vassouras apropriadas;
2. Limpa as salas, paredes, portas, janelas, banheiros, corredores, mesas, carteiras e pisos de todas as dependências do prédio, utilizando água e produtos apropriados;

3. Prepara e serve o lanche e/ou cafezinho, quando necessário;
4. Retira o lixo das lixeiras e o coloca em local apropriado para recolhimento;
5. Limpa lixeiras e demais objetos das salas, corredores e banheiros;
6. Lava e seca os vidros das portas e janelas;
7. Verifica ao final do expediente, se as janelas estão fechadas;
8. Reúne e amontoa a poeira, fragmentos e detritos espalhados pelo pátio, que causem incomodo ou ofereçam perigo aos servidores, empregando ancinho e outros instrumentos apropriados para recolhê-los;
9. Efetua a capinação de ervas daninhas que prejudicam o aspecto e asseio do município;
10. Auxilia na remoção de móveis de uma sala para outra ou de local para outro, quando solicitado;
11. Efetua o controle dos gêneros alimentícios necessários ao preparo da merenda quando trabalhar em escolas da rede municipal de ensino, recebendo-os e armazenando-os de acordo com as normas e instruções estabelecidas, para obter melhor aproveitamento e conservação dos mesmos;
12. Seleciona os ingredientes necessários ao preparo das refeições, separando-os e medindo-os de acordo com o cardápio do dia, para facilitar a utilização dos mesmos;
13. Prepara as refeições, lavando, descascando, cortando, temperando, refogando, assando ou cozendo alimentos diversos de acordo com orientação superior, para atender ao programa alimentar estabelecido;
14. Lava e seca louças, talheres e utensílios empregados no preparo das refeições, providenciando sua lavagem e guarda, para deixá-los em condições de uso imediato;
15. Zela pela conservação dos equipamentos, ferramentas e máquinas utilizadas, observando as normas de segurança e conservação, para obter melhor aproveitamento;
16. Recebe orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho;
17. Executa tarefas inerentes à cultura de mudas de árvores em viveiros;
18. Zela pela conservação e limpeza das dependências internas e externas do local de trabalho;
19. Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

VIGIA:

1. Executa a ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechados corretamente, examinando as instalações hidráulicas e elétricas e constatando irregularidades, para possibilitar a tomada de providências necessárias a fim de evitar roubos e prevenir incêndios e outros danos;
2. Controla a movimentação de pessoas, veículos e materiais, vistoriando veículos, bolsas e sacolas, anotando o número dos mesmos, examinando os volumes transportados, conferindo notas fiscais e fazendo os registros pertinentes, para evitar desvio de materiais e outras faltas;
3. Registra sua passagem pelos postos de controle, acionando o relógio de ponto, para comprovar a regularidade de sua ronda;
4. Zelar pela limpeza e organização do local de trabalho;
5. Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato

MOTORISTA CAT. "D"

Conduz veículos automotores como carros de passeio, caminhonetes, caminhões, ônibus, ambulância, Van entre outros considerados leves ou pesados, manipulando os comandos de marcha e direção, conduzindo o veículo no trajeto ou itinerário previsto, de acordo com as regras de trânsito, para o transporte de cargas e/ou pessoas.

1. Vistoria no veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo, testando freios e parte elétrica, certificando-se de suas condições de funcionamento;
2. Informa defeitos do veículo, preenchendo ficha específica no almoxarifado, para ser encaminhada a manutenção;
3. Dirige o veículo, manipulando os comandos e observando o fluxo de trânsito e a sinalização, para conduzi-los aos locais indicados;
4. Portar os documentos do veículo e zelar pela sua conservação;
5. Realiza o transporte de passageiros, pedras, cascalhos, mudas, areia, madeira entre outros, sempre que se fizer necessário;
6. Controla a carga e descarga do material transportado, orientando a sua arrumação no veículo para evitar acidentes;
7. Carrega e descarrega os materiais utilizados pelos profissionais e setores da Prefeitura;
8. Recolhe o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem da Prefeitura;
9. Recebe orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho;
10. Colabora com a limpeza dos veículos, mantendo-os apresentáveis;
11. Executa outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ANEXO IV**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016****REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE**

Para:

Comissão Organizadora do CONCURSO PÚBLICO

Eu _____ portador(a) do documento de identidade sob nº _____, inscrição nº _____, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Concurso Público, Edital nº 002/2016.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Municipal nº 4.036/2010 (doador de sangue e de órgãos).

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

_____ SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: _____
2: _____
3: _____

ANEXO V

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO VIA POSTAL

(Somente para candidatos que fizerem inscrições via postal)

Para: Comissão Organizadora do CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016

1) Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, SOLICITO inscrição no CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016, da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, para o cargo de _____ (descrever exatamente conforme especificado no edital).

2) Informações para contato:

a) E-mail: _____

b) Telefone Residencial/Comercial: _____

c) Telefone Celular: _____

3) Informações adicionais:

a) Canhoto: () SIM () NÃO

b) Necessidades Especiais: () SIM () NÃO. Qual _____ CID _____

4) Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte nº _____

b) () Sala Especial. Especificar: _____

c) () Leitura de Prova. Especificar: _____

d) () Amamentação. Nome do Acompanhante: _____

e) () Outra Necessidade: Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____ SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VI

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016

FORMULÁRIO DE RECURSOS VIA POSTAL

(Somente para candidatos que fizerem inscrições e recursos via postal)

Nome do Candidato: _____

Endereço: _____

Nº Inscrição _____

Cargo: _____

Tipo de Recurso:

1 – Contra o edital ()

2 – Contra indeferimento de inscrição ()

3 – Contra Inscrição ()

4 – Contra questão da prova ()

5 – Contra o Gabarito ()

6 – Contra a Pontuação Prova ()

7 – Contra a prova de títulos

8 – outros () Especificar: _____

Razões do Recurso: _____

_____ SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VII

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016

PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO MUNICÍPIO

PORTARIA Nº 326/2016 - CRIA COMISSÃO ORGANIZADORA E NOMEIA SEUS MEMBROS.

ALTAIR CARDOSO RTTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Vigente.

RESOLVE:

Art.1º. Fica criada Comissão Especial composta por: SIMONE ROSTIROLLA BARRICHELO, VANIA LUCIANA GRESPAN, VERA LUCIA HERMANN THIES, todos funcionários públicos municipais, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal do Edital referente ao, Concurso, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Concurso Público Hospital Nº 002/2016, Concurso Prefeitura 003/2016, Concurso Emprego Público 001/2016 e Teste Seletivo 001/2016.

Art. 2º. Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, prova de títulos e verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e

fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. Ficam impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida e, em ocorrendo tal hipótese, o membro da comissão deverá ser imediatamente substituído.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 14/04/2016
MARILHANE DA SILVA - Diretora de Recursos Humanos

ANEXO VIII

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016

PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC

PORTARIA Nº 327/2016 - NOMEAR COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO, CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO E TESTE SELETIVO:

ALTAIR CARDOSO RITTES Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Vigente.

RESOLVE:

Art.1º Designar, JUSSARA REGINATTO, UDINARA VANUSA ZANCHETTIN e JACSON SONAGLIO brasileiros, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO DO CONCURSO PUBLICO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurados através do Concurso Público Hospital Nº 002/2016, Concurso Prefeitura 003/2016, Concurso Emprego Público 001/2016 e Teste Seletivo 001/2016 .

Art. 2º Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa das provas bem como aplica – las, corrige – las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando – a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º Ficam impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida e, em ocorrendo tal hipótese, o membro da comissão deverá ser imediatamente substituído.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente

Art. 5º presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 14/04/2016
MARILHANE DA SILVA - Diretora de Recursos Humanos.

ANEXO IX

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016

DECRETO QUE REGULAMENTO A PROVA PRATICA

DECRETO nº 5540/2016

Regulamenta as provas práticas para as funções de Motorista Categoria “D”, constante do Concurso Público nº 002/2016, do Hospital Municipal do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

ALTAIR CARGODO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica Municipal e os demais dispositivos constitucionais e legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º Ficam regulamentadas as provas práticas do concurso Público nº 002/2016, do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, para as funções de Motorista Categoria “D” que serão aplicadas pelo pela AMEOSC no dia 18/06/2016, com início às 12:30 horas, sendo que as provas serão aplicadas junto a Garagem do Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, sito a Rua Carmelito de Souza, s/n, bairro 1de Maio, Município de Dionísio Cerqueira SC, para demonstração de habilidades práticas com veículos, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes.

I – Motorista - CNH Categoria “D”, o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular, e Péssimo com o veículo conforme segue:

Motorista - CNH Categoria “D”: VAN RENAULT MASTER PLACAS OKS 6178

Parágrafo Único. Em caso de mau tempo que inviabilize a sua realização, as provas serão realizadas em outra data previamente marcada

e comunicada aos candidatos através da imprensa rádio e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

Art. 2º Fica convocado e designado o Servidor Público Municipal Senhor Leandro Dallanora, para fiscalizar, acompanhar e dar suporte aos ministradores na aplicação das provas práticas, no dia, hora e local fixados.

Art. 3º Somente os candidatos munidos de Carteira de Identificação, Ficha de Inscrição e Carteira Nacional de Habilitação correspondente ao solicitado para o cargo ao qual se inscreveu terão acesso à prova prática.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

Data 14 /04/2016

JAIR DA SILVA

Secretário Municipal

EDITAL CONCURSO PUBLICO 003_2016

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2016

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA ADMISSÃO DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, Srº. ALTAIR CARDOSO RITTES, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Lei 3665/2006, Lei 4.252/2013 e demais dispositivos legais vigentes, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público destinado para admissão, de servidores da Administração Direta do Município de Dionísio Cerqueira, sob o Regime Estatutário, de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de CONCURSO PÚBLICO é disciplinado pelo art. 37, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 3665/2006, Lei Municipal 4.252/2013 e demais dispositivos legais vigentes.

1.1.2. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público do Município de Dionísio Cerqueira - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Dionísio Cerqueira - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Concurso Público serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no Concurso Público implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Concurso Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal a que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

1.1.6. O prazo de validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.1.7. São condições para participação no presente CONCURSO PÚBLICO:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - - 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

f) Possuir obrigatoriamente Carteira Nacional Habilitação (CNH) Categoria "C" os candidatos aos cargos de Operador de Máquinas e Equipamentos. Possuir obrigatoriamente Carteira Nacional Habilitação (CNH) Categoria "D" os candidatos aos cargos de Motorista Obras e Serviços, Motorista Transporte Escolar e Motorista da Saúde. O Motorista da Saúde deve ter além de CNH categoria D, curso de Emergência e transporte de pacientes.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Concurso Público.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA e PRÁTICA.

1.2. Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Educação Infantil	01	20h/sem	R\$ 1.283,54	Nível superior completo na área de atuação.	Objetiva
Professor de Educação Fundamental	01	20h/sem	R\$ 1.283,54	Nível superior completo na área de atuação.	Objetiva
Professor de Artes	01	20h/sem	R\$ 1.283,54	Nível superior completo na área de atuação.	Objetiva
Auxiliar Administrativo	*CR	40h/sem	R\$ 1.305,53	Ensino médio Completo	Objetiva
Fiscal de Notas de Produtor Rural e Movimento Econômico	*CR	40h/sem	R\$ 1.322,62	Ensino médio Completo	Objetiva
Fiscal de Tributos	*CR	40h/sem	R\$ 1.322,62	Ensino médio Completo	Objetiva
Monitor de Creche	*CR	40h/sem	R\$ 846,48	Ensino médio Completo	Objetiva
Técnico em Contabilidade	*CR	40h/sem	R\$ 3.385,92	Ensino médio Completo na área de atuação	Objetiva
Auxiliar de Serviços Gerais	01	40h/sem	R\$ 846,48	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Monitor da Casa Lar	*CR	40h/sem	R\$ 846,48	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Vigia	*CR	40h/sem	R\$ 846,48	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Gari	*CR	40h/sem	R\$ 846,48	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Motorista – Saúde (Cat. "D")	*CR	40h/sem	R\$ 1.269,72	Ensino Fundamental, CNH categoria "D"; e curso de Emergência e transporte de pacientes	Objetiva e Prática
Motorista – Obras e Serviços (Cat. "D")	*CR	40h/sem	R\$ 1.269,72	Ensino Fundamental, CNH categoria "D"	Objetiva e Prática
Motorista – Transporte Escolar (Cat. "D")	*CR	40h/sem	R\$ 1.269,72	Ensino Fundamental, CNH categoria "D"; e curso de Transporte Escolar	Objetiva e Prática
Operador de Máquinas e Equipamentos (Cat. "C")	*CR	40h/sem	R\$ 1.269,72	Ensino Fundamental, CNH categoria "C"	Objetiva e Prática

CR* - Cadastro de Reserva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 19/04/2016 às 23h59min do dia 18/05/2016.

2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET/ON-LINE:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site www.ameosc.org.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

- acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos;
- fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;
- preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;
- imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;
- imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 19/05/2016.
- pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.1.3. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar a sua inscrição on line VIA PRESENCIAL sendo que para tanto deverão se dirigir até a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sito a Rua Santos Dumont, nº 413, centro, durante o período das inscrições, nos dias de expediente normal, no horário compreendido entre as 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min.

2.1.1.4. Para a efetivação das inscrições on line via presencial o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições on line presencial apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassadas pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.1.1.5. Na oportunidade de realização da inscrição on line via presencial será entregue ao candidato o comprovante de sua inscrição, bem como o Boleto Bancário referente à sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min do dia 19.05.2016.

2.1.1.6. Só serão efetivadas as inscrições on line via presencial dos candidatos que se dirigirem à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, até às 16h30min do último dia de inscrição.

2.1.1.7. A Prefeitura de Dionísio Cerqueira – SC, e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.1.1.8. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.1.1.9. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2 DAS INSCRIÇÕES VIA POSTAL:

2.1.2.1. Admitir-se-á inscrição via postal, registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para as inscrições, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

2.1.2.2. É de responsabilidade do candidato, que desejar realizar a inscrição via portal imprimir o Requerimento de Inscrição (modelo anexo), preenchê-lo corretamente com todos os dados solicitados e assinar.

2.1.2.3. O candidato deverá dirigir-se a uma agência do Caixa Econômica Federal e efetuar um depósito IDENTIFICADO E EM DINHEIRO, no valor da taxa de inscrição corresponde ao cargo que deseja se inscrever, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira abaixo informada:

Estabelecimento bancário: Caixa Econômica Federal

Agência: 2896

Conta Corrente: 598921

Código Banco: 104

Convênio: 598921

2.1.2.4. Providenciar cópia AUTENTICADA dos seguintes documentos:

a. Documento de identidade (RG);

b. Comprovante do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda). Caso no documento de identidade conste o número do CPF fica dispensada a apresentação do comprovante.

c. Comprovante do depósito identificado em dinheiro na conta do município de Dionísio Cerqueira –SC, realizado no Banco do Brasil.

2.1.2.5. Enviar pelo correio o Requerimento de Inscrição, devidamente preenchido com todos os dados solicitados e devidamente assinado e as cópias autenticadas dos documentos exigidos, por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), pelo Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias-SEDEX, para o endereço constante do item 2.1.2.1.

2.1.2.6. Só serão aceitos os pedidos de inscrição enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, até às 17 horas do último dia de inscrição, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

2.1.2.7. O depósito em conta corrente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, deve ser obrigatoriamente o DEPÓSITO IDENTIFICADO, não tendo validade o depósito comum.

2.1.2.8. Os depósitos em conta corrente eventualmente feitos em desacordo com a norma do edital e ou com erro na identificação do candidato e ou intempestivamente, não poderão ser ressarcidos.

2.1.2.9. É vedada a inscrição condicional, não sendo admitida complementação documental fora do prazo fixado para inscrição, nem comprovante de agendamento de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2.10. A inscrição por via postal, se efetuada, será por conta e risco do candidato, não se responsabilizando o Município de Dionísio Cerqueira – SC por extravios, falta de documentação, atrasos ou outras ocorrências que impeçam a efetiva inscrição do candidato.

2.2. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.3. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.4. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.5. O candidato poderá inscrever-se somente para 01 (uma) vaga do cargo de que trata o presente Edital. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.6. O valor da Taxa de Inscrição para o CONCURSO PÚBLICO será de:

Escolaridade/Habilitação	Valor R\$
Ensino Superior	R\$ 70,00
Ensino Médio	R\$ 50,00
Ensino Fundamental	R\$ 30,00

2.7. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Concurso Público, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, entre outros).

2.9. A solicitação de recursos especiais será atendida, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados por meio de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários, a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.12. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:

2.12.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Municipal nº 4.036/2010 (doador de sangue e de órgãos) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Concurso Público.

2.12.1.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, à doação.

2.12.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os doadores de sangue (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, e entregue do dia 19/04 a 09/05/2016, no endereço da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, em horário de expediente, das 07h30min às 12hrs e das 13h30min às 17hrs, juntamente com os seguintes documentos:

a) cópia do requerimento de inscrição;

b) comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais. Para ter direito à isenção, o candidato deve comprovar que realizou, no mínimo 03 (três) doações no período de um ano;

c) no caso o subitem 2.12.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

c.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, por meio de cópia autenticada em cartório, sendo que os mesmos devem estar na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC até no máximo dia 10/05/2016.

2.12.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC e nos sites www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br até o dia 11/05/2016 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.12.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até às 23h59min do dia 19/05/2016, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. O presente Concurso Público destina-se também a cadastro de reserva e, dessa forma, não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, são reservados 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sito à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 12hrs e das 13h30min às 17hrs, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas no departamento de Recursos Humanos somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Concurso, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Dionísio Cerqueira – SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sito à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem o último dia de inscrição.

3.3. A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento dessas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos, independente do cargo a que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 25/06/2016, às 09h, em local a ser informado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br após a homologação final das inscrições.

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08hrs.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões, o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Dionísio Cerqueira – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassadas pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso, na sala de aplicação de provas, após às 08h50min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09hrs e término às 12hrs.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 03hrs, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão-resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.2. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.1.4.4. A prova será composta de 35 (trinta e cinco).

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática, conforme quadro abaixo para os cargos de Professor de Educação Infantil, Professor de Educação Fundamental, Professor de Artes, Auxiliar Administrativo,

Fiscal de Notas de Produtor Rural e Movimento Econômico, Fiscal de Tributos, Técnico em Contabilidade, Monitor de Creche, Auxiliar de Serviços Gerais, Monitor de Casa Lar, Gari e Vigia.

Provas	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1- Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00	5,00
2- Português	10	0,20	2,00	
3- Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL -	35	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 5,00 (cinco), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.3. DA PROVA OBJETIVA e PRÁTICA (Modalidade B) - Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Português, Matemática e Prova Prática, conforme quadro abaixo para o cargo de Motorista Saúde – Cat. "D"; Motorista Obras e Serviços – Cat. "D"; Motorista Transporte Escolar – Cat. "D" e Operador de Máquinas e Equipamentos – Cat. "C".

Provas	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1- Conhecimentos Específicos	20	0,10	2,00	1,00
2- Português	10	0,07	0,70	
3- Matemática	05	0,06	0,30	
TOTAL -	35	-	3,00	-

Prova Prática	Total de Pontos (Nota)	Nota Mínima da Prova Prática
Prova Prática	7,00	3,00
TOTAL -	7,00	3,00

5.3.1. Para o cargo acima descrito, somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 1,00 (um ponto) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Português e Matemática) e nota mínima de 3,00 (três pontos), na prova prática, conforme tabelas acima.

5.4. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.4.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.4.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (08h40min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.4.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.4.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Concurso Público.

5.4.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.4.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão resposta.

5.4.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio cartão resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura ótica, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.4.4.3. No Cartão Resposta do candidato constará as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

5.4.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.4.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a marcação correta, sendo que a não marcação correta invalidará o cartão resposta.

5.4.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta (Gabarito):

5.4.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.4.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.4.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

- 5.4.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão Resposta.
- 5.4.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.
- 5.4.12. A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.
- 5.4.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta.
- 5.4.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.
- 5.4.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.
- 5.4.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.
- 5.4.17. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta ao mesmo tempo.
- 5.4.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão apor nos cartões respostas suas assinaturas.
- 5.4.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão identificar como faltantes os cartões resposta dos candidatos que não compareceram para realizar a prova, apondo suas assinaturas nos mesmos.
- 5.4.17.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova e demais anotações que considerarem necessárias.
- 5.4.17.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, lacrarão o envelope, no qual estará acondicionado os cartões resposta, constando também suas assinaturas neste envelope, o qual será deslacrado somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.
- 5.4.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.
- 5.4.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br
- 5.4.20. O Município de Dionísio Cerqueira e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.
- 5.5. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA:**
- 5.5.1. A prova será aplicada aos candidatos à função de: Motorista Saúde – Cat. “D”; Motorista Obras e Serviços – Cat. “D”; Motorista Transporte Escolar – Cat. “D” e Operador de Máquinas e Equipamentos – Cat. “C”.
- 5.5.2. A prova prática será realizada no dia 25/06/2016, com início às 12h30min, tendo como local o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, junto a Secretária dos Transportes e Obras, sito à Rua Carmelito de Souza, s/n, Centro de Dionísio Cerqueira – SC.
- 5.5.2.1. A comissão organizadora do certame reserva-se o direito de, considerando a quantidade de inscritos e condições meteorológicas, estipular o horário de encerramento das provas do dia 25/06/2016.
- 5.5.3. O candidato que não estiver presente no dia e horário determinado no item 5.6.2 para realização da prova prática será considerado desistente e, consequentemente, eliminado do Concurso, sendo que a partir das 12h30min não será mais permitido o acesso de candidatos ao Parque de Máquinas, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Dionísio Cerqueira – SC não se responsabilizarão por atrasos.
- 5.5.4. Na prova prática, para a função de Motorista Saúde – Cat. “D”; Motorista Obras e Serviços – Cat. “D”; Motorista Transporte Escolar – Cat. “D” e Operador de Máquinas e Equipamentos – Cat. “C”, o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina ou veículo, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,70 pontos), Muito Bom (0,60 pontos); Bom (0,50 pontos); Satisfatório (0,40 pontos), Regular (0,30 ponto) e Péssimo (0,00 ponto).
- 5.5.5. A função exige o emprego de veículos, pertencentes ou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, poderá ser a critério da fiscalização, excluído o candidato que demonstrar não possuir a necessária capacidade de manejo.
- 5.5.6. À nota da prova prática será atribuída pontuação/nota escala 0 (zero) a 7,00 (sete).
- 5.5.7. Para efeitos de atribuição de notas, será eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo 3,00 (três) pontos no total da prova prática e também o que não atingir a nota mínima de 1,00 (um) ponto na prova objetiva.
- 5.5.8. A média final será: Nota da Prova Objetiva somada com a Nota da Prova Prática.
- 5.5.9. Para a realização da Prova Prática o candidato deve apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:
- a) Documento de Identificação original;
- b) Carteira Nacional Habilitação para o cargo de Motorista Saúde – Cat. “D”; Motorista Obras e Serviços – Cat. “D”; Motorista Transporte Escolar – Cat. “D” e Operador de Máquinas e Equipamentos – Cat. “C”.
- 5.5.10. O candidato que faltar, ou seja, não comparecer para realização da prova prática no dia e local informado nos itens acima estará automaticamente desclassificado do certame.
- 5.5.11. A Comissão de Acompanhamento do Concurso reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas alterar a data e o local das provas práticas. Ocorrendo qualquer alteração, os candidatos poderão ser avisados no dia da prova objetiva.
- 5.5.12. Em caso de impossibilidade de realização de todas as provas práticas na data prevista, a continuidade das mesmas fica automaticamente regulamentada para continuidade no dia seguinte, a partir das 07h30min até o horário necessário para finalização das mesmas.
- 5.6. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:**
- 5.6.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:
- a) documento de identificação;
- b) comprovante de Inscrição;
- c) caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;

d) lápis preto e borracha;

e) água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.6.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.6.3. O Município de Dionísio Cerqueira e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.7. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

a) ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;

b) fumar;

c) comunicação entre os candidatos;

d) consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, entre outros);

e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, entre outros.

5.8. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

a) apresentar-se após o horário estabelecido, não sendo admitida qualquer tolerância;

b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;

c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

d) não apresentar documento que bem o identifique;

e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;

g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;

h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitindo uso do celular, máquina calculadora ou similar;

k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.8.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecerão até a saída do candidato do local de prova.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada por meio do processo de leitura óptica, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada no Auditório Paulo Freire, junto a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, na Rua Santos Dumont 413, a partir das 09hrs do dia 28/06/2016, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão Identificação).

6.1.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 07 do presente edital.

6.1.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do Edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente Edital e a soma da prova prática dos cargos de Motoristas e Operador.

6.2. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

7.1.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Concurso Público na forma do dispositivo no parágrafo único de art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

7.1.3. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

7.1.4. Maior nota na prova Prática (Motoristas e Operador de Máquinas e Equipamentos);

7.1.5. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

7.1.6. Maior número de acertos na prova de Matemática;

7.1.7. Sorteio Público

8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;

b) na formulação das questões da prova objetiva;

c) no gabarito preliminar divulgado;

d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Concurso Público, para cada cargo.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma, anexo I deste edital.

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os RECURSOS poderão ser interpostos VIA ON LINE – pelo sistema – ou VIA POSTAL.

9.4.1. Para a interposição de RECURSO VIA ONLINE, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos

b) acessar a “Área do Candidato”;

c) clicar em “recursos e requerimentos”;

d) preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas;

e) os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão.

Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.4.2. Para a interposição de RECURSO VIA POSTAL, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) imprimir e preencher o Formulário de Recurso (modelo anexo);

b) encaminhar por meio de correspondência registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para os recursos, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura.

9.4.2.1. É de responsabilidade do candidato imprimir o Formulário de Recursos (modelo anexo), preenchê-lo corretamente, assinar e encaminhar para o endereço e nas condições expostas no item anterior.

9.4.2.2. Deverá ser encaminhado apenas e tão somente o Formulário de Recurso contendo as razões do recorrente. Eventuais outros materiais encaminhados juntamente com o Formulário de Recursos serão desconsiderados.

9.4.2.3. Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.2.4. Poderá ser encaminhado mais de um Formulário de Recurso numa mesma correspondência, desde que cada recurso esteja devidamente identificado.

9.4.2.5. Só serão aceitos os recursos enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, encaminhado aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, até às 17 horas do último dia dos recursos, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

9.4.2.6. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.2.7. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Concurso Público.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo Decreto de resultado final será publicado.

10. DO PROVIMENTO DO CARGO

10.1. O provimento do cargo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;

b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;

c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;

d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;

e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior que assim exigir;

f) demais documentos solicitados pela Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, ou previsto em Legislação Municipal.

10.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

10.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto a Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

10.5. O presente Concurso Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

10.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As publicações sobre o Concurso Público serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Dionísio Cerqueira – SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

11.2. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.3. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Concurso Público em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme a legislação vigente.

11.4. O Prefeito do Município de Dionísio Cerqueira – SC, poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Concurso Público mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.5. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público é o da Comarca de Dionísio Cerqueira – SC.

11.6. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Requerimento Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;

ANEXO V - Requerimento de Inscrição Via Postal; (somente para candidatos que enviarem inscrição via correio);

ANEXO VI – Formulário de Recurso Via Postal; (somente para candidatos que enviarem recursos via correio);

ANEXO VII– Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO VIII – Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

ANEXO IX – Decreto, que regulamenta a Prova Prática;

Dionísio Cerqueira – SC, 18 de abril de 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei

Paulo Cesar Gnoatto

OAB/SC 10.106-A

Assessor Jurídico Prefeitura de Dionísio Cerqueira

ANEXO I

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2016

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	18/04/2016	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Dionísio Cerqueira - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira até o dia 08/05/2016.
Inscrições	19/04 a 18/05/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue)	19/04 a 09/05/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue)	11/05/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA. (Doador de Sangue)	12/05 a 19/05/2016	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	25/05/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	26 a 29/05/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	02/06/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Publicação do Ensalamento	15/06/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prova Objetiva	25/06/2016	A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 25/06/2016, às 09horas, em local a ser informado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br após a homologação final das inscrições. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h. O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 09hrs e término às 12hrs.
Prova Prática	25/06/2016	A prova prática dos cargos de Motoristas e Operador de Máquinas e Equipamentos terá início às 12h30min. O local de aplicação da Prova Prática será o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, junto a Secretária dos Transportes e Obras, sito à Rua Carmelito de Souza, s/n, Centro de Dionísio Cerqueira – SC. A partir das 12h30min não será mais permitido o acesso de candidatos no Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, junto a Secretária dos Transportes e Obras, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de Dionísio Cerqueira – SC não se responsabilizarão por atrasos.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	27/06/2016	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	28 e 29/06/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br

Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	28/06/2016	A partir das 09hrs, no Auditório Paulo Freire, junto a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, na Rua Santos Dumont 413, Centro de Dionísio Cerqueira – SC.
Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva e notas da Prova Prática	29/06/2016	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br
Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar Prova Objetiva e Prova Prática	30/06 e 01/07/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar.	27/07/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	28/07/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação da Classificação/Resultado Final	29/07/2016	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

ANEXO II**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2016****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****NÍVEL SUPERIOR****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:**

Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal. Estrutura da Educação Infantil, fundamentação e importância. Currículo da Pré-Escola. Alfabetização na Pré-Escola. Avaliação na Pré-Escola. Recreação. Prática e atividades pedagógicas. Métodos e técnicas na Educação Infantil. Tendências pedagógicas. Psicomotricidade. Literatura: Emília Ferreiro, Piaget, Vygotsky. Papel do professor na alfabetização. Educação Infantil no mundo atual. Atualidades.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL:

LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Alfabetização. Metodologia de Ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Psicomotricidade. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal.

PROFESSOR DE ARTES:

História do ensino da arte no Brasil: Pressupostos Filosóficos: o significado da arte no processo de transformação do homem com os outros homens e com a natureza através do trabalho; Arte-educação como representação e organização do real; Educação Artística na formação da percepção e da sensibilidade do aluno. Teatro: O teatro na Educação. Elementos formais da representação cênica, texto, corpo e espaço cênico. História da Arte: Arte Primitiva, Arte na Idade Média, Arte na Idade Moderna, Arte na Idade Contemporânea, Arte Brasileira. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Planejamento Educacional. Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem. Concepção de Ensino. Literatura: Paulo Freire, Piaget.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**CARGOS DE NÍVEL MÉDIO****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; encontros vocálicos e consonantais; Ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise Sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação dos pronomes oblíquos átonos; homônimos e parônimos.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º graus. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**AUXILIAR ADMINISTRATIVO:**

Manual de Redação Oficial da Presidência da República; Noções de Administração Pública: Princípios da Administração Pública; Entidades Componentes; Constituição da República Federativa do Brasil: Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5.º ao Art. 17 da CF); Organização do Estado (Art. 18 ao Art. 43 da CF); Noções de Direito Administrativo: Organização Administrativa do Estado; Licitações (Lei Federal n.º 8.666/93); (Lei 10.520 de 2002). Rotinas de secretaria/escritório/setor administrativo: Arquivamento documental físico e eletrônico, técnicas de arquivamento documental; Protocolo de documentos. Agenda, organização de reuniões. Comunicação empresarial. Manuseio de tecnologias de escritório. Redação de comunicações internas, ofícios, atas, cartas, memorandos, certidões, declarações, sinopses. (Redação Oficial: Uso dos pronomes de tratamento. Linguagem de Comunicações Oficiais, padronização, impessoalidade, formalidade, concisão e objetividade. Ofício: etapas, forma de formatação e estrutura). Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento - Decretos - Organograma - Poderes Legislativo e Executivo Municipal.

FISCAL DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL E MOVIMENTO ECONÔMICO:

Cadastro de Produtor Rural. Lei Estadual nº 10.267/96 (ICMS) - anexo VI. Decreto de Regulamento do ICMS nº 2.870/2001. Portaria SEF nº 233/2012. Nota fiscal de Produtor Rural. Movimento Econômico. Noções de administração rural. Noções de organizações sociais rurais. Princípios básicos da Administração Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal e suas atualizações. Constituição Federal (Capítulo do meio ambiente e saúde).

FISCAL DE TRIBUTOS:

Constituição Federal. Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 4.090/2010. Código Tributário Nacional. LC 123/2006. Lei nº 8.212/91. Lei nº 9.430/96. Direito Tributário: Conceito de tributo. Dever fundamental de pagar tributo e dever de colaboração com a tributação. Fisco e extrafiscalidade. Espécies tributárias. Competência tributária: critérios de outorga, distribuição da competência. Imunidades tributárias: natureza, classificação, imunidades genéricas a impostos. Outras limitações ao poder de tributar. Princípios tributários: segurança jurídica, capacidade contributiva, igualdade tributária, praticabilidade da tributação. Garantias da legalidade tributária, da irretroatividade e das anterioridades, vedação do confisco. Limitações específicas à União: uniformidade geográfica, vedação da isenção heterônoma. Critérios de tributação: seletividade, progressividade, não cumulatividade, tributação monofásica. Legislação tributária: o papel dos diversos instrumentos legislativos; a lei complementar em matéria tributária. Vigência, interpretação e aplicação da legislação tributária. Capacidade, cadastro e domicílio tributários. Obrigações tributárias principais e acessórias. As diversas relações contributivas, de colaboração e punitivas. Sujeito ativo. Sujeito passivo: contribuintes, substitutos e responsáveis tributários. Responsabilidade tributária do diretor, gerente ou representante das pessoas jurídicas de direito privado. Ilícito tributário: penalidades, multas, responsabilidade por infrações e denúncia espontânea. Constituição do crédito tributário: declarações do contribuinte e espécies de lançamento. Existência, exigibilidade e exequibilidade do crédito tributário. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário e seus efeitos. Exclusão do crédito tributário: isenção e anistia. Extinção do crédito tributário: modalidades, pagamento, compensação, decadência e prescrição. Indébito tributário e sua repetição. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração tributária: órgãos da administração tributária federal, fiscalização, inscrição em dívida ativa, certidões negativas de débito. Impostos federais: II, IE, IPI, IR, IOF, ITR. Impostos estaduais e municipais: ICMS e ISS, IPTU. Contribuições federais para a seguridade social sobre a receita, sobre a remuneração, sobre a folha de salários, sobre o lucro, contribuições substitutivas. Simples Nacional. Processo administrativo fiscal federal: autuação, notificações, fase litigiosa, recursos, nulidades. Processo judicial tributário: medida cautelar fiscal, execução fiscal, exceção de pré-executividade, embargos à execução, mandado de segurança, ação declaratória, ação anulatória, ação cautelar de caução, ação consignatória, ação de repetição de indébito, conexão entre ações tributárias. Princípios de Direito Administrativo. Administração direta e indireta. Órgãos públicos. Agentes Públicos. Ato administrativo: requisitos, atributos, classificação, ato administrativo em espécie, revogação e invalidação do ato administrativo. Poderes e deveres dos administradores públicos: uso e abuso do poder, poderes administrativos, deveres dos administradores públicos. Responsabilidade Civil do Estado: aplicação da responsabilidade objetiva. Intervenção do Estado na propriedade: modalidades. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

TÉCNICO EM CONTABILIDADE:

Campos de atuação da contabilidade, definição, objetivos e finalidades da contabilidade. Usuários da informação contábil. O ciclo contábil. Estrutura conceitual básica da contabilidade. Estática patrimonial (Balanço Patrimonial). Procedimentos contábeis básicos. Variações do patrimônio líquido. Aspectos fundamentais do ativo imobilizado. Aspectos legais e societários das demonstrações contábeis. 2. CONTABILIDADE PÚBLICA: Lei do Orçamento - Disposições gerais. Contabilidade orçamentária e financeira. Contabilidade patrimonial e industrial. Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101 de 04/05/2000. Importância dos princípios contábeis. Lei 4.320 de 17/03/1964. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nº 11.768 de 14/08/2008. Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 11.647 de 24/03/2008. Análises, indicadores e indicativos contábeis. Inventário. Balanços e demonstração das variações patrimoniais. Tomadas de contas e prestações de contas. Controle interno. Controle externo. 3. ORÇAMENTO PÚBLICO: Sistema Tributário Nacional. Processo orçamentário. Orçamento na Constituição de 1988. Lei do Orçamento, Da proposta orçamentária, Da elaboração da Lei de Orçamento, Do Exercício Financeiro, Dos Créditos Adicionais, Da Execução do Orçamento. Conceitos orçamentários: Receita orçamentária e Despesa orçamentária. Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. Plano de contas da Administração Federal. Noções de Informática. CONTABILIDADE PÚBLICA: Conceitos gerais; Campo de aplicação. Regimes contábeis. Técnicas de registro e de lançamentos contábeis. Plano de Contas. Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais. Orçamento Público: Conceitos gerais; Processo de Planejamento. Ciclo Orçamentário. Orçamento por Programas. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração Contábil. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito; Classificação; estágios, escrituração contábil. Restos a Pagar: Conceitos; Sistemática; Implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dívida Pública: Conceitos; Sistemáticas; Implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Regime de Adiantamento: Conceito; Finalidades; Controle dos Adiantamentos. Patrimônio Público: Conceito; Bens, direitos e obrigações das Entidades Públicas. Variações Patrimoniais. Variações Ativas e Passivas. Créditos Adicionais: Conceito; Classificação; Autorização e Abertura; Vigência; Indicação e Especificação de recursos. Controle Interno: Conceitos; Objetivos; Implantação do Sistema de Controle Interno e metodologias existentes. Prestação de Contas: Demonstrativos exigidos e seu preenchimento; Prazos. Licitações: Modalidades; Conceitos Gerais; Limites; Processos e Procedimentos Licitatórios. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 (Lei da Transparência).

MONITOR DE CRECHE:

Constituição Federal, Lei Orgânica do Município. Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Emenda Constitucional 19 e 20. Lei Federal nº 9.394/96 - LDB. Estatuto da Criança e do Adolescente. Desenvolvimento infantil. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Meio ambiente. Ações sobre desenvolvimento da criança, os principais cuidados que deve se ter com as crianças e sua alimentação, pirâmide de alimentos. Ações sobre desenvolvimento da criança, os principais cuidados que deve se ter com as crianças e sua alimentação, pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:**

Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo; Boas Maneiras; Comportamento no ambiente de trabalho; Organização do local de trabalho; Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral; Serviços de capina em geral; Limpeza de vias públicas e praças municipais; Noções sobre ajardinamento e poda de árvores; Tarefas de construção; Instrumentos agrícolas; Serviços de lavoura; Aplicação de inseticidas e fungicidas; Lavagem de máquinas e veículos; Limpeza de peças e oficinas; Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação; Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral; Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios; Coleta de lixo e tipos de recipientes; Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade; Noções de segurança no trabalho; Noções de primeiros socorros.

MONITOR DE CASA LAR:

O papel do Monitor no desenvolvimento de crianças e adolescentes; Postura profissional; Direitos da criança e do adolescente; O processo de desenvolvimento infantil e estímulos adequados a cada fase. A prática das ações de cuidado e educação com a criança e do adolescente; Fundamentos de saúde da criança, principais doenças infantis, cuidados com o ambiente e riscos para as crianças; As noções de higiene e limpeza; As noções de Alimentação e Nutrição; As boas maneiras no ambiente de trabalho; A organização do local de trabalho; A comunicação com crianças e adolescentes; As noções básicas de ética e profissionalismo; Noções básicas de primeiros socorros; As noções básicas acerca das atividades de lazer esporte; O acompanhamento das atividades escolares das crianças e adolescentes; Noções básicas para o controle de uso de meios de comunicação (Ex.: Programas de Televisão com limites para cada Idade); Socialização; Comportamento; Convivência familiar; Responsabilidade na relação com crianças e adolescentes.

VIGIA:

Normas de fiscalização das áreas de acesso a edifícios municipais. Atendimento e orientação ao público. Registro de ocorrências e comunicação à chefia. Controle de entrada e saída de pessoas e veículos nos prédios municipais. Rondas diurnas e noturnas. Noções de proteção e segurança no trabalho. Noções de prevenção e combate a incêndios. Relacionamento no Ambiente de Trabalho: com os superiores, com os colegas e com o público em geral. Noções de Ética e Cidadania. Raciocínio Lógico.

GARI:

Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo; Boas Maneiras; Comportamento no ambiente de trabalho; Organização do local de trabalho; Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral; Serviços de capina em geral; Limpeza de vias públicas e praças municipais; Noções sobre ajardinamento e poda de árvores; Tarefas de construção; Instrumentos agrícolas; Serviços de lavoura; Aplicação de inseticidas e fungicidas; Lavagem de máquinas e veículos; Limpeza de peças e oficinas; Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação; Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral; Coleta de lixo e tipos de recipientes; Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade; Noções de segurança no trabalho; Noções de primeiros socorros.

MOTORISTA - CAT. "D"

Legislação e Sinalização de Trânsito: Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Normas gerais de circulação e conduta. Conceitos e definições sobre segurança no trânsito. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao Meio Ambiente. Cidadania. Noções de mecânica básica. Princípios de manutenção de veículos. Tipos de óleos lubrificantes. Sistema elétrico. Sistema de arrefecimento. Manobras. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando e manutenção do veículo. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem /combustíveis/lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público.

OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - CAT. "C"

Legislação e Sinalização de Trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Sinalização de Trânsito. Direção defensiva e preventiva. Noções de mecânica básica. Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e atualizações. Decretos e demais normas do COTRAN. Condução de veículos da espécie. Conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando. Manutenção de equipamentos rodoviários. Direção e operação veicular de máquinas motorizadas e não motorizadas. Conservação e manutenção de máquinas rodoviárias. Noções básicas dos sistemas

de alimentação, arrefecimento, ignição, elétrico, suspensão, freios, direção e transmissão. Sistemas hidráulicos. Óleos e graxas: tipos e especificações. Ferramentas de mecânico: conhecimento e aplicação. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Ética profissional. Noções de Primeiros Socorros. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público.

ANEXO III**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2016****ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:**

1. Ministras aulas, atividades pedagógicas planejadas, propiciando aprendizagens significativas para as crianças;
2. Elaborar programas e planos de trabalho no que for de sua competência;
3. Seguir a proposta Político - Pedagógica da Rede Municipal de Educação de Dionísio Cerqueira e da Unidade Educativa, integrando-as na ação pedagógica, como, co-partícipe na elaboração e execução do mesmo;
4. Acompanhar o desenvolvimento das crianças;
5. Participar das reuniões de pais, reuniões pedagógicas, encontros de formação, seminários e outros, promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;
6. Realizar os planejamentos, registros e relatórios solicitados;
7. Participar ativamente do processo de integração da escola – família – comunidade;
8. Observar e registrar o processo de desenvolvimento das crianças, tanto individualmente como em grupo, com objetivo de elaborar a avaliação descritiva das crianças;
9. Realizar outras atividades correlatas com a função.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL:

1. Ministras aulas, atividades pedagógicas planejadas, propiciando aprendizagens significativas para os alunos;
2. Elaborar programa e planos de trabalho no que for de sua competência;
3. Seguir a proposta Político – Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Dionísio Cerqueira;
4. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do processo pedagógico dos alunos, atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento, quando solicitado;
5. Promover aulas e trabalhos de recuperação paralela com os alunos que apresentem necessidade de atenção específica;
6. Participar ativamente das reuniões de pais, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, cursos de capacitação;
7. Realizar os planejamentos, registros e relatórios solicitados;
8. Participar ativamente do processo de integração da escola – família – comunidade;
9. Observar e registrar o processo de desenvolvimento das crianças, tanto individualmente como em grupo com o objetivo de acompanhar o processo de aprendizagem.
10. Realizar outras atividades correlatas com a função.

PROFESSOR DE ARTES:

Participar efetivamente da elaboração da proposta pedagógica da escola; Participar das reuniões sistemáticas de estudo na escola, inclusive, nas horas-atividade; Acompanhar e avaliar com o professor regente, o desenvolvimento integral dos alunos, a partir de uma avaliação diagnóstica, cumulativa e processual; Planejar com a equipe pedagógica, nas horas-atividade, estratégias de trabalho e encaminhamentos adequados para os conteúdos de sua área; Estimular a criança para a percepção estética da realidade, ampliando a sua leitura de mundo por meio de atividades lúdicas contextualizadas, que permitam ao aluno perceber a presença da arte no seu cotidiano; Realizar atividades que contemplem as diferentes linguagens: música, teatro, dança e artes visuais, acompanhando o processo de desenvolvimento da criança. Processo de desenvolvimento da criança. Processo de desenvolvimento da criança.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO:

- 1- Tratar documentos: Registrar a entrada e saída de documentos; triar, conferir e distribuir documentos; verificar documentos conforme normas; conferir notas fiscais e faturas de pagamentos; identificar irregularidades nos documentos; conferir cálculos; submeter pareceres para apreciação da chefia; classificar documentos, segundo critérios pré-estabelecidos; arquivar documentos conforme procedimentos.
- 2- Preparar relatórios, formulários e planilhas: Coletar dados; elaborar planilhas de cálculos; confeccionar organogramas, fluxogramas e cronogramas; efetuar cálculos; elaborar correspondência; dar apoio operacional para elaboração de manuais técnicos.
- 3- Acompanhar processos administrativos: Verificar prazos estabelecidos; localizar processos; encaminhar protocolos internos; atualizar cadastro; convalidar publicação de atos; expedir ofícios e memorandos.
- 4- Atender usuários no local ou à distância: Fornecer informações; identificar natureza das solicitações dos usuários; atender fornecedores.
- 5- Dar suporte administrativo e técnico na área de recursos humanos: Executar procedimentos de recrutamento e seleção; de dar suporte administrativo à área de treinamento e desenvolvimento; orientar servidores sobre direitos e deveres; controlar frequência e deslocamentos dos servidores; atuar na elaboração da folha de pagamento; controlar recepção e distribuição de benefícios; atualizar dados dos servidores.
- 6- Dar suporte administrativo e técnico na área de materiais, patrimônio e logística: controlar material de expediente; levantar a necessidade de material; requisitar materiais; Solicitar compras de material, conferir material solicitado; providenciar devolução de material fora de especificação; distribuir material de expediente; controlar expedição de malotes e recebimentos.
- 7- Dar suporte administrativo e técnico na área orçamentária e financeira:

FISCAL DE TRIBUTOS:

1. Dar cumprimento à legislação tributária pertinente;
2. Lavar termos, intimações, notificações autos de infração e apreensão, na conformidade da legislação competente;
3. Construir o crédito tributário mediante o respectivo lançamento, inclusive o decorrente de tributo informado e não pago;

4. Exercer a fiscalização preventiva através de orientações aos contribuintes com vistas ao exato cumprimento de legislação tributária;
5. Exercer a fiscalização repressiva, com imposição das multas cabíveis, nos termos da lei;
6. Responder verbalmente as consultas formuladas por contribuintes;
7. Executar a auditoria fiscal em relação a contribuintes e demais pessoas naturais ou jurídicas envolvidas na relação jurídico-tributária;
8. Proceder à verificação do interior dos estabelecimentos de contribuintes e demais pessoas vinculadas à situação que constitua fato gerador de tributos;
9. Proceder à apreensão, mediante lavratura de termo, de bens, objetos, livros, documentos e papéis, necessários ao exame fiscal;
10. Determinar a abertura de móveis, lacrá-los ou removê-los em caso de negativa, até que mediante colaboração policial ou por via judicial seja cumprida a ordem;
11. Proceder ao arbitramento do montante das operações realizadas pelo sujeito passivo da obrigação tributária, nos casos e na forma previstas na legislação pertinente;
12. Gerar os cadastros de contribuintes, procedendo a inclusões, exclusões, alterações, e respectivo processamento de acordo com a legislação pertinente;
13. Proceder ao arbitramento e fixação de parâmetros de valor para fianças exigidas nas hipóteses e na forma estabelecidas na legislação tributária;
14. Proceder à intimação de contribuintes e outras naturais ou jurídicas, de direito privado ou público, a fim de prestarem informações e esclarecimentos devidos ao fisco por força de lei;
15. Proceder à intimação de contribuintes ou terceiros, para ciência de atos administrativos de natureza tributária;
16. Proceder ao registro de ocorrência no relacionamento fisco-contribuinte, através da lavratura de termo ou peça fiscal competente, nos casos e na forma prescritos na legislação tributária;
17. Solicitar auxílio ou colaboração das autoridades, como medida de segurança para garantia do exercício de suas funções, inclusive para efeitos de busca e apreensão domiciliar de elementos de prova, em casos de fundada suspeita de crime de sonegação fiscal;
18. Proceder à lavratura de auto de descato à autoridade fiscal, encaminhando-o à autoridade competente para fins de direito;
19. Requisitar o auxílio de força pública, como medida de segurança, quando vítima de embaraço ou descato no exercício de suas atividades ou funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção;
20. Providenciar, diretamente ou através da Diretoria Tributária, para que seja ordenada, por intermédio da representação judicial, a exibição de livros e documentos em caso de recusa de sua apresentação;
21. Encaminhar ao Ministério Público, por intermédio da Diretoria tributária, elementos comprobatórios para denunciar por crime de sonegação fiscal;
22. Exercer, inclusive em substituição, cargos ou funções de direção, chefia ou coordenação na Diretoria Tributária e em suas unidades operacionais;
23. Exercer ou executar outras atividades ou encargos pertinentes a ação fiscal relativa aos tributos municipais.

TÉCNICO EM CONTABILIDADE:

Corrigir e preparar dados financeiros, a fim de fornecer subsídios para a elaboração da proposta orçamentária; elaborar proposta orçamentária, elaborar cronograma financeiro de desembolso anual, bem como seus ajustamentos periódicos de acordo com a proposta orçamentária e disponibilidade financeira; organizar demonstrativos e relatórios de comportamentos das dotações orçamentárias, sugerindo procedimentos necessários, preparando as documentações comprobatórias; controlar os trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo os saldos, localizando e retificando possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis, proceder aos trabalhos de classificação e avaliação de despesas, analisando a natureza das mesmas, para apropriar custos de bens e serviços; elaborar quadros demonstrativos, relatórios e tabelas, compilando dados contábeis e efetuando cálculos, com base em informações de arquivos, fichários e outros; participar da elaboração de balancetes e balanços, aplicando normas contábeis e organizando demonstrativos e relatórios de comportamento das dotações orçamentárias; executar outras tarefas correlatas.

MONITOR DE CRECHE:

Executar atividades diárias de recreação com crianças e trabalhos educacionais de artes diversas; acompanhar crianças em passeios, visitas e festividades sociais; proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere a higiene pessoal; auxiliar as crianças na alimentação; servir refeições e auxiliar crianças menores a se alimentarem; auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora; observar a saúde e o bem estar das crianças, levando-as quando necessário, para atendimento médico e ambulatorial; ministrar medicamentos conforme prescrição médica; prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência; orientar os pais quanto à higiene infantil, comunicando-lhe os acontecimentos do dia; levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer incidente ou dificuldade ocorridas; vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento; apurar a frequência diária e mensal dos menores; auxiliar no recolhimento e entrega das crianças que fazem uso do transporte escolar, acompanhando-as na entrada e saída do mesmo, zelando assim pela sua segurança; executar tarefas afins; outras atribuições contidas em manuais de trabalho fixadas por Decreto.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

Limpa diariamente os móveis utilizando flanelas ou vassouras apropriadas; Limpa as salas de aula, paredes, portas, janelas, banheiros, corredores, mesas, carteiras e pisos de todas as dependências do prédio, utilizando água e produtos apropriados; Prepara e serve o lanche e/ou cafezinho, quando necessário; Retira o lixo das lixeiras e o coloca em local apropriado para recolhimento; Limpa lixeiras e demais objetos das salas, corredores e banheiros; Lava e secar os vidros das portas e janelas; Verificar ao final do expediente, se as janelas estão fechadas, reúne e amontoa a poeira, fragmentos e detritos espalhados pelo pátio, que causem incomodo ou ofereçam perigo aos servidores, empregando ancinho e outros instrumentos apropriados para recolhê-los; Efetua a poda e a capinação de ervas daninhas que prejudiquem o aspecto e asseio do município; Auxilia na remoção de móveis de uma sala para outras ou de um departamento para outro, quando solicitado; Efetua o controle dos gêneros alimentícios necessários ao preparo da merenda, recebendo-os e armazenando-os de acordo com as normas e instruções estabelecidas, para obter melhor aproveitamento e conservação dos mesmos; Seleciona os ingredientes necessários ao preparo das refeições, separando-os e medindo-os de acordo com o cardápio do dia, para facilitar a utilização dos mesmos; Prepara as refeições, lavando, descascando, cortando, temperando, refogando, assando ou cozendo alimentos diversos de acordo com orientação superior, para

atender ao programa alimentar estabelecido; Dispõe quanto à limpeza da louça, talheres e utensílios empregados no preparo das refeições, providenciando sua lavagem e guarda, para deixá-los em condições de uso imediato; Zela pela conservação dos equipamentos, ferramentas e máquinas utilizadas, observando as normas de segurança e conservação, para obter melhor aproveitamento; Recebe orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho; Zela pela conservação e limpeza do pátio; Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

MONITOR DE CASA LAR:

Executar, sob a orientação dos técnicos, atividades recreativas, pedagógicas e de lazer visando a integração e socialização das crianças e dos adolescentes através de jogos, brincadeiras folclóricas, brincadeiras livres, atividades educativas com dança, teatro, vídeo e histórias; desenvolver noções de higiene, disciplina, respeito e cidadania; auxiliar na organização dos momentos em que são previstos cuidados com o corpo, banho, lavagem das mãos, higiene oral, alimentação, uso dos sanitários e repouso; dar assistência às crianças e adolescentes; participar e colaborar nos eventos realizados na Casa Abrigo; manter limpo e arrumado o local de trabalho; executar outras tarefas afins.

VIGIA:

1. Executa a ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechados corretamente, examinando as instalações hidráulicas e elétricas e constatando irregularidades, para possibilitar a tomada de providências necessárias a fim de evitar roubos e prevenir incêndios e outros danos;
2. Controla a movimentação de pessoas, veículos e materiais, vistoriando veículos, bolsas e sacolas, anotando o número dos mesmos, examinando os volumes transportados, conferindo notas fiscais e fazendo os registros pertinentes, para evitar desvio de materiais e outras faltas;
3. Registra sua passagem pelos postos de controle, acionando o relógio de ponto, para comprovar a regularidade de sua ronda;
4. Zelar pela limpeza e organização do local de trabalho;
5. Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato

GARI:

Executar os serviços de varrição dos logradouros; executar os serviços de coleta de lixo; executar serviços de manutenção de limpeza pública; executar serviços de pintura e conservação de meio-fio; executar os serviços de capina nos logradouros públicos; executar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

MOTORISTA - CAT. "D"

Conduz veículos automotores como carros de passeio, caminhonetes, caminhões, ônibus, ambulância, Van entre outros considerados leves ou pesados, manipulando os comandos de marcha e direção, conduzindo o veículo no trajeto ou itinerário previsto, de acordo com as regras de trânsito, para o transporte de cargas e/ou pessoas.

1. Vistoria no veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo, testando freios e parte elétrica, certificando-se de suas condições de funcionamento;
2. Informa defeitos do veículo, preenchendo ficha específica no almoxarifado, para ser encaminhada a manutenção;
3. Dirige o veículo, manipulando os comandos e observando o fluxo de trânsito e a sinalização, para conduzi-los aos locais indicados;
4. Portar os documentos do veículo e zelar pela sua conservação;
5. Realiza o transporte de passageiros, pedras, cascalhos, mudas, areia, madeira entre outros, sempre que se fizer necessário;
6. Controla a carga e descarga do material transportado, orientando a sua arrumação no veículo para evitar acidentes;
7. Carrega e descarrega os materiais utilizados pelos profissionais e setores da Prefeitura;
8. Recolhe o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem da Prefeitura;
9. Recebe orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho;
10. Colabora com a limpeza dos veículos, mantendo-os apresentáveis;
11. Executa outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - CAT. "C"

- 1- Opera máquinas providas de pá mecânica ou caçamba, acionando os comandos necessários para escavar e mover terras, pedras, areia, cascalho e materiais similares;
- 2- Opera máquinas de abrir canais de drenagem, acionando os comandos necessários;
- 3- Opera máquinas providas de lâminas para nivelar solos, acionando os comandos para executar obras na construção civil, estradas e pistas;
- 4- Opera máquinas providas de rolos compressores, acionando comandos para compactar e aplinar os materiais utilizados nas construções nas estradas;
- 5- Opera máquinas para estender cama das de asfalto ou de betume; Informa defeitos ou reparos a serem feitos na máquina, preenchendo ficha específica no almoxarifado para ser entregue ao chefe da manutenção; Executa a limpeza de bueiros, fossas, esterqueiras e outros; Faz a recuperação, conservação e readequação de estradas; Retira entulhos e terra, zelando pela limpeza e conservação da cidade; Colabora na limpeza e organização do local de trabalho; Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ANEXO IV

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2016

REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE

Para:

Comissão Organizadora do CONCURSO PÚBLICO

Eu _____ portador(a) do documento de identidade sob nº _____, inscrição nº _____, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Concurso Público, Edital nº 003/2016.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Municipal nº 4.036/2010 (doador de sangue e de órgãos).

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

_____ SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: _____
2: _____
3: _____

ANEXO V

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2016

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO VIA POSTAL

(Somente para candidatos que fizerem inscrições via postal)

Para: Comissão Organizadora do CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2016

1) Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, SOLICITO inscrição no CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2016, da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, para o cargo de _____ (descrever exatamente conforme especificado no edital).

2) Informações para contato:

- a) E-mail: _____
b) Telefone Residencial/Comercial: _____
c) Telefone Celular: _____

3) Informações adicionais:

- a) Canhoto: () SIM () NÃO
b) Necessidades Especiais: () SIM () NÃO. Qual _____ CID _____
4) Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:
a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte nº _____
b) () Sala Especial. Especificar: _____
c) () Leitura de Prova. Especificar: _____
d) () Amamentação. Nome do Acompanhante: _____
e) () Outra Necessidade: Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____ SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VI

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2016

FORMULÁRIO DE RECURSOS VIA POSTAL

(Somente para candidatos que fizerem inscrições e recursos via postal)

Nome do Candidato: _____

Endereço: _____

Nº Inscrição _____

Cargo: _____

Tipo de Recurso:

- 1 – Contra o edital ()
2 – Contra indeferimento de inscrição ()
3 – Contra Inscrição ()
4 – Contra questão da prova ()
5 – Contra o Gabarito ()
6 – Contra a Pontuação Prova ()
7 – Contra a prova de títulos
8 – outros () Especificar: _____

Razões do Recurso: _____

_____ SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VII

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016

PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO MUNICÍPIO

PORTARIA Nº 326/2016 - CRIA COMISSÃO ORGANIZADORA E NOMEIA SEUS MEMBROS.

ALTAIR CARDOSO RTTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Vigente.

RESOLVE:

Art.1º. Fica criada Comissão Especial composta por: SIMONE ROSTIROLLA BARRICHELO, VANIA LUCIANA GRESPAN, VERA LUCIA HERMANN THIES, todos funcionários públicos municipais, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal do Edital referente ao, Concurso, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Concurso Público Hospital Nº 002/2016, Concurso Prefeitura 003/2016, Concurso Emprego Público 001/2016 e Teste Seletivo 001/2016 .

Art. 2º. Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, prova de títulos e verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. Ficam impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida e, em ocorrendo tal hipótese, o membro da comissão deverá ser imediatamente substituído.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 14/04/2016
MARILHANE DA SILVA - Diretora de Recursos Humanos.

ANEXO VIII

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2016

PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC

PORTARIA Nº 327/2016 - NOMEAR COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO, CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO E TESTE SELETIVO:

ALTAIR CARDOSO RITTES Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Vigente.

RESOLVE:

Art.1º Designar, JUSSARA REGINATTO, UDINARA VANUSA ZANCHETTIN e JACSON SONAGLIO brasileiros, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO DO CONCURSO PUBLICO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurados através do Concurso Público Hospital Nº 002/2016, Concurso Prefeitura 003/2016, Concurso Emprego Público 001/2016 e Teste Seletivo 001/2016 .

Art. 2º Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa das provas bem como aplica – las, corrige – las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando – a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º Ficam impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida e, em ocorrendo tal hipótese, o membro da comissão deverá ser imediatamente substituído.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente

Art. 5º presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal.

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 14/04/2016
MARILHANE DA SILVA - Diretora de Recursos Humanos.

ANEXO IX

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2016

DECRETO QUE REGULAMENTO A PROVA PRATICA

DECRETO nº 5541/2016

Regulamenta as provas práticas para as funções de Motorista Categoria "D", Operador de Máquinas e Equipamentos Categoria "C" constante do Concurso Público nº 003/2016, da Prefeitura Municipal do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

ALTAIR CARGODO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica Municipal e os demais dispositivos constitucionais e legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º Ficam regulamentadas as provas práticas do concurso Público nº 003/2016, do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, para as funções de Motorista Categoria "D" e Operador de Máquinas Categoria "C", que serão aplicadas pelo pela AMEOSC no dia 25/06/2016, com início às 12:30 horas, sendo que as provas serão aplicadas junto a Garagem do Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, sito a Rua Carmelito de Souza, s/n, bairro 1de Maio, Município de Dionísio Cerqueira SC, para demonstração de habilidades práticas com veículos, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes.

I – Motorista - CNH Categoria "D", Saúde, Motorista - CNH Categoria "D", Transporte Escolar, Motorista - CNH Categoria "D", Obras e Serviços, Operador de Máquinas e Equipamentos, CNH Categoria "C", o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular, e Péssimo com o veículo conforme segue:

- Motorista Saúde - CNH Categoria "D": VAN RENAULT MASTER PLACAS OKS 6178
- Motorista Transporte Escolar - CNH Categoria "D": ÔNIBUS VW/15.190 EUD E. S. ORE PLACAS MLF 5452
- Motorista Obras e Serviços - CNH Categoria "D": CAMINHÃO AXOR MERCEDES TRUK – 2831
- Operador de Máquinas e Equipamentos, CNH Categoria "C": Motoniveladora Caterpillar 120K01

Parágrafo Único. Em caso de mau tempo que inviabilize a sua realização, as provas serão realizadas em outra data previamente marcada e comunicada aos candidatos através da imprensa rádio e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

Art. 2º Fica convocado e designado o Servidor Público Municipal Senhor Leandro Dallanora, para fiscalizar, acompanhar e dar suporte aos ministradores na aplicação das provas práticas, no dia, hora e local fixados.

Art. 3º Somente os candidatos munidos de Carteira de Identificação e Carteira Nacional de Habilitação correspondente ao solicitado para o cargo ao qual se inscreveu terão acesso à prova prática.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

Data 14 /04/2016

JAIR DA SILVA

Secretário Municipal

EDITAL EMPREGO PUBLICO 001_2016

EDITAL DE CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2016

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO DESTINADO PARA ADMISSÃO DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA SANTA CATARINA NA CONDIÇÃO DE EMPREGADOS PÚBLICOS ENQUANTO PERSISTIREM OS PROGRAMAS A ELES VINCULADOS.

O Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, Srº. ALTAIR CARDOSO RITTES, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, 4253/2013 e demais dispositivos legais vigentes, TORNA PÚBLICO aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Concurso para Emprego Público destinado para admissão, de servidores da Administração Direta do Município de Dionísio Cerqueira, na condição de Empregados Públicos enquanto persistirem os programas a eles vinculados, sob o Regime Estatutário, de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO é disciplinado pelo art. 37, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 4253/2013 e demais dispositivos legais vigentes.

1.1.2. O Concurso para Emprego Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso para Emprego Público do Município de Dionísio Cerqueira - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Dionísio Cerqueira - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Concurso para Emprego Público serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no Concurso para Emprego Público implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Concurso para Emprego Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal a que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

1.1.6. O prazo de validade do Concurso para Emprego Público será de 02 (dois) anos, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.1.7. São condições para participação no presente CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - - 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).
- b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.
- c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.
- d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;
- e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Concurso para Emprego Público.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.2. Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial	Habilitação	Tipo de Prova
Médico - ESF	01	40h/sem	R\$ 16.503,36	Nível superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Psicólogo - CAPS	01	40h/sem	R\$ 2.751,06	Nível superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Psicólogo - NASF	01	40h/sem	R\$ 2.751,06	Nível superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Professor de Artesanato/CAPS	01	20/SEM	R\$1.283,54	Ensino Superior específico na área de atuação;	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde – (Área 06) abrangência: Distrito de Idamar/Linha Sarandi/ Linha Água Parada/Descanso/ Manoel Velho/Nova Esperança/Erveira/ Linha Pinheirinho/Nova Prata/Sete de Setembro/ Linha São José/São Roque/ Schimdt/Weber/Parte da Dois Irmãos até Escola/ Linha Araras/Parte Dois Irmãos/ Primeiro de Maio/Sede Marina/Unida/ Linha São Francisco / Assentamento Conquista na Fronteira.	01	40h/sem	R\$ 1.033,50	Ensino Fundamental Completo, com residência na área de atuação	Objetiva

1.2.2. Conforme o Art. 6º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde deverão residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital; haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada (Obs.: o curso introdutório será disponibilizado pelo Município após o ingresso no cargo) e haver concluído o ensino fundamental.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 19/04/2016 às 23h59min do dia 18/05/2016.

2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET/ON-LINE:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site www.ameosc.org.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

a) acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos;

b) fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;

c) preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

e) imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 19/05/2016.

f) pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.1.3. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar a sua inscrição on line VIA PRESENCIAL sendo que para tanto deverão se dirigir até a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sito a Rua Santos Dumont, nº 413, centro, durante o período das inscrições, nos dias de expediente normal, no horário compreendido entre as 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min.

2.1.1.4. Para a efetivação das inscrições on line via presencial o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições on line presencial apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassadas pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.1.1.5. Na oportunidade de realização da inscrição on line via presencial será entregue ao candidato o comprovante de sua inscrição, bem como o Boleto Bancário referente à sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min do dia 19.05.2016.

2.1.1.6. Só serão efetivadas as inscrições on line via presencial dos candidatos que se dirigirem à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, até às 16h30min do último dia de inscrição.

2.1.1.7. A Prefeitura de Dionísio Cerqueira – SC, e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.1.1.8. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.1.1.9. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2 DAS INSCRIÇÕES VIA POSTAL:

2.1.2.1. Admitir-se-á inscrição via postal, registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para as inscrições, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

2.1.2.2. É de responsabilidade do candidato, que desejar realizar a inscrição via portal imprimir o Requerimento de Inscrição (modelo anexo), preenchê-lo corretamente com todos os dados solicitados e assinar.

2.1.2.3. O candidato deverá dirigir-se a uma agência do Caixa Econômica Federal e efetuar um depósito IDENTIFICADO E EM DINHEIRO, no valor da taxa de inscrição corresponde ao cargo que deseja se inscrever, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira abaixo informada:

Estabelecimento bancário: Caixa Econômica Federal

Agência: 2896

Conta Corrente: 598921

Código Banco: 104

Convênio: 598921

2.1.2.4. Providenciar cópia AUTENTICADA dos seguintes documentos:

a. Documento de identidade (RG);

b. Comprovante do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda). Caso no documento de identidade conste o número do CPF fica dispensada a apresentação do comprovante.

c. Comprovante do depósito identificado em dinheiro na conta do município de Dionísio Cerqueira –SC, realizado no Banco do Brasil.

2.1.2.5. Enviar pelo correio o Requerimento de Inscrição, devidamente preenchido com todos os dados solicitados e devidamente assinado e as cópias autenticadas dos documentos exigidos, por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), pelo Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias-SEDEX, para o endereço constante do item 2.1.2.1.

2.1.2.6. Só serão aceitos os pedidos de inscrição enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, até às 17 horas do último dia de inscrição, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

2.1.2.7. O depósito em conta corrente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, deve ser obrigatoriamente o DEPÓSITO IDENTIFICADO, não tendo validade o depósito comum.

2.1.2.8. Os depósitos em conta corrente eventualmente feitos em desacordo com a norma do edital e ou com erro na identificação do candidato e ou intempestivamente, não poderão ser ressarcidos.

2.1.2.9. É vedada a inscrição condicional, não sendo admitida complementação documental fora do prazo fixado para inscrição, nem comprovante de agendamento de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2.10. A inscrição por via postal, se efetuada, será por conta e risco do candidato, não se responsabilizando o Município de Dionísio Cerqueira – SC por extravios, falta de documentação, atrasos ou outras ocorrências que impeçam a efetiva inscrição do candidato.

2.2. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.3. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.4. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.5. O candidato poderá inscrever-se somente para 01 (uma) vaga do cargo de que trata o presente Edital. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.6. O valor da Taxa de Inscrição para o CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO será de:

Escolaridade/Habilitação	Valor R\$
Ensino Superior	R\$ 70,00
Ensino Fundamental	R\$ 30,00

2.7. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Concurso para Emprego Público, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, entre outros).

2.9. A solicitação de recursos especiais será atendida, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados por meio de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários, a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.12. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:

2.12.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Municipal nº 4.036/2010 (doador de sangue e de órgãos) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Concurso para Emprego Público.

2.12.1.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, à doação.

2.12.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os doadores de sangue (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, e entregue do dia 19/04 a 09/05/2016, no endereço da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, em horário de expediente, das 07h30min às 12hrs e das 13h30min às 17hrs, juntamente com os seguintes documentos:

- a) cópia do requerimento de inscrição;
- b) comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais. Para ter direito à isenção, o candidato deve comprovar que realizou, no mínimo 03 (três) doações no período de um ano;
- c) no caso o subitem 2.12.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

c.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do Concurso para Emprego Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, por meio de cópia autenticada em cartório, sendo que os mesmos devem estar na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC até no máximo dia 10/05/2016.

2.12.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC e nos sites www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br até o dia 11/05/2016 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.12.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Concurso para Emprego Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até às 23h59min do dia 19/05/2016, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. O presente Concurso para Emprego Público destina-se também a cadastro de reserva e, dessa forma, não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, são reservados 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sito à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 12hrs e das 13h30min às 17hrs, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas no departamento de Recursos Humanos somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Concurso, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Dionísio Cerqueira – SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sito à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem o último dia de inscrição.

3.3. A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Concurso para Emprego Público em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento dessas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos, independente do cargo a que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 25/06/2016, às 09h, em local a ser informado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br após a homologação final das inscrições.

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08hrs.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões, o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Dionísio Cerqueira – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassadas pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso, na sala de aplicação de provas, após às 08h50min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09hrs e término às 12hrs.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 03hrs, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta

e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão-resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.2. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.1.4.4. A prova será composta de 35 (trinta e cinco).

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática, conforme quadro abaixo para Todos os cargos especificados no item 1.2.1 deste edital.

Provas	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1- Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00	5,00
2- Português	10	0,20	2,00	
3- Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL -	35	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 5,00 (cinco), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.3. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.3.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.3.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (08h40min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.3.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.3.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Concurso Público.

5.3.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.3.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão resposta.

5.3.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio cartão resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura ótica, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.3.4.3. No Cartão Resposta do candidato constará as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

5.3.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.3.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a marcação correta, sendo que a não marcação correta invalidará o cartão resposta.

5.3.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta (Gabarito):

5.3.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.3.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.3.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

5.3.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão Resposta.

5.3.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.3.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.3.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta.

5.3.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.3.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.3.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.3.17. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta ao mesmo tempo.

5.3.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão apor nos cartões respostas suas assinaturas.

5.3.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão identificar como faltantes os cartões resposta dos candidatos que não compareceram para realizar a prova, apondo suas assinaturas nos mesmos.

5.3.17.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova e demais anotações que

considerarem necessárias.

5.3.17.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, lacrarão o envelope, no qual estará acondicionado os cartões resposta, constando também suas assinaturas neste envelope, o qual será deslacrado somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.3.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.3.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

5.3.20. O Município de Dionísio Cerqueira e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.4. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.4.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) documento de identificação;
- b) comprovante de Inscrição;
- c) caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) lápis preto e borracha;
- e) água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.4.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.4.3. O Município de Dionísio Cerqueira e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.5. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) fumar;
- c) comunicação entre os candidatos;
- d) consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, entre outros);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, entre outros.

5.6. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não sendo admitida qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitindo uso do celular, máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.6.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecerão até a saída do candidato do local de prova.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada por meio do processo de leitura óptica, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada no Auditório Paulo Freire, junto a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, na Rua Santos Dumont 413, a partir das 09hrs do dia 28/06/2016, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão Identificação).

6.1.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 07 do presente edital.

6.1.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do Edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente Edital.

6.2. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

7.1.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Concurso para Emprego Público na forma do dispositivo no parágrafo único de art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

7.1.3. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

7.1.4. Maior nota na prova Prática (Motoristas e Operador de Máquinas e Equipamentos);

7.1.5. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

7.1.6. Maior número de acertos na prova de Matemática;

7.1.7. Sorteio Público.

8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da prova objetiva;
- c) no gabarito preliminar divulgado;
- d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Concurso para Emprego Público, para cada cargo.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma, anexo I deste edital.

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os RECURSOS poderão ser interpostos VIA ON LINE – pelo sistema – ou VIA POSTAL.

9.4.1. Para a interposição de RECURSO VIA ONLINE, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos
- b) acessar a “Área do Candidato”;
- c) clicar em “recursos e requerimentos”;
- d) preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas;
- e) os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.4.2. Para a interposição de RECURSO VIA POSTAL, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) imprimir e preencher o Formulário de Recurso (modelo anexo);
- b) encaminhar por meio de correspondência registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para os recursos, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura.

9.4.2.1. É de responsabilidade do candidato imprimir o Formulário de Recursos (modelo anexo), preenchê-lo corretamente, assinar e encaminhar para o endereço e nas condições expostas no item anterior.

9.4.2.2. Deverá ser encaminhado apenas e tão somente o Formulário de Recurso contendo as razões do recorrente. Eventuais outros materiais encaminhados juntamente com o Formulário de Recursos serão desconsiderados.

9.4.2.3. Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.2.4. Poderá ser encaminhado mais de um Formulário de Recurso numa mesma correspondência, desde que cada recurso esteja devidamente identificado.

9.4.2.5. Só serão aceitos os recursos enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, encaminhado aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, até às 17 horas do último dia dos recursos, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

9.4.2.6. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.2.7. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Concurso para Emprego Público.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo Decreto de resultado final será publicado.

10. DO PROVIMENTO DO CARGO

10.1. O provimento do cargo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

- a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
- c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;

e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior que assim exigir;

f) demais documentos solicitados pela Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, ou previsto em Legislação Municipal.

10.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

10.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto a Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

10.5. O presente Concurso para Emprego Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

10.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As publicações sobre o Concurso para Emprego Público serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Dionísio Cerqueira – SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

11.2. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.3. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Concurso para Emprego Público em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme a legislação vigente.

11.4. O Prefeito do Município de Dionísio Cerqueira – SC, poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Concurso para Emprego Público mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.5. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso para Emprego Público é o da Comarca de Dionísio Cerqueira – SC.

11.6. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Requerimento Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;

ANEXO V - Requerimento de Inscrição Via Postal; (somente para candidatos que enviarem inscrição via correio);

ANEXO VI – Formulário de Recurso Via Postal; (somente para candidatos que enviarem recursos via correio);

ANEXO VII – Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO VIII – Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

Dionísio Cerqueira – SC, 18 de abril de 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei

Paulo Cesar Gnoatto

OAB/SC 10.106-A

Assessor Jurídico Prefeitura de Dionísio Cerqueira

ANEXO I

EDITAL DE CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2016

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	18/04/2016	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Dionísio Cerqueira - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira até o dia 08/05/2016.
Inscrições	19/04 a 18/05/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requerem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue)	19/04 a 09/05/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue)	11/05/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA. (Doador de Sangue)	12/05 a 19/05/2016	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	25/05/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	26 a 29/05/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	02/06/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Publicação do Ensalamento	15/06/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas

Prova Objetiva	25/06/2016	A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 25/06/2016, às 09 horas, em local a ser informado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br após a homologação final das inscrições. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h. O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 09hrs e término às 12hrs.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	27/06/2016	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	28 e 29/06/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	28/06/2016	A partir das 09hrs, no Auditório Paulo Freire, junto a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, na Rua Santos Dumont 413, Centro de Dionísio Cerqueira – SC.
Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva	29/06/2016	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br
Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar Prova Objetiva	30/06 e 01/07/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar	27/07/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	28/07/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação da Classificação/Resultado Final	29/07/2016	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

ANEXO II**EDITAL DE CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2016****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****NÍVEL SUPERIOR****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**MÉDICO – ESF:**

SUS – Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90); Vigilância Epidemiológica e Sanitária; Doenças Crônicas (em particular aquelas contempladas pelos programas governamentais); Doenças Respiratórias; Distúrbios do Aparelho Genito-Urinário; Doenças Infecciosas e Parasitárias; Saúde da Mulher (Pré-natal, Puerpério, Planejamento Familiar, Prevenção do Câncer Ginecológico e DST/AIDS); Saúde da Criança (controle das doenças imunopreveníveis, das infecções respiratórias, das doenças diarreicas e parasitárias, aleitamento materno, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento). Conhecimentos inerentes ao programa ESF Estratégia de Saúde da Família. Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Neurológicas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Infecciosas. Doenças Dermatológicas. Doenças Oculares. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Ginecologia e Obstetrícia. Doenças Reumatológicas. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Atenção Básica - Saúde da Família. Estratégia de Saúde da família. Assistência domiciliar. Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. Ética Profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Médico Clínico Geral Medicina Geral: Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Ginecologia e Obstetrícia. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde;

Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Consciência, educação e boas práticas Profissional. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS. Código de Ética Profissional.

PSICÓLOGO - CAPS:

Teoria de Personalidade: Psicanálise – Freud, Melanie Klein, Erickson; - Reich; - Jung; - Adler; - Rogers; - Teoria Cognitiva de Kelly; - Topologia de Lewin; - A abordagem S = R. Teorias e Técnicas Psicoterápicas. Entrevista Psicológica. Processos de Mudanças em Psicoterapia. Diferenças Individuais e de Classes. Cultura e Personalidade: "Status", papel e o indivíduo. Fatores Sociais na Anormalidade. Interação Social. A Psicologia Social no Brasil. Aconselhamento Psicológico. Desenvolvimento X Aprendizagem. Abordagem Psicológica da Educação. Criação do CAPS. Conhecimentos específicos na área de atuação: Atendimento de idosos, alcoólatras e drogados; Desenvolvimento psicológico da Criança (infância e Adolescência), considerando os Pressupostos básicos dados pelas diferenças abordagens psicoterápicas utilizadas na atualidade - Psicanálise, Ludoterapia, Lacania e outros; Direitos fundamentais da criança e do adolescente; O Psicólogo inserido no serviço Público - Atendimento Ambulatorial, Terapias ambulatoriais em saúde mental. Doenças e deficiências mentais. Diagnóstico Psicológico: conceito e objetivo, teoria psicodinâmica, processo diagnóstico, testes e laudos. Abordagens terapêuticas. Psicopatológica: natureza e causa dos distúrbios mentais. Neurose, psicose e perversão: diagnóstico. Função e adequação às necessidades da Comunidade Assistida; O Psicólogo na atuação Clínica; psicologia clínica. Psicopatologia Clínica: conceito de neurose; Conceito básico em psicologia clínica; dinâmica do funcionamento psíquico, história individual, motivos inconscientes, o papel do desejo, o papel do outro; transferência, repressão, resistência; mecanismo de defesa; Psicoterapia com Grupos; conflitos intragrupais, sua dinâmica e importância; a Psicologia Humanística: diretividade e não-diretividade; coordenadores e facilitadores: vantagens e desvantagens; grupos operativos e suas aplicações; Estudos sobre a família: cenário familiar, regras e metaregras. O psicólogo na escola: acompanhamento Escolar, dificuldades na aprendizagem, a escola e a criança/adolescente e o processo de psicodiagnóstico; Aprendizagem – fatores determinantes do processo ensino aprendizagem: família, comunidade, escola, companheiros. A educação inclusiva: os portadores de necessidades especiais, as altas habilidades (superlotados). Psicologia social e organizacional - Comportamento social: atitudes, estereótipos, preconceitos, conformismo. O desenvolvimento humano - Determinantes biopsico-sócio-culturais de comportamento: síndromes genéticas, gestação, parto, puerpério, interação mãe-bebê; Características comportamentais esperadas ao longo do desenvolvimento: constituição do EU. Conceito de sujeito. Desenvolvimento cognitivo. Velhice: perdas e ganhos, sua inserção social. Motivação humana: valores e ação humana. Os grupos: processos grupais, papéis, liderança, leis da dinâmica grupal. O indivíduo e a organização: análise e intervenção, mudança e resistência à mudança. Neuroses profissionais. Gestão de conflitos. Psicologia jurídica. Relações Humanas e Recursos Humanos; Noções de Recrutamentos e seleção e desenvolvimento de Pessoal. Legislação: Constituição Federal, em seus Artigos: 196, 197, 198, 199 e 200. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1.990 em seus artigos: 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1.990 e suas atualizações, todo o teor. Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1.990 e suas atualizações, todo teor. Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1.993, todo teor. Lei nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1.994, todo o teor. Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2.003, em seus artigos: 15, 16, 17, 18 e 19. Lei nº 11.350, de 05 de Outubro de 2.006, todo teor. Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010 em seus Artigos: 6, 7 e 8.

PSICÓLOGO - NASF:

Psicopatologias; Psicoterapia breve; Trabalho em grupos; Legislação saúde mental; Teoria e Técnicas Psicoterápicas, - Psicodiagnóstico, - Orientação e Aconselhamento psicológico, - Dinâmica de Grupo - Ética Profissional; Sistema Único de Saúde: Lei nº 8.080 de 19/09/90, Lei nº 8.142 de 28/12/90; Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB-SUS de 1996; Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS - NOAS-SUS de 2002. Política Nacional de Humanização. Pactos pela Vida em Defesa do SUS e de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica. Lei nº 8.142, de 28/12/90. Sistema de Planejamento do SUS. Política Nacional de Promoção de Saúde. Portaria Nº 648/GM de 28 de março de 2006 - Estratégia do Programa Saúde da Família; Portaria Nº 154 de 24 de Janeiro de 2008 - Criação do NASF. Conhecimentos específicos na área de atuação: Atendimento de idosos, alcoólatras e drogados; Desenvolvimento psicológico da Criança (infância e Adolescência), considerando os Pressupostos básicos dados pelas diferenças abordagens psicoterápicas utilizadas na atualidade - Psicanálise, Ludoterapia, Lacania e outros; Direitos fundamentais da criança e do adolescente; O Psicólogo inserido no serviço Público - Atendimento Ambulatorial, Terapias ambulatoriais em saúde mental. Doenças e deficiências mentais. Diagnóstico Psicológico: conceito e objetivo, teoria psicodinâmica, processo diagnóstico, testes e laudos. Abordagens terapêuticas. Psicopatológica: natureza e causa dos distúrbios mentais. Neurose, psicose e perversão: diagnóstico. Função e adequação às necessidades da Comunidade Assistida; O Psicólogo na atuação Clínica; psicologia clínica. Psicopatologia Clínica: conceito de neurose; Conceito básico em psicologia clínica; dinâmica do funcionamento psíquico, história individual, motivos inconscientes, o papel do desejo, o papel do outro; transferência, repressão, resistência; mecanismo de defesa; Psicoterapia com Grupos; conflitos intragrupais, sua dinâmica e importância; a Psicologia Humanística: diretividade e não-diretividade; coordenadores e facilitadores: vantagens e desvantagens; grupos operativos e suas aplicações; Estudos sobre a família: cenário familiar, regras e metaregras. O psicólogo na escola: acompanhamento Escolar, dificuldades na aprendizagem, a escola e a criança/adolescente e o processo de psicodiagnóstico; Aprendizagem – fatores determinantes do processo ensino aprendizagem: família, comunidade, escola, companheiros. A educação inclusiva: os portadores de necessidades especiais, as altas habilidades (superlotados). Psicologia social e organizacional - Comportamento social: atitudes, estereótipos, preconceitos, conformismo. O desenvolvimento humano - Determinantes biopsico-sócio-culturais de comportamento: síndromes genéticas, gestação, parto, puerpério, interação mãe-bebê; Características comportamentais esperadas ao longo do desenvolvimento: constituição do EU. Conceito de sujeito. Desenvolvimento cognitivo. Velhice: perdas e ganhos, sua inserção social. Motivação humana: valores e ação humana. Os grupos: processos grupais, papéis, liderança, leis da dinâmica grupal. O indivíduo e a organização: análise e intervenção, mudança e resistência à mudança. Neuroses profissionais. Gestão de conflitos. Psicologia jurídica. Relações Humanas e Recursos Humanos; Noções de Recrutamentos e seleção e desenvolvimento de Pessoal. Legislação: Constituição Federal, em seus Artigos: 196, 197, 198, 199 e 200. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1.990 em seus artigos: 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1.990 e suas atualizações, todo o teor. Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1.990 e suas atualizações, todo teor. Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1.993, todo teor. Lei nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1.994, todo o teor. Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2.003, em seus artigos: 15, 16, 17, 18 e 19. Lei nº 11.350, de 05 de Outubro de 2.006, todo teor. Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010 em seus Artigos: 6, 7 e 8.

PROFESSOR DE ARTESANATO/CAPS:

Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal Estatuto da Criança e do Adolescente; Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Conservação dos instrumentos de trabalho. Postura profissional e apresentação pessoal. Atendimento ao público. Conhecimentos inerentes ao Programa – CPAS, à Proteção Social Básica, Proteção Social Especial. Conhecimentos inerentes em artesanato das mais variadas formas. Técnicas de artesanato com materiais recicláveis. Habilidade/conhecimento com manuseio dos materiais de cada técnica, acabamento adequado das peças confeccionadas de acordo com a técnica empregada.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:**

Lei Orgânica do Município. Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria GM nº 648/2006 – Revisão das Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006. Programa Estratégia Saúde da Família – ESF. Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC, SIAB). Vigilância em saúde (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental). Política Nacional de Promoção Da Saúde. Calendário Básico de Vacinação da criança, adolescente, adultos e idoso. Aleitamento materno. Doenças transmissíveis: vetores, vias de transmissão, sintomas, cuidados e tratamento. O Agente comunitário inserido nos Programas Ministeriais de Saúde: Tuberculose, Hipertensão, Diabetes, DST/AIDS. Atenção à saúde da mulher, da criança e do recém-nascido (RN), do adolescente, do homem e do idoso. Normas de biossegurança. Humanização e ética na atenção à saúde. Doenças de notificação compulsória. Educação em saúde e acolhimento na Estratégia Saúde da Família. Atribuições do cargo/função. Noções Básicas de informática.

ANEXO III**EDITAL DE CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2016
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****MÉDICO ESF:**

- 1 - Efetuar acompanhamento clínico (ambulatorial e hospitalar) de pacientes portadores de transtornos mentais e/ou dependências químicas;
- 2 - Realizar solicitação de exames diagnósticos especializados;
- 3 - Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico;
- 4 - Emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica;
- 5 - Emitir pareceres e documentos relativos aos atendimentos realizados;
- 6 - Manter registros dos pacientes, examinando - os, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e evolução da doença;
- 7 - Prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins;
- 8 - Coletar e avaliar dados bioestatísticos e sócio -sanitários da comunidade, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população;
- 9 - Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico - preventivo, voltado para a comunidade em geral.
- 10 - Trabalhar em equipe multiprofissional, desenvolvendo ações intersetoriais e interdisciplinares junto com a equipe.

PSICÓLOGO CAPS:

- 1 -Prestar atendimento clínico de grupo ou individual, nas áreas municipais da Saúde e da Assistência Social;
- 2 -Atender crianças e adolescentes matriculados nas escolas públicas, a fim de melhor adequar a sua conduta e aprendizado. Assessorando diretamente o corpo docente na condução dos que apresentarem distúrbios de comportamento, atender às solicitações do Conselho Tutelar, inclusive emitindo parecer sobre os casos, quando necessário, o mesmo fazendo quando da solicitação da Justiça;
- 3 -Contribuir para o fortalecimento das entidades assistenciais, via assessoramento e orientação;
- 4 -Participar de equipe multiprofissional na área de saúde mental e assistência Social;
- 5 -Participar de junta de avaliação, aconselhamento e orientação a pessoa candidata a cirurgia e esterilização;
- 6 -Participar de eventos ligados à Secretaria em que presta serviços e realizar outras atividades inerentes ao cargo, conforme regulamentação do respectivo Conselho de Classes

PSICÓLOGO NASF:

- 1-participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adscrita;
- 2- planejar ações e desenvolver educação permanente;

- 3- acolher os usuários e humanizar a atenção;
- 4- trabalhar de forma integrada com as ESF;
- 5- realizar visitas domiciliares necessárias;
- 6- desenvolver ações intersectoriais;
- 7- participar dos Conselhos Locais de Saúde;
- 8- realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré estabelecidos;
- 9- desenvolver grupos de portadores de transtorno mental, envolvendo pacientes e familiares, com objetivo de reinserção social, utilizando-se dos recursos da comunidade;
- 10- auxiliar no processo de trabalho dos profissionais das ESF no que diz respeito à reinserção social do portador de transtorno mental;
- 11- realizar ações coletivas abordando o uso de tabaco, álcool e drogas, traçando estratégias de prevenção utilizando os recursos da comunidade;
- 11- realizar ações de difusão da prática de atenção não manicomial, diminuindo o preconceito e a estigmatização com relação ao transtorno mental;
- 12- acolher de forma especial o egresso de internação psiquiátrica e orientar sua família, visando a reinserção social e a compreensão da doença;
- 13- mobilizar os recursos da comunidade para constituir espaços de aceitação e reinserção social do portador de transtorno mental

PROFESSOR DE ARTESANATO:

Confecciona produtos artesanais por meio de processo manual ou com auxílio de ferramentas;

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

- 1 -Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
- 2 -Trabalhar com a descrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;
- 3 -Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;
- 4 -Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;
- 5 -Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
- 6 -Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;
- 7- Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; e
- 8-Cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº44/GM, de 3 de janeiro de 2002. Nota: É permitido ao ACS desenvolver atividades nas unidades básicas de saúde, desde que vinculadas às atribuições acima.

ANEXO IV**EDITAL DE CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2016****REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE**

Para:

Comissão Organizadora do CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO

Eu _____ portador(a) do documento de identidade sob nº _____, inscrição nº _____, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Concurso para Emprego Público, Edital nº 001/2016.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Municipal nº 4.036/2010 (doador de sangue e de órgãos).

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

_____ SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: _____
- 2: _____
- 3: _____

ANEXO V**EDITAL DE CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2016****REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO VIA POSTAL**

(Somente para candidatos que fizerem inscrições via postal)

Para: Comissão Organizadora do CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2016

1) Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, SOLICITO inscrição no CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2016, da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, para o cargo de _____ (descrever exatamente conforme especificado no edital).

2) Informações para contato:

a) E-mail: _____

b) Telefone Residencial/Comercial: _____
c) Telefone Celular: _____
3) Informações adicionais:
a) Canhoto: () SIM () NÃO
b) Necessidades Especiais: () SIM () NÃO. Qual _____ CID _____
4) Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:
a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte nº _____
b) () Sala Especial. Especificar: _____
c) () Leitura de Prova. Especificar: _____
d) () Amamentação. Nome do Acompanhante: _____
e) () Outra Necessidade: Especificar: _____
Nestes Termos.
Pede Deferimento.

_____ SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VI

EDITAL DE CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2016

FORMULÁRIO DE RECURSOS VIA POSTAL

(Somente para candidatos que fizerem inscrições e recursos via postal)

Nome do Candidato: _____

Endereço: _____

Nº Inscrição _____

Cargo: _____

Tipo de Recurso:

- 1 – Contra o edital ()
- 2 – Contra indeferimento de inscrição ()
- 3 – Contra Inscrição ()
- 4 – Contra questão da prova ()
- 5 – Contra o Gabarito ()
- 6 – Contra a Pontuação Prova ()
- 7 - Contra a prova de títulos
- 8 – outros () Especificar: _____

Razões do Recurso: _____

_____ SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VII

EDITAL DE CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2016

PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO MUNICÍPIO

PORTARIA Nº 326/2016 - CRIA COMISSÃO ORGANIZADORA E NOMEIA SEUS MEMBROS.

ALTAIR CARDOSO RTTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Vigente.

RESOLVE:

Art.1º. Fica criada Comissão Especial composta por: SIMONE ROSTIROLLA BARRICHELO, VANIA LUCIANA GRESPAN, VERA LUCIA HERMANN THIES, todos funcionários públicos municipais, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal do Edital referente ao, Concurso, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Concurso Público Hospital Nº 002/2016, Concurso Prefeitura 003/2016, Concurso Emprego Público 001/2016 e Teste Seletivo 001/2016 .

Art. 2º. Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, prova de títulos e verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. Ficam impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida e, em ocorrendo tal hipótese, o membro da comissão deverá ser imediatamente substituído.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 14/04/2016
MARILHANE DA SILVA - Diretora de Recursos Humanos.

ANEXO VIII**EDITAL DE CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 001/2016****PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC****PORTARIA Nº 327/2016 - NOMEAR COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO, CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO E TESTE SELETIVO:****ALTAIR CARDOSO RITTES** Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Vigente.**RESOLVE:**

Art.1º Designar, JUSSARA REGINATTO, UDINARA VANUSA ZANCHETTIN e JACSON SONAGLIO brasileiros, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO DO CONCURSO PUBLICO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurados através do Concurso Público Hospital Nº 002/2016, Concurso Prefeitura 003/2016, Concurso Emprego Público 001/2016 e Teste Seletivo 001/2016 .

Art. 2º Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa das provas bem como aplica – las, corrige – las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando – a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º Ficam impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida e, em ocorrendo tal hipótese, o membro da comissão deverá ser imediatamente substituído.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente

Art. 5º presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2016.**ALTAIR CARDOSO RITTES**

Prefeito Municipal.

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 14/04/2016
MARILHANE DA SILVA - Diretora de Recursos Humanos.

EDITAL PROCESSO SELETIVO 001_2016**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016**

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA A SELEÇÃO DE SERVIDORES POR PRAZO DETERMINADO DE ATÉ 01 ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DE EXISTÊNCIA DE VAGAS VINCULADAS E/OU EXCEDENTE E PARA COMPOR RESERVA TÉCNICA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, Srº. **ALTAIR CARDOSO RITTES**, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, 3665/2006, Lei 4252/2013, Lei 4253/2013, Lei 3687/2006, Lei 4254/2013 e demais dispositivos legais vigentes, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Processo Seletivo destinado para admissão, de servidores por prazo determinado de até 01 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para atender a necessidade de excepcional interesse público, em razão de existência de vagas vinculadas e/ou excedente e para compor reserva técnica do município de Dionísio Cerqueira, sob o Regime Estatutário, de acordo com o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS**1.1. Disposições preliminares:**

1.1.1. O presente Edital de PROCESSO SELETIVO é disciplinado pelo art. 37, IX, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Lei 3665/2006, Lei 4252/2013, Lei 4253/2013, Lei 3687/2006, Lei 4254/2013 e demais dispositivos legais vigentes.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Dionísio Cerqueira - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Dionísio Cerqueira - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal a que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

1.1.6. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.1.7. São condições para participação no presente PROCESSO SELETIVO:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - - 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.2. Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial	Habilitação	Tipo de Prova
Enfermeiro	01	40h/sem	R\$ 3.174,30	Nível superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Farmacêutico	01	40h/sem	R\$ 3.280,11	Nível superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Odontólogo	01	40h/sem	R\$ 4.549,83	Nível superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Psicólogo	01	40h/sem	R\$ 2.751,06	Nível superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Assistente Social	01	40h/sem	R\$ 2.751,06	Nível superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Médico ESF	01	40h/sem	R\$ 16.503,36	Nível superior completo na área de atuação com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Técnico em Enfermagem	01	40h/sem	R\$ 1.305,53	Curso específico na área de atuação/ com registro no respectivo órgão fiscalizador	Objetiva
Técnico em Radiologia	01	20h/sem	R\$ 1.132,16	Ensino médio completo específico na área de atuação	Objetiva
Monitor de Creche	*CR	40h/sem	R\$ 846,48	Ensino Médio Completo	Objetiva
Monitora de Casa Lar	*CR	40h/sem	R\$ 846,48	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde – (Área 02) – Abrangência: Bairro Três Fronteiras/ Bairro Floresta/ Bairro Peperiguaçu/ Loteamento Angeli.	01	40h/sem	R\$ 1.033,50	Ensino Fundamental Completo, domiciliado na área de atuação	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde – (Área 03) Abrangência: Bairro Aeroporto/Linha Jacob Maran/Presidente Vargas/ Bairro União/Cohab/ Bairro Agrícola/São Silvestre/ Linha Toldo/Toldo Baixo/Belmonte/Palmeira.	01	40h/sem	R\$ 1.033,50	Ensino Fundamental Completo, domiciliado na área de atuação	Objetiva

CR* - Cadastro de Reserva

1.2.2. Conforme o Art. 6º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde deverão residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital; haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada (Obs.: o curso introdutório será disponibilizado pelo Município após o ingresso no cargo) e haver concluído o ensino fundamental.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 19/04/2016 às 23h59min do dia 18/05/2016.

2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET/ON-LINE:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site www.ameosc.org.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

a) acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos;

b) fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;

c) preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

e) imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 19/05/2016.

f) pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.1.3. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar a sua inscrição on line VIA PRESENCIAL sendo que para tanto deverão se dirigir até a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sito a Rua Santos Dumont, nº 413, centro, durante o período das inscrições, nos dias de expediente normal, no horário compreendido entre as 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min.

2.1.1.4. Para a efetivação das inscrições on line via presencial o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições on line presencial apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassadas pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações

prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.1.1.5. Na oportunidade de realização da inscrição on line via presencial será entregue ao candidato o comprovante de sua inscrição, bem como o Boleto Bancário referente à sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min do dia 19.05.2016.

2.1.1.6. Só serão efetivadas as inscrições on line via presencial dos candidatos que se dirigirem à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, até às 16h30min do último dia de inscrição.

2.1.1.7. A Prefeitura de Dionísio Cerqueira – SC, e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.1.1.8. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.1.1.9. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2 DAS INSCRIÇÕES VIA POSTAL:

2.1.2.1. Admitir-se-á inscrição via postal, registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para as inscrições, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

2.1.2.2. É de responsabilidade do candidato, que desejar realizar a inscrição via portal imprimir o Requerimento de Inscrição (modelo anexo), preenchê-lo corretamente com todos os dados solicitados e assinar.

2.1.2.3. O candidato deverá dirigir-se a uma agência do Caixa Econômica Federal e efetuar um depósito IDENTIFICADO E EM DINHEIRO, no valor da taxa de inscrição corresponde ao cargo que deseja se inscrever, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira abaixo informada:

Estabelecimento bancário: Caixa Econômica Federal

Agência: 2896

Conta Corrente: 598921

Código Banco: 104

Convênio: 598921

2.1.2.4. Providenciar cópia AUTENTICADA dos seguintes documentos:

a. Documento de identidade (RG);

b. Comprovante do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda). Caso no documento de identidade conste o número do CPF fica dispensada a apresentação do comprovante.

c. Comprovante do depósito identificado em dinheiro na conta do município de Dionísio Cerqueira –SC, realizado no Banco do Brasil.

2.1.2.5. Enviar pelo correio o Requerimento de Inscrição, devidamente preenchido com todos os dados solicitados e devidamente assinado e as cópias autenticadas dos documentos exigidos, por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), pelo Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias-SEDEX, para o endereço constante do item 2.1.2.1.

2.1.2.6. Só serão aceitos os pedidos de inscrição enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, até às 17 horas do último dia de inscrição, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

2.1.2.7. O depósito em conta corrente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, deve ser obrigatoriamente o DEPÓSITO IDENTIFICADO, não tendo validade o depósito comum.

2.1.2.8. Os depósitos em conta corrente eventualmente feitos em desacordo com a norma do edital e ou com erro na identificação do candidato e ou intempestivamente, não poderão ser ressarcidos.

2.1.2.9. É vedada a inscrição condicional, não sendo admitida complementação documental fora do prazo fixado para inscrição, nem comprovante de agendamento de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2.10. A inscrição por via postal, se efetuada, será por conta e risco do candidato, não se responsabilizando o Município de Dionísio Cerqueira – SC por extravios, falta de documentação, atrasos ou outras ocorrências que impeçam a efetiva inscrição do candidato.

2.2. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.3. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.4. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.5. O candidato poderá inscrever-se somente para 01 (uma) vaga do cargo de que trata o presente Edital. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.6. O valor da Taxa de Inscrição para o PROCESSO SELETIVO será de:

Escolaridade/Habilitação	Valor R\$
Ensino Superior	R\$ 70,00
Ensino Médio	R\$ 50,00
Ensino Fundamental	R\$ 30,00

2.7. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, entre outros).

2.9. A solicitação de recursos especiais será atendida, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados por meio de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários, a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.12. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:

2.12.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Municipal nº 4.036/2010 (doador de sangue e de órgãos) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo.

2.12.1.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, à doação.

2.12.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os doadores de sangue (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, e entregue do dia 19/04 a 09/05/2016, no endereço da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, em horário de expediente, das 07h30min às 12hrs e das 13h30min às 17hrs, juntamente com os seguintes documentos:

a) cópia do requerimento de inscrição;

b) comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais. Para ter direito à isenção, o candidato deve comprovar que realizou, no mínimo 03 (três) doações no período de um ano;

c) no caso o subitem 2.12.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

c.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, por meio de cópia autenticada em cartório, sendo que os mesmos devem estar na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC até no máximo dia 10/05/2016.

2.12.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC e nos sites www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br até o dia 11/05/2016 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.12.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Processo Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até às 23h59min do dia 19/05/2016, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. O presente Processo Seletivo destina-se também a cadastro de reserva e, dessa forma, não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, são reservados 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sito à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 12hrs e das 13h30min às 17hrs, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas no departamento de Recursos Humanos somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Concurso, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Dionísio Cerqueira – SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, sito à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem o último dia de inscrição.

3.3. A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento dessas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

- 5.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos, independente do cargo a que irão concorrer ou de qualquer outra condição.
- 5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 18/06/2016, às 09h, em local a ser informado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br após a homologação final das inscrições.
- 5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08hrs.
- 5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.
- 5.1.2.3. Após o fechamento dos portões, o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Dionísio Cerqueira – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassadas pelos fiscais.
- 5.1.2.4. Não será permitido o ingresso, na sala de aplicação de provas, após às 08h50min.
- 5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09hrs e término às 11h30min.
- 5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br
- 5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 02h30min, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão-resposta e na 1ª página do caderno de provas.
- 5.1.4.2. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Matemática.
- 5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.
- 5.1.4.4. A prova será composta de 20 (vinte) questões.
- 5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática, conforme quadro abaixo para TODOS os cargos de especificados no item 1.2.1 deste edital.

Provas	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1- Conhecimentos Específicos	12	0,60	7,20	4,00
2- Português	05	0,35	1,75	
3- Matemática	03	0,35	1,05	
TOTAL -	20	-	10,00	-

- 5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.
- 5.3. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:
- 5.3.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.
- 5.3.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (08h40min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.
- 5.3.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.
- 5.3.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Concurso Público.
- 5.3.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.
- 5.3.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão resposta.
- 5.3.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio cartão resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura ótica, o qual será lacrado em envelope no final da prova.
- 5.3.4.3. No Cartão Resposta do candidato constará as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.
- 5.3.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.
- 5.3.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a marcação correta, sendo que a não marcação correta invalidará o cartão resposta.
- 5.3.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta (Gabarito):
- 5.3.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.
- 5.3.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.
- 5.3.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.
- 5.3.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão Resposta.
- 5.3.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com

este Edital e com o cartão resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.3.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.3.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta.

5.3.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.3.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.3.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.3.17. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta ao mesmo tempo.

5.3.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão apor nos cartões respostas suas assinaturas.

5.3.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público deverão identificar como faltantes os cartões resposta dos candidatos que não compareceram para realizar a prova, apondo suas assinaturas nos mesmos.

5.3.17.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova e demais anotações que considerarem necessárias.

5.3.17.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, lacrarão o envelope, no qual estará acondicionado os cartões resposta, constando também suas assinaturas neste envelope, o qual será deslacrado somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.3.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.3.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

5.3.20. O Município de Dionísio Cerqueira e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.4. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.4.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) documento de identificação;
- b) comprovante de Inscrição;
- c) caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) lápis preto e borracha;
- e) água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.4.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.4.3. O Município de Dionísio Cerqueira e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.5. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) fumar;
- c) comunicação entre os candidatos;
- d) consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, entre outros);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, entre outros.

5.6. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não sendo admitida qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitindo uso do celular, máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.6.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecerão até a saída do candidato do local de prova.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada por meio do processo de leitura óptica, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada no Auditório Paulo Freire, junto a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, na Rua Santos Dumont 413, a partir das 09hrs do dia 28/06/2016, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão Identificação).

6.1.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 07 do presente edital.

6.1.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do Edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente Edital.

6.2. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

7.1.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo na forma do dispositivo no parágrafo único de art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

7.1.3. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

7.1.4. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

7.1.5. Maior número de acertos na prova de Matemática;

7.1.6. Sorteio Público.

8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;

b) na formulação das questões da prova objetiva;

c) no gabarito preliminar divulgado;

d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Processo Seletivo, para cada cargo.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma, anexo I deste edital.

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os RECURSOS poderão ser interpostos VIA ON LINE – pelo sistema – ou VIA POSTAL.

9.4.1. Para a interposição de RECURSO VIA ONLINE, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos

b) acessar a “Área do Candidato”;

c) clicar em “recursos e requerimentos”;

d) preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas;

e) os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.4.2. Para a interposição de RECURSO VIA POSTAL, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) imprimir e preencher o Formulário de Recurso (modelo anexo);

b) encaminhar por meio de correspondência registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para os recursos, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura.

9.4.2.1. É de responsabilidade do candidato imprimir o Formulário de Recursos (modelo anexo), preenchê-lo corretamente, assinar e encaminhar para o endereço e nas condições expostas no item anterior.

9.4.2.2. Deverá ser encaminhado apenas e tão somente o Formulário de Recurso contendo as razões do recorrente. Eventuais outros materiais encaminhados juntamente com o Formulário de Recursos serão desconsiderados.

9.4.2.3. Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.2.4. Poderá ser encaminhado mais de um Formulário de Recurso numa mesma correspondência, desde que cada recurso esteja devidamente identificado.

9.4.2.5. Só serão aceitos os recursos enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, sita à Rua Santos Dumont, 413, Centro – CEP 89950-000, Dionísio Cerqueira – SC, encaminhado aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, até às 17 horas do último dia dos recursos, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

9.4.2.6. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.2.7. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo Decreto de resultado final será publicado.

10. DO PROVIMENTO DO CARGO

10.1. O provimento do cargo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

- a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
- c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;

e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior que assim exigir;

f) demais documentos solicitados pela Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, ou previsto em Legislação Municipal.

10.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

10.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto a Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

10.5. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

10.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Dionísio Cerqueira – SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

11.2. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.3. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme a legislação vigente.

11.4. O Prefeito do Município de Dionísio Cerqueira – SC, poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.5. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo é o da Comarca de Dionísio Cerqueira – SC.

11.6. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Requerimento Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;

ANEXO V - Requerimento de Inscrição Via Postal; (somente para candidatos que enviarem inscrição via correio);

ANEXO VI – Formulário de Recurso Via Postal; (somente para candidatos que enviarem recursos via correio);

ANEXO VII– Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO VIII – Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

Dionísio Cerqueira – SC, 18 de abril de 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito

Vistado na Forma de Lei

Paulo Cesar Gnoatto

OAB/SC 10.106-A

Assessor Jurídico Prefeitura de Dionísio Cerqueira

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	18/04/2016	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Dionísio Cerqueira - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira até o dia 08/05/2016.
Inscrições	19/04 a 18/05/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue)	19/04 a 09/05/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue)	11/05/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas

Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA. (Doador de Sangue)	12/05 a 19/05/2016	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	25/05/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	26 a 29/05/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	02/06/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Publicação do Ensalamento	08/06/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prova Objetiva	18/06/2016	A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 18/06/2016, às 09horas, em local a ser informado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br após a homologação final das inscrições. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h. O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 09hrs e término às 11h30min.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	20/06/2016	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	21 e 22/06/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	28/06/2016	A partir das 09hrs, no Auditório Paulo Freire, junto a Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, na Rua Santos Dumont 413, Centro de Dionísio Cerqueira – SC.
Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva.	29/06/2016	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br
Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar Prova Objetiva.	30/06 e 01/07/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar.	27/07/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	28/07/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação da Classificação/Resultado Final	29/07/2016	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC.

ANEXO II**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****NÍVEL SUPERIOR****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ENFERMEIRO:**

Processo de enfermagem: Sistematização da Assistência em Enfermagem; semiologia e semiotécnica em enfermagem; teorias da enfermagem. Biossegurança: conhecimento e medidas de biossegurança; prevenção em controle de riscos ocupacionais e de infecções hospitalares. Enfermagem na gestão em serviços de saúde: planejamento; tomada de decisão; gerenciamento de pessoal e liderança em enfermagem; relacionamento interpessoal; humanização da atenção em saúde; sistema de informação em saúde. Ética e bioética em enfermagem. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes; controle social; indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; endemias/epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento; Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990. Visita e consulta de enfermagem em domicílio: técnicas e abordagens; estratégias de abordagem a grupos sociais, especialmente à família, à mulher e ao neonato, a grupos em situações vulneráveis e minoritários. Enfermagem em saúde da mulher: Sistematização da Assistência de Enfermagem à mulher; imunização; prevenção do câncer ginecológico e de mama. Climatério. Planejamento familiar: atenção ao casal infértil, atenção à contracepção (métodos reversíveis e irreversíveis) incluindo a contracepção de emergência. Atenção à mulher em abortamento; atenção à mulher vítima de violência doméstica. Enfermagem em saúde materno-neonatal: cuidado de enfermagem à mulher e ao neonato durante o período gravídico-puerperal; trabalho

de parto e nascimento; sistematização da assistência de enfermagem à gestante, à parturiente, à puérpera e ao neonato; aleitamento materno. Educação em saúde: educação popular em saúde e sua aplicação na prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde de grupos específicos.

ASSISTENTE SOCIAL:

Estatuto do Idoso; Lei Maria da Penha; Política Nacional de Assistência Social; Projetos Sociais do Governo Federal em vigor. O Serviço Social e o enfrentamento das expressões contemporâneas da questão social; O marco legal e institucional das políticas de Saúde e de Assistência Social após a Constituição Federal de 1988; Atuação profissional e o instrumento técnico-operativo do serviço Social nas áreas de saúde e de Assistência Social; Os segmentos de atenção e os programas, serviços e benefícios da Política de Assistência Social; Instrumentos e Técnicas de Intervenção: estudo social, perícia social, laudo social e parecer social. Trabalho com grupos. Atuação do Serviço Social na Equipe multidisciplinar, interdisciplinar e inter-profissional. As novas modalidades de família. Metodologias de abordagem familiar. Abordagem individual. Técnicas de entrevista. As Políticas de Seguridade Social no Brasil. Saúde: o SUS - Organização e direitos. Assistência Social: organização e direitos. Previdência Social: organização e direitos. A organização, gestão e funcionamento do Sistema Único de Saúde/SUS; Organização, princípios e diretrizes do Programa Saúde da Família/PSF, segundo o Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso. Estatuto das Pessoas com Deficiência, Ações voltadas para a qualidade de vida; Política de benefícios sociais; Objetivos do Serviço Social; Código de Ética Profissional do Assistente Social; Constituição Federal; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), NOB SUAS e NOB RH, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Lei 8.080.

ODONTÓLOGO:

Cariologia. Doenças da polpa e dos tecidos periapicais. Distúrbios do desenvolvimento das Estruturas bucais e parabucais. Tumores benignos e malignos da cavidade bucal. Tumores das glândulas salivares. Cistos e tumores de origem odontogênica. Alterações regressivas dos dentes. Infecções bacterianas, virais e micóticas. Disseminação das infecções bucais. Lesões físicas e químicas da cavidade bucal. Manifestações bucais das doenças metabólicas. Doenças do periodonto. Doenças dos nervos e músculos. Anestesiologia local e controle da dor. Técnicas de anestesia regional e local. Anatomia das regiões da cabeça e pescoço. Soluções anestésicas. Emergências no consultório. Flúor. Adesão aos tecidos dentários. Radiologia. Oclusão. Periodontia aplicada à dentística. Restaurações diretas e indiretas em dentes posteriores com resinas compostas. Restaurações diretas em dentes anteriores com resinas compostas. Lesões não cáries. Restaurações adesivas diretas. Facetas diretas com resinas compostas. Restaurações cerâmicas do tipo Inlay/Onlay. Facetas de porcelana. Restaurações de dentes tratados endodonticamente. Restaurações em dentes fraturados. Materiais odontológicos. Biocompatibilidade dos materiais dentários. Materiais de moldagem. Gesso. Resinas para restauração. Amálgama dental. Cimentos odontológicos. Cerâmicas odontológicas. Materiais de acabamento e polimento. Diagnóstico e plano de tratamento em clínica odontológica infantil. Dor em Odontopediatria. Tratamento nas lesões cáries em dentes decíduos. Terapia endodôntica em dentes decíduos. Desenvolvimento da oclusão. Cirurgia bucal pediátrica. Traumatismo em dentes anteriores. Selantes de fôssulas e fissuras. Doenças infecciosas de preocupação especial na Odontologia. Avaliação do paciente e proteção pessoal. Princípios de esterilização e desinfecção. AIDS e a prática odontológica. Controle da infecção cruzada na prática odontológica. Odontologia preventiva e social. Organização dos serviços de saúde no Brasil. Pacto pela Saúde. Planejamento, programação e Gestão em saúde. Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Humanização. Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Sistema de referência e contra referência. Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/1990, Lei 8.142/1990). Sistemas de informação em saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos.

PSICÓLOGO:

Conhecimentos específicos na área de atuação: Atendimento de idosos, alcoólatras e drogados; Desenvolvimento psicológico da Criança (infância e Adolescência), considerando os Pressupostos básicos dados pelas diferenças abordagens psicoterápicas utilizadas na atualidade - Psicanálise, Ludoterapia, Lacania e outros; Direitos fundamentais da criança e do adolescente; O Psicólogo inserido no serviço Público - Atendimento Ambulatorial, Terapias ambulatoriais em saúde mental. Doenças e deficiências mentais. Diagnóstico Psicológico: conceito e objetivo, teoria psicodinâmica, processo diagnóstico, testes e laudos. Abordagens terapêuticas. Psicopatológica: natureza e causa dos distúrbios mentais. Neurose, psicose e perversão: diagnóstico. Função e adequação às necessidades da Comunidade Assistida; O Psicólogo na atuação Clínica; psicologia clínica. Psicopatologia Clínica: conceito de neurose; Conceito básico em psicologia clínica; dinâmica do funcionamento psíquico, história individual, motivos inconscientes, o papel do desejo, o papel do outro; transferência, repressão, resistência; mecanismo de defesa; Psicoterapia com Grupos; conflitos intragrupais, sua dinâmica e importância; a Psicologia Humanística: diretividade e não-diretividade; coordenadores e facilitadores: vantagens e desvantagens; grupos operativos e suas aplicações; Estudos sobre a família: cenário familiar, regras e metaregras. O psicólogo na escola: acompanhamento Escolar, dificuldades na aprendizagem, a escola e a criança/adolescente e o processo de psicodiagnóstico; Aprendizagem – fatores determinantes do processo ensino aprendizagem: família, comunidade, escola, companheiros. A educação inclusiva: os portadores de necessidades especiais, as altas habilidades (superlotados). Psicologia social e organizacional - Comportamento social: atitudes, estereótipos, preconceitos, conformismo. O desenvolvimento humano - Determinantes biopsico-sócio-culturais de comportamento: síndromes genéticas, gestação, parto, puerpério, interação mãe-bebê; Características comportamentais esperadas ao longo do desenvolvimento: constituição do EU. Conceito de sujeito. Desenvolvimento cognitivo. Velhice: perdas e ganhos, sua inserção social. Motivação humana: valores e ação humana. Os grupos: processos grupais, papéis, liderança, leis da dinâmica grupal. O indivíduo e a organização: análise e intervenção, mudança e resistência à mudança. Neuroses profissionais. Gestão de conflitos. Psicologia jurídica. Relações Humanas e Recursos Humanos; Noções de Recrutamentos e seleção e desenvolvimento de Pessoal. Legislação: Constituição Federal, em seus Artigos: 196, 197, 198, 199 e 200. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1.990 em seus artigos: 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14. Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1.990 e suas atualizações, todo o teor. Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1.990 e suas atualizações, todo teor. Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1.993, todo teor. Lei nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1.994, todo o teor. Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2.003, em seus artigos: 15, 16, 17, 18 e 19. Lei nº 11.350, de 05 de Outubro de 2.006, todo teor. Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010 em seus Artigos: 6, 7 e 8.

FARMACÊUTICO:

Farmacologia clínica e terapêutica: Farmacocinética, Farmacodinâmica e Mecanismos de ação das drogas. Grupos farmacológicos das drogas que atuam nos diversos órgãos e sistemas. Toxicologia. Interações medicamentosas. Farmacotécnica e tecnologia farmacêutica. Química farmacêutica. Farmacognosia. Controle de Qualidade de medicamentos. Boas práticas de fabricação de produtos farmacêuticos. Padronização, seleção, programação e estimativas de necessidade, aquisição, prescrição e dispensação de medicamentos. Uso racional de

medicamentos. Material médico-hospitalar. Política Nacional de Medicamentos – legislação farmacêutica específica. Assistência Farmacêutica (Gerenciamento farmacêutico e atenção farmacêutica). Ética Profissional. Legislação Sanitária e Farmacêutica específica para farmácias, drogarias, distribuidoras de medicamentos, saneantes e produtos para a saúde (Portarias e Resoluções da Vigilância Sanitária). Serviços/centros de informação de medicamentos. Farmacovigilância e farmacoepidemiologia. Indicadores de Saúde Gerais e Específicos. Doenças de Notificação Compulsória (Fisiopatologia, características e tratamento). Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. SUS – Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90, Política Nacional de Atenção Básica). Programa Saúde da Família (PSF). Programas de assistência farmacêutica no SUS. Legislação/ assistência farmacêutica no SUS: Política Nacional de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica; Assistência farmacêutica na atenção primária à saúde; Atenção Farmacêutica; Ciclo da Assistência Farmacêutica e suas etapas: Seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos em serviços de saúde públicos; Farmácia social e legislação: Código de ética da profissão farmacêutica; Medicamentos genéricos e medicamentos sujeitos a controle especial; Promoção do uso racional de medicamentos; Cuidados farmacêuticos na atenção à saúde. Atenção primária a saúde e a farmácia básica; Farmácia Hospitalar e controle de infecções hospitalares; Farmacovigilância; Comissão de farmácia e terapêutica, suas competências e atribuições; Utilização de medicamentos e as interfaces da assistência farmacêutica com os outros setores do sistema de saúde.

MÉDICO ESF:

SUS – Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90); Vigilância Epidemiológica e Sanitária; Doenças Crônicas (em particular aquelas contempladas pelos programas governamentais); Doenças Respiratórias; Distúrbios do Aparelho Genito-Urinário; Doenças Infecciosas e Parasitárias; Saúde da Mulher (Pré-natal, Puerpério, Planejamento Familiar, Prevenção do Câncer Ginecológico e DST/AIDS); Saúde da Criança (controle das doenças imunopreveníveis, das infecções respiratórias, das doenças diarreicas e parasitárias, aleitamento materno, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento). Conhecimentos inerentes ao programa ESF Estratégia de Saúde da Família. Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Neurológicas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Infecciosas. Doenças Dermatológicas. Doenças Oculares. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Ginecologia e Obstetrícia. Doenças Reumatológicas. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Atenção Básica - Saúde da Família. Estratégia de Saúde da família. Assistência domiciliar. Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. Ética Profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Médico Clínico Geral Medicina Geral: Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Ginecologia e Obstetrícia. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Consciência, educação e boas práticas Profissionais. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS. Código de Ética Profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; encontros vocálicos e consonantais; Ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise Sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação dos pronomes oblíquos átonos; homônimos e parônimos.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º graus. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

Fundamentos de Enfermagem: Noções básicas de saúde e doença, ações de enfermagem com relação à aferição de sinais vitais, realização de curativo, cuidado com a higiene, conforto e segurança ao paciente, preparo do paciente para exames, organização da unidade do paciente, administração de medicamentos por via oral, venosa, intramuscular, sub cutânea, ocular, nasal, retal, otológica. Biossegurança. Enfermagem Médico-Cirúrgica: Assistência de enfermagem a pacientes portadores de afecção cardiovascular, respiratória, digestiva, endócrina, renal, neurológica e hematológica. Assistência de enfermagem ao paciente cirúrgico no pré, trans e pós-operatório. Prevenção e controle de infecção hospitalar. Assistência de enfermagem a pacientes em situação de urgência. Enfermagem Materno- Infantil: Assistência de enfermagem à mulher no ciclo vital (gestante, parturiente e puerpério), no parto normal e de risco e ao recém-nascido normal e de risco. Assistência à criança nas fases de lactente, pré-escolar, escolar e adolescente no seu desenvolvimento. Enfermagem em Saúde Pública:

Noções de epidemiologia, cadeia epidemiológica, vigilância epidemiológica, indicadores de saúde, atenção primária em saúde. Assistência de enfermagem na prevenção e controle de doenças infecto-parasitárias, crônico-degenerativas e processo de reabilitação. Programa Nacional de Imunização. Programa de Assistência à Saúde da Mulher, Criança e do Trabalhador. Enfermagem em Saúde Mental: Integração da assistência de enfermagem às novas políticas públicas de atenção à saúde mental da criança e adultos.

TÉCNICO EM RADIOLOGIA:

Física das Radiações ionizantes e não ionizantes. Proteção Radiológica. Anatomia Humana. Anatomia Radiológica. Terminologia Radiográfica. Equipamentos radiográficos. Princípios Básicos de Formação da Imagem. Contrastes Radiológicos. Princípios de Posicionamento. Posicionamento Radiológico. Processamento Radiográfico (automático e manual). Técnicas e Procedimentos Radiológicos. Noções básicas de procedimentos Angiográficos, Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética. Humanização. Legislação e Ética. Parâmetros para o funcionamento do SUS.

MONITOR DE CRECHE:

Constituição Federal, Lei Orgânica do Município. Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Emenda Constitucional 19 e 20. Lei Federal nº 9.394/96 - LDB. Estatuto da Criança e do Adolescente. Desenvolvimento infantil. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Meio ambiente. Ações sobre desenvolvimento da criança, os principais cuidados que deve se ter com as crianças e sua alimentação, pirâmide de alimentos. Ações sobre desenvolvimento da criança, os principais cuidados que deve se ter com as crianças e sua alimentação, pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MONITORA DE CASA LAR:

O papel do Monitor no desenvolvimento de crianças e adolescentes; Postura profissional; Direitos da criança e do adolescente; O processo de desenvolvimento infantil e estímulos adequados a cada fase. A prática das ações de cuidado e educação com a criança e do adolescente; Fundamentos de saúde da criança, principais doenças infantis, cuidados com o ambiente e riscos para as crianças; As noções de higiene e limpeza; As noções de Alimentação e Nutrição; As boas maneiras no ambiente de trabalho; A organização do local de trabalho; A comunicação com crianças e adolescentes; As noções básica de ética e profissionalismo; Noções básicas de primeiros socorros; As noções básicas acerca das atividades de lazer esporte; O acompanhamento das atividades escolares das crianças e adolescentes; Noções básicas para o controle de uso de meios de comunicação (Ex.: Programas de Televisão com limites para cada Idade); Socialização; Comportamento; Convivência familiar; Responsabilidade na relação com crianças e adolescentes.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Lei Orgânica do Município. Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria GM nº 648/2006 – Revisão das Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006. Programa Estratégia Saúde da Família – ESF. Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC, SIAB). Vigilância em saúde (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental). Política Nacional de Promoção Da Saúde. Calendário Básico de Vacinação da criança, adolescente, adultos e idoso. Aleitamento materno. Doenças transmissíveis: vetores, vias de transmissão, sintomas, cuidados e tratamento. O Agente comunitário inserido nos Programas Ministeriais de Saúde: Tuberculose, Hipertensão, Diabetes, DST/AIDS. Atenção à saúde da mulher, da criança e do recém-nascido (RN), do adolescente, do homem e do idoso. Normas de biossegurança. Humanização e ética na atenção à saúde. Doenças de notificação compulsória. Educação em saúde e acolhimento na Estratégia Saúde da Família. Atribuições do cargo/função. Noções Básicas de informática.

ANEXO III

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ENFERMEIRO:

1. Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;
2. Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição;
3. Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;
4. Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição;
5. Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;
6. Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais;
7. Prestar assessoria quando solicitado;
8. Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas;
9. Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada;
10. Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado;

11. Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição;
12. Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida;
13. Fazer notificação de doenças transmissíveis;
14. Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
15. Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
16. Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
17. Participar de programas de saúde desenvolvidas pela comunidade.
18. Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos;
19. Elaborar informes técnicos para divulgação;
20. Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação; e,
21. Desincumbir-se de outras atividades determinadas na área.

FARMACÊUTICO:

1. Manipular insumos farmacêuticos, como medicação, pesagem e mistura, utilizando instrumentos especiais e fórmulas químicas, para atender a produção de remédios e outros preparos;
2. Subministrar produtos médicos e cirúrgicos, seguindo o receituário apropriado;
3. Controlar entorpecentes e produtos equiparados, através de mapas, guias e livros, assim atendendo a dispositivos legais;
4. Analisar produtos farmacêuticos, valendo-se de métodos químicos, para verificar qualidade, teor, pureza e quantidade de cada elemento na composição;
5. Orientar os responsáveis por farmácias e drogarias para que cumpram as leis vigentes;
6. Assessorar as autoridades superiores no preparo de informativos e relatórios sobre legislação e assistência farmacêutica;
7. Fornecer sempre que solicitado subsídio para elaboração de ordens de serviço, portarias, pareceres e manifestos;
8. Realizar exames de natureza médica em pacientes devidamente encaminhados;
9. Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela instituição;
10. Realizar o registro de entrega e saídas de medicamentos da farmácia;
11. Executar outras atividades correlatas ao cargo.

ODONTÓLOGO:

1. Participar do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pela equipe;
2. Identificar as necessidades e expectativas da população com relação à saúde bucal;
3. Executar medidas de promoção da saúde, atividades educativas e preventivas em saúde oral;
4. Executar ações básicas de vigilância epidemiológica;
5. Sensibilizar as famílias para a importância da saúde bucal;
6. Desenvolver ações intersetoriais para promoção da saúde bucal;
7. Realizar exames clínicos para diagnósticos epidemiológicos;
8. Realizar todos os procedimentos clínicos previstos pela Norma Operacional;
9. Básica (NOB/SUS/96) e Normas de Assistência a Saúde (NOAS / MS /2001);
10. Realizar todas as funções inerentes a sua profissão; e,
11. Desincumbir-se de outras atividades determinadas na área.

PSICÓLOGO:

- 1- Promove estudos sobre características psicossociais de grupos étnicos, religiosos, classes e segmentos sociais nacionais, culturais, intra e interculturais.
- 2- Atua junto a organizações comunitárias, em equipe multiprofissional no diagnóstico, planejamento, execução e avaliação de programas comunitários, no âmbito da saúde, lazer, educação, trabalho e segurança.
- 3- Assessoria órgãos públicos e particulares, organizações de objetivos políticos ou comunitários, na elaboração e implementação de programas de mudança de caráter social e técnico, em situações planejadas ou não.
- 4- Atua junto aos meios de comunicação, assessorando quanto aos aspectos psicológicos nas técnicas de comunicação e propaganda.
- 5- Pesquisa, analisa e estuda variáveis psicológicas que influenciam o comportamento do consumidor;
- 6- realizar atividades em grupos com usuários e familiares do serviço de atenção psicossocial;
- 7- acompanhar usuários e realizar encaminhamentos entre serviços, quando necessário;
- 8- promove ações intersetoriais e interdisciplinares.

ASSISTENTE SOCIAL:

- 1- elaborar e avaliar sistematicamente o processo de classificação econômica;
- 2- treinar e supervisionar o auxiliar social para entrevistas de classificação econômica.
- 3- proceder à entrevista para investigação, diagnóstico e intervenção psicossocial dos casos encaminhados por qualquer elemento da equipe multiprofissional ou de clientes que compareçam espontaneamente ao serviço social;
- 3- relatar através de impresso próprio, as entrevistas realizadas;
- 4- elaborar boletim estatístico do movimento diário de entrevistas realizadas;
- 5- manter contacto com elementos da equipe multiprofissional para discussão dos casos atendidos;
- 6- realizar atividades em grupos com usuários e familiares do serviço de atenção psicossocial;
- 7- acompanhar usuários e realizar encaminhamentos entre serviços, quando necessário.

MÉDICO - ESF:

1. Efetuar acompanhamento clínico (ambulatorial e hospitalar) de pacientes portadores de transtornos mentais e/ou dependências químicas;
2. Realizar solicitação de exames diagnósticos especializados;

3. Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico;
4. Emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica;
5. Emitir pareceres e documentos relativos aos atendimentos realizados;
6. Manter registros dos pacientes, examinando - os, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e evolução da doença;
7. Prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins;
8. Coletar e avaliar dados bioestatísticos e sócio -sanitários da comunidade, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população;
9. Elaborar programas epidemiológicos, educativos e de atendimento médico - preventivo, voltado para a comunidade em geral
10. Trabalhar em equipe multiprofissional, desenvolvendo ações intersectoriais e interdisciplinares junto com a equipe.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

1. Controlar sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e a utilização de aparelhos de ausculta e pressão, verificando e registrando as anomalias;
2. Fazer curativos simples, utilizando noção de primeiros socorros ou observando prescrições, a fim de proporcionar alívio ao paciente e facilitar a cicatrização de ferimentos e suturas escoriações;
3. Preparar os pacientes para consultas e exames, colocando-os na posição indicada para facilitar a realização das operações mencionadas;
4. Preparar e esterilizar material instrumental, ambientes e equipamentos, obedecendo as prescrições, permitindo a realização de exames, tratamentos, pequenas intervenções cirúrgicas e atendimento obstétrico;
5. Orientar pacientes, efetuar aplicações de vacinas, elaborar carteirinhas de controle, com prazos determinados para o retorno do paciente;
6. Aplicar injeções intra-musculares e endovenosas conforme determinações médicas para tratamento dos pacientes, orientando-os sobre as reações físicas que poderão ocorrer;
7. Prestar atendimentos domiciliares, conforme solicitações e sob orientação do superior imediato;
8. Efetuar a coleta de materiais para exames laboratoriais;
9. Trabalhar nas unidades que forem determinados pelo superior imediato;
10. Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

TÉCNICO EM RADIOLOGIA:

1. Operar e manipular equipamento de Raio X, revelar, registrar e acondicionar as chapas e filmes de Raio X;
2. Preparar os pacientes e orientá-los para posicionamento correto;
3. Manter a segurança dos pacientes e ao local de acordo com as normas de segurança;
4. Preparar o material e as salas adequadamente para revelação e operação dos equipamentos;
5. Registrar e controlar as ocorrências e movimentos em livro de registro, fazendo encaminhamento da documentação e do material;
6. Requisitar e controlar o material utilizado, mantendo registros dos mesmos, e executar outras atividades compatíveis com o cargo.
7. Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

MONITOR DE CRECHE:

1 -Executar atividades diárias de recreação com crianças e trabalhos educacionais de artes diversas; acompanhar crianças em passeios, visitas e festividades sociais; proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere a higiene pessoal; auxiliar as crianças na alimentação; servir refeições e auxiliar crianças menores a se alimentarem; auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora; observar a saúde e o bem estar das crianças, levando-as quando necessário, para atendimento médico e ambulatorial; ministrar medicamentos conforme prescrição médica; prestar primeiros socorros, notificando o superior imediato da ocorrência; orientar os pais quanto à higiene infantil, comunicando-lhe os acontecimentos do dia; levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer incidente ou dificuldade ocorridas; vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento; apurar a frequência diária e mensal dos menores; auxiliar no recolhimento e entrega das crianças que fazem uso do transporte escolar, acompanhando-as na entrada e saída do mesmo, zelando assim pela sua segurança; executar tarefas afins; outras atribuições contidas em manuais de trabalho fixadas por Decreto.

MONITORA DE CASA LAR:

1-Executar, sob a orientação dos técnicos, atividades recreativas, pedagógicas e de lazer visando a integração e socialização das crianças e dos adolescentes através de jogos, brincadeiras folclóricas, brincadeiras livres, atividades educativas com dança, teatro, vídeo e histórias; desenvolver noções de higiene, disciplina, respeito e cidadania; auxiliar na organização dos momentos em que são previstos cuidados com o corpo, banho, lavagem das mãos, higiene oral, alimentação, uso dos sanitários e repouso; dar assistência às crianças e adolescentes; participar e colaborar nos eventos realizados na Casa Abrigo; manter limpo e arrumado o local de trabalho; executar outras tarefas afins.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE"

- 1 -Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
- 2 -Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;
- 3 -Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;
- 4 -Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;
- 5 -Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
- 6 -Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;
- 7- Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; e

8-Cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº44/GM, de 3 de janeiro de 2002.

Nota: É permitido ao ACS desenvolver atividades nas unidades básicas de saúde, desde que vinculadas às atribuições acima.

ANEXO IV**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016****REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE**

Para:

Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO

Eu _____, inscrição nº _____, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 001/2016.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Municipal nº 4.036/2010 (doador de sangue e de órgãos).

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

_____ SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: _____
2: _____
3: _____

ANEXO V**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016****REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO VIA POSTAL**

(Somente para candidatos que fizerem inscrições via postal)

Para: Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

1) Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, SOLICITO inscrição no PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016, da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, para o cargo de _____ (descrever exatamente conforme especificado no edital).

2) Informações para contato:

a) E-mail: _____

b) Telefone Residencial/Comercial: _____

c) Telefone Celular: _____

3) Informações adicionais:

a) Canhoto: () SIM () NÃO

b) Necessidades Especiais: () SIM () NÃO. Qual _____ CID _____

4) Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte nº _____

b) () Sala Especial. Especificar: _____

c) () Leitura de Prova. Especificar: _____

d) () Amamentação. Nome do Acompanhante: _____

e) () Outra Necessidade: Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____ SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VI**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016****FORMULÁRIO DE RECURSOS VIA POSTAL**

(Somente para candidatos que fizerem inscrições e recursos via postal)

Nome do Candidato: _____

Endereço: _____

Nº Inscrição _____

Cargo: _____

Tipo de Recurso:

- 1 – Contra o edital ()
2 – Contra indeferimento de inscrição ()
3 – Contra Inscrição ()
4 – Contra questão da prova ()
5 – Contra o Gabarito ()
6 – Contra a Pontuação Prova ()
7 – Contra a prova de títulos

8 – outros () Especificar: _____

Razões do Recurso: _____

_____ SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VII

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO MUNICÍPIO

PORTARIA Nº 326/2016 - CRIA COMISSÃO ORGANIZADORA E NOMEIA SEUS MEMBROS.

ALTAIR CARDOSO RITES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Vigente.

RESOLVE:

Art.1º. Fica criada Comissão Especial composta por: SIMONE ROSTIROLLA BARRICHELO, VANIA LUCIANA GRESPAN, VERA LUCIA HERMANN THIES, todos funcionários públicos municipais, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal do Edital referente ao, Concurso, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Concurso Público Hospital Nº 002/2016, Concurso Prefeitura 003/2016, Concurso Emprego Público 001/2016 e Teste Seletivo 001/2016 .

Art. 2º. Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, prova de títulos e verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. Ficam impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida e, em ocorrendo tal hipótese, o membro da comissão deverá ser imediatamente substituído.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 14/04/2016
MARILHANE DA SILVA - Diretora de Recursos Humanos

ANEXO VIII

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC

PORTARIA Nº 327/2016 - NOMEAR COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO, CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO E TESTE SELETIVO:

ALTAIR CARDOSO RITES Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Vigente.

RESOLVE:

Art.1º Designar, JUSSARA REGINATTO, UDINARA VANUSA ZANCHETTIN e JACSON SONAGLIO brasileiros, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO DO CONCURSO PUBLICO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurados através do Concurso Público Hospital Nº 002/2016, Concurso Prefeitura 003/2016, Concurso Emprego Público 001/2016 e Teste Seletivo 001/2016 .

Art. 2º Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa das provas bem como aplica – las, corrige – las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando – a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º Ficam impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida e, em ocorrendo tal hipótese, o membro da comissão deverá ser imediatamente substituído.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente

Art. 5º presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 14/04/2016
MARILHANE DA SILVA - Diretora de Recursos Humanos.

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal da Infância e adolescência de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 007/2016. Objeto: Contratação de empresa para realização de curso profissionalizante de pedreiro de edificações.. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 04/05/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 20/04/2016

Marilene Limberger -Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao pregão n. 059/2016. objeto: Aquisição de leitores biométricos para a Administração Municipal Entrega da documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 04/05/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 20/04/2016

Altair Rittes - – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 019/2016. Objeto: Aquisição materiais de cama,estante de aço , rádio portátil e ferro a vapor para o Hospital Municipal Entrega da documentação e propostas até as 14.:00 horas do dia 04/05/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 26/01/2016

Maria Cristina Schirmbech - – Coordenadora HMDC

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATOS DIVERSOS_1 MEDICAMENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0041/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Altermed Mat. Médico e Hospitalar Ltda.

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos a serem destinados ao fundo municipal de saúde.

Valor: R\$ 459.991,80 (quatrocentos e cinquenta e nove mil novecentos e noventa e um reais e oitenta centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0024/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0009/2016..

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0042/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Centermedi Comércio de Pro. Hosp. Ltda.

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos a serem destinados ao fundo municipal de saúde.

Valor: R\$ 830.046,00 (oitocentos e trinta mil e quarenta e seis reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0024/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0009/2016..

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0043/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Damedí Dambrós Comércio de Medicamentos Ltda Ltda.

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos a serem destinados ao fundo municipal de saúde.

Valor: R\$ 160.632,20 (cento e sessenta mil seiscentos e trinta e dois reais e vinte centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0024/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0009/2016..

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0044/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: Dimaci SC Material Cirúrgico Ltda.

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos a serem destinados ao fundo municipal de saúde.

Valor: R\$ 73.357,15 (setenta e três mil trezentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0024/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0009/2016..

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0045/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: LA Dalla Porta Junior.

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos a serem destinados ao fundo municipal de saúde.

Valor: R\$ 430.388,50 (quatrocentos e trinta mil trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0024/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0009/2016..

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0046/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: S & R Distribuidora Ltda.

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos a serem destinados ao fundo municipal de saúde.

Valor: R\$ 784.126,80 (setecentos e oitenta e quatro mil cento e vinte e seis reais e oitenta centavos)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0024/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0009/2016..

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

CONTRATOS DIVERSOS_1 MERENDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0054/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: Adeval Bike Papelaria E Bazar Ltda Epp

Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a rede municipal de ensino.

Valor: R\$ 152.392,00 (cento e cinquenta e dois mil trezentos e noventa e dois reais).

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas

vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0015/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0055/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e Cia Ltda Me
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a rede municipal de ensino.
Valor: R\$ 145.860,50 (cento e quarenta e cinco mil oitocentos e sessenta reais e cinquenta centavos).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0015/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0056/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Jucar Esportes e Papelaria Ltda Epp
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a rede municipal de ensino.
Valor: R\$ 107.106,50 (cento e sete mil cento e seis reais e cinquenta centavos).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0015/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0057/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Mercado Kaeka Ltda Me.
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a rede municipal de ensino.
Valor: R\$ 81.666,20 (oitenta e um mil seiscentos e sessenta e seis reais e vinte centavos).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0015/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0058/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Marcelo Canello Me
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a rede municipal de ensino.
Valor: R\$ 105.842,52 (cento e cinco mil oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2016, na Modalidade Pregão

Presencial nº 0015/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato n.º 0059/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Nutriport Comercial Ltda
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a rede municipal de ensino.
Valor: R\$ 3.917,00 (três mil novecentos e dezessete reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0023/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0015/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de abril de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONVOCAÇÃO 0010/2016

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE CONVOCAÇÃO
Processo licitatório nº: 0010/2016
Concorrência nº: 0002/2016
Objeto: Aquisição de sistema de ar condicionado para o centro de eventos do município de Faxinal dos Guedes, incluindo equipamentos, materiais e instalação.
Ficam convocadas as empresas habilitadas para abertura de envelopes de proposta de preços na data abaixo:
Data da abertura: 25/04/2016 às 09h00min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.
Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de abril de 2016.
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EDITAL 00122016 SAÚDE

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇOS
Processo licitatório nº: 0027/2016
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0012/2016
Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de equipamentos e mobiliário para a U.B.S do bairro João José Gehlen.
Data do Recebimento: 11/05/2016 às 09h00min
Data da abertura: 11/05/2016 às 09h15min
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.
Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de abril de 2016.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE HABILITAÇÃO Nº. 356/2016

ATA DE HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 356/2016

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 04/2016

As 14:00 horas do dia 19 de abril de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 152/2015, para realizar a abertura dos envelopes da Habilitação dos proponentes interessados em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA CONTINUADA PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CÂMARA DE VEREADORES.

Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório os seguintes interessados: MARIA LOIVA DE ANDRADE e TAMARA BECKER, sendo que somente a Proponente MARIA LOIVA DE ANDRADE apresentou representante para o certame.

Iniciada a sessão com a presença do representante da proponente participante, a comissão de licitações abriu os envelopes contendo os documentos para a habilitação, em seguida os documentos foram analisados e vistos pela comissão de licitações. Feito isso a comissão notou que a proponente TAMARA BECKER não apresentou o Certificado de Registro Cadastral do Município de Flor do Sertão – CRC, conforme solicitado no Item 4.1 e 4.2.2 do presente Edital, sendo assim, a comissão de licitação desclassificou a proponente, pois não cumpriu com as exigências contidas no edital.

Findos os trabalhos de Habilitação, o presidente da comissão encerrou a sessão, ficando facultado o prazo de 02 dias úteis para as proponentes interpor com recurso desta decisão, conforme a Lei Federal 8.666/93, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão, aos dezanove dias do mês de abril de dois mil e dezesseis.

ADRIANO PEREIRA		DIOGO DE BEM		MARIA LUCIA FREIBERGER
Membro da comissão		Presidente da Comissão		Membro da comissão

De acordo

AVISO DE LEILÃO Nº. 539/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Leilão

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 539/2016

MODALIDADE: Leilão Nº. 001/2016

Critérios de julgamento: Maior preço apresentado

OBJETO. A presente licitação tem por objeto o LEILÃO DE VEÍCULOS E BENS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 19 dias do mês de abril de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras e licitações no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão Nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes da proposta de preço e documentos de habilitação até o dia 5 de maio de 2016 as 10:00 horas na sala do departamento de compras e licitações junto ao Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de abril de 2016.

ROGERIO PERIN	DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PRESIDENTE DA COMISSÃO

PORTARIA Nº 113/2016

PORTARIA Nº 113/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal FRANCIELLE MENIN VENDRAME, ocupante do Cargo de Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 20/04/2016 a 19/05/2016, relativo ao período aquisitivo 08/14 a 08/15.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 20 dias do mês de Abril de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 114/2016

PORTARIA Nº 114/2016

CONTRATA PROFESSORA SUBSTITUTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a professora abaixo relacionada em caráter temporário e de excepcional interesse público, no cargo de Professora com Licenciatura Específica, em virtude do afastamento da titular por motivo de exames médicos, referente ao dia 20/04/2016 no turno vespertino.

Professora Titular	Professora Substituta	Carga Horária
Delisa Engel	Neusa Maria Noronha	20 horas

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 20 dias do mês de Abril de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/PMF/2016 -REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 202/ PMF/2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 202/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 03/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para manutenção (peças e mão de obra) para caminhão MB-1516 do Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 18/01/2016

2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/PMF/2016 -REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 62/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa FAGULHA COM. DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS E PIPAS LTDA ME, CNPJ/MF nº 07.125.736/0001-35, estabelecida na Rua Celeste Tortato Gabardo, 1781, Curitiba/PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Rodrigo Borges Silva, brasileiro, CI 8.207.595-0, CPF 060.120.289-97, doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 62/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de fogos de artifício e show pirotécnico para atendimento a eventos de administração municipal de Forquilha/SC.

1.2. O proponente vencedor, quando solicitados pelo setor de compras do município, deverão atender as seguintes exigências:

a) Os serviços deverão ser executados, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da licitante de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e

quantitativos solicitados, sempre através de requisições (Ordem de Serviço) previamente emitidas.

b) O local para execução constará expressamente nas Ordens de Serviço que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital de licitação, no território do município de Forquilha.

c) A data do evento no qual será necessária a prestação do referido serviço será informada na Ordem de Serviço, bem como os prazos para finalização dos serviços de montagem e desmontagem da estrutura com no mínimo 48 horas de antecedência, sob responsabilidade da empresa prestadora dos serviços;

d) Os materiais necessários serão transportados por conta e risco da licitante fornecedora, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente.

e) Os materiais a serem fornecidos deverão obedecer às normas e padrões ABNT e INMETRO, e atender com eficácia as finalidades que deles naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

f) A licitante vencedora deverá realizar o manuseio e queima dos fogos de artifício, sem nenhum custo adicional para o Município.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O local para execução constará expressamente nas Ordens de Serviço que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

1.4. A data do evento no qual será necessária a prestação do referido serviço será informada na Ordem de Serviço.

1.5. Os materiais deverão ser entregues conforme necessidade e pedido realizado pelo setor competente, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da licitante em local pré-definido pela respectiva secretaria, em perfeito estado de conservação, com as respectivas garantias, em horário a ser estabelecido, através do departamento de compras dentro de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do pedido.

1.6. Os materiais necessários serão transportados por conta e risco da licitante fornecedora, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para

substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição pela CONTRATADA imediatamente, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria correspondente, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria correspondente, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subseqüentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 62/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 19 de abril de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

FAGULHA COM. DE FOGOS DE ARTIFÍCIO E PIPAS LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Rodrigo Borges Silva

CPF: 060.120.289-97

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/PMF/2016;

**AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 72/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de tubos de concreto de vários diâmetros, com as resistências mínimas especificadas nas normas da NBR, para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de maio de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das

07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 20 de abril de 2016.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº. 085, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 085, DE 11 DE ABRIL DE 2016.
DISCIPLINA A EMISSÃO DOS ALVARÁS DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, c/c Lei Complementar nº 019, de 11 de agosto de 2011, e da Lei nº 494, de 17 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º A emissão dos Alvarás de Localização e Funcionamento fica condicionado ao prévio cumprimento da legislação vigente, em especial, à Lei Complementar nº 019, de 11 de agosto de 2011, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Forquilha e à Lei nº 494, de 17 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal.

Art. 2º A emissão do Alvarás de Localização e Funcionamento é um ato complexo praticado, em conjunto, pelo:

- a) Departamento de Cadastro, através de um Fiscal de Posturas, que analisará a adequação às posturas municipais;
- b) Gerência de Tributação, através da Gerente de Tributação ou, na sua ausência, por um Fiscal de Tributos, que analisará o cumprimento das normas fiscais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 112, de 04 de setembro de 2014.

Forquilha/SC, 11 de abril de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de abril de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO PMF 40/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 40/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO – MARIA APARECIDA AMÉRICO DE ÁVILA ELIAS MEI

DO OBJETO – contratação da atração musical “MIRELLI ELIAS” para se apresentar no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 23 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 3.000,00 (três mil reais)
VIGÊNCIA – 30/06/2016
DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 41/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 41/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO – X9 PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

DO OBJETO – contratação da dupla “NEGUINHO E EMANUEL” para se apresentarem no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 24 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
VIGÊNCIA – 30/06/2016
DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 42/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 42/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – GRUPPO MUSICAL ROBA DA CIODI

DO OBJETO – contratação do grupo musical “ROBA DA CIODI” para se apresentarem no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 24 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 3.000,00 (três mil reais)
VIGÊNCIA – 30/06/2016
DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 43/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 43/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – S7 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI ME

DO OBJETO – contratação da atração musical “JONAS VILAR” para se apresentar no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 21 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 11.000,00 (onze mil reais)

VIGÊNCIA – 30/06/2016
DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 44/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 44/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – EDI GONÇALVES

DO OBJETO – contratação da banda “MARCA DOS PAMPAS” para se apresentarem no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 22 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA – 30/06/2016
DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 45/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 45/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – ALCIDES DA ROSA

DO OBJETO – contratação da dupla “SID E ZUCKY” para se apresentarem no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 24 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA – 30/06/2016
DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 46/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 46/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – ANDERSON CARDOSO FRIEBEL

DO OBJETO – contratação do grupo “ANDY E BANDA” para se

apresentarem no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 22 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 2.000,00 (dois mil reais)
VIGÊNCIA – 30/06/2016
DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 47/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 47/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – MARCOS RODRIGUES

DO OBJETO – contratação da atração musical “RUAN PABLO E BANDA” para se apresentarem no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 21 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA – 30/06/2016
DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 48/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 48/2016
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – CLAUDINEI GONÇALVES

DO OBJETO – contratação do grupo “MATE AMARGO” para se apresentarem no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 22 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA – 30/06/2016
DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 49/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 49/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – ADRIANO FERRARI

DO OBJETO – contratação do DJ “ADRIANO FERRARI” para se apresentar no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 23 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 50/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 50/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – MARISTELA GROFF

DO OBJETO – contratação do grupo “LUIZ CLAUDIO E BAITA BAI-LE” para se apresentarem no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 23 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 51/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 51/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – RENATO MEZARI DA SILVA

DO OBJETO – contratação do grupo “HERANÇA DOS PAMPAS” para se apresentarem no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 24 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 52/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 52/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – EDMUN TORRES GOMES

DO OBJETO – contratação da atração musical “JEAN POKAMAJA” para se apresentar no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 24 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 53/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 53/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – SILVIO CELIO MICHELS

DO OBJETO – contratação da dupla “MARY GOUDINHO E ALISON DA GAITA” para se apresentarem no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 23 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 700,00 (setecentos reais)

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 54/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 54/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – TATIANA GHELLERE SILVESTRI

DO OBJETO – contratação da atração musical “MENINAS DA SANFONA” para se apresentarem no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 23 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.250,00 (hum mil duzentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 55/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 55/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – JARDEL MINATTO MARIANA

DO OBJETO – contratação da dupla “YONARA E JARDEL” para se apresentarem no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 22 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.860,00 (hum mil oitocentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 56/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 56/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – CARLOS ROBERTO POHLMANN AGNE JÚNIOR

DO OBJETO – contratação da banda “PARALELOPOSTO” para se apresentarem no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 24 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 57/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 57/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – EDMUN TORRES GOMES

DO OBJETO – contratação da atração musical “ESTILO DA GENTE” para se apresentarem no palco externo da XX edição da Festa do Colono e VIII edição da Festa do Motorista, no dia 24 de abril de 2016, por meio da Seção de Eventos Culturais, no Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 1.000,00 (hum mil reais)

VIGÊNCIA – 30/06/2016

DOTAÇÃO – 0802.2040.3390 (148)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Inexigibilidade de Licitação nº. 60/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 04 de abril de 2016

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 59/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 59/2016

PERMITENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

PERMISSIONÁRIA – QFAZ ESTRUTURAS E EVENTOS LTDA

DO OBJETO – permissão pública onerosa, a pessoa jurídica, de uso de bens públicos para fins comerciais, destinados a instalação de Praça Gastronômica da XX Festa do Colono e VIII do Motorista, que será realizada nos dias 22 a 24 de abril de 2016.

VALOR – R\$ 3.000,00 (três mil reais), mais percentuais

VIGÊNCIA – 30/06/2016

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 52/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 07 de abril de 2016

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 60/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 60/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – FEPANI PÃES E DOCES LTDA ME

OBJETO – O presente Instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de lanches (sanduíches e sucos) para atendimento aos atletas municipais em participação de campeonatos estaduais e regionais sediados em outros municípios, por meio da Secretaria de Esporte do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 9.850,00 (nove mil oitocentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2016

DOTAÇÃO – 0803.2019.3390 (166)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 54/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA – 08 de abril de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

ASSOCIAÇÃO ATITUDE E VIDA 2016

ANEXO IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO					
ESTADO DE SANTA CATARINA					
			ANEXO TC 28		
BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS					
UNIDADE CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Fraiburgo					
ORDENADOR DA DESPESA: Alzerina Sartori Dias de Andrade					
ENTIDADE BENEFICIADA			Associação Atitude e Vida		CNPJ: 07.625.350/0001-92
ENDEREÇO: 10 DE NOVOBRO, 56				CEP: 89580-000	
RESPONSÁVEL: FIORINDO GRANDO				CPF: 436.377.109-78	
Nota de Empenho:	355	Data:	20/01/16	Valor Total: 121.000,00	
Ordem de Pagamento	1498	Data:	14/03/16	Valor: 11.000,00	
Projeto Atividade: 2048			Manutenção do CREAS		
Item/Fonte: 3.3.50.41.99			Contribuições		
Histórico da Finalidade:					
Manutenção no atendimento á crianças portadoras de necessidades especiais com realização de vários tipos de atendimento e acompanhamento e realização de atividades pedagógicas que estimulem a criatividade e o desenvolvimento dos alunos.					
Documento		HISTÓRICO		RECEBIMENTO	PAGAMENTO
NÚMERO	DATA				
1498	14/03/2016	REPASSE DA PREFEITURA		11.000,00	
850611	05/04/2016	Pago salário de Maria Ap. Matias			1.940,51
850608	20/04/2016	Pago guia INSS 03/2016			292,30
850612	05/04/2016	Pago salário a Maria Joceli H Dalazen			1.031,83
850609	05/04/2016	Pago a Equilibrio Pers. Treiner Ltda – NF 201500000000222			3.600,00
850607	07/04/2016	Pago guia FGTS 03/2016			270,17
850613	06/04/2016	Pago a Cleusa Maria Venson NF 7224			750,00
850610	07/04/2016	Pago aluguel a Itacir Del Ré (03/2015)			1.450,00
850614	12/04/2016	Pago a Marisa de L. Dos S. Mello NF 7234			1.665,00
	19/04/2016	Depósito bancario			0,19
		TOTAL GERAL		11.000,00	11.000,00
Local e Data: Fraiburgo(SC), 18 de Abril de 2016					
FIORINDO GRANDO					

ANEXO V

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS

01 – A SER PREENCHIDO PELA ENTIDADE RECEBEDORA DE RECURSOS

PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS		MÊS DO DEPÓSITO: outubro	
RECEBEDOR DO RECURSO: Associação Atitude e Vida de Fraiburgo			
CIDADE: Fraiburgo(SC)		CNPJ: 07.625.350/0001-92	
ENDEREÇO: Rua 10 de novembro, 56 – Bairro Santa Monica		CEP: 89580-000	
PARCELA: 2	VALOR: 11.000,00		DATA: 15/03/2016
RESPONS. P/ PREST. CONTAS: Fiorindo Grando			FONE: (49) 3246-3002

DECLARAÇÃO DO RECEBEDOR DE RECURSOS

Declaro, de acordo com o Decreto Municipal nº 0020 de 26 de janeiro de 2007, que os recursos recebidos, foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos, cuja prestação de contas foi montada conforme requisitos do artigo 22 do Decreto supra, sendo que todos os documentos de despesas estão legíveis e devidamente assinados.

Fraiburgo 18/04/2016 _____

Fiorindo Grando 02 – A SER PREENCHIDO PELO ORDENADOR DA DESPESA

A aplicação dos recursos transferidos, em cumprimento ao Art. 23 do Decreto Municipal nº 0020 de 26 de janeiro de 2007, foi julgada: () Regular () Irregular

Fraiburgo ____/____/____

Assinatura e Carimbo do Ordenador 03 – A SER PREENCHIDO PELO SETOR DE CONTABILIDADE DA PREFEITURA

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0014-2016 DOM

Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº 0014/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 0014/2016

Processo Administrativo Licitatório nº 0112/2016 – PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de construção das cabeceiras da ponte em gabião, na localidade do Rio Mansinho, situada na Fb 464, próximo ao silo dos Passini e dos pomares de maçã da fazenda Rio Mansinho/Fischer (com fornecimento do material e mão de obra), conforme Projeto, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço Global; Entrega e Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 10.05.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Junto ao Setor de Compras, té às 09:15 horas do mesmo dia. Abertura: As 09:15 horas do mesmo dia. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: www.fraiburgo.sc.gov.br sem ônus. Fraiburgo(SC), 19 de abril de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0025_2016 PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0025/2016 – PMF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0111/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: Contratação da empresa STARTAGRO INOVAÇÃO E SOLUÇÕES LTDA, para realização de palestra intitulada “Custos de Produção da Maçã” com o mestre Fabricio Teixeira Andrade, especialista em agronomia, durante o evento denominado “Dia de Mercado da Maçã”, direcionada aos produtores de maçã do Município de Fraiburgo, cujo objetivo é levar informações técnicas e gerenciais aos mesmos. EMPRESA CONTRATADA: STARTAGRO INOVAÇÃO E SOLUÇÕES LTDA CNPJ: 23.800.130/0001-04. VALOR: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, Caput, c/c o Art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(Sc), 18 de abril de 2016.

IVO BIAZZOLO – PREFEITO

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013_2016-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0013/2016 – FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Aquisição de materiais e mão de obra para pintura do Pronto Atendimento na Vila Salete conforme Memorial Descritivo (Anexo VIII) do Edital e Posto de saúde no São Miguel conforme Memorial Descritivo (Anexo IX) do Edital. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 10.05.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 19 de abril de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0015_2016-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0015/2016 – FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para a conserto do veículo FIAT Ducato Minibus, ano 2012, placas MJB-4211, frota nº 261, com substituição de peças e mão de obra. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 05.05.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 19 de abril de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

DECRETO Nº 102/2016

DECRETO Nº 102, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de desenvolvimento Econômico		
04.122.0024.2.050 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (175)	R\$	10.000,00
23.695.0025.2.052 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (181)	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de desenvolvimento Econômico		
04.122.0024.2.050 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0200 (174)	R\$	10.000,00
23.695.0025.2.052 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (182)	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 19 DE ABRIL DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 103/2016

DECRETO Nº 103, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2333 de 24 de Fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2016 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de infraestrutura		
26.782.0018.2.041 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (282)	R\$	140.000,00
Total	R\$	140.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2015, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, - 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 19 DE ABRIL DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT16PMF47_DOM

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT16PMF47

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONCESSIONÁRIA: FUNERÁRIA CELLARIUS LTDA ME. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. VALOR DA OUTORGA DA CONCESSÃO: R\$ 10.100,00 (DEZ MIL E CEM REAIS). DATA DO CONTRATO: 18.04.2016. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONCESSÃO: 10 ANOS APÓS A EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇOS. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0214/2015 – PMF. MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0003A/2015. FUNDAMENTO LEGAL: LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93, 8.987/1995 E ALTERAÇÕES, E LEI MUNICIPAL Nº 2.263/2014.

FRAIBURGO (SC), 18 DE ABRIL DE 2016

IVO BIAZZOLO – PREFEITO

MIRIAN VIECELEI ZAGO 2016

ANEXO IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO										
ESTADO DE SANTA CATARINA										
ANEXO TC 28										
BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS										
UNIDADE CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Fraiburgo										
ORDENADOR DA DESPESA: Alzerina Sartori Dias Andrade										
ENTIDADE BENEFICIADA					Associação Ecológica M. V. Zago					CNPJ: 05.534.719/0001-26
ENDEREÇO: Rua dos Guabijus, 170 – Bairro Santo Antonio					CEP: 89580-000					
RESPONSÁVEL: RAFAEL BAIRROS PORTO					CPF: 533.278.029-04					
Nota de Empenho:		647	Data:	29/01/2016	Valor Total: 8.433,36					
Ordem de Pagamento		1502	Data:	15/03/2016	Valor: 2.108,33					
Projeto Atividade: 2048			Manutenção do Ensino Fundamental							
Item/Fonte: 3.3.50.41.99			Contribuições							
Histórico da Finalidade:										
Auxiliar na manutenção da conveniente no atendimento a crianças, todas elas portadoras de necessidades especiais (alunos da apae e do cdv), no acompanhamento aos alunos e realização de atividades de equoterapia, estimulando e melhorando o seu condicionamento físico e mental, mantendo os mesmos em contato com a natureza, bem como, pagamento do equitador e de cursos de atualização e capacitação para melhor atendimento a estas crianças, e ainda atendimento às crianças e adolescentes vítimas de ofensas/abusos sexuais. Conforme CV15PMF0009.										
Documento		HISTÓRICO			RECEBIMENTO		PAGAMENTO			
NÚMERO	DATA									
1502	15/03/2016	REPASSE DA PREFEITURA			2.108,33					
850144	01/04/2016	Pago a Aldair César Dias Ribeiro Parcial NF 7211					2.108,33			
		TOTAL GERAL			2.108,33		2.108,33			
Local e Data: Fraiburgo (SC) 15 de Abril de 2016.										
RAFAEL BAIRROS PORTO										

ANEXO V

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS

01 – A SER PREENCHIDO PELA ENTIDADE RECEBEDORA DE RECURSOS

PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	MÊS DO DEPÓSITO: Outubro
RECEBEDOR DO RECURSO: Associação Ecológica Miriam Vieceili Zago	
CIDADE: Fraiburgo(SC)	CNPJ: 05.534.719/0001-26
ENDEREÇO: Rua dos Guabijus, 170 – B. Santo Antonio	CEP: 89580-000
PARCELA: 2ª parcela	VALOR: 2.108,33
DATA: 15/03/2016	
RESPONS. P/ PREST. CONTAS: Rafael Bairros Porto	FONE: (49) 9911-9468

DECLARAÇÃO DO RECEBEDOR DE RECURSOS

Declaro, de acordo com o Decreto Municipal nº 0020 de 26 de janeiro de 2007, que os recursos recebidos, foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos, cuja prestação de contas foi montada conforme requisitos do artigo 22 do Decreto supra, sendo que todos os documentos de despesas estão legíveis e devidamente assinados.

Fraiburgo, 15/04/16 _____

Rafael Bairros Porto 02 – A SER PREENCHIDO PELO ORDENADOR DA DESPESA

A aplicação dos recursos transferidos, em cumprimento ao Art. 23 do Decreto Municipal nº 0020 de 26 de janeiro de 2007, foi julgada: () Regular () Irregular

Fraiburgo ____/____/____

Assinatura e Carimbo do Ordenador 03 – A SER PREENCHIDO PELO SETOR DE CONTABILIDADE DA PREFEITURA

O presente processo analisado pelo Setor de Contabilidade, foi achado regular, face sua documentação encontrar-se completa e correta sob o aspecto legal e aritmético em conformidade com o Decreto Municipal nº 0020 de 26 de janeiro de 2007, em condições portanto de ser proferida a respectiva baixa.

Fraiburgo ____/____/____

Assinatura e Carimbo do Analista Responsável.

PORTARIA Nº 0759/2016

PORTARIA N.º 0759, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Invalidez

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 2985, de 05 de abril de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 20 de abril de 2016, a servidora SUELY TEREZINHA VOCKES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 516.344.499-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, por Aposentadoria por Invalidez Previdenciária, com data de início fixada em 14 de março de 2016, Benefício nº 613.736.022-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de abril de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0760/2016

PORTARIA N.º 0760, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Invalidez

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 2985, de 05 de abril de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 20 de abril de 2016, a servidora SUELY TEREZINHA VOCKES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 516.344.499-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 horas semanais, por Aposentadoria por Invalidez Previdenciária, com data de início fixada em 14 de março de 2016, Benefício nº 613.736.022-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de abril de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, em conformidade com a Lei nº 11.947/09, Resolução FNDE 26/13 e Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 49/2016; DL nº. 010/2016; Contratada: MARIA DA SILVEIRA PEREIRA; CPF: 058.272.069-97; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE; Valor: R\$ 10.328,00 (Dez mil trezentos e vinte e oito reais). Data da Assinatura: 19/04/2016.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, em conformidade com a Lei nº 11.947/09, Resolução FNDE 26/13 e Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 52/2016; DL nº. 013/2016; Contratada: VALDECI DA ROSA; CPF: 916.139.579-04; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE; Valor: R\$ 6.361,45 (Seis mil trezentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos). Data da Assinatura: 19/04/2016.

DECRETO Nº 067/2016

DECRETO N.º 067, DE 19 DE ABRIL DE 2016.
DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal n.º 479, de 21 de fevereiro de 1994 e alterações,

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados, para formarem o Conselho Municipal de Educação, composição para 2016 - 2018:

I – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Rosiane Marli Antonio Damásio – Vice-Presidente
Suplente: Rosilene Pacheco Lima

II – PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL E OUTRO ESTADUAL OU PARTICULAR

Titular: Celso José Barbosa de Souza
Suplente: Simone Rogallsky

Titular: Mauricelia Albuquerque
Suplente: Eliane Coelho da Luz

III – DIRETOR DA REDE MUNICIPAL

Titular: Kelly Fernanda de Oliveira
Suplente: Rosa Maria de Souza Bento

IV – ENTIDADES DE ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Titular: Rui Carlos Marques de Barcellos - Presidente
Suplente: Suelen Maria de Souza

V – PAIS DE ALUNOS MATRICULADOS EM ESCOLAS MUNICIPAIS

Titular: Betina Lorensi Lopes

Suplente: Felipe da Silva

VI – PAIS DE ALUNOS MATRICULADOS EM ESCOLA PARTICULAR OU ESTADUAL

Titular: Elizia Pereira - Secretaria

Suplente: Sonia Gonçalves

VII – SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Titular: Fernando Bitencourt

Suplente: Sandra Severo

Titular: Zulmar Corrêa

Suplente: Glaucete Martins

VIII – DIRIGENTES DAS ESCOLAS PARTICULARES

Titular: Victor Alexandre da Costa Ribeiro

Suplente: Juliana Pereira

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de abril de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/04/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

ERRATA Nº 01 AO EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GAROPABA

ERRATA Nº 01 AO EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2016

O Município de Garopaba torna publico aos interessados que RETIFICA o extrato de contrato nº 18/2016, publicado no dia 18/04/2016, que diz:

Contrato nº 018/2016. Processo nº 46/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATANTE: HILÁRIO MARTINS, inscrito no CPF sob o nº 006.192.949-22; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo 2016, de acordo com a chamada pública nº 003/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. Valor Total: R\$ 3145,00 (Três mil cento e quarenta e cinco reais). Data da Assinatura: 15/04/2016.

Leia-se:

Contrato nº 018/2016. Processo nº 46/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATANTE: HILÁRIO MACHADO, inscrito no CPF sob o nº 006.192.949-22; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo 2016, de acordo com a chamada pública nº 003/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. Valor Total: R\$ 3145,00 (Três mil cento e quarenta e cinco reais). Data da Assinatura: 15/04/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2016

CONTRATO N.º 20/2016

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

O município de Garopaba, por intermédio da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede a Praça Governador Ivo Silveira, 296, centro, Garopaba - SC, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 82.836.057/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Paulo Sérgio de Araujo, de acordo com a delegação de competência contida na Lei Municipal nº 309 de 19/03/1990 CONTRATANTE, e por outro lado MARIA DA SILVEIRA PEREIRA com sede na Estrada Geral Ressacada, Garopaba, SC, fornecedor do grupo informal, portador do CPF nº 058.272.069-97.

, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições Lei nº 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 003/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação é a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo 2016, de acordo com a chamada pública nº 003/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início da entrega dos gêneros alimentícios será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2016.

- a. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º 003/2016.
- b. O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

CLÁUSULA SEXTA:

a. Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor 10.328,00 (Dez mil trezentos e vinte e oito reais), conforme quantitativos e preços unitários que seguem:

Item	Produto	Unidade Medida	Qtidade	Preço unitário	Valor total
1	Abacaxi Pérola	Unid.	25	R\$ 6,90	R\$ 172,50
2	Abóbora	Kg	25	R\$ 4,28	R\$ 107,00
3	Abacate	kg	50	R\$ 6,95	R\$ 347,50
4	Agrião	Molho	40	R\$ 1,93	R\$ 77,20
5	Aipim	Kg	40	R\$ 5,20	R\$ 208,00
6	Alface americana/ crespa	Unid.	100	R\$ 2,03	R\$ 203,00
7	Banana	Kg	100	R\$ 4,00	R\$ 400,00
8	Batata doce	Kg	20	R\$ 4,93	R\$ 98,60
9	Bergamota	Kg	40	R\$ 4,58	R\$ 183,20
10	Beterraba	Kg	25	R\$ 4,10	R\$ 102,50
11	Brócolis chinês	Unid.	25	R\$ 3,93	R\$ 98,25
12	Brócolis comum	Molho	40	R\$ 2,15	R\$ 86,00
13	Cebola verde	Molho	100	R\$ 2,24	R\$ 224,00
14	Cenoura	Kg	40	R\$ 4,10	R\$ 164,00
15	Chuchu	Kg	50	R\$ 4,02	R\$ 201,00
16	Couve-flor	Unid.	50	R\$ 4,10	R\$ 205,00
17	Couve-folha	Molho	40	R\$ 1,85	R\$ 74,00
18	Espinafre	Molho	40	R\$ 2,20	R\$ 88,00
21	Geléias de Frutas com redução de açúcar	Vd. 500g	40	R\$ 14,63	R\$ 585,20
22	Laranja	Kg	50	R\$ 3,90	R\$ 195,00
24	Pão caseiro	unid.	350	R\$ 6,95	R\$ 2432,50
25	Pão Integral	unid	100	R\$ 8,90	R\$ 890,00
26	Repolho	Un.	25	R\$ 3,73	R\$ 93,25
27	Rúcula	Molho	20	R\$ 2,24	R\$ 44,80
28	Salsa	Molho	75	R\$ 2,24	R\$ 168,00
29	Tomate	Kg	50	R\$ 6,95	R\$ 347,50
30	Biscoito caseiro Polvilho	kg	30	R\$ 21,20	R\$ 636,00

31	Biscoito caseiro milho	kg	30	R\$ 21,20	R\$ 636,00
32	Doce de leite	VD 700G	25	R\$ 16,48	R\$ 412,00
33	Polpa de Morango	kg	20	R\$ 21,20	R\$ 424,00
34	Polpa de Abacaxi	kg	20	R\$ 21,20	R\$ 424,00
TOTAL					R\$ 10.328,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07	Secretaria de Educação e Cultura
Unidade: 01	Secretaria de Educação e Cultura
Projeto: 2.020	Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0015	(63) Aplicações diretas
3.3.90.00.00.00.00.00.0080	(62) Aplicações diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o - 1º, do art. 20 da Lei n.º 11.947, de 16/06/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, conforme previstas no edital de Chamada Pública 003/2016, bem como as previstas na legislação atinentes a matéria.

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação

Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 003/2016, pela Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16/07/2009, pela Lei n.º 11.947, de 16/06/2009, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fac-símile transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. qualquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:

É competente o Foro da Comarca de Garopaba - SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Garopaba, 19 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

PAULO SERGIO DE ARAUJO

PREFEITO MUNICIPAL

MARIA DA SILVEIRA PEREIRA

AGRICULTOR FAMILIAR

TESTEMUNHAS:

Rafael de Souza

CPF Nº. 044.230.219 - 35

Lisiele de Araujo Pires Gabriel

CPF Nº. 050.634.789-30

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 21/2016. Processo nº 52/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATANTE: VALDECI DA ROSA, inscrito no CPF sob o n.º 916.139.579-04; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo 2016, de acordo com a chamada pública n.º 003/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. Valor Total: R\$ 6361,45 (Seis mil trezentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos). Data da Assinatura: 19/04/2016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 62/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Contrato nº 62/2013; Processo nº. 184/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: PUBLICABR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA ME. CNPJ: 13.565.760/0001-98. Objeto: O presente aditivo tem por objeto suspender o prazo de execução do contrato nº 62/2013 pelo período de 31/12/2014 à 01/01/2016; Data da Assinatura: 18/12/2013

Garuva

PREFEITURA

DECRETO N. 49/2016

DECRETO Nº. 49 DE 19 DE ABRIL DE 2016

“Define o vencimento base do Professor Municipal, e dá outras providências”.

PAULO ROBERTO SCHWARZ, Prefeito Municipal de Garuva em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

Considerando, a Lei nº 11.738/2008 que em seu art. 2º define o piso mínimo para os profissionais do magistério;
Considerando a Lei Municipal nº 1925 de 04 de abril de 2016, que concede revisão geral aos servidores municipais e dá outras providências;
Considerando a Lei Municipal nº 1926 de 04 de abril de 2016, que fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regularizar por Decreto o vencimento base dos Professores Municipais,

DECRETA:

Art. 1o. – O vencimento base do Professor constante no Anexo V do Quadro de Provimento Efetivo da Educação, da Lei Complementar nº 45/2009, será no valor de R\$ 2.135,64 (Dois mil cento e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), e deste vencimento serão calculados todas as demais vantagens individuais de cada servidor.

Art. 2o. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 01/04/2016, revogando o Decreto Municipal 041 de 04 de abril de 2016.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 50/2016

DECRETO Nº 50 DE 19 DE ABRIL DE 2016

Ementa: Aplica índice de reposição salarial diferenciado para professor Nível II, atendimento a Lei Federal nº 11.738/2008.

PAULO ROBERTO SCHWARZ, Prefeito Municipal de Garuva em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto da Lei Federal nº 11.738, de 16 de Julho de 2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, definido anualmente pelo Ministério da Educação se sobrepõe a Lei Municipal nº 1.925/2016, e, afim de garantir que nenhum profissional regrado pela lei federal receba menos que o piso mínimo nacional,

DECRETO:

Art. 1º - O vencimento base do Professor no Município de Garuva de qualquer nível constante no Anexo V do Quadro de Provimento Efetivo da Educação, da Lei Complementar nº 45/2009, não poderá ser inferior aquele que com fundamentos na Lei Federal nº Lei Nº 11.738, de 16 de Julho de 2008 é anualmente definido pelo Ministério da Educação como piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

- 1º - Para cumprimento do disposto no caput desse artigo, a reposição salarial do Professor Municipal Nível II, será de 11,5% (onze e meio por cento), divididos da seguinte forma:

I – 6,65% (seis virgula sessenta e cinco por cento) a contar de 01 de abril de 2016;

II – 0,35 (zero virgula trinta e cinco por cento) a contar de 03 de setembro de 2016;

III – 4,5% (quatro e meio por cento) a contar de 01 de novembro de 2016.

- 2º – Os índices dos Incisos I, II, III, deste artigo serão aplicados com base no vencimento de março/2016.

Art. 2o – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/04/2016.

Paulo Roberto Schwarz
Prefeito Municipal em exercício.

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.923, DE 12 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 6.923, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos V e VI, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na secretaria de PLANEJAMENTO e desenvolvimento:

Órgão: 09 secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 secretaria municipal de PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0024 Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu	
Atividade: 1093 Obras de Infraestr.do anel viário com Constr. Nva Ponte sobr	
Dotação: 264 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 898.000,00

Art. 2º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECR. MUNIC. DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 1253 Pavimentação de Ruas	
Dotação: 263 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na secretaria municipal de administração e finanças:

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO	
SubFunção: 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria de administração e Finanças	
Atividade: 1017 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	
Despesa: 22 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 48.000,00

Art. 4º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE educação:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Função: 12 Educação	
Sub-Função: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	

Dotação: 268 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
---	---------------

Art. 5º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE educação:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Função: 12 Educação	
Sub-Função: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 65 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 61.755,32

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.928 DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 6.928 DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a descentralização dos serviços públicos do Município de Gaspar, com a atribuição de novas responsabilidades para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar- SAMAE, autarquia municipal, pessoa jurídica de direito público interno, que por determinação da Lei Municipal nº 2.949/2007 – alterada pela Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009 -, passou a ter competência para a execução dos serviços públicos de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos e compactáveis do Município de Gaspar;

CONSIDERANDO que o encerramento da vigência de contrato existente com a empresa que executa a coleta e transporte de resíduos sólidos do Município de Gaspar, ocorreu em 18 de abril de 2016;

CONSIDERANDO que o Juiz da 2ª Vara da Comarca de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no procedimento judicial autuado sob nº. 0000484-38.2016.8.24.0025, em sede liminar, suspendeu o processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 1/2016, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a execução da coleta, transbordo, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, de estabelecimentos comerciais e industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município;

CONSIDERANDO que não há tempo hábil para concluir o novo procedimento licitatório para a contratação dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, de estabelecimentos comerciais e industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município, até a data do encerramento da vigência do contrato;

CONSIDERANDO o caráter essencial desses serviços, e que a não contratação de empresa para prestar os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, de estabelecimentos comerciais e industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município gerará incalculável prejuízo e risco à saúde dos munícipes, visto que o lixo indevidamente administrado provoca mau cheiro, fornece a proliferação de animais nocivos e transmissores de doenças.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA no âmbito do Município de Gaspar, pelo prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, em virtude da impossibilidade de aguardar a conclusão do procedimento licitatório destinado à contratação de empresa, tendo como objeto a coleta e o transporte de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e industriais (com características de domiciliares), das repartições públicas e áreas públicas do Município de Gaspar.

Art. 2º Em decorrência da declaração de situação de emergência deverá ser realizada contratação direta, com o fim de manter a prestação do serviço público essencial tratado neste Decreto, o que efetivamente evitará risco de dano à saúde da população de Gaspar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar em 19 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 3.996, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 3.996, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR S. de L. J.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal e aos artigos 173 e seguintes da Lei Municipal n. 1.305/1991, e considerando o teor dos Memorando n. 156/2016 e 180/2016, de origem da Secretaria Municipal de Administração e Gestão,

Resolve:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor S. de L. J, Agente Municipal de Trânsito, inscrito sob a matrícula n. 5330, pelo fato, em tese, de ter subtraído diesel e gasolina de propriedade da Diretoria de Trânsito (Ditran), em detrimento da moralidade, da legalidade e dos recursos da Administração Pública Municipal, conforme memorandos que noticiam relatos à autoridade competente realizados em 21 de março de 2016 e DVD que instruirão o processo disciplinar.

Art. 2º O Processo Administrativo Disciplinar será conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas servidoras Dulcinéia Santos, Mari Janete Voigt Paim da Silva e Maraísa Zimmermann, sob a presidência da primeira.

Art. 3º Caso comprovada a ocorrência do fato denunciado, estará o servidor sujeito à penalização, com fundamento nos incisos III, VII e IX do artigo 146 da Lei Municipal n. 1305/1991, bem como nos incisos IX e XV do artigo 147 da mesma Lei.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º As servidoras designadas para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de abril de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3.997, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 3.997, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE SERVIDORES DA DIRETORIA DE TRÂNSITO POR FATOS QUE IMPORTAM EM SUPOSTAS VIOLAÇÕES AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal e aos artigos 173 e seguintes da Lei Municipal n. 1.305/1991, e considerando o teor dos Memorando n. 156/2016 e 180/2016, incluindo o DVD que instruirá o processo disciplinar, de origem da Secretaria Municipal de Administração e Gestão,

RESOLVE

Art. 1º. Fica instaurada sindicância para apurar a responsabilidade de servidores da Diretoria de Trânsito (Ditran) pelos fatos abaixo delineados, todos em prejuízo da moralidade, da legalidade, da eficiência e dos demais princípios que norteiam a Administração Pública:

I – por suposta subtração de diesel e gasolina de propriedade da referida Diretoria;

II - por suposta inassiduidade ao serviço público;

III - por suposta utilização indevida de veículos da Ditran para finalidades estranhas ao serviço público; e

IV - por suposto registro incorreto do ponto.

Art. 2º. A sindicância será conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas servidoras Dulcinéia Santos, Mari Janete Voigt Paim da Silva e Maraísa Zimmermann, sob a presidência da primeira.

Art. 3º. O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º. As servidoras designadas para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de abril de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 099/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso de Pregão Presencial Nº 099/2016

OBJETO: Aquisição de Equipamentos para Ambiente de TI, com serviços de Instalação/Implantação, para o Município de Gaspar. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 05/05/2016. ABERTURA: a partir das 9hs. Íntegra do Edital disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 19 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

TOMADA DE PREÇOS Nº 89/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços Nº 89/2016

OBJETO: melhorias na Escola Zenaide Schmitt Costa. ENTREGA DOS ENVELOPES: até 09 horas de 11/05/2016. ABERTURA: 11/05/2016 às 09h30min. Íntegra do Edital disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 19 de abril de 2016.

MARLENE ALMEIDA

Secretária Municipal de Educação

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DO NONO ADITIVO DO CONTRATO Nº 35/2012 - SAMAE GASPAR

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 35/2012 - Número do Aditivo: 9 (Aditivo de Reajuste)

Data vigência: 13/04/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 47/2012 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ do contratado:

01.657.361/0001-78

Objeto: Prestação de serviços de vigilância patrimonial humana da Sede do SAMAE, localizada na Rua: Barão do Rio Branco, nº 500 - Bairro: Centro.

Valor acrescido: 22.532,73 (vinte e dois mil, quinhentos e trinta e dois reais e setenta e três centavos)

=====

Gaspar (SC), em 13 de abril de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 22/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABaixo:

PREGÃO PRESENCIAL 22/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará a licitação do tipo Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NO EDITAL E EM SEU ANEXO I PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS: SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CÂMARA DOS VEREADORES E SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/05/2016 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 04/05/2016 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de Governador Celso Ramos de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 19 de Abril de 2016.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 21/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABaixo:

PREGÃO PRESENCIAL 21/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará a licitação do tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/05/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 04/05/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de Governador Celso Ramos de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 19 de Abril de 2016.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 23/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABaixo:

PREGÃO PRESENCIAL 23/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará a licitação do tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MESA DIGITAL, INTERATIVA E MULTISCIPLINAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE ACORDO COM A CONVENIÊNCIA E NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/05/2016 até às 17h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 04/05/2016 às 17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de Governador Celso Ramos de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 19 de Abril de 2016.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**EXTRATO AO CONTRATO 010/2016**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2016

CONTRATANTE – SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO – KSE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LTDA.

DO OBJETO – Constitui objeto do presente a Contratação de 400 (quatrocentas) horas de serviços de manutenção de moto bombas e quadros de comando para Etas, Etes e elevatórias, com fornecimento de peças.

VALOR HORAS TRABALHADAS R\$ = R\$ 121,40 (Cento e vinte um reais e quarenta centavos)

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente contrato é até 18/04/2017, devendo ser iniciado em 18/04/2016, contatos a parti de sua assinatura.

DOTAÇÃO – 3.3.90.39.16 (8) Captação, Tratamento e Distribuição de Água.

FUDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Carta Convite 006/2016

KLEBER LEITE

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2016

CONTRATANTE – SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO – CONSTRUJED PRRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI LTDA

DO OBJETO – Constitui objeto do presente Contrato a reconstituição do reboco externo do reservatório de 120m², localizado a rua José Dorlito Nunes, no bairro canto dos ganchos no município de governador celso ramos.

execução de 44 mts de vala para colocação de 2 (duas) fileiras de blocos de concreto com cinta de amarração com ferragem de 4,2

colocação de 32 (trinta e dois) moirões de concreto e suas respectivas sapatas

colocação de 1 (um) portão de acesso

colocação de pedrisco, na tampa superior da caixa

colocação de tampa na casinha do clorador

realização de limpeza interna e impermeabilização do reservatório

entrega de 1 (uma) escada de ferro com 2 mts de altura para pendurar na borda do reservatório

pintura externa do reservatório e dos moirões

colocação de 125 mts de tela na altura de 1,30 mts.

VALOR Total R\$ = R\$ 56.750,00 (Cinquenta e seis mil setecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente contrato é até 18/04/2017, devendo ser iniciado em 18/04/2016, contatos a parti de sua assinatura.

DOTAÇÃO – 3.3.90.39.16 (8) Captação, Tratamento e Distribuição de Água.

FUDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Carta Convite 005/2016

KLEBER LEITE

DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS

Grão Pará

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO EDITAL 001 2016 - ADM GERAL

ESTADO DO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC, torna pública a Homologação do Resultado final do CONCURSO PÚBLICO, conforme anexo, realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL, destinado a selecionar candidatos para o provimento de Cargos para o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, objeto do Edital 01/2016 de 12 de janeiro de 2016.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Grão Pará - SC, 15 de Abril de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal
Página 1de 6

ESTADO DO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
ANEXO

Cargo: AGENTE DE SERVICOS GERAIS
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 035477 FERNADA ALBERTON PINTO
002 035529 MAIARA POSSENTI
003 035381 ANGELICA MARIA
004 035808 ALEXANDRA DE LIMA
005 035431 BEATRIZ BEZA ROSA MATUCHAKI
006 035559 CRISTIANE LUIZ BRIGIDO
007 035503 ELENICE DOS SANTOS MARQUES
008 035304 IVETE GOULART PEREIRA
009 035478 MARIA GORETI ANTUNES
010 035574 TANIA CARARA SCHLICKMANN
011 035743 MAYARA TORRES PORFIRIO ARNAUTS
012 035809 LETICIA DA ROSA
013 035429 JESSICA NAIZ MARTINS
014 035616 SAMARA MENDES BRANCO
015 035784 ELIANI LAURENTINO DA SILVA SPERFELD
016 035377 SIMONE SANDOVAL DA SILVA
017 035494 ANA PAULA FRANCISCO

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 035590 CINTHIA CAROLINA DE SOUZA
002 015194 ANGELITA BENEDET ELLER
Cargo: CONDUTOR DE VEICULOS
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 035533 EDESIO DACOREGIO ALBINO
002 035583 MAURO JOSE DE ANDRADES
003 035797 RONALDO ANDRE SILVEIRA
004 035352 ELIEL DE OLIVEIRA BONOTI
005 035764 HELIO ANTONIO MORGAN
Página 2de 6

ESTADO DO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
006 035713 CRISTIANO COSTA CAMACHO
007 035476 DIOGO CRISTOVAO
008 035532 EDUARDO SPERFELD

009 035812 JUNIOR ASCARI FERNANDES
010 035624 LUCAS BLASIVUS KEMPER
011 035397 VANIO JORGE BALLMANN
012 035723 RAFAEL MOMM MACIESKI
Cargo: ENFERMEIRO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 035515 THAISE ELIAS DA SILVA BARRETO
002 035369 IONICE PEREIRA VIEIRA
Cargo: FARMACEUTICO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 015205 MARISA OENNING
002 035589 ROSIANE DE BONA SCHRAIBER
003 027701 ANDRE MAZON DE SOUZA
004 035656 LUCINEIA GAINSKI DANIELSKI
005 035460 FERNANDO AGUSTO RIBEIRO
006 022463 KEYLA ARENTS
Cargo: FISCAL FAZENDARIO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 035699 ADEISE BUSSOLO ROHLING
002 034463 FABIANE NUNES GONCALVES
003 035621 LEONARDO DA SILVA SOUZA
004 035714 PATRICIO KONS MICHELS
005 035386 MAYLA DELFINO KULKAMP
006 035577 MATHEUS LUDTKE LAUFFER
007 035393 IRY S LAIPELT SCHLICKMANN
008 035516 LIANA VOLPATO DE OLIVEIRA
009 035419 BRUNA CARARA NANDI
010 035586 GEOVANE ROMEU RIBEIRO
011 035717 VANESSA CORREA MARCOLINO
Página 3de 6
ESTADO DO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
012 035522 CLAUDIA MEURER SOUZA
013 035607 MANUELA MEURER
014 035636 MARCOS MARTINELLI BEZA
015 035598 RICARDO MARCELINO BORGERT
016 035642 VAGNER COSTA MONTGUTTI
017 035782 BRUNO FRANCALACCI SERAFIIM
018 035599 EDUARDA ZANELATO ENGELS
019 035349 EMERSON ALBERTON MONTANHA
020 035441 GRASIELI DA SILVA HONORATO
021 035684 TAMARA GONCALVES
022 035667 GELSON DA SILVA BORGES DOS SANTOS
023 035790 ALEXANDRE CUNHA ROSA
024 035813 IAN MOTA PEREIRA
025 035623 EDSON DA SILVA PADILHA
026 035688 ARLAN BATISTA DOS SANTOS
027 035780 SANDRO WESLEY DA SILVA
028 035696 ANGELA MARIA ALBERTON DE SOUZA
029 035800 ARIEL PHILIPPI
030 035509 ANGELICA WESSLING MARTINS
031 035556 SALESIO PICKLER DA CORREGGIO
032 035595 LUCIANA PAIAO FERREIRA ROCHA
033 035600 ANA CAROLINE BONETTI
034 035727 RAFAELA VIEIRA SILVA
Cargo: GARI
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 035753 ERONICE BITTENCOURT BLASIVUS
002 035815 FRANCIELE DA ROSA HEIDEMANN
003 035358 JOSE ERNANDE PEREIRA CEDRO
004 035444 MARIA LEMBECK ALBERTON

005 035379 SILVANO LEANDRO BRANCO
Cargo: OPERADOR DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 035350 RODRIGO SALVALAGIO BOGER
Página 4de 6

ESTADO DO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO

002 035368 FABIO BELTRAME SOMBRIO
003 034880 CRISTIANO CARRER FERRAREIS
004 035417 GILBERTO GONCALVES COSTA
005 035469 FABIO SCHMITZ BLASIUS
006 035453 THIAGO PAES EUGENIO

Cargo: SERVENTE DE OBRAS
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 035410 JOECI MARTINS

002 035456 SERGIO DA ROSA SCHEPER
003 035430 JEOVANE NOVADEZYK MATUCHAKI
004 035524 JOELSON SALVADOR DA SILVA
005 035387 ANGELO MARTINELLI DE BONA
006 035550 JOSIMAR LEANDRO BRANCO

Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 035390 PRISCILA MARIA DA SILVA
002 035382 DAIANE SCHLICKMANN KULKAMP

Cargo: VIGILANTE EPIDEMIOLOGICO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 035675 PATRICIA CEOLIN SEBOLD
002 022849 ANDRESA DA SILVA ULIANO
003 035644 KATIA REGINA BELARMINDA BLASIUS
004 035823 TIAGO TOME

005 035652 MARCOS ALBERTON DACOREGIO
006 035676 DARRIMON NOGARETTI FERNANDES
007 035709 WALTER FELIPE PORTINHO
008 035706 LISIANA APARECIDA BERNARDO
009 035543 ALINE PAZETTO DE OLIVEIRA SILVA
010 035730 DENIS CARLOS DA CORREGIO BORGES
011 035416 PRICILA DACOREGIO
012 035488 ODINEIA GALVANI PICKELR DELLA GIUSTINA

Página 5de 6

ESTADO DO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO

Cargo: VIGILANTE SANITARIO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 035437 MILENE MARQUES DA COREJO
Página 6de 6

HOMOLOGAÇÃO EDITAL 002 2016 - FAMPG

ESTADO DO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE GRÃO PARÁ - SC, torna pública a Homologação do Resultado final do CONCURSO PÚBLICO, conforme anexo, realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL, destinado a selecionar candidatos para o provimento de Cargos para o

Quadro de Pessoal da FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ -FAMGP, objeto do Edital 02/2016 de 12 de janeiro de 2016.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Grão Pará - SC, 15 de Abril de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Página 1de 3

ESTADO DO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
ANEXO

Cargo: BIOLOGO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 035692 FERNANDA ZILLI FERMINO
002 035438 PALOMA DE OLIVEIRA DOMINGOS
003 035378 MORGANA SILVEIRA SAZAN
004 034563 DANIELA DELLA GIUSTINA MICHELS BELTRAME
005 035654 MARIELY DA SILVA E SILVA
006 035537 NATALIA ALZIRA DAMAZO
007 035776 LUCILENE POSSAMAI NUNES

Cargo: ENGENHEIRO AGRONOMO
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 003317 RENATA LATRONICO BERNARDO
002 035634 CESAR LUIZ DIAS FILHO
003 035404 KAROLINI MONTEIRO DA CORREGGIO
004 035523 FRANCYS PACHECO LUIZ
005 035647 PAULINHA WIGGERS
006 035413 LIANDRA HILLMANN PAZETO
007 035472 GUSTAVO ALFREDO SCHNEIDER
008 035558 NEMORA GULIANE MOCELIN
009 035774 CESAR BUSS

Cargo: ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
001 035615 FRANCELLWIKI CATHARINE GOMES DE AZEVEDO
002 035781 ELIS GOMES DE SOUZA
003 035748 GUSTAVO CANEVER BONELI
004 035721 GRAZIANE DUESSMANN
005 027883 FELLIPE WIGGERS IUNG
006 035592 VANDERLEIA BAGIO MATUCHAKI
007 035552 BIANCA BALLMANN
008 035567 TAYS DE AGUIAR BENTO

Página 2de 3

ESTADO DO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
CONCURSO PÚBLICO
009 035648 MONICA JEREMIAS LUCIO
010 035576 GREICE BLOEMER
Página 3de 3

HOMOLOGAÇÃO EDITAL 003 2016 - PROCESSO SELETIVO - SAÚDE

ESTADO DO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
PROCESSO SELETIVO
HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE GRÃO PARÁ - SC, torna pública a Homologação do Resultado final do PROCESSO SELETIVO, conforme anexo, realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL, destinado a selecionar candidatos para o provimento de Cargos para o Quadro de Pessoal da atuar no Programas de Saúde da Família - PSF, objeto do Edital 03/2016 de 12 de janeiro de 2016.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Grão Pará - SC, 15 de Abril de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal
Página 1de 2
ESTADO DO SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ
PROCESSO SELETIVO

ANEXO

Cargo: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE (ACS)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 035527 CLEIMAR LAURINDO BLOEMER

002 035461 DANIELLE ENGELS DA SILVA

003 035424 JUCINEIA SCHAFRANSKI FRANCA

004 035492 SILVANA ANTONELLO FOLCHINI

005 035457 KATIA EFFTING SCHLICKMANN

006 035503 ELENICE DOS SANTOS MARQUES

007 035504 SILVANA DE SOUZA PEREIRA

008 035608 MARIA EDUARDA SOUZA DA SILVA

009 035440 ADRIANA BLASIIUS MICHELS GONCALVES

010 035353 MARIA CRISTINA DE SOUZA FRANCISCO

011 035470 ELAINE BLASIIUS COELHO

012 035612 MARIA OENNING DACOREGIO

013 035750 ADRIANA BECKER

014 035452 FABIANA CORREA DELFINO

015 035482 JUSSARA WEBER

016 035360 THAIS PERIN ORBEN

Cargo: AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO (ACD)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 035497 JULIANA DA SILVA

002 035520 ROZILDA PAZETTO GODINHO

003 035405 MARCELA FORTUNATO PICANCO DOS SANTOS

004 035508 CIRLENE DE SOUZA VIEIRA

Página 2de 2

HOMOLOGAÇÃO EDITAL 004 2016 - PROCESSO SELETIVO EDUCAÇÃO

ESTADO DO SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ

PROCESSO SELETIVO

HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE GRÃO PARÁ - SC, torna pública a Homologação do Resultado final do PROCESSO SELETIVO, conforme anexo, realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL, destinado a selecionar candidatos para o provimento

temporário em cargos do Magistério Público Municipal, objeto do Edital 04/2016 de

12 de janeiro de 2016.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Grão Pará - SC, 15 de Abril de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Página 1de 2

ESTADO DO SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ

PROCESSO SELETIVO

ANEXO

Cargo: PROFESSOR PEDAGOGO (HABILITADO)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 029279 CELIANE LEAL MARTIMIANO

002 035355 ANDRESA DE OLIVEIRA LEMBECK SALVALLAGGIO

004 035605 ZULEIDE BERTIER ALBERTON

005 035398 MILEIDE WESLING RECH

008 034815 NAISE KUELKAMP BERTO SCHILICKMANN

011 035538 EDINEIA DE OLIVEIRA BONOTI

012 035531 CLEIA TERESINHA COAN DA COREGIO

Cargo: PROFESSOR PEDAGOGO (NAO HABILITADO)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 035462 ANA PAULA BELTRAME MICHELS

002 034970 SUELEN JOCKEN SOETHE ASCARI

003 029134 PATRICIA MAGNUS

Página 2de 2

LEI COMPLEMENTAR 21/2016

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 21/2016

(De 12 de abril de 2016)

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO ANUAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E AUTÁRQUICA E DOS AGENTES POLÍTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder reajuste salarial de 11,27% (onze vírgula vinte e sete pontos percentuais), às categorias de servidores públicos municipais dos Poderes Executivo, Legislativo e da Autarquia Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, ativos e inativos, aos Cargos de Direção e Assessoramento de que trata a Lei Municipal nº 990, de 04 de abril de 2000, e aos servidores de que trata a Lei Municipal nº 1.989, de 23 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão salarial de 11,27% (onze vírgula vinte e sete pontos percentuais) aos agentes políticos do Município de que trata a Lei Municipal nº 1.862, de 26 de junho de 2012, referente ao INPC acumulado no ano de 2015.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2016.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 12 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 12 de abril de 2016.

ROSILDA PERIN BÖGER

Chefe de Gabinete

LEI MUNICIPAL Nº 2.036

LEI MUNICIPAL Nº 2.036/2016

(De 19 de abril de 2016)

“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 514, DE 12 DE OUTUBRO DE 1988, ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.129, DE 03 DE ABRIL DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a Lei Municipal nº 514, de 12 de outubro de 1988, que trata da criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, alterada pela Lei Municipal nº 1.129, de 03 de abril de 2002, para excluir-se da referida Lei, a alínea “f” do artigo 2º, no que diz respeito à participação do Rotary Club na composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município de Grão-Pará.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 19 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 19 de abril de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 47

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2014 e desde o ano de 2015, assim como valores em aberto de 2016, condicionando a continuidade de fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso e dos valores em aberto de 2016; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: METROMED COM. DE MAT. MÉD. HOSPITALAR LTDA
Restos a Pagar de 2014 e de 2015: 0360, 0366, 0503, 0504, 0587, 0608, 0609 e 0695.

Ordens de Pagamento: 0253 e 0328.

Valor: R\$ 8.162,13

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 48

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, e que, portanto, o Município encontra-se em mora com o pagamento, o que pode acarretar problemas futuros a Grão-Pará, faz-se necessário o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, haja vista que contempla o interesse público primário do Município, consoante adiante descrito:

Fornecedor: PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Restos a Pagar de 2015: 0570.

Valor: R\$ 143,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 49

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa POSTO GRÃO-PARÁ LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2014 e desde o ano de 2015, condicionando a continuidade de fornecimento de combustível para o Município de Grão-Pará, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: POSTO GRÃO-PARÁ

Restos a Pagar de 2014 e de 2015: 1824, 1825, 1826, 1863, 1866, 1867, 1868, 1869, 1876, 1879, 1883, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1463, 0599, 0326, 0291, 0293, 0309, 0310, 0314, 0315, 0320, 0321, 0317, 0318, 0319, 0409, 0410, 0412, 0408, 0413, 0418, 0419, 0417, 0423, 0463, 0464 e 0465.

Valor: R\$ 174.726,32

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 50

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, e que, portanto, o Município encontra-se em mora com o pagamento, o que pode acarretar problemas futuros a Grão-Pará, faz-se necessário o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, haja vista que contempla o interesse público primário do Município, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Restos a Pagar de 2015: 0543, 0548, 0631, 0644 e 0651.

Valor: R\$ 674,87

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 51

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, - 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que DB S.A. Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda forneceu, ao preço de à vista e dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos, equipamento para o Gabinete do Prefeito, justifica-se o pagamento desse débito

fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: DB S.A. COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA

Nota de Empenho: 1383/16

Nota Fiscal: 000.008.004

Valor: R\$ 279,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 52

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Someval Sociedade Mercantil de Veículos Automotores condicionou a continuidade de fornecimento de peças e serviços para manutenção de caminhões integrantes da frota municipal, mediante o pagamento de despesas já empenhadas; considerando que o Município encontra-se em mora com o pagamento dessas despesas e que a continuidade de fornecimento de peças e serviços contempla o interesse público, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Restos a Pagar de 2015: 0446, 0891 e 1292

Valor: R\$ 1.366,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 53

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa TM Schlickmann & Cia Ltda ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2014 e desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME

Restos a Pagar de 2014 e de 2015: 0365, 0388, 0408, 0409, 0566, 0607, 0647, 0458 e 0726.

Valor: R\$ 1.045,61

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 18 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 54

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Transporte e Comércio de Pneus Oenning Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA
Restos a Pagar de 2015: 0083, 0096, 0166, 0208, 0121, 0135 e 0210.

Valor: R\$ 23.370,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 55

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando a continuidade de fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desses débitos fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Restos a Pagar de 2015: 0542, 0579, 0605, 0632, 0633, 0634, 0662, 0720 e 0721.

Valor: R\$ 11.208,98

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 19 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÕES PROCESSO 23.2016 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

PROCESSO Nº 23/2016 HOMOLOGAÇÃO: 19/04/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO POSTO CENTRAL, RUA 1º DE MAIO, BAIRRO SANTA TEREZINHA E LINHA OURO VERDE (ESFs E FARMÁCIA BÁSICA), VIG. SANITÁRIA E AO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA DA SEC. MUN. DE SAÚDE DE GUARACIABA SC.

CONTRATADO: ISOLDE TELEKEN GRANDO ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 804,00 (oitocentos e quatro reais)

CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 914,86 (novecentos e quatorze reais e oitenta e seis centavos)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 82,75 (oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos)

CONTRATADO: TEREZINHA MARIA MALDANER 60514418915

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.082,00 (cinco mil e oitenta e dois reais)

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 31/2016

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, - 3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (OI S.A.) possui valores em haver do município de Guaraciaba/SC, em restos a pagar, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: OI S.A.

Empenho: 90, valor : R\$ 1.664,76

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Guaraciaba/SC, aos 19 de abril de 2016.

ROQUE LUIZ MENEGHINI

Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 67.16 AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE CAMA, MESA, BANHO E BRINQUEDOS CRECHE PROF. ALDINO FETTER

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº67/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 81/16, Edital de Pregão Presencial Nº 67/16, Objeto: AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE CAMA, MESA, BANHO E BRINQUEDOS PARA CRECHE MUNICIPAL PROFESSOR ALDINO FETTER E CEIM PEDRO THEOBALDO RITTER; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 04/05/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 04/05/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 19 de abril de 2016.

Roque Luiz Meneghini,

Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO PROCESSO 24.2016 PP 13.2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA/SC

CNPJ: 11.355.924/00001-27

RUA PRESIDENTE KENNEDY, Nº455

CEP: 89920-000 GUARACIABA - SC

Pregão Presencial Nº13/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nr.: 24/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, DESTINADOS A READEQUAÇÃO E MELHORAMENTO DA SALA DE VACINAS NA UNIDADE BÁSICA CENTRAL, LOCALIZADA A RUA PRESIDENTE KENNEDY, EM GUARACIABA SC..

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 04/2016

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde do Município de Guaraciaba/SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com amparo no Art. 49 da Lei 8.666/93, e tendo em vista que os valores fixados como preços máximos em especial ao item 01 do Anexo I, do presente Processo para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, está em desconformidade com os valores orçados resolve: "Revogar" o Processo Licitatório instaurado pelo município de Guaraciaba-SC através do Fundo Municipal de Saúde, sob o nº 24/2016 - Pregão Presencial nº 13/2016, pelo motivo acima exposto.

PUBLIQUE-SE.

GUARACIABA, 19 de abril de 2016.

DAIANE DORIGON,

GESTORA DO FMS

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO 3 CHAMADA MERENDA ESCOLAR 21 2016

Estado de Santa Catarina			
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM			
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
AVISO DE CHAMADA DE AMOSTRAS DE LICITAÇÃO			
Edital: Pregão – Registro de Preços - 21/2016			
Tipo : Menor Preço - por itens			
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.			
3º CHAMADA REFERENTE A AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS			
Conforme Ordem de Classificação, fica as empresas, itens e valores relacionados abaixo, a apresentarem suas amostras de produtos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis , ou seja 21 de Abril de 2016 até as 17:00 na Secretaria de Educação de Guaramirim :			
Gênero Alimentício		VENCEDOR – MARCA	VALORES R\$
16	BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN	FRONTAL – JASMINE	6,31
Eslarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433, Falar com Claudio ou Cenira.			
GUARAMIRIM (SC), 19/04/2015.			
LAURO FROHLICH			
PREFEITO MUNICIPAL			

PRORROGAÇÃO DA ENTREGA E ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SETOR DE LICITAÇÕES

PRORROGAÇÃO DA ENTREGA E ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2016 FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DE PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS CONTRA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), torna público para conhecimento dos interessados a PRORROGAÇÃO DA DATA DE ENTREGA E ABERTURA ao Edital de Pregão Eletrônico n.º 07/2016 – FMS.

1. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO (Passará a conter a seguinte descrição)

Entrega dos Envelopes: 29/04/2016 às 08h45min
Abertura dos Envelopes: 29/04/2016 às 09h00min

As demais informações permanecem inalteradas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.cidadecompras.com.br e pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 19 de abril de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº. 001/2016/CONCIDADE

RESOLUÇÃO Nº. 001, DE 11 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre a Criação da Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal das cidades e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DAS CIDADES DE GUARAMIRIM – SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal e Decreto Lei Nº 3.453/2008 - Regimento Interno do Conselho Municipal das Cidades, sendo um órgão deliberativo, de caráter permanente, de âmbito Municipal, de composição paritária e vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, e nos termos da reunião realizada no dia 11 de março de 2016,

RESOLVE:

Institui a comissão preparatória municipal da 6ª Conferência Municipal das cidades.

Art. 1º - Criar a Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal das Cidades, composta por:

- 1- Jean Spézia;
- 2- Cenira Telma Weber;
- 3- Elizangela Girardi;
- 4- Iran Wedi Siqueira;
- 5- Rogério Souza Silva;
- 6- Murici Mirson Murara;
- 7- Argeu Alisson Steckling.
8. Altair José Weber

Art. 2º- A Comissão será presidida pela Sr Iran W. Siqueira, e terá como competência:

I – Adotar o Regimento, no que se refere ao âmbito Municipal, contendo critérios de participação, eleição de delegados para a etapa estadual, respeitadas as definições deste regimento estadual, bem como a proporcionalidade de distribuição dos segmentos, conforme art. 21º

II - definir data, local e pauta da Conferência Municipal, que serão públicas e acessíveis a todos os cidadãos e cidadã, mantidos para eleição dos delegados (as) os critérios das entidades representativas no art.21 .

III – elaborar cópia do decreto municipal de convocação da Conferência, quando convocado pelo Executivo, ou edital de convocação, se pela sociedade civil, bem como a comprovação de ampla divulgação nos meios de comunicação local e regional, conforme disposto no art 21 º,- 1 deste regimento.

IV – produzir ato administrativo (resolução, portaria ou edital) que institui a comissão Preparatória Municipal conforme proporcionalidade estabelecida no art 21º deste Regimento.

V – Mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua

atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência Nacional das Cidades.

VI – A Comissão Preparatória Municipal deverá prever na programação da Conferência Municipal o tempo necessário para debater o temário, sem prejuízo do conteúdo, sendo que este tempo não pode ser inferior a carga horária de 8 horas, excluindo a cerimônia de abertura, executando as capitais dos estados, que terão carga mínima de 12 horas, excluindo a cerimônia de abertura.

VII- Preencher o formulário disponibilizado pela coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da Conferência Municipal, até 15 dias após a realização da mesma.

- 1º As Comissões Preparatórias Municipais devem enviar as informações dos incisos I ao IV para o CONCIDADES/SC, no máximo, até 10 dias úteis após a convocação da referida Conferência, a fim de validá-la.

- 2º O temário da Conferência Municipal deve contemplar o temário Estadual e Nacional.

Art. 27º - Os resultados das Conferências devem ser impressos, contendo a assinatura do executivo municipal e remetidos ao CONCIDADES/SC, em até 10 dias após sua realização, em formulário próprio a ser distribuído, via internet, pelo Ministério das Cidades.

Art. 28º - Os casos omissos e conflitantes, deverão ser direcionados pelas Comissões Preparatórias Municipais cabendo recurso a Comissão Preparatória Estadual.

Art. 3º - Para operacionalização da 6ª Conferência Municipal das Cidades, a Comissão Organizadora contará com o apoio dos seguintes Órgãos:

I - Associação dos Municípios da região da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS;

II – Secretaria de Planejamento do Estado;

III – CONCIDADES;

Art. 4º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na operacionalização da 6ª Conferência Municipal das Cidades.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais as instituições e organizações governamentais ou de sociedade civil, da administração Pública ou de iniciativa privada, prestadoras de serviços de atendimento ao idoso, bem como consultores e convidados.

Art. 5º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUARAMIRIM/SC, 11 de Março de 2016.

Presidente do Conselho Municipal das Cidades

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 16

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 16/2016 - Concorrência Nº. 01/2016.

Tipo: Maior Oferta.

Objeto: Concessão de uso pelo período de cinco anos, dos espaços públicos de Ginásio Municipal de Esportes do município de Guarujá do Sul, com a meta de atender aos usuários do espaço concedido, no qual a concessionária deverá explorar a atividade típica, a saber, pratica de esportes.

Valor Mínimo: R\$ 150,00.

Habilitação e Propostas: 25/05/2016 (Documentação 08:15 e abertura as 08:30).

Local: Prefeitura Municipal. Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 20 de abril de 2016.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - FMS 11

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 11/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 09/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CM EMPREITEIRA LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para execução de reforma da Unidade Básica de Saúde, na Rua Governador Jorge Lacerda 484, município de Guarujá do Sul, com área total de edificação 549,75 m², em regime de empreitada global, conforme Memorial Descritivo, Projetos, Planilha de Custo Global e Cronograma Físico-Financeiro, através do Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde – Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção a Saúde, sob Numero de Proposta 11252074000114002.

VALOR: R\$ 71.423,41

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: 90 DIAS

VIGENCIA DO CONTRATO: 31/12/2016

Guarujá do Sul, SC, 19 de abril de 2016.

Rossméri K. Vergutz,
Gestora do FMS.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - FMS CT 22/2014 TA 02

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 22/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 09/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS

OBJETO: O prazo de vigência do Contrato para Contratação de seguros para os veículos Ford Fiesta Sedan MFX 3039 e Ford Fiesta Sedan Ano/Mod 2014, utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde no transporte de pacientes do município de Guarujá do Sul, fica prorrogado por mais um ano a partir de 27 de abril de 2016,

VALOR: R\$ 4.850,00

VIGENCIA: Um ano

Guarujá do Sul, SC, 19 de abril de 2016.

Rossméri K. Vergutz,
Gestora FMS.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF CT 01/2016 / CT 90/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 90/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 60/2015 – TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: CONSTRUTORA FIEL EIRELI ME

OBJETO: O valor estipulado na Cláusula Terceira do presente contrato de R\$ R\$ 32.007,23 (Trinta e dois mil, sete reais, vinte e três centavos) será suprimido em R\$ 897,23 (Oitocentos e noventa e sete reais, vinte e três centavos), ficando então o valor contratado em R\$ 31.110,00 (Trinta e hum mil, cento e dez reais). A Supressão do valor tem por motivo a alteração conforme o que consta no Orçamento de Supressão de Serviços 01 e Justificativa de Supressão de Serviços 01 (construção de galeria para escoamento de agua pluvial na Rua Vereador Jose Leo Rippel, município de Guarujá do Sul, em execução ao Convenio nº. 2015TR000721 (Processo nº. SDR30 00000965/2014), através do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira e o município de Guarujá do Sul).

Guarujá do Sul, SC, 19 de abril de 2016.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIROTERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 01/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 62/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: FORTUNA SERVIÇOS LTDA ME

OBJETO: Fica acrescida a quantidade de 25 horas de serviço de horas de silagem para confecção de silagem, além daquela prevista no Contrato (100 horas).

VALOR: R\$ 10.825,00

Guarujá do Sul, SC, 19 de abril de 2016.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 542/2016

PORTARIA Nº 542/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora MARGARETE DE DEUS E SILVA FIORESE (Matr. 103), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Inspetor Escolar, Nível/Referência – 9/E anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 9.1/A, anexo XI, a contar de 01 de abril de 2016, de conformidade com o artigo 13, parágrafo único da Lei Complementar Nº 281/2011, e artigo 29, - 2º da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Abril de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 543/2016

PORTARIA Nº 543/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora CLADMIRA FATIMA RODRIGUES CORRÊA (Matr. 1294), nascida aos 11/04/1959, ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Secretário Administrativo, Nível/Referência – 8/D, anexo XII, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/E, anexo XII, a partir de 11 de abril de 2016, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Abril de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 544/2016

PORTARIA Nº 544/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora MARIA RAQUEL AGUIAR BARBOSA (Matr. 414), nascida aos 10/04/1967, ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/B, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/C, anexo XI, a partir de 11 de abril de 2016, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Abril de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 545/2016

PORTARIA Nº 545/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora NILCE BORTOLUZZI (Matr. 2560), nascida aos 29/04/1966, ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/A, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência – 7/B, anexo XI, a partir de 29 de abril de 2016, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Abril de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 546/2016

PORTARIA Nº 546/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LARIANE ASSIS XAVIER SANTOS DE CARVALHO (Matr. 2575), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 6, Referência "C", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de fevereiro de 2014 e 06 de fevereiro de 2015, para serem gozadas a partir de 19 de abril de 2016 a 18 de maio de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Abril de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 547/2016

PORTARIA Nº 547/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO à Servidora MARÍLIA MORGANA ZACCARON (Matr. 3602), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, a contar de 18 de abril de 2016, conforme o disposto no artigo 92, - 3º, inciso I, da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Abril de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 548/2016

PORTARIA Nº 548/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Professor, Nível/Referência – 6/A, do anexo XI da LC Nº. 316/2013, 20 horas semanais, à Servidora ANGELA CRISTINA BILIBIO (Matr. 3028), ocupante de Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de três anos

de Estágio Probatório, consoante o que determina o Decreto nº 1718 de 03 de Junho de 2004, e formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Abril de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 006/2016

Estado de Santa Catarina

Município de Herval d'Oeste

Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

Município de Videira

Empresa: Femaks Construtora e Incorporadora Ltda. EPP.

CNPJ/MF nº 81.301.350/0001-90

Endereço: Rua XV de Novembro, 376 – Sala 02 - Centro.

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 006/2016 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016

Pelo presente instrumento de contrato, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. EPP estabelecida na Rua XV de Novembro, 376 – Sala 02 - Centro, Videira - SC, inscrita no CNPJ sob o número nº 81.301.350/0001-90 neste ato representado pelo sócio Gerente, senhor Antônio Gonçalves Dias, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 183.272.579-00 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 042/2015, que tem por objeto a execução em regime de empreitada por preço unitário para a Reforma do Estádio Municipal José Afonso D'Agostini, com 1.144,74 m² situado a Rua Pedro Paludo, S/Nº - Jardim José Rupp, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, em decorrência do Processo Licitatório Nº 052/2015, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2015, do tipo menor preço global, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a supressão de valores da planilha orçamentária contratual, devido a exclusão de serviços do orçamento inicial, devido a alterações nos projetos, conforme anexo único ao presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

A supressão de serviços constante na Cláusula primeira corresponde a uma redução do quantitativo do objeto na ordem de 68,60% do valor total inicial do Contrato, que era de R\$ 82.738.57 (oitenta e dois mil, setecentos e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos), correspondendo a uma supressão no valor de R\$ 56.759,24 (cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta e nove reais e vinte

e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

Com as supressões, decorrentes deste Termo Aditivo, o valor do contrato original passará de R\$ 82.738,57 (oitenta e dois mil, setecentos e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos), para R\$ 25.979,33 (vinte e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e trinta e três centavos).

CLÁUSULA QUARTA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 65 inciso II, - 2º "II," da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 042/2015, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 12 de fevereiro de 2016.
 Nelson Guindani Antonio Gonçalves Dias
 Prefeito Municipal Sócio Gerente
 CPF: 501.589.459-72 CPF: 183.272.579-00
 Contratante Contratada

Testemunhas:

Gilberto José Durigon Mariana Colusso Fabrin
 CPF: 737.459.529-87 CPF: 052.051.949-36

TERMO DE REAJUSTE Nº 007/2016

Estado de Santa Catarina
 MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
 PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
 CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
 Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
 CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
 MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
 AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
 CNPJ/MF Nº 05.919.156/0001-94
 Rua Marechal Bormann, nº 315D – Centro
 CONTRATADA

TERMO de reajuste Nº 007/2016 DE 14 DE ABRIL DE 2016
 Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Marechal Bormann, nº 315D – Centro – Município de Chapecó - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 05.919.156/0001-94, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Reajuste a ata de Registro de Preços nº 021C/2015, que tem por objeto o eventual fornecimento de material de higiene e limpeza para uso das diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 062/2015, na Modalidade de

Pregão Presencial nº 032/2015 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados para o fornecimento de Alcool Etílico 70 % no importe de + 35 %, em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando que a Contratada comprova documentalmente no pedido que o produto citado efetivamente sofreu alteração de preço, será concedido reajuste conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR ATUAL	VALOR COM REAJUSTE
05	ÁLCOOL ETÍLICO GEL 70 % - 5 LITROS	Und	FLOP'S	R\$ 17,70	R\$ 23,89

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 021C/2015, que não foram modificados por força deste Termo DE REAJUSTE, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 14 de abril de 2016.

Nelson Guindani
 Prefeito Municipal
 CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 079/2016

PORTARIA Nº 079, DE 09 DE ABRIL DE 2016

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010,

Resolve:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Marcos Roberto Bazzen	14.11.2014 a 13.11.2015	11.04.2016 a 10.05.2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 09 DE ABRIL DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 080/2016

PORTARIA Nº 080, DE 11 DE ABRIL DE 2016

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 015, de 14 de maio de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido o Contrato de Trabalho nº 015/2014, celebrado com ROBERTO DANIELEWCZ.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 11 DE ABRIL DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 081/2016

PORTARIA Nº 081, DE 11 DE ABRIL DE 2016

“CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos ao servidor público abaixo relacionado, que se encontra devidamente habilitado:

a) Olivo Ceron – Carteira Nacional de Habilitação nº 975936024, nº registro 03310883250, categoria “AB”, com validade até 08.06.2019.

Art. 2º. O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 11 DE ABRIL DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 082/2016

PORTARIA Nº 082, DE 11 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos ao servidor público abaixo relacionado, que se encontra devidamente habilitado:

a) Elcir Antonio Bath da Costa – Carteira Nacional de Habilitação nº 363789324, nº registro 01825971065, categoria "AB", com validade até 16.11.2015.

Art. 2º. O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 11 DE ABRIL DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 083/2016

PORTARIA Nº 083, DE 19 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos ao servidor público abaixo relacionado, que se encontra devidamente habilitado:

a) Celia Aparecida da Silva Ramos – Carteira Nacional de Habilitação nº 976448368, nº registro 05750726660, categoria "AB", com validade até 18.11.2017.

Art. 2º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 19 DE ABRIL DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

RETIFICAÇÃO**RETIFICAÇÃO DE EDITAL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 028/2016

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2016

O lote 01 item 15 fica retificado, passando para a seguinte redação:

1	15	Saveiro Camionete/C.Aberta /2010 Ano/Modelo: 2010/2011 Placa: MHJ 8947, Renavan: 227250150, Chassi: 9BWK05U6BP052313 Cobertura para colisão, incêndio, roubo, cobrindo no mínimo os seguintes valores/percentuais: Casco: 100% tabela FIPE, DMT: 100.000,00 DCT: 100.000,00 DMO: 50.000,00 APP c/ DMH 30.000,00 Morte: 30.000,00 Invalidez: 30.000,00 Assistência técnica 24 horas sem limite de quilometragem, carro reserva por 07 dias, Proteção a vidros(Vidro, retrovisor, Farol e Lanterna);	Franquia R\$ 2.293,85	R\$ 1.556,35
---	----	---	--------------------------	--------------

O lote 04 item 35 fica retificado, passando para a seguinte redação:

4	35	Trator de Esteira New Holland - D150 XLT CAB/2014 Ano/Modelo: 2014. Placa: D150, Chassi: HBZN150BHEAC00421 Cobertura RCF DMT: 100.000,00 DCT: 100.000,00	Sem fran- quia	R\$ 167,90
---	----	---	-------------------	------------

Ibiam, 19 de Abril de 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

ERRATA PRG 004 - 2016 FMS - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 - FMS

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 004/2016 - FMS, que o item abaixo passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ESPECIFICAÇÕES:

VEÍCULO AUTOMOTIVO 0 KM, 04 PORTAS, COR BRANCA LISA, MOTOR FLEX, 04 CILINDROS 1.0 INJEÇÃO ELETRÔNICA MULTIPONTO, SEMI-SEQUENCIAL MPI 8 V, APOIOS DE CABEÇA NOS BANCOS DIANTEIROS E TRASEIRO COM REGULAGEM EM ALTURA, CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS (INCLUSO MOTORISTA), BANCO TRASEIRO REBATÍVEL, BANCOS DIANTEIROS RECLINÁVEIS, INCLUSO EMPLACAMENTO, LICENCIAMENTO E SEGURO DPVAT COM NO MÍNIMO 01 (UM) ANO DE GARANTIA.

LEIA-SE:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ESPECIFICAÇÕES:

VEÍCULO AUTOMOTIVO 0 KM, 04 PORTAS, COR BRANCA LISA, MOTOR FLEX, 04 CILINDROS 1.0 INJEÇÃO ELETRÔNICA MULTIPONTO, SEMI-SEQUENCIAL MPI 8 V, APOIOS DE CABEÇA NOS BANCOS DIANTEIROS E TRASEIRO COM REGULAGEM EM ALTURA, CAPACIDADE PARA 05 PASSAGEIROS (INCLUSO MOTORISTA), BANCO TRASEIRO REBATÍVEL, BANCOS DIANTEIROS RECLINÁVEIS, INCLUSO EMPLACAMENTO, LICENCIAMENTO E SEGURO DPVAT COM NO MÍNIMO 01 (UM) ANO DE GARANTIA E POSSUIR O SELO CONPET DE EFICIENCIA ENERGETICA VEICULAR.

Desta forma, altera-se a data de abertura da sessão que passará a ser no dia 05 de maio de 2016 às 09:30 horas.

Ilhota, 19 de abril de 2016.

Alex Miranda

Pregoeiro Oficial

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA DE CARTA CONVITE Nº. 002/2016

A Prefeitura Municipal de Imaruí – SC, através do Setor de Licitação, torna público aos interessados, que realizará no dia 04/05/2016 às 10h00min, a reabertura de Licitação na modalidade de Convite, Tipo Menor Preço, na forma de julgamento Global, cujo objetivo visa a Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Assessoria em Comunicação e Imprensa. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitação, situado na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro, Imaruí/SC, CEP: 88.770- 000, e através do site www.imarui.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br, ou através do telefone (48) 3643 0161.

Imaruí, 19 de Abril de 2016.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 028 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 028, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo aos funcionários e servidores públicos municipais, nas Repartições Públicas do Município de Imaruí no dia 22 de abril de 2016.

Parágrafo único – Não será facultativo o ponto nas repartições, cujos serviços são considerados essenciais, e não podem, por sua natureza, serem suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 19 de abril de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SAMAE Nº 001/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados em Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água do Sistema Comercial.

Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/93.

Contratada: MBC Serviços de Saneamento Ambiental LTDA (15.357.495/0001-88)

Valor: O valor estimativo do contrato obedecerá a Proposta Comercial, sendo de máximo R\$ 83.304,69 (oitenta e três mil trezentos e quatro reais e sessenta e nove centavos), por mês, pelos serviços de Grupo I e R\$ 67.302,63 (sessenta e sete mil trezentos e dois reais e sessenta e três centavos), por mês, pelos serviços do Grupo II, totalizando R\$ 903.643,94 (novecentos e três mil seiscentos e quarenta e três mil reais noventa e quatro centavos).

Imaruí, 20 de Abril de 2016.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO SAMAE 001-2016

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo SAMAE Nº 001/2016

Origem: Dispensa de Licitação
Processo Licitatório SAMAE 001/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados em Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água do Sistema Comercial.

Contratante: SAMAE - Serv. Aut. Mun. Água e Esgoto Imaruí (19.603.138/0001-03)

Contratada: MBC Serviços de Saneamento Ambiental LTDA (15.57.495/0001-88)

Órgão: 16 - SAMAE

Unidade: 01 - SAMAE

Proj. Ativ.: 2.300 - Manutenção do SAMAE

Código Resumido: 8

Elemento Despesa: 3.3.90.00.00.00.00

Descrição: Aplicações Diretas

Valor Total do Contrato: O valor estimativo do contrato obedecerá a Proposta Comercial, sendo de máximo R\$ 83.304,69 (oitenta e três mil trezentos e quatro reais e sessenta e nove centavos), por mês, pelos serviços de Grupo I e R\$ 67.302,63 (sessenta e sete mil trezentos e dois reais e sessenta e três centavos), por mês, pelos serviços do Grupo II, totalizando R\$ 903.643,94 (novecentos e três mil seiscentos e quarenta e três mil reais noventa e quatro centavos).

Assinatura: 18/04/2016

Signatário:

Pelo Município, o Senhor Emanoel Matos

Pela contratada, a Senhora Gisele Pessoa Bianchini do Carmo

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 59, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO PMI Nº 59, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para nova dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Reequipamento de Unidades de Saúde		
10.301.0014-1.025		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0816 (0077)	Aplicações Diretas	100.000,00
Total		100.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recurso do FUNDOSOCIAL/Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA Nº. 08/2016 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 53/2016

DISPENSA Nº 07/2016

Objeto: Contratação emergencial de empresa especializada em engenharia para recuperação da Rua Aurino Alves de Souza, bairro de Sambaqui, onde será realizada a elevação do leito de trecho da referida rua com pedra de mão (pulmão e/ou rachão) e colocação de base de brita graduada (bica corrida) e construção de drenagem pluvial, travessia da rua e construção de caixa de passagem / captação.

Contratada: Lasca Materiais para construção e transportes LTDA – ME.

CNPJ: 18.128.497/0001-93

Valor total: 80.693,11 (Oitenta mil seiscentos e noventa e três reais com onze centavos).

Fundamentação Legal: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 20 de Abril de 2016.

Juliana da Silva Ignácio
Secretária de Agricultura, Pesca e Infraestrutura

EXTRATO DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 08/2016 (SAÚDE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 12/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 09/2016, que tem como objeto a "aquisição de material de consumo ambulatorial para uso da secretaria municipal de saúde".

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 05 de Maio de 2016, às 08:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 20 de abril de 2016.

Dilson Petrassem Junior
Pregoeiro Oficial

EXTRATO: PMI SETEC 07/2016 - A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETEC 07/2016 - A/01

Contratada: CARDIAL STANS LTDA EPP.

CNPJ: 5.352.060/0001-26

Objeto: É OBJETO DESTES TERMOS ADITIVO O ACRÉSCIMO DE 8% (OITO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 5.072,00.

Fundamento: Processo nº 131/2015. Pregão 74/2015.

Imbituba, 12 de Abril de 2016

Paulo Juchem Sefton
Secretário Municipal da Setec
Contratante

Cardial Stans Ltda EPP
Representante Legal
Contratada

LEI Nº 4.707, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

LEI Nº 4.707, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Declara de Utilidade Pública a Academia de Letras de Imbituba - ALI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Academia de Letras de Imbituba, inscrita no CNPJ sob o nº 22.966.017/0001-30, com sede e foro nesta Comarca de Imbituba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.708, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

LEI Nº 4.708, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar despesas com os concursos Miss Mundo Santa Catarina e Mister Santa Catarina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas com a participação dos representantes do município de Imbituba nos concursos Miss Mundo Santa Catarina e Mister Santa Catarina, no valor de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas com inscrição, trajes e transporte dos participantes.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.709, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

LEI Nº 4.709, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Jesus de Nazaré.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Jesus de Nazaré, inscrita no CNPJ sob o nº 24.247.609/0001-28, com sede e foro nesta Comarca de Imbituba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.710, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

LEI Nº 4.710, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016, e abre Crédito Adicional Especial no exercício de 2016 para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal proceder à alteração para inclusão da modalidade abaixo discriminada na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016, Lei nº 4.616, de 07 de outubro de 2015:

ORGÃO	17	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IMBITUBA
UNIDADE	17.01	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Imbituba
PROGRAMA	15	Proteção a Criança e Adolescente
AÇÃO	2.126	Construindo o Futuro
MODALIDADE	3.1.90.00.00.00.00.00.3.0250	

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento (LOA) 2016, conforme Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015, para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IMBITUBA			
Construindo o Futuro			
08.243.0015-2.126			
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0250 (0006)		Aplicações Diretas	100.000,00
Total			100.000,00

Art. 3º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro do Programa de Atenção a Criança apurados em exercícios anteriores.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.711, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

LEI Nº 4.711, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016, e abre Crédito Adicional Especial no exercício de 2016 para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal proceder à alteração para inclusão da modalidade abaixo discriminada na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2016, Lei nº 4.616, de 07 de outubro de 2015:

ORGÃO	17	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IMBITUBA
UNIDADE	17.01	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Imbituba
PROGRAMA	15	Proteção a Criança e Adolescente
AÇÃO	2.052	Manutenção do FMDCA
MODALIDADE	3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000	

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais), no orçamento (LOA) 2016, conforme Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015, para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IMBITUBA			
Manutenção do FMDCA			
08.243.0015-2.052			
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 (0009)	Transf. a Instit. Priv. sem Fins Lucr.		59.000,00
Total			59.000,00

Art. 3º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IMBITUBA			
Manutenção do FMDCA			
08.243.0015-2.052			
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0001)	Aplicações Diretas		39.000,00
Subtotal			39.000,00
Construindo o Futuro			
08.243.0015-2.126			
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0003)	Aplicações Diretas		15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0005)	Aplicações Diretas		5.000,00
Subtotal			20.000,00
Total			59.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.712, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

LEI Nº 4.712, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Autoriza o Executivo Municipal a firmar termo de convênio com a ASSEIF - Associação de Estudantes de Imbituba em Florianópolis, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com a ASSEIF - Associação de Estudantes de Imbituba em Florianópolis, com o objetivo de disponibilizar à ASSEIF, 01 (um) ônibus para o transporte de estudantes universitários de Imbituba com destino a Florianópolis e vice-versa, com idas aos domingos e retorno todas às sextas-feiras, durante o ano letivo.

Parágrafo único. Cabe à ASSEIF conceder 10 bolsas (gratuidade) a alunos que comprovem situação socioeconômica familiar, mediante avaliação social.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº 4.550, de 24 de Abril de 2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de abril de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

Indaial

PREFEITURA

LAO Nº 1369/2016

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO Nº 1369/2016

O MUNICÍPIO DE INDIAIAL, torna público que recebeu da Fundação do Meio Ambiente (FATMA), a Licença Ambiental de Operação nº 1369/2016, válida por 48 (quarenta e oito) meses para a atividade 34.31.11- Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários - Estação de Tratamento - Sub-bacia 04, Rua Bagé, Encano do Norte - Indaial/SC.

FATMA - Rua Felipe Schmidt, 485, Centro
88010-001 - Florianópolis - Santa Catarina
Fone: + 55 48 3216 1700
E-mail: fatma@fatma.sc.gov.br
URL: www.fatma.sc.gov.br

PORTARIA Nº 79/16

. PORTARIA Nº 79/16

. De 19 de abril de 2016

Nomeia Equipe da Central de Regulação Ambulatorial de Exames e Consultas da Secretaria Municipal de Saúde de Indaial

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE,

Nomear as pessoas abaixo relacionadas para integrarem a Equipe da Central de Regulação Ambulatorial de Exames e Consultas da Secretaria Municipal de Saúde de Indaial:

Central de Regulação Ambulatorial de Exames e Consultas:

Coordenador Enfermeiro: Alexandre Manoel Dalabrida - COREN 313.935
Médico Regulador: Eddy Alvarez Antezana - CRM/SC 6524

Equipe Técnica de Apoio:

Auxiliar Administrativo: Rosangela de Souza Saucedo Marques
Auxiliar Administrativo: Tannia Maria Paduin de Amorim
Enfermeira: Vanessa Martins da Silva

Município de Indaial, em 19 de abril de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2016

MUNICÍPIO DE INDIAIAL

Fundo Municipal de Saúde

Licitatório nº 048/2016

Pregão Presencial nº 002/2016-19208

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para Fundo Municipal de Saúde

Entrega dos envelopes: 05/05/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 05/05/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1822/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1822/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADK0888	55722995E	6599/2	20/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
AGT0303	55489194E	6912/0	07/01/2016	R\$ 53,20	232
ANF1477	55723577E	5010/0	15/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MAX3415	55722788E	6599/2	18/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MBM9737	55721199E	6599/2	30/10/2015	R\$ 191,54	230 * V
MDN0633	55723697E	6556/4	14/01/2016	R\$ 191,54	230 * I
MDZ5202	55724154E	5045/0	21/01/2016	R\$ 191,54	162 * V
MIY6429	55723790E	6599/2	21/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
QHJ0835	55488842E	6408/0	30/11/2015	R\$ 85,13	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1823/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1823/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGO4367	55489206E	5185/1	14/01/2016	R\$ 127,69	167
LXJ5589	55488861E	5185/1	30/10/2015	R\$ 127,69	167
MHN9654	55488712E	5185/2	26/10/2015	R\$ 127,69	167
MIL9299	55489045E	5185/2	14/12/2015	R\$ 127,69	167
MJP0772	55488271E	5932/0	19/10/2015	R\$ 957,69	203 * II
QHD4603	55489224E	5967/0	22/01/2016	R\$ 957,69	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1826/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1826/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CIA7014	55724277E	5010/0	30/01/2016	R\$ 574,61	162 * I
JDG0800	55489187E	6599/2	07/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
JXZ2789	55723514E	6599/2	29/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
LXI9927	55489129E	5010/0	22/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
MCM6496	55488942E	7340/0	27/01/2016	R\$ 85,13	252 * IV
MFA0168	55722368E	6912/0	09/12/2015	R\$ 53,20	232
MFA0168	55722369E	5037/1	09/12/2015	R\$ 574,61	162 * III
MFK4887	55724077E	7358/0	20/01/2016	R\$ 85,13	252 * V
MGU2098	55721911E	5010/0	13/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
MGU2098	55721912E	5274/1	13/12/2015	R\$ 1.915,38	175
MHF1392	55723262E	6556/1	17/12/2015	R\$ 191,54	230 * I
MHM4385	55723665E	5274/1	12/12/2015	R\$ 1.915,38	175
MHM4385	55723782E	5010/0	12/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
MHM4385	55723783E	5118/0	12/12/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIJ1809	55723791E	6912/0	23/01/2016	R\$ 53,20	232
MIJ1809	55723792E	5029/1	23/01/2016	R\$ 957,69	162 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1827/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1827/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IHL1961	55723967E	5207/0	22/12/2015	R\$ 53,20	169
IHL1961	55723969E	6050/1	22/12/2015	R\$ 191,54	208
IHL1961	55723970E	5835/0	22/12/2015	R\$ 127,69	195
IHL1961	55723971E	5185/1	22/12/2015	R\$ 127,69	167
IHL1961	55723973E	5193/0	22/12/2015	R\$ 191,54	168
LXI9927	55489128E	5550/0	22/12/2015	R\$ 85,13	181 * XVIII
LYP5555	55488916E	7366/2	03/12/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MBP7679	55489172E	7030/1	04/01/2016	R\$ 191,54	244 * I
MCM9750	55489032E	5185/1	11/12/2015	R\$ 127,69	167
MHM4385	55723664E	5967/0	12/12/2015	R\$ 957,69	203 * V
MHM4385	55723784E	5835/0	12/12/2015	R\$ 127,69	195
MHM4385	55723785E	7064/0	12/12/2015	R\$ 191,54	244 * IV
MIE6259	55488910E	7366/2	06/11/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MJA9395	55723675E	5835/0	26/12/2015	R\$ 127,69	195
MKJ0985	55489136E	7030/1	23/12/2015	R\$ 191,54	244 * I
MLD7200	55489048E	5452/1	15/12/2015	R\$ 127,69	181 * VIII
MMM6969	55489013E	5185/1	05/12/2015	R\$ 127,69	167
MMM6969	55489164E	5185/1	30/12/2015	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1830/2016



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1830/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADK0310	55489074E	6556/1	16/12/2015	R\$ 191,54	230 * I
AEC6121	55489200E	6599/2	08/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
AEL2492	55724056E	6726/1	08/01/2016	R\$ 127,69	230 * XVIII
AEL2492	55724057E	6637/2	08/01/2016	R\$ 127,69	230 * IX
ANH0189	55724054E	6726/1	08/01/2016	R\$ 127,69	230 * XVIII
ANH0189	55724055E	6637/2	08/01/2016	R\$ 127,69	230 * IX
ARA8076	55489217E	6912/0	20/01/2016	R\$ 53,20	232
AUE0457	55723781E	5282/0	11/12/2015	R\$ 957,69	176 * I
CSB4136	55723819E	5320/0	29/11/2015	R\$ 957,69	176 * V
GYL5837	55723692E	5010/0	10/01/2016	R\$ 574,61	162 * I
GYL5837	55723693E	5118/0	10/01/2016	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IPY6833	55724005E	5274/1	08/01/2016	R\$ 1.915,38	175
LAF2964	55488303E	6912/0	24/07/2015	R\$ 53,20	232
LXN6359	55489011E	6912/0	05/12/2015	R\$ 53,20	232
LYG3001	55723684E	5010/0	03/01/2016	R\$ 574,61	162 * I
LYH1871	55722944E	6653/1	09/09/2015	R\$ 127,69	230 * XI
LYH1871	55722946E	6599/2	09/09/2015	R\$ 191,54	230 * V
LZG6383	55723582E	5010/0	01/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
MAH0764	55723913E	5010/0	18/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
MBK2114	55723777E	6912/0	09/12/2015	R\$ 53,20	232
MBZ0589	55723977E	6599/2	26/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
MBZ0589	55723978E	5010/0	26/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
MBZ0589	55723979E	6580/0	26/12/2015	R\$ 191,54	230 * IV
MBZ0589	55723980E	5061/0	26/12/2015	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBZ0589	55723981E	6610/2	26/12/2015	R\$ 127,69	230 * VII
MCJ6665	55489027E	5010/0	11/12/2015	R\$ 574,61	162 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCJ6665	55489028E	6769/1	11/12/2015	R\$ 85,13	230 * XXII
MCJ6665	55489030E	5118/0	11/12/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCR0495	55724002E	6599/2	12/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
MCR0495	55724003E	5010/0	12/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
MDE2394	55723775E	6599/2	28/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MDM8568	55723662E	6599/2	18/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MDN0633	55723995E	6599/2	14/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
MDN0633	55723997E	5274/1	14/01/2016	R\$ 1.915,38	175
MDN0633	55723998E	5010/0	14/01/2016	R\$ 574,61	162 * I
MDN0633	55723999E	6610/2	14/01/2016	R\$ 127,69	230 * VII
MDN0633	55724000E	5061/0	14/01/2016	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDP1446	55489218E	6599/2	20/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
MDQ4142	55721994E	5010/0	17/01/2016	R\$ 574,61	162 * I
MES5072	55488814E	5010/0	13/11/2015	R\$ 574,61	162 * I
MEV7004	55489081E	6599/2	16/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
MEZ2929	55489026E	6599/2	11/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
MGS9744	55723579E	6599/2	18/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MGU8539	55489070E	5053/1	15/12/2015	R\$ 191,54	162 * VI
MHQ2693	55723070E	6599/2	07/01/2016	R\$ 191,54	230 * V
MIE7511	55487923E	6599/2	24/06/2015	R\$ 191,53	230 * V
MIE7511	55487924E	6726/1	24/06/2015	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIL1794	55723146E	6653/1	09/12/2015	R\$ 127,69	230 * XI
MJL8083	55723588E	6599/2	11/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
MJL8083	55723589E	5010/0	11/12/2015	R\$ 574,61	162 * I
MJW3347	55723776E	6637/2	09/12/2015	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1831/2016



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1831/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABI0167	55488982E	5541/4	30/11/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
ADV3307	55489132E	7366/2	22/12/2015	R\$ 85,13	252 * VI
AJR7484	55489158E	5193/0	28/12/2015	R\$ 191,54	168
CVE5367	55488999E	5541/5	04/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
FAK7017	55489106E	5541/1	17/12/2015	R\$ 53,20	181 * XVII
GYL5837	55723688E	5835/0	10/01/2016	R\$ 127,69	195
GYL5837	55723689E	5940/1	10/01/2016	R\$ 957,69	203 * III
GYL5837	55723690E	5215/2	10/01/2016	R\$ 191,54	170
GYL5837	55723691E	5193/0	10/01/2016	R\$ 191,54	168
JDG0800	55489186E	5185/1	07/01/2016	R\$ 127,69	167
LXH3320	55489005E	5185/1	03/12/2015	R\$ 127,69	167
LXV9661	55489182E	5541/3	06/01/2016	R\$ 127,69	181 * XVII c/ Lei13146
MAI8503	55489047E	5185/1	15/12/2015	R\$ 127,69	167
MAI8503	55489120E	6122/0	21/12/2015	R\$ 191,54	214 * I
MAN0895	55723147E	5185/1	09/12/2015	R\$ 127,69	167
MBM3779	55488922E	5703/0	12/12/2015	R\$ 85,13	185 * I
MCJ6665	55489029E	5207/0	11/12/2015	R\$ 53,20	169
MCR6152	55489052E	5185/1	04/12/2015	R\$ 127,69	167
MDM8568	55723661E	5835/0	18/11/2015	R\$ 127,69	195
MDN0633	55723996E	5207/0	14/01/2016	R\$ 53,20	169
MEH5959	55489049E	5185/1	15/12/2015	R\$ 127,69	167
MEZ2929	55489025E	6041/2	11/12/2015	R\$ 127,69	207
MFL5889	55489157E	5193/0	28/12/2015	R\$ 191,54	168
MGL2722	55489036E	6050/1	12/12/2015	R\$ 191,54	208
MGV7000	55489205E	5185/1	11/01/2016	R\$ 127,69	167
MHI3423	55489193E	6041/1	07/01/2016	R\$ 127,69	207

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIO0059	55722466E	5525/0	08/12/2015	R\$ 85,13	181 * XV
MIQ3996	55489024E	5207/0	11/12/2015	R\$ 53,20	169
MJW7176	55488987E	7366/2	01/12/2015	R\$ 85,13	252 * VI
MLH0286	55722469E	5835/0	30/12/2015	R\$ 127,69	195
MMD7081	55724001E	5967/0	11/12/2015	R\$ 957,69	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1820/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1820/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CNY6954	55723519E	6670/0	08/03/2016	230 * XIII
LNH0079	55724091E	6599/2	01/02/2016	230 * V
LXB4924	55724253E	6599/2	22/01/2016	230 * V
LXB4924	55724254E	5010/0	22/01/2016	162 * I
LXB4924	55724255E	5118/0	22/01/2016	164 c/c 162 * I
LYK1182	55724099E	5045/0	27/02/2016	162 * V
MAI6216	55724401E	6599/2	13/02/2016	230 * V
MAI6216	55724402E	5010/0	13/02/2016	162 * I
MAI6216	55724403E	5118/0	13/02/2016	164 c/c 162 * I
MBB2771	55724095E	5118/0	14/02/2016	164 c/c 162 * I
MBN9270	55724383E	5010/0	03/03/2016	162 * I
MBN9270	55724384E	5118/0	03/03/2016	164 c/c 162 * I
MBU8799	55724303E	6599/2	04/02/2016	230 * V
MFG5131	55724188E	6912/0	27/02/2016	232
MFV7453	55724135E	7579/0	05/02/2016	277
MGL0372	55724315E	6599/2	27/02/2016	230 * V
MGL0372	55724316E	5010/0	27/02/2016	162 * I
MGL0372	55724317E	5118/0	27/02/2016	164 c/c 162 * I
MGL0372	55724318E	7340/0	27/02/2016	252 * IV
MJV5108	55724286E	6599/2	05/02/2016	230 * V
MKT7495	55724304E	6599/2	06/02/2016	230 * V
MMB7196	55724386E	6670/0	03/03/2016	230 * XIII
QHJ0835	55489276E	6637/1	06/02/2016	230 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1821/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1821/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APQ6654	55724297E	5185/1	09/02/2016	167
APS5584	55489406E	7366/2	08/03/2016	252 * VI
ARF1077	55489390E	5185/1	04/03/2016	167
JHX0678	55724388E	5525/0	05/03/2016	181 * XV
LXF5515	55724378E	5452/1	28/02/2016	181 * VIII
LXM0604	54106716N	5002/0	12/02/2016	257 § 8º
LXX7596	55489401E	5185/1	08/03/2016	167
MBN2324	55724231E	5185/1	06/03/2016	167
MCC0458	55489415E	5622/2	09/03/2016	182 * VI
MCD6984	55489395E	5185/1	07/03/2016	167
MDM3135	55724152E	7366/2	31/01/2016	252 * VI
MER2001	55724375E	5525/0	28/02/2016	181 * XV
MGW7896	55724036E	5720/0	27/02/2016	186 * I
MHE1551	55724376E	5525/0	28/02/2016	181 * XV
MJY6291	55724363E	5738/0	16/02/2016	186 * II
MLQ1299	55724611E	5525/0	08/03/2016	181 * XV
QHJ0835	55489275E	5967/0	06/02/2016	203 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1824/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1824/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DIN9926	55724233E	6599/2	08/03/2016	230 * V
JOZ9038	55724654E	5010/0	13/03/2016	162 * I
JOZ9038	55724656E	5177/0	13/03/2016	166
JOZ9038	55724657E	6912/0	13/03/2016	232
MFC2388	55724142E	6912/0	07/02/2016	232
MFC2388	55724175E	7340/0	07/02/2016	252 * IV
MFP4457	55724701E	5045/0	10/03/2016	162 * V
MHV1377	55724222E	6599/2	17/02/2016	230 * V
MHW3924	55724191E	5010/0	02/03/2016	162 * I
MHZ3561	55489299E	6599/2	15/02/2016	230 * V
MHZ3561	55489300E	7340/0	15/02/2016	252 * IV
MJD5893	55721922E	6912/0	22/01/2016	232
MJD5893	55721923E	5169/1	22/01/2016	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1825/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1825/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALX9321	55724607E	7048/1	08/03/2016	244 * II
ALX9321	55724608E	7072/1	08/03/2016	244 * V
LYE6208	55724702E	5207/0	11/03/2016	169
LYE6208	55724703E	7234/0	11/03/2016	250 * I * a
LZL4108	55724373E	5525/0	28/02/2016	181 * XV
LZV5309	55489389E	5185/1	03/03/2016	167
MBD1292	55724090E	5185/1	01/02/2016	167
MFC2388	55724141E	7056/1	07/02/2016	244 * III
MFC2388	55724176E	5207/0	07/02/2016	169
MFC2388	55724177E	7099/1	07/02/2016	244 * V II
MKF0324	55489383E	5185/1	03/03/2016	167
PWG0501	55724040E	5967/0	08/03/2016	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1828/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1828/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HHT0378	55724146E	6599/2	19/02/2016	230 * V
HHT0378	55724147E	6637/2	19/02/2016	230 * IX
HHT0378	55724148E	6637/1	19/02/2016	230 * IX
LCG1299	55723930E	6599/2	21/02/2016	230 * V
LOO0570	55489272E	5037/1	04/02/2016	162 * III
LWU7091	55724226E	6912/0	21/02/2016	232
LWU7091	55724227E	7579/0	21/02/2016	277
MAI8280	55489430E	6599/2	16/03/2016	230 * V
MCN9072	55724310E	6599/2	20/02/2016	230 * V
MDA6820	55724555E	5010/0	14/03/2016	162 * I
MDE6434	55724621E	6610/2	17/03/2016	230 * VII
MDL4345	55724620E	5045/0	15/03/2016	162 * V
MDV8757	55724554E	6653/1	14/03/2016	230 * XI
MEH2493	55489422E	7340/0	14/03/2016	252 * IV
MEH2493	55489423E	6726/1	14/03/2016	230 * XVIII
MGW7430	55724505E	6408/0	08/03/2016	221
MHV3637	55724149E	5274/1	19/02/2016	175
MHV3637	55724150E	5029/2	19/02/2016	162 * II
MHV3637	55724309E	6912/0	19/02/2016	232
MIY1695	55724552E	5010/0	12/03/2016	162 * I
MKP9083	55724506E	5010/0	08/03/2016	162 * I
MKP9083	55724507E	5061/0	08/03/2016	163 c/c 162 * I
MKP9083	55724508E	6653/1	08/03/2016	230 * XI
QHJ0835	55489343E	5274/1	23/02/2016	175

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1829/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1829/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKA1854	55489287E	5541/6	12/02/2016	181*VII c/ Lei13146
ARF1077	55489425E	5185/2	14/03/2016	167
CAK3096	55489349E	5185/1	25/02/2016	167
LOO0570	55489271E	5185/1	04/02/2016	167
LYU2489	55489440E	5185/2	18/03/2016	167
MAR9011	55489432E	5967/0	18/03/2016	203 * V
MCW8608	55489361E	5185/2	27/02/2016	167
MDR0192	55489450E	5967/0	19/03/2016	203 * V
MEP9275	55489443E	5185/1	18/03/2016	167
MXH4755	55489418E	5380/0	11/03/2016	181 * I
MLY0516	55488288E	5967/0	12/03/2016	203 * V
OPT2126	55489438E	5185/2	18/03/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1832/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1832/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAU0550	55724503E	6599/2	08/03/2016	230 * V
MBL2963	55489373E	6769/0	01/03/2016	230 * XXII
MFC0625	55724228E	5010/0	27/02/2016	162 * I
MGK7156	55724184E	6602/0	17/02/2016	230 * VI
MHC8075	55489378E	7340/0	01/03/2016	252 * IV
MKO6786	55724337E	6653/1	26/03/2016	230 * XI
MKO6786	55724338E	5169/1	27/03/2016	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1833/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1833/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CMD9692	55721934E	5185/1	24/03/2016	167
LZV4352	55724631E	6270/0	18/03/2016	220 * II
MFC0625	55724229E	5185/1	27/02/2016	167
MGJ5928	55724643E	5185/1	25/03/2016	167
MGK7156	55724183E	5207/0	17/02/2016	169
MHC8075	55489377E	7030/1	01/03/2016	244 * I
MHU6692	55488950E	7366/2	23/03/2016	252 * VI
MJU9249	55489341E	5967/0	23/02/2016	203 * V
MKS8982	55489359E	5193/0	27/02/2016	168
QHO3294	55724642E	6270/0	25/03/2016	220 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR
DIRETOR DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**PROCESSO LICITATÓRIO 12/2016 - TERMO DE DISPENSA 10/2016**

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE

Câmara Municipal de Indaial

SECRETARIA REQUISITANTE

Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial

Processo Licitatório: 012/2016

Objeto: Jardinagem

PROCESSO LICITATÓRIO 012/2016

TERMO DE DISPENSA 010/2016

DATA DE EMISSÃO: 20/04/2016
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 10.520/02; Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;
OBJETO: Manutenção do jardim da Câmara Municipal de Indaial.
UNIDADE REQUISITANTE: Câmara Municipal de Indaial.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, nos horários: das 08h30 às 20h30 ou através do Telefone: (47) 33806900; ou através do e-mail: secretaria@camaraindaial.sc.gov.br. O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou através do site: www.camaraindaial.sc.gov.br.

Vereador Anderson Luz dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 20 de abril de 2016.

TERMO ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 12/2016 - TERMO DE DISPENSA 10/2016

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE

Câmara Municipal de Indaial

SECRETARIA REQUISITANTE

Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial

Processo Licitatório: 012/2016

Objeto: Jardinagem

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Fica através deste, adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 012/2016 – Termo de Dispensa nº 010/2016 consoante termo anexo.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 20 de abril de 2016.

TERMO HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 12/2016 - TERMO DE DISPENSA 10/2016

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE

Câmara Municipal de Indaial

SECRETARIA REQUISITANTE

Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial

Processo Licitatório: 012/2016

Objeto: Jardinagem

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o Termo de Dispensa, em anexo,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante do documento anexado, considerando o objeto do Processo Licitatório nº 012/2016 – Termo de Dispensa nº 010/2016: ARLEY NASATO, com CPF nº 534.133.349-72, residente e domiciliado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 1248, Bairro Estrada das Areias – CEP 89130-000 – município de Indaial/SC, para prestação de serviços e produtos referente a Serviço de poda e limpeza; Limpeza dos canteiros; Corte do gramado; Recolhimento de entulhos; Plantio (reposição de plantas) quando necessário; Acabamentos (com uso de maravalha, pedriscos, chips de madeira, etc.) quando necessário; Aplicação de defensivos de baixa toxicidade (faixa verde) – fungicidas, inseticidas, herbicidas, quando necessário; Adubação quando necessário; Irrigação; Limpeza final; da área externa da Câmara Municipal de Indaial, valor total de R\$590,00 mensais, totalizando R\$5.310,00 para o ano de 2016.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 20 de abril de 2016.

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO Nº 2213/2016 DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – S/C, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 22 de Abril de 2016, exceto os Núcleos Educacionais Municipais e a Creche Municipal Danilo João Cason.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, em específico o Decreto 2212/2016 de 14 de Abril de 2016, o presente decreto produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.

Ipumirim, 19 de Abril de 2016.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 159/2016 DE 18 DE ABRIL DE 2016.

AFASTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, POR ACIDENTE DE TRABALHO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providências.

AFASTA POR ACIDENTE DE TRABALHO

GILBERTO ANTONIO ACCADROLLI, sob a Matrícula 2486, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.465.803-0 e do CPF 824.810.169-04, contratado em Caráter Temporário no cargo de Pedreiro, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: DMER Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, afastamento por Acidente de Trabalho, conforme atestado medico.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 15 de Abril de 2016.

Ipumirim – SC, 18 de Abril de 2016.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Moira Comboski
Auxiliar Administrativo

PORTARIA Nº. 160/2016 DE 19 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ROSMERI SIMON BEDIN, matrícula 1954, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 03/2014 a 02/2015 e gozo de 19/04/2016 a 28/04/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 19 de Abril de 2016.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski
Auxiliar Administrativo.

Irineópolis

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 05/2016

CONVÊNIO Nº 005/2016

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS/SC E A COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA "VIDAL RAMOS" – COOPESA COM INTERVENIÊNCIA DO CEDUP-VIDAL RAMOS.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis / SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF nº 455.173.049-15, RG nº 827.405-SESP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 – centro, Irineópolis / SC, doravante denominado CONCEDENTE, e, de outro, a COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA "VIDAL RAMOS" – COOPESA, neste ato representada por seu Presidente Sr. CHARLES CAETANO DA LUZ, inscrito no CPF sob o nº 110.878.699-51, RG nº 5.886.673 – SSPDC/SC, com a interveniência do CEDUP "VIDAL RAMOS", neste ato representado por seu Diretor Sr. Adilson Luiz de Azevedo Velho, doravante simplesmente e respectivamente denominados COOPERATIVA e CEDUP "VIDAL RAMOS", objetivando a mútua colaboração no ensino agrícola e florestal, nos termos dos artigos 205 e 214, em especial dos artigos 208- II, 211, 212 e 214-IV, todos da Constituição Federal, celebram o presente Convênio, comprometendo-se a atender as seguintes condições e cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente convênio é a mútua colaboração financeira, didática e tecnológica, com a finalidade de estimular e desenvolver o ensino médio profissionalizante, na área de agropecuária nos termos do inciso II, artigo 208, combinando com o inciso IV, artigo 214, ambos da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará à COOPERATIVA, o montante total de até R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), em 04 (quatro) parcelas, no valor de R\$ 5.625,00 (cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais) cada, a partir do mês de abril, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 2009 – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas do orçamento em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

Compete à PREFEITURA:

- a) Indicar os alunos beneficiados pelo presente convênio, que satisfaçam as condições legais e regimentares para matricularem-se no ensino de Segundo Grau, obedecido o limite de vagas fornecidas pelo CEDUP-"VIDAL RAMOS";
- b) A indicação dos alunos deverá ser feita por ofício, ou através de pedido, até o dia 31 (trinta e um) de março do presente ano letivo, impreterivelmente, para organização do quadro de matrículas junto ao CEDUP-"VIDAL RAMOS";
- c) Efetuar, a seu critério, teste de seleção entre os interessados;
- d) Conceder ajuda financeira para manutenção e custeio do aluno, em regime de internato, provido pela COOPERATIVA;
- e) Cumprir, rigorosamente, os prazos e condições previstas para pagamento da ajuda financeira;

Compete à COOPERATIVA:

- a) Fornecer alimentação e alojamento aos alunos;
- b) Fornecer serviços de lavanderia;

- c) Manter o refeitório, alojamentos e demais dependências na mais perfeita ordem de higiene e funcionamento;
- d) Fornecer material didático (insumos agropecuários e outros), necessários a execução de projetos educacionais, decorrentes do ensino-aprendizagem, para promover e fornecer os conhecimentos técnicos ao educando;
- e) Manter e conservar os terrenos, equipamentos e máquinas agrícolas de propriedade do CEDUP - "VIDAL RAMOS", para o bom andamento dos projetos educacionais;
- f) Manter e conservar, toda a estrutura técnico-pedagógica, indispensáveis à formação do aluno;

Compete ao CEDUP-"VIDAL RAMOS":

- a) Proporcionar gratuitamente, nos termos da Constituição Federal e Estadual, ensino médio profissionalizante em Agropecuária;
- b) Fornecer pessoal docente, técnico e administrativo, para o funcionamento e apoio ao ensino profissionalizante à nível de Segundo Grau;
- c) Ceder, à COOPERATIVA, os terrenos e benfeitorias necessárias a exploração agropastoril e a prática do ensino aprendizagem do aluno;
- d) Enviar à PREFEITURA, bimestralmente, demonstrativo da situação escolar, com informações específicas de cada aluno bolsista, sob pena de reprovação de contas e não recebimento das parcelas futuras;
- e) Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelas atividades afins desenvolvidas pelos alunos.
- f) Prestar contas das parcelas recebidas da Prefeitura Municipal, e fornecer relatório de serviços prestados;

CLÁUSULA QUARTA – DA AJUDA FINANCEIRA

- a) A ajuda financeira de que trata a letra "e", item I, da cláusula II, concedida pela PREFEITURA aos alunos contemplados, será destinada, exclusivamente, à aquisição de vagas no internato (alimentação, hospedagem, lavanderia e material de higiene e limpeza) mantido pela COOPERATIVA; aquisição de material didático (insumos agropecuários) para a prática dos projetos educacionais; aquisições diversas para manutenção da unidade (reforma, consertos e pinturas de salas de aula, alojamento, refeitório, centrais de projetos de produção); manutenção de máquinas e veículos. As demais despesas correrão por conta do CEDUP-"VIDAL RAMOS";
- b) O valor das bolsas de estudos de que trata o presente convênio será de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), perfazendo um valor total de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) anuais, divididos em 04 (quatro) parcelas, no valor de R\$ 5.625,00 (cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais), a serem pagas a partir do mês de abril.
- c) Com a assinatura do presente convênio, a PREFEITURA faz a reserva de 13 (treze) vagas de bolsas de estudos, no curso profissionalizante de Técnico Agrícola, sendo 05 (cinco) vagas com bolsa de 100% (cem por cento) e 08 (oito) vagas com bolsas de 50% (cinquenta por cento).
- d) Para a cobertura das vagas acima conveniadas, fica estipulado o valor de até R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), correspondente à 100% (cem por cento) do valor anual, a ser paga em 04 (quatro) parcelas, no valor de R\$ 5.625,00 (cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais), a partir de abril.
- e) A PREFEITURA formalizará, por ofício, as reservas de vagas e opção de pagamento, com a indicação dos alunos, até o dia 15 de maio do corrente ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência durante o exercício de 2016, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - A vigência poderá ser prorrogada "de ofício", caso venha ocorrer atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

A rescisão do presente convênio poderá ocorrer nos seguintes casos:

- a) A PREFEITURA deixar de manifestar ou demonstrar desinteresse a respeito da aquisição de vagas, até a data de 31 de maio de 2016;
- b) Por consentimento mútuo das partes, ou unilateralmente se ocorrer inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas e condições, independente de interpelação judicial, respondendo a parte infratora pelos prejuízos ocasionados.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre a CONCEDENTE e a COOPERATIVA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA – Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa oficial do Município, pela CONCEDENTE dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

As questões oriundas deste convênio deverão ser preliminarmente resolvidas administrativamente entre as partes interessadas. Na impossibilidade de resolução amigável, judicialmente, fica eleito o Foro da Comarca de Porto União /SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis / SC, em 10 de Abril de 2016.

Adilson Luiz de Azevedo Velho Diretor do CEDUP-"VIDAL RAMOS"	Charles Caetano da Luz Presidente da COOPESA
JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	
Testemunhas:	
Jaci Baggenstoss Binder CPF nº 034.503.539-93	Patricia Fabiane Fronczak CPF nº 037.425.669-11

DECRETO Nº 2987/2016

DECRETO Nº. 2.987/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e nos termos do art. 13 da Lei Complementar nº 088/2014 de 16/04/2014, regulamentada pelo Decreto nº 2.971/2016, de 16/03/2016, pelo presente,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros que constituirão o Conselho Municipal de Defesa Civil:

- I. CASSIANA LAIS BRAND, Agente Administrativa, coordenadora

da COMPDEC;

II. JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal, Presidente da COMPDEC;

III. CIRCE NEPPEL SFAIR, Vice-Prefeita Municipal, Vice-Presidente da COMPDEC;

IV. ELLEN ANNY KONOPKA COLOMBO, Assessora de Imprensa, membro efetivo;

V. GILIANDRA DE CASSIA BRAND, Agente Sanitária, membro efetivo;

VI. WIANEY DE CÁSSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, Assistente Social, membro efetivo;

VII. JEAN PEDRO MARQUES, Técnico Agrícola, membro efetivo;

VIII. FRANCISCO ERALDO KONKOL, Secretário Municipal da Agricultura, membro suplente;

IX. RONEY RANDIG, Soldado PM, membro suplente;

X. RODRIGO JURCK, Agente Administrativo, membro suplente;

XI. DANIELA APARECIDA FRITZEN RANDIG, Enfermeira, membro suplente.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 18 de Abril de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016 FMS - DECLARAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2016

INEXIGIBILIDADE N.º 01/2016

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, conforme consta do Processo de Licitação nº. 03/2016, declarou a inexigibilidade de licitação, para a contratação da empresa MIMO CONSULTÓRIO PEDIÁTRICO - ME, conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de prestar serviços de consultas médicas, de acordo com a autorização da Secretaria Municipal de Saúde. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 19 de abril de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016 FMS - DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2016

Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 01/2016

DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA, A SEREM PRESTADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CRONOGRAMA DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL, EM CONFORMIDADE COM DECRETO Nº 2.806/2015, PROMOVIDO POR ESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do processo administrativo em epígrafe, para nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, declarar a Inexigibilidade de licitação para contratação da empresa, MIMO CONSULTÓRIO PEDIÁTRICO - ME, para CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. A empresa se compromete em fornecer o serviço ao qual se credenciou, de acordo com o especificado no edital e Termo de Referência, de acordo com solicitação e autorizado pela Secretaria de Saúde. O processo em epígrafe encontra respaldo legal no artigo supra citado, sendo MIMO CONSULTÓRIO PEDIÁTRICO - ME, a segunda a encaminhar os documentos necessários dentro da especialidade de Pediatria, de acordo com os solicitados no Processo Licitatório nº 06/2015 – Credenciamento nº 01/2015. Conforme consta dos autos, o valor do contrato será conforme valores fixados no processo de credenciamento e de acordo com os itens no qual a empresa pediu o seu credenciamento. O valor a ser pago será conforme relatório enviado pela Secretaria da Saúde, informando a quantidade de consultas efetuadas durante o mês.

Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 19 de abril de 2016

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016 FMS - JUSTIFICATIVA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2016

INEXIGIBILIDADE N.º 01/2016

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: O Município de Irineópolis necessita CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA, A SEREM PRESTADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CRONOGRAMA DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL, EM CONFORMIDADE COM DECRETO Nº 2.806/2015, PROMOVIDO POR ESTA PREFEITURA MUNICIPAL

Item	Quantidade (mês)	Quantidade (Ano)	Unidade	Descrição dos serviços	Valor unitário R\$	Valor total para 12 meses
04	240	2.880	Unidade	Consulta médica de Pediatria	80,00	230.400,00

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha pelo Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput, artigo 34, Paragrafo 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa ou um número limitado delas(es), mas todas(os) as(os) que tiverem interesse. Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 25, caput, artigo 34, - - 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação porquanto resta caracterizada a inviabilidade de competição na medida em que a Administração Pública pretende contratar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público.

A contratação da empresa MIMO CONSULTÓRIO PEDIÁTRICO - ME, dar-se-á pelo período de 01(um) ano, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93.

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 19 de abril de 2016.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Portaria 02/2016

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 05 de maio de 2016, para contratação de um maestro ou maestrina para prestação de serviço de aulas para corais com os idosos do município. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 05 de maio de 2016 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá-SC, 19 de abril de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao processo Licitatório Nº 19/2015. Pregão Eletrônico nº 19/2015. Objeto: Aquisição de medicamentos para uso no Pronto Atendimento, nas Unidades e ESF's da Secretaria Municipal da Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Altermed material Médico Hospitalar Ltda. CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica acrescido em 25% a homologação dos itens licitado.

1) Item nº 90 – Glicazida 30mg – Fica acrescido mais 250 comprimidos. 2) Item nº 105 – isossorbida. Mononitrato 20mg – Fica acrescido mais 250 comprimidos. Itaiópolis, 19/04/2016. Eliseu Alexandre Gabardo – Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 47, DE 18 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 47, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Delega atribuições ao Secretário Municipal de Administração Obras e Serviços Urbanos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 e 74 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art.1º Ficam pelo presente Decreto delegadas atribuições ao Secretário Municipal de Administração Obras e Serviços Urbanos, Artemio Antonio Scalon, matrícula nº 9979/05 para cumulativamente, efetuar a assinatura de toda documentação da Secretaria Municipal de Assistência Social, de 19 de abril a 03 de maio de 2016, período de férias da Secretária Janete Soethe Brixner, matrícula nº 14379/02.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga – SC, 18 de abril de 2016.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREGO PÚBLICO Nº 05/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREGO PÚBLICO Nº 05/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e JANAINA KUMMER

ORIGEM: Concurso Público nº 01/2014

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo indeterminado, em 40 horas semanais, como Agente Comunitário de Saúde – Micro área 15.

Nível salarial: 608

Classe - Referência: A - 01

VIGÊNCIA: À partir de 18/04/2016.

Itapiranga – SC, 18 de abril de 2016.

Milton Simon
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 35/2016

Portaria nº 35 de 19 de abril de 2016

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39/2011 e considerando que o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT prevê o pagamento de insalubridade a todos os Odontólogos e por falha administrativa, não houve este pagamento;

Resolve:

Art. 1º - Conceder o pagamento de insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento), à servidora municipal Mara Luiza Pilz Maldaner matrícula nº 15080/01, em conformidade com Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 20/01/2015.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 19 de abril de 2016.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA - DISPENSA Nº 02/2016

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	18/04/2016	Horário início: 10h00min
Licitação /Modalidade	CHAMAMENTO PÚBLICO DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO	Nº 01/2016 Nº 02/2016 Nº 14/2016

OBJETO:

CREDENCIAMENTO de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2685/2016. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Site Municipal e Mural Público Municipal em 25/02/2016 e em jornal diário de grande circulação no estado e Diário Oficial da União no dia 07/04/2016 a fim de ampla divulgação. Protocolaram envelopes os seguintes produtores rurais:

Data	Prot.	Credenciante	CNPJ/MF	DAP
23/03/2016	1117	NICOLAS GABRIEL CECCATO	099.274.979-46	SDW0099274979460805150944
23/03/2016	1118	JOSÉ DONIZETE SPECK	693.579.359-91	SDW0693579359911006100416
23/03/2016	1119	EDIVALDO FRISANCO	054.971.209-70	SDW0054971209701106140626
23/03/2016	1120	PEDRO SOUZA SPECK	777.724.409-44	SDW0777724409442201140933
23/03/2016	1121	IVO CECCATO	442.314.589-87	SDW0442314589870805150903

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação dos produtores rurais acima relacionados, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que todos cumpriram as exigências estipuladas no edital de Chamamento Público e, portanto foram considerados HABILITADOS. Passando à fase seguinte, foram abertos os envelopes de Proposta de Preço dos produtores rurais habilitados, chegando ao seguinte resultado:

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
1	Aipim descascado congelado. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de no máximo 3 kg. Rotulagem conforme legislação.	Kg	2.450	R\$ 5,00	R\$ 12.125,00	EDIVALDO FRISANCO

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
2	Banana Caturra. Casca amarela, não completamente madura, sem pontos pretos ou amolecidos.	Kg	12.500	R\$ 1,60	R\$ 20.000,00	JOSÉ DONIZETE SPECK

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
2	Banana Caturra. Casca amarela, não completamente madura, sem pontos pretos ou amolecidos.	Kg	12.500	R\$ 1,60	R\$ 20.000,00	PEDRO SOUZA SPECK

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
3	Polpa de abacaxi com hortelã. Polpa de fruta natural integral, congelada sabor abacaxi com hortelã, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg	kg	640	R\$ 15,00	R\$ 9.600,00	NICOLAS GABRIEL CECCATO
4	Polpa de acerola. Polpa de fruta natural integral, congelada sabor Acerola, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg	kg	700	R\$ 14,85	R\$ 10.395,00	
Total					R\$ 19.995,00	

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Crdenciado
5	Polpa de maracujá. Polpa de fruta natural integral, congelada sabor maracujá, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg	kg	600	R\$ 15,00	R\$ 9.000,00	IVO CECCATO
6	Polpa de uva. Polpa de fruta natural integral, congelada sabor uva, sem conservantes, corantes e outros aditivos, embalagens de 1kg.	kg	730	R\$ 15,00	R\$ 10.950,00	
Total					R\$ 19.995,00	

Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta ata assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CARINA ZARANSKI TABORDA
MEMBRO

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2016

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, com sede á Rua Albano Schmidt, nº 2.850, Bairro: Boa Vista, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.206-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.820448/0107--94, e Inscrição Estadual n.º 83.120.223, representada neste ato por representante legal e gerente de negócios, o Sr. ENIO LÚCIO MONTEIRO, portadora do CNPF/MF nº658.159.126-20, e do CI.RG nº 3.945.460-6 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO Nº22/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016 - PROCESSO Nº 26/2016.

Objeto: Aquisição de oxigênio medicinal a serem recarregados em cilindro de oxigênio "PP", "WMED", "G", e "K", para uso no Pronto Atendimento 24 horas, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 45.000,00

DATA DA ASSINATURA: 18/04/2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93.

Itapoá, 18 de abril de 2016.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº24/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2016

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTOS LTDA, com sede á Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 4.846, Bairro: Revoredo, na cidade de Tubarão/SC, CEP: 88.704-15, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.375.607/0001-11, e Inscrição Estadual n.º 257.073.329, representada neste ato por administrador, o Sr. MARIA APARECIDA RODRIGUES, portadora do CNPF/MF nº 481.897.749-72, e do CI.RG nº 172.860 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016 - PROCESSO Nº 23/2016.

Objeto: Aquisição de restaurador de pavimentos – Tapa buraco, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 8.547,00

DATA DA ASSINATURA: 18/04/2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93

Itapoá, 18 de abril de 2016.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº26/16

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2016

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: NAXOS CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA, com sede à Rua Prefeito Leopoldo Schram, nº 364, Bairro Coloninha, na cidade de Gaspar/SC, CEP: 89.110-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.996.580/0001-72, e Inscrição Estadual n.º 255.905.424, representada neste ato por sócio diretor, o Sr. JEAN CARLOS GRIMM, portadora do CNPF/MF nº 052.620.029-43, e do CI.RG nº 4.253.670 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016 - PROCESSO Nº 28/2016.

Objeto: Aquisição de 2,250 (Duas mil, duzentos e cinquenta) camisetas que serão utilizadas como uniforme na Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 13.050,00.

DATA DA ASSINATURA: 18/04/2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93

Itapoá, 18 de abril de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 86/2016 DO EDITAL Nº 46/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 86/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo a candidata convocada a comparecer na Secretária de Educação no dia 25/04/2016, às 9h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
10	20	Português	Diana V. Pintos Nascimento	29/04/2016	06/06/2016

Itapoá, 19 de abril de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA TÉCNICO DE ENFERMAGEM – EDITAL Nº 009/2016

CLASSIFICAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA TÉCNICO DE ENFERMAGEM - EDITAL Nº 009/2016

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação referente ao Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Técnico de Enfermagem.

Clas.	Nome	Tempo Serviço	Entrevista	Total
1ª	Ivani Souza Ledoux Bayer	1,1	9,0	10,1

Os demais candidatos tiveram suas inscrições indeferidas, por estarem em desacordo com o Item 4, sub item 4.1 do referido Edital.

Itapoá, 19 de Abril de 2016.

Marciane Rech

Enfermeira Coordenadora ESF

Joseane Maria Soares de Lima

Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz

Agente Administrativo II

TERMO ADITIVO Nº 14/2016

TERMO ADITIVO Nº 14/2016 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2014. (7º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, portadora do CI.RG nº 2/R0372022 e do CNPF/MF: 248.711.419-34, pelo Diretor de Serviços Públicos, o Sr. IRINEU ANTÔNIO IGNÁCIO, portador do CI.RG nº 596.829 SSP/PR e do CNPF/MF nº 248.322.789-91, Secretária de Educação, a Sra. ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO, portadora do CNPF/MF nº: 104.750.538-00 e do CI.RG. nº 6.555.545 SSP/PR, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59, pelo Secretário de Saúde, o Sr. ANTÔNIO PAULO TERCZIANY, portador do CNPF/MF nº 721.685.280-04 e CI.RG nº 1042352409 SSP/RS e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e do CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a Empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, com sede à Rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, na

cidade de Joinville/SC, CEP: 89.201-095, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41, e Inscrição Estadual: 251.310.469, representada neste ato pelo Diretor Comercial, o Sr. RONALDO BEKENDORF, portador do CNPF/MF nº 751.256.849-53, e do CL.RG nº 2.768.759-7 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditivar a Contratação de empresa para prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais, roçador, cozinheiro e agente operacional, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2013 - PROCESSO Nº 99/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa prorrogar a vigência do respectivo Contrato Administrativo em 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

Prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 16/2014, em 90 (noventa) dias contados a partir do dia 19/04/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

Altera cláusula segunda "Do Preço", acrescentando o valor de R\$ 785.300,25 (setecentos e oitenta e cinco mil e trezentos reais e vinte e cinco centavos), corresponde ao valor total para o período de prorrogação, conforme apresentado na planilha a seguir:

Item	Descrição	Quant.		Secretaria	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total Período
1	Auxiliar de Serviços Gerais 6h 2ª a 6ª	5	1	Administração e Finanças	R\$ 2.956,58	R\$ 2.956,58	R\$ 8.869,74
			1	Agricultura e Pesca		R\$ 2.956,58	R\$ 8.869,74
			2	Planejamento e Urbanismo		R\$ 5.913,16	R\$ 17.739,48
			1	Secretaria de Saúde		R\$ 2.956,58	R\$ 8.869,74
2	Auxiliar de Serviços Gerais 8h 2ª a 6ª	37	22	Educação - Ensino Fundamental	R\$ 3.624,70	R\$ 79.743,40	R\$ 239.230,20
			4	Educação - Ensino Infantil		R\$ 14.498,80	R\$ 43.496,40
			1	Meio Ambiente, Cultura e Turismo		R\$ 3.624,70	R\$ 10.874,10
			1	Esporte e Juventude		R\$ 3.624,70	R\$ 10.874,10
			1	Adm/Assist. 2º Aditivo nº 31/2014		R\$ 3.624,70	R\$ 10.874,10
			5	Educação - Edu. Infantil 4º Aditivo		R\$ 18.123,50	R\$ 54.370,50
			3	Educação - Ens. Fund. 4º Aditivo		R\$ 10.874,10	R\$ 32.622,30
3	Aux. Serv. Ger. 8h 2ª/6ª (c/insalub.)	2	2	Secretaria de Saúde	R\$ 3.546,99	R\$ 7.093,98	R\$ 21.281,94
4	Aux.Serv.Ger. 8h 2ª/6ª (varredores)	10	10	Obras e Serviços Públicos	R\$ 4.418,53	R\$ 44.185,30	R\$ 132.555,90
5	Roçadores 8h 2ª a 6ª	9	7	Obras e Serviços Públicos	R\$ 5.123,19	R\$ 35.862,33	R\$ 107.586,99
2	Educação - Ensino Fundamental		R\$ 10.246,38	R\$ 30.739,14			
6	Agente Operacional 8h 2ª a 6ª	2	2	Educação - Ensino Fundamental	R\$ 4.356,35	R\$ 8.712,70	R\$ 26.138,10
7	Cozinheiro 8h 2ª a 6ª	2	1	Educação - Ensino Fundamental	R\$ 3.384,63	R\$ 3.384,63	R\$ 10.153,89
			1	Educação - Ens. Fund. 4º Aditivo		R\$ 3.384,63	R\$ 10.153,89
Valor Total						R\$ 261.766,75	R\$ 785.300,25

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 16/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 16/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 19 de abril de 2016.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA RONALDO BEKENDORF
MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	IRINEU ANTÔNIO IGNÁCIO DIRETOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS
ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	ANTÔNIO PAULO TERCZIANY SECRETÁRIO DE SAÚDE
Testemunhas: Nome: CNPJ/MF:	Nome: CPF/MF:

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO 126/2016**

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 126/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 22 ABRIL DE 2016, NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

Daniel Silvano Weber, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 261 do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado como Ponto Facultativo, nas dependências da Câmara Municipal de Itapoá, no dia 22 de abril de 2016, sexta-feira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 18 de abril de 2016.

DANIEL SILVANO WEBER

Presidente

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2016 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2016

PROCESSO Nº 01/2016

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2016

RECORRENTE ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 79.283.065/0001-41, protocolado na Câmara Municipal e publicado no site da Casa às 11h32min do dia 04 de abril de 2016, contra as empresas RECORRIDA Nº 01 - RW SERVIÇOS LTDA ME e a RECORRIDA Nº 02 - CS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA ME.

CONTRARRAZÕES DO RECURSO DA RECORRIDA CS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME nº 18.368.805/0001-58, PROTOCOLADO NA Câmara Municipal e publicado no site da Casa às 11h05min do dia 06 de abril de 2016, com a apresentação explícita das contrarrazões ao recurso administrativo formulado pela RECORRENTE ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

PRELIMINARMENTE

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Itapoá-SC, no exercício das suas atribuições regimentais designadas pela Portaria nº 64/2016, de 05 de fevereiro de 2016, tendo em vista o Decreto Legislativo nº 24/2013, de 20 de março de 2013, em que regulamenta a modalidade de licitação denominada Pregão Presencial no âmbito da Câmara Municipal de Itapoá, e por força dos art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; art. 8º, inciso I, alínea "h", e, subsidiariamente, do inciso II do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123/2006, além do item nº 09, do Edital do Pregão Presencial nº 01/2016, em que detalha os procedimentos no qual o pregoeiro deverá agir diante da apresentação de recurso administrativo das empresas licitantes, apresenta, para os fins administrativos a que se destinam suas considerações e decisões acerca do Recurso interposto pela empresa RECORRENTE ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, e das contrarrazões apresentadas pela empresa RECORRIDA CS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA ME, em relação ao resultado da licitação na disputa pelo direito de celebrar o contrato de prestação de serviço do item único do objeto de licitação do Pregão Presencial nº 01/2016, em que busca a contratação de 01 (um) posto de trabalho para a execução de serviços de limpeza e higienização de forma contínua no prédio sede da Câmara Municipal de Itapoá, localizado à Rua 960 (Mariana Michels Borges), nº 1115, município

de Itapoá-SC, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital.

Destaca-se que tanto o recurso, quanto as contrarrazões ao recurso, ambos foram protocolados de forma adequada e tempestivamente. Assim, atesta-se para os devidos fins o conhecimento pela Administração, com a suspensão do andamento no processo licitatório até a manifestação expressa da Câmara Municipal sobre o resultado da análise do recurso da Recorrente.

1) DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO AO FINAL DE SESSÃO PÚBLICA PELA RECORRENTE

O registro da Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial nº 01/2016 traz as seguintes informações:

"O pregoeiro indagou aos representantes quanto ao registro de intenções de recurso. A empresa Orbenk LTDA manifestou interesse de interpor recurso, sobre a planilha dos índices de salário, insalubridade, impostos e taxas que não representam os percentuais exigidos sobre demais documentos habilitatórios. A empresa Orbenk também manifestou que a vencedora do processo licitatório RW Serviços LTDA ME é vinculada ao simples nacional, e pelo entendimento da empresa, é vedada a prestação do serviço definido no objeto do presente Edital, para locação e seção de mão de obra em licitação pública. Por fim, a empresa Orbenk manifestou recurso sobre a questão das negativas estaduais, federais e municipais."

2) DA ACEITABILIDADE DO REGISTRO DE MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO PELA RECORRENTE E DO PRAZO

Cabe destacar o juízo de admissibilidade da intenção de recurso pelo pregoeiro ao final de Sessão Pública do Pregão Presencial nº 01/2016, no dia 30 de março de 2016, quando a Recorrente manifestou intenção de interpor recurso administrativo, conforme registro da Ata da Sessão do Pregão. O Pregoeiro reconheceu na manifestação da empresa Recorrente os pressupostos recursais, ou seja, sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, abstendo-se de analisar, de antemão, o mérito do recurso, nos termos do art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e do item 9.1 do Edital do Processo Licitatório nº 01/2016.

Sobre o prazo de 3 (três) dias úteis, cuja contagem iniciou no dia útil subsequente ao da realização do pregão, ou seja, a contagem iniciou no dia 31 de março de 2016 com o limite até o dia 04 de abril de 2016. Assim, o recurso da Recorrente foi apresentado / protocolado no dia 04 de abril de 2016 às 11h32min, e na sequência foi publicado no site da Câmara Municipal de Itapoá, conforme procedimento indicado no Edital do Pregão, para a garantia da ampla publicidade e transparência do Processo Licitatório.

Sobre o aspecto legal do procedimento, destaque para o art. 9º, inciso XIX, do Decreto Legislativo Municipal nº 24/2013, que traz a explicação do procedimento e prazos para interposição de recursos administrativos, conforme segue:

Decreto Legislativo Municipal nº 24/2013, Art. 9º, XIX – a manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de três dias úteis, cuja contagem iniciar-se-á no dia útil subsequente ao da realização do pregão, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias úteis, que começarão a fluir no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos; (Grifo nosso).

No mais, os itens nº 9.1 e 9.2 do Edital do Pregão Presencial nº 01/2016, apresentam o seguinte procedimento:

9.1. Qualquer licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, após o Pregoeiro abrir o tempo para recursos, poderá manifestar a intenção de recorrer de atos do Pregoeiro, sendo suas

justificativas aceitas, estas serão registradas resumidamente em ata e lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

9.2. O recurso contra a decisão do Pregoeiro deverá ser apresentado em original, devidamente assinado pelo representante legal da empresa ou que possua poderes para tal, sob protocolo no Setor de protocolo da Câmara Municipal de Itapoá, e importará a invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento, sendo adjudicado os itens não recorridos. (Grifo nosso).

3) DAS RAZÕES DO RECURSO

De forma resumida, a Recorrente apresenta três razões de recurso, apresentados de forma resumida, conforme abaixo:

I - Da falta de habilitação fiscal das empresas recorridas – Ilegalidade tributária – C.S. Consultoria e Serviços LTDA ME E RW Serviços LTDA ME.

II - Ilegalidades constantes na proposta - cometidas pela empresa declarada vencedora – RW Serviços LTDA ME.

III - Da desclassificação da proposta da empresa CS Consultoria e Serviços LTDA ME, por falta de materiais (equipamentos de manutenção) e tributos e contribuições previdenciárias ilegais, de acordo com o regime da empresa.

Inicialmente, verifica-se a existência de manifestações de recursos que não foram devidamente indicados na ata da sessão do pregoeiro ou indicados oralmente pela Recorrente, com destaque para a indicação de intenção de recurso em desfavor da empresa CS Consultoria e Serviços LTDA ME, com destaque para o Item III das razões do recurso.

A admissibilidade da intenção de recurso foi feita pelo Pregoeiro em favor da Recorrente, após a manifestação precisa das razões do recurso. A Recorrente manifestou imediata e motivadamente sobre a sua intenção de recorrer, e registrou verbalmente na sessão quais os atos de que discordou, bem como o motivo pelo qual discordou. No mais, o item 9.1 do Edital é claro: "a falta de manifestação importará a decadência do direito do recurso".

A princípio não se pode admitir que haja dissonância entre a motivação invocada na sessão e a apresentação do recurso pela Recorrente. Todavia, apesar da impossibilidade do Recorrente acrescentar em suas razões outros motivos de inconformismo, além daqueles expostos na sessão pública, quando for levantada questão que gere nulidade absoluta deverá ser analisado pela Administração.

3. I - Da falta de habilitação fiscal das empresas recorridas – Ilegalidade tributária – C.S. Consultoria e Serviços LTDA ME E RW Serviços LTDA ME.

No mérito, após análise administrativa do pregoeiro, comissão de licitação e análise jurídica da procuradoria, todos da Câmara Municipal de Itapoá, constata-se a total improcedência do Item I, das razões de recurso apresentados pela Recorrente, senão vejamos: Ao analisar a Lei Complementar nº 123/2006, nota-se uma exceção prevista no inciso VI do - 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em que garante o direito de ambas as empresas Recorridas a participarem do processo licitatório para a contratação de empresa para a execução de serviços de limpeza e higienização de forma contínua no prédio sede da Câmara Municipal de Itapoá.

Em conformidade com o art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006, não podem recolher os tributos federais na forma do Simples Nacional as microempresas ou empresas de pequeno porte que realizem cessão ou locação de mão de obra. No entanto, o - 1º do art. 17 c/c os - - 5º-B ao 5º-E e - 5º-H do art. 18, admite exceção às empresas que se dediquem exclusivamente às

atividades a seguir discriminadas, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação. A referida Lei Complementar, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e dispõe:

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

[...]

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

[...]

- 1º As vedações relativas a exercício de atividades previstas no caput deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos - - 5º-B a 5º-E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo.

Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte comercial, optante pelo Simples Nacional, será determinado mediante aplicação da tabela do Anexo I desta Lei Complementar.

[...]

- 5º-C Sem prejuízo do disposto no - 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

[...]

VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação. (grifo nosso).

Da leitura dos supracitados artigos, infere-se pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 128/2008, no art. 17, inciso XII, que se proibiu a opção de ingresso no Simples Nacional às empresas que realizem cessão ou locação de mão de obra, mas abriu exceção (artigo 17, - 1º da mesma Lei Complementar), com destaque para a atividade referida no - 5º-C, inciso VI, do artigo 18, permitindo o serviço de limpeza e conservação.

No mais, tanto a doutrina quanto a jurisprudência dos tribunais, além do princípio da isonomia, garantem que a condição de optante do Simples Nacional não impede qualquer empresa de participar de licitação cujo objeto envolva cessão de mão de obra.

A condição de optante do Simples Nacional não impede a microempresa ou a empresa de pequeno porte de participar de licitação cujo objeto envolva a cessão de mão de obra (Acórdão nº 2798/2010-Plenário TCU). Esse entendimento decorre do fato de que nem a Lei Complementar nº 123/2006, tampouco a Lei 10520/2000 a Lei de Licitações nº 8.666/93 fazem qualquer proibição nesse sentido.

No mais, caberá a empresa arcar com as consequências do seu enquadramento irregular, e a administração deverá garantir a manutenção do valor global da proposta.

Por fim, conforme análise do ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Nº 7, de 10 de junho de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 11/06/2015, seção 1, pág. 15, assinado pelo Secretário da Receita Federal Sr. Jorge Antonio Deher Rachid, é possível se extrair que os serviços de limpeza e conservação se enquadram na exceção prevista no inciso VI do - 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3. II - Ilegalidades constantes na proposta - cometidas pela empresa declarada vencedora – RW Serviços LTDA ME.

No mérito, após análise administrativa do pregoeiro, comissão de licitação e análise jurídica da procuradoria, todos da Câmara Municipal de Itapoá, constata-se a procedência parcial do Item II, das razões de recurso apresentados pela Recorrente, com o resultado

pela desclassificação da empresa Requerida RW Serviços LTDA ME, pelas razões que passamos a apresentar:

Conforme análise da ata da sessão do pregão, a administração e os licitantes notaram um erro no preenchimento da planilha de valores pela empresa Requerida RW Serviços LTDA ME. De forma resumida, o pregoeiro questionou o valor estipulado na planilha para o piso salarial da categoria supostamente abaixo do permitido, em que supostamente poderia culminar com uma ilegalidade da empresa Requerida e solidariamente da Administração.

É possível extrair da ata da sessão do pregão o seguinte trecho:

[...] Após a abertura dos envelopes nº 01 – Proposta de Preço, as empresas Orbenk e CS Consultoria apresentaram manifestação sobre o piso salarial eventualmente abaixo do valor definido da Convenção Coletiva para Itapoá, referente ao objeto do presente processo. A empresa RW Serviços, informou que o valor do piso da categoria foi informado com base no Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Serviços Terceirizados do Estado de Santa Catarina e Sindicato dos Empregados em Empresa Prestadores de Serviço, com abrangência territorial de Joinville, nº SC-000171/2016. O Pregoeiro informou que não há indicação explícita no Edital de qual deverá ser o piso salarial da categoria, e que a minuta do contrato presente no Pregão traz a informação que é de inteira responsabilidade das empresas licitantes o atendimento de todos os encargos e despesas com o pagamento do piso salarial da categoria, de demais despesas, e que o preço final e os valores da planilha de formação de preço são informados pelos licitantes, em que traz o valor final da proposta de preço. Uma eventual desconformidade com o piso salarial da categoria não poderá desabilitar nesse momento a empresa licitante, já que a responsabilidade pelo pagamento é da empresa e não da Câmara Municipal. De qualquer forma, o pregoeiro deixou claro que numa eventual declaração da empresa licitante como vencedora, caberá a própria empresa vencedora atender todas as exigências do Edital e do Contrato, sem qualquer acréscimo posterior de eventuais erros ou omissões definidos na planilha de formação de preço. O pregoeiro declarou ainda que não há qualquer dispositivo no edital que obrigue estipular os valores e não permitir empresas de pequeno porte e microempresas, em prazo estipulado em Lei, realizarem eventuais correções, desde que não se altere o valor final da planilha. [...]

De forma resumida, o trecho da ata da sessão deixa claro que o pregoeiro não poderia desclassificar naquele momento a empresa licitante RW Serviços LTDA ME, já que conforme análise da Lei Complementar nº 123/2006, e para garantir o princípio da isonomia através de tratamento favorável às microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro permitiu que a empresa RW Serviços LTDA ME pudesse eventualmente corrigir a planilha, mas sem alterar o resultado do preço global do serviço.

A Administração deve pautar as suas ações na busca de obter a proposta mais vantajosa e exequível, e naquele momento da sessão, diante de uma proposta de preço em que posicionava a empresa RW Serviços LTDA ME com o menor valor pelo serviço objeto de contratação, verificou-se a necessidade de prudência e de manutenção da empresa como vencedora do certame, para permitir uma eventual correção da planilha e pleno atendimento das exigências editalícias, sem acarretar qualquer ilegalidade.

O legislador pátrio buscou atender a previsão da Constituição da República de 1988, a qual assegurou o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (arts. 170, IX e 179), na tentativa de impulsionar a atuação das pequenas empresas no mercado.

A Lei Complementar nº. 123/2006 estabeleceu na Seção Única, do seu Capítulo V ("Do Acesso aos Mercados"), intitulada "Das aquisições públicas" (arts. 42 e seguintes), condições favorecidas às micro e pequenas empresas para contratações com a Administração Pública, por intermédio de licitações públicas. Sinteticamente, são elas:

1 – Nas licitações, a exigência de comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte será feita apenas para efeito de assinatura do contrato, sendo que por

ocasião da participação em certames licitatórios, caso haja restrições fiscais, será assegurado, às micro e pequenas empresas, o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação fiscal exigida;

No mais, o Item 5.1.4 e 7.1.2 do Edital do Pregão Presencial nº 01/2016, também garante o prazo para regularização fiscal das micro empresas e empresas de pequeno porte. "A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação."

Por seu turno, Adilson Dallari, em seu livro Aspectos Jurídicos da Licitação. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 88:

"Visa a concorrência pública fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão deste escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase de habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório". (DALLARI apud MELLO, 2006, p. 558).

Ou seja, a finalidade do processo de licitação é pluralidade de concorrentes. Ainda, a fase de habilitação deve ser in dubio pro interessado. Na dúvida, decide-se a favor do interessado.

Para atender o interesse público de se obter a proposta mais vantajosa para a Administração, inclusive com a proposta de preço com menor valor pelo objeto do contrato da licitação em comento, o pregoeiro buscou garantir o amplo direito da empresa Requerida em manter a sua proposta de preço. Entretanto, mesmo após ter sido declarada vencedora, a empresa Requerida RW Serviços LTDA ME não buscou corrigir a sua planilha de preço, especificamente no valor do piso salarial da categoria, e a empresa nem ao menos buscou entrar em contato com a Câmara Municipal para sanar as falhas apontadas.

Conforme se extrai das razões de recurso da Requerida:

"Como se depreende do caso em exame, a ilegalidade da proposta ultrapassa o descumprimento do edital, vindo a afrontar a legislação trabalhista, que assegura ao trabalhador o pagamento do salário adequado, sendo obrigação do licitante atender às determinações contidas na Lei e na Convenção Coletiva de Trabalho, a fim de promover corretamente o recolhimento do salário e encargos dos trabalhadores.

Destarte, ante a existência de razões legais, deve-se desclassificar a licitante pelas diversas ilegalidades acima demonstradas na planilha de formação de custos e pela quebra dos princípios que regem a licitação."

Assim, não restou outra alternativa senão a desclassificação da empresa inicialmente declarada vencedora Requerida RW Serviços LTDA ME, por apresentar proposta de preço manifestamente inexecutável e ilegal, em virtude de valor apresentado em planilha de preço, no item do piso salarial da categoria para o funcionário, por conter valor abaixo do piso permitido, conforme análise subsequente do pregoeiro e equipe de apoio.

O pagamento do piso salarial da categoria é uma obrigação constitucional da empresa, e inclusive a Câmara Municipal poderá responder solidariamente se nada fizer a respeito do não pagamento do piso, já que o serviço de limpeza e higienização é realizado por funcionário na sede da Câmara Municipal de Itapoá. Apesar da proposta ser economicamente mais vantajosa, após análise da Administração, contactou-se e acolheu-se as razões do recurso da Requerida.

3. III - Da desclassificação da proposta da empresa CS Consultoria e Serviços LTDA ME, por falta de materiais (equipamentos de manutenção) e tributos e contribuições previdenciárias ilegais, de acordo com o regime da empresa

Apesar da Requerente não ter apresentado manifestação sobre o

item III, das razões de recurso, em momento oportuno pela sua admissibilidade ao final da sessão do pregão, e mesmo constatando que a maioria dos doutrinadores e da jurisprudência indicarem decadência de direito de recurso pela não manifestação em momento indicado em Lei para recurso, ainda assim alguns juristas e algumas decisões judiciais indicam a necessidade da Administração analisar o recurso, na seara do direito de petição pelos administrados.

No mérito, após análise administrativa do pregoeiro, comissão de licitação e análise jurídica da procuradoria, todos da Câmara Municipal de Itapoá, constata-se a total improcedência do Item III, das razões de recurso apresentados pela Recorrente, senão vejamos:

Pela análise do item III, nota-se que a Requerente questiona a condição da Requerida CS Consultoria e Serviços LTDA ME de optante do Simples Nacional. Conforme fartamente demonstrado no item I, não há fato impeditivo de microempresa ou a empresa de pequeno porte de participar de licitação do objeto da licitação do Pregão Presencial nº 01/2016 da Câmara Municipal de Itapoá. Esse entendimento decorre do fato de que nem a Lei Complementar nº 123/2006, tampouco a Lei 10520/2000 a Lei de Licitações nº 8.666/93 fazem qualquer proibição nesse sentido. No mais, há uma condição de exceção prevista no inciso VI do - 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em que permite às empresas Requeridas em participarem do certame para o objeto desse Pregão Presencial nº 01/2016 da Câmara Municipal de Itapoá.

No mais, caberá a empresa arcar com as consequências do seu enquadramento eventualmente irregular, e a administração deverá garantir a manutenção do valor global da proposta e das condições estabelecidas em contrato.

Assim, para dirimir qualquer dúvida sobre a análise do item III, remete-se a análise novamente para o item I, das razões de recurso, da presente Resposta de Recurso Administrativo nº 01, ao Processo Licitatório nº 01/2016.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme contrarrazões apresentadas pela empresa Requerida CS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA ME, no final do ano de 2014, com a aprovação da Lei Complementar no 147/2014, o Poder Executivo Federal alterou o art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, tornando obrigatório, no âmbito da administração pública, a adoção da destinação exclusiva das licitações à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

A informação apresentada traz importante repercussão para os próximos certames da Casa. Ambas as empresas Requeridas estão enquadradas pela Lei Complementar nº 123/2006, e satisfazem a exigência do art. 48 da mesma Lei.

De qualquer forma, não há qualquer prejuízo no Processo Licitatório nº 01/2016 da Câmara Municipal, e nenhuma das empresas apresentou tempestivamente manifestação pela impugnação do Edital da respectiva licitação. E no mais, é possível a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, não há prejuízo na competição ou repercussão negativa e/ou ilegal que possa macular o presente processo licitatório, em que pese o resultado em que as duas primeiras colocadas na disputa são microempresas.

5. DECISÃO

No mérito, após análise administrativa do pregoeiro, comissão de licitação e análise jurídica da procuradoria, todos da Câmara Municipal de Itapoá, constata-se a total improcedência do Item I e III, das razões de recurso apresentados pela Recorrente. Foi acolhido parcialmente apenas o pedido do item II, dando razão pela desclassificação da empresa RW Serviços LTDA ME. O acolhimento de item II do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. Nesse caso, os demais atos do certame estão mantidos.

Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos

procedimentais, na sequência, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora, e nesse caso, após a desclassificação da empresa Requerida RW Serviços LTDA ME, contata-se vencedora a 2ª colocada no certame, sendo indicada vencedora a empresa CS Consultoria e Serviços LTDA ME, em que o Pregoeiro e a Equipe de Apoio providenciarão as correções necessárias através de nova ata, comunicando a solução para as empresas envolvidas. Conforme o item 9.4 do Edital, a decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às empresas interessadas, através de publicação na imprensa oficial do Município através do site www.diariomunicipal.sc.gov.br, e ficará a cargo da licitante o seu acompanhamento.

Quando for o caso, também será publicada no site www.camaraitapoa.sc.gov.br, e para que nenhuma licitante ainda alegue desconhecimento poderá também a pedido do licitante ser enviada via e-mail.

No mais, conforme o item 9.5 do Edital de Licitação e o art. 9º do Decreto Legislativo Municipal nº 24/2013, decidido os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente (Presidente da Câmara Municipal de Itapoá Sr. Daniel Silvano Weber) adjudicará o objeto do pregão ao licitante vencedor e homologará a adjudicação para determinar a contratação.

Homologada a licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato, ou retirar o instrumento equivalente no prazo definido no edital, respeitado o prazo de validade de sua proposta.

Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

Por fim, oportuno destacar que o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame; apresentar documentação inverossímil exigida para o certame; não mantiver a proposta, lance ou oferta; recusar-se a celebrar o contrato; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo período de até cinco anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Itapoá-SC, 15 de abril de 2016.

DANIEL SILVANO WEBER PRESIDENTE DA MESA DIRETORA	FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO PREGOEIRO
MARTA REGINA BEDIN PROCURADORA JURÍDICA	

DESPACHO

DECISÃO DE RECURSO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

RATIFICO, nos termos do Art. 109, parágrafo 4º, da Lei nº 8.666/1993, a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Por fim, para ciência da empresa Recorrente e Recorridas.

Itapoá-SC, 15 de abril de 2016
DANIEL SILVANO WEBER
PRESIDENTE DA MESA DIRETORA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ-SC

Ituporanga

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INTERLIGAÇÃO DE 26 (VINTE E SEIS) PONTOS COM REDE VIA RADIO, 11 (ONZE) PONTOS DE REDE DE FIBRA ÓPTICA E 2 LINKS IP DEDICADO 50MBPS CADA, E PONTOS DE ACESSO DE RESERVA TÉCNICA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº12/2016

Processo: 14/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INTERLIGAÇÃO DE 26 (vinte e seis) PONTOS COM REDE VIA RADIO, 11 (onze) PONTOS DE REDE DE FIBRA ÓPTICA E 2 LINKS IP DEDICADO 50mbps CADA, E PONTOS DE ACESSO DE RESERVA TÉCNICA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 04 de maio de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 04 de maio de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 20 de abril de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jacinto Machado

PREFEITURA

COMUNICADO

COMUNICADO

O Prefeito Municipal de Jacinto Machado – SC, Antonio João de Fáveri, no uso de suas atribuições legais vem por meio deste, informar a todas as Farmácias do Município que o prazo para apresentação de requerimento junto à Administração Municipal, manifestando seu interesse em participar da próxima escala dos plantões, conforme Lei 784 de 25 de agosto de 2015, encerra-se na data de 26/04/2016, às 17:30h.

Jacinto Machado – (SC), 19 de abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.814/2016

D E C R E T O Nº 10.814/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semob), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.01.15.452.04502.305 - Manutenção de vias/passagens

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

09.01.344 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados aos Recursos CIDE, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

ADEMAR POSSAMAI

Prefeito

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 10.815/2016

D E C R E T O Nº 10.815/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 127/2016/DGP, de 18/04/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

DECRETA :

Art.1º Fica revogado, em 1º/04/2016, o Decreto Municipal Nº 9.401/2013, de 11/06/2013, que dispõe sobre a cedência da servidora pública municipal MARLENE ARENT BRUCH para a FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2016.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

DECRETO Nº 10.816/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

D E C R E T O Nº 10.816/2016

Designa Coordenador do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL (FROAGRO) e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 2º, da Lei Municipal Nº 2.352/1997, de 10 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Municipal Nº 4.695/2007, de 20/06/2007; e

CONSIDERANDO os termos do Ofício Nº 041/2016/Semag, de 12/04/2016, da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura,

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 12/04/2016, IVAN ANDREIAS WOLTER, Secretário Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura, como COORDENADOR DO FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL (FROAGRO), delegando-lhe competência para a gerência dos recursos financeiros destinados à promoção do desenvolvimento rural, em especial aquelas estabelecidas no artigo 2º, da Lei Municipal Nº 2.352/1997, de 10/12/1997, alterada pela Lei Municipal Nº 4.695/2007, de 20/06/2007.

Art.2º A movimentação financeira e a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Rural (FROAGRO) serão procedidas, sempre em conjunto de duas assinaturas, simultaneamente, na forma que segue:

- O Coordenador do Fundo Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Rural (FROAGRO), conjuntamente com a servidora pública municipal DENISE WÜRMLI, matrícula 7046, responsável pelo planejamento e controle orçamentário e financeiro da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura.

Art.3º Em consequência, fica revogado o Decreto Municipal Nº 9.129/2013, de 04/02/2013.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/04/2016.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

DECRETO Nº 10.817/2016

D E C R E T O Nº 10.817/2016

Declara "Ponto Facultativo" nas Repartições Públicas Municipais.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO que "Ponto Facultativo" é a designação dos dias úteis em que os servidores públicos são dispensados do trabalho mediante ato administrativo baixado pela autoridade competente para tal e visa a atender a especificidade de uma situação local, em determinadas datas, nas quais seria inviável, inoportuno ou ineficaz o funcionamento regular das repartições públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios para o regime de serviço extraordinário, entendendo-se este como aquele que exceder à jornada diária normal;

DECRETA :

Art.1º Ficam declarados Pontos Facultativos nos Órgãos Públicos Municipais, ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria, Autarquia, Fundação Municipal ou Empresa Pública nos dias:

I - 22 de abril de 2016;

II - 27 de maio de 2016; e

III - 14 de novembro de 2016.

Art.2º Nos dias declarados de ponto facultativo, os serviços considerados essenciais deverão ser mantidos, em regime de plantão, de acordo com a escala a ser estabelecida pelas respectivas chefias, não sendo consideradas como extraordinárias as horas trabalhadas, exceto as horas trabalhadas que excederem à jornada diária normal.

Art.3º Autorizar-se-á a prestação do serviço extraordinário apenas em situações excepcionais e temporárias, devidamente justificadas e respeitado o disposto no artigo 2º deste Decreto.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Administração

DECRETO Nº 10.818/2016

D E C R E T O Nº 10.818/2016

Declara "Ponto Facultativo" no Dia 28 de Outubro de 2016, Data Destinada à Comemoração do Dia do Servidor Público.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO que "Ponto Facultativo" é a designação dos dias úteis em que os servidores públicos são dispensados do trabalho mediante ato administrativo baixado pela autoridade competente para tal e visa a atender a especificidade de uma situação local, em determinadas datas, nas quais seria inviável, inoportuno ou ineficaz o funcionamento regular das repartições públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios para o regime de serviço extraordinário, entendendo-se este como aquele que exceder à jornada diária normal;

DECRETA :

Art.1º Fica declarado Ponto Facultativo nos Órgãos Públicos Municipais no dia 28 de outubro de 2016, data destinada à comemoração do Dia do Servidor Público (artigo 261, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014), ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria, Autarquia, Fundação Municipal ou Empresa Pública.

Art.2º No dia declarado de ponto facultativo, os serviços considerados essenciais deverão ser mantidos, em regime de plantão, de acordo com a escala a ser estabelecida pelas respectivas chefias, não sendo consideradas como extraordinárias as horas trabalhadas, exceto as horas trabalhadas que excederem à jornada diária normal.

Art.3º Autorizar-se-á a prestação do serviço extraordinário apenas em situações excepcionais e temporárias, devidamente justificadas e respeitado o disposto no artigo 2º deste Decreto.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2016

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 008/2016-FMS

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATADA: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELLI EPP.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: Contratação de serviços de internação em clínica especializada para tratamento psiquiátrico para a paciente Ester Longhi Kammer, Matrícula nº 833873, residente na Rua Roberto Ziemann nº 36, no Bairro Czerniewicz em Jaraguá do Sul/SC, que apresenta diagnóstico de "histórico de transtorno psicótico, esquizofrenia e doença de Huntington" Cid 10:F20.0 F0.2, em atendimento a Decisão da Exmo. Senhor Juiz de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, nos Autos nº 0900468-94.20148.24.0036.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O FUNDO pagará a CONTRATADA mensalmente o valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), totalizando a contratação no valor de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes do objeto desta Dispensa correrão por conta da dotação orçamentária dos exercícios de 2016, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.677.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Mac, Médio e Alta Compl.	3.3.90 – Aplicações Diretas	88	Receitas de imp. e transf. de imp.
10.302.0753.2.677.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Mac, Médio e Alta Compl.	3.3.90 – Aplicações Diretas	121	SF – Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/01/2016 com término em 31/12/2016, podendo ser prorrogado mediante acordo das partes, com fundamento no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias. Em conformidade com as obrigações contidas neste contrato, as partes convalidam a legalidade e pertinência dos serviços prestados durante o período de 01/01/2016 a 13/04/2016.

DATA DA ASSINATURA: 13/04/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Maria de Lourdes Dalago.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer
Gestor do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2016

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 35/2016

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso X da Lei Federal 8.666/93 e Lei Federal 8.245/91.

LOCADORA: JGM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

OBJETO: Locação de imóveis composto das seguintes matrículas: Imóvel com 7.623,00m² matrícula MI 1.816 (terreno e escritório), sito a Rua 07 Walter Marquardt, e imóvel com 6.070m² matrícula MI 25.337 (somente terreno), sito a Rua 07 Walter Marquardt, bairro Barra do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul, destinado ao funcionamento do pátio de veículos apreendidos pela Polícia Militar de Jaraguá do Sul.

DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 7.670,00 (sete mil seiscentos e setenta reais), totalizando o valor de R\$ 92.040,00 (noventa e dois mil e quarenta reais), pelo período de 12 (doze) meses. O locatário se compromete a pagar até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao vencido, mediante a apresentação de boleto bancário.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes do objeto deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016 e 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
15.122.0422.2.255.3.3.90	Manut. das ativ. adm. do Trânsito	3.3.90 – Ap. Diretas	258	Convênio SSP 50%	69.030,00
15.122.0422.2.255.3.3.90	Manut. das ativ. adm. do Trânsito	3.3.90 – Ap. Diretas	Exercício 2017	Convênio SSP 50%	23.010,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da locação será de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/04/2016 com término em 31/03/2017, podendo ser prorrogado mediante acordo das partes, com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 14/04/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Tcharla Françoise Menel Garcia.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 113/2016 AO CONTRATO Nº 029/2012

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 113/2016 AO CONTRATO Nº 029/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 291/2011

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal n.º 8.666/93 c/c item 4.4 da cláusula quarta e 5.1 da cláusula quinta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados n.ºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: VIAÇÃO CANARINHO LTDA.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Três Rios do Norte, CTG, Rua José Frederico Engelmann até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Max Schubert, localizada na Rua Roberto Ziemann, n.º 4.421 – no bairro Três Rios do Norte.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 74/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 125/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 125/2015, fica prorrogado até o último dia letivo de 2016, iniciando a partir de 11/02/2016. O prazo de vigência do Termo Aditivo fica prorrogado até 28/02/2017.

DO VALOR E REAJUSTE: O valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 74/2013, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 125/2014, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 125/2015, fica reajustado, conforme Registro de Reunião e Termo de Acordo em anexo, em 10% (dez por cento), passando o valor de R\$ 256,05 (duzentos e cinquenta e seis reais e cinco centavos) para o valor de R\$ 281,66 (duzentos e oitenta e um reais e sessenta e seis centavos), por dia de transporte escolar realizado, totalizando o Termo Aditivo no valor estimado de R\$ 56.286,00 (cinquenta e seis mil duzentos e oitenta e seis reais) equivalentes a estimados 200 (duzentos) dias de transporte escolar no ano letivo de 2016.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: A despesa decorrente do objeto deste termo aditivo correrá por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamen- tária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	106	Salário Educa- ção

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Décio Bogo

Dieter Janssen
Prefeito Municipal**ISSEM - EXTRATO - CONTRATO Nº 67/2016 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2013**

EXTRATO - CONTRATO Nº 67/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: CLÍNICA MÉDICA GRUDTNER S/S LTDA (CNPJ nº 08.929.605/0001-73)

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 07/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 30/03/2016.

DATA DA ASSINATURA: 13/04/2016.

SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Mauro César Grudtner.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente**ISSEM - EXTRATO - CONTRATO Nº 68/2016 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2013**

EXTRATO - CONTRATO Nº 68/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: SAÚDE POPULAR CENTRAL DE CONSULTAS LTDA (CNPJ nº 13.374.454/0001-74)

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 07/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 11/04/2016.
DATA DA ASSINATURA: 16/04/2016.
SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Aline Mainardi.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente

ISSEM - EXTRATO - CONTRATO Nº 69/2016 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2013

EXTRATO - CONTRATO Nº 69/2016
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2013
CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)
CONTRATADO: CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLÓGICA VITALE LTDA (CNPJ nº 06.166.452/0001-24)
OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS , destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 07/2013 e demais legislações pertinentes.
VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 12/04/2016.
DATA DA ASSINATURA: 13/04/2016.
SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Laisa Prim Schmitz.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente

ISSEM - EXTRATO CONTRATO Nº 66/2016 TOMADA DE PREÇO Nº 14/2015

EXTRATO
CONTRATO Nº 66/2016
TOMADA DE PREÇO Nº 14/2015
CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)
CONTRATADO: Sulamericana Engenharia Ltda (CNPJ nº 03.336.030/0001-61).
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de Sistema de Ar Condicionado -Tipo VRF (Variable Refrigerant Flow) no prédio da nova sede do ISSEM.
VALOR TOTAL: R\$ 908.080,00 (novecentos e oito mil e oitenta reais)
VIGÊNCIA: 12 meses.
DATA DA ASSINATURA: 13/04/2016.
SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Carlos Rogério E. Prestes .

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente

ISSEM - PORTARIA Nº 172/2016

PORTARIA Nº 172/2016 – ISSEM
De 07.04.2016.
Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. LUCRECIA LUNELLI, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.03.2016 a 05.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.03.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 173/2016

PORTARIA Nº 173/2016 – ISSEM

De 07.04.2016.

Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 1º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. JULIANA CRISTINA FRANCES PHILIPPS, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 24.03.2016 a 21.07.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24.03.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 174/2016

PORTARIA Nº 174/2016 – ISSEM

De 07.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. AUREA SCHOLEMBERG WACHHOLZ, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 30.03.2016 a 06.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30.03.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 175/2016

PORTARIA Nº 175/2016 – ISSEM

De 07.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. RUTINEIA APARECIDA TISO, lotada na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 01.04.2016 a 10.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 176/2016

PORTARIA Nº 176/2016 – ISSEM

De 07.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MIRIA PRETTI, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.04.2016 a 29.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 177/2016

PORTARIA Nº 177/2016 – ISSEM

De 07.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. IVONE DA CRUZ MACHADO, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.04.2016 a 18.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 178/2016

PORTARIA Nº 178/2016 – ISSEM

De 07.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. EDEMEE DA LUZ MELLO, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.04.2016 a 04.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 179/2016

PORTARIA Nº 179/2016 – ISSEM

De 07.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ROBERT BROTZKE, lotado na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.04.2016 a 04.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 180/2016

PORTARIA Nº 180/2016 – ISSEM

De 08.04.2016.

Concede Licença Maternidade

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 1º da Lei Complementar nº 88/2009 de 04.09.2009,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. CARLA COSTA GAIGER, lotada na Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.04.2016 a 02.08.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 181/2016

PORTARIA Nº 181/2016 – ISSEM

De 08.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ANGELITA DE CASSIA BURDZAKI RADUNZ, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.04.2016 a 18.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 182/2016

PORTARIA Nº 182/2016 – ISSEM

De 08.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. NELSON DIRCEU ROPELATO, lotado nos Encargos Gerais do Município da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.04.2016 a 18.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 183/2016

PORTARIA Nº 183/2016 – ISSEM

De 08.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SANDRA VELHO, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.04.2016 a 03.06.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 184/2016

PORTARIA Nº 184/2016 – ISSEM

De 08.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. TEREZINHA BERTUOL PINHEIRO, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 06.04.2016 a 05.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 185/2016

PORTARIA Nº 185/2016 – ISSEM

De 08.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. DANIEL RICARDO PEREIRA, lotado na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 07.04.2016 a 22.06.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 186/2016

PORTARIA Nº 186/2016-ISSEM

De 12.04.2016

Concede Aposentadoria por Invalidez

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 inciso I e suas alterações e de conformidade com o disposto no Art. 46, parágrafos 2º, 6º e 7º, todos da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003; combinado com o Art. 40, § 1º, Inciso I da Constituição Federal/88 c/c Art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 e com base no conteúdo do Processo Administrativo nº 707/2015,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ à Sra. ZELMA DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 624.949.969-53, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, matriculada sob o nº 7515-9, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 01, Letra "G", triênios equivalentes a 36% (trinta e seis por cento) e carga horária de 40 horas semanais/200 horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "a", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 18.04.2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora-Presidente do Issem

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 187/2016

PORTARIA Nº 187/2016 – ISSEM

De 12.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. CLARINHA APARECIDA TEIXEIRA, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 06.04.2016 a 04.06.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2016.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 188/2016

PORTARIA Nº 188/2016 – ISSEM

De 12.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. IRINEU RIBEIRO DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal do Urbanismo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 07.04.2016 a 06.06.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2016.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 189/2016

PORTARIA Nº 189/2016 – ISSEM

De 12.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ROMILDA DO NASCIMENTO KRUTZSCH, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 08.04.2016 a 19.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2016.
Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 190/2016

PORTARIA Nº 190/2016 – ISSEM

De 12.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. STELLA MARIS TAVARES MACEDO, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 08.04.2016 a 07.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 191/2016

PORTARIA Nº 191/2016 – ISSEM

De 12.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ANA PAULA FREITAS KLAFFE, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 08.04.2016 a 18.06.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente do ISSEM
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 192/2016

PORTARIA Nº 192/2016-ISSEM

De 13.04.2016

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

A DIRETORA-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 709/2015,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. MARIA OSMARINA BELARMINO, inscrita no CPF sob nº 576.025.909-10, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Agente de Alimentação e Nutrição, matriculada sob o nº 7375-0, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 02, Letra "G", triênios equivalentes a 36% (trinta e seis por cento) e carga horária de 40 horas semanais/200 horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 25.04.2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora-Presidente do Issem
Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 193/2016

PORTARIA Nº 193/2016 – ISSEM

De 13.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. HILARIO ALVES FILHO, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 09.04.2016 a 07.06.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 194/2016

PORTARIA Nº 194/2016 – ISSEM

De 13.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA PEREIRA MARCIANO, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 10.04.2016 a 15.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 195/2016

PORTARIA Nº 195/2016 – ISSEM

De 13.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. TANIA MARA COSTA, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 11.04.2016 a 10.05.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 196/2016

PORTARIA Nº 196/2016 – ISSEM

De 13.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA APARECIDA POSSAMAI STINGHEN, lotada na Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 11.04.2016 a 03.07.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - PORTARIA Nº 197/2016

PORTARIA Nº 197/2016 – ISSEM

De 13.04.2016.

Concede Auxílio Doença

A DIRETORA PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. VILDI LUZZANI DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 12.04.2016 a 26.04.2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12.04.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente do ISSEM

Portaria nº 701/2014

ISSEM - TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 61/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada WW JOSELU-MA SSP, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Acrescentar à tabela constante no item 1.3:
- 2) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar da data de assinatura.
- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 11 de março de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente
CONTRATANTE

Johnny Adams Valle Vargas
Sócio Administrador
CONTRATADA

Gilséia Kassner Leoni
Superintendente de Assistência e Saúde
TESTEMUNHA

Roberto Luiz Correia Zimath
Médico Auditor do Issem
TESTEMUNHA

PORTARIA Nº 046/2016/SEMSA

PORTARIA Nº 046/2016/Semsa

Dispõe sobre o Horário de Expediente de servidor do setor de Contabilidade, da Gerência Administrativa da Diretoria Administrativo-Financeira, da Secretaria Municipal da Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal regular dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, observada a Lei;

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 10.582/2015, de 1º/10/2015;

CONSIDERANDO a necessidade de se retomar serviços e ações de relevante interesse público para o desenvolvimento e manutenção dos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Saúde e por servidores lotados na sede da citada Secretaria;

CONSIDERANDO a grande demanda de trabalhos realizados pelo setor de Contabilidade da Gerência Administrativa da Diretoria Administrativo-Financeira, da Secretaria Municipal da Saúde;

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade da alteração do horário de expediente de servidor do setor de Contabilidade da Gerência Administrativa da Diretoria Administrativo-Financeira, da Secretaria Municipal da Saúde, para atender à natureza específica dos serviços a serem prestados, nos termos do artigo 12, da Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013;

CONSIDERANDO que os serviços afetos à Secretaria Municipal da Saúde são considerados essenciais e devem ser desenvolvidos de forma continuada;

RESOLVE :

Art.1º Observadas as determinações dos Decretos Municipais Nºs 10.582/2015, de 1º/10/2015, e 10.365/2015, de 16/04/2015, a partir de 13 de abril de 2016, o servidor público municipal Marcos Venícios Dias Taborda, lotado na Gerência Administrativa da Diretoria Administrativo-Financeira, da Secretaria Municipal da Saúde, cumprirá a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, conforme a seguir discriminado:

I - De segunda-feira a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h;

Art.2º Ficam vedadas atividades funcionais após o expediente fixado no artigo 1º, o labor extraordinário, exceto em casos emergenciais comprovados, mediante autorização expressa do Secretário da pasta.

Art.3º Ficam mantidos os dispositivos constantes do inciso I, do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 10.582/2015, de 1º/10/2015.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de abril de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 14 de abril de 2016.

DALTON FERNANDO FISCHER
Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 252/2016

PORTARIA Nº 252/2016

Homologa Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal Nº 119/2012, de 23/03/2012, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 8.509/2012, de 23/03/2012, alterado pelo Decreto Municipal Nº 8.908/2012, de 20/09/2012; e

CONSIDERANDO os documentos constantes do Processo de Avaliação de Estágio Probatório, avaliados pela COMISSÃO designada através do Decreto Municipal Nº 8.571/2012, e alterações, Atestado de Saúde Ocupacional e à vista do parecer final da autoridade competente, que considerou o(a) servidor(a) "APTO(A) - Atende as expectativas", para o exercício do cargo público;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 015/2016/CAEDSEP, de 14/04/2016, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

RESOLVE :

Art.1º HOMOLOGAR as Avaliações de Desempenho de Estágio Probatório, considerando APTO(A) para exercer as atribuições do cargo público os servidores a seguir relacionados:

NOME	MAT.	CARGO	LOTAÇÃO	DATA INICIAL	DATA FINAL
Alcir Roque Ribeiro Junior	10197	Psicólogo	Secretaria Municipal da Saúde	12/04/12	12/04/15
Bruna Alessandra Saganski	10017	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Saúde	09/03/12	09/04/15
Catia dos Passos Weber	10202	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	02/04/12	02/04/15
Celio de Souza Ortiz	10167	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	24/04/12	24/04/15
Cesar Friedrich	10205	Agente Comunitário de Saúde	Secretaria Municipal da Saúde	04/04/12	04/04/15
Cleunice Mendes Bonfim dos Santos	9808	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	23/02/12	25/04/15
Cristiane Aparecida Chiodini Weiler	10210	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	02/04/12	02/04/15
Cristiane Aparecida Dilschneider	9747	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	23/01/12	23/01/15
Cristiane Gislery Machado	10046	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	02/03/12	16/04/15
Daniel Luis Rodrigues	10184	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	18/04/12	18/04/15
Dayane Marques Sales Guerra	9790	Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal da Educação	01/02/12	01/02/15
Daysi Cristina Ruediger Minatti	10144	Agente Tributário	Secretaria Municipal da Fazenda	02/04/12	02/04/15
Diviane Rosa de Souza	10196	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	23/04/12	23/04/15
Drieli Francine Jung	10067	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal da Educação	01/03/12	01/03/15
Elisangela Pincegher	8330	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	20/04/12	20/04/15
Elisete do Nascimento da Silva	10194	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Saúde	17/04/12	17/04/15
Eloisa Doubrawa	10166	Médica Especialista	Secretaria Municipal da Saúde	02/04/12	02/04/15
Fabiana Gonçalves Jacomoliski	10088	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal da Educação	12/03/12	13/04/15
Fernanda Maria Santana do Bomfim	10171	Fonoaudióloga	Secretaria Municipal da Educação	18/04/12	18/04/15
Fernando Petersen	10161	Psicólogo	Secretaria Municipal da Educação	09/04/12	09/04/15
Genival Santos da Silva	9851	Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal da Educação	08/02/12	07/04/15
Ingred Cristina Droese	10165	Assistente Social	Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente	10/04/12	10/04/15
Isa Maris de Oliveira Raulino	10192	Recepcionista	Secretaria Municipal da Saúde	13/04/12	13/04/15
Izalmir Reitz	10163	Motorista de Veículos Pesados e Ambulância	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	02/04/12	02/04/15
Izaltina Pires do Nascimento	10053	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	02/03/12	17/04/15
Jakson Morsch	10146	Operador de Máquinas Pesadas	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura	02/04/12	02/04/15
Jean Carlos Schneider	10160	Agente de Manutenção e Reparos	Secretaria Municipal da Saúde	03/04/12	03/04/15
João Pedro Barbosa Pereira	10177	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	19/04/12	19/04/15
João Reis Filho	10173	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Saúde	05/04/12	05/04/15
Joel Martins Cavaleiro	10149	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	09/04/12	09/04/15
Jose Jorge Magris Fernandes	10189	Médico	Secretaria Municipal da Saúde	09/04/12	09/04/15
Joziane Barbosa do Amaral	10176	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	18/04/12	18/04/15
Juliane de Godoi	10183	Secretária de Unidade Escolar	Secretaria Municipal da Educação	09/04/12	09/04/15
Katia Regina Pereira Mendes de Sousa	10200	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	02/04/12	02/04/15

Leila da Rosa Batista	10172	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	18/04/12	18/04/15
Lidiane de Aquino Provesi	10110	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	06/03/12	21/04/15
Liliane da Silva	10142	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	12/03/12	12/03/15
Luciane do Carmo Silva Vieira	10145	Agente Tributário	Secretaria Municipal da Fazenda	03/04/12	03/04/15
Lucineia Praxedes Nunes	10070	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal da Educação	01/03/12	23/04/15
Luyson Dario Camargo	10151	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	02/04/12	02/04/15
Marcia Malaquias de Paula	9813	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	16/02/12	16/02/15
Marguida Hardt Moura	10071	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal da Educação	01/03/12	15/04/15
Maria de Nazare Araujo Lima	10213	Assistente Social	Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente	23/04/12	23/04/15
Maria Solange Wüegers Demetrio	10207	Agente Comunitário de Saúde	Secretaria Municipal da Saúde	09/04/12	09/04/15
Marli Pereira	10168	Recepcionista	Secretaria Municipal da Saúde	26/04/12	26/04/15
Milene Michels	10113	Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena	Secretaria Municipal da Educação	09/03/12	09/03/15
Rafael Andre Lonczinski	10169	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	20/04/12	20/04/15
Reni de Fatima da Cruz	10201	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	02/04/12	02/04/15
Rosangela Pegoraro dos Santos	10195	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Saúde	17/04/12	17/04/15
Roseli Alionso dos Reis Pereira	10199	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	02/04/12	02/04/15
Salete Gil de Azevedo Camargo	10211	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal da Educação	04/04/12	04/04/15
Sandra Campos do Nascimento	10175	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	02/04/12	02/04/15
Sandreia Raquel Meyer	10162	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal da Educação	02/04/12	02/04/15
Saul Dias da Silva Junior	10132	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal da Educação	01/03/12	02/04/15
Silvana Schreiber Wanzynack	10193	Coordenadora Pedagógica	Secretaria Municipal da Educação	16/04/12	16/04/15
Sirlene Satil Batista	10182	Secretária de Unidade Escolar	Secretaria Municipal da Educação	12/04/12	12/04/15
Susana de Oliveira	10214	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	24/04/12	24/04/15
Talita Huana Wischral Batista	10107	Professora de Educação Infantil - Ensino Superior	Secretaria Municipal da Educação	06/03/12	06/03/15
Tamires Loraine Gramm	9865	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal da Educação	23/02/12	23/04/15
Thais Cristina Cabral	10188	Nutricionista	Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente	09/04/12	09/04/15
Vanderlei Gomes	10148	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	02/04/12	02/04/15

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 253/2016

PORTARIANº 253/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com base nas razões que constam no Processo Administrativo Disciplinar Nº 012/2014, instaurado pela Portaria Nº 876/2014, de 12/05/2014; e

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa proferida pelo Sr. Prefeito Municipal;
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 101/2016/1ª CPAD, de 18/04/2016, da Primeira Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares;

RESOLVE :

Art.1º DEDITIR, a partir de 25/04/2016, RAMON VIEIRA, matrícula 10003-0, ocupante do cargo de MÉDICO, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, nos termos do artigo 186, inciso III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais do servidor.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Sequencialmente e em tempo próprio, archive-se o feito junto à Controladoria-Geral do Município, promovendo-se a adequada guarda e arquivamento.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 254/2016

PORTARIANº 254/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 24, da Lei Municipal Nº 5.431/2009, de 08/12/2009, alterado pela Lei Municipal Nº 6.273/2011, de 09/12/2011; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 126/2016/Semascr, de 15/04/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 12/04/2016, JEAN CARLO LEUTPRECHT, Secretário Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, como GERENCIADOR do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), delegando-lhe competência para a gerência dos recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações de Assistência Social, a serem utilizados segundo as diretrizes e deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social, em especial aquelas estabelecidas no artigo 25, da Lei Municipal Nº 5.431/2009, de 08/12/2009, alterada pela Lei Municipal Nº 6.273/2011, de 09/12/2011.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/04/2016, revogada a Portaria Nº 1320/2015, de 04/11/2015.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 255/2016

PORTARIANº 255/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal Nº 6.273/2011, de 09/12/2011; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 126/2016/Semascr, de 15/04/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR o Secretário Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, JEAN CARLO LEUTPRECHT, ordenador do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), para movimentar e aplicar os recursos do mesmo, em conjunto com o Diretor de Proteção Básica, JOEL LUIS CORRÊA.

Art.2º As contas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) serão movimentadas sempre em conjunto de duas assinaturas.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/04/2016, revogada a Portaria Nº 1321/2015, de 04/11/2015.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 256/2016

PORTARIANº 256/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 395/2016/Cogem, de 14/04/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 05/04/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 023/2015, instaurado pela Portaria Nº 880/2015, de 06/07/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 257/2016

PORTARIANº 257/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 396/2016/Cogem, de 14/04/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 1º/04/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 021/2015, instaurado pela Portaria Nº 859/2015, de 02/07/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 258/2016

PORTARIANº 258/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 397/2016/Cogem, de 14/04/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 05/04/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo

Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 022/2015, instaurado pela Portaria Nº 879/2015, de 06/07/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 259/2016

PORTARIANº 259/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 398/2016/Cogem, de 14/04/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 1º/05/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 010/2015, instaurado pela Portaria Nº 166/2015, de 12/02/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 260/2016

PORTARIANº 260/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 399/2016/Cogem, de 14/04/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 13/03/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 011/2015, instaurado pela Portaria Nº 167/2015, de 12/02/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 261/2016

PORTARIANº 261/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 400/2016/Cogem, de 14/04/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 29/03/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Nº 013/2013, instaurado pela Portaria Nº 1586/2013, de 29/10/2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 262/2016

PORTARIANº 262/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 401/2016/Cogem, de 14/04/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 28/03/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Nº 003/2013, instaurado pela Portaria Nº 1016/2013, de 12/06/2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/03/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 263/2016

PORTARIANº 263/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 402/2016/Cogem, de 14/04/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 06/04/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 020/2015, instaurado pela Portaria Nº 598/2015, de 05/05/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de abril de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2016 – FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2016 – FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETO: Contratação de serviços de internação em clínica especializada para tratamento psiquiátrico para a paciente Ester Longhi Kammer, Matrícula nº 833873, residente na Rua Roberto Ziemann nº 36, no Bairro Czerniewicz em Jaraguá do Sul/SC, que apresenta diagnóstico de "histórico de transtorno psicótico, esquizofrenia e doença de Huntington" Cid 10:F20.0 F0.2, em atendimento a Decisão da Exma. Senhora Juíza de Direito da Vara da Família, Infância e Juventude da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, nos Autos nº 0900468-94.20148.24.0036.

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, inciso IV da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL através do FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELLI EPP.

Rua Professor Francisco Bodenmuller, nº 100, Casa A, Centro, no Município de Brusque/SC.

CNPJ: 19.354.317/0001-54

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O FUNDO pagará a CONTRATADA mensalmente o valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), totalizando a contratação no valor de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes do objeto desta Dispensa correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.677.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Mac, Médio e Alta Compl.	3.3.90 – Aplicações Diretas	88	Receitas de imp. e transf. de imp.
10.302.0753.2.677.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Mac, Médio e Alta Compl.	3.3.90 – Aplicações Diretas	121	SF – Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/01/2016 com término em 31/12/2016, podendo ser prorrogado mediante acordo das partes, com fundamento no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias..

DA CONVALIDAÇÃO: Em conformidade com as obrigações contidas nesta Dispensa, as partes convalidam a legalidade e pertinência dos serviços prestados durante o período de 01/01/2016 a 13/04/2016.

Jaraguá do Sul (SC), 13 de abril de 2016.
Saulo de Oliveira Miranda
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Decreto nº 10.714/2016

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer
Gestor do FMS

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2016 SECRETARIA DE URBANISMO/DIRETORIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2016
SECRETARIA DE URBANISMO/DIRETORIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

OBJETO: Locação de imóveis composto das seguintes matrículas: Imóvel com 7.623,00m² matrícula MI 1.816 (terreno e escritório), sito a Rua 07 Walter Marquardt, e imóvel com 6.070m² matrícula MI 25.337 (somente terreno), sito a Rua 07 Walter Marquardt, bairro Barra do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul, destinado ao funcionamento do pátio de veículos apreendidos pela Polícia Militar de Jaraguá do Sul.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e Lei Federal nº 8.245/91.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

LOCADORA: JGM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

Rua Horácio Rubini, nº 2727, bairro Barra do Rio Cerro, em Jaraguá do Sul - Santa Catarina.

CNPJ nº 02.553.526/0001-24

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 7.670,00 (sete mil seiscentos e setenta reais), totalizando o valor de R\$ 92.040,00 (noventa e dois mil e quarenta reais), pelo período de 12 (doze) meses. O locatário se compromete a pagar até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao vencido, mediante a apresentação de boleto bancário.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes do objeto desta Dispensa correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016 e 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor R\$
15.122.0422.2.255.3.3.90	Manut. das ativ. adm. do Trânsito	3.3.90 – Ap. Diretas	258	Convênio SSP 50%	69.030,00
15.122.0422.2.255.3.3.90	Manut. das ativ. adm. do Trânsito	3.3.90 – Ap. Diretas	Exercício 2017	Convênio SSP 50%	23.010,00

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da locação será de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/04/2016 com término em 31/03/2017, podendo ser prorrogado mediante acordo das partes, com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

CONVALIDAÇÃO: Em conformidade com as obrigações contidas nesta Dispensa, as partes convalidam a legalidade e pertinência dos serviços prestados durante o período de 01/04/2016 a 14/04/2016.

Jaraguá do Sul (SC), 14 de abril de 2016.
Saulo de Oliveira Miranda
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

17/2015/01 - TA 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015/01 – TA 01

Aos 19 (dezenove) dias do mês de abril do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como órgão gerenciador, representada neste ato pela Secretária, MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT, e os órgãos vinculados ao Gabinete do Prefeito, as Secretarias Municipais de Gestão Administrativa e de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio Turismo e Inovação, Convênios Trânsito Polícia Civil e Militar, como órgãos participantes, e a empresa L. A. CN INFORMATICA LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.924.851/0001-47, estabelecida na Rua Marechal Deodoro, 337, centro na cidade de Campos Novos, SC, representada neste ato pelo Sr. Angelo Matos Da Cas, inscrito no CPF/MF sob o nº 015.867.539-83, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 17/2015/01 PMJ, firmada em 17/06/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 47/2015/PMJ, instaurado pelo Edital PP nº 32/2015/PMJ para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos órgãos participantes, observando-se o disposto no inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 18 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
18	MICROCOMPUTADOR COMPLETO - PLACA DE VÍDEO INTEGRADA	un	PAUTA	2.498,00	2.724,11

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 17/2015/01/PMJ.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 19 de abril de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT - Secretária

L.A. CN INFORMATICA LTDA-ME
ANGELO MATOS DA CAS

Testemunhas:

1. _____
2. _____

DECRETO Nº 4.928 DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 4.928 DE 19 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA JOAÇABA, BIÊNIO 2016-2018, QUE ESPECIFICA.

O prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA JOAÇABA, órgão consultivo e deliberativo das políticas e ações relativas aos Direitos da Criança e do Adolescente para o biênio 2016/2018, de que trata a Lei nº 1.995/93, fica assim constituído:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Ângelo Ernesto Comin – titular

Giolly Muriel Moreira – suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Daiana Antunes de Oliveira – titular

Cristina Vieira – suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Luciana Cristina Bussacro Socol – titular

Leda Fátima Pazza – suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa:

Ângela Dolores Beal Dariva – titular

Maristela Branco de Miranda – suplente

Representantes da Secretaria Municipal de Gestão Financeira:

Ana Paula Padova – titular

Dirce Regina Freiburger Urgericht - suplente

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Centro de Educação Infantil Irmã Sheila

Aida Aparecida José da Silva – titular

Adelina Savoldi – suplente

Sociedade de Cultura Artística de Joaçaba e Herval d'Oeste

Maria Odete Bilibio de Campos – titular

Marilena Zanoello Detoni – suplente

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Sandra Piculi Fuga – titular

Cláudia Weirich Stofel – suplente

Centro de Integração Escola-Empresa

Daniela Bernardi Bortoli – titular

Camila de Oliveira – suplente

Instituto Unimed

Francislei Rosseti – titular

Francieli Volpato – suplente

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 21 de janeiro de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE JOAÇABA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2016

CONSIDERANDO o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição do quadro;

CONSIDERANDO que os serviços de saúde são de caráter essencial para a comunidade, justificando-se assim a urgência do Processo Seletivo;

CONSIDERANDO que os serviços de saúde serão prejudicados com a ausência de profissional atuante neste cargo;

CONSIDERANDO que o Processo Seletivo objetiva prover, temporariamente servidores, na forma estabelecida no art. 2º, §1º, III da LC n. 97/2005 é destinado a prover vagas em caráter temporário de excepcional interesse público;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC nº 97/2005 TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal por prazo determinado, em caráter emergencial, por se tratar de serviços essenciais compondo assim o quadro de pessoal faltante na Secretaria de Saúde e para formação de Cadastro de Reserva – CR.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão do Processo Seletivo, designado pelo Secretário Municipal de Saúde, nomeada pelo Prefeito Municipal.
- 1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site www.joacaba.sc.gov.br e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.
- 1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter emergencial para atuar nas Estratégias de Saúde da Família – ESF. As contratações e Cadastro Reserva – CR serão excepcionalmente em contrato temporário pelo período máximo de 06 (seis) meses, prorrogável por igual período, ou pelo tempo que durarem os afastamentos.
- 1.4. O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit de pessoal no quadro, no caso de férias dos servidores e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade e/ou exoneração, no caso de inexistência de concurso público vigente ou no caso de tratar-se de programa temporário.
- 1.5. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público.
- 1.6. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.
- 1.7. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.
- 1.8. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:
I – pelo término do prazo contratual;
II – por iniciativa da administração pública, desde que devidamente motivado, por escrito, com o respectivo aviso prévio; e
III – por iniciativa do contratado, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.
- 1.9. O prazo para chamamento deste seletivo será de 01 (um ano), contado da publicação do resultado final.

2. DA INSCRIÇÃO

- 2.1 As inscrições serão recebidas de 25 de abril a 06 de maio de 2016, das 13:00h às 19:00h, no Departamento de Recursos Humanos, 2º andar, da Secretaria de Saúde de Joaçaba – SC, situada na Av. XV de Novembro, n.º 223, devendo, o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.
- 2.2 No ato da inscrição o candidato deverá entregar cópia do Anexo III e IV deste edital já preenchida, informar dados pessoais e fornecer cópias devidamente rubricadas dos documentos a seguir:
 - Carteira de Identidade;
 - CPF;
 - Título de Eleitor e comprovante da última votação (primeiro e segundo turno);
 - Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
 - Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas, juntando obrigatoriamente a documentação comprovando a habilitação mínima para o cargo;
 - Comprovante de regularidade no CPF;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.

2.3. **ATENÇÃO:** O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

3. DAS VAGAS

3.1 Será realizado Cadastro de Reserva – CR para suprir eventual déficit de servidores no quadro, no caso de férias do quadro atual e afastamento por Licença Saúde e Licença Maternidade:

Função	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Médico Generalista	1 + CR	40 horas	R\$ 14.216,66 mensal

(*) O número de vagas será de acordo com a necessidade do Município, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

4. DO PROCESSO SELETIVO

- 4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do curriculum vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento.
- 4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, voltados para a área pretendida, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.
- 4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora e sem o número da carga horária total.
- 4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa em que atuou.
- 4.5. Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição.
- 4.6. O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente em 11 de maio de 2016 no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba (www.joacaba.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.
- 4.7 Para efeito de início da contagem do prazo de validade do processo seletivo, será considerada a data da publicação da homologação do resultado final do teste seletivo.

5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 5,0 (cinco) pontos.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior tempo de serviço de saúde na área pretendida;
- maior idade;
- maior número de filhos menores de 14 anos.

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos:

- Classificação no processo seletivo simplificado;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar se for o caso;
- Escolaridade em conformidade com habilitação exigida;
- Apresentar registro no respectivo órgão de classe;
- Declaração de Não Acumulação de Cargos com outro ente da Administração Pública direta e indireta;
- Conta corrente individual em banco designado pelo Município.

6.2. O candidato convocado terá prazo máximo de cinco (05) dias, contados do recebimento da ciência da convocação, para assumir ou desistir da vaga. Passado este prazo, o candidato passará automaticamente para o final da lista.

7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas) a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Saúde, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº do Processo Seletivo;
- b) Cargo a que concorre;
- c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3 Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site www.joacaba.sc.gov.br;

8.3. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivo simplificado.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 19 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ANEXO I

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Médico Generalista	<p>Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita.</p> <ul style="list-style-type: none"> · Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso. · Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde e, quando necessário, no domicílio. · Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção da atenção Básica, definidas nas normas e diretrizes da estratégia de saúde coletiva vigente no país. · Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva. · Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental entre outros que se fizerem necessários. · Promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente seja mais saudável. · Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências. · Executar ações básicas de vigilância epidemiológica e sanitária em sua área de abrangência, participando da elaboração dos relatórios mensais a serem produzidos pela unidade de saúde. · Estar comprometido com a pessoa inserida no seu contexto biopsicossocial, cuja atenção não deve estar restrita a problemas de saúde rigorosamente definidos. · Seu compromisso deve envolver, também, ações com indivíduos saudáveis, abordando aspectos de promoção, prevenção e educação para saúde. · Valorizar a relação médico-paciente e médico-família como parte de um processo terapêutico de confiança. · Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na US de origem, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência. · Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais, indicar internação hospitalar quando necessário. · Solicitar exames complementares de acordo com os protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde. · Fazer prescrições de medicamentos de acordo com a política municipal de Assistência Farmacêutica. · Verificar e atestar óbito. · Acatar seu remanejamento para qualquer unidade da rede municipal, atendendo necessidade ou posicionamento estratégico de readequação. · Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva à comunidade. · Analisar e interpretar resultados de exames de raio-x, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais, para confirmar e informar o diagnóstico. · Prescrever medicamentos, indicando dosagem e a respectiva via de administração. · Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento e evolução da doença. · Emitir atestados de saúde e aptidão física e mental, de óbito, para atender determinações legais, atender emergências clínicas, cirúrgicas e traumáticas. · Atender convocação da Secretaria Municipal de Saúde para participar de curso, treinamento e atividades afins que estejam ligas à sua área de atuação, participar de campanhas de saúde comunitária de caráter preventivo. · Emissão de laudos e pareceres na área afim. · Executar outras tarefas afins. 	Ensino Superior Completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

ANEXO II

CARGO: Médico Generalista

Títulos	Pontuação	Valor Máximo
Tempo de atuação na profissão	1,0 a cada 6 meses	1,0
Tempo de atuação em Atenção Básica	1,0 a cada ano	2,0
Cursos, treinamentos, seminários na área da saúde.	0,5 a cada 10 horas de cursos	4,0
Estágios extracurriculares e curriculares na área da saúde	1,0	1,0
Pós-graduação saúde coletiva	2,0	2,0
Total máximo de pontuação		10,00

OBS 1: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

OBS 2: O tempo de serviço poderá ser comprovado, através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável pelo setor de recursos humanos.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL Nº 07/2016

Nº de inscrição _____ Cargo: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Doc. de Identidade nº: _____ CPF nº: _____

Documentos necessários para a inscrição:

- () Carteira de Identidade;
- () Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- () Título de Eleitor e Comprovante de Votação do último pleito eleitoral (primeiro e segundo turno);
- () Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
- () Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- () Comprovante de regularidade no CPF;
- () Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos.

Joaçaba – SC, ____/____/2016.

Assinatura do Candidato Assinatura do(a) responsável
pela inscrição

Nº de inscrição _____ Cargo: _____

Nome: _____

Joaçaba – SC, ____/____/2016.

Assinatura do recebedor

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS - EDITAL Nº 07/2016

Cargo: _____

Nº da inscrição: _____

Nome do candidato: _____

RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

CAMPOS PREENCHIDOS PELO CANDIDATO				(deixar em branco)	
Nº	Nº de horas	Histórico / resumo	Pré – pontuação		
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					

12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
PONTUAÇÃO TOTAL					

Observação: Preencher em letra de forma ou digitar nos campos destinados ao candidato, entregar este formulário em 02 (duas) vias, conforme Edital.

Declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, que possuo como requisito de habilitação para o emprego de inscrição o curso: _____ (concluído ou em andamento), cujo comprovante estou anexando à presente relação, estando ciente de que o mesmo não será utilizado para pontuação na prova de títulos.

Data: ____/____/____

Assinatura do candidato Assinatura do Responsável p/ recebimento

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2016

“Estabelece normas para a chamada pública de PROFESSORES destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino, e dá outras providências”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base as Leis Complementares nº 80 de 12 de março de 2004, n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 121 de 26 de junho de 2006, lança este Edital para contratação de Professores na Rede Pública de ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, para o exercício de 2016, podendo ser prorrogado pelo período de até 12 (doze) meses, conforme a necessidade e conveniência do interesse público, e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população, e;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital 06/2015;

Considerando a impossibilidade de paralisação das aulas por ausência de professores;

Torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano letivo de 2016 na rede municipal de ensino.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Os candidatos habilitados e classificados neste processo serão regidos pelo regime administrativo e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Leis Complementares Municipais nºs 97/2005 e 80/2004.

II - DOS CARGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA E DO VENCIMENTO MENSAL:

CARGO	REMUNERAÇÃO INICIAL R\$*	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
Professor de Língua Portuguesa	R\$2.135,64	40h	01	Curso Específico Cursando a partir da 5ª fase.

* O valor da remuneração é correspondente à carga horária de 40 horas semanais, sendo que em caso de carga horária inferior a remuneração será proporcional.

III - DATA E VAGAS

3.2. A data determinada para a Chamada Pública para os cargos acima referidos será dia 27 de Abril de 2016, das 13h00min às 18h00min, na Secretaria Municipal da Educação, sito à Av. XV de Novembro, 378 – Centro/Joaçaba – 2º andar.

3.3. A vaga existente é para substituição da Professora Efetiva Elizalda Casagrande, atualmente na função de Diretor de unidade escolar.

IV - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

4.1. Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

4.2. A convocação para contratação será feita pela Prefeitura Municipal de Joaçaba – SC.

V – PROCEDIMENTOS

5.1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 3.2. deste Edital munidos dos seguintes documentos:

- a) Ficha de Inscrição devidamente preenchida (Anexo I);
- b) Documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);
- c) Comprovação de habilitação e/ou declaração de frequência no Ensino Fundamental;
- d) Documento expedido pelo setor Pessoal que mencione o tempo de serviço no município de Joaçaba/SC;
- e) Demais documentos exigidos.

VI – CLASSIFICAÇÃO

6.1 A Classificação obedecerá a seguinte tabela de pontuação:

Título	Pontuação
Doutorado na área de atuação (Língua Portuguesa)	5,0
Mestrado na área de atuação (Língua Portuguesa)	3,0
Pós-Graduação na área de atuação (Língua Portuguesa)	2,0
Graduação na área de atuação (Língua Portuguesa)	1,0
Curso Específico na área de atuação (Língua Portuguesa)	0,5 por curso

6.2 Havendo empate entre dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

- a) Maior tempo de serviço no município de Joaçaba/SC;
- b) Maior idade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para efeito da contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

Caberá ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados deste Processo.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural do Paço Municipal, e no site oficial do município <http://www.joacaba.sc.gov.br>.

Joaçaba, em 20 de Abril de 2016.

Rafael Laske

Prefeito

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO

Dados Pessoais		
Nome:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	Estado:
CEP:	Data de Nasc.:	Estado Civil:
CPF:		
E-mail:		

Telefone Residencial: ()	Telefone Celular: ()
Formação Acadêmica	
Graduação	
Especialização	
Mestrado/ Doutorado	
Tempo de Serviço na rede municipal de ensino	
Curso Específico na área	
Total de Pontos	

Assinatura

EDITAL Nº 02.2016 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EDITAL Nº 02.2016

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Joaçaba no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.995/93, alterada pelas Leis Municipais nº 305/2015 e nº 4.606/2015, DECLARA O CANCELAMENTO DO EDITAL 01.2016 que trata da disponibilização de recursos oriundos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, para a viabilização de projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, encaminhados para entidades não governamentais.

A motivação para a presente declaração de cancelamento deve-se ao cumprimento da Lei Federal nº 9.504/97.

Joaçaba/SC, 19 de abril de 2016.

Cheila Sacchetti

Presidente do CMDCA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 015/2016-PMJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 015/2016-PMJ

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC),

CONVENIADO: CENTRO DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS – APAS

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É PARA O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

R\$ 22.000,00 (VINTE E DOIS MIL REAIS), EM PARCELAS MENSIS DO EXERCÍCIO EM CURSO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIVIDADE: 2.052 CONTRIBUIÇÃO PARA ENTIDADES-ENSINO ESPECIAL

MODALIDADE APLICAÇÃO 125 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000

VIGÊNCIA VALIDADE POR 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS PERÍODOS E/OU ALTERADO MEDIANTE TERMO ADITIVO

JOAÇABA-SC, 19 DE ABRIL DE 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITO

MARIA CARMOSINA RODRIGUES ROTHBARTH

PRESIDENTE

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 016/2016-PMJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 016/2016-PMJ

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC),

CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA – APAE

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É PARA O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

R\$ 180.000,00 (CENTO E OITENTA MIL REAIS), EM PARCELAS MENSAIS DO EXERCÍCIO EM CURSO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE : 01 ASSESSORIA DO GABINETE DO PREFEITO

PROJ./ATIVIDADE: 2.020 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

MODALIDADE APLICAÇÃO: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 – 2

UNIDADE : 01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIVIDADE: 2.052 CONTRIBUIÇÃO PARA ENTIDADES – ENSINO ESPECIAL

MODALIDADE APLICAÇÃO: 3.3.50.00.00.00.00.00.00.01.0000 – 125

VIGÊNCIA VALIDADE POR 01 (UM) ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS PERÍODOS E/OU ALTERADO MEDIANTE TERMO ADITIVO

JOAÇABA-SC, 19 DE ABRIL DE 2016.

RAFAEL LASKE

REGINALDO TANELLO

PREFEITO

PRESIDENTE

EXTRATO PL 22/2016/PMJ - PP 14/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016/PMJ

Objeto: Registro de Preços para contratação eventual e futura, de serviços de conserto de pneus destinados à manutenção dos veículos da frota dos órgãos participantes. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 10/05/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 10/05/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba (SC), 19 de abril de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

CELSO FELIPE BORDIN - Secretário

EXTRATO PL 25/2016/PMJ - PP 16/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016/PMJ

Objeto: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 21.500,00 m³ (vinte e um mil e quinhentos metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior e a pavimentação e conservação de vias públicas do Município de Joaçaba, bem como, a prestação de serviços agrícolas (nos termos da Lei nº 4684/2016). Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 05/05/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 05/05/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba (SC), 19 de abril de 2016.

Secretaria De Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo E Inovação.
Município De Joaçaba
ALTEVIR DA CÁS

EXTRATO PL 27/2016/PMJ - PP 18/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada, para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2016, que será realizado no período de 27 a 30 de outubro do corrente ano, no Teatro Alfredo Sigwalt, no Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 06/05/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 06/05/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba (SC), 19 de abril de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske

Prefeito

PARECER 04 – BOLSA ATLETA COMISSÃO DE SELEÇÃO DESPORTIVA

COMISSÃO DE SELEÇÃO DESPORTIVA

PARECER 04 – BOLSA ATLETA

Em atendimento ao disposto na Lei Municipal nº 4.675/2016, nos Decretos nº 4.914/2016 e 4.915/16 e no Edital de Inscrições para o Programa Bolsa Atleta, do Fundo Municipal de Esportes, objetivando valorizar e beneficiar atletas amadores representantes do Município de Joaçaba em competições regionais e estaduais, a Comissão de Seleção Desportiva composta pelos servidores Anderson Andres, Franciani Alice Rizzi e Eliana Zardo, designados pela Portaria Municipal nº 4.053/2015 e 5.531/2016, procedeu à análise individual da documentação protocolizada pelos interessados.

Conforme os critérios pré-definidos relacionam-se abaixo as avaliações efetuadas:

ATLETA	MODALIDADE	SITUAÇÃO		MOTIVO	COMPETIÇÕES	Valor Total Aprovado
		DEFERIDO	INDEFERIDO			
GEZIEL PEREIRA DALLA COSTA	TÊNIS DE MESA	X	-	-	JASC	3.750,00
EVANDRO ROSSI JUNIOR	TÊNIS DE MESA	X	-	-	JASC	3.750,00
ADELIR BERARDO	TÊNIS DE MESA	X	-	-	JASC	3.750,00
ERNANI RICARDO DE OLIVEIRA	FUTSAL	X	-	-	JASC	3.750,00
GEOVANI ALVES DOS SANTOS	FUTSAL	X	-	-	JASC	3.750,00
JACKSON RODRIGO DE BARROS	FUTSAL	X	-	-	JASC	3.750,00
FABIO JUNIOR DOS SANTOS	FUTSAL	X	-	-	JASC	3.750,00
ELIOMAR RIBEIRO	FUTSAL	X	-	-	JASC	3.750,00

TOTAIS:

QUANTIDADE DE ATLETAS		QUANTIDADE ATLETAS APTOS POR MODALIDADE								Valor Total Aprovado
DEFERIDOS	INDEFERIDOS	FUTEBOL CAMPO	VOLEI-BOL	CICLISMO	HANDEBOL	FUTSAL	JUDÔ	BASQUETE	TÊNIS DE MESA	
8	0	0	0	0	0	5	0	0	3	30.000,00

A Comissão de Seleção Desportiva alerta aos atletas que tiveram seu requerimento DEFERIDO de que deverão comparecer junto à Diretoria do Fundo Municipal de Esportes para a assinatura do Termo de Adesão, bem como, comunica os atletas que ainda não apresentaram comprovação de conta bancária individualizada, que deverão apresentar no ato de assinatura do Termo.

É o parecer,

Joaçaba (SC), 18 de abril de 2016.

Franciani Alice Rizzi Eliana Zardo Anderson Andres

PORTARIA N.º 5699

PORTARIA Nº 5.699 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) EUNICE ROSANELLI VAGNER, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5683

PORTARIA Nº 5.683 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ELISANGELA MARIA ARBUGERI BUCCO, Professor Pós-Graduado Nível "I" (Pós-Graduação – Cargo em Extinção), Classe "I-V" para a Classe "I-VI", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5684

PORTARIA Nº 5.684 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ELISEU ELIAS PERUZZO, Professor Nível "I" (Licenciatura), Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5685

PORTARIA Nº 5.685 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ELIZALDA CASAGRANDE, Professor Nível I (Licenciatura), Classe "A-II" para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5686

PORTARIA Nº 5.686 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ELIZETE APARECIDA SEVERGNINI, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-V", para a Classe "B-VI", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5687

PORTARIA Nº 5.687 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ELIZETE MARQUES, Técnico de Administração, Classe "E-IV", para a Classe "E-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5688

PORTARIA Nº 5.688 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ELIZETE ZANINI ZARPELON, Professor Nível "II"(Pós-Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5689

PORTARIA Nº 5.689 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ELIZEU LORENÇO ORSO, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Educação, Motorista, Classe "G-VII", para a Classe "G-VIII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5690

PORTARIA Nº 5.690 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ELMA CECILIA ETGES, Professor Nível "II"(Pós-Graduação), Classe "A-I", para a Classe "A-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5691

PORTARIA Nº 5.691 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ELOI ADÃO NORA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Eletricista, Classe "B-IX", para a Classe "C-I" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5692

PORTARIA Nº 5.692 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ELOI MACHADO SOARES, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Motorista, Classe "G-VIII", para a Classe "G-IX" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5693

PORTARIA Nº 5.693 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ELSON CESAR FACIN, Professor Nível "III" (Mestrado), Classe "A-I", para a Classe "A-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 405 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5694

PORTARIA Nº 5.694 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ELZIRA MEYER, Professor com Magistério Nível II (Pós Graduado), Classe "E-VI", para a Classe "E-VII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5695

PORTARIA Nº 5.695 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) EMANUELE HOFFELDER ROVER, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-II" para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 240 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5696

PORTARIA Nº 5.696 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) EMERSON VIEIRA, Professor nível II (Pós Graduação), Classe "A-I", para a Classe "A-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5697

PORTARIA Nº 5.697 DE 14 DE MARÇO DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ERONI SCHLINDWEIN, Operador de Máquinas, Classe "C-I", para a Classe "C-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5698

PORTARIA Nº 5.698 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ER-TON LUIZ DA SILVA AMORA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, para o cargo de Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5700

PORTARIA Nº 5.700 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) FABIANO COLOMBO, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Financeira, Técnico de Administração, Classe "D-II", para a Classe "D-III", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5701

PORTARIA Nº 5.701 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) FABIANO GRANDO POLETO, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Financeira, Fiscal de Tributos, Classe "D-I", para a Classe "D-II" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5702

PORTARIA Nº 5.702 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) FABIANO RODRIGO ZILIO, lotado(a) no(a) Encargos Gerais do Município, Motorista, Classe "B-II", para a Classe "B-III" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5703

PORTARIA Nº 5.703 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) FABIO AUGUSTO CONTE, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Financeira, Técnico de Administração, Classe "C-VIII", para a Classe "C-IX" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5704

PORTARIA Nº 5.704 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) FABIO JUNIOR ZANIN, Fiscal de Vigilância Sanitária, Classe "A-VIII", para a Classe "A-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5705

PORTARIA Nº 5.705 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) FABIO LAZZARINI, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-I" para a Classe "A-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5706

PORTARIA Nº 5.706 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) FABRICIA ZUCCHI CASSOL, Professor, Classe "C-V", para a Classe "C-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5707

PORTARIA Nº 5.707 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) FATIMA PRANDO, Professor, Classe "C-IV", para a Classe "C-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5708

PORTARIA Nº 5.708 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) FERNANDO DA SILVA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, Classe "B-II", para a Classe "B-III" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5709

PORTARIA Nº 5.709 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) FIRMINO BUFON, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Operador de Maquinas, Classe "B-I", para a Classe "B-II" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5710

PORTARIA Nº 5.710 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) FRANCIANI ALICE RIZZI, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Financeira, Técnico de Administração, Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5711

PORTARIA Nº 5.711 DE 14 DE ABRIL DE 2016

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) FRANCIELI CARICIMO LAGO, Auxiliar de Creche Nível “III” (Pós Graduação – Cargo em Extinção), Classe “A-IV” para a Classe “A-V”, de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 120 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5712

PORTARIA Nº 5.712 DE 14 DE ABRIL DE 2016

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GABRIELLA BALESTRIN, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Saúde, Técnico de Administração, Classe “B-VII”, para a Classe “B-VIII” de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5713

PORTARIA Nº 5.713 DE 14 DE ABRIL DE 2016

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GEOVANA APARECIDA DENARDI FACIN, lotado(a) no(a) Procuradoria Geral do Município, Advogado, Classe “D-I”, para a Classe “D-II” de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5714

PORTARIA Nº 5.714 DE 14 DE ABRIL DE 2016

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GERSON SIMON, lotado(a) no(a) Encargos Gerais do Município, Técnico de Administração, Classe “G-IV”, para a Classe “G-V” de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5715

PORTARIA Nº 5.715 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GESSI DE OLIVEIRA BARROS DOS SANTOS, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "C-I", para a Classe "C-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5716

PORTARIA Nº 5.716 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GESSICA CASARIN, Professor Nível II (Pós-Graduação), Classe "A-IV" para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5717

PORTARIA Nº 5.717 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GICELE CARVALHO DA SILVA MARCON, Professor Nível II (Pós-Graduação), Classe "A-III" para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5718

PORTARIA Nº 5.718 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GILVANE RECH, lotado(a) no(a) Encargos Gerais do Município, Motorista, Classe "B-II", para a Classe "B-III" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5719

PORTARIA Nº 5.719 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GIOVANE ALVES DE MOURA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-II" para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5720

PORTARIA Nº 5.720 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GISLAINE GASPARETTO BARCELLA, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "B-IV" para a Classe "B-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5721

PORTARIA Nº 5.721 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GIZELI ALVES DE MOURA, Professor Nível "I" (Licenciatura), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5722

PORTARIA Nº 5.722 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GLADIR SALETE CASTAGNARO MATTEVI, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5723

PORTARIA Nº 5.723 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GRACIELA GLASSENAP, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Fiscal de Obras e Posturas, Classe "D-I", para a Classe "D-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5724

PORTARIA Nº 5.724 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GLAUCIO PERGENTINO CARSTEN DA ROSA, lotado(a) no(a) Encargos Gerais do Município, Motorista, Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5725

PORTARIA Nº 5.725 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) GRACIELLI BITTENCOURT DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5726

PORTARIA Nº 5.726 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GRACIELLI DALLA VECHIA DE LIMA FRANCO, Professor Nível II (Pós Graduação), Classe "A-II" para a Classe "A-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5727

PORTARIA Nº 5.727 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) GRAZIELLE CARON, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Educação, Técnico de Administração, Classe "A-I", para a Classe "A-II" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5728

PORTARIA Nº 5.728 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) HAY-DEE ADRIANE SCHNEIDER, Professor Nível "II" (Pós Graduação), Classe "B-IV", para a Classe "B-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5729

PORTARIA Nº 5.729 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) HELENA ARENHARDT, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Saúde, Auxiliar de Saúde Bucal, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5730

PORTARIA Nº 5.730 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) HELENA ZARDO CRUBER, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Educação, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5731

PORTARIA Nº 5.731 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) HELIA APARECIDA DE LIMA DE HARO, Professor Pós-Graduado Nível "I" (Pós-Graduação – Cargo em Extinção), Classe "J-VII", para a Classe "J-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5732

PORTARIA Nº 5.732 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, Técnico de Administração, Classe "C-VI", para a Classe "C-VII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5733

PORTARIA Nº 5.733 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IARA TEREZINHA CASTANHARO SCHNEIDER, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "B-V", para a Classe "B-VI", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5734

PORTARIA Nº 5.734 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) IEDA MARIA AMBROSIO, Técnico de Enfermagem, Classe "A-VIII", para a Classe "A-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5735

PORTARIA Nº 5.735 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IL-MARA SALETE ZAGO, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Técnico de Administração, Classe "C-IX", para a Classe "D-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5736

PORTARIA Nº 5.736 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IL-MARIA GLEICE DA ROCHA DA SILVA SEIMETZ, Professor Nível "II" (Pós-Graduação), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 24 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5737

PORTARIA Nº 5.737 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IL-TON ANTONIO SCHMITZ, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Monitor Social, Classe "C-I", para a Classe "C-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5738

PORTARIA Nº 5.738 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) INES MARIA PICOLI, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Financeira, Técnico de Administração, Classe "D-IV", para a Classe "D-V", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5739

PORTARIA Nº 5.739 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) INGRIT RIEPE, Auxiliar de Enfermagem, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5740

PORTARIA Nº 5.740 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IRENE MOREIRA DA SILVA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social, Monitor Social, Classe "D-V", para o cargo de Monitor Social, Classe "D-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5741

PORTARIA Nº 5.741 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IRENE SALETE HOFF, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Saúde, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "A-I", para o cargo de Auxiliar de Serviços Internos, Classe "A-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5742

PORTARIA Nº 5.742 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IVANA DE FATIMA SILVA MACHADO, Professor Pós-Graduado Nível "II" (Mestrado – Cargo em Extinção), Classe "H-VII", para a Classe "H-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5743

PORTARIA Nº 5.743 DE 14 DE ABRIL DE 2016

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IVANETE ZARPELON FLAMIA, Professor Pós-Graduado Nível “I” (Pós-Graduação – Cargo em Extinção), Classe “H-II”, para a Classe “H-III”, de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5744

PORTARIA Nº 5.744 DE 14 DE ABRIL DE 2016

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IVANIA PECCIN, Professor Nível “II” (Pós-Graduação), Classe “B-VII”, para a Classe “B-VIII”, de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 240 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5745

PORTARIA Nº 5.745 DE 14 DE ABRIL DE 2016

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IVETE KARCH, lotado(a) no(a) Gerência de Cultura, Auxiliar de Serviços Internos, Classe “B-II”, para a Classe “B-III”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5746

PORTARIA Nº 5.746 DE 14 DE ABRIL DE 2016

“CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IVETE STELLA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Educação, Auxiliar de Serviços Internos, Classe “A-I”, para a Classe “A-II”, de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5747

PORTARIA Nº 5.747 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IVO LAMB, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Técnico em Topografia, Classe "E-V", para a Classe "E-VI", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5748

PORTARIA Nº 5.748 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IVONE AUGUSTA BRANCO SGARIA, Professor Pós-Graduado Nível "I" (Pós-Graduação – Cargo em Extinção), Classe "H-IV", para a Classe "H-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5749

PORTARIA Nº 5.749 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) IVONE PEREIRA DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "B-IX", para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5750

PORTARIA Nº 5.750 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IVONE ZANATTA, Professor Pós-Graduado Nível "I" (Pós-Graduação – Cargo em Extinção), Classe "I-VIII", para a Classe "I-IX", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 116 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5751

PORTARIA Nº 5.751 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) IZOLDE GUILHERMINA WUEST, Auxiliar de Creche Nível "I" (Magistério – Cargo em Extinção), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5752

PORTARIA Nº 5.752 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) JACQUELINE SALETE BATISTA RIGHI, Professor Nível "I" (Licenciatura), Classe "B-VII", para a Classe "B-VIII", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5753

PORTARIA Nº 5.753 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) JAIR LEME DA SILVA, Professor, Classe "E-VII", para a Classe "E-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5754

PORTARIA Nº 5.754 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) JAISSON DANIELLI, Professor Nível "I" (Licenciatura), Classe "A-IV", para a Classe "A-V", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5755

PORTARIA Nº 5.755 DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) JAISSON STRAPASSOLA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura, Arquiteto, Classe "A-VI", para a Classe "A-VII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 14 de abril de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO Nº 01/2016 DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTES

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

DIRETORIA MUNICIPAL DE ESPORTES (DME)

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

Orienta procedimentos a serem adotados para a liberação de transporte através de ônibus, micro-ônibus e vans de passageiros, pertencentes à frota Municipal ou contratados (terceiros), para viagens de integrantes de equipes amadoras de associações/modalidades para participação em treinamentos e competições esportivas oficiais, promovidas pelas Federações esportivas do Estado de Santa Catarina e/ou a nível nacional, conforme a Lei nº 4588 de 16 de março de 2015;

O DIRETOR MUNICIPAL DE ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3938 de 10 de dezembro de 2009 e suas alterações;

Considerando o grande número de solicitações de transporte protocoladas na Diretoria Municipal de Esportes;

Considerando a limitação de dotação para atender todas as solicitações de transporte protocoladas na Diretoria Municipal de Esportes;

Considerando que a Diretoria Municipal de Esportes dispõe de apenas uma van e um motorista para atender as solicitações de transporte protocoladas pelas Associações Esportivas;

Considerando que há um número determinado de quilometragem disponível para liberação de transporte contratado;

Considerando o atendimento às demandas das atividades diárias da Diretoria Municipal de Esportes,

Considerando a necessidade de se tratar de maneira igualitária Associações e Entidades Esportivas,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a liberação de transporte gratuito com a utilização de veículo Municipal ou contratado, para a participação em treinamentos e em competições esportivas oficiais para associações esportivas, nos termos da Lei n. 4588/2015; conforme os critérios que seguem:

I - Cada Associação Esportiva poderá ser atendida em no máximo 3 (três) solicitações de viagens ou em 1.800 (um mil e oitocentos) km de viagens, o que sobrevier antes;

II - O atendimento às solicitações protocoladas na Diretoria Municipal de Esportes poderá atender as modalidades solicitantes, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira;

III - O atendimento às solicitações não poderá atrapalhar as escolinhas esportivas da Diretoria de Esportes;

IV - O atendimento às solicitações não poderá causar prejuízo ao transporte de atletas de Joaçaba para as competições da FESPORTE;

V - O atendimento as Associações Esportivas está em vigor apenas para o ano de 2016. A não utilização dentro do ano de 2016 não é acumulativa para os anos posteriores.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, sendo aplicável a todos os pedidos formulados desde o início de 2016.

Joaçaba, SC, 18 de abril de 2016.

Anderson Andres

Diretor de Esportes

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0004/2016 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0004/2016

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0013/2016, na ata de julgamento de preços, homologada em 18/04/2016, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para prestação de serviço de usinagem para execução de solda de flanges, rosca em flange e em tubos de diâmetros que variam de 1 ½" até 4" (aço galvanizado), e de 80mm até 250mm (FºFº), de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 A licitante registrada para os serviços de usinagem cotados é a seguinte:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Empresa Vencedora
1	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 1 ½"	SV	20,00	R\$ 30,00	FIORIN USINAGENS LTDA ME
2	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 2"	SV	30,00	R\$ 30,00	
3	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 3"	SV	20,00	R\$ 30,00	
4	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO 4"	SV	10,00	R\$ 35,00	
5	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM	SV	10,00	R\$ 60,00	
6	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM	SV	20,00	R\$ 65,00	
7	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM	SV	20,00	R\$ 70,00	
8	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM	SV	20,00	R\$ 90,00	
9	EXECUÇÃO DE ROSCA EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM	SV	20,00	R\$ 120,00	
10	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM	SV	10,00	R\$ 60,00	
11	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM	SV	20,00	R\$ 65,00	
12	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM	SV	20,00	R\$ 70,00	
13	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM	SV	20,00	R\$ 90,00	
14	EXECUÇÃO DE ROSCA EM FLANGE DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM	SV	20,00	R\$ 120,00	
15	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 80 MM	SV	10,00	R\$ 90,00	
16	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 100 MM	SV	20,00	R\$ 100,00	
17	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 150 MM	SV	20,00	R\$ 120,00	
18	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 200 MM	SV	20,00	R\$ 140,00	
19	SOLDA DE FLANGE EM TUBO DE FERRO FUNDIDO DN 250 MM	SV	20,00	R\$ 160,00	

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Presencial nº 0013/2016 e seus anexos;
- b) Proposta da Licitante.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.2 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.2.1 O SIMAE convocará a Contratada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.2.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a Contratada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.2.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1 Os serviços de usinagem serão realizados conforme necessidade do SIMAE, que procederá à solicitação que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

5.2 O SIMAE emitirá documento informando o tipo de serviço e a respectiva quantidade.

5.3 O SIMAE poderá solicitar regime de urgência para até 10% (dez por cento) do quantitativo previsto no Edital e nesta Ata de Registro de Preços.

5.4 O transporte dos flanges e tubos (retirada e retorno) é de responsabilidade da Contratada, e já deverá estar incluso no preço ofertado, não podendo ser cobrado nada do SIMAE a este título.

5.5 Nos serviços de URGÊNCIA o SIMAE irá fazer o transporte dos flanges e tubos.

5.6 O prazo para a execução do serviço será de 120 (cento e vinte) horas após a solicitação do serviço. Para os serviços de urgência, a empresa registrada terá o prazo de 12 (doze) horas para executar.

5.7 O SIMAE informará se o serviço é regular ou de urgência.

5.8 Fica estabelecido que os flanges e tubos serão recebidos:

a) provisoriamente, para verificação da qualidade dos serviços de usinagem conforme especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade dos serviços de usinagem com a especificação e a consequente aceitação.

5.9 Os serviços de usinagem que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser refeitos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE. Para os serviços de urgência a empresa registrada terá o prazo máximo de 8 (oito) horas para refazer os serviços de usinagem.

5.9.1 Caso seja comprovado que os serviços de usinagem não estão de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com a Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

5.10 Se os serviços de usinagem recusadas, por qualquer problema, não forem refeitos no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços/Contrato e na Lei.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

6.4 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução da presente Ata de Registro de Preços, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

7.3 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.4 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Executar o serviço conforme estipulado nesta Ata de Registro de Preços, no Termo de Referência, no Edital de Licitação, e de acordo com as normas técnicas e qualidade necessárias para perfeito funcionamento da peça;

b) Executar o serviço solicitado dentro do prazo estipulado;

- c) Comunicar o SIMAE quando finalizar o serviço;
- d) Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- e) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata de Registro de Preços;
- f) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata de Registro de Preços;
- g) Responsabilizar-se pela guarda do material enquanto estiver em sua posse;
- h) Observar as exigências descritas neste Edital e seus Anexos na execução dos serviços de usinagem;
- i) Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros tenham comprometido os mesmos;
- j) Corrigir e/ou reparar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços de usinagem em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- k) Permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo SIMAE, na execução do Contrato, para fins de acompanhamento da qualidade da execução dos serviços.

8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

8.1 Cabe ao SIMAE:

- a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o item 9 deste Edital;
- d) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela empresa registrada, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- e) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- f) Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente licitação;
- g) Será facultada a Administração, através de Comissão Própria ou Mista, a realização de vistoria/auditoria nas dependências das fornecedoras, para avaliar se as condições das instalações físicas, pessoal, aparelhamento e ferramentaria atendem à todas as exigências para execução dos serviços detalhados no Anexo I e X (Termo de Referência) do Edital;
- h) Informar por escrito na Ordem de Serviço se o serviço é regular ou de urgência.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será:

9.1.1 Efetivado de acordo com o serviço prestado mediante apresentação das notas fiscais/faturas que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado de cópia do Empenho emitido pelo SIMAE de Joaçaba – SC. Devendo ser encaminhado para o e-mail compras@simae.sc.gov.br.

9.1.2 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

9.1.3 Realizado através do SIMAE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.4 O SIMAE exigirá da empresa registrada que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS.

9.5 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela empresa registrada.

9.6 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação do serviço, constituindo-se na única remuneração devida.

9.7 O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 A despesa resultante desta Ata de Registro de Preços ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2016, consignadas no:

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 2.061

ELEMENTO: 3.3.90.39.99.00.00.00

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

11.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da fornecedora nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de realizar os serviços, no prazo estabelecido, decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12. DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à empresa registrada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão Presencial nº 0013/2016 e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas às empresas registradas:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, no caso de não atendimento as exigências do Edital da Licitação e desta Ata de Registro de Preços;

b) 10% (dez por cento) no caso de a empresa registrada não realizar os serviços de usinagem no prazo fixado ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a adjudicação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) fraudar a execução do Contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato.

12.3 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa registrada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da empresa registrada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada.

12.5 Nenhum pagamento será realizado à empresa registrada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (DUAS) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 18 de abril de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente do SIMAE

FIORIN USINAGENS LTDA ME

Adilson José Fiorin/ Sócio Administrador

Testemunhas:

Wilian Sartor Sganzerla
Gerente do SPCI

Valdinei Antonio Gusatto
Gerente SME

CONTRATO 0022/2016

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0022/2016
TOMADA DE PREÇOS JHL 0012/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0062/2015
PROTOCOLO Nº 3047/2015
Data assinatura: 18/04/2016

Objeto: Com fundamento no artigo 65, § 1º, inciso II da Lei 8666/93, e de acordo com a Clausula Terceira, item 3.9, do contrato aditado, as partes resolvem realizar supressões no valor total de R\$ 14.947,26 (quatorze mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte e seis centavos), passando o valor total a ser pago à Contratada de R\$ 113.095,01 (Cento e treze mil, noventa e cinco reais e um centavo).

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Prazo de vigência: Permanece o mesmo.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

EDITAL DE CONCURSO PUBLICO JHL N 01/2016

EDITAL Nº 01 JHL DE 20 DE ABRIL DE 2016.

"ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS PARA CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS EM CARÁTER PERMANENTE E CADASTRO DE RESERVA NO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE AUTARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA,SC.

ALUIR FLEMMING, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d' Oeste e Luzerna, SC, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 37, II, da CF, resolve abrir inscrições e estabelecer normas neste edital, para preenchimento de vagas de cargos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores do SIMAE, previsto na Lei Complementar n.º 193, de 06 de setembro de 2010 e suas alterações, o qual reger-se-á, no que compete, de acordo com o disposto nessa LC n.º 193/2010 e na LC n.º 76/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba e suas alterações, e com as normas estabelecidas neste Edital:

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da empresa contratada pelo SIMAE, a GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM, sediada em Joaçaba/SC.

1.2. O presente Concurso Público destina-se ao provimento dos cargos públicos de provimento efetivo e cadastro de reserva a serem ocupados na atual situação e consoante a disposição do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.3. É de inteira responsabilidade do candidato inteirar-se do presente conteúdo, bem como fazer consultas diárias no site da organizadora do concurso www.aprender.com.br para estar ciente de todas as publicações legais do processo que norteia o presente Edital.

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o cargo do referido Edital, serão recebidas SOMENTE VIA INTERNET, através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico www.aprender.com.br na opção correspondente ao processo do SIMAE do dia 20/04/2016 até às 16:00 hrs do dia 19/05/2016, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

2.1.1 O candidato deverá preencher o formulário de inscrição eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco, do contrário sua inscrição não será efetuada.

2.1.2.O candidato deverá prestar ATENÇÃO ao selecionar o cargo desejado para a realização da prova.

2.1.3.O candidato indicará um endereço eletrônico (e-mail) VÁLIDO cujo qual deverá permanecer ativo e lido constantemente até o final do concurso, sendo o mesmo de responsabilidade do candidato. Caso o candidato não tenha um e-mail ativo, é obrigação do mesmo providenciar o mais breve possível o mesmo, para poder concluir sua inscrição.

2.1.4. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados corretos para a inscrição.

2.2. A APRENDER.COM não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, endereço de e-mail inválido, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.3. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverão ser mantidos em poder do candidato e recomenda-se apresentá-lo no local de realização das provas caso houver qualquer intercorrência no dia.

2.3.1.O candidato que não portar junto no dia da realização da prova os documentos citados acima, perderá o direito de se manifestar frente a situações inesperadas que possam a vir acontecer momentos antes que antecedem a realização das provas.

2.4. O candidato deverá, no período das inscrições, pagar a importância indicada a seguir, de acordo com o nível de escolaridade ao cargo pretendido no referido certame.

Ensino Superior	R\$ 100,00	Cem Reais.
Ensino Médio	R\$ 75,00	Setenta e Cinco Reais.

2.5. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

2.6. Em atendimento à lei Municipal nº 4097 de 20 de Abril de 2011 serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da inscrição, conforme critérios estabelecidos na referida lei. O pedido de isenção da taxa de inscrição deverá ser encaminhado obrigatoriamente via Sedex, devendo a documentação chegar até a empresa para análise e apreciação até a data limite constante no cronograma do Anexo IV, sob pena de não ser acatado após esta.

2.7. O pedido de isenção da taxa de inscrição deverá ser conforme o modelo estabelecido no Anexo V do presente Edital, acompanhado da declaração original e/ou cópia autenticada emitida pela entidade coletora pela sua condição de doador de sangue fidelizado.

2.8. Após análise dos pedidos de isenção será divulgado uma listagem contendo a relação dos isentos do pagamento da taxa de inscrição.

2.9 Os candidatos que tiveram seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento de sua inscrição até a data limite, conforme Cronograma constante no Anexo IV, sob pena de eliminação do Concurso Público.

2.10. Quem pode solicitar isenção de taxa de inscrição:

2.10.1 Somente serão aceitos pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição do candidato doador de sangue fidelizado, conforme o disposto na Lei Municipal 4.097/2011.

2.10.2. A isenção será efetuada mediante a apresentação de comprovante de doador voluntário de repetição, de no mínimo duas vezes ao ano, durante o período de 2 (dois) anos imediatamente anteriores ao concurso.

2.10.2.1. A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora conforme citado acima, juntamente com o Anexo V do presente Edital, enviando-se obrigatoriamente via SEDEX/AR para o seguinte endereço:

ASSUNTO: EDITAL JHL 01/2016 – CONCURSO PÚBLICO – SIMAE

GEORGEO ALMEIDA ME - APRENDER.COM

Rua Duque de Caxias, 844, 1º Andar

CENTRO – 89.600-000 – JOAÇABA - SC

2.11. Considera-se, para obtenção do benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

2.12. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento no prazo supra descrito, para todos os efeitos legais.

2.13. A guia do boleto bancário e o comprovante de inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br na aba correspondente ao certame em questão logo após o candidato ter preenchido o formulário de inscrição. A guia de pagamento bancário e o comprovante de inscrição DEVERÃO SER IMPRESSOS NA SEQUÊNCIA E MANTIDOS EM PODER DO CANDIDATO.

2.13.1 Tanto o Boleto Bancário quanto o comprovante de inscrição poderão ser gerados quantas vezes forem necessário, observando-se o período de vigência das inscrições, ou seja, após encerrado o prazo das inscrições, não será mais possível a impressão dos mesmos.

2.14 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data limite de vencimento constante no boleto, preferencialmente nas agências do Banco do Brasil.

2.15 A inscrição do candidato e o pagamento do boleto bancário implicarão no conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.16. O candidato declarará, ao efetuar sua inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da posse.

2.17. As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

2.18. A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente concurso, implicará na eliminação automática do candidato, não ficando livre das cominações legais decorrentes de seus atos.

2.19. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos constantes do Anexo I.

2.20. Caso a inscrição do candidato não conste na relação das inscrições pré-homologadas que será divulgada conforme data constante no Anexo IV, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a empresa através do e-mail (contato@aprenderesc.com.br) anexando no corpo do e-mail o comprovante de Pagamento da guia bancária na forma digital (scaneada), conforme prazos recursais estabelecidos neste Edital, sob pena de não serem acatadas reclamações posteriores.

III – DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1 Diante da existência de apenas uma vaga para cada cargo, não há reserva de vagas para pessoas com deficiência(s).

IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo IV e estarão disponíveis na sede do SIMAE em Joaçaba, e nos endereços eletrônicos www.aprender.sc.com.br e www.simae.sc.gov.br.

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

V – DO REGIME JURÍDICO

5.1 Os habilitados e classificados no concurso serão nomeados para preencher as vagas disponíveis e referidas no Anexo I deste Edital desde que atendidas as conveniências da administração e as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob o regime jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, conforme estabelece Lei Complementar n.º 76, de 11 de dezembro de 2003, e de acordo com a Lei Complementar n.º 193, de 06 de setembro de 2010 e suas alterações, ambas do Município de Joaçaba.

5.2 A jornada de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais, durante o período diurno, sendo a remuneração de acordo com as Leis referidas do presente Edital.

VI – DA PROVA

6.1 O certame, objeto deste Edital, constará da seguinte etapa, de acordo com as especificações e disposições deste Edital:

a.	Prova Escrita de Conhecimento de caráter classificatório e eliminatório.	Advogado.
b.	Prova Escrita de Conhecimento de caráter classificatório e eliminatório.	Auxiliar de Controle Operacional.

6.2. A Prova Escrita de Conhecimento será realizada conforme Cronograma divulgado no Anexo IV do presente Edital.

6.3. Todos os candidatos deverão realizar a prova na mesma data, local e horário, conforme cronograma constante do Anexo IV, não podendo ser realizada individualmente ou em data, local e horário que não seja o especificado neste Edital.

6.4. É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o horário da realização da prova ao cargo que se inscreveu a partir da data da homologação das inscrições até o dia anterior ao da aplicação da prova.

6.5. Os portões do local de prova serão fechados 10 (dez) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, **SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 08:20 HRS, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.**

6.6. O local de aplicação da prova objetiva, com início às 08h30min, poderá ser em qualquer dos Municípios da área de atuação do Simae, em estabelecimento que será divulgado quando da homologação final das inscrições, item 8 do Anexo IV.

6.7. A Prova Escrita de Conhecimento será realizada em etapa única de três horas e trinta minutos (3h30min) de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.

6.8. Os candidatos deverão estar no local com antecedência mínima de trinta (30) minutos em relação ao início das provas, portando caneta **OBRIGATORIAMENTE** de cor azul ou preta.

6.9. Para entrada nos locais de prova, o candidato deverá apresentar obrigatoriamente documento de identificação válido e com foto e recomenda-se portar o comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição para eventuais intercorrências que vierem a ocorrer, conforme reserva o item 2.3.1

6.10. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.11. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.12. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar documentação válida na forma definida no item 6.9, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.13. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.14. No dia de realização da prova não será fornecida, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.15. Durante a realização da prova é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do certame.

6.16. Os aparelhos de telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos deverão ser entregues desligados aos fiscais das salas antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.17. No decurso da prova, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.18. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma hora de seu início.

6.19. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do certame.

6.20. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala.

6.21. Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local, simultaneamente.

6.22. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital;

6.23. Será excluído do certame, por ato da Aprender.com o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

6.24. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova, além de solicitar o atendimento especial no ato da inscrição para esse fim, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança, caso contrário ficará impossibilitada de realizar a prova.

VII – DA PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS

7.1. A Prova Escrita de Conhecimentos para os cargos deste certame incluirá questões de Língua Portuguesa, Regulamento do SIMAE, Matemática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, conforme ementa das disciplinas constantes dos Anexos II e III, parte integrante deste Edital.

7.2. A Prova Escrita de Conhecimentos será objetiva com até quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.3. Para os cargos de nível superior o caderno de prova será composto conforme abaixo:

TABELA A			
DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Conhecimentos Português	15	0,14	2,10
Conhecimentos de Informática	05	0,14	0,70
Conhecimento Regulamento SIMAE	10	0,24	2,40
Conhecimentos Específicos	20	0,24	4,80
Total	50		10,00

7.4. Para os cargos de nível médio o caderno de prova será composto conforme abaixo:

TABELA B			
DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Conhecimentos Português	10	0,22	2,20
Conhecimentos Matemática	10	0,22	2,20
Conhecimento Regulamento SIMAE	05	0,22	1,10
Conhecimentos Específicos	15	0,30	4,50
Total	40		10,00

7.5. Para realização da Prova Escrita de Conhecimentos, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta. O mesmo não será substituído em caso de erro do candidato.

7.6. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.7. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- a) Emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), no cartão-resposta;
- b) Mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- c) Espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
- d) Cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor seja diferente do especificado no item 7.5 ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.8. A Prova Escrita de Conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com até 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

7.9 O caderno de provas estará disponível de forma geral e aberta no site da empresa, na aba correspondente ao certame em questão, de forma única e exclusiva durante o período recursal para todos os interessados que desejarem obter o teor dos cadernos aplicados, ou seja, de 06/06/2016 até 07/06/2016. Passado o período recursal, o candidato poderá receber através de pedido encaminhado ao e-mail contato@aprenderesc.com.br.

7.10. O Gabarito Oficial referente à Prova Escrita de Conhecimentos será divulgado conforme cronograma constante no Anexo IV nos endereços eletrônicos www.aprenderesc.com.br / www.simae.sc.gov.br e na Sede Administrativa do SIMAE.

7.11. Havendo necessidade de recurso para impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher o requerimento que estará disponível através do endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br, na aba "processos em andamento" no link referente ao Edital do SIMAE, conforme prazos previstos em Edital.

7.11.1. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final da prova escrita de conhecimento do Concurso Público, bem como o Gabarito Oficial definitivo, na ocorrência de recurso julgado procedente.

7.12. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

VIII – DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

8.1 Haverá prova de títulos somente para o cargo de Advogado.

8.2 Somente serão habilitados para a avaliação de títulos, os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita objetiva, individualmente.

8.3 A avaliação de títulos, é de caráter CLASSIFICATÓRIO, tendo como pontuação máxima 1,0 (UM) ponto.

8.3.1 Para os títulos 'lato sensu' de especialização, estarão aptos para pontuar somente os que apresentarem carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas, sendo que a titulação deverá ser específica da área de direito.

8.3.2 Para fins de pontuação na prova de títulos, serão considerados somente os títulos obtidos em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação, sendo que os diplomas de cursos de Pós-Graduação obtidos em instituições de ensino superior estrangeiras deverão estar reva-
lidados ou reconhecidos por instituição de ensino superior credenciada pelo Ministério da Educação.)

8.3.3 A somatória dos títulos dar-se-á conforme pontuação descrita na tabela apresentada no item 8.5.

8.3.4 A habilitação maior prevalecerá sobre a menor na tabela do item 8.5, não sendo cumulativa.

8.4. Serão pontuados como títulos certificados em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso.

8.4.1. Não será considerado e nem pontuará histórico e/ou grade curricular do curso em questão.

8.5. A classificação dos candidatos observará a soma da pontuação obtida na prova escrita e avaliação de títulos, nos seguintes critérios:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	PONTUAÇÃO
DOCTORADO	1,0 (UM) PONTO – MÁXIMO 1 TÍTULO
MESTRADO	0,5 (ZERO VIRGULA CINCO) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
ESPECIALIZAÇÃO	0,25 (ZERO VIRGULA VINTE E CINCO) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO

8.6. A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e deverão ser protocolados pelo próprio candidato no mesmo dia ao término da prova objetiva em sala especificada pela equipe da empresa organizadora do certame já em envelope próprio a ser lacrado na hora pelo fiscal responsável com os seguintes dizeres:

T Í T U L O S – SIMAE – EDITAL JHL 01/2016

Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE)

Cargo: _____

Nome do Candidato: _____

Inscrição: _____

8.7. Não serão considerados títulos apresentados em envelopes sem identificação conforme item 8.6 ou por qualquer outra forma e/ou fora do dia e hora já determinados.

8.8. Os candidatos deverão levar DUAS VIAS do ANEXO VI preenchidas. Uma ficará com a banca e outra com o candidato, como comprovação da entrega da documentação.

8.8.1. O candidato que não apresentar as vias do Anexo VI perderá o direito do auxílio da titulação.

8.9. Somente serão considerados os títulos entregues em cópia reprográfica autenticada em cartório. NÃO será dado "CONFERE COM O ORIGINAL" no ato da entrega. NÃO será fornecido nenhum material de auxílio (envelope) para protocolar a documentação.

8.10. Em hipótese alguma haverá segunda chamada para entrega de títulos, independente do motivo pelo qual o candidato deixou de apresentar as cópias autenticadas de sua titulação.

IX – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiveram nota igual ou superior a 5,0 (Cinco).

9.2. A nota final para os cargos somente com a prova escrita e objetiva (Auxiliar de Controle Operacional) será através da soma dos acertos conforme cálculo abaixo:

$$PO = (NaCP \times 0,22 + NaCM \times 0,22 + NaRS \times 0,22 + NaCE \times 0,30) = NF$$

$$NF = PO$$

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Português; NaCM: Número de acertos em questões de Matemática; NaRS: Número de acertos em questões de Regulamento Simae; NaCE: Número de acertos em questões de Conhecimentos Específicos; NF: Nota Final.

9.3. A nota final para os cargos que além da prova escrita e objetiva (Advogado) tiver a contagem de títulos, será através da soma dos acertos conforme cálculo abaixo:

$$PO = (NaCP \times 0,14 + NaCI \times 0,14 + NaRS \times 0,24 + NaCE \times 0,24) + T = NF$$

$$NF = PO$$

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Português; NaCI: Número de acertos em questões de Informática; NaRS: Número de acertos em questões de Regulamento Simae; NaCE: Número de acertos em questões de Conhecimentos Específicos; T: Titulação; NF: Nota Final.

9.4. A listagem da classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da média final apenas para as notas que atingiram média igual ou superior a cinco (5,0).

9.5. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate (Advogado)

- a) maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- b) maior nota na prova de conhecimentos do português.
- c) maior nota na prova de conhecimentos de regulamento;
- d) maior nota na prova de conhecimentos de informática;
- e) o candidato de maior idade.

9.6. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate (Auxiliar de Controle Operacional)

- a) maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- b) maior nota na prova de conhecimentos do português.
- c) maior nota na prova de conhecimentos de regulamento;
- d) maior nota na prova de conhecimentos de matemática.
- e) o candidato de maior idade.

X – DOS RECURSOS

10.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do Concurso Público que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo IV deste Edital.

10.2. Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulários modelos disponibilizados através do endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br na aba de processos em andamento na opção correspondente ao link do Edital do SIMAE, no qual deverá ser enviado para o e-mail contato@aprenderesc.com.br dentro dos rigorosos prazos estabelecidos por este Edital.

10.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser encaminhados conforme item 10,2, cabendo a banca organizadora da APRENDER.COM a apreciação dos mesmos.

10.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora de prazo, horários incompatíveis ao estabelecidos em Edital e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos automaticamente.

10.5. Às decisões dos recursos será dada divulgação, através de publicações no mural da sede Administrativa do SIMAE, e divulgação no site da empresa responsável.

10.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota da prova, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

10.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

10.8. As decisões dos pedidos de revisão da nota da prova será dada a conhecer coletivamente através de publicações no mural da sede Administrativa do SIMAE e divulgação no site da empresa responsável.

10.9. A Comissão Especial do Concurso Público, nomeada pela Portaria JHL 115/2016 de 08.04.2016, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O resultado final do certame, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado na sede do SIMAE, no órgão de publicação oficial do SIMAE e nos endereços eletrônicos www.aprenderesc.com.br / www.simae.sc.gov.br.

XII - DA CHAMADA DOS CANDIDATOS

12.1. A chamada dos candidatos classificados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

12.2 A convocação dos candidatos será feita através de contato telefônico, via postal ou imprensa, com base nos dados informados na ficha de inscrição ou posteriormente atualizados. É de exclusiva responsabilidade do candidato, manter os dados atualizados junto ao SIMAE.

12.3. O candidato deverá apresentar-se até 30 (trinta) dias após a convocação/nomeação pelo SIMAE. Passado o prazo, fica a administração do SIMAE, autorizada a dar continuidade à convocação, dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação.

12.4 O candidato nomeado ao cargo que optar em não tomar posse no prazo previsto, poderá requerer retornar para final da lista de classificação do concurso.

XIII – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

13.1. Delega-se competência à Aprender.com para:

- a) elaborar, aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e de Títulos;
- b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- d) prestar informações sobre o certame;
- e) definir normas para aplicação da prova.

XIV – DO FORO JUDICIAL

14.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao certame de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da homologação dos inscritos para a prova correspondente.

15.2. O presente certame e respectivo resultado terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período desde que haja interesse do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, Autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, SC.

15.3. Os candidatos aprovados neste certame serão nomeados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas existentes, conforme a necessidade e conveniência.

15.4. A aprovação no certame não assegura ao candidato o direito à contratação imediata, devendo ocorrer conforme a necessidade da autarquia durante a vigência do certame e de acordo com a necessidade.

15.5. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela Aprender.com e pela Comissão Especial do Concurso Público designada por ato do Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – SIMAE.

15.6. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Dos cargos / Formação /carga horária/vencimentos.
- b) ANEXO II - Do conteúdo programático geral do cargo.
- c) ANEXO III – Do conteúdo programático específico da prova ao cargo.
- d) ANEXO IV – Do cronograma.
- d) ANEXO V – Do modelo Declaração e requerimento para isenção de taxa de inscrição.
- e) ANEXO VI – Identificação da titulação.

15.7. Será publicado o presente Edital para fins de publicidade legal, sendo que o Edital na íntegra estará disponível nos Murais dos três Municípios de atuação do SIMAE (Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC), na Sede Administrativa do SIMAE e nos endereços eletrônicos www.aprender.com.br/ www.simae.sc.gov.br a partir de 20 de Abril de 2016.

Joaçaba, 20 de Abril de 2016.

ALUIR FLEMMING

Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – SIMAE.

ANEXO I**DOS CARGOS, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS**

Cargo / Padrão	Escolaridade Mínima Exigida	Vencimento Inicial (*)	Prova	Carga Horária	Vagas
Advogado Padrão 08	Curso de Bacharel em Direito, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão com Aptidão em Informática (editor de textos e planilhas eletrônicas)	R\$ 5.141,42	Escrita e de Títulos	40 horas semanais	01 + CR (Cadastro de Reserva)
Auxiliar de Controle Operacional Padrão 05	Ensino médio e curso de nível técnico em edificações ou saneamento ou em meio ambiente com Aptidão em Informática (editor de textos e planilhas eletrônicas)	R\$ 2.538,47	Escrita	40 horas semanais	01 + CR (Cadastro de Reserva)

* Além do Vencimento Inicial todos os cargos recebem Ticket Alimentação no valor de R\$ 493,68 mensais, conforme Lei Municipal n. 3600/07, Vale transporte conforme lei Municipal n. 4519/14.

Descrição Sumária do Cargo de Auxiliar de Controle Operacional:

- Aferir macromedidores, revisar equipamentos para que estejam em condições normais de uso, auxiliar na localização e escavações de pontos de instalação;
- Efetuar levantamento de dados em campo; auxiliar no levantamento de croqui;
- Instalar, operar e retirar registradores de pressão e de vazão; abrir e fechar registros e válvulas; efetuar manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de pitometria;
- Realizar testes de funcionalidade nos equipamentos;
- Executar aferição de hidrômetro, seguindo procedimentos preestabelecidos;
- Considerar parâmetros do INMETRO e elaborar o respectivo laudo;
- Vistoriar instalações prediais (hidráulicas) para detectar causa de vazamento analisar e transmitir dados operacionais;
- Analisar e registrar informações de vazões de água e esgoto, níveis de reservatórios, pressões das redes, controle de qualidade da água, manobras operacionais, ocorrências de vazamentos de água e esgoto;
- Sugerir manobras necessárias ao equilíbrio do sistema;
- Emitir e encaminhar relatórios de vazões e pressões para os clientes internos; acionar áreas e responsáveis envolvidos com providências a serem adotadas por problemas ocorridos nos sistemas;
- Verificar junto a consumidores as causas de excesso de consumo, com a averiguação de vazamentos;
- Executar estudos hidráulicos em estações elevatórias;
- Efetuar geofonamento em redes e ramais;
- Participar de comissões, sempre que designado;
- Processar dados ou informações, utilizando-se do sistema de telemetria e monitoramento das elevatórias, macro medidores e reservatórios
- Utilizar os EPIS - Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pela Autarquia, sempre que a atividade desempenhada exigir, conforme as normas de segurança objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Manutenção, limpeza e outros, a fim de zelar pela conservação dos equipamentos, ferramentas e EPIS sob sua responsabilidade ou de sua equipe;
- Relatar as atividades desenvolvidas, e preenchimento de ordens de serviço de acordo com os critérios da Autarquia;
- Utilizar ferramentas e equipamentos diversos necessários na execução dos serviços;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade da Autarquia.
- Processar dados ou informações, utilizando-se de softwares disponíveis, em cumprimento aos procedimentos e rotinas pré estabelecidas e fluxogramas de serviços;
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas da Autarquia e os colegas e;
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

Descrição Sumária do Cargo de Advogado

- Defender direitos e interesses da Autarquia, representando-o em juízo ou fora dele, nas ações em que este for autor, réu, ou interessado, acompanhando o andamento de processos, praticando os atos necessários para garantir seu trâmite legal, prestando assistência jurídica, propondo ou contestando ações, solicitando providências, avaliando provas, contribuindo na elaboração de projetos de lei, apresentando recursos, comparecendo a audiências e outros atos, dentro dos princípios éticos, contribuindo na elaboração de projetos de lei, analisando legislação para atualização e implementação;
- Prestar assessoria jurídica extrajudicialmente, mediando questões, proferindo palestras, prestando serviços de peritagem, arbitrando interesses de partes, formalizando parecer técnico jurídico, firmando acordos autorizados pela Presidência, realizando audiências administrativas, participando de negociações coletivas;
- Adequar os procedimentos administrativos à legislação aplicável, estudando a matéria jurídica e de outra natureza e consultando códigos, leis, jurisprudências, doutrina e outros documentos;
- Obter os elementos necessários à defesa ou acusação, complementando ou apurando as informações levantadas, bem como tomando outras medidas como preparar a defesa ou acusação e arrolar e correlacionar fatos, aplicando o procedimento adequado para apresentá-los em juízo, entre outros;
- Redigir e elaborar documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal, constitucional e outras, bem como atos administrativos, convênios, termos administrativos, projetos de lei, entre outros.

- Efetuar a cobrança da dívida ativa, judicial ou extrajudicialmente, bem como coordenar e assessorar comissões de inquéritos, sindicâncias e processos administrativos;
- Assistir a Autarquia na negociação de contratos, convênios, e acordos com outras entidades públicas ou privadas, bem como avaliar os procedimentos referentes aos diversos tipos de convênios e contratos firmados, examinando toda a documentação e os aspectos legais concernentes à transação.
- Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento para o pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com entidades públicas, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos à Autarquia;
- Emissão de laudos e pareceres na área afim;
- Receber intimações e notificações;
- Patrocinar os interesses do SIMAE perante todas as instâncias judiciais, em qualquer juízo ou tribunal, em ações em que figure como autor, réu, assistente ou oponente, além de promover todas as medidas preliminares, preventivas e assecuratórias de seus direitos e interesses;
- Manifestação para o atendimento ao Parágrafo Único do Artigo 38 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações;
- Defesas e orientações de processos e diligências junto ao Tribunal de Contas do Estado;
- Impugnar, defender e promover quaisquer atos necessários à proteção dos interesses e direitos do SIMAE, perante as instâncias administrativas federais, estaduais e municipais, em processos de jurisdição contenciosa ou gratuita, ou de natureza trabalhista, previdenciária e outros;
- Comparecer às audiências; proceder a sustentação oral e apresentar memoriais quando conveniente; impugnar cálculos e embargar execuções e interpor recursos
- Portar-se de forma correta em seu trabalho, observando e respeitando as normas da Autarquia e os colegas;
- Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual – EPIS, disponibilizados pela Autarquia, sempre que a atividade desempenhada exigir e conforme as normas de segurança do trabalho estabelecidas, objetivando prevenir-se de possíveis danos à sua saúde;
- Participar de comissões, sempre que designado;
- Atender aos procedimentos do sistema de informações, controle de resultados e gestão da qualidade da Autarquia;
- Eventuais honorários de sucumbências em processos judiciais caberão à Autarquia como forma de receita pública;
- Executar outras tarefas inerentes ao cargo.

ANEXO II

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA OS CARGOS

Língua Portuguesa: leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, figuras de linguagem, estrutura das palavras, estilística, gramática em geral.

Regulamento SIMAE: Decreto nº 1.874 de 24 de junho de 1.998 e suas alterações (Regulamento do SIMAE), Lei Complementar n. 76/2003 de 11 de dezembro de 2003 e suas alterações (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba), Lei Complementar 193 de 06 de setembro de 2010 e suas alterações (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores do SIMAE) - conforme arquivo disponibilizado no site do SIMAE – www.simae.sc.gov.br

ANEXO III

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO AO CARGO

ADVOGADO

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA: Sistema Operacional Windows 7; Ambiente e atalhos de comandos; Navegador Internet Explorer, Navegador Mozilla Firefox; Editor de texto: Digitalização, formatação, correção e gravação de documentos; Configurações de impressão; Configuração de layout de página; Elaboração de tabelas; Configuração de impressão; Planilhas eletrônicas: criação e personalização de planilhas, pastas de trabalho, gráficos, fórmulas, alterações na planilha, funções de estatística, formatação de planilhas e células; Configuração de impressão; Conhecimentos de informática inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Direito Constitucional e Constituição Federal: Constituição: conceito, objeto e classificação; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais; interpretação das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Da organização do Estado. Da organização dos poderes. Da tributação e do orçamento. Da ordem econômica e financeira. Da ordem social. Direito Administrativo: Direito Administrativo e Administração Pública Direta e Indireta. Atividade Administrativa. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Servidores Públicos. Lei Complementar Federal n.º 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/1964, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como das alterações posteriores; Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos; Lei nº 10.520/2002 – Lei do Pregão; LC nº 123/2006 – Estatuto ME e EPP; Lei nº 10.257/2001; Código Tributário Nacional; Código Tributário Municipal; Lei nº 8.630/1980; Código Civil; Código de Processo Civil; Constituição Federal; Concessão e Permissão no Serviço Público; Direito Administrativo – Princípios, Poderes e Atos Administrativos; Direito Público tendo como base a Constituição da República Federativa do Brasil; Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função, observando-se a prática no dia-a-dia.

AUXILIAR DE CONTROLE OPERACIONAL

MATEMÁTICA: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Raiz quadrada de um número qualquer; Teoria dos Conjuntos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Funções logarítmicas, exponenciais, trigonométricas; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Sistema de Equações Lineares; Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Polinômios; Radiciação; Exponenciação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Editor de texto: Digitalização, formatação, correção e gravação de documentos; Configurações de impressão; Configuração de layout de página; Elaboração de tabelas; Configuração de impressão; Planilhas eletrônicas: criação e personalização de planilhas, pastas de trabalho, gráficos, fórmulas, alterações na planilha, funções de estatística, formatação de planilhas e células; Configuração de impressão; Noções de hidráulica básica para sistemas de abastecimento de água e esgoto; Tubulações empregadas na construção em sistemas de distribuição de água, coleta de esgoto e drenagem; Manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de abastecimento de água e esgoto; Controle de qualidade de materiais; Consumo per-capita, fatores que afetam o consumo, variações de consumo. Projeções de consumo: projeções de população; Padrões de potabilidade de água; controle da qualidade da água; Limpeza e desinfecção de tubulações; Ligações prediais de água e/ou esgoto; Abastecimento de Água: Estações de bombeamento, adutoras, processos de tratamento de água, reservação, rede de distribuição, ramais prediais; Medidas de redução e controle de perdas de água: perdas reais, perdas aparentes, setorização, micromedição, macromedição, gerenciamento de pressões, instalação, aferição e medição de equipamentos; Sistemas coletores de esgoto sanitário: ramais prediais, redes coletoras, coletores-tronco, interceptores, estações elevatórias, emissários, estação de tratamento; Topografia: Interpretação de desenhos e plantas. Levantamentos planialtimétricos, perfis e curvas de nível; Cálculo de coordenadas e operação de aparelhos de GPS (Sistema de Posicionamento Global). Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

ANEXO IV

CRONOGRAMA

ITEM	ATOS	DATAS
1.	Divulgação do Edital	20/04/2016
2.	Publicação do Edital	20/04/2016
3.	Período de Inscrições exclusivamente por Internet (on-line)	20/04 até 19/05/2016
4.	Período de Isenção da taxa de inscrição para Doadores de Sangue Fidelizados	20/04 até 04/05/2016
5.	Pré-Divulgação das Inscrições Deferidas para Doadores de Sangue Fidelizados	05/05/2016
6.	Pré-Divulgação da Homologação Geral das Inscrições deferidas	23/05/2016
7.	Recursos quanto às Inscrições (horário limite de recebimento até 17:00 hrs)	23/05 até 24/05/2016
8.	Homologação Final das Inscrições	25/05/2016
9.	Ensalamento dos Candidatos	25/05/2016
10.	Realização das Provas objetivas de conhecimentos para todos – 08:30h	05/06/2016
11.	Divulgação do Gabarito Provisório	06/06/2016
12.	Recursos quanto Gabarito Provisório (horário limite de recebimento até 17:00 hrs)	06/06 até 07/06/2016
13.	Divulgação do Gabarito Oficial	14/06/2016
14.	Divulgação dos Aprovados	14/06/2016
15.	Recursos quanto à Classificação (horário limite de recebimento até 17:00 hrs)	14/06 até 15/06/2016
16.	Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo	16/06/2016

O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito à alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.

ANEXO V

MODELO DE
DECLARAÇÃO E REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

(A DECLARAÇÃO DO HEMOCENTRO DO REFERIDO MUNICÍPIO ATESTANDO AS CONDIÇÕES DE DOADOR VOLUNTÁRIO DEVERÁ ESTAR ANEXADA A ESTA DECLARAÇÃO PARA TER VALIDADE.)

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição n.º _____ do Concurso Público Edital 001/2016 JHL do SIMAE – SC, residente e domiciliado a Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____, cidade _____, Estado _____, CEP _____ DECLARO sobre as penas da lei de que sou doador de sangue.

Sendo assim REQUER a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de doador de Sangue.

Nestes Termos firma a presente declaração e
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2016
(local e data)

Assinatura do Declarante/Requerente

ANEXO VI

IDENTIFICAÇÃO DA TITULAÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF
n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____
_____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito para o
Concurso Público, objeto do Edital JHL 01/2016, inscrição sob o número _____, para o cargo de _____
requer a Vossa Senhoria a apreciação da documentação apresentada:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	PONTUAÇÃO
DOUTORADO	1,0 (UM) PONTO – MÁXIMO 1 TÍTULO
MESTRADO	0,5 (ZERO VIRGULA CINCO) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
ESPECIALIZAÇÃO	0,25 (ZERO VIRGULA VINTE E CINCO) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO

TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	_____ PONTOS
-------------------------	--------------

Joaçaba-SC, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Candidato(a)	Assinatura do Responsável pelo Recebimento.
----------------------------	---

PORTARIA JHL 122/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 122/2016 DE 18/04/2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Destituir, o servidor Ari Francisco de Oliveira, ocupante do cargo de Encanador, enquadrado no P-4, N-2 Ref.H-8 sob nº da CNH 02615594670, da Função de Condutor conforme Portaria JHL 131/2012 de 31.07.2012 e;

Art. 2º- Designar, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Saveiro, Placa QHQ 1178, a partir de 18 de abril de 2016, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 3º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de abril de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 123/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 123/2016 DE 18.04.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o adicional de periculosidade do servidor Ari Francisco de Oliveira conforme Portaria JHL 218/2014 de 01/12/2014, por motivo de eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, comprovado por laudo técnico específico, determinado pela administração do SIMAE.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de abril de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 124/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 124/2016 DE 18/04/2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Destituir, o servidor Christiano Luiz Amancio Ferreira, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1 Ref.F-1 sob nº da CNH 02392419833 da Função de Condutor de veículo conforme Portaria JHL 38/2014 de 28.02.2014;

Art. 2º- Designar, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a pilotar a motocicleta Bros Placa MKR 0133, a partir de 18 de abril de 2016, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 3º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de abril de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 125/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 125/2016 DE 18.04.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a designação do servidor Léo Augusto Mendes como condutor de viatura conforme Portaria JHL 66/2013 de 24.04.2013.

Art. 2º Suspender o adicional de periculosidade do servidor de Léo Augusto Mendes conforme Portaria JHL 218/2014 de 01/12/2014, por motivo de eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, comprovado por laudo técnico específico, determinado pela administração do SIMAE.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de abril de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 126/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº – 126/2016 DE 18/04/2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- ENQUADRAR, o servidor Christiano Luiz Amâncio Ferreira ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1 Ref.F-1, ao adicional de periculosidade - 30% a partir de 18 de abril de 2016, tendo por base de cálculo o vencimento da Referência "A", do Nível 01, do Padrão correspondente ao seu cargo de lotação, com base no LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho e nos Artigos 10º, 11º, 13º da Lei Complementar 193/2010 de 06.09.2010 e no Decreto nº 3661/2010 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º- O direito do servidor ao adicional de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, comprovado por laudo técnico específico, determinado pela administração do SIMAE.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de abril de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 128/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 128/2016 DE 18.04.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o adicional de insalubridade do servidor Loeri José Luvison conforme Portaria JHL 92/2010 de 13.10.2010, por motivo de eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, comprovado por laudo técnico específico, determinado pela administração do SIMAE.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de abril de 2016.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 129/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 129/2016 DE 18.04.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a designação do servidor Pedro Moresco como condutor de viatura conforme Portaria JHL 034/2009 de 08.09.2009.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de abril de 2016.
Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 130/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 130/2016 DE 18.04.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Destituir, o servidor Leandro de Paula, sob nº da CNH 03508398224 ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref. B, da Função de Condutor do veículo Toyota Placa MBC 1236 conforme Portaria JHL 147/2015 de 24.06.2015 e;

Art. 2º- Designar, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo S-10 Placa OKF 7879, a partir de 18 de abril de 2016, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 3º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção e servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de abril de 2016.
Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 131/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 131/2016 DE 18.04.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Destituir, o servidor Jairo Camilo Alberti, sob nº da CNH 01764274841 ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref. F-1, da Função de Condutor do veículo conforme Portaria JHL 094/2012 de 03.05.2012 e;

Art. 2º- Designar, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Caminhão Tanque Placa MHH 4895, a partir de 27 de abril de 2016, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 3º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção e servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 27 de Abril de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de abril de 2016.
Aluir Flemming
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 132/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 132/2016 DE 18.04.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar, o servidor Vilmar de Souza e Oliveira, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1, Ref.C, sob nº da CNH 05865664970, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Master, Placa MLW 3315 a partir de 18 de abril de 2016, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de abril de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 133/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 133/2016 DE 18.04.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a designação do servidor Murilo Girardi como condutor de viatura conforme Portaria JHL 02/2016 de 04.01.2016.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de abril de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 134/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 134/2016 DE 18.04.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar, o servidor Leonardo Correa Costa, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1, Ref.C, sob nº da CNH 05962766310, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Saveiro, Placa MLW 3121 a partir de 18 de abril de 2016, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de abril de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

José Boiteux

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 22/2016 MERENDA ESCOLAR E DEPARTAMENTOS

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 22/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, retifico aos interessados, que onde entende-se a data de abertura do Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 02/05/2016, às 09:00 horas, será no dia 05/05/2016 às 09:00 horas tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655 junto ao portal do Município, REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS COMPRAS DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DEMAIS DEPARTAMENTOS MAIORES INFORMAÇÕES NO PRESENTE EDITAL.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 19 de Abril 2016.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

CC 17-2012 PML RERRATIFICADA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: CC 17-2012 PML REPUBLICADA

Objeto: Prestação de Serviços de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros.

Tipo: Melhor Técnica e Preço

Abertura: 10/06/2016 às 13:30

Valor Outorga Mínima: R\$ 1,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 19 de abril de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

EXTRATO ARP 37-A/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 37-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

PROCESSO Nº 29/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente para a Secretaria de Educação e Depósito da Merenda, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2016.

O VALOR REGISTRADO R\$ 8.560,00 (oito mil quinhentos e sessenta reais)

ADL COMERCIAL EIRELI EPP INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 15.267.298/0001-78, COM SEDE À RUA FLORANIA, 467 – FUNDO 9 – VELHA CENTRAL, CEP 89.040-190, NA CIDADE DE BLUMENAU/SC

Lages, 01 de Abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 37-B/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 37-B/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

PROCESSO Nº 29/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente para a Secretaria de Educação e Depósito da Merenda, em conformidade com as especificações

prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2016.

O VALOR REGISTRADO R\$ 966,00 (novecentos e sessenta e seis reais)

JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI – ME – CNPJ 13.965.228/0001-68 – AV 24 DE OUTUBRO, 930 CENTRO BOM RETIRO/SC CEP 88.680-000

Lages, 01 de Abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 37-C/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 37-C/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

PROCESSO Nº 29/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente para a Secretaria de Educação e Depósito da Merenda, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2016.

O VALOR REGISTRADO R\$ 60,00 (sessenta reais)

KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 11.118.645/0001-40, ESTABELECIDO NA AV. LUIZ DE CAMÕES, 911 – LOJA 04 – CORAL, LAGES/SC – CEP. 88.523-000

Lages, 01 de Abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 37-D/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 37-D/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

PROCESSO Nº 29/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Material de Expediente para a Secretaria de Educação e Depósito da Merenda, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2016.

O VALOR REGISTRADO R\$ 12.600,00 (doze mil seiscentos reais)

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME INSCRITA NO CNPJ N.º 21.304.312/0001-69, COM SEDE A RUA AMSTERDAM, 891 – ITOU-PAVAZINHA – CEP 89.070-490 – BLUMENAU/SC

Lages, 01 de Abril de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 38-A/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

PROCESSO Nº 47/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção para Manutenção e Reparos nas Unidades Escolares, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo: MADEIREIRA FONTANA LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 83.216.598/0001-88, ESTABELECID A RUA ENG. PAULO RIBEIRO, 505 – ÁREA INDUSTRIAL, LAGES/SC, CEP 88514-010

Lages, 30 de março de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 38-B/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38-B/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

PROCESSO Nº 47/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção para Manutenção e Reparos nas Unidades Escolares, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 2.190,00 (dois mil cento e noventa reais), sendo:

ELOI DARTORA DE SOUZA JUNIOR ME, INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 07.025.399/0001-04, COM SEDE A RUA VALDORIMO KOECHE, 50 – BAIRRO GETHAL, CEP 88520-450 – LAGES/SC

Lages, 30 de março de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 38-C/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38-C/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

PROCESSO Nº 47/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção para Manutenção e Reparos nas Unidades Escolares, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 180.998,55 (cento e oitenta mil novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos), sendo:

ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 08.208.387/0001-88, COM ENDEREÇO A PRAÇA VIDAL RAMOS, 86 - CENTRO – CEP 88.502-005 – LAGES/SC

Lages, 30 de março de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 38-D/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38-D/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

PROCESSO Nº 47/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção para Manutenção e Reparos nas Unidades Escolares, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 69.004,20 (sessenta e nove mil quatro reais e vinte centavos), sendo:

NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 13.192.721/0001-92, COM SEDE ESTRADA GERAL RIBEIRÃO DOS REIS, BAIRRO INTERIOR, CEP 89180-000 – RIO DO OESTE/SC

Lages, 30 de março de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 06/2016 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO, Nº 05/2016 FMAS

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: AS CONSTRUTORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 00434177/0001-04, com sede a Rua Frei Rogério, 11 – Centro – Lages/SC. CEP: 88.504-140.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 03/2016, correlato a Tomada de Preço nº 01/2016, a homologado em 01/04/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa especializada para Manutenção de Ruas Contempladas Pelo Sistema de Esgotamento Sanitário Araucária, e demais ruas onde houver intervenções desta dentro do município de Lages, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Entrega(s), Os serviços serão prestados nas ruas contempladas pelo Sistema de Esgotamento Sanitário Araucária e nos locais indicados pela SEMASA, Os serviços serão medidos conforme sua execução e sempre de acordo com as condições prescritas no Edital Correlato e demais documentos que o constituem.

2.3 De Execução, contar-se a da data da assinatura do presente contrato até 31/12/2016

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 532.946,70 (quinhentos e trinta e dois mil novecentos e quarenta e seis reais e setenta centavos).

Lages, 01 de Abril de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 22/2016 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO, Nº 22/2016 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob nº 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: SANDRA PEREIRA PIRAMIDE - ME inscrita no CNPJ sob nº 01.494.267/0001-45, estabelecida na AV. Santa Catarina, 825 – Conte, Lages/SC – CEP. 88.512-10

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 16/2016 correlato ao Pregão Presencial nº 11/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Serralheria na Confecção de Portões, Grades, Janelas e outros, para uso nas Unidades e Setores da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Presente Contrato, até 31/12/2016;

2.3 De Entrega, em até 15 (dias) em locais definidos nas solicitações da SMS

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 60.000,45 (sessenta mil reais e quarenta e cinco centavos).

Lages, 01 de Abril de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito municipal.

REVOGAÇÃO PP 15-2016 SEMASA

REVOGAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016-SEMASA

OBJETO: AQUISIÇÕES, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE CABEAMENTO ESTRUTURADO CAT5E, BEM COMO ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS DE CFTV PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Presente os termos da exposição de motivos formulada na Ata de abertura da sessão, caracterizando fato superveniente no trâmite do Processo Licitatório em voga, priorizando a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torno público aos interessados a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório em comento.

Atenciosamente,

Lages, 19 de abril de 2016.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal de Águas e Saneamento - SEMASA

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2016**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 01/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2016

A CÂMARA DE VEREADORES DE LAGES, sito à Rua Otacílio Vieira da Costa, 280, centro Lages (SC), inscrita no CNPJ sob o nº. 86.731.494/0001-08, através da Comissão Permanente de Licitação torna público que pretende contratar mediante inexigibilidade de Licitação o seguinte objeto: Contratação de serviços técnicos especializados de fornecimento de sistema para a divulgação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais, de efeito externo, da Câmara de Vereadores (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções) por este fornecidos, dispostos no site LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica da Câmara Municipal, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao Setor técnico da CONTRATANTE. Empresa contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35 com o prazo de vigência de 12 (doze meses), no valor anual de R\$ 17.712,00 (Dezessete mil setecentos e doze reais).

Câmara Municipal de Lages – SC, 19 de Abril de 2016.

Thiago Silva de Oliveira

PRESIDENTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES**PORTARIA Nº 02/2016**

PORTARIA Nº. 02, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DIVULGA OS CREDENCIADOS PARA REALIZAR APRESENTAÇÕES NO RECANTO DO PINHÃO.

Art. 1º - O Superintendente da Fundação Cultural de Lages no uso das atribuições torna pública a lista de artistas credenciados para realização de apresentações no Recanto do Pinhão durante a 28ª Festa Nacional do Pinhão:

NOME DO ARTISTA	NOME DA ATRAÇÃO
Adão Valtencir Paes	Musical Bandaneira
Adilson Oliveira	Reginaldo Farber e Adilson Oliveira
Alcione José Moraes	Encanto Regional
Andre Alano Alves	Tchê Loco
André Melo de Souza	André e Eduardo
Anildo Muniz de Lima	Grupo Estilo Campeiro
Antonio Gonçalves	Trio Planalto Serrano
Antonio Rodrigues da Silva	Toninho Locutor e Recordação Sertaneja
Aristides Rogério Rodrigues	Rogério Rodrigues
Artur Mattos	Artur Mattos
Bruno Antunes da Silva	Bruno Antunes
Célio Madruga de Oliveira	Maestro Madruga
Cristiane Santos Muniz	Higor Muniz e Banda
Dairis Kleber da Silva	Pegada da Vaneira
Danieli de Souza Porto	Dani Porto e Amigos
Darci Santos Silva	Darci Santos
David Toledo Varela	David Toledo
Diogenes Fabiano de Souza	Fabiano Ferrera
Donisete de Fatima Paula Wolff	Zétti Gaudéria
Eduardo Muniz Pereira	Matheus Pereira
Elisangela Moreira Lucio	Elisângela Moreira
Felipe Anderson Gamba	Banda D6 Produções
Glauca Correa da Silva	Glauca Correia
Glauco Denni	Glauco Denni
Guilherme Correia Garcia	Grupo Cordeona e Guitarra
Hamilton Matos	Hamilton Matos
Hélio Carlos do Nascimento	Gaudérios do Fandango
Hélio Santos Pereira	Hélio Santos
Ildo Lopes de Sá	Xirú Campeiro e Grupo Redomão
Ione Teresinha Batista	Grupo Explosão Serrana
Jaime Antunes	Jaime Antunes

Jefferson Moreira	Jefferson Moreira
João Amorim	João Amorim e Negro da Gaita
João Ataíde Lima Silva	Grupo Eu Sou do Sul
João de Lima Neto	Lima Neto e Banda
João Fernandes Araújo	Zé da Serra
João Maria Martins de Vargas	Embaló Fandanguero
José Donizete Chaves Rosa	Grupo Swing Campeiro
José Florência de Farias	José Florêncio
José Maria Ribeiro Santos	Zé Moreno e Grupo Amigos da Querência
Juliano Cruz de Farias	Grupo Presilha Serrana
Leander Souza Andrade	Leander Sá
Leandro Meurer Raulino	Angelo Goulart e Leandro
Lendro Everaldo da Silva	Embaló Lageano
Leonir Stanck	Musical Estrela da Serra
Loir das Graças Oliveira	Musical Encanto
Luis Antonio Guazzelli	Luis Guazzelli
Luiz Matheus Reche	Entrevero Serrano
Marcelo Tadeu Bernhard	Grupo Baitaço
Marcos Roberto de Souza	Marquinho e Cia
Marcos Roni de Oliveira	Tio Rone e Grupo Locomotiva Campeira
Maria das Graças Oliveira Xavier	Talentos da Coxilha Rica
Mario Geraldo Branco	O Rei dos Boenachos
Mateus Marques Antunes	Marcio e Mateus
Moacir Antunes da Silva	Peninha e Grupo
Antonio Xavier	Musical Guanabara
Oladir de Oliveira	Bicho do Paraná
Osvaldino Rosa da Silva	Musical Sertamix
Otávio Amorim	Otávio Amorim e Os Reis da Tradição
Pablo Padilha Taborda	Grupo Estância de Tropicão
Raquel Silva Pessoa Burigo	Grupo Gaitaço Campeiro
Ricardo Guasselli	Ricardo Guasselli
Roberta Ribeiro Batista	Grupo Estrela Lageana
Rodrigo Camargo de Oliveira	Grupo Moda Boa
Sebastião Pereira da Silva	Os Brotinhos do Rio Grande
Sonia Marcia de Oliveira	Musical Claudio e Sonia
Sueli Ribeiro da Silva	Bruno Bortoluzzi
Valdemir Rodrigues	Alma Baileira
Wesley Nascimento Madruga Oliveira	Wesley Oliveira
William de Jesus Oliveira	William Oliver

Art.2º O interessado poderá interpor recurso contra indeferimento do pedido de credenciamento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a divulgação dos resultados, de acordo com o item 7.3 do Edital de Credenciamento nº. 02/2015.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Lages, 19 de abril de 2015.

Maurício Neves de Jesus
Fundação Cultural de Lages

Laguna

PREFEITURA

DECRETO N. 4629/16

DECRETO Nº 4.629 DE 19 DE ABRIL DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 16 - Secretaria de Administração e Serviços Públicos

Proj/Atividade: 2.089 – Controle e Fiscalização do Estabelecimentos Comerciais - Polícia Militar

Elemento da Despesa: 427 – 3.3.90.30.00.00.00.00.01 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 16 - Secretaria de Administração e Serviços Públicos

Proj/Atividade: 2.089 – Controle e Fiscalização do Estabelecimentos Comerciais - Polícia Militar

Elemento da Despesa: 428 – 3.3.90.36.00.00.00.00.01 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 074/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 074/2016

JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde , no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 5386

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de

Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza

Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº3465/15 – CNPJ 20.721.391/0001-40

INFRATOR: CORDOVA E PRUDÊNCIO COM. DE GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA ME Auto de Infração Nº3433

Infração Cometida: Estabelecimento comercial inobserva dispositivo legal no tocante a controle de validade dos produtos expostos nas prateleiras , bem como a proteção de seus produtos, quando os mesmos encontraram expostos diariamente em contato com o chão, colocando assim em risco a saúde de terceiros.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557,caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza

Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 075/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 075/2016

JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde , no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 0000920

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP

88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1837/15 – CNPJ 95.850.079/0001-56

INFRATOR: MARILENE PAULI JUNKS Auto de Infração Nº3131
Infração Cometida: Foi constatado em vistoria sanitária que o veículo placa não possui licença de transporte de alimentos expedida pela Vigilância Sanitária .

PLACA: MLQ 8444 RENAVAL: 555892387

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.
Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 076/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 076/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde , no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 5605010008-15

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1733/15 – CNPJ 04.510.480/0001-91

INFRATOR: TRANSPORTE RODOVIÁRIO PAPA LÉGUAS LTDA Auto de Infração Nº2772

Infração Cometida: Foi constatado durante a vistoria que o veículo está com a licença de transporte de alimentos com o prazo de validade expirado. PLACA: MGH 8237 RENAVAL: 177641410

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 077/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 077/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde , no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 0000917

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1729/15 – CNPJ 11.392.398/0001-75

INFRATOR: TRANSPORTES LETILIVIA LTDA ME Auto de Infração Nº2771

Infração Cometida: Foi constatado que o veículo não possui licença

de transporte de alimentos expedida pela Vigilância Sanitária de sua cidade de origem.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 078/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 078/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 5605010010-15

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1573/15 – CNPJ 046.015.339-02

INFRATOR: TIAGO DE FREITAS VIANA Auto de Infração Nº3298
Infração Cometida: Foi constatado em vistoria de natureza sanitária que o veículo não possui licença de transporte de alimentos expedida pela VISA SANITÁRIA.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 079/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 079/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº 5605010003-15

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1569/15 – CNPJ 13.352.561/0001-00

INFRATOR: WIGGERS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS Auto de Infração Nº3294

Infração Cometida: Foi constatado em vistoria de natureza sanitária que o veículo PLACA: MMF 0351 RENAVAL: 516172883 Não possui licença de transporte de alimentos expedida pela VISA SANITÁRIA.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 080/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 080/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades.

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº650/15 – CNPJ 23.643.315/0128-35

INFRATOR: DANONE LTDA Auto de Infração Nº3266
Infração Cometida: Veículo trafegando sem a devida licença de transporte.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.
Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 081/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 081/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal

nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades.

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1423/15 – CNPJ 01.884.764/0001-50

INFRATOR: VARIGON IND. COM. DE PRODUTOS ALIM. LTDA Auto de Infração Nº2904

Infração Cometida: Veículo sem a licença de transporte de alimentos PLACA: MET 9682 RENAVAL:828098140, no nome de VARIGON IND.COM. DE PRODUTOS ALIM. LTDA

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 082/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 082/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades.

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal

187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1423/15 – CNPJ 22.963.558/0001-05

INFRATOR: JOÃO BATISTA DOS SANTOS ME Auto de Infração Nº3344

Infração Cometida: Estabelecimento expondo á venda produtos com o prazo de validade expirados e sem procedencia.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 083/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 083/2016
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Controle das Ações Fiscais e o Departamento de Vigilância Sanitária em saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades.

O autuado fica ciente de que a MULTA não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo Nº1552/15 – CNPJ 863.837.449-68

INFRATOR: ARLETE GERMANO LEMBECK BORGES Auto de Infração Nº3275

Infração Cometida: Veículo trafegando sem a devida licença de transporte expedida pela Vigilância Sanitária de seu município.

PLACA: MFG 0121

RENAVAM: 875.710.115

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, caput, inciso XXX-VI da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c arts. 4º e 5º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 6º inciso I da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: MULTA= 80 UFIRME.

Laguna, 18 de Abril de 2016.

Waldir José de Souza
Coordenador Geral da CECAF

PORTARIA Nº 474/2016

PORTARIA RH Nº 474/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, LENITA LUIZA LINDERMANN Agente Comunitária, do dia 07.04.2016 a 06.05.2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 13 de Abril de 2016.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 476/2016

PORTARIA RH Nº 476/2016

O SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor THIAGO FORTUNATO HONORATO, Motorista, do dia 15.04.2016 a 14.05.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Abril de 2016.

LORENA BARBOSA DE ANDRADE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 477/2016

PORTARIA RH Nº 477/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, MORGANE TERESINHA MARQUES DA SILVA Agente Comunitária, do dia 18.04.2016 a 17.05.2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Abril de 2016.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 478/2016

PORTARIA RH Nº 478/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, RAFAEL LEMOS ANDRADE, do cargo em comissão de Assessor Especial de Comunicação, AS 1, com lotação na secretaria de Turismo, lazer e Comunicação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 479/2016

PORTARIA RH Nº 479/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, JAQUELINE FRANCISCO BARBOSA para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 12/04/2016, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 01/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 480/2016

PORTARIA RH Nº 480/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, BÁRBARA MARIA BARREIROS para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 12/04/2016, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 01/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 481/2016

PORTARIA RH Nº 481/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, LUIZ BACELAR NICHELE para exercer o cargo em comissão de Médico Diretor Técnico, DS 1, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 483/2015

PORTARIA RH Nº 483/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR JOÃO VICTOR DE JESUS MARTINS para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família do Bairro Portinho, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 013/2014, a partir desta data, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 484/2016

PORTARIA RH Nº 484/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR SUELEN ALMEIDA RODRIGUES para exercer o Cargo de Agente Comunitário, 40 horas semanais, para atuar na Estratégia Saúde da Família de Caputera, em conformidade com a Lei Complementar nº 217/2010 e Edital 013/2014, a partir desta data, com lotação na Secretaria de Saúde.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA N.087/2016 DE 20/04/2016 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BEATRIS MUNIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PORTARIA n.087/2016

DE 20/04/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL BEATRIS MUNIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

CONSIDERANDO o atestado médico indicando a necessidade do afastamento funcional do respectivo servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal BEATRIS MUNIZ por 60 a partir de 16/04/2016.

Art.2º -As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 -Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 20 de abril de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Geltrudes Toffolo Santin Servidora Designada

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO N.º 049/2016**

DECRETO Nº 049, DE 18 DE ABRIL DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, no valor de R\$ 4.132,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	4.132,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	4.132,00
Função	26	Transporte	4.132,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	4.132,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	4.132,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da STOSU	4.132,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.132,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.132,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.132,00
Fonte de Recursos	0.1.0016	Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Econômico – CIDE	4.132,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			4.132,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação verificado no exercício na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte/Detalhamento	Valor
Cota-Parte da Contrib. Interv. no Domínio Econômico – CIDE Superávit	0.1.0016	4.132,00
TOTAL DO EXCESSO UTILIZADO		4.132,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de abril de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 050/2016

DECRETO Nº 050, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

"Decreta Ponto Facultativo de Trabalho no Âmbito do Serviço Público Municipal e dá outras Providências".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o feriado nacional de Tiradentes a ser comemorado no dia 21 (vinte e um) de abril, quinta-feira, do corrente ano.

CONSIDERANDO, a economicidade para o erário, e sem causar prejuízo da prestação de serviços à população.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo de trabalho no âmbito da Administração Pública Municipal, no dia 22 (vinte e dois) de abril de 2016, sexta-feira.

Parágrafo único: O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da Administração, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 2º No Centro de Saúde Santa Paulina, durante o Ponto Facultativo os atendimentos funcionarão da seguinte forma:

I. Quinta-feira (feriado) - FECHADO, com atendimento no Plantão.

II. Sexta-feira – Fechado – plantão de funcionários, para atendimentos de urgência e emergência.

Art. 3º Em virtude do Decreto de Emergência nº 106, de 19 de Setembro de 2015, prorrogado através do Decreto nº 039, de 17 de Março de 2016, no dia 22 (sexta-feira), a Secretaria de Obras e a Secretaria de Agricultura trabalharão com uma equipe designada pela chefia imediata, para reabilitação das estradas e dos serviços programados.

Art. 4º Caso haja necessidade justificada por interesse público, calamidade pública, motivo ou força maior, os servidores poderão ser convocados para o trabalho.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de abril de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO 25/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016

Pedro Ari Prizotto– Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição de madeiras, no dia 05 de maio de 2016, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 19 de abril de 2016.

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal.

Lontras

PREFEITURA

EDITAL N° 030/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM APARELHO MEDIDOR DE UMIDADE DE GRÃOS. Fundamentação legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Contratada: METROLÓGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATORIS LTDA - EPP, CNPJ 01.832.145/0001-11. Lontras, 20 de abril de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

EDITAL N° 032/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 032/2016

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de link de internet dedicado com velocidade de 20/20 MBPS, entregue exclusivamente em fibra óptica desde o backbone da contratada. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas do dia 03/05/2016; Abertura dos Envelopes: 08 horas e 30 minutos do dia 03/05/2016. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br– Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 19 de abril de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

EDITAL N° 034/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 034/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SEMEN, BAINHA E LUVAS PARA REALIZAÇÃO DE INSEMINAÇÃO EM BOVINOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES AO PRODUTOR RURAL. Fundamentação legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Contratada FERTIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-EPP, CNPJ 83.204.552/0001-49. Lontras, 20 de abril de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

Luzerna

PREFEITURA

3 TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML Nº 006/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO PML nº 006/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 001/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

Aos 12 de abril de 2016, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, na cidade de Luzerna, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Moisés Diersmann, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a EDITORA POSITIVO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 431, CIC, em Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 79.719.613/0001-33, Inscrição Estadual nº 10.114.735-51, neste ato representada por sua procuradora, Acedriana Vicente Sandi, portadora da CIRG nº 5R253173-SSP-SC e inscrita no CPF nº 730.153.859-68, conforme instrumento particular de procuração, que segue em anexo ao presente pacto, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2015, referente ao fornecimento de material didático, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório nº 001/2015, Inexigibilidade nº 001/2015, que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores e demais legislações pertinentes, e pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DA APLICAÇÃO DA CORREÇÃO INFLACIONÁRIA

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes reajustar o valor contratado em 11,2762%, tendo por base o acumulado do INPC dos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA RATIFICAÇÃO

As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 12 de abril de 2016.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO DE LUZERNA CONTRATANTE	ACEDRIANA VICENTE SANDI EDITORA POSITIVO LTDA. CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 029/2016 - PP 018/2016 - VIAGENS ESPECIAIS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 029/2016 - PML

Pregão nº 018/2016 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 029/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

Objeto: A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa de transporte rodoviário de passageiros para realização de viagens especiais (municipais, intermunicipais e interestaduais), de natureza descontinuada a serem realizadas pela Unidade Gestora

- Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Luzerna/SC, conforme descrição em anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA – EPP

* SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES ME

- Valor total: R\$ 325.905,00

Luzerna/SC, 19 de abril de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

REPETIÇÃO DE AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 0001/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

REPETIÇÃO DE AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 0001/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0016/2016

O Prefeito Municipal de Macieira torna pública a Concorrência n° 0001/2016 que trata da Concessão pelo período de 60 (sessenta) meses da exploração do serviço de remoção, guarda e depósito de veículos apreendidos em decorrência de infração de trânsito no município de Macieira, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro e legislação correlata.

Tipo de julgamento: Maior Oferta

Entrega e abertura dos envelopes: Dia 03 de maio de 2016 às 14h30min. na Prefeitura Municipal, Rua José Augusto Royer, n° 133, Centro.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço acima citado, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira, 18 de abril de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente de Comissão de Licitações

Mafra

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2016.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2016.

O MUNICIPIO DE MAFRA, torna público que fará realizar no dia 24/05/2016 às 09:05 horas, na sede da Prefeitura do Município de Mafra sito á Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12, licitação modalidade de Concorrência Pública para contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação, nas Ruas Mathias Piechnick, Rua Gustavo Adolfo Friedrich, Avenida Prefeito Frederico Heyse, Rua Basílio Celestino de Oliveira e Rua Benemérito Pedro Kuss, conforme financiamento do BADESC, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e conforme projetos, memorial descritivo e os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e demais condições contidas neste Edital e seus Anexos. O processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e em especial pelo contido no Edital. Poderão participar da licitação, quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do seu objeto. As propostas deverão ser protocoladas no horário de expediente, no Departamento de Licitações, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00hs do dia 24/05/2016. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelo Fone (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafra (SC), 19 de abril de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 28/2016 - PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 28/2016

Pregão Presencial - menor preço lote

Objeto: Contratação de Companhia Seguradora para cobertura total e terceiros dos veículos da Administração Municipal (colisão, incêndio, roubo, furto, danos causados a terceiros, acidentes pessoais de passageiros e despesas médicas e hospitalares), conforme Anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 03/04/2016

Abertura da Sessão: a partir das 14:15 horas do dia 03/04/2016

Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 13h as 18h, em dias úteis ou no site www.maracaja.sc.gov.br . Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 19 de abril de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 434/2016

DECRETO Nº 434, DE 18 DE ABRIL DE 2016

Nomeia comissão de acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo - Edital nº 002/2016 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo - Edital nº 002/2016, com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento do referido certame, a ser realizado pelo Município de Maravilha/SC, a qual será composta pelos membros a seguir:

I - Presidente: Marisete Maihock Perondi

II - Membros: Jones Flores Oliveira
Angela De Oliveira

III - Suplentes: Beatriz Beduschi
Márcia Vogel

Art. 2º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2/2016 - SERVIÇO DE PINTURA

EXTRATO DE CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO Nº 2/2016

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC

CONTRATADO: Viga Construtora e Incorporadora EIRELI - LTDA

OBJETO: serviço de pintura externa da Sede da Câmara de Vereadores de Maravilha/SC, conforme consta especificado no Termo de Referência ANEXO I deste edital.

VALOR: R\$24.800,00 (vinte e quatro mil e oitocentos reais).

DATA DE EMISSÃO: 19 de abril de 2016.

VENCIMENTO: 18 de junho de 2016 (60 dias).

Sérgio Bourscheid - Presidente

Massaranduba

PREFEITURA

ATA Nº 01.2016 (FASS) CAFÉ DOS GRUPOS DA 3ª IDADE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

Processo Licitatório Nº 02/2016

Pregão Presencial Nº 01/2016

VALIDADE: 15/04/2016 À 15/04/2017

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, o FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, Sra ANNA KARINE REINKE FRANZ e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pela Autoridade supracitada, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CAFÉS DOS ENCONTROS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
MERCADO MOA LTDA EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR MOACIR PRAWUTZKI	84.093.574/0001-41
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01
RFM SCHERER LTDA - EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR DILSON SCHERER	09.465.558/0001-17

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CAFÉS DOS ENCONTROS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

EMPRESA VENCEDORA							
ITEM	NOME EMPRESA	DESCRIÇÃO PRODUTO	UNID.	MARCA	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	MERCADO MOA LTDA EPP	ABACAXI PEROLA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE	UNID	IN NATURA	105	4,40	462,00
02	MERCADO MOA LTDA EPP	AÇÚCAR BAUNILHA CONTENDO AÇÚCAR E AROMA DE BAUNILHA. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM DE ATÉ 35G.	UNID	MAKRI	50	1,90	95,00
03	MERCADO MOA LTDA EPP	ACUCAR BRANCO REFINADO DE 1ª QUALIDADE	KG	ALTO ALEGRE	550,00	2,40	1.320,00
04	MERCADO MOA LTDA EPP	ALFACE CRESPA, CABECAS GRANDES, FRESCAS, DE 1ª QUALIDADE	UNID	IN NATURA	90	1,95	175,50
05	MERCADO MOA LTDA EPP	BANANA BRANCA, IN NATURA, DE 1ª . QUALIDADE LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	130	2,40	312,00
06	MERCADO MOA LTDA EPP	BANHA DE ORIGEM ANIMAL (BANHA DE PORCO) E EMBALADO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE. EMBALAGEM DE 01KG.	KG	WEBER	50	5,95	297,50
08	MERCADO MOA LTDA EPP	BOLO SECO: EM SABORES VARIADOS, NEUTRO, LARANJA, COCO, LIMÃO, CHOCOLATE. PESO APROXIMADO 500 GRAMAS.	UNID	2/SET	300	7,50	2.250,00
10	MERCADO MOA LTDA EPP	CAFÉ SOLÚVEL, GRANULADO, DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM DE 200 GRAMAS	UNID	MELITA	150	10,10	1.515,00
11	MERCADO MOA LTDA EPP	CAFÉ SOLÚVEL, GRANULADO, DE 1ª QUALIDADE, EMBALAGEM DE 50 GRAMAS.	UNID	MELITA	1	4,90	4,90
12	MERCADO MOA LTDA EPP	CANELA EM PO - UNIDADE 25 GRAMAS	UNID	MAKRI	21	1,95	40,95
13	MERCADO MOA LTDA EPP	CEBOLA BRANCA, DE CABECA, COM CASCA PROTECTORA, DE 1ª QUALIDADE	KG	IN NATURA	15	2,90	43,50

14	MERCADO MOA LTDA EPP	CENOURA IN NATURA, SEM FOLHAS, DE PRIMEIRA, TAMANHO MEDIO, UNIFORME, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENRAS.	KG	IN NATURA	20	3,40	68,00
18	MERCADO MOA LTDA EPP	FERMENTO BIOLÓGICO PARA PÃES E MASSAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS, DEMAIS DESCRIÇÕES CONFORME EDITAL.	UNID	BELLOPAN	36	11,70	421,20
20	MERCADO MOA LTDA EPP	GOIABA, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	4	4,85	19,40
21	MERCADO MOA LTDA EPP	LARANJA COMUM, IN NATURA, DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	550	1,45	797,50
22	MERCADO MOA LTDA EPP	LEITE LONGA VIDA, INTEGRAL, TRATADO POR PROCESSO UHT, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, TETRAPAK, CONTENDO 1 LITRO.	LITRO	REALTA	1.350	2,40	3.375,00
23	MERCADO MOA LTDA EPP	LINGÜIÇA PURA, DE CARNE SUÍNA, DE 1ª QUALIDADE.	KG	HEFTER	130	19,90	2.587,00
24	MERCADO MOA LTDA EPP	MAÇÃ, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO A MANIPULAÇÃO TRANSPORTE E CONSUMO; ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDA DE MANUSEIO OU TRANSPORTE.	KG	IN NATURA	530	3,90	2.067,00
25	MERCADO MOA LTDA EPP	MAIONESE, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNID	MESA	175	3,15	551,25
26	MERCADO MOA LTDA EPP	MAMÃO COMUM, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	KG	IN NATURA	180	4,95	891,00
27	MERCADO MOA LTDA EPP	MANTEIGA, SEM SAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, OBTIDA DO CREME DE LEITE (NATA) PADRONIZADO, PASTEURIZADO E MATURADO, COM TEOR MÍNIMO DE 80% DE LÍPÍDEOS, EMBALAGENS RETANGULARES COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, LOTE, REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM DE 200G.	UNID	ITAMBE	7	4,80	33,60
28	MERCADO MOA LTDA EPP	MARGARINA CREMOSA, SEM SAL, POTES DE 250 GRAMAS	UNID	SOYA	14	2,25	31,50
29	MERCADO MOA LTDA EPP	MARGARINA CREMOSA, SEM SAL, POTES DE 500 GRAMAS	UNID	SOYA	370	2,50	1.295,00
30	MERCADO MOA LTDA EPP	MELÂNCIA - IN NATURA DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	775	1,95	1.511,25
31	MERCADO MOA LTDA EPP	MELÃO, IN NATURA DE 1 QUALIDADE	KG	IN NATURA	20	4,95	99,00
33	MERCADO MOA LTDA EPP	NATA - CREME DE LEITE FRESCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 300 GRAMAS	UNID	LATELLI	13	3,90	50,70
34	MERCADO MOA LTDA EPP	ÓLEO DE SOJA REFINADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900 ML	UNID	COAMO	20	3,65	73,00
36	MERCADO MOA LTDA EPP	OVOS VERMELHOS, FRESCOS, TAMANHO GRANDE	DUZIAS	RONCHI	270	5,35	1.444,50
37	MERCADO MOA LTDA EPP	PÃO CASEIRO FATIADO, UNIDADE DE 500G	UNID	2/SET	850	4,40	3.740,00
38	MERCADO MOA LTDA EPP	PÃO DE QUEIJO ASSADO - PRODUTO A BASE DE POLVILHO, LEITE SAL, OVO, QUEIJO, OLEO E CREME VEGETAL. PESANDO APROXIMADAMENTE 30 GRAMAS.	KG	SR PAO	10	16,89	168,90
40	MERCADO MOA LTDA EPP	PAO SANDUICHE FATIADO INTEGRAL, UNIDADE DE 500G	UNID	2/SET	10	4,50	45,00
41	MERCADO MOA LTDA EPP	PAO DE SANDUICHE FATIADO, UNIDADES DE 500 GRAMAS	UNID	2/SET	525	4,60	2.415,00
42	MERCADO MOA LTDA EPP	PEPINO EM CONSERVA, VIDRO DE 300 GRAMAS	UNID	IN NATURA	55	3,99	219,45
46	MERCADO MOA LTDA EPP	REPOLHO IN NATURA, TIPO VERDE, TAMANHO MEDIO, DE PRIMEIRA, CABECAS FECHADAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS	KG	IN NATURA	8	2,85	22,80
51	MERCADO MOA LTDA EPP	SARDINHA EM SALMOURA	KG	HEMMER	1	39,80	39,80
52	MERCADO MOA LTDA EPP	TANGERINA MEXIRICA, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	140	5,80	812,00

53	MERCADO MOA LTDA EPP	TOMATE DE 1 QUALIDADE, EM PONTO DE MADURAÇÃO PARA CONSUMO	KG	IN NATURA	50	3,30	165,00
TOTAL DO FORNECEDOR: 29.460,20							
07	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	BOLO DE MANTEIGA COM COBERTURA DE NATA E COCO, EMBALAGEM DE 600 GRAMAS.	UNID	BAUER	420	8,60	3.612,00
15	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	CUCA COM RECHEIOS VARIADOS - PRODUTO A BASE DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, FERMENTO, AÇÚCAR, MARGARINA, OLEO, OVOS E FRUTAS DIVERSAS. PESO APROXIMADO 1.200 GRAMAS.	UNID	BAUER	1.050	17,50	18.375,00
16	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	EXTRATO DE TOMATE, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNID	DAAJUDA	35	3,95	138,25
32	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	MORTADELA DE FRANGO SEM GORDURA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	KG	SEARA	30	7,40	222,00
35	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ORELHA DE GATO POR KG	KG	BAUER	60	15,70	942,00
43	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	PRESUNTO FATIADO COZIDO, PRODUTO DA EMULSAO DE CARNES (GADO E PORCO), EMBUTIDO. DEMAIS DESCRIÇÕES CONFORME EDITAL.	KG	JCW	210	19,60	4.116,00
44	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	QUEIJO MUSSARELA, FATIADO DE PRIMEIRA QUALIDADE, PRODUTO A BASE DE LEITE PASTEURIZADO, FERMENTO LÁCTEO, SAL, COALHO, CLORETO DE CÁLCIO.	KG	LACTOVALE	255	20,30	5.176,50
45	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	QUEIJO PRATO, FATIADO DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	LACTOVALE	25	20,90	522,50
47	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	REQUEIJÃO CREMOSO: LATICÍNIO PASTOSO, DE COR BRANCA, FEITO DE LEITE DESNATADO E CREME DE LEITE FRESCO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE APROXIMADAMENTE 220 GRAMAS.	UNID	PIA	52	3,95	205,40
48	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	ROSCA DE POLVILHO (CORUJA) GRANDE	UNID	BAUER	170	5,40	918,00
49	MERCADO SPEZIA LTDA - EPP	SALSICHA TIPO HOT DOG, DE 1 QUALIDADE, CONGELADA. EMBALAGEM EM PACOTE PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LÍQUIDO. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	KG	FRICASA	73	5,40	394,20
TOTAL DO FORNECEDOR: 34.621,85							
TOTAL GERAL DOS ITENS: 64.082,05							

1.2 O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 64.082,05 (SESSENTA E QUATRO MIL E OITENTA E DOIS REAIS E CINCO CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada.

2.2 Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Fundo Municipal de Assistência Social não será obrigada a contratar o objeto desta ata exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Esta ata de registro de preços será usada pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

3.2 O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016.

3.3 Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA

NO DIA 08 (OITO) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 20 (VINTE) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para efetivação do pagamento o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestado pela Administração.

4.1.1 Nenhum pagamento será efetuado à licitante, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.1.1.1 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2 As despesas decorrentes desta ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

5.1 A ENTREGA do OBJETO deste edital deverá ser realizada pelo fornecedor adjudicado da seguinte forma:

5.1.1 As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades estabelecidas nas requisições a serem fornecidas pelo órgão gerenciador da ata de registro de preços.

5.1.2 Entregar o objeto, respeitado o prazo máximo de 01 (um) dia consecutivo após a solicitação e recebimento da Ordem de Compra, independente da quantidade solicitada;

5.1.3 As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

5.1.4 A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas neste edital.

5.1.5 O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.1.6 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

6.2 As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços; comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

6.2.1 Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2 Cancelamento do registro na ata.

6.2.3 Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

6.2.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, a contar da intimação do ato.

6.4 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1 Advertência.

6.5.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

6.5.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

6.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos.

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

6.8 A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

6.10 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1 O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os valores registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2 Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata.

8.2.2 A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3 A detentora der causa a rescisão administrativa decorrente deste registro de preços.

8.2.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega parcial dos itens desta ata.

8.2.5 Os valores registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6 Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

8.2.6 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o valor registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1 O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pelo Fundo Municipal de Assistência Social, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

10.1 A licitante vencedora obriga-se:

10.1.1 Garantir a ENTREGA do OBJETO, respeitado o prazo máximo de 01 (um) dia consecutivo após a solicitação e recebimento da Ordem de Compra, independente da quantidade solicitada, inclusive em situações especiais, desde que assegurada a integridade de seu pessoal.

10.1.2 Observar a data de validade dos produtos, pois não serão aceitos mercadorias que tenham mais de 1/4 da validade já transcorrida no ato da entrega dos mesmos;

10.1.3 Os produtos oferecidos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento;

10.1.4 Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos até o local determinado;

10.1.5 Os produtos entregues deverão ser de boa qualidade, em perfeito estado de conservação e com prazo de validade indicado na embalagem;

10.1.6 Prover o adequado transporte e manuseio dos produtos objeto da presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito;

10.1.7 A empresa deverá obedecer às normas de higiene sendo que os funcionários que entregarão os produtos licitados deverão estar adequadamente vestidos;

10.1.8 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais de seus empregados resultantes da execução do serviço, conforme exigência legal.

10.1.9 Indenizar o Fundo Municipal de Assistência Social pelo justo valor de eventuais danos, avarias e inutilização de quaisquer de seus bens ou de terceiros, quando comprovada a culpabilidade de seu pessoal, sob pena de retenção do pagamento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

10.1.10 Comunicar o Fundo Municipal de Assistência Social, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

10.1.11 A licitante deverá responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social de acidentes de trabalho, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado para o serviço, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e o Fundo Municipal de Assistência Social.

10.1.12 Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente ao Fundo Municipal de Assistência Social ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não obstante a fiscalização do Fundo Municipal de Assistência Social em seu acompanhamento.

10.1.13 Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

10.1.14 Aceitar acréscimos ou supressões que o Fundo Municipal de Assistência Social solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

10.1.15 Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

10.1.16 Serão RECUSADOS os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

10.1.17 Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a qualquer título a única remuneração devida à licitante vencedora.

10.1.18 O objeto desta licitação deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e a nota fiscal deverá OBRIGATORIAMENTE ser entregue juntamente com o produto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA (SC)

11.1 O Fundo Municipal de Assistência Social obriga-se a:

11.1.1 Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

11.1.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste edital.

11.1.3 Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

11.1.4 Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

11.1.5 Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

11.1.5.1 A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução do serviço, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando não atendidas às disposições previstas neste instrumento convocatório.

11.1.6 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Integra esta Ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	15	de	Abril	de	2016
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA					
MÁRIO FERNANDO REINKE					
CONTRATANTE					

MERCADO SPEZIA LTDA - EPP
VANDERLEI SPEZIA
Contratada

MERCADO MOA LTDA EPP
MOACIR PRAWUTZKI
Contratada

ATA Nº 02.2016 (FASS) CESTA BÁSICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

Processo Licitatório Nº 03/2016

Pregão Presencial Nº 02/2016

VALIDADE: 18/04/2016 a 18/04/2017

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, o FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, Sra ANNA KARINE REINKE FRANZ e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pela Autoridade supracitada, resolve registrar os valores oferecidos referentes ao FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
MERCADO MOA LTDA EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR MOACIR PRAWUTZKI	84.093.574/0001-41
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, NESTE ATO REPRESENTADO POR VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01
LICISUL COMERCIAL LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR ANTONIO ROBERTO HONESKO	21.112.066/0001-43

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

EMPRESA VENCEDORA							
ITEM	NOME EMPRESA	DESCRIÇÃO PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	MERCADO MOA LTDA EPP	KIT CESTA BASICA CONTENDO: 02 KG FARINHA DE TRI-GOESPECIAL; 02 KG DE AÇÚCAR BRANCO REFINADO; 02 KG DE ARROZ PARBOILIZADO; 2KG DE FEIJÃO PRETO TIPO 1; 01 KG DE SAL IODADO REFINADO; 02 KG DE FARINHA DE MANDIOCA; 900 ML DE OLEO DE SOJA; 02 KG DE FLOCOS DE MILHO PRE COZIDO; 02 PACOTES DE 500 GRAMAS DE MACARRÃO DE S~EMOLA, COM OVOS; 2 LITROS DE LEITE LONGA VIDA INTEGRAL; 04 PACOTES DE BOLACHA DE LEITE SEM RECHEIO COM 400 GRAMAS CADA.	LOTE	MERCADO MOA	480	65,80	31.584,00
1.1	MERCADO MOA LTDA EPP	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM DE 01 KG	UNID	AURIVERDE	960	2,5573	2.455,00
1.2	MERCADO MOA LTDA EPP	AÇÚCAR BRANCO REFINADO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM DE 1 KG	UNID	ALTO ALEGRE	960	2,7240	2.615,00

1.3	MERCADO MOA LTDA EPP	ARROZ PARBOILIZADO, TIPO1, CLASSE LONGO FINO, EMBALAGEM DE 1 KG	UNID	BURITI	960	2,2865	2.195,00
1.4	MERCADO MOA LTDA EPP	FEIJÃO PRETO, TIPO 1, GRUPO A NÃO, ISENTOS DE GRÃOS ARDIDOS, DE 1ª. QUALIDADE - EMBALAGEM DE 1 KG	UNID	COLONIA I	960	4,1875	4.020,00
1.5	MERCADO MOA LTDA EPP	SAL IODADO REFINADO, EMBALAGEM DE 1 KG	UNID	ROTA SOL	480	1,5604	749,00
1.6	MERCADO MOA LTDA EPP	FARINHA DE MANDIOCA SUBGRUPO: FINA, CLASSE: BRANCA, TIPO 1, EMBALAGEM DE 1 KG	UNID	RODERS	960	4,0146	3.854,00
1.7	MERCADO MOA LTDA EPP	ÓLEO DE SOJA REFINADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900 ML	UNID	LEVE	480	3,4583	1.660,00
1.8	MERCADO MOA LTDA EPP	FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDOS, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNID	SINHA	960	2,4167	2.320,00
1.9	MERCADO MOA LTDA EPP	MACARRÃO DE SÊMOLA COM OVOS, COM FARINHA DE TRIGOSPECIAL, TIPO SPAGHETTI, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UNID	VICCARI	960	2,7354	2.626,00
1.10	MERCADO MOA LTDA EPP	LEITE INTEGRAL ESTERILIZADO, CAIXA LONGA VIDA CAIXINHA TIPO TETRA PARK, COM COR E ODOR CARACTERÍSTICOS, AS CAIXINHAS NÃO DEVEM APRESENTAR-SE ESTUFADAS.	UNID	REALTA	960	2,6667	2.560,00
1.11	MERCADO MOA LTDA EPP	BOLACHA DE LEITE, SEM RECHEIO, PACOTE DE 800 GRAMAS	UNID	FESTIVA	960	6,8021	6.530,00
TOTAL DO FORNECEDOR: 31.584,00							
TOTAL GERAL DOS ITENS: 31.584,00							

1.2 O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 31.584,00 (TRINTA E HUM MIL E QUINHENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada.

2.2 Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Fundo Municipal de Assistência Social não será obrigada a contratar o objeto desta ata exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Esta ata de registro de preços será usada pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

3.2 O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016.

3.3 Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 08 (OITO) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 20 (VINTE) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para efetivação do pagamento o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestado pela Administração.

4.1.1 Nenhum pagamento será efetuado à licitante, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.1.1.1 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2 As despesas decorrentes desta ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

5.1 A ENTREGA do OBJETO deste edital deverá ser realizada pelo fornecedor adjudicado da seguinte forma:

5.1.1 As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades estabelecidas nas requisições a serem fornecidas pelo órgão gerenciador da ata de registro de preços.

5.1.2 Entregar as cestas básicas, acondicionadas separadamente em embalagens plásticas, no endereço do Centro de Referência da Assistência Social de Massaranduba – CRAS, respeitado o prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos após a solicitação e recebimento da Ordem de Compra, independente da quantidade solicitada;

5.1.3 As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

5.1.4 A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas neste edital.

5.1.5 O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.1.6 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

6.2 As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços; comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

6.2.1 Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2 Cancelamento do registro na ata.

6.2.3 Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

6.2.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, a contar da intimação do ato.

6.4 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1 Advertência.

6.5.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

6.5.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

6.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos.

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

6.8 A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

6.10 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1 O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os valores registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2 Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata.

8.2.2 A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3 A detentora der causa a rescisão administrativa decorrente deste registro de preços.

8.2.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega parcial dos itens desta ata.

8.2.5 Os valores registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6 Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

8.2.6 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o valor registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1 O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pelo Fundo Municipal de Assistência Social, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

10.1 A licitante vencedora obriga-se:

10.1.1 Entregar as cestas básicas, acondicionadas separadamente em embalagens plásticas, no endereço do Centro de Referência da Assistência Social de Massaranduba – CRAS, respeitado o prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos após a solicitação e recebimento da Ordem de Compra, independente da quantidade solicitada;

10.1.2 Observar a data de validade dos produtos, pois não serão aceitos mercadorias que tenham mais de 1/4 da validade já transcorrida no ato da entrega dos mesmos;

10.1.3 Os produtos oferecidos deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento;

10.1.4 Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos até o local determinado;

10.1.5 Os produtos entregues deverão ser de boa qualidade, em perfeito estado de conservação e com prazo de validade indicado na embalagem;

10.1.6 Prover o adequado transporte e manuseio dos produtos objeto da presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito;

10.1.7 A empresa deverá obedecer às normas de higiene sendo que os funcionários que entregarão os produtos licitados deverão estar adequadamente vestidos;

10.1.8 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais de seus empregados resultantes da execução do serviço, conforme exigência legal.

10.1.9 Indenizar o Fundo Municipal de Assistência Social pelo justo valor de eventuais danos, avarias e inutilização de quaisquer de seus bens ou de terceiros, quando comprovada a culpabilidade de seu pessoal, sob pena de retenção do pagamento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

10.1.10 Comunicar o Fundo Municipal de Assistência Social, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

10.1.11 A licitante deverá responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social de acidentes de trabalho, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado para o serviço, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e o Fundo Municipal de Assistência Social.

10.1.12 Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente ao Fundo Municipal de Assistência Social ou a terceiros

decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não obstante a fiscalização do Fundo Municipal de Assistência Social em seu acompanhamento.

10.1.13 Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

10.1.14 Aceitar acréscimos ou supressões que o Fundo Municipal de Assistência Social solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

10.1.15 Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

10.1.16 Serão RECUSADOS os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

10.1.17 Aceitar as condições de pagamento previstas neste edital, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a qualquer título a única remuneração devida à licitante vencedora.

10.1.18 O objeto desta licitação deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e a nota fiscal deverá OBRIGATORIAMENTE ser entregue juntamente com o produto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA (SC)

11.1 O Fundo Municipal de Assistência Social obriga-se a:

11.1.1 Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

11.1.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste edital.

11.1.3 Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

11.1.4 Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

11.1.5 Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

11.1.5.1 A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução do serviço, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando não atendidas às disposições previstas neste instrumento convocatório.

11.1.6 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Integra esta Ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	18	de	Abril	de	2016

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

MÁRIO FERNANDO REINKE

CONTRATANTE

MERCADO MOA LTDA EPP
MOACIR PRAWUTZKI
Contratada

CO 39.2016 (PMM) INTELICOM COMUNICACAO E MARKETING LTDA ME
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: INTELICOM COMUNICACAO E MARKETING LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO PARA REALIZAR A PUBLICIDADE DA 15ª FECARROZ.

VALOR CONTRATADO: R\$ 39.930,00 (TRINTA E NOVE MIL E NOVECENTOS E TRINTA REAIS).

VIGÊNCIA: 13 DE ABRIL DE 2016 À 02 DE MAIO DE 2016.

MASSARANDUBA, 13 DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

CO 40.2016 (PMM) AIRTON KERBER - ME
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: AIRTON KERBER - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DO QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONTRATANTE, COMPREENDENDO A ELABORAÇÃO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, PREPARAÇÃO E IMPRESSÃO DE PROVAS, EMPACOTAMENTO DE PROVAS, INSCRIÇÕES ONLINE, LISTAGEM DE INSCRITOS, RESPOSTA E EVENTUAIS RECURSOS, ANÁLISE E PARECER DE RECURSOS INTERPOSTOS POR CANDIDATOS.

VALOR CONTRATADO: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: 18 DE ABRIL DE 2016 À 24 DE JUNHO DE 2016.

MASSARANDUBA, 18 DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 190/2016

PORTARIA n.º 190/2016

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Senhora SUELEM MARTINS PEREIRA ZANATTA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho vermelho, em virtude de pedido de exoneração da servidora EDINÉIA DA COSTA MARTINS.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 11/04/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Abril de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 189/2016

PORTARIA n.º 189/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita MONICA LAVEZZO WATERKEMPER, para ocupar o cargo de auxiliar de sala, com carga horária total de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em substituição à servidora Jovana Peterle, em virtude de Licença saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Abril de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 337/2016

PREFEITURA DE MODELO

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 337/2016

O Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, comunica que estará realizando Concorrência Pública para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA ESTRADA DE MODELO A LINHA SALETE, COM ÁREA DE 16.807,25 M² - ETAPA DE CONCLUSÃO DE OBRAS - COMPREENDENDO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, TERRAPLENAGEM, ABERTURA DE VALAS, REATERRO, BOCA DE LOBO/BUEIRO, SARJETA, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, E REDE DE ÁGUA. PASSEIO PÚBLICO ETAPA III, (TRECHO I, II E III) NA ESTRADA DE MODELO A LINHA SALETE, COM ÁREA DE 756,92M², COMPREENDENDO LIMPEZA DO LOCAL, REGULARIZAÇÃO/PREENCHIMENTO, SINALIZAÇÃO, DE CONFORMIDADE COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 1025081-57/2015/MTUR/CAIXA, EMPREITADA GLOBAL, TIPO MENOR PREÇO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS AO EDITAL. Entrega dos envelopes de habilitação e proposta de preços até às 08h:30min do dia 23 de maio de 2016 no Setor de Licitações de Município de Modelo - SC. A abertura dos envelopes de habilitação ocorrerá às 08h:40min do mesmo dia. A abertura dos envelopes de preços ocorrerá sendo observados os prazos legais. Informações referentes ao edital serão prestadas pelo Setor de Licitações e Projetos/Obras pelo telefone (049)3365-3137, na Rua do Comércio, 1304, Centro, Modelo - SC, de segundas a sextas feiras, das 08h:00 às 11h:30min.

Modelo - SC, 19 de abril de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 2257/2016

LEI MUNICIPAL Nº 2257/2016 DE 18/04/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE CONCESSÃO DE USO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso I, do artigo 42 da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Concessão de Uso com ao ESTADO DE SANTA CATARINA, através da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, para utilização de imóvel do Município, consistente em: Parte da Chácara Rural nº 07, da Seção Jundiá, com área de 40 m² (quarenta metros quadrados), sem benfeitorias, situada nas proximidades da Cidade de Modelo - SC, matriculada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho sob nº 8.708, pelo prazo de duração de 20 anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quanto forem necessários para o atendimento do respectivo convênio e desde que haja interesse das partes.

Art. 2º. A cessão de uso da área de terras destina-se a abrigar uma torre e um cubículo utilizados para comunicação dos órgãos da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 18 de abril de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal de Modelo

Registrada e Publicada na data supra:

Janice Martini Muller

Contadora

PORTARIA Nº 089/2016

PORTARIA Nº 089/2016 DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento da Servidora,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Carla Luisa Alexius Martini	02.05.2014 a 01.05.2015	25.04.2016 a 04.05.2016 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 19 de abril de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): ROQUELANE MEIER ME – VALOR REGISTRADO R\$ 76.966,00; SAFRA DIESEL LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 2.925,00; SCHUH & FILHO LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 84.215,00.

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de óleo lubrificante, graxa, fluido e outros materiais destinados à manutenção de veículos e máquinas de propriedade do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 031/2016.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é de um ano a partir de sua assinatura.

Mondaí – SC, 19 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

(49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br
MONDAÍ (SC), 19 de abril de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 020/2016 - registro de preços
TIPO: Menor Preço (por Item)

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de medicamentos destinados para manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 08:55 horas do dia 04 de maio de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09:00 horas do dia 04 de maio de 2016.

INFORMAÇÕES: Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3125 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br

MONDAÍ (SC), 19 de abril de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): SUPERMERCADO GERMÂNICO LTDA EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 3.750,00.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higiene destinados para manutenção de atividades com o Grupo de Idosos do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 032/2016.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é de um ano a partir de sua assinatura.

Mondaí – SC, 19 de abril de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 038/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 038/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: Menor Preço (por item)

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de peças, baterias e materiais elétricos destinados para manutenção de veículos a serviço da Secretaria de Educação do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 14h55min do dia 04 de maio de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 15h00min do dia 04 de maio de 2016.

INFORMAÇÕES: O Edital encontra-se disponível, na íntegra, no endereço www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 50/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 50/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016

REGISTRO DE PREÇOS

0.1 O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO de forma parcelada de MADEIRAS , nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016.

1 TIPO: Menor preço por item.

2 RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 20 de Abril de 2016 até às 13:45 horas do dia 04 de Maio de 2016.

3 INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 14:00 horas do dia 04 de Maio de 2016

4 REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

5 LOCAL: www.cidadecompras.com.br

6 INFORMAÇÕES: compras@montecarlo.sc.gov.br ou 049/3546.0194

Monte Carlo, 19 de Abril de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 51/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 51/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016

REGISTRO DE PREÇOS

1 O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e de forma parcelada de MATERIAIS ELETRICOS PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA E USO DIVERSOS DAS SECRETARIAS, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016. TIPO: Menor preço por item.

2 RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 20 de Abril de 2016 até às 08:45 horas do dia 05 de Maio de 2016.

3 INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 05 de Maio de 2016

4 REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

5 LOCAL: www.cidadecompras.com.br

6 INFORMAÇÕES: compras@montecarlo.sc.gov.br ou 049/3546.0194

Monte Carlo, 19 de Abril de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 032/2016

DECRETO Nº 032/2016, em 19 de Abril de 2016.

"NOMEIA OS MEMBROS PARA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - A movimentação financeira do Fundo Municipal de Saúde-FMS será administrada pelo Senhor CRISTINA PEREIRA MACCARI, inscrita no CPF sob nº 038.145.759-11 - Secretária Municipal do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social em conjunto com o Prefeito Municipal, o Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, inscrito no CPF sob o nº 816.493.399-68, conforme previsto no parágrafo único do artigo 3º da Lei Municipal nº 539/1988.

Parágrafo único. As movimentações financeiras das contas correntes e demais contas, deverão sempre conter a assinatura do Secretário Municipal de Saúde em conjunto com o Prefeito Municipal, que terão poderes para:

- Ø emitir cheques
- Ø abrir contas de depósito
- Ø receber, passar recibo e dar quitação
- Ø solicitar saldos e extratos
- Ø requisitar talonários de cheques
- Ø retirar cheques devolvidos
- Ø endossar cheque
- Ø sustar/contra-ordenar cheques
- Ø cancelar cheques
- Ø baixar cheques
- Ø efetuar resgates/aplicações financeiras
- Ø cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- Ø efetuar saques - conta corrente
- Ø efetuar saques - poupança
- Ø efetuar pagamentos por meio eletrônico
- Ø efetuar transferências por meio eletrônico
- Ø efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
- Ø efetuar transferências, exceto por meio eletrônico
- Ø liberar arquivos de pagamentos
- Ø solicitar saldos/extratos de investimentos
- Ø emitir comprovantes
- Ø efetuar transferência para mesma titularidade- meio eletrônico
- Ø encerrar contas de depósito

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 19 de Abril de 2016.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal

na data supra.

DECRETO Nº 033/2016

DECRETO Nº 033/2016, em 19 de Abril de 2016.

"NOMEIA OS MEMBROS PARA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - A movimentação financeira do Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS será administrada pela Senhora CRISTINA PEREIRA MACCARI, inscrita no CPF sob nº 038.145.759-11 - Secretária Municipal do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social em conjunto com o Prefeito Municipal, o Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, inscrito no CPF sob o nº 816.493.399-68, conforme previsto no parágrafo único do artigo 23 da Lei 1023/2001.

Parágrafo único. As movimentações financeiras das contas correntes e demais contas, deverão sempre conter a assinatura da Secretária Municipal da Família e do Desenvolvimento Social em conjunto com o Prefeito Municipal, que terão poderes para:

- Ø emitir cheques
- Ø abrir contas de depósito
- Ø receber, passar recibo e dar quitação
- Ø solicitar saldos e extratos
- Ø requisitar talonários de cheques
- Ø retirar cheques devolvidos
- Ø endossar cheque
- Ø sustar/contra-ordenar cheques
- Ø cancelar cheques
- Ø baixar cheques
- Ø efetuar resgates/aplicações financeiras
- Ø cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- Ø efetuar saques - conta corrente
- Ø efetuar saques - poupança
- Ø efetuar pagamentos por meio eletrônico
- Ø efetuar transferências por meio eletrônico
- Ø efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
- Ø efetuar transferências, exceto por meio eletrônico
- Ø liberar arquivos de pagamentos
- Ø solicitar saldos/extratos de investimentos
- Ø emitir comprovantes
- Ø efetuar transferência para mesma titularidade- meio eletrônico
- Ø encerrar contas de depósito

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 19 de Abril de 2016.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

CONTRATOS 05, 06, 08, 09, 20, 24, 27, 29, 44, 45, 55, 56, 62, 63, 64/2016

PREFEITURA DE NAVEGANTES / SC
PUBLICAÇÕES DE CONTRATOS

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 005/2016 – CRED. 83/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FLOR LTDA

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a realização de CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM DIAGNÓSTICO EM LABORATORIO CLINICO, COMPLEMENTAR AO SERVIÇO DE SAÚDE ASSISTENCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, a fim de apoiar as atividades operacionais do Fundo Municipal de Saúde, sob o Regime de Execução Indireto e a forma de fornecimento parcelada, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA: 06/01/2016 á 06/01/2017

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 006/2016 – CRED. 83/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: LABORATÓRIO BOM JESUS (Vera Beatriz Tonetto ME)

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a realização de CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM DIAGNÓSTICO EM LABORATORIO CLINICO, COMPLEMENTAR AO SERVIÇO DE SAÚDE ASSISTENCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, a fim de apoiar as atividades operacionais do Fundo Municipal de Saúde, sob o Regime de Execução Indireto e a forma de fornecimento parcelada, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA: 08/01/2016 á 08/01/2017

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza – Prefeito

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 008/2016 – CRED. 83/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: JÚLIA ARAÚJO TORRES ME (CITOLAB)

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a realização de CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM DIAGNÓSTICO EM LABORATORIO CLINICO, COMPLEMENTAR AO SERVIÇO DE SAÚDE ASSISTENCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, a fim de apoiar as atividades operacionais do Fundo Municipal de Saúde, sob o Regime de Execução Indireto e a forma de fornecimento parcelada, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA: 11/01/2016 á 11/01/2017

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza – Prefeito

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 009/2016 – CRED. 83/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS NAVEGANTES

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a realização de CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM DIAGNÓSTICO EM LABORATORIO CLINICO, COMPLEMENTAR AO

SERVIÇO DE SAÚDE ASSISTENCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, a fim de apoiar as atividades operacionais do Fundo Municipal de Saúde, sob o Regime de Execução Indireto e a forma de fornecimento parcelada, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA: 11/01/2016 á 11/01/2017

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza – Prefeito

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 20/2016 – CRED. 80/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: CENTRO DE RECUPERAÇÃO NOVA ESPERANÇA.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a realização de CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE CLÍNICAS E INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO DE PACIENTES USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARATER VOLUNTARIO, INVOLUNTARIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, a fim de apoiar as atividades operacionais do Fundo Municipal de Saúde, sob o Regime de Execução Indireto e a forma de fornecimento parcelada, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA:21/01/2016 á 31/12/2016

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza – Prefeito

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 24/2016 – CRED. 80/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: CENTRO DE RECUPERAÇÃO DA PACIENCIA VALE EBENEZER

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a realização de CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE CLÍNICAS E INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO DE PACIENTES USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARATER VOLUNTARIO, INVOLUNTARIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E ADOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, a fim de apoiar as atividades operacionais do Fundo Municipal de Saúde, sob o Regime de Execução Indireto e a forma de fornecimento parcelada, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA:27/01/2016 á 31/12/2016

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 27/2016 – CRED. 2/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: CLINICA SÃO MARCOS LTDA

OBJETO: o presente contrato tem por objeto a realização de credenciamento visando a prestação de serviços na realização de exames de média e alta complexidade (diagnostico por imagem) para atendimento aos pacientes da secretaria municipal de saúde em função da demanda reprimida no município, através do fundo municipal de saúde de navegantes/sc, a fim de apoiar as atividades operacionais do fundo municipal de saúde, sob o regime de execução indireto e a forma de fornecimento parcelada, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste credenciamento

e nos seus anexos.

VIGÊNCIA: 28/01/2016 á 31/12/2016

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 29/2016 – CRED. 2/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: CLINICA MEDICAL CENTER IMAGEM E RADIOLOGIA

OBJETO: o presente contrato tem por objeto a realização de credenciamento visando a prestação de serviços na realização de exames de média e alta complexidade (diagnostico por imagem) para atendimento aos pacientes da secretaria municipal de saúde em função da demanda reprimida no município, através do fundo municipal de saúde de navegantes/sc, a fim de apoiar as atividades operacionais do fundo municipal de saúde, sob o regime de execução indireto e a forma de fornecimento parcelada, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA: 28/01/2016 á 31/12/2016

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 44/2016 – CRED. 80/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: CASA DA SOLIDARIEDADE

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a realização de CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE CLÍNICAS E INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO DE PACIENTES USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARATER VOLUNTARIO, INVOLUNTARIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E EDOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, a fim de apoiar as atividades operacionais do Fundo Municipal de Saúde, sob o Regime de Execução Indireto e a forma de fornecimento parcelada, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA: 22/02/2016 á 31/12/2016

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 45/2016 – CRED. 80/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: CENTRO DE TRATAMENTO ALTERNATIVO PRÓ-VIDA

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a realização de CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE CLÍNICAS E INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO DE PACIENTES USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARATER VOLUNTARIO, INVOLUNTARIO OU COMPULSÓRIO, PARA ADULTOS E EDOLESCENTES DE AMBOS OS SEXOS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, a fim de apoiar as atividades operacionais do Fundo Municipal de Saúde, sob o Regime de Execução Indireto e a forma de fornecimento parcelada, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA: 22/02/2016 á 31/12/2016

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 55/2016 – CRED. 2/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: CLINICA PRIME DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

ME.

OBJETO: o presente contrato tem por objeto a realização de credenciamento visando a prestação de serviços na realização de exames de média e alta complexidade (diagnostico por imagem) para atendimento aos pacientes da secretaria municipal de saúde em função da demanda reprimida no município, através do fundo municipal de saúde de Navegantes/SC, a fim de apoiar as atividades operacionais do fundo municipal de saúde, sob o regime de execução indireto e a forma de fornecimento parcelada, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA: 17/03/2016 á 31/12/2016

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 56/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: MARCO AURELIO GRACIANO

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoas físicas para exercerem as atividades de curadoria sobre as obras de arte do salão de artes visuais, realizados no centro integrado de cultura - CIC, através da fundação municipal de cultura de Navegantes/SC, a fim de analisar as obras de arte da Fundação Municipal de Cultura, sob o Regime de Execução Indireto, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA: 14/03/2016 á 31/12/2016

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 62/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: EDER SUMARIVA RODRIGUES

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoas físicas para exercerem as atividades de curadoria sobre as obras de arte do salão de artes visuais, realizados no centro integrado de cultura - CIC, através da fundação municipal de cultura de Navegantes/SC, a fim de analisar as obras de arte da Fundação Municipal de Cultura, sob o Regime de Execução Indireto, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA: 29/03/2016 á 31/12/2016

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 63/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: MARISA GONÇALVES DE TOLEDO

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoas físicas para exercerem as atividades de curadoria sobre as obras de arte do salão de artes visuais, realizados no centro integrado de cultura - CIC, através da fundação municipal de cultura de Navegantes/SC, a fim de analisar as obras de arte da Fundação Municipal de Cultura, sob o Regime de Execução Indireto, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA: 29/03/2016 á 31/12/2016

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 64/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: CAROLINE CARVALHO

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoas físicas para exercerem as atividades de curadoria sobre as

obras de arte do salão de artes visuais, realizados no centro integrado de cultura - CIC, através da fundação municipal de cultura de Navegantes/SC, a fim de analisar as obras de arte da Fundação Municipal de Cultura, sob o Regime de Execução Indireto, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA: 29/03/2016 á 31/12/2016

NAVEGANTES – 07/04/2016

Roberto Carlos de Souza - Prefeito

EDITAL DE CITAÇÃO - RITO ORDINÁRIO N. 0000949-91.2005.8.24.0135 - COM PRAZO DE 20 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA / PODER JUDICIÁRIO

Comarca - Navegantes / 2ª Vara Cível

Av. Prefeito José Juvenal Mafra, 498, Centro - CEP 88370-900,

Fone: (47) 3342-9128, Navegantes-SC -

E-mail: navegantes.civel2@tjsc.jus.br

Juiz de Direito: Murilo Leirião Consalter

Chefe de Cartório: José Luiz Collares Neto

EDITAL DE CITAÇÃO - RITO ORDINÁRIO - COM PRAZO DE 20 DIAS

Procedimento Ordinário n. 0000949-91.2005.8.24.0135

Autor: Município de Navegantes

Réu: Gerbras Vet Produtos Veterinarios Ltda. e outro

Citando(a)s: Extravita Laboratórios Ltda ME.

Pelo presente, a(s) pessoa(s) acima identificada(s), atualmente em local incerto ou não sabido, FICA(M) CIENTE(S) de que neste Juízo de Direito tramitam os autos do processo epigrafado e CITADA(S) para responder à ação, querendo, em 15 dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte ao transcurso do prazo deste edital. ADVERTÊNCIA: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações formuladas pelo autor (art. 344 do CPC). E para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 1 vez(es), com intervalo de 0 dias, na forma da lei.

Navegantes (SC), 23 de março de 2016.

PARECER TÉCNICO - PREGÃO PRESENCIAL 13/2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARECER TÉCNICO

Assunto: Aprovação das amostras - Processo Licitatório nº13/2016 – Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao Programa de Atenção ao Idoso – PAI

Em razão da necessidade de avaliação dos itens/ especificações apresentados para os alimentos que se pretende adquirir através do processo licitatório supracitado, venho manifestar concordância EM TOTALIDADE com as amostras apresentadas pela empresa TECNOAL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA – EPP, com relação aos itens 06 e 09 .

CI SAS n.º 158/2016 - 18 de abril de 2016.

Iuli da Cunha Ceschin - Secretaria de Assistência Social

AVISO: FICA FINALIZADA A FASE DAS AMOSTRAS DO PREGÃO.

PORTARIA 1045/2016 EXONERAÇÃO

PORTARIA N º 1045 DE 15 DE ABRIL DE 2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) ALESSANDRO MEDEIROS BERNARDO, do cargo de VIGIA, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, com 40 horas semanais, a partir de 14/04/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 14 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1046/2016 NOMEAÇÃO CONCURSO 001/2015

PORTARIA N º 1046 DE 15 DE ABRIL DE 2016

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 o Sr. ALESSANDRO MEDEIROS BERNARDO, para exercer o cargo de MOTORISTA, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (QUARENTA) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 15/04/2016

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1047/2016 LICENÇA ASSUNTOS PARTICULARES

PORTARIA N º 1047 DE 15 DE ABRIL DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares a (o) servidor (a) Izabel Cristina Greffe de Ramos, Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, no período de 1º/04/2016 a 1º/04/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/04/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1048/2016 PRORROGA LICENÇA

PORTARIA N º 1048 DE 15 DE ABRIL DE 2016
CONCEDE PRORROGAÇÃO LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES EX OFFICIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares o (a) servidor (a) Viviane Reinert, Professora, 20 horas semanais, no período de 02/03/2016 a 02/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1049/2016 EXONERAÇÃO

PORTARIA N º 1049 DE 15 DE ABRIL DE 2016
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) PAULO CESAR CORDOVA KUSTER, do cargo de VIGIA, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 14/04/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 14 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1050/2016 EXONERAÇÃO

PORTARIA 1050 DE 15 DE ABRIL DE 2016
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o servidor GILBERTO SILVA, no cargo de Médico Clínico Geral, 40 horas semanais, a partir de 13/04/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 13/04/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1051/2016 NOMEAÇÃO

PORTARIA N º 1051 DE 15 DE ABRIL DE 2016
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

Art. 1 º NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de Assistente Técnico Administrativo o(a) senhor(a) LELIANE BRINING MENDONÇA, com a data de 04/04/2016.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE ABRIL DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 15 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 008/2016

CHAMAMENTO PÚBLICO 008/2016

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação do Chamamento Público para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

CARGO: MÉDICO PLANTONISTA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Regis Machado de Souza Filho	27/03/1982	0,0	0,0	0,0

CARGO: MÉDICO – 33H/SEM.

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	Gelson Gonçalves Candido	23/11/1954	4,0	4,0	8,0

Com relação ao critério de desempate, proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- a) considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- b) Maior idade;
- c) obtiver maior número de pontos na prova de títulos;
- d) obtiver maior número de pontos nos cursos de capacitação e aperfeiçoamento;
- e) o que possuir maior número de dependentes;
- f) Sorteio.

Nova Trento, 19 de abril de 2016.

Miliani Piffer Mazzola

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 296/2016

PORTARIA Nº 296/ 2016

Concede Licença Sem Vencimento

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 100, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Sem Vencimento à Servidora Pública Municipal EDIANA APARECIDA MINATTI, matrícula nº 161, concursada no cargo de Agente de Saúde Pública, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 03 de abril de 2016 a 02 de abril de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 297/2016

PORTARIA Nº 297/ 2016

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 035/2016, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal AL-CIR DANILO TOMAZI, matrícula nº 6921, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 24 (vinte e quatro) dias, a contar de 06 de abril de 2016 a 29 de abril de 2016, conforme resultado pericial datado de 05/04/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 314/2016

PORTARIA Nº 314/ 2016

Concede Licença Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o artigo 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal MARIA NEUSA BORINELLI GIACOMINI, matrícula nº 2084, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 85 (oitenta e cinco) dias, a contar de 08 de março de 2016 a 31 de maio de 2016, conforme resultado pericial datado de 01/04/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 327/2016

PORTARIA Nº 327/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, MARIO ABELINO, matrícula nº 7132, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor MARIO ABELINO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral Salto, s/n, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 824.275.779-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os

Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Mario Abelino

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 328/2016

PORTARIA Nº 328/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, JOSÉ VALDIR PEROTONI, matrícula nº 7133, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor JOSÉ VALDIR PEROTONI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral São Valentim, Bairro São Valentim, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 508.351.149-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini	José Valdir Perotoni
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 09 de fevereiro de 2016.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 329/2016

PORTARIA Nº 329/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, ALDO INÁCIO MARCHI, matrícula nº 7134,

para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ALDO INÁCIO MARCHI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Serraval, Bairro Serraval, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 449.273.399-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (um mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa

equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Aldo Inácio Marchi
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 330/2016

PORTARIA Nº 330/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, HILÁRIO WOLF, matrícula nº 7135, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor HILÁRIO WOLF, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Alto Alferes, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 570.238.249-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as

determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini Hilário Wolf
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 331/2016

PORTARIA Nº 331/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, OSNI VALTER MICHALSKI, matrícula nº 7143, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE

TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor OSNI VALTER MICKALSKI, brasileiro, convivente em união estável, residente e domiciliado na Rua São Valentim, Bairro São Valentim, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 960.725.719-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini Osni Valter Michalski
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 332/2016

PORTARIA Nº 332/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, NORIVAL LIBARDO, matrícula nº 7136, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC,

autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor NORIVAL LIBARDO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Ribeirão da Velha, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 030.586.609-52, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado

assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Norival Libardo
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 333/2016

PORTARIA Nº 333/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, DANIEL MARINS GODOE, matrícula nº 7137, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor DANIEL MARINS GODOE, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Alferes, s/nº, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 042.034.059-98, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Daniel Marins Godoe
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 339/2016

PORTARIA Nº 339/ 2016

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal ELENICE FERREIRA, matrícula nº 6982, ocupante do cargo de Provedor Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 08 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 350/2016

PORTARIA Nº 350/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 006/2016, de 04/04/2016, MARCOS DE AGUILAR PEREIRA, matrícula nº 7154, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 11 de abril de 2016 até a realização de Processo Seletivo, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF

nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor MARCOS DE AGUILAR PEREIRA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 266, nº 170, Município de Itapema, portador do CPF nº 002.237.370-54, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 76,25 (setenta e seis reais e vinte e cinco centavos) por hora-plantão realizada, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 11 de abril de 2016 até a realização de Processo Seletivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas plantão semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei

Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Marcos de Aguiar Pereira
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de abril de 2016.

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 351/2016

PORTARIA Nº 351/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 006/2016, de 04/04/2016, MAICO MATOS MENEGOLA, matrícula nº 7155, para exercer o cargo de Médico, com 60 (sessenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 11 de abril de 2016 até a realização de Processo Seletivo, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e

domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor MAICO MATOS MENEGOLA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 266, nº 170, Ap. 802, Bairro Meia Praia, Município de Itapema, portador do CPF nº 697.904.340-49, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico, com 60 (sessenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 13.865,56 (treze mil oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 11 de abril de 2016 até a realização de Processo Seletivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa

renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini Maico Matos Menegola
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de abril de 2016.

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 352/2016

PORTARIA Nº 352/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 006/2016, de 04/04/2016, MAURICIO NEIVA FERNANDES, matrícula nº 7156, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 24 (vinte e quatro) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 11 de abril de 2016 até a realização de Processo Seletivo, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor MAURICIO NEIVA FERNANDES,

brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Florianópolis, Bairro Campeche, Município de Florianópolis, portador do CPF nº 647.242.712-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, com 24 (vinte e quatro) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 76,25 (setenta e seis reais e vinte e cinco centavos) por hora-plantão realizada, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 11 de abril de 2016 até a realização de Processo Seletivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado

assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Mauricio Neiva Fernandes
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de abril de 2016.

Vilson Dalbosco
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PROCESSO 043/2016 - PREGÃO PRESENCIAL
032/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 043/2016 – Pregão Presencial nº 032/2016
– SRP 020

Objeto: Registro de Preços para a aquisição parcelada de grades para bocas de lobo de ferro fundido, para atender as necessidades da Secretaria de Obras, conforme características, especificações e quantidades constantes no Anexo I.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 09/05/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 09/05/2016 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

**PROCESSO 044/2016 - PREGÃO PRESENCIAL
033/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 044/2016 – Pregão Presencial nº 033/2016
– SRP 021

Objeto: O objeto deste pregão é o Registro de Preços para aquisição parcelada de PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, para a frota motorizada da Prefeitura de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, de acordo com as especificações constantes deste Pregão.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 10/05/2016 até as 09:30 horas. Abertura: 10/05/2016 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PL Nº 048/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DIA: 19/04/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: COMERCIAL AUTOMOTIVO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.720,00 (Três mil, setecentos e vinte reais).

DATA: 19/04/2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 0019/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0019/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0012/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 025/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: PAULA VALESKA GIUMBELLI 09655464970

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de informática, materiais de expediente e recreativo

Vigência: 24/03/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 13.710,13 (treze mil setecentos e dez reais e treze centavos)

Data de assinatura: 24/03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0019/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0012/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 026/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de informática, materiais de expediente e recreativo

Vigência: 24/03/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 13.861,20 (treze mil oitocentos e sessenta e um reais e vinte centavos)

Data de assinatura: 24/03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0019/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0012/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 027/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: L.A CN INFORMATICA LTDA – ME

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de informática, materiais de expediente e recreativo

Vigência: 24/03/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 3.716,15 (três mil setecentos e dezesseis reais e quinze centavos)

Data de assinatura: 24/03/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0019/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0012/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 028/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de informática, materiais de expediente e recreativo

Vigência: 24/03/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 5.447,75 (cinco mil quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos)

Data de assinatura: 24/03/2016

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº39/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 04 de maio de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2016, que tem como objeto a aquisição de Relógio Ponto Biométrico para registro de ponto dos funcionários públicos (efetivos e comissionados) a serem instalados nas instituições de ensino e demais segmentos administrativos vinculados a Secretaria Municipal de Educação do Município de Palhoça/SC, através do Sistema de Registro de Preços. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 19 de abril de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇO Nº 038/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 038 /2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 10 de maio de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da Tomada de Preço Nº. 038 /2016, que tem por objeto a contratação de empresa para Implantação de medida moderadora de tráfego (RÓTULA) na Avenida Vidal Procópio Lonh com a Rua Jacob Weingartner, Centro (LOTE 01), Implantação de medida moderadora de tráfego (RÓTULA) na Avenida Vidal Procópio Lonh com a Avenida Rio Grande, Centro (LOTE 02) e Implantação de medida moderadora de tráfego (RÓTULA) na Avenida dos Lagos com Avenida Pedra Branca – Pedra Branca (LOTE03). O edital que está embasado na lei de licitações se encontra à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 18 de abril de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº73/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº73/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 94.894.169/0001-86	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Alprazolam 0,25mg c/20cp					
6	30,00	CX	BRAINFARMA	R\$2,1000	R\$63,0000
Valor Total		(sessenta e três reais)			R\$63,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº74/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº74/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA					CNPJ: 02.520.829/0001-40
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: ANLODIPINO 5MG					
9	1800000,00	COMP	TEUTO	R\$0,0220	R\$39.600,0000
Especificação: Butilbrometo de escopolamina 10 mg					
14	150000,00	COMP	UNIÃO QUIMICA	R\$0,0355	R\$5.325,0000
Valor Total		(quarenta e quatro mil e novecentos e vinte e cinco reais)			R\$44.925,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº75/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº75/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ELI LILLY DO BRASIL LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: ELI LILLY DO BRASIL LTDA					CNPJ: 43.940.618/0001-44
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Insulina Humalog lispro com 5 refs					
41	90,00	CX	LILLY	R\$121,0500	R\$10.894,5000
Valor Total		(dez mil, oitocentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos)			R\$10.894,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº76/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº76/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA					CNPJ: 05.782.733/0001-49
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Synthroid 112mcg, caixa com 30 comp.					
58	15,00	CX	ABBOTT	R\$13,3100	R\$199,6500
Valor Total		(cento e noventa e nove reais e sessenta e cinco centavos)			R\$199,65

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº77/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº77/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA					CNPJ: 44.734.671/0004-02
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Biperideno 5 mg sol. injetável x 1 ml					
15	500,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$1,5300	R\$765,0000
Especificação: Dimorf 30mg c/50cp.					
32	50,00	CX	CRISTÁLIA	R\$41,9500	R\$2.097,5000
Especificação: Lamotrigina 50mg c/30cp					
45	20,00	CX	CRISTÁLIA	R\$14,1000	R\$282,0000
Valor Total		(três mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos)			R\$3.144,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº78/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº78/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: HOSPFAR IND E COM DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA					CNPJ: 26.921.908/0002-02
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Arpadol 400mg, caixa com 30 comp.					
10	40,00	CX	APSEN / ARPADOL 400MG CX/30 COMP REV	R\$38,6600	R\$1.546,4000
Especificação: Dimenidrinato 3mg/ml + cloridrato de piridoxina 5mg/ml+glicose 100 mg/ml + frutose 100mg/ml - 10mL EV					
33	7000,00	AMP	TAKEDA / DRAMIN B6 DL CX/100 AMP 10ML	R\$1,9400	R\$13.580,0000
Especificação: Procoralan 5mg c/56cp					
51	20,00	CX	SERVIER / PROCORALAN 5MG CX/56 COMP	R\$70,4100	R\$1.408,2000
Especificação: Spiriva respimat.					
59	180,00	FRS	BOEHRINGER / SPIRIVA 2,5MCG/DOSE FR 4ML	R\$179,0300	R\$32.225,4000
Especificação: Trayenta 5mg c/30cp					
62	15,00	CX	BOEHRINGER / TRAYENTA 5MG CX/30 COMP REV	R\$116,4900	R\$1.747,3500
Especificação: Vastarel MR 35 mg, caixa com 30 comp.					

67	400,00	CX	SERVIER / VASTAREL MR 35MG CX/30 COMP REV	R\$35,1700	R\$14.068,0000
Especificação: Valdoxan 25 mg com 28 cp					
70	30,00	CX	SERVIER / VALDOXAN 25MG CX/28 COMP REV	R\$182,1800	R\$5.465,4000
Valor Total		(setenta mil, quarenta reais e setenta e cinco centavos)			R\$70.040,75

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº79/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº79/2015 – Pregão Presencial 19/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça (com aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)), para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do Centri.

DATA: 08/07/2015 à 07/07/2016.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA			CNPJ: 81.706.251/0001-98		
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Tartarato de Brimodina 0,2%, frs. c/ 5 ml					
61	50,00	FRS	HYPERMARCAS	R\$4,8900	R\$244,5000
Valor Total		(duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos)			R\$244,50

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 003/2016, DE 31 DE MARÇO DE 2016

DECRETO LEGISLATIVO N. 003/2016, DE 31 DE MARÇO DE 2016

DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL A GALERIA DE PRESIDENTES E GALERIA DE LEGISLATURAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PAPAN-
DUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea 'e', do Regimento Interno,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e ele, promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Denomina de "PRESIDENTE OLYMPIO RAULINO SCHADE-
CK" a galeria dos Presidentes.

Art. 2º. Denomina de "VEREADOR EDIVAL JACOB WERKA" a gale-
ria das legislaturas.

Art. 3º. Fica o Legislativo Municipal autorizado a confeccionar e
afixar Placa de Identificação e Homenagem nas referidas galerias,
em conformidade, no que couber, às Leis Municipais, Estaduais e
Federais vigentes atinentes ao assunto.

Art. 4º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta
de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Papanduva, em 31 de março de 2016.
Girseliano Moreira da Silva
Presidente

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de
Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz
1º Secretário

Djana Paula Matioski
2ª Secretária

LEI N. 2096 DE 31 DE MARÇO DE 2016

LEI N. 2096 DE 31 DE MARÇO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O TEMPO MÁXIMO DE ESPERA PARA A REALI-
ZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS NAS UNIDADES DA REDE
PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PAPAN-
DUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das
atribuições conferidas pelo Regimento Interno,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara
Municipal de Papanduva aprovou e tendo ocorrido à sanção tácita o

Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, Girseliano Moreira
da Silva, promulga a seguinte,
LEI

Art. 1º. As unidades da rede pública de saúde do Município de
Papanduva e na sua rede credenciada ficam obrigadas a realizar
atendimento aos usuários do sistema único de saúde com o tempo
máximo de espera, a contar do agendamento, de:

I. 20 dias para consultas especializadas;

II. 30 dias exames médicos;

III. 40 dias para exames de alta complexidade e cirurgias;

IV. 10 dias para fisioterapia.

§.1º Para idosos, portadores de necessidades especiais, nascituros
e gestantes, quando não for o caso de internamento imediato, o
prazo para consultas será no máximo de 24 horas.

§2º Excetua – se do caput deste artigo as unidades de terapia
intensiva ou equivalentes em casos considerados de urgência e
emergência que exijam atendimento imediato.

§3º. Quando o usuário for criança com idade inferior ou igual a
12 anos, ou portador de doença grave, os prazos previstos neste
artigo serão reduzidos pela metade.

§ 4. Para usufruir dos benefícios desta lei o usuário deverá apre-
sentar comprovante de residência e cartão SUS no ato do agenda-
mento.

Art. 2º. A não observância dos prazos fixados nesta lei implicará
abertura de processo administrativo pelo órgão competente para
apuração da responsabilidade e sanções penais cabíveis.

Art. 3º. A municipalidade poderá disponibilizar transporte para tra-
tamento aos pacientes que assim necessitem.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máxi-
mo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam
revogadas todas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 31 de março de 2016.
Girseliano Moreira da Silva
Presidente

Esta lei foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papan-
duva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário
Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz
1º Secretário

Djana Paula Matioski
2ª Secretária

PORTARIA Nº 004/2016 DE 15 DE ABRIL DE 2016

Portaria Nº 004/2016 de 15 de abril de 2016

"HOMOLOGA O RESULTADO DAS AVALIAÇÕES DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR LUIZ EDUARDO SALIBA"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no art. 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, e em observância à Resolução 002/2014 de 20/10/2014 RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologado o resultado das avaliações de estágio probatório do servidor Luiz Eduardo Saliba, correspondente ao período de 16/04/2013 à 15/04/2016, ao qual fica garantida a estabilidade no serviço público, devido o mesmo não ter obtido o conceito "NA - Não atende o desempenho esperado", em até duas avaliações, em conformidade ao que dispõe o Art. 7º da Resolução nº 002/2014, conforme os resultados das avaliações do servidor, que alcançaram os seguintes pontos e conceitos:

PONTUAÇÃO E CONCEITO ALCANÇADO EM TODOS OS PERÍODOS AVALIADOS						
Descrição	PERÍODO 1	PERÍODO 2	PERÍODO 3	PERÍODO 4	PERÍODO 5	MÉDIA
Total de pontos	69	69	69	69	69	69
Conceito Obtido	SD	SD	SD	SD	SD	SD

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15/04/2016.

Câmara Municipal de Papanduva em, 15 de abril de 2016.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI ALOIS MIKALOVICZ DJANA PAULA MATIOSKI

Vice-Presidente 1º Secretário 2ª Secretária

PORTARIA Nº 005/2016 DE 19 DE ABRIL DE 2016

Portaria Nº 005/2016 de 19 de abril de 2016

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO DIA 22 DE ABRIL DE 2016"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no art. 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo no dia 22 de abril de 2016, no âmbito da Câmara Municipal de Papanduva.

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Papanduva em, 19 de abril de 2016.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 044/2016

DECRETO Nº. 044, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

“AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES, VISANDO ATENDER NECESSIDADE ESSENCIAL DA CONTINUIDADE DE SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 513 de 25 de Agosto de 2005, e Considerando a realização de eleições municipais, previstas para o exercício corrente, bem como as condutas vedadas pela legislação específica; Considerando, ainda, a necessidade de termos em nossos quadros servidores disponíveis para realização de trabalhos inadiáveis; Considerando, finalmente, o disposto no artigo 62, inciso V, “d”, da resolução nº 23.457, de 15 de dezembro de 2015, pela qual é permitida a contratação temporária em casos tais;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizadas as Secretarias Municipais a efetuarem a contratação de servidores selecionados pelo devido Processo Seletivo, em especial a prorrogação dos contratos durante o período eleitoral, visando a continuidade dos serviços necessários e inadiáveis, atinentes as respectivas Secretarias.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de abril de 2016.

Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 04 de abril de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 045/2016

DECRETO Nº. 045, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

“DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARIA DE LOURDES HONORATO, PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO, FG-1”.

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 500 de 11 de Maio de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada, a servidora Maria de Lourdes Honorato, para ocupar a função de Chefe de Departamento – FG - 1.

Art. 2º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta

de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de abril de 2016.

Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 04 de abril de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 046/2016

DECRETO Nº. 046, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

“NOMEIA, SILVANA CARDOSO JUSTO KJELLIN, PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Nomeia, Silvana Cardoso Justo Kjellin, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Limpeza Pública – DAS 5.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 04 de abril de 2016.

Paulo Roberto Cordeiro
Prefeito Municipal em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 04 de abril de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 049/2016

DECRETO Nº. 049, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

“DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Paulo Roberto Cordeiro, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Passo de Torres, no dia 22 (sexta-feira), de abril de 2016.

Art. 2º - Os serviços Públicos Municipais não funcionarão na data referida acima, ficando os servidores dispensados de suas atividades, sem prejuízos de salários.

Parágrafo – Único – Os serviços municipais: coleta de lixo e saúde permanecerão em atividade pelo regime de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de abril de 2016.

Paulo Roberto Cordeiro

Prefeito Municipal em exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de abril de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 050/2016

DECRETO Nº. 050, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

“EXONERA, JAIME LUIS DA SILVEIRA BATISTA DO CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Jaime Luis da Silveira Batista do cargo de Chefe de Departamento de Cultura – DAS 4.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 12 de abril de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 12 de abril de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 08/2016

,Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 08, de 19 de abril de 2016.

“DETERMINA PERÍODO DE FÉRIAS A SERVIDOR”

O cidadão Ademilson Batista da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Conceder férias, a Servidora Viviani Ramos de Freitas, procuradora jurídica, com início no dia 02/05/2016 e término em 31/05/2016, referente ao período aquisitivo de 11/07/2014 à 10/07/2015.

As férias de que determina esta Portaria, poderá ser interrompida, se houver necessidade inadiável da presença do servidor ao serviço.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Ademilson Batista da Silva

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Jonas Gomes de Souza

1º Secretário

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 857, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 857, de 22 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de nomear Auxiliar de Serviços Gerais, haja vista a demanda de serviços nas dependências da Escola da Comunidade Taborda;

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda de Auxiliares de Serviços Gerais;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Auxiliares de Serviços Gerais aprovados, para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias de excepcional interesse público;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, a senhora ANTONIA LEMES DA SILVA SIQUEIRA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, cumprindo carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotando-a na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, pelo período de 22/02/2016 a 22/03/2016.

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, as servidoras ora contratadas farão jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 22 de fevereiro de 2016.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia-SC, 22 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 858, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 858, de 22 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em

exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de contratar Professores para o andamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social; Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias de excepcional interesse público;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, os servidores abaixo relacionados para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, símbolo PSH, lotando-os na Secretaria do Desenvolvimento Social, pelo período de 22/02/2016 a 23/12/2016:

Nome	Carga Horária	Local de Trabalho
Luciane Taparello Cancelli	20 horas	SCFV Taborda
Rozane Aparecida dos Santos Nikolay	40 horas	SCFV Taborda

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no Anexo Único, da Lei n. 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 22 de fevereiro de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 22 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 859, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 859, de 22 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de contratar Professores para o andamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Professores aprovados, para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o início do ano letivo e a necessidade de contratação de professores para suprir a demanda;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias de excepcional interesse público;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, os servidores abaixo relacionados para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, símbolo PSH, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotando-os na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, no período de 22/02/2016 a 23/12/2016:

Nome	Carga horária	Local de Trabalho
Danieli Lemes da Silva	20 horas	SCFV Ind. Mad. Tozzo
Fernanda Saade Teixeira de Lima	40 horas	SCFV Santo Antônio
Malgarete de Carvalho	20 horas	SCFV Santo Antônio

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no Anexo Único, da Lei n. 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 22 de fevereiro de 2016.
Publique-se.

Passos Maia-SC, 22 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 860, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 860, de 23 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e a classificação obtida

pelo candidato;

Considerando o início do ano letivo e a necessidade de contratação de professores para suprir a demanda;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o senhor EVERTON MARINI, para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, Símbolo PSH, para cumprir carga horária semanal de 20 (vinte) horas, exercendo as atividades de seu cargo junto à Educação de Jovens e Adultos – EJA - no período de 24/02/2016 a 23/12/2016.

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, o servidor ora contratado fará jus ao vencimento mensal previsto no Anexo Único da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 24 de fevereiro de 2016.
Publique-se.

Passos Maia-SC, 23 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 862, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 862, de 26 de fevereiro de 2016.

“DESIGNA SERVIDORA PARA COORDENAR O PROJETO PASSOS MAIA A MUITAS MÃOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a servidora abaixo nominada além das funções de seu cargo, também é responsável pela coordenação do Projeto Passos Maia a Muitas Mãos, que tem por objeto registrar a história do Município de Passos Maia;

Considerando que o referido projeto requer a dedicação da servidora durante sua jornada de trabalho para realização do levantamento de informações referentes aos objetivos do projeto;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora Simone Leandra Tomazelli, ocupante do cargo de Professor, matrículas n. 213 e 374, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para coordenar as atividades do Projeto Passos Maia a Muitas Mãos, da Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 01/03/2016 a 31/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 1ª de março de 2016

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de fevereiro de 2016.
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 863, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
PORTARIA Nº 863, de 26 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,
Considerando a designação da servidora Simone Leandra Tomazelli para condução do projeto Passos Maia a Muitas Mãos, conforme a Portaria nº 862, de 26 de fevereiro de 2016, por 40 (quarenta) horas semanais no período de 01/03/2016 a 31/03/2016;
Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda ocasionada pela designação da servidora supracitada;
Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem professores aprovados para preenchimento das vagas remanescentes;
Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, os servidores abaixo relacionados para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, símbolo PSH, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, lotando-os na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, em substituição à servidora titular do referido cargo, pelo período de 01/03/2016 a 31/03/2016:

Nome	Local de Trabalho
Camila Tobias	EEIEF Duque de Caxias
Greiciliane Peroza Tirelli	EEIEF Nossa Senhora Aparecida

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, os servidores ora contratados farão jus ao vencimento mensal previsto no anexo I, da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 1º de março de 2016.
Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de fevereiro de 2016.
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 864, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016
PORTARIA Nº 864, de 26 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,
Considerando a necessidade de contratar temporariamente servidores para o cargo de Professor Sem Habilitação para atenderem à demanda da rede municipal de ensino;
Considerando o requerimento da Secretária Municipal da Educação e Esportes, que solicita a contratação de servidores para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, na Escola Duque de Caxias, em razão do atendimento à alunos portadores de necessidades especiais;
Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem professores aprovados para preenchimento das vagas remanescentes;
Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;
Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda ocasionada pela designação da servidora supracitada;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, os servidores abaixo relacionados para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, símbolo PSH, com carga horária semanal de 20 (vinte) horas, lotando-os na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 01/03/2016 a 30/11/2016:

Nome	Local de Trabalho
Andréia Dias Bueno	EEIEF Duque de Caxias
Eloy Aparecida da Luz	EEIEF Duque de Caxias

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, os servidores ora contratados farão jus ao vencimento mensal previsto no anexo I, da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 1º de março de 2016.
Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de fevereiro de 2016.
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 868, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 868, de 29 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a necessidade de contratar em caráter temporário servidor para o cargo de Professor de Educação Física, para auxiliar no desenvolvimento das atividades das Escolinhas de futsal, junto ao Centro Poliesportivo Norino Nervis;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem professores aprovados para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, a senhora FERNANDA DALLIGNA, para ocupar o cargo de Professor de Educação Física, símbolo PD/C-III, para cumprir carga horária semanal de 20 (vinte) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, desempenhando as atividades de seu cargo no Centro Poliesportivo Norino Nervis, pelo período de 01/03/2016 a 30/11/2016.

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 1º de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de fevereiro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 869, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 869, de 26 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.

243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando o requerimento da Secretária da Educação e Esportes, solicitando a contratação de Professores Sem Habilitação para suprir a demanda da rede municipal de ensino

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015;

Considerando o início do ano letivo e a necessidade de contratação de professores para suprir a demanda;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR os servidores abaixo relacionados para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, Símbolo PSH, lotando-os na Secretaria Municipal da Educação e Esportes pelo período de 01/03/2016 a 30/11/2016:

Nome	Carga Horária	Local de Trabalho
Gecieli Fernandes	10 horas	EEIEF Nossa Senhora Aparecida
Margarete de Matos	20 horas	EEIEF Duque de Caxias

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no Anexo Único da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 1º de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 870, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 870, de 26 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando o requerimento da Secretária da Educação e Esportes, solicitando a contratação em caráter temporário de servidores para ocupar o cargo de Professor na rede municipal de ensino;

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda da rede municipal de ensino;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015;
Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;
Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, os servidores abaixo relacionados, para ocuparem o cargo de Professor Habilitado, símbolo PD/C-III, lotando-os na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 01/03/2016 a 30/11/2016:

Nome	Local de Trabalho	Carga Horária
Leonildo Maggioni	EEIEF Duque de Caxias	40 horas
Nilse Dall'Igna Zenaro	EEIEF Duque de Caxias	10 horas

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 1º de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 871, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 871, de 26 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando o requerimento da Secretária Municipal da Educação e Esportes, que solicita a contratação de servidores para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, nas escolas municipais;

Considerando a necessidade de contratar temporariamente servidores para o cargo de Professor Sem Habilitação para atenderem à demanda da rede municipal de ensino;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem professores aprovados para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a

contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;
Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda ocasionada pela designação da servidora supracitada;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, os servidores abaixo relacionados para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, símbolo PSH, lotando-os na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 01/03/2016 a 30/11/2016:

Nome	Local de Trabalho
Lilian Kerlin de Ávila Pires	EEIEF Nossa Senhora Aparecida
Rosângela de Fátima Rodrigues	EEIEF Nossa Senhora Aparecida
Sandra Mara Saade José	EEIEF Nossa Senhora Aparecida

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, os servidores ora contratados farão jus ao vencimento mensal previsto no anexo I, da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 1º de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 872, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 872, de 26 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando o requerimento da Secretária da Educação e Esportes que solicita a contratação em caráter temporário de servidor para ocupar o cargo de Professor, na rede municipal de ensino;

Considerando a necessidade de contratar em caráter temporário servidor para o cargo de Professor habilitado, para desenvolver as atividades do referido cargo na EEIEF Duque de Caxias;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem professores aprovados para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação

de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, a senhora MARINEIDE DE MATOS, para ocupar o cargo de Professor habilitado, símbolo PD/C-III, para cumprir carga horária semanal de 20 (vinte) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, desempenhando as atividades de seu cargo na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Duque de Caxias, pelo período de 01/03/2016 a 30/11/2016.

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 1º de março de 2016.
Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 873, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 873, de 26 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando o requerimento da Secretária Municipal da Educação e Esportes, solicitando a contratação em caráter temporário de servidor para suprir a demanda de Auxiliar de Serviços Gerais nas dependências da Secretaria Municipal da Educação e Esportes; Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda da rede municipal de ensino e da rede municipal de Saúde; Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Auxiliares de Serviços Gerais aprovados para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;
Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, a senhora MARIA EDUARDA RIBEIRO DO PILAR, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Símbolo SG-13, carga horário de 20(vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, desempenhando as atividades de seu cargo nas dependências da Secretaria da Educação e Esportes, pelo período de 26/02/2016 a 23/12/2016:

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, as servidoras ora contratadas farão jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 26 de fevereiro de 2016.
Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 874, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 874, de 29 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando o requerimento formulado pela Secretária da Educação e Esportes, solicitando a contratação em caráter temporário de servidores para desempenhar as atividades do cargo de Instrutor de Informática, nos laboratórios da rede municipal de ensino; Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Instrutores de Informática aprovados, para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o início do ano letivo e a necessidade de contratação de profissionais para suprir a demanda;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, os servidores abaixo relacionados para ocuparem o cargo de INSTRUTOR DE INFORMÁTICA, símbolo TC-20, lotando-os junto à Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 01/03/2016 a 30/11/2016:

Nome	Carga Horária	Local de Trabalho
Dianalize Filipini de Queiroz	20 horas	Laboratório SMEE
Juliana Ribeiro	20 horas	EEIEF Duque de Caxias
Roberson Geremias Teixeira de Lima	40 horas	EEIEF Nossa Senhora Aparecida

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, os servidores ora contratados farão jus ao vencimento mensal previsto no anexo I, da Lei Complementar Municipal nº 024, de 29 de junho de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 1º de março de 2016
Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de fevereiro de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 882, DE 07 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 882, de 07 de março de 2016.

“NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor JONAS PALHANO para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, símbolo ASS-12, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, cumprindo uma carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-o na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico a partir do dia 07 de março de 2016.

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, o servidor ora contratado fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo I, da Lei Complementar Municipal nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Fica concedido ao servidor, conforme art. 48, § 1º, da Lei Complementar 018, de 03 de agosto de 2005, o adicional de representação de 100% (cem por cento) sobre seu vencimento contratual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 07 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 07 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 884, DE 07 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 884, de 07 de março de 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro

de 1998,

Considerando o requerimento feito pela Secretária da Educação e Esportes que solicita a contratação em caráter emergencial e temporário de professor sem habilitação para atuar junto ao Centro de Educação Infantil Branca de Neve;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem professores aprovados para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, a senhora ELIANI CANONICA SALVADEGO para ocupar o cargo temporário de Professor sem habilitação, cumprindo carga horária semanal de 20 (vinte) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, para desempenhar suas atividades no CEI Branca de Neve, pelo período de 07/03/2016 a 23/12/2016.

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no Anexo Único da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 07 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 07 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 889, DE 08 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 889, de 08 de março de 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando o requerimento feito pela Secretária da Educação e Esportes que solicita a contratação em caráter emergencial e temporário de professor sem habilitação para desempenhar suas atividades na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, haja vista a necessidade de acompanhar constantemente aluno com dificuldades de locomoção;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014,

homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem professores aprovados para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, a senhora TAINARA CARVALHO DA SILVA para ocupar o cargo temporário de Professor sem habilitação, cumprindo carga horária semanal de 10 (dez) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, para desempenhar suas atividades na EEIEF Nossa Senhora Aparecida, pelo período de 09/03/2016 a 30/11/2016.

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no Anexo Único da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 09 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 08 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 854, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N.º 854, de 19 de fevereiro de 2016.

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o inciso I, parágrafo único, do art. 13, da Lei Complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999 e,

Considerando a necessidade de nomear servidor para preencher vaga do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

Considerando o requerimento da Secretária Municipal da Saúde, solicitando a nomeação de servidor para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar as atividades do referido cargo na Unidade de Saúde da Comunidade de Indumel;

Considerando a aprovação e a classificação obtida pelo candidato no Concurso Público nº 001/2015, levado a efeito pelo Edital de Concurso Público n. 001/2015, homologado através do Decreto nº 360, de 15 de maio de 2015, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora NEIDE FERREIRA, para ocupar o Cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-13, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal da Saúde, para desempenhar as atividades de seu cargo junto à Unidade de Saúde da Comunidade de Indumel, a partir de 22 de fevereiro

de 2016.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento fixado na Lei Complementar n. 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 22 de fevereiro de 2016

Publique-se

Passos Maia-SC, 19 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 855, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA N.º 855, de 19 de fevereiro de 2016.

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o inciso I, parágrafo único, do art. 13, da Lei Complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999 e,

Considerando a necessidade de nomear servidor para preencher vaga do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

Considerando o requerimento da Secretária da Educação, solicitando a nomeação de servidor para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar as atividades do referido cargo no Centro de Educação Infantil Branca de Neve;

Considerando a aprovação e a classificação obtida pelo candidato no Concurso Público nº 001/2015, levado a efeito pelo Edital de Concurso Público n. 001/2015, homologado através do Decreto nº 360, de 15 de maio de 2015, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a senhora MARGARETE RIBEIRO DO AMARAL, para ocupar o Cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, símbolo SG-13, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, para desempenhar as atividades de seu cargo junto ao Centro de Educação Infantil Branca de Neve, a partir de 22 de fevereiro de 2016.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo, o servidor ora nomeado fará jus ao vencimento fixado na Lei Complementar n. 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 22 de fevereiro de 2016.

Publique-se

Passos Maia-SC, 19 de fevereiro de 2016.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 856, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 856, de 22 de fevereiro de 2016.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando que, conforme a Portaria nº 849, de 16 de fevereiro de 2016, a servidora deveria permanecer em licença para tratamento de saúde até o dia 22 de fevereiro de 2016;
Considerando o atestado médico expedido pelo Dr. Antônio Castiglioni – CRM/SC 17235 – que sugere 07 (sete) dias de afastamento laboral para a servidora em razão de tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE da servidora LAURENTINA FRANCISCA MARQUES, matrícula n. 8005, ocupante do cargo de Professor, símbolo PD-D/IV com lotação na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, até o dia 28/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 22 de fevereiro de 2016.

Publique-se

Passos Maia-SC, 22 de fevereiro de 2016.
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 861, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 861, de 24 de fevereiro de 2016.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando que, conforme a Portaria nº 746, de 03 de dezembro de 2015, a servidora encontra-se em licença para tratamento de saúde até o dia 28/02/2016;
Considerando a Comunicação de decisão expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – que concede auxílio doença à Sra. Maritania Brizola até o dia 31/03/2016;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE da servidora MARITANIA BRIZOLA, matrícula n. 384, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, com lotação na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, até o dia 31/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 24 de fevereiro de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 24 de fevereiro de 2016.
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 865, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 865, de 26 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem professores aprovados para preenchimento das vagas remanescentes;

Considerando o início do ano letivo e a necessidade de contratação de professores para suprir a demanda;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, a senhora ANDRÉIA APARECIDA CAVALHEIRO para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotando-a na Secretaria da Educação e Esportes, no período de 22 de fevereiro de 2016 a 23 de dezembro de 2016. Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto na Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 22 de fevereiro de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de fevereiro de 2016.
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 866, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 866, de 26 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,
Considerando a necessidade de contratar temporariamente servidores para o cargo de Professor Sem Habilitação para atenderem à demanda da rede municipal de ensino;
Considerando o requerimento da Secretária Municipal da Educação e Esportes, que solicita a contratação de servidores para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, na Escola Duque de Caxias, em razão do atendimento à alunos portadores de necessidades especiais;
Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem professores aprovados para preenchimento das vagas remanescentes;
Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;
Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda ocasionada pela designação da servidora supracitada;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, a senhora ELIS MAIARA BASI, para ocupar o cargo de Professor Sem Habilitação, símbolo PSH, com carga horária de 20 horas semanais, lotando-a na Secretaria da Educação e Esportes, no período de 22/02/2016 a 23/12/2016.

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, os servidores ora contratados farão jus ao vencimento mensal previsto no anexo I, da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 22 de fevereiro de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de fevereiro de 2016.
LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 867, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 867, de 29 de fevereiro de 2016.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO TRANSITÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o fato de a servidora ser a responsável pela reposição de medicamentos, organização e limpeza da farmácia da Unidade Sanitária Sede;

Considerando o disposto no art. 11, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Gratificação de Função Transitória, conforme art. 11, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999, à servidora SILVANA MARIA SALVADEGO GODOI, de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento contratual, sem direito a incorporação, a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 1º de fevereiro de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de fevereiro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 875, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 875, de 29 de fevereiro de 2016.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora KARINA PERIN GIOMBELLI, matrícula n. 499, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Assessor de Secretaria, símbolo ASS-12, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento, referentes ao período aquisitivo de 07/01/2015 a 06/01/2016, para serem gozadas do dia 01/03/2016 a 20/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 1º de março de 2016.
Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de fevereiro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 876, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 876, de 29 de fevereiro de 2016.

“CONCEDE ADICIONAL DE REPRESENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o conselheiro tutelar Paulo Adriano Aires Cavaleiro, além das funções do seu cargo, responderá também pelas funções de motorista do Conselho Tutelar, bem como ficará responsável pela manutenção do veículo daquele órgão;
Considerando, analogicamente, o disposto no art. 48, parágrafo 1º, da Lei Complementar 018 de 03 de outubro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor PAULO ADRIANO AIRES CAVALHEIRO, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, matrícula n. 10.413, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Adicional de Representação de 70% (setenta por cento) sobre o vencimento básico do seu cargo, nos termos do art. 48, par. 1, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005, a partir da competência de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de fevereiro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 877, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 877, de 29 de fevereiro de 2016.

“CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito do servidor à conversão de 50% (cinquenta

por cento) de férias em pecúnias e a solicitação do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do Art.72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor FLÁVIO ROBERTO ROSSI, matrícula nº 9685, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, símbolo PF-6, lotado na Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento, referentes ao período aquisitivo de 02/06/2012 a 01/06/2013, para serem convertidas na competência de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 29 de fevereiro de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de fevereiro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 878, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº 878, de 29 de fevereiro de 2016.

“AMPLIA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de ampliar a carga horária da servidora Miliria Arcari Krauss, haja vista o aumento no número de alunos de 0 a 3 anos de idade no Centro de Educação Infantil Branca de Neve;

Considerando o disposto no art. 4º, da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015, que autoriza o poder público municipal a realizar redução e/ou ampliação de carga horária semanal do servidor, visando atender interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL da servidora MILIRIA ARCARI KRAUSS, ocupante do cargo de Atendente de Creche, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Símbolo SG-10, Lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais a partir de 01/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 1º de março de 2016

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de fevereiro de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 879, DE 1º DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 879, de 1º de março de 2016.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor ANTÔNIO CASTIGLIONI PEREIRA DE QUEIROZ, matrícula nº 370, ocupante do Emprego Público de Médico do PSF, símbolo MD, grupo ocupacional Profissional, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, para serem gozadas do dia 01/03/2016 a 31/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 1º de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de março de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 880, DE 02 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 880, de 02 de março de 2016.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora MARIA DA SILVA RIBEIRO DE OLIVEIRA, matrícula nº 9042, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, símbolo TC-6, grupo ocupacional Técnico, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014, para serem gozadas do dia 02/03/2016 a 01/04/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 02 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de março de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 881, DE 02 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 881, de 02 de março de 2016.

"SUSPENDE LICENÇA MATERNIDADE DE SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o requerimento protocolado pela servidora, solicitando a suspensão da licença maternidade concedida nos termos da Portaria nº 751, de 03 de dezembro de 2016;

Considerando que a servidora, na condição de adotante, não teve condições de adaptação com a criança adotada durante o período de Estágio de Convivência;

RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER a licença maternidade, concedida através da Portaria nº 751, de 03 de dezembro de 2015 à servidora Cleuci de Fátima Chernoski, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria da Educação e Esportes, a partir do dia 04 de março de 2016.

Art. 2º Determinar o retorno da servidora Cleuci de Fátima Chernoski às atividades de seu cargo a partir do dia 07 de março de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 04 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de março de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 883, DE 07 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 883, de 07 de março de 2016.

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE EMPREGO PÚBLICO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, Considerando o requerimento de exoneração por motivos particulares formulado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1

º EXONERAR A PEDIDO, a servidora pública municipal LILYAN APARECIDA DE RAMOS, matrícula nº 447, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, símbolo ACS, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, a partir do dia 07 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 07 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 07 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.**PORTARIA Nº 885, DE 07 DE MARÇO DE 2016**

PORTARIA Nº 885, de 07 de março de 2016.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora PATRÍCIA BRIZZI FACCI, matrícula nº 100, ocupante do Emprego Público de Psicólogo, símbolo PS, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 22/03/2015 a 21/03/2016, para serem gozadas do dia 14/03/2016 a 28/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 22 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 07 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.**PORTARIA Nº 886, DE 07 DE MARÇO DE 2016**

PORTARIA Nº 886, de 07 de março de 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico expedido pela Dra. Fernanda Fávero – CRM/SC 10512 – em 07 de março de 2016, que sugere repouso da servidora Juliana Aparecida Padilha por um período de 10 (dez) dias;

Considerando o disposto no inciso I, do art. 76, da Lei Complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999, que prevê a possibilidade de concessão de licença para tratamento de saúde aos servidores públicos municipais;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora JULIANA APARECIDA PADILHA, matrícula nº 10.210, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor da Cultura, símbolo DIC-22, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, pelo período de 07/03/2016 a 16/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 07 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 07 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.**PORTARIA Nº 887, DE 08 DE MARÇO DE 2016**

PORTARIA Nº 887, de 08 de março de 2016.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

Considerando que o servidor se encontra em gozo de férias desde o dia 1º de março de 2016, não havendo comunicado ao Setor de Recursos Humanos em tempo hábil;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor RENATO LOPES, matrícula nº 9962, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário da Cidadania e Reforma Agrária, referentes ao período aquisitivo de 04/02/2015 a 03/02/2016, para serem gozadas do dia 01/03/2016 a 30/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 08 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 888, DE 08 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 888, de 08 de março de 2016.

“CONCEDE LICENÇA EM VIRTUDE DE FALECIMENTO DE COMPANHEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando a Certidão de Óbito matriculado na Escriwania de Paz de Passos Maia sob nº 107987 01 55 2016 4 00002 058 0000425 33, que certifica o óbito do senhor Paulo Alberto Marciano dos Santos no dia 08/03/2016, até então companheiro da servidora Sidiane Aparecida Gandolfi;

Considerando o disposto no inciso III, do art. 107, da Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998, que prevê a possibilidade de concessão de licença em virtude de falecimento de cônjuge ou companheiro;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA EM VIRTUDE DE FALECIMENTO DE CÔNJUGE à servidora SIDIANE APARECIDA GANDOLFI, matrícula n. 10.066, ocupante do cargo de Professor, símbolo PD-C/III, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 08/03/2016 a 12/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 08 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 08 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 890, DE 09 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 890, de 09 de março de 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico expedido pela Dra. Thaís C. Bonetti – CRM/SC 17.861 – em 07 de março de 2016, entregue ao Setor de Recursos Humanos no dia 09/03/2016, que sugere afastamento da servidora Ivanir de Oliveira Grohs de suas atividades laborais por um período de 12 (doze) dias;
Considerando o disposto no inciso I, do art. 76, da Lei Complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999, que prevê a possibilidade de concessão de licença para tratamento de saúde aos servidores públicos municipais;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora IVANIR DE OLIVEIRA GROHS, matrícula nº 382, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, grupo ocupacional Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 07/03/2016 a 18/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 07 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 09 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 891, DE 11 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 891, de 11 de março de 2016.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora SILVANA MARIA SALVADEGO GODOI, matrícula n. 8214, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, carga horária

semanal de 40 (quarenta) horas, referentes ao período aquisitivo de 22/02/2014 a 21/02/2015, para serem gozadas do dia 11/03/2016 a 30/03/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 11 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 11 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 892, DE 11 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 892, de 11 de março de 2016.

AUMENTA ADICIONAL DE REPRESENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a servidora ficará responsável pela coordenação da vigilância epidemiológica do município, principalmente nas ações de combate ao mosquito da dengue;

Considerando, analogicamente, o disposto no art. 48, parágrafo 1º, da Lei Complementar 018 de 03 de outubro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º AUMENTAR o adicional de representação da servidora DIANDRA DEQUIGIOVANI, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Secretaria, matrícula n. 10.125, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 50% (cinquenta por cento) para 85% (oitenta e cinco por cento), a partir da competência de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 11 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 11 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 893, DE 11 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 893 de 11 de março de 2016.

“CONCEDE ADICIONAL DE REPRESENTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a servidora ficará responsável pela coordenação dos programas da Secretaria Municipal da Saúde, bem como responsável técnico pela UBS do Assentamento Zumbi dos Palmares; Considerando, analogicamente, o disposto no art. 48, parágrafo 1º, da Lei Complementar 018 de 03 de outubro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora INGRID BRUNELLE REIS ALCANTARA, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotada na Secretaria da Saúde, Adicional de Representação de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico do seu cargo, nos termos do art. 48, par. 1, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005, a partir da competência de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 11 de março de 2016

Publique-se.

Passos Maia-SC, 11 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 894, DE 17 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 894, de 17 de março de 2016.

“CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito do servidor à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias e a solicitação do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do Art.72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Planejamento, lotado no Gabinete do Prefeito, referentes ao período aquisitivo de 05/03/2015 a 04/03/2016, para serem convertidas na competência de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 17 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 17 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 895, DE 17 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 895, de 17 de março de 2016.

“CONCEDE FÉRIAS, CONVERTE 50% DE FÉRIAS EM ABONO PECU-
NIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora SABRINA RITA PEROZZA, matrícula n. 10.362, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, grupo ocupacional Assessoramento Superior, símbolo ASS-12, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, referentes ao período aquisitivo de 16/03/2015 a 15/03/2016, para serem gozadas do dia 16/03/2016 a 30/03/2016 e convertidas na competência de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 16 de março de 2016

Publique-se.

Passos Maia-SC, 17 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 896, DE 17 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 896, de 17 de março de 2016.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 114, da Lei Complementar 063, de 21 de março de 1994,

Considerando, que o servidor Antônio Mendes possuía direito

adquirido ao gozo de licença prêmio anteriormente à sua aposentadoria;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio ao servidor ANTONIO MENDES, matrícula 8026, ocupante do cargo de Motorista, Símbolo SG-3, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo de 05/05/1993 a 04/05/1998, para ser gozada no período de 01/03/2016 a 29/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 1º de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 17 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 897, DE 18 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 897, de 18 de março de 2016.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando o requerimento da Secretária da Educação e Esportes solicitando a contratação em caráter temporário de atendente de creche para atendimento da demanda do Centro de Educação Infantil Branca de Neve;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente de servidores desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplificado 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015;

Considerando o disposto nos incisos I, VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias nas áreas da saúde e da educação;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a senhora EDUARDA CANÔNICA, para ocupar o cargo de Atendente de Creche, símbolo SG-10, grupo ocupacional serviços gerais, para cumprir carga horária semanal de 20 (vinte) horas, exercendo as atividades de seu cargo no CEI Branca de Neve, no período de 21/03/2016 a 23/12/2016.

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no Anexo V, da Lei Complementar n. 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a

partir do dia 21 de março de 2016.
Publique-se.

Passos Maia-SC, 18 de março de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 898, DE 22 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 898, de 22 de março de 2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico expedido pelo Dr. Alex Magadiel Klaus – CRM/SC 11945 – em 22 de março de 2016, que sugere afastamento da servidora Cleimar Borges dos Santos de suas atividades laborais por período de 90 (noventa) dias;
Considerando o disposto no inciso I, do art. 76, da Lei Complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999, que prevê a possibilidade de concessão de licença para tratamento de saúde aos servidores públicos municipais;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora CLEIMAR BORGES DOS SANTOS, matrícula n. 365, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, com lotação na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 22/03/2016 a 19/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 22 de março de 2016

Publique-se

Passos Maia-SC, 22 de março de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 899, DE 28 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 899, de 28 de março de 2016.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR (SEM VENCIMENTOS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de

conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 82, VII, § 3º, da Lei Complementar n. 002, de 14 de setembro de 1998,

Considerando o requerimento da servidora, solicitando prorrogação de licença sem vencimentos, por mais 02 (dois) anos;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR (SEM VENCIMENTOS) da servidora BERNARDETE SALES MENDES, matrícula n. 18, ocupante do Cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, com lotação na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 30/03/2016 a 29/03/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 30 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 28 de março de 2016.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 900, DE 30 DE MARÇO DE 2016

PORTARIA Nº 900, de 30 de março de 2016.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998,

Considerando a licença para tratamento de saúde, concedida à servidora Cleimar Borges Dos Santos através da Portaria n. 898, de 22 de março de 2016;

Considerando a inexistência de profissionais disponíveis no quadro permanente de servidores municipais para atendimento da demanda de Auxiliares de Serviços Gerais, gerada pela licença para tratamento de saúde da servidora efetiva;

Considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n. 002/2013, levado a efeito pelo Edital nº 002/2014, homologado pela Portaria nº. 289, de 31 de janeiro de 2014 e prorrogado pela Portaria n. 527, de 23 de janeiro de 2015, e inexistirem Auxiliares de Serviços Gerais aprovados, para preenchimento da vaga em questão;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário para atender necessidades transitórias de excepcional interesse público;
Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, a senhora NAIR MARTINS, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, símbolo SG-13, cumprindo carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, pelo período de 30/03/2016 a 19/06/2016.

Parágrafo Único – Para o exercício do cargo, as servidoras ora contratadas farão jus ao vencimento mensal previsto no anexo V, da Lei Complementar Municipal nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 30 de março de 2016.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 30 de março de 2016.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 004/2016

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 004/2016

(ORIGINADO DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 001/2016)

“APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO 2013, DO PREFEITO MUNICIPAL DE PASSOS MAIA – SC, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANI DE FATIMA NERVIS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, do Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas conforme Artigo nº 59 da Lei Complementar (Estadual) nº 202/2000, Artigo nº 51, Parágrafo Terceiro da Lei Orgânica do Município de Passos Maia e pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, considerando o parecer favorável da Comissão de Finanças e Economia e aprovação pelo Poder Legislativo, sanciona e promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam “aprovadas” as Contas do Exercício de 2013 (dois mil e treze), do Prefeito Municipal de Passos Maia, estado de Santa Catarina, conforme o Artigo 59 da Lei Complementar (estadual) nº 202/2000 e Artigo nº 51, Parágrafo Terceiro, da Lei Orgânica do Município de Passos Maia, com as seguintes ressalvas, de acordo com a recomendação do EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos autos Processo: @PCP-14/00151756 - Relatório: GAC/LEC - 220/2014, fls. 260:

3.2.1 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no 48-A, II da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7, do Relatório DMU nº 2818/2014);

3.2.2 Repasses ao Consórcio intermunicipal de saúde - AMOSC, no valor de R\$ 108.000,00, empenhados no elemento 01 – aposentadorias, reserva remunerada e reformas, em desacordo com o artigo 85 da lei n.º 4.320/64 c/c Portaria Interministerial STN/SOF 163/2001 alterada pela Portaria Conjunta n.º 01, de 13 de julho de 2012 (fls. 165 a 167);

3.2.3 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "c", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.4, do Relatório DMU nº 2818/2014);

3.2.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.6, do Relatório DMU nº

2818/2014). (grifos nossos)

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia/SC, Sala de Sessões, 18 de abril de 2016.

ROSANI DE FATIMA NERVIS

Presidente

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 005/2016

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 005/2016

(ORIGINADO DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 002/2016)

“APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO 2014, DO PREFEITO MUNICIPAL DE PASSOS MAIA – SC, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANI DE FATIMA NERVIS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, do Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas conforme Artigo nº 59 da Lei Complementar (Estadual) nº 202/2000, Artigo nº 51, Parágrafo Terceiro da Lei Orgânica do Município de Passos Maia e pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, considerando o parecer favorável da Comissão de Finanças e Economia e aprovação pelo Poder Legislativo, sanciona e promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam “aprovadas” as Contas do Exercício de 2014 (dois mil e quatorze), do Prefeito Municipal de Passos Maia, estado de Santa Catarina, conforme Artigo nº 59 da Lei Complementar (estadual) nº 202/2000 e Artigo nº 51, Parágrafo Terceiro, da Lei Orgânica do Município de Passos Maia, com as seguintes ressalvas, de acordo com parecer do EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, autos do Processo: @PCP-15/00208210 - Relatório: GAC/CFF - 1294/2015, fls. 202:

6.2.1 Ausência de remessa do Parecer do Conselho do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07. (Item 6.1);

6.2.2 Divergência, no valor de R\$ 152.895,82, entre o saldo apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ 265.137,13) e o saldo do Passivo Financeiro constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 (R\$ 418.032,95), caracterizando afronta aos artigos 85 e 105 da referida Lei. Registra-se que a diferença refere-se ao saldo anterior do Anexo 17. (Quadro 10);

6.2.3 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar n° 101/2000 alterada pela Lei Complementar n° 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II, do Decreto Federal n° 7.185/2010 (Capítulo 7);

6.2.4 Repasses ao Consórcio intermunicipal de saúde - AMOSC, no valor de R\$ 132.000,00, empenhados no elemento 01 – aposentadorias, reserva remunerada e reformas, em desacordo com o artigo 85 da Lei n.º 4.320/64 c/c Portaria Interministerial STN/SOF 163/2001 alterada pela Portaria Conjunta n.º 01, de 13 de julho de 2012 (fl. 142 – Sistema e-Sfinge). (grifos nossos)

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia/SC, Sala de Sessões, 18 de abril de 2016.

ROSANI DE FATIMA NERVIS

Presidente

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 02/2016

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2016

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a Construção de Creche, Ginásio e Torre de Caixa d'água na Comunidade de Morro Agudo, Município de Paulo Lopes, conforme especificações constates do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – "DOCUMENTAÇÃO" e nº. 2 – "PROPOSTA" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130, centro, Paulo Lopes/SC, até as 08h55min do dia 06/05/2016. A sessão se dará a partir das 09h00min do dia 06/05/2016, no endereço acima especificado. O edital encontra-se a disposição dos interessados, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Paulo Lopes, 19 de abril de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 19/2016

DECRETO Nº 19/2016
Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.659 de 16 de dezembro de 2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), de acordo com as especificações seguintes:

1401 – FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE R\$ 370,00
14.422.0006.2.025 – Manutenção do Fundo da Criança e do Adolescente R\$ 370,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.24.001137 – Aplicações Diretas R\$ 370,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) da fonte 0.1.24.001137 – Transferência TJ.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 20 de abril de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

EXTRATO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2016

EXTRATO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS para preenchimento de vagas para ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição nos site www.paulo-lopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes, 19 de abril de 2016.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 145/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 145/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 660/1994, artigo 14º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Marjorie Azevedo Vasques brasileira, portadora do CPF nº 971.403.840-53, residente e domiciliada no Município Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11217, aprovada em Segundo lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Professor (a) de Artes, com carga horária de 20 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 18/04/2016 à 17/04/2018 sob Regime Estatutário (Estatuto do Magistério Público do Município de Paulo Lopes), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 18 de Abril de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**1º TERMO ADITIVO Nº. 01/2016 AO CONTRATO Nº. 02/2014**

1º TERMO ADITIVO Nº 01/2016 AO CONTRATO Nº. 02/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 02/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado A CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES, inscrita no CNPJ sob o nº.79.886.578/0001-67 neste ato representado por seu Sr.Tobias Manoel Raupp, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67 representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Júnior, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 02/2014, para constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA

O prazo Contratual fica prorrogado até 30/05/2016.

Cláusula Segunda - DO REAJUSTE

Os valores contratados serão reajustados conforme previsão do contrato inicialmente firmado.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Paulo Lopes, 31 de dezembro de 2015.
CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
Presidente Tobias Manoel Raupp
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
Ernesto Muniz de Souza Jr.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF nº

Nome:
CPF nº

Penha

PREFEITURA

173

PORTARIA Nº 173/2016

O Prefeito Municipal de Penha e.e., no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

NOMEAR: Membros para compor a COMISSÃO JULGADORA DAS AMOSTRAS dos Processos Licitatórios para aquisição de Gêneros Alimentícios a serem utilizados pela rede municipal de ensino:

Processo Administrativo nº 08/2016 – PMP/Chamamento Público nº 01/2016- PMP para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL; Processo Administrativo nº 09/2016 – PMP/Pregão Presencial nº 06/2016 – PMP para AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS; Processo Administrativo nº 15/2016 – PMP/Pregão Presencial nº 12/2016 – PMP para AQUISIÇÃO DE CARNES, PEIXES, QUEIJOS E BEBIDAS LÁCTEAS;

Processo Administrativo nº 16/2016 – PMP/Pregão Presencial nº 13/2016/PMP para AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (SECOS);

compostas dos funcionários abaixo:

- Elza Maria Bertoldi – Secretária Adjunta
- Lúcia Gonçalves da Silva – Diretora Administrativa
- Bárbara da Luz – Coordenadora de Estoques
- Kamila Mariana Duarte Soltoski – Nutricionista
- Michele Golin Casagrande Colossi - Nutricionista

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 18 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

2615

DECRETO Nº 2615/2016

DISPÕE SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL COM RELAÇÃO A ACOLHIDA DOS MÉDICOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 65, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Medida Provisória n. 621, de 8 de julho de 2013, convertida na Lei Federal 12.871 de 22 de outubro de 2013, com a Portaria interministerial nº 1369 de 08 de julho de 2013 e da Adesão e Compromisso ao Programa, determina que :

Considerando que o Programa Mais Médicos atende os interesses da população, tendo em vista a escassez de profissionais;

Considerando que o Município de Penha Aderiu ao Programa mais Médico para o Brasil, onde estão definidas as responsabilidades mútuas;

Considerando que o Ofício Circular 01/2013- DEPREPS/SGTES/MS

determina a responsabilidade dos Municípios através das Secretarias de Saúde, a providenciar a moradia alimentação dos profissionais;

Considerando que é o Ministério da Saúde quem pagará a remuneração dos médicos, e o programa visa que o trabalho se dê exclusivamente na periferia das grandes cidades e nos municípios do interior, melhorando os serviços públicos críticos, pois a população necessita de mais médicos e que estes permaneçam mais perto da população;

Considerando que o Programa diminui gastos com a contratação direta pelo Município de mais médicos, e ante a grande rotatividade dos médicos no Município, e as obrigações estabelecidas na Cláusula Terceira, item 3.1, alíneas a, h, j, k, do Termo de Adesão e Compromisso ao Projeto Mais Médicos Para o Brasil, DECRETA:

Art. 1º Fica determinado que para cumprimento ao Termo de Adesão ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, com relação às obrigações do Município de Penha no sentido de garantir moradia (condições de habitabilidade e segurança e atenda o padrão médio de moradia da localidade), transporte adequado e seguro para deslocar-se para o local das atividades, alimentação adequada e fornecimento de água potável, compreenderá os seguintes valores:

a) Para auxílio moradia: R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) mensais em forma pecuniária, para cada médico participante do Projeto.

b) Para auxílio alimentação: R\$ 300,00 (Trezentos reais) mensais em forma pecuniária, para cada médico participante do Projeto.

c) Para auxílio transporte: R\$ 200,00 (Duzentos reais) mensais em forma pecuniária, para cada médico participante do Projeto.

Parágrafo único - Será repassado ao médico citado no caput deste artigo o valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) sendo possível o profissional fazer remanejamento dos gastos efetuados, em conformidade com suas necessidades.

Art.2º - Deverá a Secretaria da Saúde, através do Fundo Municipal da Saúde dar cumprimento aos termos estabelecidos neste Decreto regulamentar.

Art.3º - O Secretário da Saúde Municipal para dar cumprimento ao Projeto deverá definir, em conjunto com o supervisor, a forma de cumprimento da carga horária de atividades do Projeto pelo médico, bem como deverá comunicar imediatamente à Coordenação do Projeto qualquer intercorrência, irregularidade ou denúncia que tenha ciência em razão de atos de terceiros ou de ofício para que sejam adotadas as providências pertinentes e necessárias ao bom andamento e execução do Projeto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo validade pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses nos termos estabelecidos no Termo de Adesão e Compromisso.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 18 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2016- FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 24/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2016 - FMS

Aos 18 (dezoito) dias, do mês de Abril de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 02/2016 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA, com sede na cidade Blumenau/SC, no Bairro Velha, na Rua Pereira Oliveira, nº 85, galpão nº 02, no CEP 89036-350, no telefone (47) 91819951, no E-mail rspapinf@terra.com.br, inscrita sobre CNPJ nº 12.667.876/0001-75. Banco do Bradesco, Agência nº 2246-2 e Conta Corrente nº 16363-5.

1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SEREM UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 02/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Programa de Trabalho / Atividade				Elemento de Despesas:		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO		
				MARCA	UNITÁRIO	GLOBAL
1	Alfinete para mapa com ponta de bolinha Cx c/50 sendo: 40 caixas cor amarelo 40 caixas cor azul 40 caixas cor verde 40 caixas cor vermelho 40 caixas cor branco 40 caixas cor preto	Cx	240	JOCAR	R\$: 1,90	R\$: 456,00
2	Apagador para quadro magnético branco	Unid	12	STAR	R\$: 1,62	R\$: 19,44
3	Apontador manual para lápis, com 01 furo, com reservatório de 7 ml, em plástico resistente. APRESENTAR AMOSTRA	Unid	200	RTICOR	R\$: 0,57	R\$: 114,00
4	Arquivo morto papelão 2 capas kraft medidas: (344x125x237)	Unid	150	DELCRIS	R\$: 1,26	R\$: 189,00
7	Caderno universitário 10 matérias 200 folhas, grande, capa dura.	Unid	200	CREDEAL	R\$: 6,98	R\$: 1.396,00
9	Calculadora eletrônica, número de dígitos mínimo 12, tipo mesa, fonte de alimentação pilhar/solar, cor cinza, tamanho mínimo de 15x10.	Unid	60	MJ	R\$:10,00	R\$: 600,00
10	Caneta esferográfica: características do produto corpo hexagonal e transparente para visualização da tinta. Tinta de alta qualidade, que seca rapidamente evitando borrões na escrita. Durabilidade: Escreve até 2 km. Escrita macia Especificações: Ponta média de 1mm, largura da linha 0,4 mm - Tampa e plug da mesma cor da tinta. - Tampa ventilada em conformidade com padrão ISO. - Bola de Tungstênio, esfera perfeita e muito resistente. Embalagem caixa com 50 unidades, sendo: 50 caixas tinta cor AZUL 30 caixas tinta cor PRETA 20 caixas tinta cor VERMELHA APRESENTAR AMOSTRA.	Cx	100	INJEXPEN	R\$:14,00	R\$:1.400,00
11	Caneta hidrográfica colorida embalagem 12 cores, atóxico, com tampa, embalagem plástica de aproximadamente 17,5 x 14,5 x 1 cm	Cx	60	JOCAR	R\$:1,75	R\$: 105,00

12	Pincel atômico ponta grossa 100 unidades na cor azul 100 unidades na cor preto 100 unidades na cor verde 100 unidades na cor vermelho	Unid	400	JOCAR	R\$: 1,00	R\$: 400,00
13	Caneta marca CD ponta fina sendo: 100 unidades vermelha 100 unidades preta	Unid	200	JOCAR	R\$:1,82	R\$: 364,00
14	Caneta hidrocor tipo marca texto, sendo: 60 na cor amarela 60 na cor azul 60 na cor laranja 60 na cor verde	Unid	240	JOCAR	R\$: 0,74	R\$: 177,60
15	Caneta pincel para quadro magnético branco sendo: 30 unidades de tinta vermelha 30 unidades de tinta azul 30 unidades de tinta verde 30 unidades de tinta preta	Unid	120	JOCAR	R\$: 1,30	R\$:156,00
16	Cartolina branca	Unid	100	ALLCART	R\$0,32	R\$: 32,00
18	Clips galvanizados nº 3 cx. c/ 100 unidades	Cx	40	NEW	R\$: 2,40	R\$: 96,00
19	Clips galvanizados nº 4 cx. c/ 100 unidades	Cx	40	NEW	R\$: 2,40	R\$: 96,00
20	Clips galvanizados nº 8 cx. c/ 100 unidades	Cx	40	NEW	R\$: 2,40	R\$: 96,00
21	Corretivo líquido, base água, 18 ml, tipo padrão	Unid	100	RADEX	R\$: 0,82	R\$: 82,00
23	Estilete largo lâmina c/ 18 mm	Unid	24	OFICE	R\$: 1,26	R\$: 30,24
26	Fita adesiva larga transparente 45mmx40m	Unid	100	FSP	R\$: 2,02	R\$: 202,00
28	Grampo p/ grampeador 26/6 galvanizado cx c/ 5.000 unidades.	Cx	100	MARIPEL	R\$2,44	R\$: 244,00
30	Fita Adesiva dupla face fixa forte 24 mm x 1,5 m	Unid	30	EUROCEL	R\$: 5,60	R\$: 168,00
31	Fichário AZ preto para arquivo para papel perfurado	Unid	30	MARCALI	R\$: 4,30	R\$: 129,00
32	Fita crepe 25 mm x 50 metros	Unid	40	EUROCEL	R\$: 2,90	R\$: 116,00
33	Grampeador de mesa 26/6, metal	Unid	40	CAVIA	R\$: 5,74	R\$: 229,60
34	Perfurador de papel c/2 furos 6/8 folhas	Unid	12	JOCAR	R\$: 4,20	R\$: 50,40
36	Lapiseira (porte para grafite 0,7 mm, cor preta, plástico resistente, c/borracha branca) caixa c/ 24 unidades – APRESENTAR AMOSTRA	Cx	03	GOLLER	R\$: 46,20	R\$: 138,60
38	Molha dedo tipo pasta especial, 12 gramas, atóxico	Unid	30	STAR	R\$: 1,12	R\$: 33,60
39	Papel ofício A4 210x297 mm Branco. Cx com 10 resmas	Cx	100	BOREAL	R\$:126,60	R\$:12.660,00
40	Pasta c/aba elástica, cor cristal – Medida: 24,5 x 4,0 x 33,5 cm	Unid	50	ALAPLAST	R\$:1,82	R\$:91,00
50	Régua escolar em PVC reciclado pet medindo 30 cm, tamanho espessura 2 mm, acabamento corte declive (base espessura diminuída 1 mm)	Unid	80	VALEW	R\$: 0,60	R\$: 48,00
51	Giz de cera curto fino c/ 12 cores	Unid	20	PIRATININGA	R\$: 1,12	R\$: 22,40
52	Giz de cera curto grosso c/ 12 cores	Unid	20	PIRATININGA	R\$: 2,10	R\$: 42,00
53	Tubo de cola escolar, lavável, atóxica, cor branca. Frascos de 40 gr. APRESENTAR AMOSTRA	Unid	120	PIRATININGA	R\$: 0,70	R\$: 84,00
54	Tubo de cola escolar em bastão, atóxica 40g	Unid	50	JOCAR	R\$: 1,42	R\$: 71,00
55	Massa de modelar caixa c/ 06 cores 60 gr.	Unid	30	JOCAR	R\$: 1,26	R\$: 37,80
58	Tesoura uso geral aço 21 cm	Unid	30	JOCAR	R\$: 2,94	R\$: 88,20
66	Pilha alcalina pequena AA, embalagem com 02 unidades	Embalagem	150	ELGIN	R\$: 2,50	R\$: 375,00
67	Pilha alcalina palito AAA, embalagem com 04 unidades	Embalagem	150	ELGIUN	R\$: 4,96	R\$: 744,00
68	Porta correspondência de mesa tripla com 03 bandejas, acrílico cristal ou fumê. Dimensões: 180 x 253 x 515. Peso 975 gr	Unid	30	BELART	R\$:25,00	R\$: 750,00

69	Pasta catálogo, cor preta tamanho ofício, com 50 plásticos com espessura 0,20mm	Unid	40	DAKI	R\$: 7,30	R\$: 292,00
74	TNT rolo cor rosa pink 140x50	Rolo	01	SANTA FÉ	R\$: 45,00	R\$:45,00
75	TNT rolo cor vermelho 140x50	Rolo	01	SANTA FÉ	R\$: 45,00	R\$:45,00
76	TNT rolo cor azul 140x50	Rolo	01	SANTA FÉ	R\$:45,00	R\$:45,00
77	TNT rolo cor branco 140x50	Rolo	01	SANTA FÉ	R\$:45,00	R\$: 45,00
78	TNT rolo cor amarelo 140x50	Rolo	01	SANTA FÉ	R\$:45,00	R\$:45,00
					TOTAL	R\$:22.650,88

1.2 – Para a contratação desses materiais, o valor global estimado é de R\$ 22.650,88 (vinte e dois mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos)

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 02/2016 - FMS.

3 - LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 - A entrega de materiais objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 05 (cinco) dias.

4 - DO PRAZO

4.1– A entrega de materiais ora contratado terá início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 – Os quantitativos dessa entrega de materiais são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 – A entrega de materiais deverá ser ocorrer em até 5 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria de Saúde.

5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida à aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 02/2016 - FMS.

6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

7 – RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, consequentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade do material fornecido, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da realização da entrega do material, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega desta prestação de serviços, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize toda a entrega do material, e efetue no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade da prestação de serviços realizada;
- b) efetuar o pagamento da entrega de materiais, na época de sua exigibilidade.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos materiais entregues observar-se-á o seguinte:

9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.4 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.5 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os serviços entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou serviços impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.6 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.7 - Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 - A entrega de material será fiscalizada pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos serviços, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega de material, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações da entrega de material exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

11 – PENALIDADES

11.1 - A falta de prestação de serviços no prazo assinalado importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer a prestação de serviços ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos sub itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário de Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

DANIELE S. DE S. LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
CNPJ: 12.667.876/0001-75

TESTEMUNHAS:
GUSTAVO JOÃO DA SILVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2016- FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 25/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2016 - FMS

Aos 18 (dezoito) dias, do mês de Abril de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 02/2016 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, com sede na cidade Navegantes/SC, no Bairro: Centro, na Avenida Santos Dumont, nº 88, no CEP: 88370-458, no Telefone (47) 3342-4598, inscrita sobre CNPJ nº 17.253.233/0002-80. Banco Caixa Econômica Federal, Agência nº 1879 e Conta Corrente nº 2444-6.

1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SEREM UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 02/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Programa de Trabalho / Atividade				Elemento de Despesas:		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO		
				MARCA	UNITÁRIO	GLOBAL
6	Borracha branca formato oval medindo mínimo 5 cm de comprimento e 3 cm de altura. Composição borracha natural e estiro butadieno. Atóxica. Com selo do INMETRO. APRESENTAR AMOSTRA	Unid	200	MERCUR	R\$: 0,98	R\$: 196,00
8	Caixas para arquivo em polionda, tamanho ofício (250x130x350mm)	Unid	200	POLIONDA	R\$: 3,57	R\$: 714,00
17	CD-RW gravável c/ 100 unid. (80 min/700 mb) 52x embalagem c/ 5 und	Unid	20	MULTILASER	R\$: 66,80	R\$: 1.336,00
22	Envelope saco kraft branco 80 gr. 24x34 cm caixa c/ 100 unidades	Cx	24	FORONI	R\$: 20,58	R\$: 493,92
24	Etiquetas brancas em folhas formato A4, tamanho 12,7 mm x 44,45 mm	Unid	60	PIMACO	R\$: 0,55	R\$: 33,00
25	Ficha índice para fichário de mesa 6x9 AZ cx c/ 20und	Unid	40	MANO	R\$: 15,47	R\$: 618,80
27	Pasta suspensa papelão com visor plástico, etiqueta papel branca e grampo plástico, dimensão: 361 x 240. Caixa com 25 unidades.	Cx	50	DELLO	R\$: 25,41	R\$: 1.270,50
29	Extrator de grampo espátula zincado. Comprimento 15 cm, largura 2 cm	Unid	60	CARBRINK	R\$: 0,76	R\$: 45,60
42	Pasta sanfonada A4 com 12 divisórias • Em polipropileno. Tamanho cristal	Unid	24	DAC	R\$: 11,06	R\$: 265,44
43	Pen drive 4 GB – cor vermelha	Unid	20	MULTILASER	R\$: 16,49	R\$: 329,80
44	Pen drive 16 GB – cor preta	Unid	20	MULTILASER	R\$: 23,52	R\$: 470,40
45	Pen drive 32 GB – cor preta	Unid	15	MULTILASER	R\$: 41,45	R\$: 621,75
46	Ficha pautada 5X6 com 100 folhas	pct	50	SÃO DOMINGOS	R\$: 4,80	R\$: 240,00
47	Ficha índice az 5X6	Unid	24	MANNO	R\$: 8,75	R\$: 210,00
49	Porta canetas de mesa, acrílico cristal ou fumê, (local para canetas, porta recados e cartões e reservatório para clips. Dimensões (em mm) 228 x 65 x 90	Unid	30	DELLO	R\$: 7,06	R\$: 211,80
56	Tinta guache Caixa com 06 unidades de 15 ml cada, solúvel em água, não tóxicos. Composição: resina vegetal, pigmentos orgânicos, carga mineral e conservante tipo isotiazolona. Caixa com 06 cores	Cx	20	DELTA	R\$: 1,98	R\$: 39,60

59	Balão (bexiga) nº 7, pacote com 50 unidades. Balão diâmetro inflado: 20, 50. Balão volume em litros: 4,50. Sendo assim: 20 pacotes na cor branca; 20 pacotes na cor amarela; 20 pacotes na cor verde claro; 20 pacotes na cor azul; 20 pacotes na cor vermelha; 10 pacotes na cor rosa; 10 pacotes na cor preta; 10 pacotes na cor roxa;	Pacote	150	SÃO ROQUE	R\$: 6,37	R\$: 955,50
61	Bloco posttit 10x08 amarelo	Unid	200	3M NOTE FIX	R\$: 3,16	R\$: 632,00
63	Agenda telefônica AZ	Unid	24	TILIBRA	R\$: 7,98	R\$: 191,52
64	Agenda 2016 capa dura, cor preta, uma página por dia, folha pautada,	Unid	40	FORONI	R\$: 15,23	R\$: 609,20
73	Papel A4 colorido pacote com 100 folhas	Unid	20	REPORT	R\$: 3,42	R\$: 68,40
79	Tachinha de metal caixa com 100 unidades	Cx	12	BACCHI	R\$: 2,78	R\$: 33,36
					TOTAL	R\$: 9.586,59

1.2 – Para a contratação desses materiais, o valor global estimado é de R\$: 9.586,59 (nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e nove centavos).

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 02/2016 - FMS.

3 - LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 - A entrega de materiais objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 05 (cinco) dias.

4 - DO PRAZO

4.1– A entrega de materiais ora contratado terá início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 – Os quantitativos dessa entrega de materiais são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 – A entrega de materiais deverá ser ocorrer em até 5 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria de Saúde.

5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida à aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 02/2016 - FMS.

- 6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.
- 6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.
- 6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.
- 6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.
- 6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.
- 6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

7 – RESPONSABILIDADES

- 7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, consequentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.
- 7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.
- 7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade do material fornecido, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da realização da entrega do material, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.
- 7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega desta prestação de serviços, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.
- 7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.
- 7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize toda a entrega do material, e efetue no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:
- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade da prestação de serviços realizada;
 - b) efetuar o pagamento da entrega de materiais, na época de sua exigibilidade.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:
- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;
- 9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos materiais entregues observar-se-á o seguinte:
- 9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 9.4 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.
- 9.5 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os serviços entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou serviços impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.
- 9.6 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.
- 9.7- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:
- 9.8.1 – A entrega de material será fiscalizada pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos serviços, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.
- 9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega de material, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.
- 9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.
- 9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.
- 9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo

do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações da entrega de material exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

11 – PENALIDADES

11.1 - A falta de prestação de serviços no prazo assinalado importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer a prestação de serviços ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos sub itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário de Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

DANIELE S. DE S. LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP
CNPJ: 17.253.233/0002-80

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2016- FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2016 – FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 - FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2016 - FMS

Aos 18 (dezoito) dias, do mês de Abril de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 02/2016 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

WRS SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA, com sede na cidade Itajaí/SC, no Bairro: Centro, na Rua: Almirante Barroso, nº 330, Sala nº 02, no CEP: 88303-040, no Telefone (47) – 3045-6602, inscrita sobre CNPJ nº 13.140.107/0001-87. Banco Itaú, Agência nº 0292 e Conta Corrente nº 91173-2.

1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SEREM UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 02/2016 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Programa de Trabalho / Atividade				Elemento de Despesas:		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO		
				MARCA	UNITÁRIO	GLOBAL
48	Prancheta ofício de acrílico A4 resisternte. Prendedor de metal	Unid	80	WALEU	R\$:8,80	R\$: 704,00
60	Folha de E.V.A emborrachada 45 x 60 liso, sendo: 25 unidades na cor amarela 25 unidades na cor verde claro 25 unidades na cor azul 25 unidades na cor vermelha 25 unidades na cor rosa 25 unidades na cor preta 25 unidades na cor marrom 25 unidades na cor verde escuro 25 unidades na cor roxa	Unid	225	FK. IM-PORTS	R\$: 1,00	R\$: 225,00
81	Pistola para cola quente 220 w grande	Unid	02	KIT	R\$: 20,00	R\$: 40,00
					TOTAL	R\$: 969,00

1.2 – Para a contratação desses materiais, o valor global estimado é de R\$: 969,00 (novecentos e sessenta e nove reais)

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 02/2016 - FMS.

3 - LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 - A entrega de materiais objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 05 (cinco) dias.

4 - DO PRAZO

4.1- A entrega de materiais ora contratado terá início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 - Os quantitativos dessa entrega de materiais são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 - A entrega de materiais deverá ser ocorrer em até 5 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria de Saúde.

5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida à aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 02/2016 - FMS.

6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

7 - RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade do material fornecido, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da realização da entrega do material, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega desta prestação de serviços, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 - É imprescindível que o proponente contratado disponibilize toda a entrega do material, e efetue no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade da prestação de serviços realizada;
- b) efetuar o pagamento da entrega de materiais, na época de sua exigibilidade.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;
- 9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos materiais entregues observar-se-á o seguinte:
- 9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 9.4 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.
- 9.5 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os serviços entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou serviços impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.
- 9.6 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.
- 9.7- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:
 - 9.8.1 – A entrega de material será fiscalizada pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos serviços, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.
 - 9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.
 - 9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega de material, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.
 - 9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.
 - 9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.
 - 9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.
 - 9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
 - 9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações da entrega de material exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

- 10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.
- 10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

11 – PENALIDADES

- 11.1 - A falta de prestação de serviços no prazo assinalado importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.
- 11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer a prestação de serviços ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.
- 11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.
- 11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.
- 11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.
- 11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.
- 11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos sub itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.
- 11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados

judicialmente.

12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário de Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

DANIELE S. DE S. LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

WRS SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA
CNPJ: 13.140.107/0001-87

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2016- FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 27/2016 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2016 - FMS

Aos 18 (dezoito) dias, do mês de Abril de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 02/2016 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME, com sede na cidade Blumenau/SC, no Bairro: Itoupavazinha, na Rua Amsterdam, nº 891, no CEP 89070-490, no telefone (47) 3209-1822, inscrita sobre CNPJ nº 21.304.312/0001-69. Banco do Brasil, Agência nº 3432-0 e Conta Corrente nº 23592-x.

1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SEREM UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 02/2016 - FMS, a que corresponde este

pacto, assim especificados:

Programa de Trabalho / Atividade				Elemento de Despesas:		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO		
				MARCA	UNITÁRIO	GLOBAL
5	Bloco flip chart 75 gr 64x88cm (c/50fls)	Unid	20	S.R	R\$: 34,52	R\$: 690,40
35	Lápis preto, nº 2, redondo, 7,2 mm de diâmetro, 170/175 mm de comprimento, confeccionado em madeira pinus reflorestado, mina P2-E, todo aparado, apontado, pintura brilhante na cor preto OBS: APRESENTAR AMOSTRA	Unid	600	LABRA	R\$: 0,28	R\$:168,00
37	Livro ata preto capa dura 32x21 com 100 folhas numeradas	Unid	100	P.B	R\$: 8,00	R\$: 800,00
41	Pasta polionda crital 3 cm	Unid	50	ALAPLAST	R\$: 2,37	R\$: 118,50
57	Lápis de cor cx c/ 24 cores, madeira 100 % reflorestada e certificada FSC, mina macia e resistente.	Cx	24	MULTICOLOR	R\$: 10,14	R\$: 243,36
65	Livro protocolo correspondência 1 / 4 100 fls	Unid	24	S.D	R\$: 6,75	R\$: 162,00
70	Plásticos para pasta catálogo 0	Unid	200	PLASTIPARK	R\$: 0,09	R\$: 18,00
71	Pasta polionda transparente, formato ofício e com canaleta em polipropileno na cor branca 1 cm	Unid	100	ALAPLAST	R\$: 1,57	R\$: 157,00
72	Plástico auto-adesivo em PVC, protegido no verso por papel siliconado com escala de medida de comprimento, tipo Contact, transparente, sem estampa, rolo medindo aproximadamente 25m x 45cm	Rolo	12	PLAVITEC	R\$: 46,50	R\$: 558,00
80	Bastão de Cola quente tubete grosso	Unid	60	RENDICOLA	R\$: 0,69	R\$: 4140
					TOTAL	R\$:2.956,66

1.2 – Para a contratação desses materiais, o valor global estimado é de R\$: 2.956,66 (dois mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 -Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 02/2016 - FMS.

3 - LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 - A entrega de materiais objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Saúde, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 05 (cinco) dias.

4 - DO PRAZO

4.1– A entrega de materiais ora contratado terá início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Saúde, até sua totalidade no valor licitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 – Os quantitativos dessa entrega de materiais são estimativos com base na análise da Secretaria de Saúde, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

4.3 – A entrega de materiais deverá ser ocorrer em até 5 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria de Saúde.

5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente.

5.2 - O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida à aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 02/2016 - FMS.

6.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

7 – RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade do material fornecido, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da realização da entrega do material, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega desta prestação de serviços, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

7.7 – É imprescindível que o proponente contratado disponibilize toda a entrega do material, e efetue no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados e seus prazos de validade, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade da prestação de serviços realizada;
- b) efetuar o pagamento da entrega de materiais, na época de sua exigibilidade.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos materiais entregues observar-se-á o seguinte:

9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.4 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.5 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os serviços entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou serviços impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.6 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.7- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 – A entrega de material será fiscalizada pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos serviços, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará

anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega de material, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações da entrega de material exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

11 – PENALIDADES

11.1 - A falta de prestação de serviços no prazo assinalado importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer a prestação de serviços ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos sub itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário de Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

DANIELE S. DE S. LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME
CNPJ: 21.304.312/0001-69

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

CONTRATO Nº 341/2016 PMP
CONTRATO Nº 341/2016 – RH//PMP

CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, de acordo com a Lei Complementar no 002/98, alterada pela lei complementar nº 007/03, PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2016.

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) SUZANA VITORINO CARDOSO CURSINO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 045.777.059-74, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: João Mariano Furtado, nº 232, Praia de Armação do Itapocoroy, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA

A PREFEITURA necessitando do serviço profissional de Pedagogia, atividade Professor I, Educação Infantil - prestado pelo(a) CONTRATADO(A), com fundamento na Lei Complementar nº 002/98, alterada pela Lei Complementar nº 007/03, firma o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA

O(A) CONTRATADO(A) exercerá suas atividades profissionais junto à Secretaria da Educação e Cultura, na Centro de Educação Infantil "Anjos do Itapocoroi", numa jornada de trabalho de 40 horas semanais, cujo expediente será de segunda-feira à sexta-feira, em horário a ser fixado pelo Estabelecimento de Ensino ou Secretaria da Educação e Cultura.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para remunerar o serviço em sua íntegra, estabelecido na Cláusula supra, pagará a PREFEITURA ao(a) CONTRATADO(A), o valor de R\$ 2.135,65 (dois mil cento e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) mensais.

CLÁUSULA QUARTA

O presente instrumento tem validade de 18/04/2016 até 16/12/2016, cujo pagamento correrá por conta da dotação abaixo:

10 -	Secretaria da Educação e Cultura
02 -	Departamento de Ensino
2.030 -	Funcionamento e Manutenção do Fundef 60% - Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.0018 -	Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

Este contrato destina-se ao preenchimento temporário do cargo efetivo de Professor (a), através de Regime Jurídico Administrativo, sem vínculo empregatício, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, podendo ser rescindido pelo não cumprimento das cláusulas acima transcritas, por interesse público ou de acordo com os interesses das partes contratadas.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Fórum da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Penha, 18 de abril de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES SUZANA VITORINO CARDOSO CURSINO
PREFEITURA CONTRATADO(A)

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 174/2016

PORTARIA Nº 174/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, II, a, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEIA: o Sr. DIOGO DE PAULA DUARTE, aprovado no Concurso Público, Edital nº 01/2015, para ocupar o cargo efetivo de MÉDICO VETERINÁRIO, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar desta data, com efeito retroativo a 10/03/2016, alterando a redação, revogando a Portaria 124/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 18 de abril de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PROCESSO SELETIVO 02/216 - INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

LISTA DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2016 - PMP

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais publica a Homologação das Inscrições do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº. 02/2016, destinado a formação de cadastro de reserva de servente merendeira, conforme segue:

	PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
--	---	--

NÚMERO INSCRIÇÃO	NOME
01	Amara Maria Ferreira
02	Lucilene Mateus
03	Sueli da Aparecida Rosa
04	Simone Izabel Alves
05	Luciana Suzena da Silva
06	Camila Garcia Soares
07	Suelen Garcia Soares
08	Edite Terezinha Venâncio
09	Joice Maria Alves da Silva
10	Rosangela Policarpo
11	Isolete das Graças Tavares de Souza
12	Silvana dos Santos Bertoti
13	Elcemira Persch
14	Daniela Borges da Silva
15	Aline Pontes Vargas Borges
16	Ângela Mª de Almeida dos Santos Borges
17	Rosimeri Marli Caldeira da Silva
18	Fabiana Aparecida da Silva
19	Sueli Borba dos Santos
20	Jenifer Santana
21	Neide Laura de Oliveira
22	Alaide Maria de Souza
23	Juliana Suzena da Silva
24	Jucelia Pacifico de Sant-Ana
25	Tassia Roberta da Silva Machado

26	Daniela de Abreu Pacheco
27	Clarice Biscola Coelho
28	Marlene Bianchini Lider
29	Márcia Marcos
30	Wanderléia Joaquina de Souza Araujo
31	Camila de Souza
32	Gisele Keller Pedroso
33	Karina Sandra Tomaz
34	Maiara Nezeli de Souza
35	Renate Meyer
36	Fernanda Luisa Maia da Silva
37	Dalene Maria de Santana
38	Kamila Cristina Lourenço Suartz da Silva
39	Vanderléia de Borba
40	Selma Natalia Ferreira Henkel
41	Jocelaine Salete de Oliveira Krich
43	Micheli Aparecida de Lima
44	Esmeralda dos Santos
45	Sandra Hanck
46	Minervina dos Santos Tavares
47	Elinéia Almerinda Francisco
48	Cínara Wnazuita Salustriano
49	Elisete Basílio
50	Lêda Adriana Freitas Carneiro
51	Mariane Celista
52	Luiza Antunes
53	Alventina Amara Rosa
54	Rita Luciano
55	Luzia Zelina do Nascimento
56	Jussara Maria Borba Vieira
57	Adriana Pontiolli
58	Ângela Maria da Silva
59	Milena da Silva
60	Maria Aparecida Pacheco Firmo
61	Edite Adamek
62	Valdete Ananias Ceregatti
63	Roseni de Andrade Siqueira Matuzaki
64	Lucinéia Vicente Caetano
65	Antonio Carlos Cardoso
66	Juciane Evaristo da Silva
67	Maria Rosa Vieira Tomioli
68	Dayana Karina de Oliveira
69	Mayara Regina Lemos
70	Gisiane Matilde Vieira
71	Cleusa Biscola
72	Sandra Regina Gorgisk de Souza
73	Maristela dos Santos
74	Angélica Amélia Galdino Veloso
75	Marli Elisabete Ajudarte Correa
76	Lindomar Nascimento Severino
77	Scheila Borchardt
78	Samanta Naiara Harbs Celista
79	Patrícia Peres Gonçalves
80	Claudinei de Oliveira
81	Nelsi Geneci Gluge
82	Franciane Aparecida Celista
83	Patrícia Maria da Silva
84	Luciana Ricaldes Pavão
85	Denise Paulino da Silva
86	Jessica Jacinto
87	Daiane Chagas
88	Claudia Ribeiro da Rosa
89	Tecla da Luz Vaz
90	Valdir Vaz

91	Andressa Ojeda Martins
92	Maria de Lurdes Mainardes Silva
93	Tatiane Correa Tomé
94	Cláudia Adriana Galetti
95	Maria Vergiliano de Meira
96	Eliete de Oliveira Domeciano
97	Cassiane Maria Barros
98	Cristiane de Barros
99	Gleyciane Miranda Soares
100	Renata Paulina Domeciano
101	Deise Vozniack
102	Maria Salete Mendes
103	Robison Luis Vinharski
104	Elisiane Helia Albano
105	Isamara Cristina Venancio de Lima
106	Miriam Silva Chagas
107	Isabela Celista
108	Cristiane Celista
109	Alessandra Andino de Paula
110	Carla Rosa dos Santos
111	Marcia Simone Trentin
112	Adriano Vieira
113	Juliana Regina da Amorim Ceregatti
114	Maria da Carmo Camilo
115	Maria de Fatima Nicolau
116	Ana Maria de Aquino
117	Gisele Cristina Rebelo
118	Flávia Cristina dos Santos Aquino
119	Oraci Schaefer Schimaller
120	Tânia Maria Correia
121	Rita de Cassia Abreu Campos
122	Vanessa Francisco
123	Eliciana Rosa
124	Elisabete Aparecida Cunha de Oliveira
125	Nivia Elisabete Vitorino Bento
126	Terezinha de Borba
127	Maria de Loudes Camargo
128	Ivani de Melo
129	Andréia Patricia Maximiano
130	Josiane Nogueira de Borba
131	Lizandra da Rocha
132	Alice Ristow Roza
133	Maria Angela da Silva
134	Maria Odete Vicente Anacleto
135	Lohaine Cristina Coleho
136	Fernando Alves Plasdo
137	Andréia Clabunde
138	Indianara Maria da Silva Norberta
139	Gecilda Zanotto
140	Rogéria Zanotto de Oliveira
141	Solange da Silva Leite
142	Angelita da Silva Rodrigues
143	Marília Carvalho Martini
144	Thaynara Camilla Merlik
145	Nadir Braz Linhares

Penha/Sc, 19 de abril de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 339/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 339/2016 – PMP

AO CONTRATO Nº 275/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 339/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 275/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , CAMILA CAROLL BENTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 084.596.889-09, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Augusto Teodoro, nº 135, Praia Grande, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil “Anjos do Itapocoroí”, no período de 18/04/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 18 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CAMILA CAROLL BENTO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 340/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 340/2016 – PMP

AO CONTRATO Nº 275/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 340/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 275/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , INDIANARA MENDES, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 092.721.999-99, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Manoel Celestino, nº 19, Nossa Senhora da Paz, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil “Dona Belinha”, no período de 18/04/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 18 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

INDIANARA MENDES
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TP01/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2016 - PMP

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2016 - PMP

Objeto: Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para reforma do Ginásio da Escola Municipal Rubens João de Souza localizada no bairro Centro, Penha/SC, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Recebimento dos Envelopes até: 09/05/2016 às 09:00horas.

Abertura do Processo: 09/05/2016 às 09:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Mikail Gileno dos Santos– Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 19 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

TP02/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2016 - PMP

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2016 - PMP

Objeto: Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para construção da Praça de São Miguel, localizada à Rua dos Viajantes, bairro Praia de São Miguel, Penha/SC, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Recebimento dos Envelopes até: 09/05/2016 às 14:00horas.

Abertura do Processo: 09/05/2016 às 14:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Mikail Gileno dos Santos– Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 19 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

TP03/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016 - PMP

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2016 - PMP

Objeto: Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para construção da Pista de Skate no Município de Penha/SC, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Recebimento dos Envelopes até: 10/05/2016 às 09:00horas.

Abertura do Processo: 10/05/2016 às 09:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Mikail Gileno dos Santos– Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 19 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

TP04/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2016 - PMP

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2016 - PMP

Objeto: Prestação de Serviço de manutenção elétrica a serem realizados quando da ocorrência de anomalias e/ou defeitos no sistema de iluminação pública compreendo logradouros públicos municipais, praças e jardins do Município de Penha/SC, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Recebimento dos Envelopes até: 10/05/2016 às 14:00horas.

Abertura do Processo: 10/05/2016 às 14:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Mikail Gileno dos Santos– Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M. Penha, 19 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 19/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 11/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 19/2016 – Pregão Presencial 11/2016.

Objeto: Aquisição de Colhedora de forragens nova (Ensiladeira), acoplável a trator agrícola, em atendimento a proposta SIGEF nº 16.796.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 06/05/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 06/05/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 20/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 12/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 20/2016 – Pregão Presencial 12/2016.

Objeto: Aquisição de Distribuidor de adubo orgânico líquido, em atendimento a proposta SIGEF nº 17.041.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 10h00min do dia 06/05/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 09h45min do dia 06/05/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 24/2016- FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 10/2015, Tomada de Preços nº 02/2015

Objeto: Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias(14/06/2016) o prazo de execução, para a 2ª Etapa da Obra de construção da Unidade Sanitária Gilberto Luiz Dallegrave - Centro, com área total de 858,75 m², sendo está o acabamento do piso superior com área de 433,75 m², construído junto a Rua Senador Nereu Ramos esquina com Rua Frei Bonifácio - Centro - Peritiba - SC.

Dados do Contrato: Contrato nº 24/2016 3º termo aditivo ao contrato Nº 31/2015

Contratado: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

Data de Vigência: 14/04/2016 à 14/06/2016

Município de Peritiba – SC em 14 de Abril de 2016.

ELIANI MORTARI

Secretária Municipal de Saúde

RESUMO DE EDITAL 02/2016

Estado de Santa Catarina. Município de Peritiba – SC. PROCESSO SELETIVO Nº 02/2016. PROCESSO SELETIVO PARA O PREENCHIMENTO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, DE VAGA DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. O Município de Peritiba, por sua Prefeita Municipal NEUSA KLEIN MARASCHINI, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Legislação pertinente a espécie, TORNA PÚBLICO, que se encontra aberto Processo Seletivo Municipal, visando à contratação para preenchimento de vaga do Poder Público Municipal, para o cargo descrito neste Edital, mediante as condições que seguem: 1. DAS VAGAS: Técnico em Enfermagem 40 horas e Operador de Máquinas 44 horas. 2. DAS INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas no Departamento de Recursos Humanos do Município de Peritiba, no período de 26/04 a 10/05/2016. As exigências para a realização das inscrições constam no edital. 3. ÍNTEGRA DO EDITAL: Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Peritiba (SC), ou pelo site www.peritiba.sc.gov.br. Peritiba (SC), 19 de Abril de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI. Prefeita Municipal.

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO 17 2016 - UNIFORMES

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa VERA LÚCIA SCHMIDT VARGAS ME, inscrita no CNPJ: 79.652.665/0001-30. Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PETROLÂNDIA. Data: 19/04/2016. Valor: R\$ 26.418,60. Petrolândia, 20 de abril de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 026/2016

DECRETO Nº. 026, de 22 de Março de 2016.
SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.636/2015, de 15 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente do Fundo Municipal da Agricultura, abaixo discriminada:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 3.3.93.00.00.00.00.00 – (26) Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgão
Recursos - 0.1.0159 – Recursos Farmácia Básica do Estado R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0080 – Recursos Ordinários, na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 22 de Março de 2016.
JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 027/2016

DECRETO Nº. 027, de 31 de Março de 2016.
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 15.050,00 (Quinze mil e cinquenta reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (30) Aplicações Diretas
Recursos - 0.1.0134 – Recursos Ordinários R\$ 5.050,00

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (21) Aplicações Diretas
Recursos - 0.1.0160 – Recursos MAC R\$ 10.00,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 15.050,00 (Quinze mil e cinquenta reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 3.3.71.00.00.00.00.00 – (10) Transferências a Consórcios Públicos
Recursos - 0.1.0134 – Recursos Ordinários R\$ 5.050,00

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde
Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 3.3.93.00.00.00.00.00 – (27) Aplicações Diretas
Recursos - 0.1.0160 – Recursos MAC R\$ 10.00,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 31 de Março de 2016.
JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 028/2016

DECRETO Nº. 028, de 08 de Abril de 2016.
DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PETROLÂNDIA.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso VII, Artigo 85, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Será facultativo o "Ponto" no dia 22 de Abril de 2016, nas repartições Públicas Municipais de Petrolândia.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 08 de Abril de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 029/2016

DECRETO Nº. 029, de 08 de Abril de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 10 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Unidade 01 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Proj./Atividade – 2.018 – Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Elemento de Despesa – 3.1.71.00.00.00.00.00 – (1) Transferências a Consórcios Públicos

Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
..... R\$ 40.000,00

Órgão 10 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Unidade 01 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Proj./Atividade – 2.018 – Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Elemento de Despesa – 3.3.93.00.00.00.00.00 – (7) Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgão

Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
..... R\$ 11.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 10 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Unidade 01 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Proj./Atividade – 2.018 – Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Elemento de Despesa – 3.3.50.00.00.00.00.00 – (3) Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
..... R\$ 51.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 08 de Abril de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 030/2016

DECRETO Nº. 030, de 08 de Abril de 2016.

HOMOLOGA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2016/SEC DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE PETROLÂNDIA.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Petrolândia;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Instrução Normativa nº. 001/2016/SEC, de 13 de Março de 2016, que estabelece normas acerca dos lanches oferecidos em datas comemorativas, durante o período letivo, nas unidades escolares atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Petrolândia SC, Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 08 de Abril de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2016/SEC.

Estabelece normas acerca dos lanches oferecidos em datas comemorativas, durante o período letivo, nas unidades escolares atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Petrolândia SC.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE PETROLÂNDIA/SC, órgão público, através da presente Instrução Normativa tem por finalidade incentivar o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar:

Considerando o disposto no artigo 2º. da Resolução nº. 26, de 17 de junho de 2013, no artigo 1º., na Portaria Interministerial nº. 1.010 de 8 de maio de 2006 e na Lei nº. 11.947, de 16 de junho de 2009;

Considerando o Inciso VI, Artigo 3º., do Decreto nº. 8.553, de 03 de novembro de 2015, que visa incentivar o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar e demais orientações;

Considerando a mudança no perfil epidemiológico da população brasileira com o aumento das doenças crônicas não transmissíveis, com ênfase no excesso de peso e obesidade, assumindo proporções alarmantes, especialmente entre crianças e adolescentes;

Considerando as recomendações da Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto à necessidade de fomentar mudanças socioambientais, em nível coletivo, para favorecer as escolhas saudáveis no nível individual;

Considerando que a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) insere-se na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e que entre suas diretrizes destacam-se a promoção da alimentação saudável, no contexto de modos de vida saudáveis e

o monitoramento da situação alimentar e nutricional da população brasileira;

Considerando que a alimentação no ambiente escolar pode e deve ter função pedagógica, devendo estar de acordo com as recomendações do Programa Nacional de Alimentação Escolar; Considerando que na Lei nº. 11.947 de 16 de junho de 2009, para os efeitos desta Lei, entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independente de sua origem, durante o período letivo.

RESOLVE:

Determinar a proibição da oferta de alimentos não saudáveis em festas de aniversário, tanto de alunos quanto de professores que envolvam os alunos nas unidades escolares em dias letivos, e demais datas comemorativas como páscoa, natal, dia das crianças, festa junina, passeios escolares, etc.

1- ALIMENTOS PERMITIDOS E PROIBIDOS

1.1 - Ficam estabelecidos no quadro abaixo os alimentos permitidos e proibidos nas datas comemorativas realizadas em ambiente escolar em dias letivos, lembrando que estes ingredientes devem ser manipulados por profissionais com treinamento em higiene e manipulação de alimentos da escola (manipulador de alimentos), utilizando gêneros alimentícios provenientes da alimentação escolar, sendo que cada unidade escolar deverá elaborar um cronograma com os eventos festivos que ocorrerão durante o ano e é necessária a comunicação prévia a responsável técnica do programa (nutricionista), sobre quais preparações serão elaboradas e oferecidas.

PERMITIDOS	PROIBIDOS
<ul style="list-style-type: none"> * Cuca com cobertura * Pipoca natural (estourada na panela) * Gelatina e gelatina espumosa * Bolo (Laranja, chocolate, com cobertura sem recheio) * Sanduíche colorido * Espetinho de frutas * Salada de frutas * Pão doce mini * Pão surpresa * Picolé de frutas * Brigadeiro de batata doce, aipim * Suco natural de frutas ou polpa de fruta * Bolachinhas caseiras * Pudim (torta de bolacha doce e salgada) * Em festas juninas: Batata doce assada, pinhão cozido, amendoim torrado. 	<ul style="list-style-type: none"> * Balas * Pirulitos * Gomas de mascar * Biscoitos recheados * Refrigerantes * Sucos artificiais * Salgadinhos industrializados * Brigadeiro * Frituras em geral * Chás gelados industrializados * Pipoca industrializada (microondas) * Guloseimas em geral * Algodão doce * Alimentos embutidos como: salsicha e mortadela

2 - DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

2.1 - Os alunos com necessidades nutricionais especiais (alergias alimentares, celíacos, intolerantes a lactose, alérgicos a proteína do leite, diabéticos, etc), deverão participar igualmente das comemorações tendo direito a alimentos preparados separadamente atendendo as especificidades e necessidades de cada um, porém de maneira que haja interação com as demais crianças. Para aqueles com doenças alimentares crônicas, a exemplo das citadas anteriormente, cabe ainda à escola e seus colaboradores garantir o direito humano de igualdade no atendimento, oferecendo alimentos adequados a situação de saúde de cada um e orientações a respeito,

sempre promovendo a inclusão social desse indivíduo no ambiente escolar e na sociedade.

3- DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 - Sugere-se que os pais em parceria com a escola forneçam brinquedos para divertimento das crianças ou utensílios como: copos descartáveis, pratinhos etc... no dia de comemoração do aniversário, ou também que a escola adquira utensílios diferentes como colheres de plástico coloridas, copos de plásticos coloridos, pratos coloridos, canudos de plástico para suco, afim de tornar o evento mais divertido e satisfatório às crianças.

3.2 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Petrolândia, 13 de Março de 2016.

ROSEMERE SCHEIDT SCHMIDT
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO Nº. 031/2016

DECRETO Nº. 031, de 11 de Abril de 2016.

CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS PARA FINS DE ALIENAÇÃO.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no Inciso VII, do Art. 85 e Art. 126 da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº. 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º. Constitui e nomeia membros para compor a Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis, que será formada pelos senhores: Jackson Marcondes Calbusch, Eloy Roberto Cunha, Thomas Krause, Mário Cesar Kammers e Sérgio Porto, sob a presidência do primeiro, com o fim especial de apurar o valor comercial dos bens de propriedade do Município de Petrolândia, para fins de alienação, através de leilão, conforme relação abaixo descrita:

BENS IMÓVEIS:

– 01 terreno rural, com área superficial de 20.000,00 m², situado no lugar denominado Rio Corrente, Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE, com terras José Laudelino Schappo e Erich Eger, onde mede 294,12 metros; ao SUL com terras de Ivo José Melo, de igual metragem; a LESTE, com terras de Aristides da Silva, onde mede 68,00m e ao OESTE, com terras de Simeão Staroshy, de igual metragem. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 15.044, sobre este um galpão com área de 220,00 m².

- 01 terreno rural, sem benfeitorias, com área superficial de 1.162,50 m², situado em Alto Barra Nova (Serra da Barra Nova), Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE, com terras de Geraldo Franz, onde mede 45,00m; ao SUL, com a Rodovia Municipal, onde mede 48m; LESTE, com terras de Geraldo Franz, onde mede 25,00m e ao OESTE, com terras de Geraldo Franz, de igual metragem. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 10.903, sobre este uma edificação com área aproximada de 78,00 m².

- 01 terreno rural, sem benfeitorias, com área superficial de 3.040.00 m², situado localidade Rio Maracujá, Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE com a Estrada Municipal, onde mede 70,00 metros; ao SUL com terras de Altino do Amarante, onde mede 60,00 metros; a LESTE com terra de Altino Amarante, onde mede 60,00

metros; e ao OESTE com terras de Altino Amarante, onde mede 40,00 metros. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 20.313, sobre este uma edificação com área aproximada de 60,00 m² mais uma edificação com área aproximada de 40,00m².

BENS MÓVEIS:

- 01 CAMINHONETE FIAT/DOBLO JAEDI AMBULÂNCIA, ano/mo-
delo 2008, Placas MFI 4325, RENAVAL 981671454, cor branca,
Álcool/Gasolina, chassi 9BD22315582013984.

- 01 MICROÔNIBUS VW/KOMBI ESCOLAR, ano 2007, modelo 2008,
Placas MGX 3781, RENAVAL 951814885, cor branca, Álcool/Gaso-
lina, chassi 9BWGF07X88P013331.

- 01 MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120B 2, ano 1986.

- 01 BRITADOR 5030, com um alimentador adequado, com um
motor de 25 HP, com um motor de 5 HP.

- 01 um TRANSFORMADOR de 150 KW.

Art. 2º. A ata de avaliação da comissão será anexada ao Processo
Licitação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 11 de Abril de 2016.
JOEL LONGEN
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS
(Decreto nº. 031, de 11 de Abril de 2016)

Aos catorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis,
reuniram-se os membros nomeados para a Comissão de Avaliação
de Bens Inservíveis para Leilão Público do Município de Petrolândia,
senhor Jackson Marcondes Calbusch, Engenheiro Civil e Presidente
da Comissão, senhor Eloy Roberto Cunha, Secretário Adjunto da
Juventude, Esporte e Lazer e Secretário da Comissão, Mário Ce-
sar Kammers, servidor público Thomas Krause, servidor público na
função de mecânico, Sérgio Porto, servidor público, para procede-
rem a avaliação dos bens a seguir relacionados:

- 01 terreno rural, com área superficial de 20.000,00 m², situa-
do no lugar denominado Rio Corrente, Petrolândia/SC, limita-se
ao NORTE, com terras José Laudelino Schappo e Erich Eger, onde
mede 294,12 metros; ao SUL com terras de Ivo José Melo, de igual
metragem; a LESTE, com terras de Aristides da Silva, onde mede
68,00m e ao OESTE, com terras de Simeão Staroshy, de igual me-
tragem. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 15.044, sobre
este um galpão misto, com escritório e 02 banheiros, com área de
220,00 m².

Valor comercial avaliado: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

- 01 terreno rural, sem benfeitorias, com área superficial de
1.162,50 m², situado em Alto Barra Nova (Serra da Barra Nova),
Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE, com terras de Geraldo Franz,
onde mede 45,00m; ao SUL, com a Rodovia Municipal, onde mede
48m; LESTE, com terras de Geraldo Franz, onde mede 25,00m e
ao OESTE, com terras de Geraldo Franz, de igual metragem. Ma-
triculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 10.903, sobre este uma
edificação com área aproximada de 78,00 m².

Valor comercial avaliado: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

- 01 terreno rural, sem benfeitorias, com área superficial de
3.040.00 m², situado localidade Rio Maracujá, Petrolândia/SC,
limita-se ao NORTE com a Estrada Municipal, onde mede 70,00

metros; ao SUL com terras de Altino do Amarante, onde mede
60,00 metros; a LESTE com terra de Altino Amarante, onde mede
60,00 metros; e ao OESTE com terras de Altino Amarante, onde
mede 40,00 metros. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº.
20.313, sobre este uma edificação com área aproximada de 60,00
m².

Valor comercial avaliado: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

- 01 CAMINHONETE FIAT/DOBLO JAEDI AMBULÂNCIA, ano/mo-
delo 2008, Placas MFI 4325, RENAVAL 981671454, cor branca,
Álcool/Gasolina, chassi 9BD22315582013984.

Valor comercial avaliado: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

- 01 MICROÔNIBUS VW/KOMBI ESCOLAR, ano 2007, modelo 2008,
Placas MGX 3781, RENAVAL 951814885, cor branca, Álcool/Gaso-
lina, chassi 9BWGF07X88P013331.

Valor comercial avaliado: R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais).

- 01 MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120B 2, ano 1986.

Valor comercial avaliado: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

- 01 BRITADOR 5030, com um alimentador adequado, com um
motor de 25 HP, com um motor de 5 HP.

Valor comercial avaliado: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

- 01 um TRANSFORMADOR de 150 KW.

Valor comercial avaliado: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Petrolândia, 14 de Abril de 2016.

JACKSON MARCONDES CALBUSCH PRESIDENTE	ELOY ROBERTO CUNHA SECRETÁRIO
MÁRIO CESAR KAMMERS MEMBRO	THOMAS KRAUSE MEMBRO
SÉRGIO PORTO MEMBRO	

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 144/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 144/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A MANUTENÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO DO MUNICÍPIO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa LUCAS VIECELI, autorizado através do Processo nº 103/2016, Dispensa de Licitação nº. 0066/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: LUCAS VIECELI

CNPJ n.º 19.794.489/0001-49

Endereço: Rua Vereador Florentino Neis

PINHEIRO PRETO -SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A MANUTENÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO DO MUNICÍPIO, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço no valor de R\$ 2.090,00 (Dois mil e noventa reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Proj/Atividade...: MANUT. DO FUNDO VIGILÂNCIA DIGITAL - FUNVID

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 12 de Abril de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
LUCAS VIECELI

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 146/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 146/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A CONCERTO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS: RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR E VEÍCULOS PLACAS: YAW-3791; QHD-3304; LZM-0956; MAY-1604, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO, autorizado através do Processo nº 107/2016, Dispensa de Licitação nº. 0067/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO
DE: FRANCISCO OLIVO-ME
CNPJ n.º 97.422.075/0001-00

Endereço: Avenida Castelo Branco, 282
PINHEIRO PRETO -SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A CONCERTO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS: RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR E VEÍCULOS PLACAS: YAW-3791; QHD-3304; LZM-0956; MAY-1604, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer O serviço no valor de R\$ 6.631,00 (Seis mil seiscentos e trinta e um reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO
Unidade Orçament.: SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Proj/Atividade....: MANUT. SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Mod. Aplicação....: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto lícitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 15 de Abril de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO
FRANCISCO OLIVO - ME

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

PORTARIA N. 190, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA N. 190, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

DETERMINA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR CONTRA AGENTE PÚBLICO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 231, 232 e 236 da Lei Complementar nº 016, de 17 de novembro de 1992 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto), e

Considerando o flagrante delito envolvendo o Servidor Público Luiz Fernando Rissi, ocupante de cargo de provimento efetivo, Portaria nº 237, de 28 de junho de 2012;

Considerando que o servidor não vem mantendo conduta compatível com a moralidade administrativa, praticando ações que prejudicam a eficiência do serviço público, bem como prejuízos ao patrimônio do Município;

Considerando que o Servidor inobservou o dever funcional, bem como praticou ato de improbidade administrativa;

Considerando que o servidor não vem cumprindo, na esfera de suas atribuições, as normas legais a que está sujeito;

Considerando que o servidor provocou lesão aos cofres públicos e praticou ato de manifesta improbidade administrativa, pois se apropriou de bens pertencentes ao Município de Pinheiro Preto/SC;

Considerando ter o Servidor praticado, em tese, infração tipificada nas alíneas "a" e "b" do inciso V do art. 215 c/c incisos I e IV do art. 225, todos da Lei Complementar Municipal 016, de 17 de novembro de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar processo disciplinar contra o Servidor Público Municipal Luiz Fernando Rissi, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 053.657.649-19, contratado em caráter efetivo para o cargo de motorista.

Art. 2º Instituir a comissão processante, que será composta pelos seguintes membros:

I – Maíra Mattana Mariani, ocupante do cargo ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Cadastro Geral, a qual

exercerá a presidência da Comissão;

II – Eloiza Felchilcher, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Recursos humanos;

III – Ideraldo Luiz Beal, ocupante do cargo de provimento efetivo de motorista.

Parágrafo único. É fixado o prazo de 60 (sessenta) dias para que a Comissão Processante conclua o processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 18 DE ABRIL DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 188, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 188, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA CLAUDINEI ANTÔNIO BATISTA DE ALMEIDA PARA o cargo efetivo de operador de trator agrícola.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Concurso Público 001/2014;

Considerando que o candidato, através de exames médicos, foi considerado apto para o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, mediante concurso público, CLAUDINEI ANTÔNIO BATISTA DE ALMEIDA, brasileiro, inscrito no CPF nº 091.683.809-92, para o cargo efetivo de operador de trator agrícola, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Agricultura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de abril de 2016

Centro Administrativo Municipal, 13 de abril de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 189, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 189, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA ADELAR BADO PARA o cargo de provimento em comissão de Secretário municipal de agricultura.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ADELAR BADO, brasileiro, inscrito no CPF nº 054.794.539-63, residente e domiciliado na Linha Navegantes, interior do Município de Pinheiro Preto - SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Agricultura, com vencimento previsto na Lei 1.596, de 03 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 13 de abril de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4540/2016

DECRETO Nº 4540/2016, DE 18 de abril de 2016.

NOMEIA O SENHOR ROGÉRIO DOS SANTOS PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 050/2014, Processo seletivo nº. 03/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado conforme o inciso VI do artigo 2º da lei Complementar nº 045/2013 e inciso II do artigo 4º da lei Complementar nº 050/2014 o Senhor ROGERIO DOS SANTOS, para o cargo de Operador de Maquinas – Trator Agrícola de Pneus, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente no período de 18/04/2016 a 17/04/2018, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 18 de Abril de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4541/2016

DECRETO Nº 4541/2016, DE 18 de abril de 2016.

NOMEIA O SENHOR RAFAEL ALVES PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei complementar 045/2013, Lei Complementar nº 050/2014, Processo seletivo nº. 03/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado conforme o inciso VI do artigo 2º da lei Complementar nº 045/2013 e inciso II do artigo 4º da lei Complementar nº 050/2014 o Senhor RAFAEL ALVES, para o cargo de Operador de Maquinas – Trator Agrícola de Pneus, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente no período de 18/04/2016 a 17/04/2018, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo valores fixados no anexo III da Lei Complementar 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 18 de Abril de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4542/2016

DECRETO Nº 4542/2016, DE 19 de abril de 2016.

“ALTERA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 494 de 07 de abril de 2008.

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado os membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, conforme discriminação,

passando a vigorar com a seguinte composição:

I - Representantes do Governo Municipal:

Departamento de assistência social

a) Titular: IVONE DALLACORTE

b) Suplente: INDIANARA NIETERWITZ

Departamento da Saúde

a) Titular: ELIANE BEE

b) Suplente: JUCELI DA SILVA

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

a) Titular: EDERSON LUIS BELLÉ

b) Suplente: IDALINO IVO BRESOLIN

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

a) Titular: VANICE CRISTINA DE MELLO

b) Suplente: GIOVANI JOSÉ MINUZZI

II- representante da Sociedade Civil:

Sindicato da Agricultura Familiar

a) Titular: GELSON SORANSO

b) Suplente: LÉONI DA MAIA PAVÃO

Associação Comercial e Industrial:

a) Titular: IVANILDES BET KONRAD

b) Suplente: JULIANA PAULA VIVIAN CHIARELLO

Movimento das Mulheres Camponesas:

a) Titular: SANTINA DA CAMPO

b) Suplente: TEREZINHA BORIN

Servidores Públicos Municipais:

a) Titular: ELAINE ZENAIDE BRAGHINI

b) Suplente: MARISTELA MARIA FERRARI

Art. 2º. O serviço do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social- FMHIS será considerado de caráter relevante, não se lhe atribuindo qualquer remuneração e nem se caracterizando qualquer vínculo de emprego entre a Prefeitura Municipal e seus componentes, incluindo a não geração de direitos ou obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 4426 de 30 de Junho de 2015.

Planalto Alegre/SC, 19 de Abril de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ED_RP0152016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 015/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016
Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NAS ÁREAS SOCIOEDUCATIVAS E CULTURAIS.

Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 02 de maio de 2016.

Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 02 de maio de 2016.

O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site: www.planaltoalegre.sc.gov.br.

PLANALTO ALEGRE, 19 de abril de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 003 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 003 / 2016

Processo Administrativo n.º 026 / 2016.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: INSTITUTO O BARRIGA VERDE - IOBV.
Objeto: CELEBRAÇÃO DE CONTRATO COM INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM PROCESSOS DE SELEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, QUE TENHA POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.
Valor Contratado – A remuneração da Contratada será através da arrecadação total das inscrições em até 1.000 candidatos. Acima desta quantidade 10% do valor será revertido ao Município de Pomerode.
Valor das inscrições: Ensino Fundamental e alfabetizado R\$40,00; Ensino Médio R\$70,00; e Ensino Superior R\$100,00.
Prazo de vigência: Cronograma definido pela Contratada – Prazo de 90 dias.
Base legal da Dispensa: Art. 24, Inciso XIII da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 19 de Abril de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004 / 2016

Processo Administrativo n.º 027 / 2016.
Permitente: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Permissionária: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Objeto: PERMISSÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE, PARA REALIZAÇÃO DA 34ª FESTA POMERANA NO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS FRANCISCO CANOLA TEIXEIRA, SITUADO NA AVENIDA 21 DE JANEIRO, N.º 2700, CENTRO - POMERODE/SC, A TÍTULO PRECÁRIO, VISANDO A REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO EVENTO, NO PERÍODO DE 12 A 22 DE JANEIRO DE 2017.
Valor da Concessão – Não haverá dispêndio de recursos públicos para execução da presente Dispensa de Licitação, com exceção das obrigações assumidas pelo PERMITENTE.
Prazo de vigência: Durante a 34ª Festa Pomerana – 12 a 22 de Janeiro de 2017.
Base legal da Dispensa: Art. 24, Inciso VIII da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 19 de Abril de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007 / 2016

Processo Administrativo n.º 008 / 2016.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002 / 2016,
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE BASE PARA IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.
Valor total contratado: R\$117.382,20 (cento e dezessete mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte centavos).
Prazo de execução da obra: 180 dias – Prazo Final: 11/10/2016.

Pomerode / SC, 13 de Abril de 2016.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 008 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 008 / 2016

Processo Administrativo n.º 022 / 2016.
Inexigibilidade de Licitação n.º 002 / 2016.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO VOLKMANN LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE PASSES ESCOLARES PARA TRANSPORTE COLETIVO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL N.º 2.337/2011.
Valor Unitário Bloco com 50 passes – R\$91,50 (noventa e um reais e cinquenta centavos).
Valor total contratado – 7.103 Blocos: R\$649.924,50 (seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).
Prazo de vigência: 31/12/2016.

Pomerode / SC, 13 de Abril de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 31/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 031/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2016

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS pelo período de 12 meses para possível aquisição parcelada de material de construção e tubos para manutenção das secretarias municipais.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 06/04/2016. Abertura: às 09h00min horas do dia 06/04/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e 13:00 às 17:30 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 19 de Abril de 2016.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 32/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 032/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2016

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA O USO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS E DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO NOSSO MUNICÍPIO.

Recebimento de Envelopes: até as 08:20MIN do dia 04/05/2016. Abertura: às 08h30min horas do dia 04/05/2016.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e 13:00 às 17:30 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 19 de Abril de 2016.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 070, DE 28 DE MARÇO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 070, DE 28 DE MARÇO DE 2016.

Altera a Lei Complementar nº 35, de 11 de março de 2011 - Código de Posturas do Município de Porto Belo, SC.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º. O art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 35, de 11 de março de 2011 - Código de Posturas - passa a vigorar com a seguinte redação, incluindo o parágrafo único:

□Art. 20. Todas as propriedades, edificadas ou não, deverão ser mantidas fechadas, limpas e roçadas, sob pena de notificação e multa.

§1º Os proprietários dos terrenos não edificados e que não cumprirem com o fechamento previsto no art. 21 desta Lei Complementar e/ou que receberem entulhos, mesmo que colocados por terceiros, serão notificados para efetuarem a limpeza no prazo de trinta (30) dias.

§2º O proprietário de terrenos não edificados, que forem notificados para limpar os entulhos e realizarem a limpeza dentro de trinta (30), contados da notificação, terão a multa cancelada.

§3º a multa para o descumprimento do previsto neste artigo é de quinhentos (500) Unidades Fiscais Municipais e, em caso de reincidência o valor da multa será em dobro. □

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de março de 2016.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

RESOLUÇÃO Nº 01/2016, DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO SELETIVO

RESOLUÇÃO N.º 01/2016

Dispõe sobre a anulação da prova de Mecânico, referente ao Processo Seletivo nº 01/2016, da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

A Comissão Permanente de Processo Seletivo, responsável pela organização e execução do Processo Seletivo nº 01/2016, da Prefeitura Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições legais, Considerando o disposto no item 9.2 do Edital de Processo Seletivo nº 01/2016, que dispõe que a prova escrita objetiva seria composta de 20 (vinte) questões, com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo apenas 01 (uma) a correta;

Considerando a previsão do item 9.3, de que as provas objetivas conteriam 10 questões específicas;

Considerando o Princípio da Vinculação ao Edital;

Considerando que das 10 questões objetivas, 8 não observaram o disposto no item 9.2 e foram anuladas;

RESOLVE:

Art. 1º - Anular a Prova aplicada para o cargo de Mecânico no Processo Seletivo nº 01/2016.

Art. 2º - A Comissão Permanente de Processo Seletivo designará nova data para aplicação da prova referente ao cargo, a ser publicada no site oficial, sem custos para os candidatos.

Art. 3º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo para o cargo de Mecânico do Município de Porto Belo.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Porto Belo, 15 de abril de 2016.

DANIELA DREY REBELO
Presidente da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 003/2016

PORTARIA- PONTO FACULTATIVO

PORTARIA Nº 003 DE 19 DE ABRIL DE 2016

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, NA FORMA A SEGUIR INDICADA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que no dia 21 de abril de 2016 (quinta feira) é feriado nacional "TIRADENTES".

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelece Ponto Facultativo no dia 22 de abril de 2016, no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, aos 19 dias do mês de abril de 2016.

Eduardo Prado
Presidente

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino
" Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

Porto União

PREFEITURA

ATA 066/2016

ATA 066/2016

Aos 04 (quatro) dias do mês de abril do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 035/2016, Pregão Presencial 019/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. Anízio de Souza e o DETENTOR DA ATA: Gráfica Alta definição Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Gráfica Alta definição Ltda – EPP, inscrito no CNPJ/MF nº 13.919.051/0001-63, sito a Rua Terra Rica, N.º 42, São Cristóvão, CEP 83.040-260, Telefone (41) 3019-3507, Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, representado neste ato pelo Sr. Maurício Talasesco Soares, inscrito no CPF sobre o número 860.009.349-04.

Registro de Preços para contratação de serviços gráficos, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
01	1.000	Blocos	Bloco RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL, 50 x 2, via autocopiativa, (1ª via branca, 2ª rosa). 15 x 19 cm, 1 picote (1ª via), cola e grampo lateral, sulfite 56g.	R\$ 3,25	R\$ 3.250,00
05	200	Blocos	Bloco LAUDO DE TESTE RÁPIDO PARA DIAGNÓSTICO, 50 x 2, via autocopiativa, (1ª via branca, 2ª amarela 50g). tamanho A4, 1 picote (1ª via), cola e grampo lateral, numerado, sulfite 56g.	R\$ 7,25	R\$ 1.450,00
19	100	Blocos	Bloco ORDEM DE TRÁFEGO, 50 x 2, via autocopiativa, (1ª via branca, 2ª azul). Tamanho A4, 1 picote (1ª via), cola e grampo lateral, sulfite 56g.	R\$ 7,70	R\$ 770,00
30	50	Blocos	Bloco SOLICITAÇÃO DE PARECER ESPECIALIZADO, 50 x 2, via autocopiativa, (1ª via branca, 2ª amarela). Tamanho A4, sulfite 75g, 1 picote (1ª via), cola e grampo lateral.	R\$ 7,99	R\$ 399,50
35	500	Blocos	Bloco RECEITUÁRIO, Tamanho 15 X 21 cm, bloco com 50 folhas cada, sulfite 56g.	R\$ 0,85	R\$ 425,00
36	250	Blocos	Bloco SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS, 50 x 2, via autocopiativa, (1ª via branca, 2ª reciclada). Tamanho 15 x 21 cm, sulfite 56g, 1 picote (1ª via), cola e grampo lateral.	R\$ 3,30	R\$ 825,00
Valor Total: R\$ 7.199,50 (Sete mil cento e noventa e nove reais e cinquenta centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 035/2016, Pregão Presencial 019/2016, juntamente com seus anexos e a proposta

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 019/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços/entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 019/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O objeto ora contratado deverá ser entregue conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades especificadas, CONFORME NECESSIDADE, através de requisição em até 05 (cinco) dias corridos após a solicitação e aprovação da amostra.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada

a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 019/2015.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 035/2016, Pregão Presencial 019/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. Maurício Talasesco Soares, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Gráfica Alta definição Ltda – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 067/2016

ATA 067/2016

Aos 04 (quatro) dias do mês de abril do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 035/2016, Pregão Presencial 019/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. Anízio de Souza e o DETENTOR DA ATA: Business Editora e Publicação de Informativos Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Business Editora e Publicação de Informativos Ltda – EPP, inscrito no CNPJ/MF nº 08.713.019/0001-97, sito a Rua Alvin Carlos Kruger, N.º 123, Bairro Barra do Rio Cerro, CEP 89.260-370, Telefone (47) 3371-0619, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, representado neste ato pelo Sr. César Alfredo Schoeninger inscrito no CPF sobre o número 750.556.789-68.

Registro de Preços para contratação de serviços gráficos, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
02	300	Cartões	CARTÃO CARTEIRA DE SAÚDE, em papel cartão de cor verde claro, 11 x 7,5 cm.	R\$ 0,10	R\$ 30,00
03	300	Cartões	CARTÃO VACINAÇÃO ANTI-RÁBICA, 14 x 10,5 cm., papel cartão branco.	R\$ 0,10	R\$ 30,00
11	2.000	Folhas	FICHA GESTANTE, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,069	R\$ 138,00
12	2.000	Folhas	FICHA C CRIANÇA, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,069	R\$ 138,00
14	2.000	Folhas	PRODUÇÃO AMBULATORIAL DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SAI/SUS – PMAQ, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,069	R\$ 138,00
16	5.000	Folhas	CONTROLE DE SAÚDE, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,05	R\$ 250,00
17	2.000	Folhas	CADASTRO INDIVIDUAL, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,069	R\$ 138,00
18	2.000	Folhas	CADASTRO DOMICILIAR, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,069	R\$ 138,00
23	2.000	Folhas	PROCEDIMENTOS DE ENFERMAGEM DA UNIDADE DE SAÚDE, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,069	R\$ 138,00
26	2.000	Folhas	REQUISIÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES/PROCEDIMENTOS DE URGÊNCIA, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,069	R\$ 138,00
27	1.500	Folhas	LAUDO MÉDICO TFD, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,07	R\$ 105,00
33	500	Folhas	CONTROLE SAÚDE DA CRIANÇA, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,149	R\$ 74,50
37	50	Blocos	Bloco DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO, Tamanho 16 X 9,5 cm, sulfite 56g, bloco com 50 folhas cada.	R\$ 1,75	R\$ 87,50

38	50	Blocos	Bloco ATESTADO MÉDICO, Tamanho 15 X 10 cm, sulfite 56g, bloco com 50 folhas cada.	R\$ 1,75	R\$ 87,50
39	300	Blocos	Bloco NOTIFICAÇÃO DE RECEITA B-2, Tamanho 21 X 11 cm, sulfite 56g, bloco com 50 folhas cada.	R\$ 0,70	R\$ 210,00
40	200	Unid.	CAPA, Papelão de cor rosa, tamanho: 32 x 23 cm.	R\$ 0,70	R\$ 140,00
Valor Total: R\$ 1.980,50 (um mil novecentos e oitenta reais e cinquenta centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 035/2016, Pregão Presencial 019/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 019/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços/entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 019/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O objeto ora contratado deverá ser entregue conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades especificadas, CONFORME NECESSIDADE, através de requisição em até 05 (cinco) dias corridos após a solicitação e aprovação da amostra.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 019/2015.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 035/2016, Pregão Presencial 019/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. César Alfredo Schoeninger, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Business Editora e Publicação de Informativos Ltda – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

ATA 068/2016

ATA 068/2016

Aos 04 (quatro) dias do mês de abril do ano de 2016, autorizado junto ao Processo Licitatório 035/2016, Pregão Presencial 019/2016, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Prefeitura Municipal de Porto União, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. Anízio de Souza e o DETENTOR DA ATA: Liarte Vendas e Serviços Ltda – EPP.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Liarte Vendas e Serviços Ltda – EPP, inscrito no CNPJ/MF nº 17.430.560/0001-89, sito a Rua Inácio Schelbauer, N.º 119, Vila Nova, CEP 89.300-000, Telefone (47) 3643-6437, Município de Mafra, Estado de Santa Catarina, representado neste ato pela Sra. Liane Laskowski, inscrita no CPF sobre o número 043.778.409-67.

Registro de Preços para contratação de serviços gráficos, conforme segue:

0.1 Descrição do Item:

Item	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário	Preço Total 12 meses
06	1.000	Folhas	FICHA DE VISITA DOMICILIAR, sulfite 75g, tamanho A4, cor branca.	R\$ 0,08	R\$ 80,00
07	1.000	Folhas	FICHA DA SITUAÇÃO DE SAÚDE E ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS POR MA, sulfite 56g., tamanho A4, cor branca.	R\$ 0,08	R\$ 80,00
08	1.000	Folhas	RELATÓRIO SSA 2, tamanho A4, branca, sulfite 56g.	R\$ 0,09	R\$ 90,00
09	1.000	Folhas	FICHA B – DIA, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,08	R\$ 80,00
10	1.000	Folhas	FICHA B – HA, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,08	R\$ 80,00
13	1.000	Folhas	FICHA A, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,08	R\$ 80,00
15	1.000	Folhas	ALTERAÇÕES FICHA A, 21,5 x 15 cm, branca, sulfite 56g.	R\$ 0,069	R\$ 69,00
20	1.000	Folhas	HISTÓRICO DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,08	R\$ 80,00
21	1.000	Folhas	SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,08	R\$ 80,00
22	1.000	Folhas	TRIAGEM NEONATAL/TESTE DO PÉZINHO, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,08	R\$ 80,00
24	1.000	Folhas	REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,08	R\$ 80,00
25	1.000	Folhas	FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO HIPERTENSO E/OU DIABÉTICO, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,08	R\$ 80,00
28	600	Folhas	BPA-I, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,10	R\$ 60,00
29	100	Blocos	Bloco REQUISIÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES/PROCEDIMENTOS, com 50 folhas, tamanho A4, sulfite 75g, cola e grampo lateral.	R\$ 2,69	R\$ 269,00
31	300	Folhas	ANAMNESE PARA INTERNAÇÃO, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,15	R\$ 45,00
32	500	Folhas	REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO – COLO DO ÚTERO, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,149	R\$ 74,50
34	1.000	Folhas	APAC, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,08	R\$ 80,00
41	200	Folhas	USO DE MEDICAÇÃO, tamanho A4, branca, sulfite 75g.	R\$ 0,15	R\$ 30,00
Valor Total: 1.517,50 (um mil quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos)					

2. Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 035/2016, Pregão Presencial 019/2016, juntamente com seus anexos e a proposta.

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

2.2. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 019/2016.

2.3. As condições de prestação dos serviços/entrega do material é o estabelecido no item 09 (nove) do Edital de Pregão Presencial 019/2016, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades por ela determinada.

2.4. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) após o fornecimento, mediante a apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, na Nota Fiscal deverá constar o número do processo licitatório e da Ata de Registro de preços que a deu origem.

2.5. Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

2.6. As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

2.7. O objeto ora contratado deverá ser entregue conforme a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades especificadas, CONFORME NECESSIDADE, através de requisição em até 05 (cinco) dias corridos após a solicitação e aprovação da amostra.

2.8. A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas. Ainda, tem-se que toda e qualquer informação a respeito do cumprimento ou não do contrato, bem como toda e qualquer situação atinente ao mesmo deverá ser feita por escrito com o respectivo protocolo sob pena de não ser aceito pela Municipalidade.

2.9. Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada

a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

2.10. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.11. O Registro de Preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.12. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 019/2015.

2.13. – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 035/2016, Pregão Presencial 019/2016, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.14. – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.15. – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Sra. Liane Laskowski, qualificada preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Liarte Vendas e Serviços Ltda – EPP
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

EXTRATO DE ADITIVO DE ATA 064/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Termo Aditivo de Ata de Registro de Preços 064/2016 - PREFEITURA
Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 003/2016.
Partes: Município de Porto União e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

1.1 - DESCRIÇÃO DO ITEM

Altera-se o valor unitário do item 155, passando para R\$ 2,93 (dois reais e noventa e três centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 04 de abril de 2016.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE ATA 065/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Termo Aditivo de Ata de Registro de Preços 065/2016 - PREFEITURA
Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 021/2016.
Partes: Município de Porto União e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

1.1 - DESCRIÇÃO DO ITEM

Altera-se o valor unitário do item 84, passando para R\$ 0,40 (quarenta centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 04 de abril de 2016.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 052/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 052/2016
Partes: Município de Porto União e Máxima Distribuidora EIRELI.
Objeto: Aquisição de material de expediente para as Secretarias da Prefeitura Municipal de Porto União.
Valor Total: R\$ 6.895,70 (seis mil oitocentos e noventa e cinco reais e setenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 022/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 06 de abril de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Máxima Distribuidora EIRELI.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 053/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 053/2016
Partes: Município de Porto União e Luis Kaminski – ME.
Objeto: Aquisição de material de expediente para as Secretarias da Prefeitura Municipal de Porto União.
Valor Total: R\$ 4.974,10 (quatro mil novecentos e setenta e quatro reais e dez centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 022/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 06 de abril de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Luis Kaminski - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 054/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 054/2016
Partes: Município de Porto União e Dipar Distribuidora de Papéis e Revistas Ltda.
Objeto: Aquisição de material de expediente para as Secretarias da Prefeitura Municipal de Porto União.
Valor Total: R\$ 15.168,00 (quinze mil cento e sessenta e oito reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 022/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 06 de abril de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Dipar Distribuidora de Papéis e Revistas Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 055/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 055/2016
Partes: Município de Porto União e Recier Jose Gregorio – ME.
Objeto: Aquisição de material de expediente para as Secretarias da Prefeitura Municipal de Porto União.
Valor Total: R\$ 8.148,66 (oito mil cento e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 022/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 06 de abril de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Recier Jose Gregorio – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 056/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 056/2016
Partes: Município de Porto União e Vinicius Guilherme dos Santos Informática – ME.
Objeto: Aquisição de material de expediente para as Secretarias da Prefeitura Municipal de Porto União.
Valor Total: R\$ 7.043,20 (sete mil e quarenta e três reais e vinte centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 022/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 06 de abril de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Vinicius Guilherme dos Santos Informática – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 059/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 059/2016
Partes: Município de Porto União e Faccina Daltora Equipamentos de Segurança Ltda.
Objeto: Aquisição de 400 (quatrocentos) pares de Botina - Calçado Ocupacional tipo bota para uso dos funcionários do Município.
Valor Total: R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 025/2016, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 12 de abril de 2016.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Faccina Daltora Equipamentos de Segurança Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 018/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 018/2016 - EDUCAÇÃO
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 011/2016 – EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Teleunião Telecomunicações Ltda.

ANEXO

Exclui-se o ponto de monitoramento no N.E. Frei Deodato localizado no Distrito de São Miguel da Serra e inclui-se o ponto de monitoramento no Ginásio José Pylepeke.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 12 de abril de 2016.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 049/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 049/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 094/2015 - PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e Fabricação de Telhas de Aluzinco Ltda - ME.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 11.750,00 (onze mil setecentos e cinquenta reais) ao aludido contrato superior, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 01 de abril de 2016.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 050/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 050/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 022/2016 - PREFEITURA
Partes: Município de Porto União e Betha Sistemas Ltda.

CLAUSULA SEXTA – DOS VALORES

Adita-se o valor de R\$ 191,00 (cento e noventa e um reais) mensais, ao aludido contrato superior.

LICENCIAMENTO MENSAL DOS SISTEMAS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL

Inclui-se 01 (um) acesso ao sistema COMPRAS E LICITAÇÕES.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 01 de abril de 2016.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 051/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 051/2016 - PREFEITURA
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 021/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e R. K. Kasczuk & Cia Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Concede-se reequilíbrio financeiro ao contrato supra citado, sendo que os itens passam aos seguintes valores:

Item 01 – R\$ 165,43 (cento e sessenta e cinco reais e quarenta e três centavos);

Item 02 – R\$ 218,94 (duzentos e dezoito reais e noventa e quatro centavos);

Item 05 – R\$ 280,90 (duzentos e oitenta reais e noventa centavos);

Item 09 – R\$ 449,40 (quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos);

Item 10 – R\$ 701,62 (setecentos e um reais e sessenta e dos centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 05 de abril de 2016.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 032/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 065/2016 – Registro de Preços

Extrato de Edital de Pregão Presencial 032/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para registro de preços para aquisição de mobiliário. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 09 de maio de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 19 de abril de 2016.

Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 033/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 066/2016 – Registro de Preços

Extrato de Edital de Pregão Presencial 033/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para registro de preços para aquisição de utensílios de copa e cozinha. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 10 de maio de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 19 de abril de 2016.

Anízio de Souza.
Prefeito Municipal.

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 017/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 064/2016

Dispensa de Licitação nº 017/2016

Caracterização da Situação: O município necessita adquirir materiais (painel, figurino e fantasia personalizada) para desenvolvimento de oficina de teatro nas escolas parceiras do projeto Educação em Saúde Ambiental "Cuidar do meu ambiente é preservar a minha vida", nos bairros Vice King e Santa Rosa, conforme CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a aquisição de materiais (painel, figurino e fantasia personalizada) para desenvolvimento de oficina de teatro nas escolas parceiras do projeto Educação em Saúde Ambiental "Cuidar do meu ambiente é preservar a minha vida", nos bairros Vice King e Santa Rosa, conforme

CONVÊNIO FUNASA nº 0544/2013.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o Instituto Memórias do Contestado, inscrito no CNPJ 11.084.536/0001-59 devido ao fato de não ter sido localizado na região outras empresas especializadas para o fornecimento dos referidos materiais.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 3.625,70 (três mil seiscientos e vinte e cinco reais e setenta centavos).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União
Unidade 0210 – Encargos Gerais do Município
Atividade 2033 – Encargos Gerais da Administração
Modalidade 3390-170 – Aplicações diretas
Cód. 137

Complemento 33903099 – Outros materiais de consumo

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 18 de abril de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 861/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 019/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 035/2016 – Registro de Preços

Pregão Presencial 019/2016

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Business Editora e Publicação de Informativos Ltda – EPP,

Liarte Vendas e Serviços Ltda – EPP e

Gráfica Alta definição Ltda – EPP.

Porto União SC, 01 de abril de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 022/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 040/2016

Pregão Presencial 022/2016

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Dipar Distribuidora de Papéis e Revistas Ltda,

Luis Kaminski – ME,

Máxima Distribuidora EIRELI,

Recier José Gregório – ME e

Vinicius Guilherme dos Santos Informática – ME.

Porto União SC, 06 de abril de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 025/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 046/2016

Pregão Presencial 025/2016

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Faccina Daltora Equipamentos de Segurança Ltda.

Porto União SC, 12 de abril de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

Pouso Redondo

PREFEITURA

EDITAL DE TP 02/2016 - QUARTEL CORPO DE BOMBEIROS

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº 08/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016 – MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até as 08:30 horas do dia 13/05/2016, para Contratação de empresa do ramo, com fornecimento de mão de obra e materiais, para construção de estrutura em concreto armado pré-fabricado do quartel Corpo de Bombeiros Militar de Pouso Redondo, a ser construído na BR470, Bairro Arroio Grande, Pouso Redondo/SC, conforme projetos. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-1133 ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 19 de abril de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO 14/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
--	--

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016

ERRATA – Altera data de abertura de sessão pública.

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, leva ao conhecimento de todos, que em virtude do Decreto nº 3.933/2016, que determinou ponto facultativo no serviço público municipal no dia 22 de abril de 2016, que a data prevista para a realização da sessão pública fica alterada para o dia 25 de abril de 2016, iniciando-se a Sessão Pública às 09h00min do mesmo dia e local.

Os demais termos permanecem inalterados.

Presidente Castello Branco (SC), em 19 de abril de 2016.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

EXTRA TO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:00 (nove horas), do dia 04(quatro) de maio de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a Contratação de prestação de serviços especializados na elaboração de projetos e planos de trabalho, captação de recursos junto ao Governo Federal (Operação dos sistemas SICONV, SISMOB, SIGEF, SIMEC, FNS, SIGPC e SIGOB) e Estadual, captação de recursos em entidades privadas, com o objetivo de promover a melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos oferecidos à população do Município de Presidente Castello Branco/SC. A execução dos serviços contratados deverá ser efetuada mediante a disponibilidade em período integral por telefone e sistema de comunicação via INTERNET, participação em reuniões em órgãos públicos (agências e Secretarias Regionais), Caixa Econômica Federal e outros órgãos utilizados pelas entidades governamentais para repasse de recursos e diretamente na sede do Município quando solicitado, em até 32 horas mensais. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 19 DE ABRIL DE 2016.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO 13/2016 SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

EDITAL Pregão Nº 13/2016 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 57/2016 de 04/01/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 13/2016, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINAS PESADAS PARA EVENTUAL NECESSIDADE DO MUNICIPIO DE PRESIDENTENEREU

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 05 de maio de 2016.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 05/05/2016 às 09:15 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 05 de maio de 2016 às 9:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

- 3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;
- 3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.
- 3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.
- 3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;
- 3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a

licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

4.4. Se o equipamento de trabalho da empresa licitante vencedora não tiver Hodômetro ou estiver com defeito.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, (90) noventa dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2016 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90

(noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.1.13 Certidão Simplificada expedida pela junta comercial do estado.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 3.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem

plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, a pregoeira, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pela Pregoeira, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, a Pregoeira procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

6. X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI

7. XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio da Pregoeira, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:XII

8. XII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:XIII

14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

08
001
0026
0782
1801
2016
33903921000000
01000000

XV - DO PAGAMENTO:**15 XIV**

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:**16 XV**

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI**17 XVI**

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII**18 XVII**

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 17.1 deste Edital, descrito na ata de registro de preços;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII**19 II**

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer serviço(s) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado os serviços, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os serviços executados com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão refeitos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

19.1.13 A empresa vencedora deverá ter seu equipamento em plenas condições de uso, com hodômetro funcionando corretamente.

19.1.14 Em caso de não ou mau funcionamento do aparelho Hodômetro o município de Presidente Nereu não tem obrigação de pagar pelas supostas horas trabalhadas.

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:XIX**20 XIX**

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:XX

21 XX

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22 XXI

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

XXII

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

ANEXO X - Modelo de Proposta (Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA)

ANEXO XI - Declaração de Funcionamento (Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA)

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, Mural Público Municipal, na internet página do município no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 19 de abril de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____ e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /20

PREGÃO PRESENCIAL Nº /20....

PROCESSO Nº /20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de _____, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº /20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINAS PESADAS PARA EVENTUAL NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTENEREU

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

08
001
0026
0782
1801
2016
33903921000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E APRESENTAÇÃO DE DOC. FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.
- c) É obrigação da empresa ter o hodômetro do equipamento funcionando, em caso de não ou mau funcionamento, o município de Presidente Nereu não tem obrigação de pagar pelas supostas horas trabalhadas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 13/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal Pregoeiro

Assinaturas fornecedores

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 468.408.699-20 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa,
..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede
Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em
..... inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINAS PESADAS PARA EVENTUAL NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTENEREU

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

08
001
0026
0782
1801
2016
33903921000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME EXECUÇÃO DOSSERVIÇOS E APRESENTAÇÃO DE DOC. FICAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.
- c) É obrigação da empresa ter o hodômetro do equipamento funcionando, em caso de não ou mau funcionamento, o município de Presidente Nereu não tem obrigação de pagar pelas supostas horas trabalhadas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
 - b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
 - c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- *As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 13/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER
Assessor Jurídico
OAB/SC 16.203

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

ITENS QTDDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX

1	500,00	HR	SERVICOS DE TRATOR DE ESTEIRAS DE NO MINIMO 12 TONELADAS.	85.000,00
2	500,00	HR	SERVICOS DE TRATOR DE ESTEIRAS DE NO MINIMO 14 TONELADAS.	85.000,00
3	500,00	HR	SERVICOS DE ESCAVAD HIDRAULICA COM ESTEIRAS COM NO MINIMO 14 TONELADAS.	92.500,00
4	500,00	HR	SERVICOS DE ESCAFADEIRA HIDRAULICA DE NO MINIMO 16 TONELADAS	92.500,00

Obs: Os valores acima são a cotação máxima que cada item pode alcançar.

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº./20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº./20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINAS PESADAS PARA EVENTUAL NECESSIDADE DO MUNICIPIO DE PRESIDENTENEREU da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20 , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.VL. TOTAL

1	500,00	HR	SERVICOS DE TRATOR DE ESTEIRAS DE NO MINIMO 12 TONELADAS.		
2	500,00	HR	SERVICOS DE TRATOR DE ESTEIRAS DE NO MINIMO 14 TONELADAS.		
3	500,00	HR	SERVICOS DE ESCAVAD HIDRAULICA COM ESTEIRAS COM NO MINIMO 14 TONELADAS.		
4	500,00	HR	SERVICOS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA DE NO MINIMO 16 TONELADAS		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO

A empresa , CNPJ n.º , declara, sob as penas da lei, fornecer os serviços de maneira correta e eficaz com o Hodômetro em pleno funcionamento, ciente de que havendo algum defeito não poderemos cobrar pelos serviços prestados, e que não nos negaremos a prestar serviços quando o mesmo apresentar defeito, assim nos responsabilizamos pelos problemas causados.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

PORTARIA 188/2016

PORTARIA Nº 188 DE 29 DE MARÇO DE 2016.

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO DE SERVIDOR COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina o Art. 18, § 3º da Lei Complementar Nº 001/2002 de 18/12/2002 e ainda,

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer horário diferenciado de trabalho a servidora municipal ROZE CLER LESKE, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, como segue:

SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA	Das 07h30min às 11h30min 12h00min às 16h00min
-----------------------------	--

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 29 de Março de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 189/2016

PORTARIA Nº. 189 DE 31 DE MARÇO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias parciais (15 dias) a LEONARDO JOSÉ DE MELO, Fiscal Sanitário, pelo período de 31 de Março de 2016 a 14 de Abril de 2016, relativo ao período aquisitivo de 04/11/2014 à 03/11/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 31 de Março de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 190/2016

PORTARIA Nº. 190 DE 01 DE ABRIL DE 2016.
EXONERA SERVIDOR(A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) ODETE MARIA PAVESI COMANDOLI, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, por motivo de aposentadoria.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 01 de Abril de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 191/2016

PORTARIA Nº. 191 DE 01 DE ABRIL DE 2016.
CONCEDE LICENÇA COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o Art. 137 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1.º Fica concedido ao servidor MARCELO HAMM, Guarda do Patrimônio Público, Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem remuneração, pelo período máximo de 02 (dois) anos, solicitada pelo mesmo através do requerimento em anexo.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 01 de Abril de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 192/2016

PORTARIA Nº. 192 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a JAQUELINE PEREIRA DE ANDRADE, Agente de Serviços Gerais, pelo período de 04 de Abril de 2016 a 18 de Abril de 2016, relativo ao período aquisitivo de 14/02/2014 à 13/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 04 de Abril de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA 193/2016

PORTARIA Nº. 193 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a VALDEMIRO VOLTOLINI, Motorista, pelo período de 04 de Abril de 2016 a 03 de Maio de 2016, relativo ao período aquisitivo de 04/03/2015 à 03/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 04 de Abril de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA 194/2016

PORTARIA Nº 194 DE 29 DE MARÇO DE 2016.

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO DE SERVIDOR COMO ESPECIFICA.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina o Art. 18, § 3º da Lei Complementar Nº 001/2002 de 18/12/2002 e ainda,

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer horário diferenciado de trabalho a servidora CARLA SCHAUEFLBERGER, ocupante do cargo efetivo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, como segue:

SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA	Das 09:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:00h
-----------------------------	--

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 04 de abril de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 195/2016

PORTARIA Nº 195 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições, e de conformidade com a Lei Complementar n.º 01/2002, de 18 de Dezembro de 2002, e suas alterações posteriores e, obedecendo ao que preceitua o Artigo 110 da mesma Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. – Designa o servidor LAERCIO JONCK, concursado na Carreira de Fiscal de Tributos, para exercer tarefa especial de “Responsável pela emissão e digitação” de notas do Produtor Rural, Representante do INCRA do Município (UMC) Unidade Municipal Convencionada e Responsável pelo ITR “Imposto Territorial Rural”, do Município de Presidente Nereu, em conformidade com a Lei Complementar n.º 01/2002, de 18 de Dezembro de 2002, e suas alterações posteriores e, obedecendo ao que preceitua o Artigo 110 da mesma Lei;

Parágrafo – Pela função gratificada de que trata o “caput” deste artigo, a servidora receberá a gratificação constante na tabela geral de vencimentos nível VI - 1, da lei Complementar n.º 11/2011, de 01 de setembro de 2011.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, em Mural Público.

Presidente Nereu, 04 de Abril de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA 196/2016

PORTARIA Nº. 196 DE 05 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;

PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a JOSÉ KRAUS, Operário Braçal, pelo período de 05 de Abril de 2016 a 19 de Abril de 2016, relativo ao período aquisitivo de 03/04/2014 à 02/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 05 de Abril de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 197/2016

PORTARIA N°. 197 DE 05 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a LUIZ VITORINO, Operário Braçal, pelo período de 05 de Abril de 2016 a 04 de Maio de 2016, relativo ao período aquisitivo de 02/08/2013 à 01/08/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 05 de Abril de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 198/2016

PORTARIA N°. 198 DE 05 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a DIONE SCHWARTZ, Operador de Equipamentos, pelo período de 05 de Abril de 2016 a 04 de Maio de 2016, relativo ao período aquisitivo de 04/04/2014 à 03/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 05 de Abril de 2016.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5253, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 5253, de 18 de abril de 2016.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 40.182,79 (quarenta mil, cento e oitenta e dois reais e setenta e nove centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.082	Manutenção da Farmácia Popular		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
03380900	Farmácia Básica Popular	R\$	40.182,79
	TOTAL	R\$	40.182,79

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 40.182,79 (quarenta mil, cento e oitenta e dois reais e setenta e nove centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.082	Manutenção da Farmácia Popular		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03380900	Farmácia Básica Popular	R\$	40.182,79
	TOTAL	R\$	40.182,79

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de abril de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5254, DE 18 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 5254, de 18 de abril de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/15

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 98.748,87 (noventa e oito mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e sete centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12º da Lei Orçamentária nº 5.694/2015, visando as suplementações das seguintes dotações orçamentárias:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
-------	--------------------------	--	--

40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
1.117	FMS Alto Vale Cir		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03635540	Transferência de Convênios Estado/Saúde	R\$	26.667,60
1.082	Cies – Comissão de Integração, Ensino e Serviço		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03635540	Transferência de Convênios Estado/Saúde	R\$	72.081,27
	TOTAL	R\$	98.748,87

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de abril de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5255, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 5255, de 18 de abril de 2016.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.04	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		
2.040	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01080000	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$	400.000,00
	TOTAL	R\$	400.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

10.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
10.04	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		
2.040	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01080000	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	R\$	400.000,00
	TOTAL	R\$	400.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de abril de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria nº 0431/RH

PORTARIA Nº. 0431/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 163, da Lei Complementar nº. 309, de 01/12/2015, ao servidor público municipal PEDRO ERNESTO RODRIGUES, servidor do cargo em comissão de CHEFE DIVISÃO DESENVOLVIMENTO HARDWARE, no período de 18/04/2016 a 26/04/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de abril de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

PORTARIA Nº 0440/RH

PORTARIA Nº. 0440/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04/04/2016, a servidora INEZ BIZ, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível "A", lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, e Memorandos SME/GAB nº 720/2015 da Secretaria Municipal de Educação e GABSEC nº 2085/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos legais retroativos a partir de 04/04/2016.

Rio do Sul, 14 de abril de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

PORTARIA Nº 0441/RH

PORTARIA Nº. 0441/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria de Administração, a partir de 04/04/2016, o servidor RODRIGO FARBER, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, em conformidade com o Art. 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos a partir de 04/04/2016.

Rio do Sul, 14 de abril de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

PORTARIA Nº 0442/RH

PORTARIA Nº. 0442/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/04/2016, a servidora VENERIANA BARDT DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social, nível "H", lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, em conformidade com o Art. 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos a partir de 12/04/2016.

Rio do Sul, 14 de abril de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

PORTARIA Nº 0443/RH

PORTARIA Nº. 0443/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para o Centro de Educação Infantil Titio Karan, a partir de 14/03/2016, a servidora ELIANE BRAATZ, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível "A", lotada no Centro de Educacional Ricardo Marchi, em conformidade com o Art. 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais retroativos a partir de 14/03/2016.

Rio do Sul, 14 de abril de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

Portaria nº 0460/2016

PORTARIA Nº. 0460/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/04/2016, o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem(40h), ocupado pelo(a) servidor(a) DIRCE PREIS, em virtude de sua Aposentadoria, por tempo de contribuição - especial de magistério, com proventos integrais e paridade, conforme Decreto nº 5200, de 16 de março de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de abril de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Apmf

PORTARIA Nº 0461/RH
PORTARIA Nº. 0461/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 309 de 01/12/2015, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha/Informação de Vagas pelos mesmos.

NOME	LOTAÇÃO
BRUNA HOELLER	Secretaria Municipal de Saúde
BRUNO DA SILVA OSSEMER	Secretaria Municipal de Administração
CAROLINE FRIEDEL	CE Prefeito Luiz Adelar Soladtelli
EUNICE LIPPEL	CE Sebastião Back
JANICE DA CUNHA	Secretaria Municipal de Saúde
JEAN RAFAEL GIESE	Escola Modelo Ella Kurt
JULIANA DA SILVA RODRIGUES	CEI Adelaide Ledra
MAKELLY GARCIA	CEI Ilse Soldatelli
MARCIANI DA ROCHA	Secretaria Municipal de Saúde
MICHAEL JOSE PACHECO CALIXTRO	Secretaria Municipal de Saúde
NAKITA ANI GUCKERT MARQUEZ	Escola Modelo Ella Kurt
PATRICIA MELLO SORDI	CEI Shirley Dolores Sedrez
ROI HENTONI KLEIN	CE Daniel Maschio
ROSELI MACHADO MALKOWSKI	Secretaria Municipal de Obras

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de abril de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

RESUMO DO ADITIVO 034/2016

4º TERMO ADITIVO Nº 034/2016 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 039/2012, SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA JFQUATROOITO PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.

Aos trinta (30) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa JFQUATROOITO PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA, estabelecida na Rua Tuiuti, 181, 1º andar, sala 101-A, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.373.818/0001-07, ora denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Sra. Fernanda Regina Vieira, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços

nº 121 de 26/10/2011, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 039, datado de 30 de março de 2012, e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da cláusula quarta do Contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo o mesmo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 30 de março de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito em Rio do Sul
Contratante

FERNANDA REGINA VIEIRA
JFquatrooito Publicidade e Propaganda Ltda.
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

RESUMO DO ADITIVO 036/2016

6º TERMO ADITIVO Nº 036/2016 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS NR. 145/2013, REFERENTE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA IPM SISTEMAS LTDA.

Aos doze (12) dias do mês de abril (04) de dois mil e dezessies (2016), de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, Bairro Centro, Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, representado pelo seu Prefeito de Rio do Sul, Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, daqui pra frente denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro, IPM SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado

inscrito no CNPJ sob nº 01.258.027/0001-41, com sede na Rua Trompowsky, 354, Bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato denominada, CONTRATADA, e representada pelo Sr. ALDO LUIZ MEES, portador da Carteira de Identidade nº 865.793 e CPF nº 292.867.519-15, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial n. 074/2013, o Contrato original de Prestação de Serviços de Locação n. 145, datado de 22 de novembro de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no parágrafo 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente termo aditiva à Cláusula Segunda do Contrato – Do Objeto do Contrato, os softwares de ISSQN Construção Civil e ISSQN Instituição Financeiras.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Para a implantação do objeto deste Termo Aditivo, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 39.400,00 (trinta e nove mil e quatrocentos reais) a ser pago em 03 (três) parcelas mensais e sucessivas a contar o vencimento da primeira aos 15 (quinze) dias da entrega do Projeto de Lei ou Decreto de regulamentação da atividade e as demais parcelas a contar 30 (trinta) dias do vencimento da primeira;
O valor pago a título de mensalidade será de R\$ 5.210,00 (cinco mil duzentos e dez reais) sendo a primeira parcela devida aos 90

(noventa) dias da entrega do Projeto de Lei ou Decreto de regulamentação da atividade e as demais parcelas a contar 30 (trinta) dias do vencimento da primeira.

CLÁUSULA QUARTA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

IPM INFORMÁTICA LTDA
Sr. Aldo Luiz Mees
Contratada
Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016

Prefeitura Municipal de Rio do Sul
Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul
Departamento de Licitações e Contratos

Aviso de Licitação

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 08/2016

Objeto: Aquisição de mobiliário, materiais e equipamentos para as Unidades Básicas de Saúde atendidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul

Tipo: Menor preço item

Entrega dos envelopes e abertura das propostas: Até o dia 03/05/2016, às 08:00 h.

Credenciamento e abertura da sessão de lances: às 09:30 h do dia 03/05/2016.

Local: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sita à Praça 25 de julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC.

O edital poderá obtido em horário comercial na Secretaria Municipal

de Saúde de Rio do Sul no endereço Rua Tiuti, 154 – Centro, Rio do Sul/SC 07:30 às 13:30 no departamento de licitações, por e – mail através do endereço luiz.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou através do site: www.riodosul.sc.gov.br

Garibaldi Antonio Ayroso
Prefeito Municipal

Rodrigo Duarte
Secretário Municipal de Saúde

Rio Fortuna

PREFEITURA

RESULTADO FMS LIC 07 TP 02 PAISAGISMO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC

RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 007/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA PAISAGISMO, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS E ESTACIONAMENTO NO ENTORNO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

VENCEDORA: USS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

VALOR: R\$ 66.497,45.

SESSÃO: 15/04/2016.

Rio Fortuna/SC, 15 de abril de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2016

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA PAISAGISMO, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS E ESTACIONAMENTO NO ENTORNO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

EMPRESA CONTRATADA: USS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 66.497,45.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06 MESES.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 07/2016 – TP nº 02/2016.

Rio Fortuna/SC, 20 DE ABRIL DE 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

PREFEITO MUNICIPAL

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.714/2016

DECRETO Nº 3.714/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado PONTO FACULTATIVO em todas as repartições Públicas Municipais, inclusive o setor de Vigilância Sanitária, no dia 22 (vinte e dois) de abril de 2016, sexta-feira, em virtude do feriado de Tiradentes, salvo a Secretaria Municipal de Saúde e as Escolas e Creches Municipais que funcionarão normalmente.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº. 3.709 de 18 de Abril de 2016 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,

19 de abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

EXTRATO 964

MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA/SC

PROCESSO LICITATÓRIO 964/2016

DISPENSA JUSTIFICATIVA Nº 935

O Município de Romelândia torna público que realizou a Dispensa justificativa de licitação para Contratação de serviços de consultoria para captação de recursos e cadastramento de propostas do SINCOV E SIGEF. O presente foi regido pelas Leis nº 8.666/93, a qual permite a dispensa por licitação nos termos do artigo 24, inciso II da referida Lei e alterações posteriores. Romelândia/SC, 12/04/2016. VALDOCI SAUL Prefeito Municipal.

Salto Veloso

PREFEITURA

TA N°. 001/2016 – CT 50/2014

TA N°. 001/2016 – CT 50/2014

DATA: 15/04/2016

CONTRATADO: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

CLAUSULA ADITIVA 1ª: Altera o valor original do contrato, em função de revisão dos quantitativos e de medição final, alterando seu valor, passando de R\$ 307,770,52 (Trezentos e sete mil, setecentos e setenta reais e cinqüenta e dois centavos), para R4 287.514,75 (Duzentos e oitenta e sete mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos)

DATA: 15/04/2016

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

RESULTADO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO TP 35/2016

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul

Comissão Permanente de Licitação

Resultado de Habilitação

Licitação nº 35/2016 – TP

Objeto: contratação de empresa para execução de serviços de terraplenagem, drenagem, OAC, pavimentação asfáltica e sinalização viária das ruas Manoel José Borges com área de 1.916,25m² e a Av. Manoel Porfírio De Melo com área de 1.024,53m², com área total de 2.940,78m², e contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação com lajota sextavada, drenagem, obras de arte correntes e sinalização das ruas Manoel Mendes De Farias e Rua X com área total de 680,00 metros². no município de Santa Rosa Do Sul/SC. INABILITADOS: BCL Empreendimentos LTDA e SETEP Construções S. A; HABILITADO: Concretubos, Obras de Urbanização Ltda EPP. Ficam os interessados intimados da presente decisão para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contatados da data desta publicação, interpirem recurso, conforme art. 109 da Lei nº 8.666/93.

Santa Rosa do Sul, 19 de Abril de 2016.

Ana Regina Paulo de Borba

Presidente

Renato Souza de Matos

Membro

Wilfried Hemmer

Membro

Célia Caetana P.de B. Roxo

Membro

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 34/2016

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 34/2016 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 18/2016, para AQUISICAO DE FORMA FRACIONADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, COM ENTREGA NOS LOCAIS DETERMINADOS PELA SECRETARIA Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 13:30 horas do dia 05/05/2016, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 13:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001. Santa Terezinha do Progresso (SC), 19/04/2016. Jacob Gilmar Junges – Prefeito Municipal.

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 140/2016 - DE 05 DE ABRIL DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 140/2016 - DE 05 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal FABIA GARCEZ FARIAS, Aprovada em Concurso Público.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público nº001/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, a Servidora FABIA GARCEZ FARIAS, para ocupar o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Grupo 01 (Serviços Gerais – SEG), Nível 16, Código 01.01, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 001/2015, Carga horária de 40 Horas Semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.025 – Promoção e incentivo ao esporte amador - Fonte 0.1.00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de Abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 143/2016 - DE 12 DE ABRIL DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 143/2016 - DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a Posse de Conselheiro Tutelar do Município de Santiago do Sul-SC.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso XII do Art. 11º, da Lei Municipal nº725/2014, de 02 de junho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica empossado, a partir de 12 de abril de 2016, o seguinte Conselheiro Tutelar do Município de Santiago do Sul-SC:

1- ELENILCE DA ROSA COMIN;

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente para o pagamento dos Conselheiros Tutelares, Ação 2.044, Fonte 0.1.00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 12 de abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração.

DECRETO Nº 144/2016 - DE 12 DE ABRIL DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 144/2016 - DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Decreta Ponto Facultativo em todo o território municipal e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

Considerando, o feriado nacional no dia 21 de abril (Tiradentes);

Considerando, que os Servidores Públicos Municipais estarão colaborando nos finais de semana nas festividades alusivas ao aniversário do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado PONTO FACULTATIVO em todo território Municipal no dia 22 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 12 de abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. da Administração

DECRETO Nº 146/2016 - DE 14 DE ABRIL DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 146/2016 - DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a Alteração do Artigo I do Decreto Municipal nº098/2016, de 01 de março de 2016, sobre a nomeação da Servidora Municipal DAIANE GEREMIA SOMAVILLA, aprovada em Processo Seletivo Simplificado.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº001/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a nomeação da Servidora DAIANE GEREMIA SOMAVILLA, que atualmente desempenha o cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO (NÃO HABILITADA) para PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO (HABILITADA), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, no período compreendido entre 01 de março de 2016 a 23 de dezembro de 2016, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores, com vigência a partir do mês de abril de 2016.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.018 - Manutenção das Atividades de Educação Básica/FUNDEB, Fonte 0.1.18.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 14 de Abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 147/2016 - DE 14 DE ABRIL DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 147/2016 - DE 14 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre a Concessão de ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO à Servidora Municipal SILVANA REMUSSI e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 11, da Lei Municipal Nº782/2015, de 15 de Junho de 2015 (Plano de Cargos e

Remuneração dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA :

Art. 1º Fica Concedido à Servidora SILVANA REMUSSI, ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA, nomeada através do Decreto Nº081/2013, de 14 de fevereiro de 2013, Lotada na Secretaria Municipal Saúde e Assistência Social, 10% (Dez por cento) a título de ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO, a incidir sobre o vencimento base da Servidora, conforme demonstrado no Anexo VI previsto no Art. 11, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Março de 2010 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 14 de abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 149/2016 - DE 18 DE ABRIL DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 149/2016 - DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a Nomeação do Servidor Municipal IVAN CARLOS GROLLI, Aprovado em Concurso Público.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público nº01/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a partir desta data, o Servidor IVAN CARLOS GROLLI, para ocupar o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, Grupo 02 (Serviços Operacionais – SOP), Nível 28, Código 02.08, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 01/2015, Carga horária de 40 Horas Semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, Projeto Atividade 2053 - Manutenção Atividades Estradas Vicinais, Fonte 0.1.00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 18 de Abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 150/2016 - DE 19 DE ABRIL DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 150/2016 - DE 19 DE ABRIL DE 2016
Dispõe sobre a Concessão de ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO à Servidora Municipal LUCÉLIA RISSI e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 10, da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de abril de 2011 (Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação),

DECRETA :

Art. 1º Fica Concedido à Servidora LUCÉLIA RISSI, ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA, nomeada através do Decreto Nº 456/2012, de 11 de dezembro de 2012, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, 10% (Dez por cento) a título de ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO, a incidir sobre o vencimento base da Servidora, conforme demonstrado no Anexo IV previsto no Art. 10, da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de abril de 2011 (Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação).

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 19 de abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 141/2016 – DE 05 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 141/2016 – DE 05 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 2.100,00(Dois mil e cem reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Função: 15 – Urbanismo
Sub-Função: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 0021 – SANTIAGO - VIVER MELHOR
Ação: 2.050 – Convênio SSP/Polícia Militar e Trânsito
Atividade: 2.050 – Convênio SSP/Polícia Militar e Trânsito
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas
..... R\$ 2.100,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores – Convênio Radiopatrulha.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de Abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 142/2016 – DE 06 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 142/2016 – DE 06 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Função: 08 – Assistência Social
Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 0015 – GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ação: 2.070 – Manut. Prédio e Instalações do Centro Integrado de Saúde e Lazer
Atividade: 2.070 – Manut. Prédio e Instalações do Centro Integrado de Saúde e Lazer
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 06 de Abril de 2016.

Registrado e Publicado em data supra.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 145/2016 – DE 13 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 145/2016 – DE 13 DE ABRIL DE 2016.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 0011 – ESPORTE É SAÚDE
Ação: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador
Atividade: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador
Na Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 13 de Abril de 2016.

Registrado e Publicado em data supra.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 148/2016 – DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 148/2016 – DE 14 DE ABRIL DE 2016.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul,

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Função: 10 – Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE
Ação: 1.014 – Aquisição de Móveis e Equipamentos
Projeto: 1.014 – Aquisição de Móveis e Equipamentos
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.38– Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/ União – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade, disponível na Conta Corrente BB 25.807-5.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 14 de Abril de 2016.

Registrado e Publicado em data supra.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 050/2016 - DE 08 DE ABRIL DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 050/2016 - DE 08 DE ABRIL DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal NOELY REINHOLD ORLANDI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 98 da Lei Federal nº 9.504/97;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora NOELY REINHOLD ORLANDI, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no período de 08 de abril de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 08 de abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº 051/2016 - DE 14 DE ABRIL DE 2016.
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 051/2016 - DE 14 DE ABRIL DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal
ANA PAULA DELAI PACASSA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 98 da Lei Federal nº 9.504/97;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora ANA PAULA DELAI PACASSA, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no período de 14 de abril de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 14 de abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº 052/2016 - DE 18 DE ABRIL DE 2016.
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 052/2016 - DE 18 DE ABRIL DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Municipal
OLDEMAR MARMENTINI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 98 da Lei Federal nº 9.504/97;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor OLDEMAR MARMENTINI, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no período de 18 de abril de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 18 de abril de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 22/2016 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 05 de maio de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME LISTAGEM QUANTITATIVA E QUALITATIVA EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631 6044 ou retirar o Edital completo através do site: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 11 de março de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira Municipal

DECRETO Nº 1311/2016

DECRETO Nº 1311, DE 18 DE ABRIL DE 2016

ALTERA O DECRETO Nº 0721 DE 23 DE OUTUBRO DE 2014 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – COMDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3403/2014,

DECRETA:

Art. 1º O Art. 1º do Decreto nº 0721, de 23 de outubro de 2014, passa a ter a seguinte redação:

“Art 1º (...)

REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

V - Representantes da Fundação Cultural

KÁTIA REGIANE WOLFF - Titular

ROSILEI DE CÁSSIA SANT’ANNA FRAGOSO - Suplente

VI - Representantes da Fundação Municipal de Desportos

VALÉRIO NAZÁRIO - Titular

LUIS ANTONIO BOHOMO - Suplente

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

II - Representantes de Pessoas com Deficiência

a) EZEQUIEL PEREIRA VIDAL - Titular

DOUGLAS ANDRÉ MARTINS – Suplente

(...)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 1312/2016

DECRETO Nº 1312, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

(231) 3.3.90.37.00.00.00 100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 5.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(302) 3.3.90.37.00.00.00 100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 25.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(331) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 800,00

Art. 2º Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, será utilizado recurso da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

(223) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 5.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos
Atividade: 2.029 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB
(296) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 25.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 01 – Assistência Social
Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS
(326) 3.3.90.18.00.00.00 100 - Aux. Financ. Estudantes R\$ 800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 18 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1313/2016

DECRETO Nº 1313, DE 18 DE ABRIL DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 – Secretaria de Educação
Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental
(155) 3.3.90.30.00.00.00 158 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo
(232) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 – Secretaria de Educação
Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental
(558) 3.3.91.39.00.00.00 158 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo
(223) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis PC R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

ERRATA PORTARIA Nº 11593/2016, Nº 11594/2016 E Nº 11600/2016

ERRATA:

Na publicação da Portaria nº 11594/2016, no DOM nº 1978, de 18 de abril de 2016, pág. 631, no local que se lê "Nível III" leia-se "Nível I".

Na publicação da Portaria nº 11600/2016, no DOM nº 1978, de 18 de abril de 2016, pág. 631, no local que se lê "Nível II" leia-se "Nível I".

Na publicação da Portaria nº 11593/2016, no DOM nº 1978, de 18 de abril de 2016, pág. 631, no local que se lê "a partir de 14 de fevereiro" leia-se "a partir de 14 de março".

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2016 FMD

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2016 - FMD

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Combustíveis, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IDEAL GUAPO LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no Fornecimento Parcelado de Combustíveis (Etanol e Gasolina Comum) para o Abastecimento dos Veículos da Fundação Municipal de Desportos, conforme Convite nº 005/2016, de 08 de março de 2016.

DO VALOR: R\$ 6.840,80 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 8 (oito) meses e 27 (vinte e sete) dias, a contar de 04 de abril de 2016 e com término em 31 de dezembro de 2016.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2016.

ASS: PAULO ROBERTO SCHEIDE, pela Fundação.
IDEAL GUAPO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a BANDA TREML.

DO OBJETO: Contratação de apresentações musicais com dois músicos, com repertório exclusivo de músicas típicas alemãs, polonesas e italianas. Serão aproximadamente 14 apresentações durante o ano de 2016. As apresentações serão no galpão da Igreja de Rio Natal na chegada do passeio da Maria Fumaça em São Bento do Sul/SC, conforme datas e especificações anexas ao Convite nº 63/2016.

DO VALOR: R\$ 14.000,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 09 (nove) meses a contar de 01/04/2016.

São Bento do Sul, 30 de março de 2016.

ASS: JOCELITO PIERIN, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município.
BANDA TREML, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 015/2016 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 015/2016

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Bancários de Nº 017/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a INSTITUIÇÃO BANCÁRIA BANCO DO BRASIL S.A., conforme Dispensa de Licitação nº 009/2014, de 01 de abril de 2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 017/2014, que consiste na Prestação de Serviços relativos à Emissão e Administração de Cartão de Pagamento para utilização pela ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA do Município de São Bento do Sul, em saques e como meio de pagamento nas suas aquisições de bens e serviços.

Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do Contrato nº 017/2014 no dia 01 de abril de 2016, faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato com base no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e na Cláusula Décima Quinta – Da Vigência do referido Contrato, nos seguintes termos:

1º - Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 02 de abril de 2016 e com término em 01 de abril de 2017.

2º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de abril de 2014 e no Termo Aditivo nº 007/2016, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 03 (três) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2016.

ASS: FERNANDO TURECK, pelo Município.
PAULO ROBERTO SCHEIDE, pela Fundação.
BANCO DO BRASIL S.A., como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 017/2016 FMD

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 017/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte de Nº 014/2015, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA EXPRESSO SABIÁ EIRELI - ME, conforme Pregão Presencial nº 007/2015, de 25 de março de 2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 014/2015, que consiste na Prestação de Serviços de Transporte com Motorista e Combustível, para transportar os Atletas da Fundação Municipal de Desportos.

Considerando a continuidade e a essencialidade dos serviços e o término da vigência do Contrato nº 014/2015 no dia 21 de abril de 2016, faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato com base no Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e na Cláusula Sexta – Da Vigência do referido Contrato, nos seguintes termos:

1º - Fica prorrogada a vigência do Contrato por 8 (oito) meses e 9 (nove) dias, a contar de 22 de abril de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

2º Permanece o valor de R\$ 2,18 (dois reais e dezoito centavos) por km/rodado, totalizando em R\$ 28.340,00 (vinte e oito mil trezentos e quarenta reais), referente ao período acima prorrogado, para pagamentos de acordo com o Contrato primitivo.

3º As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta

da seguinte dotação orçamentária:

(23) 15.01.2.058.3.3.90.39.99.00.00.00.0100 – Desporto de Iniciação e Rendimento

4º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 22 de abril de 2015 e no Termo Aditivo nº 008/2016, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2016.

ASS: PAULO ROBERTO SCHEIDE, pela Fundação.
EXPRESSO SABIÁ EIRELI - ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 018/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 018/2016

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 020/2014, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa OLOS TECNOLOGIA LTDA ME, em 11 de março de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 09/2014.

Considerando o objeto de Contrato de nº 020/2014, que consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço de processamento de dados para o Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul, incluindo a administração do banco de dados e assessoramento ao usuário na utilização de telas de entrada e saída de dados, sem limite de quantidade de estações de trabalho conforme descrição e condições definidas neste edital e seus anexos;

Considerando o término da vigência do contrato no dia 30 de março de 2016;

Considerando Cláusula Quarta – do reajuste, que prevê reajuste anual com base no índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado até março/2016, sendo o percentual de 11,0780% conforme cálculo, porém acordado entre as partes conforme e-mail o percentual de 9% para o reajuste, documentos estes anexos a este Termo Aditivo, fica alterado o valor mensal de R\$ 10.039,51 para R\$ 10.943,07 mensal;

Diante do exposto, e por se tratar de serviços contínuos, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato conforme previsto na Cláusula Terceira – Da Vigência e também e com base no Art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 09 (nove) meses e 1 (um) dia, a contar de 31 de março de 2016 e a terminar em 31 de dezembro de 2016.

Reajusta-se o valor mensal de R\$ 10.039,51 (dez mil trinta e nove reais e cinquenta e um centavos) para R\$ 10.943,07 (dez mil novecentos e quarenta e três reais e sete centavos), totalizando a prorrogação em R\$ 98.487,63 (noventa e oito mil quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos), para pagamentos conforme Contrato Original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 11 de março de 2014 e Termo Aditivo nº 024/2015 de 25 de março de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 30 de março de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.
OLOS TECNOLOGIA LTDA ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 019/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 019/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Medicamentos nº 032/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS, em 21 de maio de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 37/2015.

Considerando o objeto de Contrato de nº 032/2015, que consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos alopáticos, éticos, similares e genéricos prescritos por médicos para pacientes do SUS deste município, conforme Revista ABC FARMA, que não façam parte da Farmácia Básica;

Considerando aumento na procura de medicamentos alopáticos, éticos, similares e genéricos junto ao Fundo Municipal de Saúde conforme justificativa do Secretário Municipal de Saúde ao termo aditivo, faz-se necessário aditar o referido contrato com base no Art. 65, parágrafo 1º e Cláusula Décima Segunda – das alterações, nos seguintes termos:

Fica incluso o valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para pagamentos conforme Contrato Original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 21 de maio de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de março de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 021/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 021/2016

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 069/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 29 de outubro de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 92/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 069/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para construção de um Posto de Saúde, situado na Rua Papanduva esquina com a Rua Iracema, Bairro Cruzeiro em São Bento do Sul, com área total de 298,46 m2, conforme memorial descritivo, projetos em anexo e contrato de repasse junto ao Ministério da Saúde;

Considerando que a necessidade de alteração do projeto inicial e do aumento de quantitativo de material e mão de obra do projeto de fundações, especificados no Termo Aditivo nº 007/2016, e que tal situação acarretou em atraso na execução da obra, faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e de vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso I e IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 05 (cinco) meses, a contar de 06 de abril de 2016 e com término em 05 de setembro de 2016.

Fica prorrogado o prazo de vigência por 05 (cinco) meses, a contar de 29 de abril de 2016 e com término em 28 de setembro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 29 de outubro de 2015 e Termo Aditivo nº 007/2016 de 17 de fevereiro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 05 de abril de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

MARCELO LEVANDOWSKI, como Arquiteto e Urbanista.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 039/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 039/2016

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 125/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME, em 22 de ABRIL de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 84/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 125/2014, que consiste na construção de Mirante no Parque 23 de Setembro, em São Bento do Sul conforme Projeto Básico e Memorial Descritivo em anexo, conforme Contrato de Repasse nº 770418/2012/Ministério do Turismo/Caixa Processo nº 2626.38677631/2012;

Considerando que se faz necessário a alteração de projeto visando melhor adequação ao dimensionamento final da rampa melhorando também o acabamento da fixação dos gradis de guarda corpo. Nesse sentido substitui-se o gradil eletro soldado especificado na página 11 do memorial descritivo pelo gradil de arames galvanizados por imersão a quente com diâmetro de 5,00mm (com pintura) e malha 5 x 20cm similar ou equivalente ao Gradil Standard marca Total Telas.

No que se refere aos ajustes de valores vale ressaltar que o gradil especificado originalmente pesa 27,19 Kg por cada 2,5m de extensão por 1,03m de altura, já o gradil que o substituirá pesa 10,5 Kg por cada 2,5m de extensão por 1,03m de altura. Assim, para adequar os valores dada à substituição, será suprimido 682,32Kg de aço dos itens 3.4, 3.5, 3.6 respectivamente fabricação, entrega e Montagem de estrutura de aço e 682,32Kg do item 5.1 pintura epóxi conforme planilha anexa a este Termo Aditivo.

Também haverá a necessidade de execução de reforço com cantoneira aba 1 ½" e espessura 3/16" para os pisos metálicos isso com objetivo de diminuir o efeito de "estufamento" causado pela variação de temperatura e conseqüente dilatação e retração das peças soldadas conforme planilha anexa a este Termo Aditivo.

No que se refere à prorrogação a obra encontra-se com 75,83% de execução, porém, para sua conclusão será necessário a transferência da 2ª parcela (última) dos recursos correspondentes do Governo Federal, nesse sentido houve diminuição do ritmo de trabalho.

Diante do exposto, faz-se necessário aditar, suprimir e prorrogar o prazo de execução e de vigência dos serviços do referido Contrato

conforme Art. 65, parágrafo 1º e Art. 57 parágrafo 1º, inciso I e II nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 6.102,64 (seis mil cento e dois reais e sessenta e quatro centavos) referentes aos itens abaixo, para pagamentos conforme Contrato Original:

	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNITÁ- RIO	PREÇO TOTAL	PREÇO TOTAL	CODIGO SINAPI
3.	SUPRA-ESTRUTURA						
3.2	ALUGUEL GUINDASTE TELESCÓPICO 27t LANÇA PRINCIPAL 31,50M + JIB 8,5M	DIA	3,00	R\$ 1.098,00	R\$ 3.294,00	R\$ 3.294,00	
3.4	FABRICAÇÃO DA ESTRUTURA METALICA EM ACO ESTRUTURAL PERFIS LAMINADOS INCLUINDO GUARDA CORPOS COM TELA SOLDADA POSTO NA FABRICA (*)	KG	268,00	3,28	R\$ 879,04	R\$ 879,04	73970/001
3.5	ENTREGA DA ESTRUTURA METALICA EM ACO ESTRUTURAL PERFIS LAMINADOS, PINTADA, INCLUINDO GUARDA CORPOS COM TELA POSTO NA OBRA (*)	KG	268,00	1,41	R\$ 377,88	R\$ 377,88	73970/001
3.6	MONTAGEM DA ESTRUTURA METALICA EM ACO ESTRUTURAL PERFIS LAMINADOS INCLUINDO GUARDA CORPOS COM TELA	KG	268,00	3,57	R\$ 956,76	R\$ 956,76	73970/001
(*) ITENS QUE UTILIZAM BDI DIFERENCIADO DE 18,18% - COM DESONERAÇÃO ENQUADRADO NO TIPO DE OBRA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS COM PAGAMENTO APÓS INSTALAÇÃO PROPORCIONAL A MEDIÇÃO EFETUADA PELO FISCAL. ACORDAO 2622-2013 - TCU - PLENARIO - CONFORME DEMOSTRATIVO DE BDI							
	Total do Grupo					R\$ 5.507,68	90,25%
5.	ACABAMENTOS						
5.1	PINTURA EPÓXI COM FUNDO ANTIOXIDANTE EM PERFIS LAMINADOS E CHAPAS	KG	268,00	R\$ 2,22	R\$ 594,96	R\$ 594,96	
	Total do Grupo					R\$ 594,96	9,75%
	Total do Orçamento da Construção					R\$ 6.102,64	100,00%

Fica suprimido no Contrato o valor total de R\$ 7.150,65 (sete mil cento e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos) referentes aos itens abaixo:

	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNITÁ- RIO	PREÇO TOTAL	PREÇO TOTAL	CODIGO SINAPI
3.	SUPRA-ESTRUTURA						
3.4	FABRICAÇÃO DA ESTRUTURA METALICA EM ACO ESTRUTURAL PERFIS LAMINADOS INCLUINDO GUARDA CORPOS COM TELA SOLDADA POSTO NA FABRICA (*)	KG	682,32	3,28	R\$ 2.237,99	R\$ 2.237,99	73970/001
3.5	ENTREGA DA ESTRUTURA METALICA EM ACO ESTRUTURAL PERFIS LAMINADOS, PINTADA, INCLUINDO GUARDA CORPOS COM TELA POSTO NA OBRA (*)	KG	682,32	1,41	R\$ 962,06	R\$ 962,06	73970/001
3.6	MONTAGEM DA ESTRUTURA METALICA EM ACO ESTRUTURAL PERFIS LAMINADOS INCLUINDO GUARDA CORPOS COM TELA	KG	682,32	3,57	R\$ 2.435,86	R\$ 2.435,86	73970/001
(*) ITENS QUE UTILIZAM BDI DIFERENCIADO DE 18,18% - COM DESONERAÇÃO ENQUADRADO NO TIPO DE OBRA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS COM PAGAMENTO APÓS INSTALAÇÃO PROPORCIONAL A MEDIÇÃO EFETUADA PELO FISCAL. ACORDAO 2622-2013 - TCU - PLENARIO - CONFORME DEMOSTRATIVO DE BDI							
	Total do Grupo					R\$ 5.635,91	78,82%
5.	ACABAMENTOS						
5.1	PINTURA EPÓXI COM FUNDO ANTIOXIDANTE EM PERFIS LAMINADOS E CHAPAS	KG	682,32	R\$ 2,22	R\$ 1.514,74	R\$ 1.514,74	
	Total do Grupo					R\$ 1.514,74	21,18%
	Total do Orçamento da Construção					R\$ 7.150,65	100,00%

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 03 (três) meses, a contar de 22 de fevereiro de 2016 e com término em 21 de maio de 2016.

Fica prorrogado o prazo de vigência por 03 (três) meses, a contar de 01 de abril de 2016 e com término em 30 de junho de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 22 de abril de 2014, Termo Aditivo nº 338/2014 de 17 de novembro de 2014, Termo Aditivo nº 100/2015 de 20 de março de 2015, Termo Aditivo nº 188/2015 de 19 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 231/2015 de 21 de agosto de 2015 e Termo Aditivo nº 306/2015 de 20 de novembro de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 19 de fevereiro de 2016.

Ass: JOCELITO PIERIN, pela Secretaria Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município.

RICARDO CALLADO, como Arquiteto e Urbanista.

MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 047/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 047/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 244/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, em 11 de setembro de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 188/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 244/2015, que constitui no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária, pavimentação asfáltica e obras complementares da Rua Mathias Nossol, Bairro Serra Alta, conforme memorial descritivo, projetos, e contrato da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC CIDADES – II nº 2013030601;

Considerando que durante a execução da obra houve demora na relocação de postes de energia na via por parte da concessionária de energia local, o que acarretou em atraso na execução da mesma, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução e de vigência do referido Contrato conforme Art. 57 parágrafo 1º, inciso II nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 29 de fevereiro de 2016 e com término em 28 de maio de 2016.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 11 de março de 2016 e com término em 10 de julho de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 11 de setembro de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 26 de fevereiro de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheira Civil.

BRACOR CORRETORA DE SEGUROS LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 060/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 060/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 371/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 30 de dezembro de 2014, conforme Edital de Concorrência Pública nº 306/2014. Considerando o objeto do Contrato de nº 371/2014, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica linear numa extensão total de aproximadamente 1.782 metros lineares das ruas Moema, Bairro Cruzeiro; João Linzmeyer, Bertha Linzmeyer e Raimundo Roesler, Bairro Oxford, conforme Memorial Descritivo, Projetos, Proposta de Transferência e Plano de Trabalho.

· Fornecedor de material, mão de obra e execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica linear das Ruas, João Linzmeyer, Bertha Linzmeyer e Raimundo Roesler, Bairro Oxford, conforme memorial descritivo, projetos, proposta de transferência e plano de trabalho.

Considerando que a execução da obra está concluída, porém no aguardo da vistoria da obra pelo órgão financiador BRDE para que possa ser dada como executada oficialmente, podendo ainda ter alguns ajustes a serem feitos após a vistoria, faz-se necessário prorrogar o prazo de vigência do referido contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, incisos II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 30 de março de 2016 e com término em 29 de maio de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 30 de dezembro de 2014, Termo Aditivo nº 262/2015 de 24 de setembro de 2015 e Termo Aditivo nº 329/2015 de 08 de dezembro de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 23 de março de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 063/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 063/2016

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 150/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 22 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 61/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 150/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Papanduva, Bairro Cruzeiro, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 791370/2013/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº SR.2626.1009071-48/2013;

Considerando o vencimento do prazo de execução da obra em 25/03/2016 e que a obra encontra-se parada, tendo sido aberto o processo administrativo nº 1284/2016 em 11/03/2016, e considerando que a Contratada protocolou defesa no dia 22/03/2016;

Considerando que as justificativas apresentadas pela Contratada para a obra permanecer parada não se enquadram nos artigos da Lei nº 8.666/93, porém levando em consideração o princípio da economicidade ao Município, sendo que a rescisão do contrato e abertura de novo

processo licitatório causariam maiores prejuízos à Administração, e tendo em vista ainda a necessidade de esclarecimentos complementares ao processo administrativo e a posterior continuidade da obra faz-se necessária a prorrogação do prazo de execução do objeto contratado nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 04 (quatro) meses, a contar de 26 de março de 2016 e com término em 25 de julho de 2016.

Mantém-se o prazo de vigência com término em 30 de junho de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo firmado em 22 de maio de 2015 e Termo Aditivo nº 334/2015 de 11 de dezembro de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 24 de março de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 065/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 065/2016

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Operacionalização de Estágios de nº 099/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN, em 19 de março de 2013, conforme Pregão Presencial nº 76/2013.

Considerando o objeto do presente Contrato que consiste na contratação de serviços para operacionalização de estágios, visando formação profissional, treino, prática, situações de vida e trabalho aos alunos das instituições de ensino do município de São Bento do Sul, sendo 55 (cinquenta e cinco) de Ensino Superior e 55 (cinquenta e cinco) de Ensino Médio ou Técnico, de acordo com a Lei nº 11.788 de 25/09/08 e Lei 9.394 de 20/12/96 – Lei de Diretrizes;

Considerando que a Contratada solicitou prorrogação contratual, anexo a este Termo Aditivo, por se tratar de serviços contínuos ao Município, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato de Prestação de Serviços de Operacionalização de Estágios, conforme Cláusula Quinta – da Vigência, com base no Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 09 (nove) meses, a contar de 01 de abril de 2016 e a terminar em 31 de dezembro de 2016.

Permanece o valor de R\$ 14,17 (quatorze reais e dezessete centavos) estudante/mês, totalizando a prorrogação em R\$ 14.028,30 (quatorze mil, vinte e oito reais e trinta centavos), para pagamentos conforme Contrato Original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 19 de março de 2013, Termo Aditivo nº 372/2013 de 10 de dezembro de 2013, Termo Aditivo nº 284/2014 de 10 de setembro de 2014 e Termo Aditivo nº 194/2015 de 26 de junho de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 29 de março de 2016.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTÁGIOS CIN, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 069/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 069/2016

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 140/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 11 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 73/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 140/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para à execução de Passeios, nos Bairros Brasília e Serra Alta, conforme Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA, memorial descritivo, projetos e demais informações conforme anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 73/2015.

Considerando o envio de solicitação de aditivo de valor referente aos passeios do Bairro Serra Alta para análise e aprovação do órgão financiador e também que a solicitação de aditivo de valor referente aos passeios do Bairro Brasília está sendo analisada pela fiscal do contrato, para posterior envio ao órgão financiador para análise a aprovação;

Considerando também a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA até 31 de dezembro de 2016 conforme Termo Aditivo;

Considerando que a continuidade da obra se dará após a análise e aprovação dos documentos pelo órgão financiador Caixa Econômica Federal, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução dos serviços do referido Contrato conforme Art. 57 parágrafo 1º, inciso I e II nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 03 (três) meses, a contar de 02 de abril de 2016 e com término em 01 de julho de 2016.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 08 (oito) meses e 30 (trinta) dias, a contar de 02 de abril de 2016 e com término em 31 de dezembro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 11 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 299/2015 de 10 de novembro de 2015, Termo Aditivo nº 304/2015 de 19 de novembro de 2015 e Termo Aditivo nº 040/2016 de 19 de fevereiro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 31 de março de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 070/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 070/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 141/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 11 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 73/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 141/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para à execução de Abrigos de Embarque e Desembarque de Passageiros em diversos locais da cidade, conforme Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA, memorial descritivo, projetos e demais informações conforme anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 73/2015.

Considerando a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA até 31 de dezembro de 2016 conforme Termo Aditivo;

Considerando acordo entre Contratante e Contratada conforme Ofício SEPLU nº 029/2016 que seria primeiramente realizada a execução de 2 (dois) abrigos de embarque e desembarque de passageiros, modelo 01 e modelo 02 para análise e aprovação da fiscalização do contrato; Considerando que 1 (um) abrigo já foi executado e instalado, porém aguardando a aprovação da fiscalização, e que a execução e instalação dos demais abrigos somente se dará após esta aprovação, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução e de vigência do referido Contrato conforme Art. 57 parágrafo 1º, inciso I nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 03 (três) meses, a contar de 02 de abril de 2016 e com término em 01 de julho de 2016.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 08 (oito) meses e 30 (trinta) dias, a contar de 02 de abril de 2016 e com término em 31 de dezembro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 11 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 305/2015 de 19 de novembro de 2015 e Termo Aditivo nº 041/2016 de 19 de fevereiro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 31 de março de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 077/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 077/2016

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 085/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 04 de março de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 13/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 085/2015, que consiste no fornecimento de material e mão de obra e demais obrigações necessárias para a revitalização da sinalização viária e implantação de passeios e ciclovia na Avenida São Bento, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 311.146-23/2009 Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, em anexo a Tomada de Preços nº 13/2015;

Considerando atraso no repasse do governo federal referente às medições já efetuadas e que a continuação da obra somente se dará quando da ocorrência deste repasse;

Considerando que conforme Art. 8º, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 é "É proibido o retardamento imotivado da execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado da autoridade a que se refere o Art. 26 desta Lei";

Diante do exposto faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e de vigência do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II e VI, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 02 (dois) meses, a contar de 11 de abril de 2016 e com término em 10 de junho de 2016.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 27 de abril de 2016 e com término em 26 de junho de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo firmado em 04 de março de 2015, Termo Aditivo nº 204/2015 de 09 de julho de 2015, Termo Aditivo nº 274/2015 de 05 de outubro de 2015, Termo Aditivo nº 328/2015 de 08 de dezembro de 2015 e Termo Aditivo nº 025/2016 de 05 de fevereiro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de abril de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

LEI Nº 3655/2016

LEI Nº 3655, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A LEILOAR BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, E DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a leiloar os bens móveis inservíveis e dar baixa junto ao patrimônio do Município, dos bens constantes do Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

São Bento do Sul, 17 de março de 2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPTO. ALMOXARIFADO

ATA REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DOS LOTES DE LEILÃO FUTURO DE BENS MÓVEIS

No dia dezessete do mês de março do ano de dois mil e dezesseis (17/03/2016), estive reunidos a Comissão de Avaliação de Bens Móveis designada pela Portaria No 11232 de 09 de março de 2016, com o objetivo de definir os valores iniciais dos lotes a serem lançados no Edital de futuro leilão, sendo que após visitação aos respectivos locais dos lotes para averiguação foram decididos os seguintes valores :

LOTE 1 – MOBILIÁRIO E DIVERSOS		
RECOLHIDO DIVERSAS SECRETARIAS		
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	ARQUIVO DE ACO C/ 4 GAVETAS	01.16
1	ARQUIVO DE ACO C/ 4 GAVETAS	10129
1	ARQUIVO DE ACO C/ 4 GAVETAS	10232
1	ARQUIVO DE AÇO	10773
1	FICHARIO	10295
1	ESCADA C/ 06 DEGRAUS	01.640
1	ESCADA C/ 02 DEGRAUS	10783
3	ESTANTE DE AÇO	10653
		A 10655
1	ESTANTE DE AÇO	10655
1	MESA PARA TERMINAL COMPUTACAO, MODELO: BELVINA	320029
1	MESA REDONDA MADECENTER, MODELO: REDONDA	310810
1	MESA MADEIRA	14
1	MESA 1,25 M. IMBUIA	310961
1	MESA PARA MICROCOMPUTADOR 60X80	03.2518
1	MESINHA PARA MAQUINA DE ESCREVER	03.2606
1	MESA AUXILIAR 40 X 60 ESMALTADA	34413
1	MESA PARA COPOM	37305
1	MESA MARCA TUBULAR 1,00 X 0,65 X 0,75 COR OVO/GR	38651
1	MESA MARCA TUBULAR DE 1,50 X 0,75 X 0,74 OVO/GR.	38671
1	MESA MARCA TUBULAR DE 1,50 X 0,75 X 0,74 OVO/GR.	38672
1	MESA EM PINUS	310190
1	MESA PARA MAQUINA DE ESCREVER	310280
1	RACK CONJUGADO, PAINEL TECL. RETRAT.	311601
1	MESA MARCA RESISTE, MOD. 1511 DE 1,00X0,60 COR OVO	313526
1	MESA MARCA RESISTE, MOD. 1511 DE 1,00X0,60 COR OVO	313528
1	MESA RESISTE, MOD. 1522, DE 1,20X0,60X0,74	314137
1	MESA PARA COMPUTADOR	313953
1	CONJUNTO DE MESA EM L	315982
1	MESA KROLL, ESTRUTURA DUPLA C/ 03 GAV.	316317
1	MESA PARA MICRO	316477
1	MESA PARA MAQUINA	317951
5	MESA COLETIVA ECONOMICA INFANTIL FORMICA	317758
		a317762

1	MESA 1.20X0.75X75 S/GAVETAS	319030
1	MESA INFORMATICA MEDINDO 1,10X0,60X0,74,	318612
1	MESA EM BP 3 GAVETAS COR CINZA FRAMO MOD 132	321783
1	CADEIRA ESTOFADA	316084
1	CADEIRA ESTOFADA	316046
1	CADEIRA ESTOFADA	314116
1	CADEIRA ESTOFADA	316065
1	CADEIRA ESTOFADA	314112
1	CADEIRA ESTOFADA	314091
1	CADEIRA ESTOFADA	316085
1	CADEIRA FIXA CAVALETTI	03.2145
1	CADEIRA PRETA FIXA ESTOFADA	03.2452
1	CADEIRA ESTOFADAS FIXAS, PRETAS	03.2983
1	CADEIRA FIXA, ESTOFADA, PRETA	03.3581
1	CADEIRA ESTOFADA -NUMERO DA RUDNICK 11.101-	34527
1	CADEIRA ESPLADAR SINTETICO	37059
1	CADEIRA FIXA S/ BR. TEC 4008P	03.7511
1	CADEIRA FIXA S/ BR. TEC 4008P	37522
1	CADEIRA FIXA S/ BR. TEC. 4008P	37420
1	CADEIRA C/ NAPA	38248
1	CADEIRA FIXA	38594
1	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO POLIESTER	38504
1	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO POLIESTER	03.8559
5	CADEIRA PLASTICA	310117
		a310121
1	CADEIRA FIXA 041C AZ/PR	311495
1	CADEIRA INFANTIL-MV-22	311962
1	CADEIRA DIRETOR FIXA	313090
1	CADEIRA FIXA EM TECIDO COM GRADIL	312772
1	CADEIRA FIXA EM TECIDO COM GRADIL	312774
1	CADEIRA FIXA EM TECIDO COM GRADIL	312775
1	CADEIRA FIXA EM TECIDO COM GRADIL	312777
6	CADEIRA TUBULAR CADEMA	313297
		a313302
1	CADEIRA UNIV. C/PRANCHETA REF. 0220	313304
1	CADEIRA UNIV. C/PRANCHETA REF. 0220	313306
1	CADEIRA UNIV. C/PRANCHETA REF. 0220	313309
1	CADEIRA GIRAT. MARCA CADERODE, MOD. 712	313539
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314298
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314274
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314275
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314297
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314430
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314431
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314432
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314434
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314440
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314442
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314443
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314445
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314459
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314185
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314186
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314187
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314188
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314195
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314213
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	314216
1	CADEIRA GIRATORIA CINZA ULIFLE 210	314735

1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315903
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315904
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315921
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315922
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315925
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315926
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315929
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315930
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315933
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315934
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315937
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315938
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315939
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315940
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315952
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315953
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315956
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315957
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315958
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315959
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315960
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315961
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315965
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315966
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315969
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315970
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315971
1	CADEIRA TIPO LONGARINA	315972
1	CADEIRA GIRATORIA S/B ESP. LAMIN. CG-0225	315994
1	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA	316171
1	CADEIRA ESTOF. BASE 4 PES 7/8 SECRET.	315544
1	CADEIRA ESTOF. BASE 4 PES 7/8 SECRET.	315584
1	CADEIRA FIXA C/4 PES MOD. NC 430	316815
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	315832
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	315833
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	315849
1	CADEIRA TIPO SECRETARIA FIXA	315857
1	CADEIRA GIRATORIA EXECUTIVA COM BRAÇO	318718
1	CADEIRA GIRATORIA EXECUTIVA COM BRAÇO	318719
1	CADEIRA GIRATORIA C/ DESCANCO DE BRACO	319500
1	CADEIRA GIRATORIA C/ DESCANCO DE BRACO	319510
1	CADEIRA SECRETARIA GIRATORIA S/CAPA	319228
1	CADEIRA GIRATORIA CAVALETTI REF. 8101	319013
1	CADEIRA FIXA 4018S S/B	319016
1	CADEIRA FIXA 4018S S/B	319017
1	CADEIRA GIRATÓRIA C/ REG. ALTURA ESPUMA LAM.	323827
1	CADEIRA GIRATÓRIA C/ REG. ALTURA ESPUMA LAM.	323828
1	CADEIRA GIRATÓRIA C/ REG. ALTURA ESPUMA LAM.	323830
1	CADEIRA GIRATÓRIA C/ REG. ALTURA ESPUMA LAM.	323834
1	CADEIRA FIXA SKY CINZA ESTOFADA	323899
1	CADEIRA FIXA SKY CINZA ESTOFADA	323907
1	CADEIRA FIXA SKY CINZA ESTOFADA	323908
1	CADEIRA FIXA SKY CINZA ESTOFADA	323915
1	CADEIRA FIXA SKY CINZA ESTOFADA	323918
1	CADEIRA FIXA 4 PÉS SUPORTE DE ENCOSTO FIXO	324164
1	CADEIRA FIXA 4 PÉS ESTOF TECIDO	324454
1	CADEIRA C/ RODINHAS	325386
1	CADEIRA GIRATÓRIA	326204
1	CADEIRA GIRATÓRIA	326205

1	CADEIRA GIRATÓRIA	326207
1	CADEIRA GIRATORIA SECRETARIA BASE GÁS C/ BRAÇO	326917
1	CADEIRA GIRATORIA SECRETARIA C/ BRAÇO	325682
1	CADEIRA GIRAT. DIRETOR C/ BRAÇOS	325737
1	POLTRONA PRESIDENTE CINZA MESCLA BASE GAS	325731
1	CADEIRA PRETA SECRET FIXA 4 PÉS PALITO 7/8 METAL	328665
1	CADEIRA TIPO EMPILHÁVEL NA COR PRETO FOSCO	328741
1	CADEIRA TIPO EMPILHÁVEL NA COR PRETO FOSCO	328760
1	CADEIRA TIPO EMPILHÁVEL NA COR PRETO FOSCO	328764
1	CADEIRA TIPO EMPILHÁVEL NA COR PRETO FOSCO	328770
1	CADEIRA GIR. C/ ALT. REG. C/ BRAÇOS C/ CAPA	329118
1	CADEIRA GIR. C/ ALT. REG. C/ BRAÇOS C/ CAPA	329119
4	CADEIRA ESTOFADA FIXA	329693
		a329696
1	CADEIRA GIRATÓRIA EXEC. C/ BRAÇO	330201
1	CADEIRA ESC. ESTOF. 7/8 INJT AZUL/PRETO	330729
1	POLTRONA FIXA COM BRACOS CINZA	03.2195
1	POLTRONA C/ ENCOSTO ALTO ESTIL, MODELO: 2456 P9	03.8625
1	POLTRONA FIXA, ESTRUTURA SKY, TECIDO AZUL	317104
1	ESTANTE IMBUÍDA KIFAZA	310808
1	ESTANTE PARA VIDEO E TV	03.1739
1	ESTANTE COM (TRES) PORTAS TIPO BP NA COR CINZA	38690
1	ESTANTE MDF MED 2,00X2,00 COR TABACO	324025
1	CAIXA DE EXPEDIENTE	03.160
1	BANDEJA EXPEDIENTE CEREJEIRA	03.1488
1	ESCRIVANINHA IMBUÍDA	30360
1	ESCRIVANINHA C/1,25M,. C/ TRES GAVETAS	03.2512
1	ESCRIVANINHA 1,80 X 0,60 COM TRES GAVETAS	03.3164
1	ESCRIVANINHA CEREJEIRA -NUMERO DA RUDNICK 11.156-	34518
1	ESCRIVANINHA DE IMBUÍDA	37029
1	ESCRIVANINHA 1,80 X 0,60 COM TRES GAVETAS	312591
1	MESA DE MAD. JACARANDA(ESCRIVANINHA)	38270
1	ESCRIVANINHA COR CINZA 1,20 X 0,65 2 GAVETAS	322082
1	LIXEIRAS COLETA SELETIVA CONJ. C/ 4 FORMATO DE LÁPIS	324014
1	ARMARIO COM PORTAS VIDRO FOSCO	30486
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36196
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36197
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36198
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36201
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36204
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36208
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36210
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36212
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36215
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36216
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36217
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36218
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36220
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36222
1	ARMARIO EM MADEIRA C/ DUAS PORTAS (PEDAÇOS)	36223
1	ARMARIO EM PINUS	37130
1	ARMARIO ESTANTE MODELO BP COM 2 PORTAS	38730
1	ARMARIO PREMIUM ESTANTE	313085
1	ARMARIO DE MADEIRA	316187
1	ARMÁRIO 2 PORTAS COR CEREJ C/ FECHADURA	324362
1	ARMÁRIO 2 PORTAS COR CEREJ C/ FECHADURA	324363
1	ARMÁRIO 2 PORTAS COR CEREJ C/ FECHADURA	324364
1	ARMÁRIO 2 PORTAS COR CEREJ C/ FECHADURA	324367
1	QUADRO DE AVISOS 1,20 X 1,00	03.2596

1	MOLDURA MAD CAIXINHA 2,00X0,90 C/ FELTRO	330537
1	GAVETEIRO FIXO MARCA TUBULAR C/ (TRES)	38673
1	GAVETEIRO FIXO MARCA TUBULAR C/ (TRES)	38674
1	GAVETEIRO FIXO C/ 2 GAVETAS C/ CHAVES NA COR OVO	310299
1	GAVETEIRO FIXO 03 GAV. GP 02 RAIMUNDINI	318591
1	GAVETEIRO FIXO 03 GAV. GP 02 RAIMUNDINI	318592
1	GAVETEIRO P/ MESA 3GAV. EURO ER-1	319031
1	BALCAO EM FORMICA	37079
1	BALCAO EM L PARA ATENDIMENTO EM MDF,	316199
1	BALCAO RESISTE MOD. 1610 NA COR CINZA/CZ	316267
1	BALCAO DE PIA MDF BRANCO MED. 1,20x0,70x0,52	322102
1	BALCÃO C/ 2 PORTAS 1 PRATEL. COR OVO/PRETO	324185
1	BANCO REFEITORIO MULTIUSO-MV-19V FORMICA	312128
1	BANCO REFEITORIO MULTIUSO-MV-19V FORMICA	312129
1	BANCO REFEITORIO MULTIUSO-MV-19V FORMICA	312131
1	LONGARINA MOD. LG 424/3 ESTOFAMENTO VINIL	316828
1	BANCO DE REFEITORIO COR OVO MARCA FRAMO	322524
1	BANCO DE REFEITORIO COR OVO MARCA FRAMO	322526
1	BANCO DE REFEITORIO COR OVO MARCA FRAMO	322536
1	LONGARIA 3 LUGARES ESPUMA INJETADA	322851
1	BANQUETA PLASTICA	318442
1	CADEIRA PRE ESCOLAR DE IMBUIA	320263
1	CADEIRAS ESCOLARES DE IMBUIA	03.2861
1	CADEIRAS ESCOLARES DE IMBUIA	03.2896
1	CADEIRAS ESCOLARES DE IMBUIA	03.2900
1	CADEIRAS ESCOLARES DE IMBUIA	03.2922
1	CADEIRAS ESCOLARES DE IMBUIA	03.2924
1	CADEIRINHA PRE ESCOLAR EM FORMICA VERDE	03.3105
5	CADEIRA INFANTIL-MV-22	311957
		a311961
1	CADEIRA INFANTIL-MV-22	311986
12	CADEIRA INFANTIL-MV-22	318988
		a318999
4	CADEIRINHA INFANTIL	14
1	CARTEIRAS PRE ESCOLAR DE FORMICA VERDE	03.2576
1	CARTEIRA ESCOLAR FORMICA VERDE	03.2719
1	CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	03.3224
1	CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	03.3234
1	CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	03.3295
1	CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	03.3297
1	CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	03.3301
1	CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	03.3303
1	CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	03.3313
1	CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA VERDE	03.3315
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34262
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34263
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34267
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34272
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34274
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34284
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34295
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34299
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34313
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34317
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34318
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34319
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34320
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34323
1	CADEIRA P/ CARTEIRAS COM FORMICA	34324

1	CADEIRA PARA CARTEIRAS COM FORMICA	34116
1	CADEIRA PARA ALUNO	34904
1	CADEIRA PARA ALUNO	34914
1	CADEIRA PARA ALUNO	34916
1	CADEIRA PARA ALUNO	34919
1	CADEIRA PARA ALUNO	34920
1	CADEIRA PARA ALUNO	34923
1	CADEIRA PARA ALUNO	34924
1	CADEIRA PARA ALUNO	34926
1	CADEIRA PARA ALUNO	34929
1	CADEIRA PARA ALUNO	34930
1	CADEIRA PARA ALUNO	34931
1	CADEIRA PARA ALUNO	34932
1	CADEIRA PARA ALUNO	34934
1	CADEIRA PARA ALUNO	34935
1	CADEIRA PARA ALUNO	34936
1	CADEIRA PARA ALUNO	34939
1	CADEIRA PARA ALUNO	34940
1	CADEIRA PARA ALUNO	34941
1	CADEIRA PARA ALUNO	34943
1	CADEIRA PARA ALUNO	34959
1	CADEIRA PARA ALUNO	34977
1	CADEIRA PARA ALUNO	34982
1	CADEIRA PARA ALUNO	35015
1	CADEIRA PARA ALUNO	35035
1	CADEIRA PARA ALUNO	35055
1	CADEIRA PARA ALUNO	35061
1	CADEIRA PARA ALUNO	35094
1	CADEIRA PARA ALUNO	35095
1	CADEIRA PARA ALUNO	35097
1	CADEIRA PARA ALUNO	35114
1	CADEIRA PARA ALUNO	35118
1	CADEIRA PARA ALUNO	35185
1	CADEIRA PARA ALUNO	35210
1	CADEIRA PARA ALUNO	35224
1	CADEIRA PARA ALUNO	35273
1	CADEIRA PARA ALUNO	35345
1	CADEIRA PARA ALUNO	35404
1	CADEIRA ADULTA CAIC	36000
1	CADEIRA ADULTA	36014
1	CADEIRA ADULTA	36062
1	CADEIRA ESCOLAR	36145
1	CADEIRA ESCOLAR	36146
1	CADEIRA ESCOLAR	36147
30	CADEIRA ESCOLAR ASSXENC EM IMBUIA	36612
		a36641
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA	36506
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA	36523
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA	36537
1	CADEIRA ESCOLARASSXENC, EM IMBUIA	36559
1	CADEIRA AD.F/VERDE,2T	37647
1	CADEIRA AD.F/VERDE,2T	37666
1	CADEIRA AD.F/VERDE,2T	37670
1	CADEIRA AD.F/VERDE,2T	37672
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39041
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39042
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39044
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39045
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39046

1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39047
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39048
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39049
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39051
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39052
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39053
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39054
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39056
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39058
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39060
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39063
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39064
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39065
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39066
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39067
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39068
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39069
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39070
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39071
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39072
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39073
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39074
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39076
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39077
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39078
1	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39079
54	CADEIRAS ESCOLARES MODELO SMC BOLEADOS	39678
		a39732
8	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8 SPOO 00 SPL INTERAT	39846
		a39854
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310569
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310587
1	CADEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310588
12	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8 SPOO 00 SPL INTERAT	311046
		a311057
1	CADEIRA ESCOLAR SMC 05 MET 03 7/8 SPOO 00 SPL INTERAT	311130
1	CADEIRA SAO BERNARDO ALTO IMPACTO -MV-200P	311813
1	CADEIRA SAO BERNARDO ALTO IMPACTO -MV-200P	311814
1	CADEIRA SAO BERNARDO ALTO IMPACTO -MV-200P	311832
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314348
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314352
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314354
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314355
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314356
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314358
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314359
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314361
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314362
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314363
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314364
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314365
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314366
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314367
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314368
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314370
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314371
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314372
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 EPOXI VERDE,	314623
1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 VERDE IMBUIA	319531

1	CADEIRA ESCOLAR EM TUBO 7/8 VERDE IMBUIA	319532
1	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO COM FORMICA VERDE	03.3424
1	CARTEIRA ESCOLAR COM FORMICA	34044
1	CARTEIRA DUPLA	35521
1	CARTEIRA DUPLA	35554
1	CARTEIRA DUPLA	35559
1	CARTEIRA DUPLA	35600
1	CARTEIRA DUPLA	35609
1	CARTEIRA DUPLA	35621
1	CARTEIRA DUPLA	35638
1	CARTEIRA ESCOLAR	36109
1	CARTEIRA ESCOLAR	36110
1	CARTEIRA ESCOLAR	36111
1	CARTEIRA ESCOLAR	36112
1	CARTEIRA ESCOLAR	36113
1	CARTEIRA ESCOLAR	36115
1	CARTEIRA ESCOLAR	36116
40	CARTEIRA ESCOLAR FORMICA, MODELO: 0	36562
		a36601
30	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	36406
		a36437
1	CARTEIRA ESCOLAR AD.F/VERDE	38023
1	CARTEIRA METALFRANCA MODELO FORMICA	38348
1	CARTEIRA AD.F/VERDE	37962
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO	39005
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO	39006
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO	39012
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO	39017
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO	39018
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO	39031
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO	39033
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO	39034
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO	39039
9	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO	39377
		a39385
1	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO	39466
16	CARTEIRA ESCOLAR C/ REVESTIMENTO EM MELAMINICO	39501
		a39516
1	CARTEIRA ESCOLAR FORMICA 05 MET. 03 20X40	310079
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310667
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310669
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310694
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310527
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310536
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310537
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310544
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310546
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310547
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310549
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310552
10	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311006
		a311015
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311020
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311023
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311025
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311026
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311031
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310460
1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310482

1	CARTEIRA ESTRUTURA EM TUBO INDUSTRIAL DE ACO	310486
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311268
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311276
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311278
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311279
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311280
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311284
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311285
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311286
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311288
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311289
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311290
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311293
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311295
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311296
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311297
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311299
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311301
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311302
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311303
1	CARTEIRA ESCOLAR STALLO	311305
1	CARTEIRA ESCOLAR FORMICA 05 MET. 03 20X40 03 PL	313221
1	CARTEIRA ESCOLAR FORMICA 05 MET. 03 20X40 03 PL	313222
1	CARTEIRA ESCOLAR FORMICA 05 MET. 03 20X40 03 PL	313028
27	CARTEIRA ESCOLAR EM TUBO 20X40 GRADIL,	314308
		a314335
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313844
1	CARTEIRA ESC FOR 05 EST 03 20X40 03 PLG FP IMP IN-CLIN	313856
1	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO	315011
1	CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA	316646
1	CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA	318075
1	CARTEIRA PEQUENA ESTRUTURA VERMELHA	317359
6	CARTEIRA ESCOLAR FNDE C/ ESTRUTURA CINZA MOD CJA-04	14
1	CADEIRA PARA PROFESSOR COM FORMICA	34034
1	CADEIRA PARA PROFESSOR COM FORMICA	34036
1	CADEIRA PARA PROFESSOR COM FORMICA	34034
1	CADEIRA PARA PROFESSOR COM FORMICA	34035
1	CADEIRA PARA PROFESSOR COM FORMICA	34036
1	CADEIRA ESCOLAR PROFESSOR EM IMBUIA MET	311255
1	MESINHA PRE- ESCOLAR FORMICA VERDE	33663
1	MESA COLETIVA REDONDA C/ 4 CADEIRAS	320849
1	TECLADO REBAIXADOS MARCA TUBULAR COR OVO/GR	38657
1	CONJUNTO ATENDIMENTO (PEDAÇOS)	325257
1	DIVISORIA EM L 1,10X0,50 DV110 FRAMO	318582
1	DIVISORIA EM L 1,10X0,50 DV110 FRAMO	318583
1	DIVISORIA EM L 1,10X0,50 DV110 FRAMO	318584
1	CAD P/ AUTO ALLEGRA (CESTO PARA BEBES)	318799
4	CADEIRA TIPO BEBÊ CONFORTO	319115
		a319118
4	CADEIRA TIPO BEBÊ CONFORTO	319168
		a319171
2	CADEIRA TIPO BEBÊ CONFORTO MARCA	319119
		a319120
1	CONJUNTO ESTOFADO 3/2/1 LUGARES	319253
1	CONJUNTO CADEIRA E CARTEIRA TRAPEZIO JUVENIL	322065
1	MESA COLETIVA REDONDA C/4 CADEIRAS	320853
1	MESA COLETIVA REDONDA C/4 CADEIRAS	320854
1	MESA COLETIVA REDONDA C/4 CADEIRAS	320856
1	MESA COLETIVA REDONDA C/4 CADEIRAS	320871

1	MESA COLETIVA REDONDA	320021
1	MESA COLETIVA REDONDA	320024
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	320912
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	320914
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	320915
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	320917
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	320929
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	320932
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	320938
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	320939
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321494
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321504
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321505
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321509
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321530
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321533
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321550
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321558
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321560
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321570
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321573
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321575
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321585
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321591
1	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321599
37	CONJUNTO CARTEIRA E CADEIRA ESCOLAR	321025
		A321061
1	CADEIRA SECRETARIA	314092
1	CADEIRA SECRETARIA	314093
1	CARTEIRA ESCOLAR	315615
1	CADEIRA ESTOF FIXA	316052
1	CADEIRA ESTOF FIXA	316064
1	CADEIRA ESTOF FIXA	316070
1	CADEIRA ESTOF FIXA	316077
1	CADEIRA ESTOF FIXA	316079
1	LONGARINA 4 LUGARES SIDFLEX ASSENTO/ENCOSTO	321246
1	LONGARINA 4 LUGARES	326876
1	ESTAÇÃO DE TRABALHO 1,50 X 1,50 X 0,60	327939
1	QUADRO BRANCO 120X150 ALUM BOART	331277
1	MESA PARA TENIS DE MESA	310825
1	MESA DE PING PONG STALLO 1,53X2,74X77CM	322050
1	MESA TÊNIS DE MESA 15MM KLOP	324219
1	SUPORTE P/ PARTITURA C/ BOLSA DE TRANSPORTE	323659
1	SUPORTE P/ PARTITURA C/ BOLSA DE TRANSPORTE	323661
1	SUPORTE P/ PARTITURA C/ BOLSA DE TRANSPORTE	323662
1	SUPORTE P/ PARTITURA C/ BOLSA DE TRANSPORTE	323663
1	SUPORTE C/ 4 LIXEIRAS 55L ROTOMOLDADAS	321777
1	ARMARIO PARA COZINHA, SUSPENSO COM 1,20m.	05.465
1	BALCAO C/ PIA P/ COZINHA	50045
1	MESA TIPO BAIA P/ MICRO MEDIDA 830X760X1200 ALT.	325276
1	MESA 1200X600X750 CORPORATIVA PE PAINEL	325531
1	MESA 1,30X 0,75 TAMPO MDF	328715
1	MESA 1,30X 0,75 TAMPO MDF	328719
1	MESA 1,30X 0,75 TAMPO MDF	328722
1	MESA 1,30X 0,75 TAMPO MDF	328723
1	MESA 1,30X 0,75 TAMPO MDF	328728
1	MESA DE TRABALHO 1,20X0,6X0,74 CZ/PT	331053
1	CADEIRA FORMICA BRANCA	50389
1	CADEIRA PARA COZINHA	05.222

1	QUADRO BRANCO DE ALUMÍNIO 1,50 X 1,20	323059
1	QUADROS VERDES PARA GIZ	13
1	QUADROS NEGROS 2,00 X 1,20 M.	13
1	QUADROS NEGROS 2,00 X 1,20 M.	13
1	QUADRO P/ GIZ PLANO	319369
125	CARTEIRAS	14
1	CARTEIRAS ESCOLAR	315727
1	CARTEIRAS ESCOLAR	315728
1	CARTEIRAS ESCOLAR	315730
1	CARTEIRAS ESCOLAR	315740
1	CARTEIRAS ESCOLAR	315741
1	MESA DO PROFESSOR FORMICA	14
1	CADEIRA PROFESSOR IMBUIA PINTADA	14
1	CADEIRA PARA PROFESSOR IMB MET 7/8 SP 00 00 SPL	310998
2	ESCRIVANINHAS C/ 3 GAVETAS	14
56	CADEIRAS ESCOLARES	14
1	CADEIRA ESCOLAR	320542
14	MESAS 80X80X60	14
1	MESA 80 X 80 INFANTIL	30665
1	MESA 80 X 80 INFANTIL	30667
1	MESINHAS FORMICA 0,80 X 0,80	14
1	MESINHAS INFANTIS	14
1	MESINHAS PRE-ESCOLAR 80 X 80 COM FORMICA VERDEE	320247
1	MESINHAS PRE-ESCOLAR 80 X 80 COM FORMICA VERDE	320243
1	MESINHAS PRE-ESCOLAR 80 X 80 COM FORMICA VERDE	320244
4	CADEIRINHAS	14
1	CADEIRINHAS DE IMBUIA PARA PRE ESCOLAR	320286
1	CADEIRINHAS DE IMBUIA PARA PRE ESCOLAR	320295
1	CADEIRINHAS DE IMBUIA PARA PRE ESCOLAR	320298
1	CADEIRINHAS DE IMBUIA PARA PRE ESCOLAR	320300
1	CADEIRINHAS DE IMBUIA PARA PRE ESCOLAR	320306
1	CADEIRINHAS DE IMBUIA PARA PRE ESCOLAR	320307
1	CADEIRINHAS DE IMBUIA PARA PRE ESCOLAR	320309
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	316559
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	316561
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	316577
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	316578
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	316583
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	316584
1	CADEIRA INFANTIL MV-22	316585
1	CONJUNTO ESCOLAR C/ CARTEIRA E CADEIRA	324371
1	CONJUNTO ESCOLAR C/ CARTEIRA E CADEIRA	324372
1	CONJUNTO ESCOLAR C/ CARTEIRA E CADEIRA	324373
1	CONJUNTO ESCOLAR C/ CARTEIRA E CADEIRA	324374
1	CONJUNTO ESCOLAR C/ CARTEIRA E CADEIRA	324375
1	CONJUNTO ESCOLAR C/ CARTEIRA E CADEIRA	324376
1	CONJUNTO ESCOLAR C/ CARTEIRA E CADEIRA	324377
1	CONJUNTO ESCOLAR C/ CARTEIRA E CADEIRA	324380
1	CONJUNTO ESCOLAR C/ CARTEIRA E CADEIRA	324382
1	CONJUNTO ESCOLAR C/ CARTEIRA E CADEIRA	324385
1	PORTA CPU C/ SUPORTE P/ ESTAB. C/ RODIZIO	327798
1	PORTA CPU C/ SUPORTE P/ ESTAB. C/ RODIZIO	327799
6	CAVALETE MAD. P/ PINTURA EM TELA	330439
		a330444
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	200,00

LOTE 2	EQUIP SAUDE	

RECOLHIDOS SAUDE		
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	ESTETOSCOPIO	100210
1	ESTETOSCOPIO	100251
1	ESFIGNOMANOMETRO ADULTO	101345
1	ESTOJO INOX COM TAMPA 32 X 16 X 0,8	100754
1	BALANCA PEDIATRICA	100047
1	BALANCA PEDIATRICA	100763
1	BALANCA ANTOPOMETRICA	100800
1	BALANCA ANTOPOMETRICA	100883
1	BALANÇA ANTOPOMÉTRICA ADULTO	116761
1	BALANÇA ANTOPOMÉTRICA ADULTO	116762
1	MICROMOTOR KAWO	110387
1	MICROMOTOR	112378
1	CONTRA ANGULO KAWO	113282
1	CANETA ALTA ROTAÇÃO	101202
1	CANETA ALTA ROTAÇÃO	101203
1	CONTRA ANGULO DABI ATLANTE	11.917
1	CONTRA ANGULO DABI ATLANTE	11.918
1	CONTRA ANGULO INTRA	101207
1	CONTRA ANGULO DENTSCLER	117847
1	TURBINA SUPER TORQUE 625N KAVO	112030
1	EQUIPAMENTO ULTRASSOM DOPPLER GE LOGIQ P5	
	C/ ACESSORIOS	114645
1	APARELHO DESFIBRILADOR PORTATIL SEMI AUTOMATICO	112038
1	SUCATA MICROSCOPIO CURURGICO	S/N
1	SUCATA AGITADOR LABORATORIO	S/N
2	SUTATA AUTOCLAVE VERTICAL	S/N
1	SUCATA DESFIBRILADOR	S/N
1	TAMBOR INOX	1064
1	SUTATA DETECTOR FETAL	114344
1	CILINDRO RESPIRAÇÃO	10.458
1	CILINDRO RESPIRAÇÃO	10.459
1	COMPRESSOR OFICINA PEDAÇOS	112317
1	CADEIRA ESCOLAR ADAPTADA ESPECIAL	326485
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	3.500,00

LOTE 3 ELETRODOMÉSTICOS		
RECOLHIDO DIVERSAS SECRETARIAS		
QTDE.	DESCRIÇÃO	PLACA
1	FOGAO A GAS 4B	50648
1	FOGAO A GAS 4B	50655
1	FOGAO IND 4 BOCAS	50834
1	FOGÃO INDUSTRIAL 6B	50850
1	FOGÃO IND 4 BOCAS	50874
1	SUCATA FOGÃO IND 4B	S/N
1	PIA INOX 120	328853
1	BATEDEIRA DE MASSAS INDUSTRIAL	05.326
1	BATEDEIRA	115226
1	BATEDEIRA	118008
1	PICADOR CARNES PSEE10	05.541
1	MULTI PROCESSADOR	115363
1	TORNEIRA ELÉTRICA ARTICULADA	114636
1	VENTILADOR	111708
1	VENTILADOR BRITANIA 30CM FORTIS VENTUS	113090

1	VENTILADOR DE TETO COMERC 3PAS CZ VENTISOL	112829
1	VENTILADOR FAET 30 CM.	114096
1	VENTILADOR DE COLUNA MED 40CM C/ 3 PÁS	114864
1	CONDICIONADOR DE AR 18000BTUS CONSUL	115719
1	GELADEIRA CONSUL 120 LITROS	50260
1	GELADEIRA COR BRANCA C/ 280 LITROS	114853
1	AQUECEDOR VENTILADOR GRANDE, MARCA NILKO	111893
1	AQUECEDOR VENTILADOR GRANDE, MARCA NILKO	111928
1	AQUECEDOR DESUMIFICADOR NK 1500 (NILKO)	111966
1	AQUECEDOR TENSÃO 220v	115589
1	AQUECEDOR DE AR	117178
1	AQUECEDOR DE AMBIENTE PORTÁTIL	117931
1	AQUECEDOR PORTÁTIL - ARGE	1110478
1	ENCERADEIRA	113344
1	BEBEDOURO	112327
1	BEBEDOURO PRESSAO 40	115462
1	BEBEDOURO DE PRESSÃO	114690
1	MAQUINA DE LAVAR ROUPA	111218
1	LAVADORA DE ROUPAS	115179
1	LAVADORA ROUPAS	115341
1	MINI CILINDRO PARA MASSAS	110498
1	LIQUIDIFICADOR	5856
1	LIQUIDIFICADOR	114116
1	LIQUIDIFICADOR	5923
1	LIQUIDIFICADOR	1109253
1	CIRCULADOR AR	112524
1	CIRCULADOR BRITANIA 30CM	112774
1	PURIFICADOR AGUA	117343
1	VENTILADOR IND. PAREDE 60CM VENTISOL	114387
1	VENTILADOR 30CM	113968
1	VENTILADOR OSCIL. PAREDE	116800
1	VENTILADOR TETO VENTIDELTA	115828
1	VENTILADOR PAREDE	117307
1	VENTILADOR PAREDE	117308
3	VENTILADOR TETO	112701
		a112703
6	VENTILADOR TETO	112705
		a112710
1	VENTILADOR COLUNA	116153
1	FRITADOR AGUA / ÓLEO PR-150G PROGAS	5889
1	MICROONDAS	117607
1	MOTOR EXAUSTOR PAREDE	113579
1	ACESSÓRIOS P/ BANHEIRO(SABONETEIRA, PORTA TOALHAS)	S/N
1	MAQUINA DE CORTAR GRAMA C/ MOTOR 3,5HP GAS	114268
1	ESGUICHO REG. VIPER IND. 95 GPM 1 1/2.	112668
1	UNIDADE PORTATIL PROPOCIONADORA DE ESPUMA (PROPAK)	112796
1	LAVA JATO HIDROLAVADORA	116805
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	500,00

LOTE 4	ELETRONICOS	
RECOLHIDO DIVERSAS SECRETARIAS		
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	REFLETOR 220 VOLTS	110102
1	REFLETOR Y - 500	110153
1	REFLETOR Y 500	110154
1	REFLETOR Y500	110156

1	APARELHO TELEFONICOS PADRAO	11398
1	APARELHO TELEFONICOS PADRAO	11398
1	APARELHO TELEFONICOS PADRAO	11398
1	APARELHO TELEFONICOS PADRAO	11398
1	APARELHO TELEFONICOS PADRAO	11398
1	APARELHO TELEFONICOS PADRAO	11398
1	CENTRAL FIXA DE COMUNICACAO	111983
1	CENTRAL PABX PARA 4 LINHAS	112650
1	APARELHO TELEFONICO	113558
1	APARELHO DE TELEFONE	114108
1	APARELHO TELEFÔNICO CONVENCIONAL	114628
1	TELEFONE TC500 PEROLA INTELBRÁS	116115
1	TELEFONE S/ FIO	117040
1	TELEFONE S/ FIO 2.4GHZ	117071
1	TELEFONE MESA PREMIUM	117710
1	TELEFONE MESA	117970
1	TELEFONE S/ FIO	117971
1	RELOGIO PONTO INFORMATIZADO CARD II TCP	115674
1	RELOGIO PONTO COMUNICAÇÃO	115841
1	RELÓGIO PONTO LITE MOD NOVO P/ 50 US	114603
1	MICROFONE	1110255
1	RADIO GRAVADOR	11.480
1	MAQUINA DIGITAL KODAK	115302
1	TELEVISOR EM CORES 20"	11.938
1	TELEVISOR COLORIDO 20"	111088
1	TELEVISOR 20	113400
1	TELEVISAO 29"	115193
1	TELEVISAO 29"	115196
1	TELEVISOR 20"	114125
1	VIDEO CASSETE	111981
1	APARELHO FAC-SIMILE	11.1772
1	APARELHO DE FAX	112277
1	APARELHO DE FAX	115313
1	APARELHO FAX	114057
1	APARELHO DE FAX	114199
1	RADIO AM/FM	11902
1	RADIO TOCA FITAS - PARA O VEICULO	113305
1	RÁDIO CD	117207
1	RÁDIO CD/MP3	117492
1	RÁDIO PORTATIL	117548
1	RÁDIO PORTÁTIL C/ CD	117550
1	RÁDIO PORTÁTIL	117518
1	RADIO PORTATIL	1110252
1	RADIO PORTATIL	1110725
1	AMPLIFICADOR	110686
1	AMPLIFICADOR	110687
1	RETROPROJETOR	110524
1	CAMERA	111342
1	CAMERA	111343
1	CENTRAL ALARMES	116199
1	CENTRAL ALARME	1110927
1	TACOGRAFO ELETRONICO,	112658
1	TOCA DISCO	111710
1	CAIXA DE PROTECAO LUZ EMERGENCIA	112001
1	CAIXA DE PROTECAO LUZ EMERGENCIA	112002
1	CAIXA DE PROTECAO LUZ EMERGENCIA	112003
1	CAIXA DE PROTECAO LUZ EMERGENCIA	112004
1	FILMADORA	117571

1	ESTACAO PORTATIL VHF 4CH	112539
1	DVD PLAYER	116685
1	APARELHO DVD	114129
1	PROJETOR MANUAL DE SLIDES	11.533
1	PROJETOR DE SLIDES	110554
1	PLANETÁRIO C/ ENGRENAGEM MÉTALICA	16
1	HEADSET TIARA	118902
1	ESMERILHADEIRA ANGULAR	80156
1	FURADEIRA INDUSTRIAL	08.91
1	MEDIDOR DE RESISTENCIA DE TERRA	11.869
1	KIT SINALIZADOR GIROFLEX	1112114
	VALOR AVALIAÇÃO DO LOTE EM R\$	300,00

LOTE 5	EQUIP ESCRIT E PROCESSAMENTO DADOS	

RECOLHIDO DIVERSAS SECRETARIAS		

QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	MAQUINA ESCREVER OLIVETTI	20031
1	MAQUINA DE CALCULAR ELETRONICA FACIT	2075
1	MAQUINA CALCULAR BOLSO	02.178
1	CALCULADORA DE MESA 12 DIGITOS	20319
1	CALCULADORA ELETRICA SHARP	20379
1	MAQUINA DE CALCULAR MESA	02.470
1	MAQUINA DE CALCULAR MESA	02.482
1	MAQUINA DE CALCULAR MESA	02.484
1	MÁQUINA DE CALCULAR MESA	02.527
1	MIMEOGRAFO A ALCOOL	02.350
1	MICROCOMPUTADOR	112462
1	MICROCOMPUTADOR AMD	112923
1	MICRO COMPUTADOR	113516
1	MICRO COMPUTADOR	113793
1	MICRO COMPUTADOR	113794
1	MICRO COMPUTADOR	113795
1	MICRO COMPUTADOR	113831
1	MICRO COMPUTADOR	113832
1	MICRO COMPUTADOR	113843
1	MICRO COMPUTADOR	113844
1	MICRO COMPUTADOR	113931
1	MICROCOMPUTADOR	115736
1	MICROCOMPUTADOR	115737
1	MICRO COMPUTADOR	115742
1	MICRO COMPUTADOR	115745
1	MICRO COMPUTADOR	115753
1	MICRO COMPUTADOR	115764
1	MICRO COMPUTADOR	115288
1	MICRO COMPUTADOR	115411
1	MICRO COMPUTADOR	115939
1	MICROCOMPUTADOR	114064
1	MICRO COMPUTADOR	114065
1	MICRO COMPUTADOR	114230
1	MICRO COMPUTADOR	114481
1	MICRO COMPUTADOR	114529
1	MICRO COMPUTADOR	115919
1	MICRO COMPUTADOR	116230
1	MICRO COMPUTADOR	116269
1	MICRO COMPUTADOR	116475
1	MICRO COMPUTADOR	118344

1	MICRO COMPUTADOR	1110595
1	MICRO COMPUTADOR	115034
1	MICRO COMPUTADOR	115956
1	MICRO COMPUTADOR	114516
1	IMPRESSORA	113091
1	IMPRESSORA	112328
1	IMPRESSORA	113153
1	IMPRESSORA	113166
1	IMPRESSORA	113323
1	IMPRESSORA	113318
1	IMPRESSORA	113963
1	IMPRESSORA	115743
1	IMPRESSORA	115750
1	IMPRESSORA	115043
1	IMPRESSORA	115943
1	IMPRESSORA	115952
1	IMPRESSORA	114593
1	IMPRESSORA	116126
1	IMPRESSORA	117084
1	IMPRESSORA	117965
1	IMPRESSORA	118459
1	ESTABILIZADOR	11.837
1	ESTABILIZADOR	112224
1	ESTABILIZADOR	112580
1	ESTABILIZADOR	112584
1	ESTABILIZADOR	112503
1	ESTABILIZADOR	112505
1	ESTABILIZADOR	112506
1	ESTABILIZADOR	113569
1	ESTABILIZADOR	113745
1	ESTABILIZADOR	115948
1	ESTABILIZADOR	114404
1	ESTABILIZADOR	114408
1	ESTABILIZADOR	114409
1	ESTABILIZADOR	114410
1	ESTABILIZADOR	114411
1	ESTABILIZADOR	114412
1	ESTABILIZADOR	114563
1	ESTABILIZADOR	114720
1	ESTABILIZADOR	116078
1	ESTABILIZADOR	116191
1	ESTABILIZADOR	116192
1	ESTABILIZADOR	116395
1	ESTABILIZADOR	116537
1	ESTABILIZADOR	117388
1	ESTABILIZADOR	117389
1	ESTABILIZADOR	117447
1	ESTABILIZADOR	118453
1	ESTABILIZADOR	1110174
1	ESTABILIZADOR	1110624
1	ESTABILIZADOR	1110625
1	ESTABILIZADOR	1110629
1	ESTABILIZADOR	1110630
1	ESTABILIZADOR	1110823
1	ESTABILIZADOR	1110824
1	ESTABILIZADOR	1110826
1	MONITOR COMPUTADOR	113820
1	MONITOR COMPUTADOR	114449
1	MONITOR COMPUTADOR	1110610

1	MONITOR COMPUTADOR	1110611
1	NOBREAK	114052
1	NOBREAK	114055
1	NOBREAK	114351
1	SCANNER GENIUS	112861
1	HD COMPUTADOR	1109353
1	MODEM ADSL	112892
1	MODEM ROTEADOR	116876
1	NOTEBOOK AVENSIS	113418
1	NOTEBOOK AVENSIS	113419
1	PROJETOR SONY	113479
1	APARELHO GPS TOUCHSCREEN 4.3	1110874
1	GRAVADOR CD-RW	113797
1	GRAVADOR DE CD RW	113757
1	GRAVADOR DE CD RW	113768
1	ROTEADOR INTELBRÁS	116877
1	FONTE ATX	113756
1	PROJETOR MULTIMIDIA SONY	117934
1	SUPORTE TETO P/ DATASHOW	325499
1	SUCATAS DE INFORMATICA (MOUSE, TECLADO, ESTAB., FIOS, COMPONENTES, ETC..)	S/N
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	200,00

LOTE 6	MOTOR SECR OBRAS	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	SUCATA MOTOR PERKES DIESEL 4 CIL. PK424B	80158
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	200,00

LOTE 7	APAR SAUDE	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	APARELHO RAO X 300MA/125KV, MESA E BUCKY VERTICAL MOD CRX-SHF 730	10891
1	MAQUINA AUTOMATICA PROCESSADORA FILMES RAO X	10936
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	1.500,00

LOTE 8	SUCATAS RECOLHIDAS SECR. OBRAS	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
32	SUCATA PNEU 1000X20	S/N
4	SUCATA PNEU 15.5X80	S/N
5	SUCATA PNEU 7.50/16	S/N
3	SUCATA PNEU 10/16.5	S/N
8	SUCATA PNEU 225/75	S/N
26	SUCATA PNEU 215/75	S/N
5	SUCATA PNEU 185/14	S/N
7	SUCATA PNEU 165/13	S/N
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	200,00

LOTE 9	VEICULO RECOLHIDO SECR. SAUDE	

QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	GM KADETT IPANEMA COR BRANCA , ANO 1995/1995 GASOL.	
	CHASSI 9GKA35GSSB429477, PLACA LXG7609 TRANSFORMADA	
	ESPECIE AMBULÂNCIA	6134
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	2.500,00
LOTE 10	VEICULO RECOLHIDO SECR. OBRAS	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	GM CORSA PICK-UP 1.6 GASOLINA , COR BRANCA ANO 1999	
	CHASSI 9BGSE80NOXC731592 PLACA MAU 5782	6168
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	1.300,00
LOTE 11	VEICULO CORPO BOMBEIROS	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	MERCEDES BENS SPRINTER , FURGÃO 313 ANO 2004/2005	
	DIESEL COR VERMELHA PLACA MFJ 6932 TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA	6226
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	20.000,00
LOTE 12	VEICULO RECOLHIDO POLICIA MILITAR	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	NISSAN LIVINA 1.6 MT , ANO 2011/2012, COMBUST. FLEX	
	COR BRANCO , CHASSI 94DTAFL10CJ836641 PLACA MJC9615	6318
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	10.000,00
LOTE 13	VEICULO RECOLHIDO POLICIA MILITAR	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	NISSAN LIVINA 1.6 MT , ANO 2011/2012, COMBUST. FLEX	
	COR BRANCO , CHASSI 94DTAFL10CJ 835818 PLACA MJC9565	6319
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	10.000,00
LOTE 14	VEICULO RECOLHIDO POLICIA MILITAR	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	RENAULT MEGANE GRAND TOUR DYNAMIQUE 1.6 , COMB FLEX	
	ANO 2012/2013, COR BRANCO CHASSI:93YKM263HDJ317205	
	PLACA MKL 4653	6361
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	18.000,00
LOTE 15	VEICULO RECOLHIDO DEFESA CIVIL	

QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	FORD ESCORT SW GL 16V GASOL. ANO 2002 PLACA MBO8135	
	COR BRANCA CHASSI 8AFZZEFF2J265989	6202
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	2.000,00
LOTE 16	SUCATAS CONDOMINIO OXFORD	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	APROXIMADAMENTE 1500 KG SUCATA DE FERRO E MATERIAS	
	DIVERSOS ,SUCATA DE EQUIPAMENTOS NÃO TOMBADOS, ETC	S/N
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	200,00
LOTE 17	SUCATAS LAMPADAS	
QTDE	DESCRIÇÃO	PLACA
1	APROXIMADAMENTE 50000 PÇ MODELOS FLUORESCENTES	
	TENDO TAMBEM OUTROS MODELOS, PROVENIENTES DE	
	TROCAS E RECOLHIMENTOS.	S/N
	VALOR AVALIAÇÃO LOTE EM R\$	100,00
	VALOR TOTAL AVALIAÇÃO LOTES EM R\$	70.700,00

Nada havendo, encerrou-se a presente ATA, a qual foi datada e assinada por todos os membros da Comissão, para que produza efeitos legais.

Carlos Roberto Gonçalves dos Anjos - Paulo Adalberto Martines Matos		
Presidente Membro		
Adilson Veiga Simão Pedro Kramar		
Membro Membro		
Alinor Schermarch Juliano Damaso da Silveira		
Membro Membro		

LEI Nº 3656/2016

LEI Nº 3656, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

ALTERA A LEI Nº 2409, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A ementa da Lei nº 2409, de 30 de setembro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

“CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER-COMDIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” (NR)

Art. 2º Os artigos da Lei nº 2409, de 30 de setembro de 2009, a seguir mencionados, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM, como órgão colegiado de caráter permanente e composição paritária entre a Administração Pública e órgãos não governamentais, consultivo, normatizador e controlador das ações com a finalidade de promover no Município políticas públicas de defesa dos direitos da mulher.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM é órgão pertencente à estrutura organizacional do Poder Executivo ficando vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela coordenação e articulação de políticas para as mulheres." (NR)

"Art. 2º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM:

VIII - Promover intercâmbios e firmar convênios ou outras formas de parceria com organismos nacionais e internacionais, públicos ou particulares com o objetivo de incrementar programas;" (NR)

"Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM será composto por 12 (doze) conselheiros titulares e respectivos suplentes os quais representam paritariamente instituições governamentais e não-governamentais.

§ 1º

I - 01 representante da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul;

IV - 01 representante da Fundação Cultural de São Bento do Sul;

§ 2º As Organizações não Governamentais serão representadas por 06 (seis) membros escolhidos em fórum a ser realizado para esta finalidade entre os representantes da sociedade civil que realizem políticas voltadas a garantir os direitos das mulheres no Município." (NR)

"Art. 7º O Conselho Municipal de Direitos da Mulher - COMDIM será constituído por decreto contendo a indicação dos conselheiros governamentais e não governamentais com seus respectivos suplentes." (NR)

"Art. 8º Os cargos de Diretoria Executiva do COMDIM e sua eleição serão determinados no Regimento Interno."

"Art. 9º Os membros do COMDIM e seus respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitidas duas reconduções consecutivas."

"Art. 10 A função de membro do COMDIM é considerada de interesse público relevante e não remunerada." (NR)

"Art. 11 Cabe ao Poder Executivo assegurar ao COMDIM, assim como as suas comissões os meios necessários ao exercício de suas competências incluindo suporte administrativo e técnico e recursos financeiros assegurados pelo orçamento municipal." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11605/2016

PORTARIA Nº 11605, DE 18 DE ABRIL DE 2016

Revoga Portaria nº 11367/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 15 de abril de 2016, a Portaria nº 11367/2016, que nomeou servidor público municipal RICHARD HANDERSON MENDES DUARTE, no cargo de Médico Generalista, na Secretaria Municipal de Saúde, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11606/2016

PORTARIA Nº 11606, DE 18 DE ABRIL DE 2016

Revoga Portaria nº 2589/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e

Considerando o que consta no memorando nº 151/2016 - RH e diante da decisão final dos Processos Administrativos nº 948/2011, nº 2189/2011, nº 1478/2012, nº 3029/2012, nº 156/2013 e nº 251/2013,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 17 de novembro de 2015 a Portaria nº 2589/2013, que concedeu auxílio escolar à servidora pública municipal CAMILA KASZUBOWSKI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, na Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11607/2016

PORTARIA Nº 11607, DE 18 DE ABRIL DE 2016

Exonera Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 23 de abril de 2016, LOURIVAL LEANDRO, do cargo de Coordenador de Setor de Serviços Gerais e Som, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo..

São Bento do Sul, 18 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11609/2016

PORTARIA Nº 11609, DE 18 DE ABRIL DE 2016

Exonera Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 23 de abril de 2016, SERGIO SILVA DOS SANTOS, do cargo de Coordenador de Setor de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11611/2016

PORTARIA Nº 11611, DE 18 DE ABRIL DE 2016

Retira Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

RETIRAR, a partir de 01 de abril de 2016, a Função Gratificada de Assessoramento em Responsabilização Disciplinar concedida à servidora LUCYANA MEDEIROS SIMÕES DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Administrador, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11612/2016

PORTARIA Nº 11612, DE 18 DE ABRIL DE 2016

Concede Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 701/2003,

RESOLVE:

CONCEDER, a partir de 01 de abril de 2016, gratificação de função FG 5 – Agente de Divisão de Controle e Fiscalização de Prestação de Contas, à servidora LUCYANA MEDEIROS SIMÕES DE ALMEIDA, ocupante do cargo de Administrador, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11613/2016

PORTARIA Nº 11613, DE 18 DE ABRIL DE 2016

Exonera Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

EXONERA:

A partir de 23 de abril de 2016, ESIDIO JOSÉ SUCHY, do cargo de Coordenador de Setor de Defesa Civil, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11615/2016

PORTARIA Nº 11615, DE 18 DE ABRIL DE 2016

Concede Gratificação de Função

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 701/2003,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 01 de abril de 2016, a gratificação de Função FG 3 - Agente de Serviços da Junta Militar, ao servidor EDENILSON GREIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 010, DE 1º DE ABRIL DE 2016.**

PORTARIA Nº 010, DE 1º DE ABRIL DE 2016.

"Revoga Portaria."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Revogar a portaria nº 018, de 1º de Outubro de 2014, que designava pregoeiro e equipe de apoio.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de Abril de 2016.

São Bento do Sul, 1º de abril de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

PORTARIA Nº 011, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 011, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

"Concede Férias."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias a servidora Geanine Caetano de Almeida Martins, referente ao período aquisitivo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, iniciando a partir de 04 de maio de 2016 até 02 de junho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de Abril de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

PORTARIA Nº 012, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 012, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

"Concede Férias."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias a servidora Ana Partala Vieira, referente ao período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016, iniciando a partir de 16 de maio de 2016 até 14 de junho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de Abril de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº 113/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 113/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/04/2016 a 30/04/2016, concedido a servidora RITA DE CASSIA MARTINS ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº 385/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/04/2016.

São Bento do Sul, 14/04/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 114/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 114/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/04/2016 a 31/05/2016, concedido ao servidor ILDO RANK ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº 035/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/04/2016.

São Bento do Sul, 14/04/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 115/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 115/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 01/04/2016 a 31/05/2016, a servidora VANESSA REGINA BRANDEMBURG ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 15/03/2016 a 29/03/2016, competem ao

Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/04/2016.

São Bento do Sul, 14/04/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 116/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 116/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 11/04/2016 a 31/05/2016, concedido a servidora LUCIANE DUMS MODESKY ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 040/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/04/2016.

São Bento do Sul, 14/04/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 117/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 117/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/05/2016 a 17/05/2016, concedido a servidora CAROLINE PRISCILA MACHADO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 203/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/04/2016.

São Bento do Sul, 14/04/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 118/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 118/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 25/04/2016 a 08/06/2016, ao servidor FABIO LUIZ DE AGUIAR ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Especialista em Assuntos Educacionais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 10/04/2016 a 24/04/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/04/2016.

São Bento do Sul, 15/04/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 119/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 119/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/04/2016 a 31/10/2016, concedido a servidora APARECIDA MARIA DE BRITO COSTA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 068/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/04/2016.

São Bento do Sul, 15/04/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 120/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 120/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 05/04/2016 a 31/05/2016, ao servidor DEOCLÉCIO PETSCHOW ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 21/03/2016 a 04/04/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/04/2016.

São Bento do Sul, 15/04/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 121/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 121/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 16/04/2016 a 30/04/2016, concedido a servidora IVANILDE GROSSKOPF BASSANI ocupante do cargo de provimento efetivo de Instrutor de Recriação, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº 067/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/04/2016.

São Bento do Sul, 15/04/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 122/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 122/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 390/2015, à servidora JOSIANE APARECIDA MOREIRA NEUMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/04/2016 em virtude de licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/04/2016.

São Bento do Sul, 19/04/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

TA RB PAPELARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

EXTRATO TERMO ADITIVO

Ata Reg Preços Nº.: 059/2015- PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

Contratada.:RB PAPELARIA E BAZAR LTDA

Objeto :FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE

Valor :Reequilíbrio conforme solicitação e parecer

PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL N.83/2015

Vigência : 23.10.2016

SAO CARLOS, 14 DE ABRIL DE 2016

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

CONVÊNIO N. 001 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

CONVÊNIO N. 001 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI) E O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC), VISANDO A reforma e ampliação da sede administrativa da amai.

O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC), sediado à Rua Getúlio Vargas, nº 750, Centro, São Domingos, Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.894/0001-08, doravante denominado de CONVENIENTE neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Alcimar de Oliveira, brasileiro, união estável, inscrito no CPF sob o nº 716.149.829-53, portador da Cédula de Identidade nº 2.426.841 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Aranha, nº 834, Bairro São José, São Domingos (SC).

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.678.086/0001-33, situada à Rua Floriano Peixoto N 100, Centro de Xanxerê, Santa Catarina, doravante denominado de CONVENIADO neste ato representada pelo seu Presidente Ivandre Bocalon, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Passos Maia, inscrito no CPF sob o nº 625.625.769-34, portador da Cédula de Identidade nº 1.510.345, SSP/SC, residente e domiciliado na Av: Angelo Tireli, Nº 245, Centro, na cidade de Passos Maia, Santa Catarina, CEP 89687-000, que de comum acordo resolvem celebrar o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei nº 8.666, de 21/06/93, atualizada; Lei Complementar nº 101, de 04/05/00; Lei Municipal 1776 de 26/11/2015; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 e Lei Municipal nº 1778 de 16/12/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio o repasse de recursos financeiros ao CONVENIADO, destinados a reforma e ampliação da sede administrativa da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), de acordo com cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico, devidamente aprovados em Assembléia de Prefeitos, que passam a integrar este Termo de Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Para execução do presente convênio o CONVENIENTE autoriza o CONVENIADO a reter a importância de até R\$ 25.075,61 (vinte e cinco mil, setenta e cinco reais e sessenta e um centavos), que serão debitados em 10 (dez) parcelas no valor de 2.507,56 (dois mil, quinhentos e sete reais e cinquenta e seis centavos), juntamente com a contribuição mensal, no dia 10 (dez) de cada mês, iniciando-se em 10 de fevereiro de 2016 e findando em 10 de novembro do mesmo ano.

II - As despesas mencionadas no inciso I desta cláusula correrão por conta de dotações orçamentárias vigentes.

III - A CONVENIADA se compromete a transferir para a Conta Corrente Nº 8249-X, Agência 5239-6, do convênio, a importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), relativos à sua contrapartida conforme deliberação contida na Ata da Assembléia de Prefeitos, Nº 341 de 19 de novembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações do Município CONVENIENTE:

- a) Disponibilizar os recursos financeiros correspondentes à sua participação nas despesas objeto deste Convênio, obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante na Cláusula Terceira;
- b) Apresentar a CONVENIADA cópia do empenho global referente aos recursos objeto do presente Convênio;
- c) Aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação da execução deste Convênio, mediante proposta da CONVENIADA,

fundamentada em razões concretas que a justifique;

d) Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio.

e) Analisar e aprovar a prestação de contas final dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Convênio; e

f) Prorrogar "de ofício" a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado.

II - São obrigações da CONVENIADA:

a) Executar o objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA, de acordo com o Orçamento e Projeto Arquitetônico aprovados em Assembléia de Prefeitos, realizada em 19 de novembro de 2015 e, aplicar os recursos financeiros exclusivamente no cumprimento do seu objeto;

b) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros a cargo do CONVENIENTE, transferidos de acordo com o Cronograma de Desembolso;

c) Fornecer dados complementares ao Conveniente, sempre que solicitado e, manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;

d) Prestar contas dos recursos recebidos;

e) Excluir a Conveniente de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto da cláusula primeira;

f) Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de Dezembro de 2016, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação da CONVENIENTE devidamente fundamentada.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas Final dos recursos financeiros transferidos pelo CONVENIENTE, dos recursos de contrapartida e os de rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, será apresentada em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste instrumento sendo constituída das seguintes peças:

I - Ofício de encaminhamento ao Prefeito Municipal;

II - Prestação de Contas;

III - Documentos comprobatórios da realização da despesa, especificando e qualificando, sem emendas, rasuras ou ressalvas, com o atestado de recebimento da mercadoria ou serviços, devidamente datado e assinado;

IV - Extrato bancário da conta específica, com a movimentação completa do período;

V - Conciliação bancária, se for o caso;

VI - Guia de recolhimento de saldo não aplicado, em nome do Município;

VII - Fotos da obra;

CLÁUSULA SEXTA - DOS DOCUMENTOS DE DESPESA

As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo os recibos e as notas fiscais serem emitidos em nome da CONVENIADA devidamente identificados com referência ao título.

Parágrafo único. Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data de aprovação da prestação de contas pelo CONVENIENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONVENIENTE decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidade que implique descumprimento de qualquer cláusula deste instrumento pela CONVENIADA, poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros pelo CONVENIENTE, independente de procedimentos judiciais.

Parágrafo único. Este Convênio poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-se-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Constitui motivo para rescisão deste Convênio, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- I - utilização dos recursos em desacordo com o Cronograma Físico - Financeiro;
- II - aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto na Cláusula Sexta;
- III - constatação de irregularidade de natureza grave, no decorrer de fiscalizações ou auditorias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO

Mediante acordo entre as partes, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê (SC) para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente em 03 (três) vias, na presença de testemunhas.

São Domingos (SC), 04 de fevereiro de 2016.

CONVENIENTE: Município de São Domingos - Alcimar de Oliveira - Prefeito Municipal

CONVENIADO: Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai) – Presidente Ivandre Bocalon

VISTO/JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 3076

TESTEMUNHAS: Ana Claudia Barizon Fontana da Luz CPF: 854.411.559-49 - Audrey Hofmann CPF nº 083.496.209-86

PROCESSO LICITATÓRIO FMS 014/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 014/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 005/2016

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 04 de maio de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA OS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DA ATENÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, OBJETO DA PROPOSTA N. 11888.327000/1140-01 DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE/MINISTÉRIO DA SAÚDE. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: São Domingos, SC, 15 de abril de 2016.

Paula Natana Comachio – Pregoeira Oficial do Município.

São João do Oeste

PREFEITURA

PP 32/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2016 – Exclusivo para empresas MPes

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de tintas e matérias e contratação de mão de obra para reforma e pintura externa do prédio da Prefeitura do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 03 de maio de 2016 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 20 de abril de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

REVOGAÇÃO PP 03/2016-CAMARA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

CAMARA DE VEREADORES

AVISO DE REVOGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que foi revogado o Processo Licitatório nº 05/2016, Pregão Presencial 03/2016, em virtude de pedido de impugnação impetrado por empresas interessadas no certame.

Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 20 de abril de 2.016. Sérgio Luis Theisen – PREFEITO MUNICIPAL. Roque Wehner – Presidente da Câmara de Vereadores.

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 121/2016

DECRET O Nº 121/2016

“QUE EXONERA A PEDIDO CARGO COMISSIONADO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor: - ROGERIO DOS SANTOS RAMOS, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe da Assessoria de Comunicação – CC-2, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 256/2015, de 04/09/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Abril de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 122/2016

DECRETO Nº 122/2016

“DETERMINA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - O horário de funcionamento das repartições Públicas Municipais no dia 20/04/2016 (quarta-feira), será das 08:00 às 12:00 horas, em virtude do Desfile Oficial de abertura da XX Festa Nacional da Maçã, com abrangência em todos os segmentos de qualquer natureza, ressaltando-se apenas os serviços considerados essenciais da Secretaria Municipal de Obras e Viação e Secretaria Municipal da Saúde, voltando ao expediente normal no dia 25/04/2016 (segunda-feira).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá os seus efeitos legais no dia 20 de Abril de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Abril de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.411/2016

LEI Nº 4.411/2016

“QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REPASSAR VALOR A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO PARA O CONSELHO COMUNITÁRIO DA LOCALIDADE DO LUIZINHO”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e

promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar para o Conselho Comunitário da Localidade de Luizinho, a Título de Contribuição á ser empregada na segurança do local e material gráfico na realização da 12ª FESTICOL – Festa da Celebração da Colheita, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 2º - A despesa decorrente desta Lei dar-se-á por conta da dotação orçamentária (20) 3.3.50.41.99.00.00.00 – Secretaria Municipal da Agricultura e do Abastecimento, do exercício de 2016.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
São Joaquim, 19 de Abril de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 168/2016

PORTARIANº 168/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Alterada a Portaria Nº 153/2016, de 04/04/2016, na parte onde se refere a Licença para tratamento de saúde de LOURDES APARECIDA DE SOUZA LIZ, onde se lê por 05 (cinco) dias, leia-se por 12 (doze) dias a contar do dia 04/04/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de Abril de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Abril de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 169/2016

PORTARIANº 169/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária – RENATA SOUZA BORGES, ocupante do Cargo de Professora, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 08/04/2016 até 04/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 08 de Abril de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 12 de Abril de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 170/2016

PORTARIANº 170/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 003/2015, realizado em data de 17/01/16; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - ANA MARIA MARAFIGO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Servente/faxineira), na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, com 40 horas semanais, a contar do dia 13/04/2016, em substituição a Maria Aparecida de Jesus Artismo, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Abril de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 171/2016

PORTARIANº 171/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Emergencial Nº 001/2016, realizado em data de 08/03/16; Fica concedido DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA ao seguinte funcionário: - EZEQUIEL ALMEIDA RAICHEL, para exercer a função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Matemática, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 13/04/2016, em substituição ao professora Anderson Fernandes Freitas, que pediu exoneração.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo o mesmo ser exonerado em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Abril de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 172/2016

PORTARIANº 172/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - ROSANA NUNES DE JESUS, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais (Servente/ faxineira), na Secretaria Municipal de Assistência Social, Bairro Centro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 144/2016, de 29/03/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 13 de Abril de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 173/2016

PORTARIANº 173/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica REMOVIDA á funcionária GISLAINE POLLI FARIAS DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais efetivada no Postinho do CAIC, para se tornar efetiva na Secretaria Municipal de Turismo – Casa da Cultura e Centro de Música, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Portaria Nº 138/2016, de 24/03/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Abril de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 174/2016

PORTARIANº 174/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica REMOVIDA á funcionária OSMARINA DE FATIMA DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais efetivada na Secretaria Municipal de Turismo, para se tornar efetiva na Secretaria Municipal de Assistência Social - APAE, a partir desta data, no lugar de Gislaíne Polli Farias que foi transferida.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Portaria Nº 037/2015, de 20/01/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 14 de Abril de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 175/2016

PORTARIANº 175/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 003/2015, realizado em data de 17/01/16; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - ROSANA NUNES DE JESUS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Servente/faxineira), no C.E.I. Caiquinho, Bairro Jardim Minuano, com 40 horas semanais, a contar do dia 14/04/2016.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Abril de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 176/2016

PORTARIANº 176/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária: - IVANDINA DE FATIMA PEREIRA, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 18/04/2016 à 17/05/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Abril de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2016 - Processo nº 136/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO TELhado DO CENTRO DE EVENTOS MULTIUSO DE SÃO JOSÉ/SC, com FORNECIMENTO DE MATERIAIS. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 10 de maio de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 10 de maio de 2016, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

EDITAL 001/2016/GAB

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Administração

CONCURSO PÚBLICO - Edital 001/2016/GAB
TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO Nº 01

A Prefeita Municipal de São José e a Secretária de Administração juntamente com a Comissão de Concurso Público diante da manifestação da Secretaria de Assistência Social, por meio do Memorando nº 249/2016, que solicita a retirada do Cargo de CUIDADOR do Edital Concurso Público nº 001/2016/GAB tornam pública a retificação do certame nos termos que seguem:

Considerando a divergência existente entre o requisito de formação mínima obrigatória exigida na Lei Complementar Municipal nº 053/2011 (Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração da Administração Direta) que criou o cargo de CUIDADOR e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social NOB-RH/SUAS e a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;

Considerando que a Lei Complementar Municipal nº 053/2011 prevê como requisito obrigatório para o preenchimento do cargo de CUIDADOR a conclusão do Ensino Médio Completo e Curso Técnico na área da Saúde, e que tais exigências são incompatíveis com os requisitos exigidos pela Legislação Federal específica da Assistência, em especial, a Resolução nº 269, de 13/12/2006 (NOB-RH/SUAS), cuja competência decorre da Lei Federal nº 8.742/1993; Considerando que a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social, NOB-RH/SUAS, define que para o preenchimento do cargo de CUIDADOR é necessário a conclusão do ensino médio e a realização de curso de aperfeiçoamento e/ou capacitação na área de CUIDADOR;

Considerando que a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, instituída pela Portaria Ministerial nº 397, de 09/10/2002 definiu que o cargo de CUIDADOR não compreende a necessária formação na área Técnica e/ou Auxiliar de Enfermagem;

Considerando que desde a publicação do edital em comento, vários questionamentos foram suscitados pelos pretensos candidatos as vagas de CUIDADOR em relação aos requisitos necessários ao preenchimento das vagas;

Considerando que a Administração Pública está vinculada ao

Princípio da Legalidade, não dispondo de tempo hábil para que se promova a alteração legislativa necessária para adequação do Anexo VI, do art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 053/2011; Considerando que a finalidade do Concurso Público é atender adequadamente as necessidades da Secretaria de Assistência Social do município;

RESOLVE:

Art. 1º – Excluir definitivamente o cargo de CUIDADOR previsto no item 2.2 do Edital de Concurso Público nº 001/2016/GAB com as respectivas vagas e cadastro reserva.

Art. 2º. Informar que oportunamente serão divulgados os procedimentos a serem adotados quanto à restituição dos valores de inscrição.

São José, 15 de abril de 2016.

ADELIANA DAL PONT VERA SUELY DE ANDRADE
Prefeita Municipal Secretária de Administração

ALESSANDRA CRISTINA LAURINDO ARRUDA
Presidente da Comissão

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 085/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 085/2016. Contratados: OLIMED MATERIAL HOSP. LTDA e DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. Objeto: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE COMPRESSA DE GAZES EM ROLO E COMPRESSA NÃO ESTÉRIL PARA SEREM UTILIZADOS EM TODAS AS UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". Valor contratado: R\$ 39.956,00 (trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e seis reais). Fundamento Legal: art. 24, IV da Lei nº 8.666/93.

PORTARIA Nº 008/2016

PORTARIA Nº 008/2016

Aprova a Reedição da Portaria nº 010/2014, de 28/08/2014 – Processo Administrativo Disciplinar nº 14.819/2013

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, reedita a Portaria nº 10/2014/PGM, convalidando todos os atos praticados e provas colhidas no curso do processo Administrativo nº 14.819/2013, em observância ao despacho saneador de fls. 128/131 e seguintes dos referidos autos, para:

I - Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal nº 2248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor J.F., matrícula nº 19.217, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, posto que, através das informações constantes no Memorando nº 1099/2013 SGP-SS e demais documentos anexos, há indícios de possível infração do art. 146, inciso XI – manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de serviços públicos e de cidadão; Art. 147, incisos VI – referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, no recinto da repartição e

XV – proceder de forma desidiosa, da Lei nº 2.248/1991 e, da mesma forma, os fatos narrados e as infrações acima descritas poderão imputar pena de demissão, nos termos dos artigos 155 ao 160 do mesmo diploma legal.

II – E, em razão da alteração do quadro dos membros da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, designar os servidores: Juliana Graciosa Pereira; Karina da Silva Graciosa; Thaís Farias de Sousa; William Ramos Moreira e Ilson Elias, sob a Presidência da primeira, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e apurarem os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III - Delibera que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV – Determinar o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo haver prorrogação do prazo, se necessário.

V – E, por fim, convalidar todos os atos praticados e provas produzidas anteriormente nos autos do processo administrativo nº 14.813/2013.

São José, 08 de abril de 2016.

Rodrigo João Machado
Procurador Geral do Município

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016 - Processo nº 073/2016. Fornecedor: BRITAGEM VOLGELSANGER LTDA (MATRIZ). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE REPERFILAGEM ASFÁLTICA NAS RUAS ORMAR SCHUTZ E PEDRO MAYVONE, BAIRRO FAZENDA SANTO ANTÔNIO, EM SÃO JOSÉ/SC. Valor: R\$ 139.778,86 – cento e trinta e nove mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta e seis centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 065/2016

PORTARIA Nº 065/2016

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER – A Senhora Sandra Regina Mikulski, Função de Confiança de Coordenador de Controle Interno, conforme art. 7º da Lei Complementar nº 068/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 12 de abril de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 066/2016

PORTARIA Nº 066/2016.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR – O Senhor RODRIGO LUIZ FONTOURA, do cargo em comissão de COORDENADOR PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador Túlio Márcio Salles Maciel, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 068 de 02/12/2015.

Art. 2º.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de abril de 2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de abril de 2016.

Orvino Coelho de Ávila
Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 067/2016

PORTARIA Nº 067/2016

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR – A Senhora LUISA HARUMI MATSUO, para exercer o cargo em comissão Coordenador Parlamentar I, lotado no Gabinete do Vereador TÚLIO MÁRCIO SALLES MACIEL, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 068 de 02/12/2015..

Art. 2º . Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de abril de 2016.

.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 14 de abril de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 068/2016

PORTARIA Nº 068/2016.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR – A Senhora ALINE BARBARA DE OLIVEIRA, do cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador Orvino Coelho de Ávila, conforme art. 44 da Lei Complementar nº 068 de 02/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 19 de abril de 2016.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 069/2016

PORTARIA Nº 069/2016.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR – O Senhor GILMAR BRITO, do cargo em comissão da Presidência de COORDENADOR DAS COMISSÕES, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 19 de abril de 2016.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 070/2016

PORTARIA Nº 070/2016

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR – A Senhora ALINE BARBARA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em comissão da Presidência de COORDENADOR DAS COMISSÕES, conforme Lei nº 068 de 02/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 19 de abril de 2016.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 071/2016

PORTARIA Nº 071/2016

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR – O Senhor GILMAR BRITO, para exercer o cargo em comissão OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I, lotado no Gabinete do Vereador Orvino Coelho de Ávila, conforme art. 44 da Lei Complementar nº 068 de 02/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, Com efeitos retroativos a partir de 04 de abril de 2016.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 19 de abril de 2016.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 073/2016/SF

DECRETO Nº. 073/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.493, de 19 de abril de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

"77"3.3.90.30.00.00.1.0038 Material de Consumo
..... R\$4.200,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação dos Recursos Programas de Agentes Comunitários de Saúde - ACS, Fonte 1.0038, no valor de R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), das seguintes dotações:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

"13"3.1.90.11.00.00.1.0038 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$4.200,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de abril de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.788/2016

DECRETO Nº 5.788, DE 19 DE ABRIL DE 2016

"ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e as Leis Municipais nº. 1750/1991, de 10 de julho de 1991 e nº 3.788/2010, de 07 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. O Artigo 1º do Decreto nº 5.598, de 12 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica alterado o Conselho Municipal de Saúde, ficando da seguinte forma constituído:

I – Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Fernando Júlio Will

Suplente: Idene Pauli

II – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Miria Spironello

Suplente: Célia Osmari Toigo

III – Representante da Secretaria Municipal de Esportes

Titular: Odair Mazziero

Suplente: Maico Conte

IV – Representante da Associação Beneficente Hospitalar de Cedro

Titular: Romeo Helio Holderbaum

Suplente: Francieli Fávero Bonato

V – Representante dos Laboratórios

Titular: Michele Conte

Suplente: Cristiane Dassow

VI – Representante da APAE

Titular: Anderson Antonio Rodrigues

Suplente: Katia Caron

VII – Representante da ESF

Titular: Rodrigo Rocha de Toledo

Suplente: Jocieli Delazeri

VIII – Representante do Serviço Social

Titular: Eliana Strub Oldra

Suplente: Gabriela Toigo

IX – Representante do CEMAS

Titular: Francely Casagrande

Suplente: Letícia Piori

X – Representante da Sociedade Educacional Social Cultural Betânia

Titular: Elizete Kertischka Batista de Lima

Suplente: Andréia Maciel

XI – Representante da Pastoral da Criança

Titular: Maria Backes

Suplente: Clari Ana Sartori

XII – Representante do Lions Clube

Titular: Ivandra Simone Dellavechia Cazzoli

Suplente: Ivanete Basei Schoffen

XIII – Representante da Terceira Idade

Titular: Dileta Ubert dos Santos

Suplente: Nilza Becker

XIV – Representante do CDL e ACISC

Titular: Marilei Kuhn Niedermaier

Suplente: Suzana Maria Boldrin"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 5.773, de 01 de abril de 2016 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.789/2016

DECRETO Nº 5.789, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

“HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DOS INSCRITOS NO EDITAL Nº. 002/2016/SME DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pelo Art. 69, Inciso X, da Lei orgânica Municipal, especialmente aquelas contidas no Edital de Concurso Público nº. 002/2016/SME:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a classificação dos inscritos no Edital nº 002/2016/SME, relacionado à alteração de carga horária destinado a professores efetivos do Magistério Público Municipal, conforme segue:

PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
01	CARLA ASMANN ANZOLIN

PROFESSOR DE LINGUA ESPANHOLA

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
02	OLGA DA SILVA MARTINS FERRARI

PROFESSOR DE LINGUA INGLESA

Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
03	CLENICE TERESINHA WEISS SCHUMANN

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 19 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5787/2016

DECRETO Nº 5.787, DE 18 DE ABRIL DE 2016

“INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal ADELI MARIA NONNEMACHER, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira ESF, Matrícula nº 2.569, a partir de 18 de abril de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº51/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº51/2016, Edital de Pregão Nº51/2016, Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL DO VEÍCULO GM CORSA CLASSIC, PLACA MIL 3995, PM 13448 QUE ESTÁ SENDO UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, bem como, CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL DO VEÍCULO FIAT UNO, PLACA MJV 6602, PM 13741 QUE ESTÁ SENDO UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 04/05/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Departamento de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº52/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório

nº52/2016, Edital de Pregão Nº52/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE BANCOS, LIXEIRAS, TRAVES DE VÔLEI, GOLEIRAS COM REDES, bem como CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE UMA QUADRA DE AREIA A SER CONSTRUÍDA NO LOTEAMENTO BECKENKAMP, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. RECURSO PROVENIENTE DO CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO FUNDO SOCIAL. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 03/05/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº53/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº53/2016, Edital de Pregão Nº53/2016, Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DE DUAS ACADEMIAS AO AR LIVRE, SENDO UMA NO DISTRITO DE MARIFLOR E OUTRA NA PRAÇA ALMIR MATTE, bem como CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA INFRA ESTRUTURA PARA AS ACADEMIAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. RECURSO PROVENIENTE DO CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO FUNDO SOCIAL. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 03/05/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.492/2016

LEI Nº 4.492, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) no Orçamento Geral do Município, com o objetivo de custear as despesas necessárias para execução do Tradicional Baile da Senhorita Cedrense, evento do município, que acontecerá no dia 21 de maio de 2016, nas dependências do Clube Cedrense em nosso Município, sendo as despesas atinentes a aluguel de vestidos para as candidatas, serviços de segurança particular para o baile, serviços de filmagem, iluminação, locação de passarela móvel, montagem e locação de palco, ornamentação de mesas, cadeiras e flores.

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de até R\$12.000,00 (doze mil reais), das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

03 DEPTO DE CULTURA

2.008 FESTIVIDADES MUNICIPAIS OFICIAIS DE SJCEDRO

Art. 3. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,

Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,

Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,

Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CÉSAR PATEL,

Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,

Secretário Municipal de Esportes.

CÉLIA OSMARI TOIGO,

Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELIANA STRUB OLDRA,

Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,

Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

LEI Nº 4.493/2016

LEI Nº 4.493, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

“77”3.3.90.30.00.00.1.0038 Material de Consumo
..... R\$4.200,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo

anterior, serão utilizados os recursos da anulação dos Recursos Programas de Agentes Comunitários de Saúde - ACS, Fonte 1.0038, no valor de R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), das seguintes dotações:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

"13"3.1.90.11.00.00.1.0038 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$4.200,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CÉSAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

PORTARIA Nº 235/2016

PORTARIA Nº 235, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE NORMAS PARA O ABONO DE FALTAS POR ATOSTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso X do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e artigo 179 e seguintes da Lei 2020/93;

RESOLVE:

Art. 1º. Os atestados médicos e odontológicos apresentados por servidores públicos municipais somente serão aceitos para efeito de abono de faltas quando apresentados ao Departamento de Pessoal do Município, com visto do seu chefe imediato, pelo próprio servidor, em até 48 horas após a sua emissão, independente do horário em que foi expedido.

§1º. Na impossibilidade de apresentação do atestado pelo próprio servidor, em virtude de internação ou outro motivo devidamente

comprovado, o atestado poderá ser entregue por terceiros no mesmo prazo, independente do horário em que foi expedido.

§2º. As apresentações referidas nos itens anteriores deverão ser feitas de 2ª a 6ª feira, no Departamento de Pessoal do Município, junto a sede administrativa da Prefeitura de São José do Cedro, sito na Rua Jorge Lacerda, Nº 1049, em horário de expediente, das 7:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 2º. Os atestados apresentados deverão ser em via original e legível, devendo constar o nome do paciente com CPF, carimbo e assinatura do profissional emitente, com número do Registro no Conselho Competente, além do endereço e telefone de contato do local onde o servidor passou em atendimento.

§1º. Não serão aceitos para fins de dispensa e abono de faltas, atestados médicos emitidos com finalidade estética ou qualquer outra que não seja por doença, podendo o servidor ser encaminhado para perícia médica do município para fins de comprovação.

§2º. Nos atestados médicos em que constar o CID - Código Internacional da Doença, não haverá necessidade de submissão do servidor para perícia médica do município.

Art. 3º. No caso de acompanhamento de dependentes ou familiares poderá ser concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, em conformidade com os preceitos do Artigo 72 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei 2.020/93, desde que devidamente comprovado por documento a impossibilidade de acompanhamento por outro familiar.

Art. 4º. Nos atestados médicos de acompanhamento, além das exigências elencadas pelo artigo 5º desta portaria, deverá constar expressamente que o dependente necessita de acompanhamento.

Art. 5º. Dentro do período de 60 (sessenta) dias, os atestados de acompanhamento, intercalados ou não, serão somados e a partir do 16º dia se tornarão Licença por motivo de doença em pessoa da família.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro/SC, em 13 de abril de 2016.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2015

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Educação, Sr. Claudiomiro da Silva, brasileiro, portador do RG nº 3.129.863 e inscrito no CPF nº 894.498.279-15, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa VALDAIR RANZAN ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Gilio Rezzieri, n. 1222, Bairro Perpétuo Socorro, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.197.182/0001-84, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Valdair Ranzan, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 760.574.709-82 e portador da Cédula de Identidade sob o nº 2.161.464-4, residente e domiciliado no Município de São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 166/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 107/2015, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para que se possa atender a necessidade da escola.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais) o que perfaz 25% (vinte e cinco por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 166/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 107/2015, que trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA EM LEIVA, COM PLANTIO, PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL MUNDO COLORIDO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, o seguinte item:

Contratada: VALDAIR RANZAN ME;

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDAD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	GRAMA ESMERALDA EM LEIVAS COM PLANTIO. RETIRADA DA GRAMA ANTIGA E REGULARIZAÇÃO DO TERRENO, COLOCAÇÃO DE TERRA E CALCÁRIO PARA PLANTIO DA GRAMA NOVA.	175 m2	R\$ 10,00	R\$ 1.750,00
TOTAL				R\$ 1.750,00

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de abril de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	VALDAIR RANZAN Valdair Ranzan Me
CLAUDIOMIRO DA SILVA Secretário Municipal de Educação	

DECRETO Nº 5.378, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 5.378, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal do Idoso, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pelo art. 55, incisos VII e XXXVI da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 1.540, de 27 de setembro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros a seguir relacionados, para compor o Conselho Municipal do Idoso, do Município de São Lourenço do Oeste/SC, encarregado de formular a política do idoso e de promover a sua implementação:

I - representantes dos Órgãos Públicos Municipais:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social:

1. Itamar Fernandes, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula nº 847/01 - titular;
2. Samara Alexandre, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3301/01 - suplente;

b) Secretaria Municipal de Saúde:

1. Terezinha Barzan, ocupante do cargo de Diretora de Relacionamento e Humanização da Saúde, matrícula nº 3119/01 - titular;
2. Débora Piovesan, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 3207/01 - suplente;

c) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda:

1. Lilyan Trindade dos Santos, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1751/01 - titular;
2. Daniela Bernardi, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 1905/01 - suplente;

d) Secretaria Municipal de Educação:

1. Neusa Aparecida dos Santos Cesca, ocupante do cargo de Diretora de Escola, matrícula nº 1423/04 - titular;
2. Francieli Alves de Andrade Ferreira, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, matrícula nº 362/03 - suplente.

II - representantes das organizações representativas da participação popular:

a) Clubes de Idosos:

1. Severino A. Chiossi - titular;
2. João Carlos Rovaris - suplente;

b) Entidades de Atendimento - Liga das Senhoras:

1. Jandira Luiza Sordi - titular;
2. Maria Mattei - suplente;

c) Asilo:

1. Graziela Pereira do Amaral - titular;
2. Paulo Cezar Miczewski - suplente;

d) Clubes de Mães:

1. Izabel de Conto - titular;
2. Madalena Steffens - suplente.

Art. 2º O Conselho deverá cumprir com as disposições previstas na Lei Municipal nº 1.540, de 27 de setembro de 2005, e demais normas vigentes.

Art. 3º Por se tratar de serviços de relevante interesse social, os membros do Conselho Municipal do Idoso, nomeados por este Decreto, não serão remunerados.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 4.446, de 25 de junho de 2012, bem como demais disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de abril de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.379, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 5.379, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 25.266,90 (vinte e cinco mil, duzentos e sessenta e seis reais e noventa centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

11.00	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.4509.2.029 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0035	167	Aplicações Diretas	R\$ 17.430,44	
08.244.4509.2.029 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0035	167	Aplicações Diretas	R\$ 3.918,23	

08.244.4509.2.029 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0035	180	Aplicações Diretas	R\$ 3.918,23
---	-----	--------------------	--------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015 e o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de abril de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 058/2016 – Pregão Presencial Nº 042/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS, A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE PONTES E OUTRAS OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2016.

FORNECEDOR: VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME - CNPJ: 17.013.833/0001-90.

VALOR: R\$ 65.750,00 (sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

TOTAL: R\$ 65.750,00 (sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 19/04/2016.

VIGÊNCIA: 19/04/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 063/2016 – Pregão Presencial Nº 047/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO MDA PRONAT - MAQUINÁRIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2623.1022.960-78/2015/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA E CONTRATO DE CONVÊNIO Nº816718/2015, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI EPP - CNPJ: 17.542.364/0001-04.

VALOR: R\$ 34.210,00 (trinta e quatro mil, duzentos e dez reais).

FORNECEDOR: ANA CRISTINA MANJABOSCO – EPP - CNPJ: 10.688.308/0001-25.

VALOR: R\$ 29.370,00 (vinte e nove mil, trezentos e setenta reais).

TOTAL: R\$ 63.580,00 (sessenta e três mil, quinhentos e oitenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 19/04/2016.

VIGÊNCIA: 19/04/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 064/2016 – Pregão Presencial Nº 048/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2016

FORNECEDOR: SILIPRANDI & ZANCANARO CONSTRUTORA LTDA - CNPJ: 06.907.354/0001-09.

VALOR: R\$ 121.500,00 (cento e vinte e um mil e quinhentos reais).

TOTAL: R\$ 121.500,00 (cento e vinte e um mil e quinhentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 19/04/2016.

VIGÊNCIA: 19/04/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Aline Rovaris Moschen, de matrícula nº 802877958, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jeferson Luiz Moschen, CPF nº 037.658.419-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V731, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7903, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 01, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jeferson Luiz Moschen - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 02, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 02, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Ana Gabriela Machado, de matrícula nº 802878300, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lourdes Rodrigues Machado, CPF nº 072.628.029-17.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570TL7X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10545, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 02, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lourdes Rodrigues Machado - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 03, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 03, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Anderson Groth, de matrícula nº 702664561, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adriane Bettiato, CPF nº 050.619.369-14.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VS7C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7884, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 03, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Adriane Bettiato - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 05, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 05, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Cleiton Andre Sabedot, de matrícula nº 702480746, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Roseli Francisco, CPF nº 047.951.199-37.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VQ61, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7846, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 05, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Roseli Francisco - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 06, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 06, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Fabricio Gobeti, de matrícula nº 901801470, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rozeli Minizzo Gobeti, CPF nº 025.482.389-03.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TW1G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7770, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 06, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rozeli Minizzo Gobeti - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 07, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 07, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Felipe Candido de Bona, de matrícula nº 503688665, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Fatima Candido da Silva, CPF nº 072.574.669-63.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VC4L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7878, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 07, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Fatima Candido da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 08, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 08, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Flavia Ferreira Rodrigues, de matrícula nº 802253644, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Cleonir Ferreira Rodrigues, CPF nº 078.831.519-67.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V379, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7894, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 08, de 01 de

abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Cleonir Ferreira Rodrigues - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 09, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 09, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gessica Sibeli da Silva, de matrícula nº 702667994, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Neide Fatima da Silva de Oliveira, CPF nº 056.772.879-03.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TT5R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7766, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 09, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Neide Fatima da Silva de Oliveira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 10, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 10, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Guilherme Alves Ferreira da Silva, de matrícula nº 503689319, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marli Alves, CPF nº 068.951.579-05.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V33P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7789, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 10, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marli Alves - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 11, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 11, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Isis Salgado da Silva, de matrícula nº 1500134605022, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Josiane Maria da Silva, CPF nº 824.321.044-04.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V97R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7874, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 11, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Josiane Maria da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 12, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 12, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Lucieli de Chaves, de matrícula nº 503689157, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adeni Pires, CPF nº 037.709.489-71.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VT1L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7885, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 12, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Adeni Pires - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 13, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 13, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Luiz Felipe Vaz Ranzan, de matrícula nº 802252931, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sinval de Lara Vaz, CPF nº 020.317.538-78.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V41I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7895, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 13, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sinval de Lara Vaz - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 14, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 14, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Maiara de Oliveira Rodrigues, de matrícula nº 1000607426, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rute Ferreira de Oliveira Rodrigues, CPF nº 045.464.259-88.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T380, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7689, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 14, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rute Ferreira de Oliveira Rodrigues - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 16, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 16, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Mailon de Oliveira Rodrigues, de matrícula nº 702666939, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rute Ferreira de Oliveira

Rodrigues, CPF nº 045.464.259-88.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V90S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7907, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 16, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rute Ferreira de Oliveira Rodrigues - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 17, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 17, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Matheus Zimmer Horn, de matrícula nº 1000897912, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adriana Zimmer, CPF nº 050.733.239-39.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V207, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7890, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 17, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Adriana Zimmer - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 18, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 18, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Matheus Zimmer Horn, de matrícula nº 802253113, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marines da Silva e Silva, CPF nº 283.612.178-51.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V001, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7780, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 18, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marines da Silva e Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 19, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 19, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Mirian Santos Alves, de matrícula nº 601342577, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Alcení Santos Alves, CPF nº 053.461.069-28.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V69S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7902, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 19, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Alcení Santos Alves - responsável legal pelo

Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 20, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 20, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Monica Eduarda Peretti, de matrícula nº 1400134597008, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Anadir Vottri, CPF nº 025.017.869-98.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V71R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7833, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 20, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Anadir Vottri - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 21, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 21, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Rafaela Rodrigues Monteiro, de matrícula nº 901962724, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jane Maria Rodrigues, CPF nº 828.057.849-87.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VR8E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7814, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 21, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jane Maria Rodrigues - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 22, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 22, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Vanessa Machado, de matrícula nº 802253121, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sueli Mariano de Oliveira, CPF nº 085.459.339-08.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V29G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7788, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 22, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sueli Mariano de Oliveira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 23, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 23, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Alessandra Prestes da Silva, de matrícula nº 802200265, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Dirlei de Jesus Prestes, CPF nº 075.228.749-47.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TD6K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7712, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 23, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Dirlei de Jesus Prestes – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 24, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 24, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Cauan Ramos Perao, de matrícula nº 702480460, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Viviane Santos Ramos, CPF nº 313.641.758-51.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TF3B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7667, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 24, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Viviane Santos Ramos – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 25, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 25, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: David Arsego dos Santos Godois, de matrícula nº 702667293, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Deoclides dos Santos Godois, CPF nº 039.127.709-05.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A564629D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10538, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 25, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Deoclides dos Santos Godois – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 26, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 26, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Eduarda Rockenbach dos Santos, de matrícula nº 702480517, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marcia Terezinha Rockenbach, CPF nº 045.989.479-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T35L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7735, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 26, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marcia Terezinha Rockenbach – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 27, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 27, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Eduarda Sirino da Silva Fortes, de matrícula nº 1000608856, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Valdecir Fortes, CPF nº 000.320.130-94.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VD3J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7742, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 27, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Valdecir Fortes – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 28, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 28, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Emili Nicoli Anieczewski da Silva, de matrícula nº 702480410, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Eliane Anieczewski, CPF nº 042.308.359-73.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V03G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7851, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 28, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Eliane Anieczewski – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 29, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 29, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Fernanda Bottega, de matrícula nº 702480061, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ceni Fatima Giaretta, CPF nº 736.649.019-91.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VD2E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7880, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 29, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ceni Fatima Giaretta – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 30, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 30, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabriel Patrick Perão, de matrícula nº 601680588, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Juari Perão, CPF nº 035.316.739-80.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TS3E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7763, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 30, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Juari Perão – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 31, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 31, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabrielli Bonassa da Silva, de matrícula nº 601680774, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Juliana Bonassa, CPF nº 042.139.899-09.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V28B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7892, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 31, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Juliana Bonassa – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 32, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 32, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Giovana Aparecida da Cruz Wagner, de matrícula nº 802252982, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sandra Mari da Cruz Wagner, CPF nº 046.449.459-19.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TX8I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7775, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 32, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sandra Mari da Cruz Wagner – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 33, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 33, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Jardel Ecker, de matrícula nº 901962635, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Neide Pontes dos Santos,

CPF nº 054.432.959-77.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T53H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7740, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 33, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Neide Pontes dos Santos – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 34, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 34, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Legiane Campos da Silva, de matrícula nº 1000609151, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marisa Santini, CPF nº 015.264.119-03.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5646361, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10527, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 34, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marisa Santini – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 36, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 36, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Marcelo Henrique Simon da Silva, de matrícula nº 405725647, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Ines Pagani Simon, CPF nº 961.208.609-59.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V671, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7832, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 36, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Ines Pagani Simon – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 37, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 37, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Mateus do Amaral, de matrícula nº 503688959, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Joao Maria Greski, CPF nº 653.714.379-91.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VB97, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7842, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 37, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Joao Maria Greski – responsável legal pelo

Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 38, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 38, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Natalha Angelica Gardiano de Souza, de matrícula nº 601680766, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Mariela Angelica da Silva de Souza, CPF nº 080.762.089-04.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T674, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7651, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 38, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Mariela Angelica da Silva de Souza – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 39, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 39, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Natalia Aparecida Giarretta Monteiro, de matrícula nº 702480010, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rosalina Giarretta, CPF nº 022.748.169-05.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V51L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7828, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 39, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rosalina Giarretta – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 40, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 40, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Renan Lemes dos Santos, de matrícula nº 702480274, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Lemes da Silva, CPF nº 051.826.949-38.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570TK94, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10546, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 40, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Lemes da Silva – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 41, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 41, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Taina Danielli Furlan, de matrícula nº 601680553, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sandra Fátima Garda Furlan, CPF nº 037.565.369-47.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TW3Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7677, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 41, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sandra Fátima Garda Furlan – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 42, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 42, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Talita da Silva Mello, de matrícula nº 1001103634, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Janete da Silva, CPF nº 010.828.759-96.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5645P24, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10521, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 42, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Janete da Silva – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 43, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 43, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Andressa Fernandes Custodio, de matrícula nº 702667145, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Andreлина Fernandes Custodio, CPF nº 011.075.360-73.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TV62, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7722, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 43, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Andreлина Fernandes Custodio – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 44, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 44, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Angelica Maffioletti, de matrícula nº 1500134597015, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jose Antonio Maffioletti, CPF nº 795.441.699-20.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5646219, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10519, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 44, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jose Antonio Maffioletti – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 45, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 45, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Deivid da Silva, de matrícula nº 1500134597016, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Joao Carlos da Silva, CPF nº 668.197.179-20.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V870, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7802, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 45, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Joao Carlos da Silva – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 46, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 46, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Rosilaine Erica Sabedot, de matrícula nº 600598845, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Roseli Francisco, CPF nº 047.951.199-37.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A564605N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10542, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 46, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Roseli Francisco – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 47, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 47, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Aline Thais Orio Rodrigues, de matrícula nº 1600134597002, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marisete Ório Rodrigues, CPF nº 351.292.788-28.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VC01, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7877, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 47, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço

do Oeste e Marisete Ório Rodrigues – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 48, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 48, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Emerson Gonçalves Siqueira, de matrícula nº 802252915, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rosane Gonçalves, CPF nº 048.955.899-27.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VTR95, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7762, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 48, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rosane Gonçalves – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 50, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 50, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Weslen Henrique Escobar de Aveda, de matrícula nº 1100058777016, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Luciana Aparecida Escobar, CPF nº 069.798.359-55.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TZ6E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7779, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 50, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Luciana Aparecida Escobar – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 51, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 51, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabriel da Silva de Oliveira, de matrícula nº 1200134597023, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Pedro Mateus de Oliveira, CPF nº 557.284.489-68.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T71D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7652, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 51, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Pedro Mateus de Oliveira – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 52, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 52, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabrieli de Souza, de matrícula nº 1500134606007, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Junior Bortolotti, CPF nº 099.773.699-25.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V25W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7787, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 52, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Junior Bortolotti – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 53, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 53, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Andres Elias de Chave, de matrícula nº 502355913, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Esmelinda Rosane Elias de Chave, CPF nº 051.985.849-24.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TT02, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7818, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 53, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Esmelinda Rosane Elias de Chave – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 54, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 54, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Welinton Mateus de Oliveira, de matrícula nº 502355328, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Luciane de Fátima dos Santos Borges, CPF nº 354.322.268-63.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VB13, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7875, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 54, de 01 de abril de 2016.

Data da assinatura: 01/04/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Luciane de Fátima dos Santos Borges – responsável legal pelo Usuário-Aluno.

TERMO DE RETOMADA DE OBRA DO CONTRATO Nº 046/2016

TERMO DE RETOMADA DE OBRA DO CONTRATO Nº 046/2016.

Solicito, na presente data, que a empresa GAIA RODOVIAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.257.777/0001-24, vencedora do Processo Licitatório nº 001/2016, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2016, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOB VIA CONSOLIDADA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E EXECUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO DA RUA MÁRIO PAGLIOSA, ENTRE O ACESSO INDUSTRIAL SUL E A RUA LINA DE MELLO MACHADO, COM ÁREA TOTAL DE 14.002,29 M² CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE FINANCIAMENTO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, REFERENTE À EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE DO MINISTÉRIO DAS CIDADES - CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0414223-44/2013, em virtude do que, assinou o Contrato nº 045/2016, de 16 de fevereiro de 2016, RETOME DE IMEDIATO a execução do mesmo.

Tal solicitação se faz necessária em razão de que houve a paralisação da obra, em 17 de março de 2016, em razão da necessidade de aprovação da documentação referente ao Processo Licitatório pela Caixa Econômica Federal, contudo, tal órgão já realizou a análise e recomendando a aprovação. Sendo assim, a obra se encontra apta a iniciar. Desta forma, solicito a RETOMADA IMEDIATA da execução do Contrato.

São Lourenço do Oeste, SC, 20 de abril de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 42/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2016
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2016

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Sr. Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de Serviços de Engenharia para Elaboração de projetos Elétricos Básicos para Iluminação Pública nas Ruas Santos Dumont, Avenida Salgado Filho, Rua Oiapoque, Rua Waldemar Rangrab do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 10 de maio de 2016.

Abertura: às 14 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 19 de abril de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 55/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de pneus novos destinados para os veículos das Secretarias Municipais, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 10 de maio de 2016.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 19 de abril de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 56/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra montagem, balanceamento e conserto de pneus destinados para os veículos das Secretarias Municipais, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 15h45min do dia 10 de maio de 2016.

Abertura: às 16h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 19 de abril de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS 27.2016

O Município de São Pedro de Alcântara. Avisa da abertura do Processo nº 27.2016 Tomada de Preços – Tipo: Menor Preço Global – Empreitada por Preço Global (art. 10, II, “a”, da Lei n.º 8.666/1993). Objeto: Contratação de uma empresa especializada para a construção de 03 (três) Bases de concreto para a instalação de academias de Rua no Município, conforme memorial descritivo, orçamento e projetos dispostos nos Anexos do Edital.. Data de Abertura com entrega dos envelopes 05/05/2016 às 09:00h. Maiores Informações: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelos e-mails licitacoes@pmspa.sc.gov.br; camilli@pmspa.sc.gov.br - São Pedro de Alcântara, 15/04/2016- JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2016-PMS

PROCESSO Nº. 70/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de materiais de informática para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de maio de 2016 às 08h45min.

Abertura do Processo: 13 de maio de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 20 de abril de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 39/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 39/2016-PMS

PROCESSO Nº. 73/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO de outdoors para divulgação de campanhas, serviços e ações dos setores da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 16 de maio de 2016 às 08h45min.

Abertura do Processo: 16 de maio de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 20 de abril de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 002/2016 - CMDCA

Edital 002/2016 de Convocação das Entidades Não Governamentais e os Adolescentes para Assembleia de Escolha de Conselheiros Municipais

O Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições, na forma da Lei Municipal nº 2.097, de 1º de abril de 2015, convoca as entidades não governamentais, sem fins lucrativos, legalmente constituídas com atuação no município e os adolescentes de Schroeder para a assembléia de escolha de seus representantes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, para mandato de dois anos, nos seguintes termos:

1. A assembléia de escolha será realizada no dia 10 de maio do corrente ano às 18h30min sob coordenação da Secretária de Assistência Social, no auditório do CRAS (antigo Múltiplo Uso), situado na Rua Paulo Jahn, 245, Centro – Schroeder/SC.
2. A escolha das entidades se dará conforme o item II do artigo 11 da Lei Municipal nº 2.097, de 1º de abril de 2015, cabendo uma vaga de titular e uma suplência em cada segmento.
 - a) Entidade de atendimento ou com programa com registro no CMDCA;
 - b) Entidade de promoção e defesa de direitos à criança e adolescente;
 - c) Adolescentes, com idade mínima de 16 anos.
3. Poderão participar com direito a voto e serem votadas as entidades que se credenciarem até às 12h do dia 10/05/2014, no mesmo local da assembléia, apresentando os seguintes documentos:
 - a. Cópia do Estatuto da Entidade, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica da Comarca;
 - b. Cópia da ATA de eleição da diretora atual, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica da Comarca;
 - c. Ofício indicando seus representantes (titular e respectivo suplente) para Assembléia de Escolha dos Conselheiros, assinado pelo presidente da entidade,
 - d. Declaração formal de funcionamento regular da Entidade, assinado por um membro da sua diretoria.
4. Poderão participar com direito a voto a serem votados os adolescentes que se credenciarem até às 12h do dia 10/05/2014, no mesmo local da assembléia, apresentando os seguintes documentos:
 - a) Cópia da identidade (idade mínima de 16 anos até o ato do credenciamento);
 - b) Comprovante de residência (talão de água, luz, telefone) em seu nome ou no nome dos responsáveis legais;
 - c) Ofício do grêmio estudantil indicando seus representantes (titular e suplente), no caso de adolescente indicado por este.

Na ausência de qualquer um dos segmentos acima citados, a plenária poderá substituir por representante de outro segmento a seu critério.

5. O processo de escolha se dará de acordo com o Regimento Interno a ser aprovado na própria Assembléia pelas entidades credenciadas.

Schroeder, 19 de abril de 2016.

Teresinha Tomaselli Tecilla
Presidente do CMDCA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 12/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 12/2016 - FMS

Processo de licitação nº. 26/2016–FMS - Dispensa de Licitação nº. 12/2016–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DIMACI/PR MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.656.468/0001-39, estabelecida na Rua Anita Ribas, nº 410, Hugo Lange, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 82.520-610.

Objeto: Materiais utilizados por pacientes diabéticos, determinado através da Ação Ordinária autuada sob nº 026.07.003787-1, desde 2014., sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	ACCU-CHEK FLEXLINK 8MMX60CM CAIXA COM 10 UNIDADES	1	CAIXA	665,00	665,00
02	ACCU-CHEK CARTUCHO 3,15ML CAIXA COM 05 UNIDADES	2	CAIXAS	104,85	209,70
03	ACCU-CHEK SERVICE PACK (KIT 4 PILHAS, 2 ADAPTADORES, 1 TAMPA DE BATERIA E 1 CHAVE DE BATERIA)	1	KIT	230,00	230,00
04	ACCU-CHEK PERFORMA (TIRAS REAGENTES - CAIXA COM 50)	5	CAIXAS	109,89	549,45

05	ACCU-CHEK MULTICLIX (LANCETAS - CAIXA COM 204)	2	CAIXAS	208,30	416,60
VALOR R\$ TOTAL					2.070,75

Valor do contrato: R\$ 2.070,75 (dois mil setenta reais e setenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 19/04/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.189/2016

LEI Nº2.189/2016

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA OSCAR GUILHERME GNEIPEL.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a denominar a rua no162 — lateral da Rua Marechal Castelo Branco - centro, no Município de Schroeder, de Rua Oscar Guilherme Gneipel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 19 de abril de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

LEI Nº 2.190/2016

LEI Nº.2.190/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$38.499,98 (TRINTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2016, no valor de até R\$38.499,98 (trinta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), como segue:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER				
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO				
12.365.3009.2.368 – ALIMENTAÇÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo		38.499,98

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				
05 – UNIDADE DE MEIO AMBIENTE				
18.541.3005.1.308 – IMPLANTAÇÃO DO MIRANTE DO MORRO PELADO				
4.4.90.51.00.00	00.01.0000	Obras e Instalações		21.999,99

07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				
05 – UNIDADE DE MEIO AMBIENTE				
23.695.3006.1.309 – IMPLANTAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL				
4.4.90.51.00.00	00.01.0000	Obras e Instalações		16.499,99

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº2148/2015 – LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 19 de abril de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.191/2016

LEI Nº2.191/2016

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº2.185/2016 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BRDE – BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE EXTREMO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O art. 1º da Lei nº 2.185/2016 passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao BRDE - BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL, até o valor de R\$ 2.550.000,00 (dois milhões e quinhentos e cinquenta mil reais) destinados à pavimentação de via, pavimentação de via rural, estrada vicinal e via rural, e R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) no âmbito do programa PMAT, com a finalidade de estruturação de central de atendimento presencial e remota observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 19 de abril de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA

PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA

2016
SUMÁRIO

3. APRESENTAÇÃO4

1. 2. NOME DOS CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTES

De acordo com a PORTARIA No 5.319/2013, de 06 de dezembro de 2013, que REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SCHROEDER, os representantes que compõem atualmente o CMDCA são:

1.1 REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

Conselheiros titulares:

- Daiane Regina Azevedo Wolf (Secretaria de Assistência Social)
- Fabiane Heller (Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer) - Vice Presidente
- Natália Kersten Brumuller (Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças)

Conselheiros Suplentes:

- Marlene Neumann (Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças)
- Roseli Salomon (Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer)
- Silvania Ferreira (Secretaria de Saúde e Assistência Social) - Vice Secretária

1.2 REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Conselheiros Titulares:

- Marcelo Ronaldo Marques de Lima (Entidade Associação de Serviços Voluntários de Schroeder - Bombeiros Voluntários)

- Teresinha Tomaselli Tecilla (Entidade Amiga Solidária) – Presidente
- Cleuza Liskoski Zimmermann (Comunidade Evangélica Luterana Cristo - Igreja Evangélica Luterana do Brasil)

Conselheiros Suplentes:

- Valério de Oliveira Onofre – APP- Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Profº Emílio da Silva
- Ricardo Egon Voigt - ABS- Associação dos Bananicultores de Schroeder
- Laercio Pedro Tomaselli - (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB - Paróquia de Schroeder) - Secretário do CMDCA

2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

O Município de Schroeder está localizado ao nordeste do estado de Santa Catarina, fazendo divisa com os municípios de Joinville, Guaramirim e Jaraguá do Sul. Está situado aos pés do planalto norte e cercado pela Serra Das Mamas.

Schroeder possui 161,50 Km² de território, com aproximadamente 50% de sua área localizada em Serras. A economia do município é baseada no plantio, cultivo e produção de banana. Também estão instaladas no município empresas têxteis e de outras áreas.

Nos últimos anos é visível o aumento da população devido principalmente da vinda de famílias de outras cidades e estados em busca de trabalho e melhor qualidade de vida. Este crescimento trouxe aumento significativo da demanda na área da educação, saúde, assistência social, infraestrutura e etc.

Segundo dados do IBGE 2010 nosso município tem 15.376 habitantes.

O Sistema de Informação da Atenção Básica do Sistema Único de Saúde - SIAB/SUS, dados coletados através das Agentes Comunitárias de Saúde – ACS com aproximadamente de 70% de cobertura, aponta um total de 4.706 famílias no município de Schroeder em 21 de outubro de 2014: que nestas existem 153 crianças com até 01 ano de idade, 817 crianças com idade entre 01 e 04 anos, 400 crianças com 05 e 06 anos, 615 com idade de 07 a 09 anos, 1059 crianças e adolescentes com idade de 10 a 14 anos e 1189 com idade entre 15 e 19 anos, totalizando 4.233 crianças e adolescentes. Ainda segundo o SIAB há 72 gestantes no município.

3. APRESENTAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder está regulamentado pela lei Municipal nº 1.628 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, composto por 06 membros titulares e seis membros suplentes, com representatividade paritária entre poder público (indicação do prefeito) e entidades não governamentais eleitas através de fórum próprio.

O CMDCA juntamente com o Conselho Tutelar do município, zela pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes. O Colegiado tem se pautado nos princípios Constitucionais, na Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990-ECA e legislações complementares, deliberando e emitindo resoluções específicas, promovendo a defesa dos direitos das crianças e adolescentes e espaços de participação da comunidade, através de fóruns, conferências e reuniões.

Em seu campo de atuação, o CMDCA tem discutido avaliado e deliberado recursos, ações e serviços objetivando a garantia e ampliação dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Atualmente os recursos são poucos, e advém de repasse de pessoas jurídicas e deduções de imposto de renda. Diante desta realidade focamos na divulgação do FIA, assim como em 2014 foi constituído CNPJ próprio. Além disso, tem constantes deliberações de recursos para projetos, e capacitação continuada para o conselho tutelar e a rede de atendimento de forma geral que visam à promoção, proteção e defesa de direitos à criança e ao adolescente.

4. OBJETIVO

Estabelecer diretrizes e metas de ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o fim de fortalecer as políticas de atendimento a crianças e adolescentes, bem como implementar as políticas de proteção e garantia de direitos, através de políticas integradas e articuladas entre as ações governamentais e não governamentais.

5. DIRETRIZES

- Articular informações e ações com as diversas políticas públicas municipais de atendimento à criança e ao adolescente;
- Incentivar ações de prevenção tais como: a gravidez precoce, combate às drogas, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a violência contra crianças e adolescentes, com ênfase à violência e exploração sexual, dentre outras;
- Estabelecer política de atendimento as criança e adolescentes;
- Buscar articulação com outros Conselhos Municipais;
- Fortalecer a interação dos diversos programas, projetos ou serviços;
- Mobilizar a sociedade civil para participar na formulação e fiscalização das políticas de atendimento as crianças e adolescentes.
- Buscar sensibilizar o poder público e a sociedade civil para maior interesse e envolvimento dos mesmos na garantia da prioridade absoluta a criança e ao adolescente.

6. RESUMO DAS ATRIBUIÇÕES DO CMDCA

Na esfera municipal, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) a deliberação e o controle da execução das políticas públicas locais, assim como das ações desenvolvidas pelas entidades governamentais e não-governamentais no sentido das ações públicas locais (governamentais e da sociedade civil) de promoção, defesa e garantia dos direitos humanos de meninos e meninas, com eficiência, eficácia e pró-atividade. Para cumprir essas funções, o Conselho Municipal atua em diversas frentes, que incluem a realização de algumas ações imprescindíveis: Políticas públicas, controle e participação social.

- Deliberar e acompanhar, monitorar e avaliar as políticas propostas para o município.
- Conhecer a realidade de seu território e elaborar um plano de ação, definindo as prioridades de atuação;
- Propor a elaboração de estudos e pesquisas para promover, subsidiar e dar mais efetividade às políticas públicas;
- Integrar-se com outros órgãos executores de políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente e demais conselhos (como o das pessoas com deficiência; dos direitos da mulher; da promoção da igualdade racial, etc);
- Propor e acompanhar o reordenamento institucional, buscando o funcionamento em rede das estruturas públicas governamentais e das

organizações da sociedade;

- Acompanhar e participar da elaboração, aprovação e execução do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), indicando as modificações necessárias ao alcance dos objetivos das políticas de atenção aos direitos da criança e do adolescente e zelando para que o orçamento público respeite o princípio constitucional da prioridade absoluta;
- Acompanhar o processo de elaboração da legislação municipal relacionada à infância e à adolescência e participar dele, oferecendo apoio e colaborando com o Poder Legislativo.
- "Gerir" o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo a destinação dos recursos por meio de um plano de aplicação e fiscalizando atentamente a respectiva execução;
- Divulgar e promover as políticas e práticas bem sucedidas;
- Difundir junto à sociedade local o conceito da Proteção Integral: a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, pessoas em situação especial de desenvolvimento e com prioridade absoluta nas políticas e no orçamento público;
- Promover e apoiar campanhas educativas sobre os direitos da infância e da juventude.
- Atuar como instância de apoio, no plano local, nos casos de denúncias ou solicitações formuladas por qualquer cidadão ou instituição e também receber e encaminhar aos órgãos competentes as reivindicações, denúncias e reclamações que receber;
- Fomentar a integração do Judiciário, Ministério Público, Defensoria e Segurança Pública na apuração dos casos de denúncias e reclamações – formuladas por qualquer pessoa ou entidade – que versem sobre ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente;
- Registrar as organizações da sociedade civil sediadas em sua base territorial que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art. 90, caput, e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129 do ECA [sobre esse assunto, ver na página xx tópico Do registro das entidades e programas de atendimento];
- Fazer o registro dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias em execução na sua base territorial por entidades governamentais e organizações da sociedade civil;
- Recadastrar as entidades e os programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política traçada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente;
- Regular, organizar e coordenar o processo de escolha dos conselheiros tutelares, seguindo as determinações do Estatuto e da Resolução nº 75/2001 do CONANDA. Esta responsabilidade é atribuída somente ao CMDCA (ECA: artigo 139);
- Instaurar sindicância para apurar eventual falta grave cometida por conselheiro tutelar no exercício de suas funções, observando a legislação municipal pertinente aos processos de sindicância ou administrativo/disciplinar.

7. PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO

Considerando as Conferências Municipais, as discussões em reuniões, as audiências públicas, bem como demanda do município apresentado pela comunidade e os vários setores do município governamentais e não governamentais. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente apresenta a seguir as prioridades de ação referentes ao ano de 2016:

Tabela 01

OBJETIVO	ESTRATÉGIA	PARCEIRO
Incentivar a guarda e adoção e acolhimento familiar	Divulgar a adoção em campanha publicitária através de Outdoor, e realizar palestra sobre adoção Reunião em parceria com o Fórum para articulação e repasse de informações junto à rede de atendimento e comunidade	CMDCA FIA Prefeitura Fórum
Financiar ações, programas/ projetos que tenham o público alvo crianças e adolescentes	Incentivar atividades socioeducativas com orientações voltadas a demanda deste segmento atendendo as prerrogativas do Estatuto da Criança e do Adolescente	CMDCA FIA Prefeitura Poder Público: em especial a Assistência Social, Saúde, educação (Escolas) Entidades privadas não governamentais
Ações do SIMASE	Financiar ações voltados à implementação das Medidas Socioeducativas: capacitação, custeio de ações e material de divulgação em mídia em geral	CMDCA FIA Prefeitura Poder Público: em especial a Assistência Social, Saúde, educação (Escolas) Entidades privadas não governamentais
Qualificar os serviços de atendimento à criança e ao adolescente e seus familiares;	Capacitar e qualificar a rede de atendimento à criança e ao adolescente e seus familiares;	CMDCA FIA Prefeitura Poder Público: em especial a Assistência Social, Saúde, educação (Escolas)

Capacitar continuamente os Conselheiros de Direitos.	Investimento de recursos em projetos abrangendo os temas: fundo, política de atenção a criança e adolescente, legislação, outros, CMDCA/ Organizações, não Governamentais, Captação de recursos FIA, outros.	CMDCA FIA Prefeitura Organizações não Governamentais, Poder Executivo, outros.
Capacitar os Conselheiros Tutelares	Investimento de recursos em projetos abrangendo os temas: fundo, política de atenção à criança e adolescente, legislação, SIPIA, outros.	CMDCA FIA Prefeitura
Incentivar a ampla divulgação dos direitos da criança e do adolescente, bem como dos serviços oferecidos pelo município com ênfase neste segmento.	Investimento em material gráfico, mídia externa e impressa. Exemplos: jornal, rádio, palestras, gincanas e site prefeitura.	CMDCA FIA Prefeitura
Elaborar estudos e diagnósticos do atendimento da criança e do adolescente.	Realizar pesquisas necessárias para a elaboração de diagnóstico, através dos dados fornecidos pela rede de atendimento.	CMDCA FIA Prefeitura Rede de atendimento
Incentivar repasse para o Fundo da Infância e Adolescência - FIA	Promover campanhas de incentivo a dedução de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, através de outdoor e site prefeitura. Realizar contatos com todos os escritórios de contabilidades do município.	CMDCA FIA Prefeitura
Incentivar a participação de crianças e adolescentes nas oficinas pedagógicas	Divulgação ampla dos projetos, serviços e ações ofertadas.	CMDCA Prefeitura Assistência social Entidades privadas Rede de atendimento
Incentivar a participação de crianças e adolescentes nas várias instâncias de deliberação das políticas públicas	Garantir presença em espaços de discussão: CMDCA, fóruns, seminários, conferências entre outras.	CMDCA Prefeitura
Registrar entidades programas, projetos e ações voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes desenvolvidas no município.	Ampliar divulgação do CMDCA e da resolução de inscrição junto aos órgãos afins do município.	CMDCA Entidades governamentais e não governamentais
Planejar e avaliar as atividades do CMDCA	Reuniões no final e início de ano	CMDCA
Elaborar e aprovar Plano de ação e aplicação anualmente	Encaminhar para as comissões pertinentes para estudo e busca das informações necessárias	CMDCA

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Ação apresentado propõe ações norteadoras para auxiliar na organização, planejamento e deliberações das Políticas Públicas de Atendimento à Criança e ao Adolescente no município de Schroeder. Pois é através de ações articuladas entre as políticas públicas, Conselhos e Sociedade Civil que tornam efetivas as prerrogativas do Estatuto da Criança e do Adolescente no que tange a garantia de Direitos.

Schroeder, 19 de abril de 2016.

Teresinha Tomaselli Tecilla
Presidente do CMDCA

REFERÊNCIAS

- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010;
- III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Plano Plurianual - PPA 2014 – 2017;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2016,
- Lei de Orçamento Anual – LOA 2016.

Anexo I

Mapeamento das Políticas Públicas desenvolvidas para crianças e adolescentes no município:

Educação:

Creches e Educação Infantil idade de 0 a 05 anos;
Escolas de Ensino fundamental a partir de 6 anos;
Ensino fundamental a partir do 6º ano e ensino médio Escolas Estaduais;
Ensino médio e Educação de Jovens e Adultos através do SESI (repassa por aluno);
SAEDE - Sistema de Atendimento Educacional Especializado;
APAE – Pessoa com Deficiência - convênio com APAE Jaraguá do Sul (repassa por aluno) e
Técnicos: SENAI e SOCIESC;
AMA – Associação dos Amigos dos Autistas - convênio com AMA Jaraguá do Sul.

Saúde:

Específicos para Crianças e Adolescentes:

Pré-natal, Curso de gestante, Pediatria (consultas), Grupo de Adolescentes em sofrimento psíquico, Exames básicos e ultras som, vacinas e peso (PBF), grupo de puericultura, grupo de apoio a adolescente, Saúde na Escola.

Geral:

Grupo de cuidadores (crianças e adolescentes com deficiência), atendimento: psicológico, fonoaudiólogo, nutricionista, crianças e adolescente com problema de obesidade.

Assistência Social:

Específicos para Criança e Adolescente:

- Benefícios: Kit enxoval e leite integral (caixa e pacote).
- Programa BPC na Escola.

- Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos – SCFV, ofertado pelo CRAS:

1- Crianças de 0 a 06 anos: Dois Grupos Convivendo, Aprendendo Brincando (Itoupava-açu e Centro Norte), total de 24 vagas.

2- Crianças e Adolescentes 6 a 17 anos: Grupo de Skate (Schroeder III e Schroeder I), total de 120 vagas.

Geral:

- Benefícios: Auxílio alimentação c/ kit higiene e limpeza

- Programa Bolsa Família

- Serviço de Proteção Integral a Família - PAIF, ofertado pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, ofertado pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS.

- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (La) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), ofertado pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS.

Cultura:

Banda Municipal, aproximadamente 15 vagas.

Grupo folclórico infanto-juvenil, total de vagas: 40.

Violão clássico, total de vagas, aproximadamente 25 vagas.

Esporte e lazer:

1- Projeto Desporto de Base:

Nº	Modalidade	Faixa etária	Nº Vaga	Localidade	Local
1	Futsal	6 a 17 anos	60	Centro e Schroeder I	Ginásio Município
2	Voleibol	6 a 17 anos	50	Centro e Schroeder I	Ginásio Município

2- PAFS – Projeto Atleta do Futuro de Schroeder - parceria com a ADESC e SESI

Nº	Modalidade	Faixa etária	Nº Vaga	Localidade	Local
1	Revezamento	6 a 17 anos	120	Centro	Ginásio Município
2	Revezamento	6 a 17 anos	120	Schroeder I	Ginásio Município
3	Revezamento	6 a 17 anos	90	Centro Norte	Ginásio EE Luiz Delfino
4	Revezamento	6 a 17 anos	40	Itoupava-açu	Quadra EM Rui Barbosa
5	Revezamento	6 a 17 anos	30	Tomaselli	Ginásio EM Santos Tomaselli
6	Revezamento	6 a 17 anos	45	Schroeder III	Quadra EM Frida Hause

Modalidades de revezamento: Voleibol, basquete, xadrez, tênis de mesa entre outros.

3- Jogos Escolares de Schroeder – JEMS

4- Jogos de Integração do Ensino Médio de Schroeder – JIEMS

5- Campeonato Escolar Moleque Bom de Bola

6- Festival Municipal Escolar

Os eventos escolares envolvem aproximadamente entre 500 a 800 crianças e jovens.

Dados levantados com as Diretorias das Secretarias Municipais de Educação, Cultura Esporte e Lazer; Saúde e Assistência Social em janeiro de 2015.

PORTARIA Nº 6.516/2016, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 6.516/2016, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Josiane Maria Negherbon, com efeitos retroativos a partir de 11 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de abril de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

RESOLUÇÃO Nº 002/2016 - CMDCA

RESOLUÇÃO 002/2016 – CMDCA

Aprova Edital 002/2016 de Convocação das Entidades Não Governamentais e os Adolescentes para Assembleia de Escolha de Conselheiros Municipais de Schroeder.

O Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente do Município de Schroeder -CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei 2.097 de 1º de abril de 2015, e

Considerando a data final do mandado vigente deste Conselho, dia 10 de junho de 2016;

Considerando a ata nº 03 de dezenove de abril de dois mil e dezesseis;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o edital 002/2016 de Convocação das Entidades Não Governamentais e os Adolescentes para Assembleia de Escolha de Conselheiros Municipais de Schroeder.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 19 de abril de 2016.

Teresinha Tomaselli Tecilla
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 003/2016 - CMDCA

RESOLUÇÃO 003/2016 – CMDCA

Aprova o Plano de Ação e Aplicação para o ano de 2016.

O Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente do Município de Schroeder -CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei 2.097 de 1º de abril de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o Plano de Ação e Aplicação que dispõe sobre as diretrizes, metas e recursos para a área do atendimento à Criança e Adolescente para o ano de 2016.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 19 de abril de 2016.

Teresinha Tomaselli Tecilla
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 27/2016-PMS

Página: 1/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2016

Número do Registro de Preços: 18/2016 Data do Registro: 19/04/2016 Válido até: 19/04/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito d

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	BOLOS DOCES DIVERSOS FATIADOS EM FORMA DE 40x60CM (tipos de bolos: nega maluca; toalha leipuda; bolo de alpim com coco; bolo de amendoim; bolo de cenoura; etc.).	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	42,0000	1
2	Café pronto sem açúcar, servido em garrafa térmica.	LT	RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	42,3660	2
3	Cuca no tamanho mínimo 40x60cm, com cobertura de banana com farofa, abacaxi ou morango.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	36,0100	1
4	Leite integral longa vida fervido, servido em garrafa térmica.	LT	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	2,9200	1
5	LUVA DE MEL (mini sorrito recheado com creme de baunilha envolto com coco ralado) COM NO MÍNIMO 30GR	UN	RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	2,9301	2
6	MINI FOLHADOS (frango, presunto com tomate e cebola, presunto e queijo) COM NO MÍNIMO 25G CADA	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	0,6100	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	0,6311	2

Página: 2/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2016

Número do Registro de Preços: 18/2016		Data do Registro: 19/04/2016		Válido até: 19/04/2017		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito d	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	MINI PÃO DE QUELHO COM NO MÍNIMO 25 G CADA	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	0,5200	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	0,5409	2
8	MINI SALGADINHOS (risoles de frango, risoles de palmito, risoles de carne, coxinha de frango, bolinha de queijo, pastezinhos de frango e pastezinhos de carne)	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	0,4800	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	0,4959	2
9	Mini sanduíches com patê de frango, alface, cenoura e queijo.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	0,8300	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	0,8565	2
10	PÃO CASEIRO FATIADO (NO MÍNIMO 17 FATIAS) C/ PRESUNTO E QUELHO	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	24,5600	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	25,2437	2
11	Pão caseiro fatiado (no mínimo 17 fatias) com patê de frango.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	24,5600	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	25,2437	2
12	Pão caseiro fatiado (no mínimo 17 fatias) c/presunto e queijo	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	24,5600	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	25,2437	2
13	Refrigerante sabor coca em embalagem pet com no mínimo 2 litros.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	5,9200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2016

Página: 3/9

Número do Registro de Preços: 18/2016		Data do Registro: 19/04/2016		Válido até: 19/04/2017		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito d	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	6,0855	2
14	REFRIGERANTE SABORES DIVERSOS EM EMBALAGEM PET COM NO MÍNIMO 2 LIT	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	5,4800	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	5,6348	2
15	Sanduíche integral de patê de frango. Deve conter: duas fatias de pão integral, com casca fina, madá e grande quantidade de miolo, com peso médio de 25g por fatia; patê de frango preparado com os seguintes ingredientes: frango cozido e desfiado, maionese, cenoura ralada e tomate em cubos; podendo conter outras hortaliças. O frango deve ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, não deve ter consistência pegajosa, deve ser isento de manchas, sujidades e parasitas. O frango utilizado deve ter Certificado de Inspeção Sanitária. O pão deve ser fabricado com matérias primas de primeira qualidade, isento de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso total médio do lanche: 90 a 100g/ unidade	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	2,4500	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	2,5244	2
16	Sanduíche integral de queijo, presunto, alface e tomate. Deve conter: duas fatias de pão integral, com casca fina, madá e grande quantidade de miolo, com peso médio de 25g por fatia; uma fatia de queijo tipo "minas frescal" com peso médio de 30g; uma fatia de presunto suino cozido com peso médio de 30g, sem capa de gordura, com no máximo 1g de gordura total por fatia; alface o suficiente para cobrir toda uma fatia do pão; 2 rodajas de tomate. O queijo e o presunto devem ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, não devem ter consistência pegajosa, devem ser isentos de manchas esverdeadas, sujidades, parasitas e larvas. O queijo e o presunto utilizados devem ter Certificado de Inspeção Sanitária. O pão deve ser fabricado com matérias primas de primeira qualidade, isentos de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido. A alface e o tomate devem estar livres de defeitos e de apodrecimento, ausentes de sujidades, enfermidades, insetos, parasitas e larvas, com aroma, sabor e cor próprios da espécie e variedade. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso total médio do lanche: 150g/ unidade.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	2,4500	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	2,5244	2

Página: 4/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2016

Número do Registro de Preços: 18/2016		Data do Registro: 19/04/2016		Válido até: 19/04/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

17	Salada de frutas com canela. Deve conter, no mínimo três tipos de frutas diferentes, cortadas em cubos ou rodela, sem adição de açúcar ou outro adoçante natural ou artificial, polvilhadas com canela em pó, sendo que neste último ingrediente também não deve haver adição de açúcar. As frutas devem ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, devem ser isentas de sujidades, parasitas e larvas. A salada de frutas deve vir em embalagem plástica fechada, peso líquido: 80g.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,4900	1
18	Pastelão de verduras com farinha de trigo, fermento químico, sal, óleo soja, água, cenoura, brócolis, chuchu.	KG	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	19,2900	1
19	Pastelão de frango e milho verde com farinha de trigo, fermento químico, sal, óleo soja e água.	KG	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	21,0500	1
20	Mini cachorro quente com pão integral, com meia salsicha de frango pronto para servir, com no mínimo 50 gr.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,4900	1
21	Barra de cereal com os seguintes ingredientes: flocos de arroz, aveia em flocos, sementes de gergelim e água, podendo conter frutas secas, tais como castanha, banana ou uva passas, isento de açúcar ou outro adoçante, 25gr.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,4900	1
22	Café pronto sem açúcar ou outros adoçantes naturais ou artificiais, servido em garrafa térmica, 1 litro.	LT	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	4,9100	1

Página: 5/9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2016

Número do Registro de Preços: 18/2016		Data do Registro: 19/04/2016		Válido até: 19/04/2017		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito d	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	5,0487	2
23	Leite semi desnatado longa vida fervido, servido em garrafa térmica. 1 litro.	LT	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	3,1500	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	3,2456	2
24	Suco de frutas natural em caixa. Deve estar dentro do prazo de validade. Peso líquido: 1 litro.	CX	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	5,4800	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	5,6348	2
25	Gelo em cubo pacote de 1 kg.	PCT	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,7100	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	1,7580	2
26	Adoçante dietético líquido. 100 ml.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	3,0700	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	3,1555	2
27	Água mineral sem gás. 1 Litro.	LT	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	2,1900	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	2,2539	2
28	Mini cachorro quente com pão com pão normal, com maia salada pronta para servir, com no mínimo 50 gr.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,4900	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	1,5327	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2016

Página: 6/9

Número do Registro de Preços: 18/2016			Data do Registro: 19/04/2016		Válido até: 19/04/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades. Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Suco de uva tinto, sem adição de açúcar sem conservantes, não fermentado , não alcoólico, 4,5 Litros	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	44,2900	1
30	Sanduíche 7 grãos de patê de frango com alicao. Deve conter: 1 pão com farinha "7 grãos" em formato cilíndrico/hamburguer com 8 cm de diâmetro aproximadamente, com casca fina, macia e grande quantidade de miolo, com peso médio de 50g; patê de frango preparado com os seguintes ingredientes: frango cozido e desfiado, maionese, cenoura ralada e tomate em cubos, podendo conter outras hortaliças. O frango deve ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, não deve ter consistência pegajosa, deve ser isento de manchas, sujidades e parasitas. O frango utilizado deve ter Certificado de Inspeção Sanitária. O pão deve ser fabricado com matérias-primas de primeira qualidade, isento de matéria terrosa, parasitas e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido. Deve conter também: 1/2 folha de alicao. A alicao deve estar livre de defeitos e de apodrecimentos, ausente de sujidades, enfermidades, insetos, parasitas e larvas, com aroma, sabor e cor próprios da espécie e variedade. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso médio do lanche: 90 a 100g/unidade.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,9700	1
31	Quica com cobertura de banana ou morango com farofa e chia. Deve conter: farinha "7 grãos", farinha de trigo, açúcar, óleo soja, leite, margarina vegetal, ovos, baunilha, fermento biológico, banana ou morango in natura e chia. As frutas utilizadas devem ser maduras, ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, devem ser isentas de sujidades, parasitas e larvas. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso médio da fatia: 90 a 100g/fatia e medida de 10cm x 5cm.	FATIA	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	1,0900	1
32	Sopa integral com lentilha e recheio de legumes. A massa deve ser feita com farinha "7 grãos", farinha de trigo, açúcar, amido de milho, margarina vegetal, ovos, sal, fermento químico, água e lentilha. O recheio será de legumes variados. As verduras devem ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isentos de sujidades, parasitas e larvas. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso médio do lanche: 85g/unidade.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	2,4100	1
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	2,0285	2
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	1,1270	2
			RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)		0	2,4793	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 18/2016

Número do Registro de Preços: 18/2016		Data do Registro: 19/04/2016		Válido até: 19/04/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	Folhado integral com chia e recheio de frango. A massa deve ser feita com farinha de trigo, margarina vegetal, sal, fermento biológico, água e chia. O frango deve ter aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, não deve ter consistência pegajosa, deve ser isento de manchas, sujidades e parasitas. O frango utilizado deve ter Certificado de Inspeção Sanitária. Todos os ingredientes devem estar dentro do prazo de validade. Peso médio do lanche: 75g/unidade.	UN	PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP (8787)		0	2,4100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2016

RFM SCHERER LTDA - EPP (13329)	0	2,4793	2
--------------------------------	---	--------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2016

Página: 9/9

Número do Registro de Preços: 18/2016		Data do Registro: 19/04/2016		Válido até: 19/04/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016

PROCESSO Nº 52/2016

(8787) - PADARIA E CONFEITARIA FLOHR LTDA - EPP

(13329) - RFM SCHERER LTDA - EPP

Schroeder, 19 de Abril de 2016.

ATA TOMADA DE PREÇOS 03/2016-FMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2016 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 18/2016 Data do Processo: 28/03/2016
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 13/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

prestador de serviço para atendimento fisioterapêutico (do Grupo 03 - Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde) para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Municipal de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA. - ME devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial a empresa FISIOMED FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO MÉDICA SS LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA. - ME, está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O representante da empresa FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA. - ME não está presente na sessão. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA. - ME e FISIOMED FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO MÉDICA SS LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA. - ME e FISIOMED FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO MÉDICA SS LTDA., apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 28 de abril de 2016, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 29 de abril de 2016, às 13h30min para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata às empresas participantes.

Schroeder, 19 de Abril de 2016

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Eloir José Wendt	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Natália Kersten Brummiller	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JERRI LUCIANO KLABUNDE	- - Representante
NÁDIA CRSITIANE HEFTER TAMBOSI	- - Setor Solicitante

DISPENSA Nº 13/2016-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 13/2016 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 27/2016
Data: 19/04/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**Código:** 7244**Endereço:** R SAMUEL KRUCHIM,200 - VILA NOAL**Cidade:** SANTA MARIA - RS**CNPJ:** 94.894.169/0001-86**Inscrição Estadual:** 109/0177736**Objeto da Compra:** Aquisição de medicamento destinado a atender a Ação ordinária sob nº 0302674-29.2015.8.24.0026 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	4,00	ARISTAB ARIPIPAZOL 10MG	CX	382,45	1.529,80

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Paciente portadora de transtorno Bipolar - CID 10: F31.

Schroeder, 19 de Abril de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 13/2016 - DL**Processo Nr.:** 27/2016
Data: 19/04/2016

Folha: 2/2

18/4/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 18 de Abril de 2016

Valor da Despesa:

1.529,80 (um mil quinhentos e vinte e nove reais e oitenta centavos)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA Nº 14/2016-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 14/2016 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 29/2016
Data: 19/04/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: GENESIO A MENDES & CIA LTDA**Código:** 6426**Endereço:** R SAO LUIZ, 127, GALPAO K**Cidade:** Tubarão - SC**CNPJ:** 82.873.068/0001-40**Inscrição Estadual:** 250.064.111**Objeto da Compra:** Aquisição de medicamento destinado a atender a Ação Civil Pública nº 0900036-37.2016.8.24.0026 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	10,00	CIPROTERONA 100MG CAIXA COM 20 COMPRIMIDOS	CX	223,30	2.233,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Paciente portador de "adenocarcinoma de Próstata (CID -10 C.62)".

Schroeder, 19 de Abril de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 14/2016 - DL**Processo Nr.:** 29/2016
Data: 19/04/2016

Folha: 2/2

19/4/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 19 de Abril de 2016

Valor da Despesa:

2.233,00 (dois mil duzentos e trinta e três reais)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

Serra Alta

PREFEITURA

ATA LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016

ATA DA LICITAÇÃO DESERTA REFERENTE
AO EDITAL Nº 15/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

No dia dezenove do mês de abril do ano de 2016, às nove horas, reuniu-se a Comissão de Pregão designada pelo Decreto Municipal 078/2015 de 09/04/2015, formada por VANDERLI RUI DE GASPARI (Pregoeiro), e equipe de apoio formada por CARLOS ALBERTO BENVENUTTI, SIMONE VIVAN E PEDRO MENEGAT, na sala de reuniões da Secretaria de Administração, para análise e julgamento de propostas referentes ao Processo de Licitação nº 015/2016 – PREGÃO PRESENCIAL, tendo como objeto a Aquisição de RETRO-ESCAVADEIRA objetivando a renovação da frota dos equipamentos rodoviários para a manutenção de estradas vicinais para o escoamento de águas pluviais, contenção de erosão, abertura de valas p/ manutenção das redes de água e esgoto e, demais serviços que fizeram necessários. O intuito da municipalidade com a aquisição de tal equipamento é proporcionar melhorias nos serviços públicos municipais, agindo com maior brevidade e eficiência no atendimento das reivindicações dos municípios. No horário preestabelecido, a Equipe de Apoio iniciou os procedimentos de credenciamento dos representantes das empresas interessadas em participar deste certame. No entanto, até a hora previamente designada para o início da sessão NÃO HOUVE COMPARECIMENTO de qualquer empresa, diante desse fato o Pregoeiro declarou DESERTO O PREGÃO EM EPÍGRAFE. Nesse sentido, devido a importância da Aquisição do Equipamento Rodoviário, o pregoeiro e o Prefeito Municipal Francisco Artur Both, no uso de suas atribuições legais, determinaram a PRORROGAÇÃO DO CERTAME com nova data a ser publicada no Diário Oficial dos Municípios, Site desta Municipalidade e em Jornal de Circulação Regional, passando a ser a ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ ÀS 08:30 HORAS DO DIA 05 DE MAIO DE 2016 E A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ ÀS 09:00 HORAS DO DIA 05 DE MAIO DE 2016, no mesmo local e nos termos do instrumento convocatório. Após este ato o Pregoeiro deu por encerrados os trabalhos da reunião, nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão que vai assinada pelo Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio.

VANDERLI RUI DE GASPARI
Pregoeiro

Membros da Equipe de Apoio

CARLOS ALBERTO BENVENUTTI
SIMONE VIVAN
PEDRO A. MENEGAT

EXTRATO PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
AVISO PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016
Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de uma RETROESCAVADEIRA nova, tração 4x4, objetivando a renovação da frota dos equipamentos rodoviários para a manutenção das estradas vicinais para o escoamento de águas pluviais, contenção de erosão, abertura de valas para manutenção das redes de água e esgoto e, demais serviços que se fizeram necessários atendendo a demanda dos serviços prestados aos municípios serraltenses por intermédio das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Prorrogado a Entrega dos Envelopes para: 08:30 horas do dia 05 de Maio de 2016.

Prorrogado a Abertura dos Envelopes para: 09:00 horas do dia 05 de Maio de 2016.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA/SC, 19 de abril de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 019/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
AVISO DE LICITAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 019/2016
Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: EXECUÇÃO DA 2ª ETAPA DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA NA LATERAL ESQUERDA DA RODOVIA SC-160 - TRECHO NORTE, numa largura total de 2,60 metros com extensão de 734,39m, a ser executada no Acesso ao Município de Serra Alta. A obra compreende uma área total de 1.909,41m². O objetivo é dispor de uma infraestrutura de circulação para as bicicletas, oferecendo mais segurança e conforto aos ciclistas e aos pedestres que fazem suas caminhadas.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 09 de Maio de 2016.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 09 de Maio de 2016.

O Edital e seus anexos se encontram disponíveis no site da Prefeitura www.serraalta.sc.gov.br ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 20 de abril de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL

Sombrio

PREFEITURA

DEC 128/2016

DECRETO Nº. 128 DE 01 DE ABRIL DE 2016.

"CONFIRMA FERIADO NACIONAL DE TIRADENTES E DECRETA PONTO FACULTATIVO QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990, e

Considerando que a Portaria nº. 630, de 31 de dezembro de 2015, do Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que "Considera feriado Nacional o dia 21 de abril de 2016, data comemorativa a Tiradentes:

DECRETA:

Art. 1º. Fica confirmado o feriado de "Tiradentes" no Município de Sombrio, o dia 21 de abril (quinta Feira).

Art. 2º. Fica estabelecido Ponto Facultativo na repartições públicas do Município de Sombrio – SC, no dia 22 de abril de 2016 (sexta feira), após o feriado de Tiradentes.

Parágrafo Único. O atendimento dos serviços públicos e atividades consideradas essenciais de coleta de lixo, vigilância e SAMAE, nas datas mencionadas nos Artigos 1º e 2º do presente Decreto, deverá ser garantido pelos órgãos da administração municipal, por intermédio de escalas de serviços ou plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de abril de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 129/2016

DECRETO Nº 129, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 259.908,97 (duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e oito reais e noventa e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00.0080(27) - Aplicações Diretas

R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0621(208)

- Aplicações

Diretas

..... R\$ 159.908,97

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 80 e 621

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de abril de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC. 130/2016

DECRETO Nº 130, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 7.235,00 (sete mil, duzentos e trinta e cinco reais), na seguinte dotação orçamentária:

02.01 - SECRET. DE ADMINIST. E PLANEJAMENTO

2.005 - Contribuição a Entidades Municipalistas

3.3.50.00.00.00.00.00.0080(9)

- Aplicações

Diretas

..... R\$ 7.235,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de abril de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

PORTARIA 08/2016

PORTARIA SAMAE N. 08/2016 01 de Abril de 2016.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder férias de 20 dias, a servidor AMARILDO S. ALEXANDRE, relativo ao período aquisitivo 02.01.2014 a 01.01.2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias será de 01 a 20 de fevereiro de 2016.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 01 de Abril de 2016.

Amarildo Scursel Alexandre
Diretor do SAMAE

Timbó

PREFEITURA

ATA DECISÃO HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N.º 19 2016 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 19/2016 - PMT

Às onze horas, do décimo nono dia, do mês de abril de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser para julgamento da Habilitação da Tomada de Preço nº 19/2016 – PMT.

Do parecer contábil emitido pela contadora, sobre o item 7.1.4 (Qualificação Econômico-financeira) do Edital, verificou-se que as todas as empresas licitantes atenderam aos requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

Nesse sentido, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e parecer técnico dos Engenheiros Civis e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação das empresas PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intímem-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro

DECISÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 87 2015 PMT - ITEM 47 MMOBILE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

DECISÃO

Assunto: Edital de Pregão Presencial n. 87/2015 – Cancelamento item 47

RELATÓRIO:

Trata-se de requerimento apresentado pela empresa M. Móble Eireli, através do qual solicita o cancelamento do "item 47 – Naftalina" da ata de Registro de Preços de fls. 1.136/1.144 vinculada ao Edital de Pregão Presencial n. 87/2015.

Ampara seu pleito sob argumento de que houve equívoco tanto por parte da empresa quanto da Administração Municipal, visto que o item 47 mencionava 'naftalina' – cada caixa deve conter 30 pacotes de 30 g', contudo, o preço de referência e o preço cotado pela empresa referem-se ao valor unitário de cada pacote.

A fim de comprovar suas alegações, a empresa anexou ao requerimento cópia de Nota Fiscal demonstrando que a caixa com 30 pacotes possui o valor de R\$ 15,00 mais impostos, ultrapassando, em muito, o valor registrado de 0,90 (noventa centavos) por unidade.

Diante do exposto, roga pela compreensão da Administração Municipal a fim de que não lhe sejam aplicadas as penalidades previstas pelo Edital, uma vez que o pedido de cancelamento decorre de equívoco do Município ao fixar o preço de referência do item, o que deixou de ser observado pela empresa quando da apresentação de sua proposta.

Este, na síntese necessária, é o relatório, passo a fundamentar a decisão:

Vistos e examinados os autos, constata-se que a M. Móble Eirelli restou vencedora do Procedimento de Licitação – Pregão Presencial n. 87/2015 nos itens 11, 47, 60, 88, 91 e 94, vindo a firmar com o Município de Timbó a respectiva Ata de Registro de Preços de fls. 1.136/1.144.

Vislumbra-se da proposta apresentada que a M. Móble Eirelli comprometeu-se a fornecer os itens de acordo com as condições previstas no Edital de Pregão Presencial n. 87/2015 bem como a cumprir os cronogramas de entrega predeterminados.

Entretanto, conforme informado pela empresa, não será possível a entrega da 'naftalina' correspondente ao item 47 da Ata de Registro de Preços de fls. 1.136/1.144, em virtude do equívoco na cotação do valor do referido item.

Apesar da descrição do produto informar que se trata de 07 caixas de naftalina, sendo que cada caixa deve conter 30 pacotes de 30 g, tanto o valor de referência informado pelo Município, quanto a proposta apresentada pela empresa, cotaram o valor unitário de cada pacote de 30 g.

Desta forma, resta impossibilitada a empresa de fornecer as 7 caixas com 30 pacotes de 30 g pelo valor registrado de R\$ 0,90 (noventa centavos) por caixa.

No intuito de evitar eventual prejuízo às secretarias que necessitam do referido item, a municipalidade procedeu à verificação dos preços cotados pelas demais empresas participantes do certame, porém, constatou-se que, do mesmo modo que a M. Móble Eirelli, todas apresentaram propostas com valor unitário de pacote com 30 gramas, diferente do que estabelecia o edital para o respectivo item.

Evidencia-se que o equívoco teve início antes da publicação do Edital n. 87/2015, ainda na fase de recebimento dos orçamentos, eis que o setor responsável não percebeu o erro na cotação realizada pelas empresas consultadas, descartando os únicos orçamentos que correspondiam, de fato, à caixa com 30 pacotes de 30 g, por serem considerados altos.

Tratando-se de descumprimento motivado, não se vislumbra a

hipótese de aplicação das penalidades previstas pelo Edital de Pregão Presencial n. 87/2015.

Desta forma, configura-se a imprescindibilidade de cancelamento do item 47 da Ata de Registro de Preços de fls. 1.136/1.144, correspondente ao produto 'naftalina – cada caixa deve conter 30 pacotes de 30g'.

DECISÃO:

Diante do exposto, considerando a plausibilidade da justificativa apresentada pela empresa M. Móbile Eirelli, determino o CANCELAMENTO do item 47 constante da Ata de Registro de Preços de fls. 1.136/1.144 concernente ao produto 'naftalina – cada caixa deve conter 30 pacotes de 30g'.

Registre-se, Publique-se e Intime-se a empresa M. Móbile Eirelli acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Timbó, 18 de abril de 2016.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO DE DECISÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

EXTRATO DE DECISÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O Departamento de Vigilância Sanitária, através da sua autoridade superior, faz publicar as penalidades aplicadas aos infratores da legislação sanitária, na forma do Art. 70 da Lei Estadual nº 6.320/83, Art. 69 do Decreto Estadual nº 23.663/84 e Art. 93, 104 da Lei Complementar Municipal 466/2015, para que surta seus efeitos jurídicos, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL do Processo Administrativo Sanitário.

INFRATOR: Roselene Weigmann Picolli
CNPJ/CPF: 04.884.759/0001-35
Processo: 43/15
Auto de Imposição de Penalidade (AIP) Nº: 33626900688/16
Penalidade: Advertência

INFRATOR: Pão e Doces Caseiros Dois Irmãos
CNPJ/CPF: 79.852.646/0001-57
Processo: 45/15
Auto de Imposição de Penalidade (AIP) Nº: 33626900687/16
Penalidade: Advertência

INFRATOR: Posto Alexandre LTDA
CNPJ/CPF: 95.801.668/0002-25
Processo: 48/15
Auto de Imposição de Penalidade (AIP) Nº: 33626900686/16
Penalidade: multa no valor de R\$ 1.609,23 (mil seiscentos e nove reais e oitenta e cinco centavos)

ALFREDO JOÃO BERRI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO - PREGÃO Nº 28.2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2015

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADA: Gente Seguradora S/A

OBJETO: O prazo de vigência das Apólices vinculadas ao Pregão Presencial n. 28/2015 PMT fica prorrogado até 09/04/2017. O objeto do Edital de Pregão Presencial n. 28/2015 PMT, considerando os valores e demais condições da planilha de acréscimo e de supressão, Memorando Patrimônio n. 15/2016 e Informativo anexos, fica suprimido em R\$ 3.460,00 (três mil, quatrocentos e sessenta reais) e acrescido em R\$ 4.865,42 (quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

O valor total das Apólices vinculadas ao Pregão Presencial n. 28/2015 PMT passa de R\$ 111.406,58 para R\$ 112.812,00.

DATA DA ASSINATURA: 07/04/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2014

DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS EM EDITAL

Relatório:

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a responsabilidade da empresa I. SILVEIRA E CIA LTDA, pela prática de infração administrativa decorrente do descumprimento de obrigação prevista no Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço nº 125/2014, especialmente no que tange a não instalação e entrega incompleta dos produtos para os quais restou vencedora. Conforme consta dos autos, a empresa pactuou com o Município que forneceria um parque infantil objeto do Edital de Registro de Preço nº 125/2014, consoante Ordem de Compra nº 4965/2014 emitida na data de 06/11/2014.

A empresa realizou a entrega dos produtos solicitados em dezembro de 2014, ocasião na qual acordou com a Secretaria de Educação que a instalação se daria no início de 2015, após o término das férias escolares.

Contudo, no período em que deveria instalar o parque ocorreram muitas chuvas e a empresa I. SILVEIRA E CIA LTDA postergou a instalação. Após esse intervalo de tempo, a Secretaria de Educação do Município de Timbó por diversas vezes entrou em contato com a empresa, através do seu sócio gerente Sr. Silvestre Cordon, tentando agendar a instalação do parque, porém a empresa sempre apresentava escusas para não cumprir com a obrigação.

Esgotadas as tentativas de acordo, instaurou-se o presente processo administrativo, a empresa notificada por e-mail no dia 08/02/2016 e via AR na data de 10/02/2016, apresentou suas razões de defesa na data de 29/02/2016, alegando que o descumprimento ocorreu porque no momento da entrega não havia lugar definido para a instalação do parque, e que só foi informada do mesmo no final de 2015, informou ainda que o parque foi entregue incompleto pela transportadora, requerendo o prazo de 15 dias para finalizar a entrega e realizar a instalação.

Considerando o atraso da empresa, determinou-se a imediata instalação do parque, sob pena de ensejar na contratação de empresa

terceirizada para promover a instalação e fornecer as peças que faltam, sendo o custo total repassado para a Notificada, além das penalidades previstas no Edital, na Ata de Registro de Preços e na lei 8.666/1993.

A empresa não apresentou resposta ou defesa à decisão interlocutória encaminhada, tampouco promoveu a instalação do parque. Desta forma, em 15/03/2016 o Município de Timbó encaminhou e-mail para a empresa, informando que diante dos fatos acima relatados seria dada a continuidade do processo administrativo instaurado com a contratação de empresa terceirizada para instalar o parque e aplicação de penalidade.

Sendo este, em suma, o relatório, passamos a fundamentar nossa Decisão.

Vistos e examinados os autos do presente procedimento instaurado, constata-se que não há dúvidas acerca do descumprimento, estando sob análise a justificativa apresentada pela empresa para tanto, qual seja, de que a empresa não sabia que o local para a instalação do parque estava pronto e que devido a falta de peças a empresa não pode montar o parque.

Todavia, com o devido respeito a idiosincrasia da empresa, tal fato não está demonstrado nos autos, ao revés, o que está evidenciado é o completo desrespeito ao pactuado, pois não restou evidenciado nos autos motivo plausível para o descumprimento ocorrido, e tal justificativa somente surgiu após inúmeras tentativas da administração em obter a entrega dos produtos contratados.

Consoante infere-se nos autos, a ordem de compra nº 4965/2014 foi recebida pela empresa na data de 06/11/2014, impondo a empresa o prazo máximo de entrega e instalação a data de 30/12/2014, isso de acordo com o item 11.1 do Edital:

11.1 - O objeto deverá ser entregue e instalado mediante apresentação da ordem de compra emitida pelo Setor de Compras. A entrega deverá ser efetuada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias consecutivos a partir do recebimento da ordem de compra. Todavia, mediante o término do ano letivo, acordou-se com a empresa que a instalação se daria no início do ano de 2015, porém, apesar das inúmeras tentativas da Secretaria da Educação a empresa não cumpriu o pactuado, apresentando escusas para adiar a instalação.

Ressalta-se que, consoante a nota fiscal nº 625 a Prefeitura Municipal de Timbó realizou o pagamento integral do parque no valor de R\$ 31.991,00 (trinta e um mil novecentos e noventa e um reais), valor esse que abrangeria todas as peças e a instalação, de acordo com o licitado no edital de Pregão Presencial 125/2014.

Com o fim de dar continuidade ao processo administrativo instaurado o Município de Timbó contatou empresas terceirizadas para orçar o término do serviço, dessa forma verificou-se que a empresa I. SILVEIRA E CIA LTDA ME deixou de entregar as seguintes peças:

- 1 Conjunto de balanços de 2 assentos com correntes;
- 6 Coberturas em plástico rotomoldado;
- 1 Escorregador duplo;
- 1 Seção de saída de tobogã;
- 2 Escorregadores retos;
- 3 Fechamentos de segurança;
- 1 Deck auxiliar para fixação do escorregador caracol;
- 1 Almofada para fixação do tobogã na torre.

De acordo com os orçamentos apresentados, as peças que faltam juntamente com a mão de obra necessária para realizar a instalação do parque resultam num prejuízo para a municipalidade de até R\$ 15.780,00 (quinze mil setecentos e oitenta reais).

O Município de Timbó ainda tentou por diversas vezes entrar em contato com a empresa, porém não obteve resposta.

Destaca-se a entrega parcial do material prejudica o cumprimento do objeto integralmente, considerando que não há como instalar o parque apenas com as peças entregues, sendo necessário adquirir as peças que faltam, além de todos os parafusos e insumos essenciais para a montagem, bem como a contratação de mão de obra especializada.

Diante do exposto, considerando que houve prática de infração

administrativa às obrigações assumidas no Edital de Pregão Presencial nº 125/2014, imputando ao município a necessidade de instauração de procedimento administrativo para solução do problema; buscando zelar pelo cumprimento correto das obrigações dos editais de licitação, para que não ocorram novamente os mesmos erros quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, determina-se:

a) Que a empresa I. SILVEIRA & CIA LTDA recolha o material entregue no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cientificando a empresa que, após esse prazo o Município de Timbó não se responsabilizará pelo armazenamento do mesmo;

b) A imediata devolução do valor pago pela Prefeitura Municipal de Timbó à empresa I. SILVEIRA & CIA LTDA atualizado monetariamente, resultando atualmente na importância de R\$ 36.728,74 (trinta e seis mil setecentos e vinte e oito reais e setenta e quatro centavos), ressalta-se que a não devolução do valor pago por esta municipalidade ensejará na cobrança via judicial.

c) A instauração de novo procedimento licitatório afim de adquirir o objeto do Pregão Presencial nº 125/2014 PMT;

d) A aplicação da penalidade estabelecida no item 12.1, "c" do Edital e artigo 87, II, da Lei n.º 8.666/93, Multa no percentual de 10% sobre o valor do objeto, resultando na importância de R\$ 3.199,10 (três mil cento e noventa e nove reais e dez centavos), destaca-se que o não pagamento da multa aplicada poderá ensejar na inscrição da empresa em dívida ativa e eventual cobrança judicial.

e) A da penalidade estabelecida no item 12.1, "d" Edital e artigo 87, inciso III, da Lei n.º 8.666/93, qual seja, Suspensão do Direito de licitar com a Administração Municipal pelo prazo de 2 (dois anos), em virtude do descumprimento das obrigações assumidas.

f) A instauração de Processo Administrativo de Declaração de Inidoneidade para Contratar ou Licitar com a Administração Pública face à empresa I. SILVEIRA & CIA LTDA, conforme o previsto no item 12.1 do Edital e artigo 87, inciso IV da Lei 8.666/93.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 13 de abril de 2016.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário da Educação

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS EM EDITAL

Relatório:

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a responsabilidade da empresa PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pela prática de infração administrativa decorrente do descumprimento de obrigação prevista no Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço nº 34/2014, especialmente no que tange a não entrega dos produtos para os quais restou vencedora.

Conforme consta dos autos, a empresa pactuou com o município que forneceria medicamentos para os quais restou vencedora no Edital de Registro de Preço 34/2014, na data de 04/01/2016 foi emitida a Ordem de Compra nº 153/2016 requerendo o fornecimento dos medicamentos correspondentes aos itens nº 90 e 135 do Edital. A empresa realizou a entrega apenas do medicamento LOSARTANO POTÁSSICO 50MG (item 135), deixando de proceder a entrega do medicamento FENITOÍNA (SAL SÓDICO) 100MG (item 90).

A empresa Notificada não apresentou previsão para realizar a entrega do produto solicitado, tampouco justificou o não cumprimento para a Secretaria de Saúde do Município de Timbó.

De acordo com o item nº 11.1 do Edital "A entrega dos produtos

deverá ser realizada mediante apresentação da Ordem de Compra emitida pelo setor de Compras, bem como, deverá ser efetuada no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos a partir do recebimento da Ordem de Compra.”

Em 14/03/2016, após tentativas pelo setor de compras da Secretaria da Saúde para obter os medicamentos solicitados, foi instaurado o presente procedimento, notificando a empresa acerca do fato e da sujeição as sanções decorrentes do descumprimento da obrigação contratual/editalícia.

Na data de 22/03/2016 a empresa Notificada apresentou suas razões de defesa, onde alega que não entregou o medicamento FENITOÍNA 100MG por motivo de força maior, tendo em vista que a fabricação do produto está suspensa no laboratório responsável e, portanto não pode ser penalizada, posto que o descumprimento não ocorreu por ingerência ou negligência de sua parte. Ao final requereu o cancelamento/desclassificação do item 90, alegando impossibilidade para empresa em adquirir o medicamento.

Sendo este, em suma, o relatório, passamos a fundamentar nossa Decisão.

Vistos e examinados os autos do presente procedimento instaurado, constata-se que não há dúvidas acerca do descumprimento do pactuado para a entrega dos medicamentos, estando sob análise a justificativa apresentada pela empresa para tanto, qual seja, de que o descumprimento se deu por motivo de força maior, tendo em vista a suspensão da fabricação do produto.

Com a finalidade de comprovar o alegado, a empresa Notificada apresentou declaração do Laboratório Teuto Brasileiro S/A, responsável pela fabricação do produto, emitida em 13/08/2015, informando a suspensão da produção do medicamento:

“Informamos que a produção dos medicamentos FENITOÍNA 100MG (C1) COMP C/100 e FENITOÍNA SOD 50MG/ML (C1) SOLINJ C/72 GEN está suspensa devido ao indeferimento do Boas Práticas de Fabricação da empresa Sinbiotik, fornecedora da matéria prima necessária para a fabricação destes produtos.”

Sendo assim, verifica-se a dificuldade da empresa Notificada em entregar o produto, considerando que o mesmo teve a sua fabricação suspensa.

Contudo, observando a data do comunicado emitido pelo Laboratório Teuto Brasileiro S/A, constata-se que a fabricação do item nº 90 encontra-se suspensa desde agosto de 2015, ou seja, a Notificada teve o período de 7 meses para encontrar outro fabricante ou informar a Secretaria de Saúde do Município acerca da possibilidade de não efetuar a entrega do produto para o qual restou vencedora, porém a empresa não apresentou tal justificativa quando recebeu a ordem de compra do Município.

O item 18.1 do Edital define que a empresa vencedora do certame pode solicitar o cancelamento do item quando comprovada a impossibilidade de cumprir com as exigências da ata por ocorrência de caso fortuito ou força maior, porém, a Notificada apenas apresentou o pedido de cancelamento do item após a instauração do presente processo administrativo.

Verifica-se assim que a Notificada prejudicou o Município ao apresentar o pedido de cancelamento do item após a instauração do processo administrativo em 22/03/2016, considerando que a Ata de Registro de Preço assinada pela empresa não está mais em vigência, isso porque a mesma foi assinada em 12/02/2015 e era válida pelo período de 12 meses, conforme determinado no item nº 1, cláusula II:

“1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, ou seja, até a data de 12/02/2016.”

Tem-se que as contratos realizados com fundamento em Ata de Registro de Preços apenas tem validade se elaborados dentro do prazo de validade do instrumento, entretanto, pode ocorrer a execução do contrato após o término desse prazo, imprescindível porém, que o documento contratual, ou seu substitutivo, seja celebrado dentro desse período de vigência.

No Manual sobre Sistema de Registro de Preços, a Controladoria-Geral

da União igualmente abordou o tema, concluindo que:

O Planejamento do SRP deverá ser feito para um período máximo de um ano, pois o prazo máximo de vigência da Ata de Registro de Preços também será esse. No entanto, será admitida a prorrogação daqueles contratos assinados decorrentes dessa Ata, de acordo com as regras previstas no art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que esse contrato inicial (e não a prorrogação) tenha sido assinado durante a vigência da Ata. Em outras palavras, isso significa que um contrato decorrente de uma Ata de SRP, a partir de sua assinatura, passa a se vincular às regras do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Verifica-se desta forma a impossibilidade do cancelamento do item, tendo em vista o término da vigência da ata de registro de preços assinada pela empresa.

Diante do exposto, considerando que a empresa não informou os fatos impeditivos ao cumprimento do contrato ao Município em tempo hábil para a correção do problema, tornando necessária a instauração do presente procedimento administrativo; e buscando pelo cumprimento correto das obrigações previstas no Edital, outra não pode ser a decisão desta municipalidade senão pela aplicação à empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, da penalidade estabelecida no artigo 87, inciso I da Lei nº 8.666/93, qual seja a de “ADVERTÊNCIA”, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas perante a Municipalidade e visando inibir a prática de atos que resultem na inexecução de contratos administrativos, o que gera diversos prejuízos à municipalidade.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 06 de abril de 2016.

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário da Saúde

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 09 2015 FUMTRAN - MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015 FUMTRAN

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.

OBJETO: Registro de preço para destinado à aquisição de material (tintas e solventes) para implantação e/ou manutenção da sinalização viária no município de Timbó/SC.

EMPRESA FORNECEDORA: Madevia Ltda Me

TOTAL ESTIMADO: R\$ 115.960,00 (cento e quinze mil novecentos e sessenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/10/2016

Timbó, 15/10/2015

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 96 2015 PMT - MATERIAL DE LIMPEZA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços destinado à aquisição de materiais de limpeza/higiene e copa/cozinha destinada ao atendimento das necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos

e fundações) do município de Timbó - repetição de itens pregão 87/2015 com alterações.

EMPRESAS FORNECEDORAS: J.P. Lima Com. Prod. Limpeza Ltda Epp; JLM Distribuidora BR Ltda – Me; Blu Distribuidora de Papelaria Ltda; Tiago Alexandre Borgershausen – Me; Kelly A.D.S. Minioli Comercio de produtos – Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 95.920,57 (noventa e cinco mil novecentos e vinte reais e cinquenta e sete centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/10/2016

Timbó, 21/10/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 09 2015 - FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: fornecimento de gêneros alimentícios (carnes, pães, frutas e verduras) destinados aos usuários do centro de atenção psicossocial - CAPS

EMPRESA FORNECEDORA: Panificadora Bom Dia Ltda Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 3.311,5000 (três mil trezentos e cinco reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/10/2016.

Timbó, 19/10/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 85 2015 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de suprimentos de informática (cartuchos de tinta e toner), especificados no anexo I do edital, para atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Color-Black Reciclagem de Cartucho de Tinta e Toner Ltda Me; Suprimíveis Eireli – Epp; Infotriz Comercial Ltda – Epp; Eonix Suprimentos e Informática Ltda Me; Tectoner Recarga de Toner Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 165.735,80 (cento e sessenta e cinco mil setecentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/10/2016

Timbó, 19/10/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 61 2015 PMT - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 61/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais diversos inerentes a construção civil, destinados à manutenção e execução de obras para atendimento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta (autarquias e fundações) do Município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Concrerio Materiais de Construção Ltda; Dragão Ind. Com. Ltda Me; Asfaltescul Materiais e Serviços; Concreio Artef. Cimento Ltda Me; Erwin Schmidt e Filhos Ltda Epp; Coml. Indl. Dante Zonta Ltda Me; Premocon Artefatos de Concreto Ltda Me; Pedreira Vale do Selke Ltda; Ivo Mariano Nones Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.131.054,18 (um milhão, cento e trinta e um mil, cinquenta e quatro reais e dezoito centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 16/07/2016

Timbó, 17/07/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 62 2015 PMT - AQUISIÇÃO DE PAPEL A4

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preços para aquisição de papel para impressão, tamanho A4, destinado a Administração Direta e Indireta.

EMPRESA FORNECEDORA: Dicapel Papéis e Embalagens Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 124.065,00 (cento e vinte e quatro mil e sessenta e cinco reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/07/2016

Timbó, 21/07/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria nº 16/2016**

Portaria Nº 016/2016

Concede férias à servidora Giani Zaira Seidel, analista legislativa na Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 80 e 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, Resolve:

Art. 1º Conceder dez dias de férias, relativas ao período aquisitivo 28/05/2014 a 27/05/2015, à servidora Giani Zaira Seidel, Analista Legislativa na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º Converter as férias concedidas por este ato em abono pecuniário, na forma do art. 80 do Estatuto do Servidor Público Municipal de Timbó.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 19 de abril de 2016.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

Timbó Grande

PREFEITURA

06/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – TIMBÓ GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

MODALIDADE Pregão Presencial N 06/2016

O município de Timbó Grande torna publico para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA A UNIDADE SAÚDE COMUNIDADE CACHOEIRA CONFORME DESCRIÇÃO EDITAL . Acesso pública terá inicio às 09:30 horas, do dia 06 de maio de 2016, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras ou pelo telefone (049) 3252-1278. Nos dias úteis das 08:00 às 13:30 horas.

Timbó Grande, 19 de abril de 2016.

ALMIR FERNANDES

Prefeito Municipal

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 08/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 08/2016

Vigência: 14/04/2016 a 31/12/2016.

Conveniente: Fundo Municipal de Assistência Social – CNPJ nº 11.563.356/0001-50.

Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TRÊS BARRAS - APAE, inscrito no CNPJ nº 83.529.305/0001-12.

Objeto: O presente convênio tem por objeto a cooperação associativa no custeio e manutenção dos serviços de apoio e orientação às crianças e familiares portadores de necessidades especiais da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Barras – APAE.

Valor: R\$ 30.000,00.

ELOI JOSE QUEGE.

PREFEITO MUNICIPAL.

Três Barras - SC, 14 de abril de 2016.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 09/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 09/2016

Vigência: 14/04/2016 a 31/12/2016.

Conveniente: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CAMINHOS DO CONTESTADO, inscrito no CNPJ nº 07.952.925/0001-81.

Objeto: O presente convênio tem por objeto a cooperação associativa no custeio e manutenção das atividades da Associação de Desenvolvimento do Turismo Caminhos do Contestado no desenvolvimento do PROJETO DESTINO E ROTEIRO TURÍSTICO CAMINHOS DO CONTESTADO.

Valor: R\$ 4.200,00.

ELOI JOSE QUEGE.

PREFEITO MUNICIPAL.

Três Barras - SC, 14 de abril de 2016.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 10/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 10/2016

Vigência: 14/04/2016 a 31/12/2016.

Conveniente: Fundo Municipal de Assistência Social – CNPJ nº 11.563.356/0001-50.

Conveniada: ASSOCIAÇÃO PRÓ VIDA CASA MATER RAINHA DA PAZ, inscrito no CNPJ nº 20.475.535/0001-26.

Objeto: O presente convênio tem por objeto a colaboração no acolhimento e assistência de forma integral à gestantes, nascituros e vítimas de violência moral e sexual do Município de Três Barras – SC, com atendimento por equipe multiprofissional com atendimento integral, possibilitando a reinserção dos mesmos à sociedade.

Valor: R\$ 10.000,00.

ELOI JOSE QUEGE.

PREFEITO MUNICIPAL.

Três Barras - SC, 14 de abril de 2016.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 11/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 11/2016

Vigência: 14/04/2016 a 14/04/2021.

Conveniente: Prefeitura Municipal de Três Barras - SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Conveniada: ESTADO DE SANTA CATARINA, através da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ nº 83.931.216/0001-17.

Objeto: O presente convênio tem por objeto a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município de Três Barras - SC, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar, com a finalidade de preservar a ordem pública no Município de Três Barras – SC.

ELOI JOSE QUEGE.

PREFEITO MUNICIPAL.

Três Barras - SC, 14 de abril de 2016.

Trombudo Central

PREFEITURA

Decreto 023/16

DECRETO Nº 023/2016

ALTERA DECRETO Nº 026/2004 – QUE NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

ERICO BARCHFELD, Prefeito Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Artigo 1º do Decreto nº 026/2004, que nomeia a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, no que se refere aos representantes da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal de Vereadores e Associação Comercial e Industrial de Trombudo Central, conforme segue:

REPRESENTANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL:

- JEAN CARLOS VENTURI
- RONALDO KRUGER
- ZULNEI LUCHTEMBERG

REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

- CRISTIANE DOS SANTOS
- MOACIR PEDRO JEREMIAS
- NILSON VIGNOLLI

REPRESENTANTES DA ASSOC. COMERCIALEIND. DE TR. CENTRAL

- HARRY SPIESS
- ARNALDO SEIBEL
- WILMAR JOSÉ RAMLOV JUNIOR

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Agosto de 2.004

ERICO BARCHFELD
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no lugar de costume, na data supra
Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

Portaria 065/16

PORTARIA 065/15 DE 19 DE ABRIL DE 2016.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

HANELORE HEDLER, Prefeita do Município de Trombudo Central em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal Sr. ADILSON MATTEUSSI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, a desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal da Administração – Departamento de Tributos, a partir de 19 de Abril de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 19 de Abril de 2016.

HANELORE HEDLER
Prefeita de Trombudo Central em Exercício

Esta Portaria foi publicada e registrada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 69/2016**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 69/2016

Edital de Pregão Presencial nº 53/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega parcelada que tem por objeto a aquisição de material de limpeza copa e cozinha utilizados na manutenção do CRAS bem como aquisição Gêneros alimentícios utilizados no curso de culinária e servidos como lanche e na execução do Programa Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, executados pelo CRAS deste Município.

Entrega das propostas até às 9h do dia 05/05/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 19 de abril de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N. 3135/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.135, de 19 de abril de 2016.
Dispõe sobre constituição de Comissão Especial de Acompanhamento, Auxílio e Fiscalização de Processo Seletivo para Contratação Temporária e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica constituída a Comissão Especial de acompanhamento, auxílio e fiscalização dos procedimentos relativos ao Processo Seletivo para Contratação Temporária a ser realizado pela empresa ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI -ME, nas pessoas abaixo relacionadas:

- JUSTINA PASA ORO – Presidente;
- SIRLEI ZARDO TRENTIN – Secretária;
- JOSEI EDER CORBARI – Membro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 19 de abril de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3136/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.136, de 19 de abril de 2016.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Leis Municipais N.º 449, de 02 de maio de 2000 e N.º 911, de 31 de agosto de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do município de União do Oeste, as pessoas abaixo relacionadas:

I – PRESIDENTE E MAIS UM MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE UNIÃO DO OESTE:

MARIA INES MARAFON
ALVINO JOSÉ MACHADO

II – UM MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

OLI SOLETTI

III – DOIS MEMBROS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE, SENDO O DIRETOR DA INDUSTRIA E COMERCIO E UM MEMBRO DA AREA FINANCEIRA OU ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO:

FRANCISCO RAUBER
JOSÉ TESSARO

IV – DOIS REPRESENTANTES INDICADOS PELO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE:

LEODACIR PIANESOLA
VALDIR SMANIOTTO

V – UM MEMBRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

VOLNEI REBONATTO

VI – UM MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA SDR DE QUILOMBO:

ANDRÉIA ZUCCO

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, nomeados por este Decreto, prestarão serviços relevantes sem ônus para o poder Público Municipal.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto Municipal 823/2011 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 19 de abril de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Vidal Ramos

PREFEITURA

DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 10/2016 - IMPRESSÃO GRÁFICA REVISTAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

Dispensa Licitação nº. 10/2016

O Presidente da Comissão de Licitação Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos informa que o presente processo de Dispensa de Licitação é referente A CONTRATAÇÃO de empresa especializada na Prestação de Serviços de Impressão Gráfica de REVISTAS, PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.

Justificamos A CONTRATAÇÃO de empresa especializada na Prestação de Serviços de Impressão Gráfica de REVISTAS, PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, através de Dispensa de Licitação visto o que no Processo Licitatório nº. 05/2016, com abertura para dia 30/03/2016 às 14h00min horas, nenhuma empresa teve interesse em comparecer para apresentar proposta, sendo que a mesma ficou deserta, com isso foi publicado novo processo licitatório Pregão Presencial nº. 08/2016, com abertura para dia 18/04/2016 às 09h00min horas, também não apareceram nenhuma empresa interessada, tendo em vista que não tem mais tempo hábil para licitar novamente, pois a Inauguração do Posto de Saúde será no final do mês de abril, e a secretaria de Saúde precisa desse material, foi solicitado orçamento para várias empresas, sendo que o mais barato será contratado para a Prestação de Serviços de impressão. O referido projeto é muito importante para os municípios, visando à informação dos projetos que já foram concluídos e dos projetos que ainda serão colocados em prática..

DO PREÇO

Somente uma empresa teve seu orçamento mais barato, com o valor de R\$ 4.451,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e um reais) a ser pago com recursos oriundos da saúde.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E MOTIVO DA ESCOLHA

A empresa a ser contratada com o menor valor encontra-se apta para prestar o serviço contratado conforme certidões negativas apensadas. Nota-se que o valor da contratação está dentro do limite previsto em lei, com isto, objetivamos atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação.

FUNDAMENTO LEGAL

O amparo legal para a contratação supramencionada está fundamentado no Artigo 24, Inciso V, da Lei federal nº 8.666/93.

“Art. 24. É dispensável a licitação:

V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, WAGNER WILL, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso V, da Lei no 8.666/93, e suas

alterações posteriores, em favor da empresa: CONTRATADA: TIPO-TIL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, estabelecida na Rua Fritz Lorenz, 1114, Bairro Industrial, na cidade de Timbó/SC, CEP 89120-000, inscrita no CNPJ sob o número 86.375.870/0001-60, COM O VALOR DE R\$ 4.451,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e um reais). Para CONTRATAÇÃO de empresa especializada na Prestação de Serviços de Impressão Gráfica de REVISTAS, PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

Assim, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Exmo. Sr. Secretário Municipal da Saúde, todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 19 de abril de 2016. Wagner Will - Presidente da Comissão de Licitação

É o que temos a JUSTIFICAR no presente.

RATIFICAÇÃO

LAERCIO DA CRUZ, Prefeito do Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso V, da Lei federal nº 8.666/93 com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

RATIFICA a Dispensa de licitação para a contratação direta das empresas: CONTRATADA: TIPOTIL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, estabelecida na Rua Fritz Lorenz, 1114, Bairro Industrial, na cidade de Timbó/SC, CEP 89120-000, inscrita no CNPJ sob o número 86.375.870/0001-60, COM O VALOR DE R\$ 4.451,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e um reais). Para CONTRATAÇÃO de empresa especializada na Prestação de Serviços de Impressão Gráfica de REVISTAS, PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, com fundamento na justificativa e no artigo 24, “caput”, da Lei federal nº 8.666/93 inciso V.

E autorizo o pagamento das despesas, CONTRATADA: TIPOTIL INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, estabelecida na Rua Fritz Lorenz, 1114, Bairro Industrial, na cidade de Timbó/SC, CEP 89120-000, inscrita no CNPJ sob o número 86.375.870/0001-60, COM O VALOR DE R\$ 4.451,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e um reais), de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Vidal Ramos, 19 de abril de 2016

LAERCIO DA CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.892/16

DECRETO Nº 12.892/16, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.721/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Termo de Desistência de Concurso Público constante do Processo Administrativo nº 7068/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.721/16, que nomeou CELIA DONATTI MACEDA, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de abril de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.893/16

DECRETO Nº 12.893/16, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, TAYNA GABRILEY GODOI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de abril de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.894/16

DECRETO Nº 12.894/16, DE 19 DE ABRIL DE 2016.

Retifica o Decreto nº 12.873/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 7118/2016,

RESOLVE

Art. 1º Retificar a data constante no Decreto nº 12.873/16, de 05 de março de 2016 para 05 de abril de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

“DECRETO Nº 12.873/16, DE 05 DE ABRIL DE 2016”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 17 de março de 2016.

Videira, 19 de abril de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 0046/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046/16
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificadas no Processo Seletivo nº 001/2015:

CONVOCADAS	CARGO
1. BRUNA APARECIDA SAVIAN	ENFERMEIRO

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;

- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 15 de Abril de 2016.

WILMAR CARELLI
PrefeitoMunicipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 012/16 SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 012/2016

O Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao previsto na Lei Orgânica, artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85), artigo 87, §2º, e considerando ainda o que consta nos Autos de Infrações e seus anexos, os quais se encontram à disposição do contribuinte na Secretaria de Finanças no Departamento de Tributação/Fiscalização Tributária,

DECLARA

Notificadada Empresa abaixo relacionada,por não tersido localiza sua sede constante em nossos cadastros, dolançamento de multa por descumprimento de obrigações acessórias:

Contribuinte: TRANSWEISS TRANSPORTES LTDA

Endereço: Rua Brasil – Bairro Centro – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 794813CNPJ: 85.126.431/0001-51 Processo Administrativo 1758/2016.

Auto de Infração nº 13/2016Data de Emissão: 02/02/2016- Valor: R\$ 1.821,96

Infração: Falta de protocolo, não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2015, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec. 8.864/2007, art. 3º § 1º e art. 4º. Dec.4.118/94, art. 26, §1º, Inciso II, art. 58, IX. De acordo com PA nº 1758/2016.

O lançamento acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85 (Código Tributário Municipal). Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo ao contribuinte notificado.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada

a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de abril de 2016.

Alexandre Ganasini

Secretário de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 013/16 SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 013/2016 INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

O Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições e em conformidade ao previsto na Lei Orgânica seu artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85)no artigo 87, §2º, e no Código Tributário Nacional, artigo 198, §3º, II, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados da inscrição em Dívida Ativa referente aos créditos tributários e não tributários vencidos, provenientes dos Autos de Infrações e Notificações Fiscais.

A inscrição em dívida ativa será efetuada com os acréscimos previstos na legislação tributária do município, e sua execução fiscal far-se-á independentemente de nova notificação.

Contribuinte: JOSEANE DE ANDRADE -MEI

Endereço: Rua Fulgêncio Furlin; 260 - Bairro Santa Tereza–Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 2141680CNPJ: 18010806/0001-26 Processo Administrativo19996/2015.

Auto de Infração nº 96/2015 Data de Emissão: 15/12/2015 - Valor: R\$ 137,44

Infração: Não comunicação de baixa e/ou alteração inscrição municipal no prazo regulamentar previsto. Pedido de baixa foi comunicado fora do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias, conforme PA19996/2015. Lei 69/1985 de 05/12/1985 art. 68, inciso I e Decreto nº 4.118/94 - Regulamento do Imposto Sobre Serviços - RISS art.16, inciso I.

Auto de Infração nº 97/2015 Data de Emissão: 16/12/2015 - Valor: R\$ 1.236,92

Infração: Falta de protocolo, não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento referente aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto e setembro do ano de 2014, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Decreto nº 8.864/2007, art. 3º § 1º e art. 4º. Decreto nº 4.118/94, art. 26, §1º, Inciso II, art. 58, inciso IX.

Contribuinte: CLEDSON IVAN ROSALINO - ME

Endereço: Rua Iomerê; 220 – Bairro Floresta - Município de Videira/SC.

Inscrição Municipal: 1983377 CNPJ: 07.658.430/0001-44Processo Administrativo 18142/2015.

Auto de Infração nº 91/2015 Data de Emissão: 11/11/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não comunicação de baixa e/ou alteração inscrição municipal no prazo regulamentar previsto. Pedido de baixa foi comunicado fora do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias, conforme PA18142/2015. Lei 69/1985 de 05/12/1985 art. 68, inciso I e Decreto nº 4.118/94 - Regulamento do Imposto Sobre Serviços - RISS art.16, inciso I.

Contribuinte: CARDOSO SERVIÇOS DE ISOLAMENTO LTDA - ME

Endereço: Rua Padre Anchieta, 549 – Bairro Matriz– Município de Videira/SC.

Inscrição Municipal: 1976010 CNPJ: 02.877.309/0001-90 Processo Administrativo 17694/2015.

Auto de Infração nº 93/2015 Data de Emissão: 18/11/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não comunicação de baixa e/ou alteração inscrição municipal no prazo regulamentar previsto. Pedido de baixa foi comunicado fora do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias, conforme PA17694/2015. Lei 69/1985 de 05/12/1985 art. 68, inciso I e Decreto nº 4.118/94 - Regulamento do Imposto Sobre Serviços - RISS art.16, inciso I.

Contribuinte: VIDRAÇARIA N.S.A. LTDA. - ME

Endereço: Rua Bulcão Viana, 470 – Bairro Floresta– Município de Videira/SC.

Inscrição Municipal: 2106230 CNPJ: 01.698.226/0001-70 Processo Administrativo 14953/2015.

Auto de Infração nº 84/2015 Data de Emissão: 08/10/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não comunicação de baixa e/ou alteração inscrição municipal no prazo regulamentar previsto. Pedido de baixa foi comunicado fora do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias, conforme PA17694/2015. Lei 69/1985 de 05/12/1985 art. 68, inciso I e Decreto nº 4.118/94 - Regulamento do Imposto Sobre Serviços - RISS art.16, inciso I.

Contribuinte: ORTOMOVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS E MÓVEIS LTDA

Endereço: Rua Antônio Marcon, 167 – Bairro Farroupilha– Município de Videira/SC.

Inscrição Municipal: 2050040 CNPJ: 16.876.784/0001-56 Processo Administrativo 21184/2015.

Auto de Infração nº 103/2015 Data de Emissão: 23/12/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não comunicação de baixa e/ou alteração inscrição municipal no prazo regulamentar previsto. Pedido de baixa foi comunicado fora do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias, conforme PA21184/2015. Lei 69/1985 de 05/12/1985 art. 68, inciso I e Decreto nº 4.118/94 - Regulamento do Imposto Sobre Serviços - RISS art.16, inciso I.

Contribuinte: COMIDAS PRONTAS D GUEDES LTDA

Endereço: Rua São Paulo, 85 – Bairro Santa Gema– Município de Videira/SC.

Inscrição Municipal: 2097133 CNPJ: 14.337.824/0001-66 Processo Administrativo 11810/2015.

Auto de Infração nº 94/2015 Data de Emissão: 20/11/2015 - Valor: R\$ 137,44.

Infração: Não comunicação de baixa e/ou alteração inscrição municipal no prazo regulamentar previsto. Pedido de baixa foi comunicado fora do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias, conforme PA11810/2015. Lei 69/1985 de 05/12/1985 art. 68, inciso I e Decreto nº 4.118/94 - Regulamento do Imposto Sobre Serviços - RISS art.16, inciso I.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 19 de abril de 2016.

Alexandre Ganasini
Secretário de Finanças

EXTRATO RESCISÃO Nº 08/2016

TERMO DE RESCISÃO Nº 08/2016

Ata de Registro de Preços nº 63/2016.

Pregão Presencial nº 28/2016-PMV.

Contratado: CBB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA.

Objeto: rescindir a Ata de Registro de Preços nº 63/2016, oriunda do Pregão Presencial nº 28/2016-PMV, tendo em vista o indeferimento pedido de reequilíbrio econômico financeiro pleiteado para o item, cessando a partir de 18/04/2016 para ambas as partes quaisquer obrigações, inclusive futuras, relativas ao objeto contratado, independentemente de qualquer pagamento ou indenização. Valor: R\$ 143.100,00

Data: 18/04/2016

OFÍCIO Nº 1322

Ofício nº 1322

Videira, 19 de abril de 2016.

Ref. Licitação – Pregão Presencial nº 28/2014-FMS

NOTIFICAÇÃO

Prezados Senhores,

O Sr. Prefeito Municipal de Videira manda o Departamento de Licitações EFETUAR A NOTIFICAÇÃO de Vossas Senhorias para que tomem ciência da instauração de processo administrativo para apurar a conduta faltosa da empresa, bem como para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento deste, apresentem defesa, sob pena de rescisão unilateral do Contrato de Prestação de Serviços nº 76/2014 e aplicação das sanções legais cabíveis, em especial a multa de 10% sobre o valor da proposta e a suspensão do dever de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 02 (dois) anos.

Determinou-se, ainda, que as horas faltas não trabalhadas e os atrasos noticiados pela Secretaria de Saúde sejam descontados proporcionalmente do valor mensal pago à Contratada, inclusive as que vierem a ocorrer no decurso deste processo administrativo, independentemente da rescisão contratual.

Encaminhamos a fotocópia do Termo de Encaminhamento, do Parecer Jurídico e do Despacho do Senhor Prefeito, para seu conhecimento, destacando-se que os autos do processo licitatório encontram-se à disposição dos interessados, que poderão compulsá-los nesta repartição.

Solicitamos, ato seguinte ao recebimento, seja-nos enviado retorno com data do recebimento e assinatura pelo responsável da empresa.

Atenciosamente,

LUCÉLIA FEDRIGO

Pregoeira

Recebido em
____/____/2016.

Assinatura e carimbo (nome legível)

DESTINATÁRIO:
CLÍNICA MÉDICA BASSAN E MORITA LTDA. - ME
Rua Veneriano dos Passos, s/nº, Centro

CEP: 89.560-000 – Videira/SC
Fone: (49) 8434-0480

PORTARIA Nº 0317/16

PORTARIA nº 0317/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 5596/16.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MARLI TE-REZINHA KOHLER DE OLIVEIRA, Auxiliar de Enfermagem, a partir de 1º de junho de 2016 até 1º de setembro de 2016, referente ao quinquênio de 01 de março de 2006 até 28 de fevereiro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0318/16

PORTARIA nº 0318/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 5596/16.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MARLI TE-REZINHA KOHLER DE OLIVEIRA, Auxiliar de Enfermagem, a partir de 02 de setembro de 2016 até 02 de dezembro de 2016, referente ao quinquênio de 01 de março de 2011 até 12 de abril de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0319/16

PORTARIA nº 0319/16

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 6221/2016;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela CCLA Associados Vale do Vinho SICOOB Videira - SC, no dia 30 de abril de 2016, no período das 8h00min às 12h00min, para a montagem de uma tenda e disponibilização de energia elétrica para a arrecadação de roupas e calçados, referente a Campanha do Agasalho 2016.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em razão da utilização das calçadas e passeios pela Pastoral da Criança, quando da realização do evento.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o referido evento, ficando a CCLA Associados Vale do Vinho SICOOB Videira – SC inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0320/16

PORTARIA nº 0320/16

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 5945/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória – CEVI, pelo educador físico João Henrique da Silva, no dia 07 de maio de 2016, das 12h00mim às 22h00mim, para a realização da Master Class de Zumba.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro, bem como lanches;
- c. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0321/16

PORTARIA nº 0321/16

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 6317/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória – CEVI, pela Escola de Educação Básica Governador Lacerda, no dia 05 de maio de 2016, das 18h00mim às 22h00mim, para a realização de apresentação cultural em homenagem ao Dia das Mães.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro, bem como lanches;
- c. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0322/16

PORTARIA nº 0322/16

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 2040/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória – CEVI, pelo Centro Educacional Passos Firmes, no dia 16 de setembro de 2016, das 16:00min as 22:00min, para a realização da Noite Cultural, no dia 25 de novembro de 2016, das 16:00min as 22:00min, para a realização da Formatura da Educação Infantil, onde será servido um pequeno coquetel e, no dia 13 de dezembro de 2016, das 16:00min as 22:00min para a realização da Noite de Encerramento.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro, bem como lanches;
- c. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0323/16

PORTARIA nº 0323/16

Autoriza o uso do Campo de Futebol do Bairro Rio das Pedras

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 6406/2016,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Campo de Futebol do Bairro Rio das Pedras pela Associação Atlética Grêmio da Penha – AGREPE, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

§1º Os responsáveis pela utilização se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante a utilização em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Prefeitura Municipal de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Campo de Futebol e a sede do Clube Juventus.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0324/16

PORTARIA Nº 0324/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00030/16-5, nos assentos funcionais do servidor PEDRO NEURI HEESCH, detentor da matrícula funcional nº 2224, e do cargo de provimento efetivo de Motorista III, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta dos Processos Administrativos nº 6550/16,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor, PEDRO NEURI HEESCH, detentor da matrícula nº 2224 e do cargo de provimento efetivo de Motorista III, pelo período de 05 (cinco) anos, 03 (três) meses e 14 (quatorze) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00030/16-5.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogada as disposições em contrário.

Videira, 18 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0325/16

PORTARIA Nº 0325/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00029/16-7, nos assentos funcionais da servidora ELIANE CORREA DA ROCHA, detentora da matrícula funcional nº 8351, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta dos Processos Administrativos nº 6278/16,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, ELIANE CORREA DA ROCHA, detentora da matrícula funcional nº 8351 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 13 (treze) anos, 04 (quatro) meses e 19 (dezenove) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00029/16-7.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogada as disposições em contrário.

Videira, 18 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0326/16

PORTARIA Nº 0326/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço Militar expedida pelo Ministério da Defesa – Exército Brasileiro – 14º Regimento de Cavalaria Mecanizado, nos assentos funcionais do servidor RICARDO BERNARDI, detentor da matrícula funcional nº 5017, e do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta dos Processos Administrativos nº 6251/16,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor, RICARDO BERNARDI, detentor da matrícula nº 5017 e do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, pelo período de 01 (um) ano, 01 (um) mês e 07 (sete) dias, constantes na Certidão de Tempo de Serviço Militar expedida pelo Ministério da Defesa – Exército Brasileiro – 14º Regimento de Cavalaria Mecanizado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogada as disposições em contrário.

Videira, 18 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0327/16

PORTARIA nº 0327/16

Designa Silmara Regina Camargo Piasson para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Designar SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0328/16

PORTARIA nº 0328/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 6223/2016.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora KELI CRISTINA MEZAROBDA DAL PIZZOL, Professora, a partir de 10 de setembro de 2016 até 10 de dezembro de 2016, referente ao quinquênio de 12 de maio de 2008 até 11 de maio de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 10 de setembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0329/16

PORTARIA nº 0329/16

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na documentação do Departamento de Compras.

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 04 de abril de 2016 até 03 de maio de 2016, o gozo de férias da servidora MARCIA REGINA VANZ, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 07 de abril de 2015 até 06 de abril de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

Videira, 19 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0330/16

PORTARIA nº 0330/16

Autoriza o uso do Ginásio de Esportes do Rio das Pedras

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4472/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Ginásio de Esportes do Rio das Pedras, pelo Senhor Gilmar Pires de Campos – Presidente da Associação Comunitária do Bairro Rio das Pedras, nos dias 09, 10, 16, 17, 23, 24 e 30 de abril de 2016; 01, 07, 08, 14, 15, 21, 22, 28 e 29 de maio de 2016 e 04, 05, 11, 12, 18, 19, 25, 26 de junho de 2016, para a realização do V Campeonato Regional de Futsal.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente

autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Ginásio de Esportes do Bairro Rio das Pedras quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0301/16.

Videira, 19 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 40/2016 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE). 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 11/05/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 19 de abril 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 01/16

RESOLUÇÃO Nº 001/2016

Dispõe sobre a aprovação do Centro Municipal de Educação Infantil Dolores Damo de Oliveira.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação do Município de Videira – Santa Catarina, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei do Sistema Municipal de Ensino, nº 526/98 em seu art. 54;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aprovado o funcionamento do Centro Municipal de Educação Infantil Dolores Damo de Oliveira, de acordo com que estabelece a Lei do Sistema Municipal de Ensino nº 526/98, Resolução nº 003/15 de 21 de outubro de 2015, por achar que o mesmo atende aos requisitos mínimos estabelecidos.

Art. 2º. Fica o referido estabelecimento de ensino, sujeito a inspeções periódicas, a fim de conservação do reconhecimento do registro, conforme art. 15 da Lei do Sistema Municipal de Ensino nº 526/98.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 12 de Abril de 2016.

Velânia Lazzari

Presidente do Conselho Municipal de Educação

TERMO ADITIVO Nº 43/2016

Termo Aditivo nº 43/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 62/2013

Processo: PR nº 35/2013-PMV

Contratada: ONSSEG Serviços de Vigilância e Segurança Ltda.

Objeto: Inclusão de serviços de monitoramento para a nova estrutura física da Escola de Educação Básica Municipal localizada no Bairro Carelli e para a nova estrutura física do Centro de Educação Infantil localizado no Bairro Quartel, com efeitos a partir de 20 de abril de 2016 até o dia 31 de março de 2017, nos respectivos valores mensais de R\$ 132,38 e R\$ 122,51, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

Valor: R\$ 2.888,76.

Data: 19/04/2016.

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 05/2016 – PMV para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PRÉ-MOLDADO NO HORTO FLORESTAL (PROGRAMA S.O.S. NASCENTES), COM ÁREA TOTAL: 240,00 M², PELAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E PLANEJAMENTO. As propostas e documentos serão recebidos até as 14h00min do dia 16 de maio de 2016. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 19 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 011/2016**

PORTARIA Nº 011/2016

NOS DIAS 21 E 22 DE ABRIL DE 2016 NÃO HAVERÁ EXPEDIENTE NA CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA.

RAFAEL BALESTRIN, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições legais e objetivando a economia dos recursos públicos, subscreve a presente Portaria:

Art. 1º. Fica estendido até o dia 22 de abril de 2016 o feriado de Tiradentes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial os Municípios.

Publique-se. Registre-se.

Videira 19 de abril de 2016.

RAFAEL BALESTRIN

Presidente

Xanxerê

PREFEITURA

PT RH-AJG 115/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 115/2016

READAPTAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Decreto nº AM 002/2004,

Considerando Laudo Médico emitido pela Junta Médica deste Município datado de 04.03.2016 que prevê a possibilidade de readaptação conforme as condições de saúde da Servidora;

RESOLVE

READAPTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. DULCE PERTILLE, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 16ªR-1.695.585 e CPF nº 799.797.509-87, nomeada conforme Decreto nº JB nº 272/96 no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA com 20 (vinte) horas semanais e Decreto nº AM 066/08 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO ENSINO FUNDAMENTAL – 1ª A 4ª SÉRIE com 20(vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar conforme laudo médico a Readaptação na função segundo Professor, passando a vigorar a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Readaptação a partir de 18.04.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 18 de Abril de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

CANCELA PP 009-2016 FMS

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016 FMS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2016 FMS

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Centro, Xavantina/SC, representado pelo seu gestor Sr. Osmar Dervanóski, inscrito sob o CPF nº 463.673.499-87, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016 FMS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2016 FMS sendo que o referido Processo Licitatório foi DESERTO.

Xavantina/SC, em 19 de abril de 2016.

OSMAR DERVANÓSKI,
Gestor do FMS.

PE 005/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 005/2016 FMS

Objeto: Registro de preços para possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Medicamentos para Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações do anexo "A" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 05/05/2016, no site www.cidadecompras.com.br.

Abertura: dia 05/05/2016, às 09:00 horas, no site www.cidadecompras.com.br.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 20 de abril de 2016.

OSMAR DERVANOSKI,
Gestor do FMS.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA 14/2016

AVISO DE DISPENSA 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito comunica a presente dispensa, a saber :

Dispensa de Licitação N. 14/2016

Processo Licitatório N. 062/2016

Homologação: 19/04/2016

Fornecedor: Novarte Comunicação Visual LTDA ME

CNPJ: 09.330.210/0001-12

Objeto: Aquisição de material para campanha de conscientização no Trânsito 2016 "ZERO ACIDENTE"

Vigência: 31/12/2016

Fundamento: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93

Xaxim - SC, 19 de abril de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Decreto 201

DECRETO Nº. 201/2016.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal JULIANA BENATO FERREIRA , no cargo PSICOLOGA, portadora da matrícula 6332, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 23 de abril, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 19 de abril de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do município

Associações

AMURC

4A. ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA AMURC (01.04.2016)

4ª ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

No primeiro dia do mês de abril de dois mil e dezesseis, na Rua Barão do Rio Branco 359, centro de Curitiba, SC, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada conforme ato 9484413 de 21 (vinte e um) de Março de 2016 inscrito no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses (DOM), os representantes legais da Associação dos Municípios da Região do Contestado (Amurc): José Antonio Guidi, Prefeito de Curitiba; Sisi Blind, Prefeita de São Cristóvão do Sul, Silvio Granemann Calomeno, Prefeito de Ponte Alta do Norte e Osny Batista Alberton, Prefeito de Frei Rogério e Domingos Scariot Junior, Prefeito de Santa Cecília. Conforme o edital de convocação (Anexo I) trata-se de Assembleia convocada como o objetivo de analisar propostas de alteração estatutária e processo eleitoral, convocados nos termos dos Art. 8º, I e Art. 17 do Estatuto Social vigente que após devidamente declarada aberta e constatado o quórum centrou-se na análise do anteprojeto de reforma do Estatuto Social. A AMURC tem seus atos constitutivos Registrados sob nº 1845, às Folhas 292, no Livro A/04 (quatro) em 18/12/2009, com sua Primeira Alteração Estatutária Registrada sob nº 1858, às Folhas 308, no Livro A/04(quatro) em 05/02/2010, com sua Segunda Alteração Estatutária Registrada sob nº 2227, às Folhas 159, no Livro A/05(cinco) em 14/06/2012 e Terceira Alteração Estatutária Registrada sob nº 02527, às Folhas 459, no Livro A/005(cinco) em 03/12/2014, todos no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba/SC. O Presidente da Amurc explanou sobre a necessidade da quarta alteração estatutária, indispensável para a adequação do organograma estrutural, ajustes de aspectos organizacionais, melhorias em regimentos e, especialmente, a criação do Conselho Deliberativo da entidade, tudo destinado ao bom exercício e desempenho das atribuições, conforme transcreve-se abaixo. Registrou-se a participação no projeto de alteração do Estatuto do assessor jurídico Cláudio Vieira França e do Secretário Executivo da Amurc, Rui Braun. Frente às modificações analisadas e discutidas conforme o anteprojeto apresentado, a Assembleia Geral da Amurc aprovou o conjunto de proposições, reformando o Estatuto Social da Amurc que, aprovado por unanimidade, passa com a seguinte redação:

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO – AMURC

I - DAS CARACTERÍSTICAS DA ENTIDADE

Art. 1º A Associação dos Municípios da Região do Contestado, também denominada pela sigla AMURC, é pessoa jurídica de direito privado, de natureza civil, sem fins econômicos, com prazo de duração indeterminada, visando o desenvolvimento e a integração administrativa, econômica e social dos Municípios que a compõem, regendo-se pelo presente Estatuto Social, pelo Código Civil Brasileiro e pelas disposições legais vigentes.

Art. 2º A AMURC é constituída dos seguintes Municípios: CURITIBANOS, FREI ROGÉRIO, PONTE ALTA DO NORTE, SANTA CECÍLIA e SÃO CRISTÓVÃO DO SUL.

§ 1º - Poderão, associar-se à AMURC todos os Municípios que vierem a ser criados por desmembramento dos seus associados e também aqueles que, comungando dos mesmos interesses, assim o pretenderem.

§ 2º É requisito à admissibilidade, a aprovação em Assembleia Geral da AMURC.

Art. 3º O Foro da Amurc será a Comarca de Curitiba e a Sede Administrativa está localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 359, Centro, na cidade e Município de Curitiba, Santa Catarina.

Art. 4º A AMURC atua em regime de íntima cooperação com as entidades congêneres e afins, bem como Órgãos Estaduais, Federais, Entidades Privadas e Mistas, especialmente, Federação Catarinense dos Municípios, FECAM.

II - DOS OBJETIVOS DA ENTIDADE

Art. 5º Respeitada a autonomia associativa municipalista e a defesa dos interesses gerais dos municípios e com fundamento no Artigo 114, § 3º da Constituição de Santa Catarina, a AMURC tem por finalidade fortalecer a gestão administrativa e a capacidade operacional dos municípios visando o desenvolvimento econômico e social por intermédio da organização e assessoria política e técnica, com ênfase especial no que segue:

a) Promover serviços de assessoria e organização no âmbito da modernização administrativa e gestão técnica dos serviços públicos municipais, com ênfase especial às demandas técnico-administrativas, assuntos de ordem tributária, comunicação, inovação tecnológica, treinamentos e aperfeiçoamento dos servidores;

b) Fomentar e promover instrumentos e mecanismos que viabilizem a modernização das administrações públicas locais e a organização dos serviços e ações junto à comunidade local e regional;

c) Promover e apoiar os interesses políticos das administrações municipais e que importem na melhoria da imagem e da representação dos entes associados, especialmente na defesa de políticas de integração, infraestrutura regional, desenvolvimento econômico e gestão eficiente;

d) Propor, coordenar e executar medidas à concretização do desenvolvimento regional integrado e sustentável;

e) Promover iniciativas para elevar as condições do bem-estar econômico, social e cultural da população nos municípios associados, assegurando condições técnicas e operacionais dos entes associados para o cumprimento destes objetivos;

f) Reivindicar, assessorar, elaborar e executar planos, programas, projetos, serviços e ações das administrações públicas, visando o desenvolvimento dos municípios associados;

g) Organizar equipes técnicas e colegiados de trabalho visando a resolução de temas técnicos e políticos de interesse da AMURC, especialmente nas áreas de educação, cultura, turismo, saúde pública, assistência social, habilitação e urbanismo, serviços e obras públicas, meio ambiente e saneamento básico, transportes, comunicação, agropecuária, comércio, indústria e meio ambiente;

h) Organizar e apoiar os meios necessários à realização de eventos, tais como seminários e congressos técnicos, cursos e treinamentos aos funcionários da AMURC e dos municípios associados;

i) Assegurar a realização de atividades de gestão tributária,

especialmente no controle da legislação, organização de ferramentas de controle da gestão fiscal, inteligência fiscal e monitoramento das atividades relacionadas ao movimento econômico e incremento da receita própria;

j) Promover, sempre que possível e ressalvadas as especificidades municipais, a uniformização das legislações municipais de interesse comum da Região da AMURC;

k) Cooperar com as Câmaras de Vereadores dos Municípios associados, na adoção de medidas legislativas que concorram para a melhoria administrativa e legal dos municípios;

l) Promover parcerias e cooperação técnico-financeira com órgãos federais, estaduais e municipais e organizações congêneres e afins visando a realização dos objetivos da entidade;

m) Realizar convênios, acordos, contratos e parcerias de interesse da entidade e dos Municípios associados;

n) Organizar e manter campanhas publicitárias de orientação fiscal, educação ambiental, educação tributária, memória histórico-cultural e demais temas de interesse público e dos entes associados;

o) Atuar, em conjunto com outras entidades representativas dos municípios, na adoção de medidas que concorram para a melhoria das administrações municipais;

p) Representar os Municípios junto aos demais entes e órgãos governamentais.

III - DA ORGANIZAÇÃO DA AMURC

Art. 6º A AMURC tem a seguinte estrutura organizacional:

I – Assembleia Geral;

II – Diretoria Administrativa;

III – Conselho Deliberativo ;

IV – Conselho Fiscal;

V – Diretoria Executiva.

IV – DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 7º A Assembleia Geral da AMURC é constituída pelos Prefeitos Municipais e quando expressamente convocados, pelos membros do Conselho Deliberativo, cabendo a delegação da representação, mediante credenciamento.

Art. 8º A Assembleia Geral da AMURC é órgão soberano em suas decisões, competindo-lhe:

I – Alterar ou reformar o Estatuto Social da AMURC, nos termos da lei civil;

II – Eleger os membros da Diretoria Administrativa, do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e indicação de representantes legais dentre os membros do Conselho Deliberativo;

III – Destituir, nos termos da lei civil, os membros de direção, em casos de cometimento de falta grave;

IV – Estabelecer as diretrizes e ações pertinentes à execução dos objetivos da AMURC;

V – Deliberar sobre os assuntos que ensejaram sua convocação;

VI – Apreciar, anualmente, as contas da AMURC, em face do parecer do Conselho Fiscal, bem com o relatório de atividades;

VII – Homologar planos de trabalho e iniciativas propostas pela Diretoria Administrativa e o Conselho Deliberativo;

VIII – Homologar o quadro de pessoal administrativo e técnico, proposto pela diretoria;

IX – Homologar a proposta de remuneração do quadro de pessoal da AMURC;

X – Fixar as contribuições dos municípios associados, para atender todas as despesas com a manutenção e investimentos da AMURC;

XI – Deliberar sobre os casos omissos no presente Estatuto e

demais assuntos de interesse da AMURC;

Art. 9º A Assembleia Geral acontecerá na sua sede ou em qualquer dos Municípios Associados, cabendo ao Presidente da AMURC o comando dos seus atos.

§ 1º No impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, a Assembleia será dirigida pelo Conselho Deliberativo.

Art. 10. O Quórum exigido para a realização da Assembleia Geral, será de 50% (cinquenta por cento) mais um dos Municípios associados. Se não houver quórum, a Assembleia Geral realizar-se-á com qualquer número de presentes, após 15 minutos do horário inicial estabelecido.

Art. 11. Terão direito a voto o Prefeito Municipal ou seu representante legal e os membros do Conselho Deliberativo, quando convocados.

Art. 12. As deliberações da Assembleia Geral, serão tomadas por maioria simples dos Municípios Associados presentes, ressalvadas as disposições da Lei Civil, especialmente as do artigo 59 da Lei 10.406/2002.

Art. 13. A participação na Assembleia Geral será franqueada a pessoas convidadas, sem direito a voto.

Art. 14. A Assembleia Geral poderá ser Ordinária ou Extraordinária.

§ 1º A Assembleia Geral Ordinária será realizada trimestralmente, em datas estabelecidas pela Diretoria e a sua convocação deverá ser efetuada com antecedência mínima de 7 (sete) dias;

§ 2º A Assembleia Geral Extraordinária será convocada:

I – Pelo presidente sempre que haja matéria importante para ser deliberada;

II – Pelo Conselho Fiscal; e

III – Mediante pedido escrito e fundamentado de no mínimo 1/5 (um terço) dos Associados;

§ 3º A convocação para a Assembleia Geral Extraordinária deverá ser realizada com antecedência de pelo menos 04 (quatro) dias úteis.

§ 4º No início de cada reunião da Assembleia, deverá ser lida discutida e aprovada a ata da reunião anterior, sendo obrigatória a lista de presença.

V - DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 15. Compete ao Conselho Deliberativo assessorar à Assembleia Geral e substituir a Diretoria Administrativa no impedimento justificado desta, quando exercerá especialmente as atribuições previstas no Art. 18 do Estatuto Social.

§ 1º O Conselho deliberativo da AMURC será composto pelo Diretor Executivo da AMURC e por 01 (um) representante de cada Município associado, sendo que sua composição será homologada em Assembleia Geral da entidade.

§ 2º O Conselho Deliberativo exercerá, quando do impedimento da Diretoria Administrativa, as funções de supervisão administrativa e financeira e terá nomeados,, dentre seus componentes um responsável legal que auxiliará na execução da administração financeira, administrativa e de representação da AMURC, conjuntamente com o Diretor Executivo.

VI - DA ADMINISTRAÇÃO DA AMURC

Art. 16. A AMURC será administrada pela sua Diretoria Administrativa.

§ 1º A Diretoria será composta por um Prefeito Presidente e um Prefeito Vice-Presidente;

§ 2º A Presidência da AMURC na ausência de seu titular, por falta,

impedimento ou vacância, será exercida pelo Vice-Presidente;
§ 3º No impedimento da Diretoria Administrativa, a responsabilidade da gestão administrativa da Amurc caberá ao Conselho Deliberativo que indicará, dentre seus membros, um representante que auxiliará na administração financeira e administrativa da AMURC, conjuntamente com o Diretor Executivo, exercendo mandato até nova eleição;

§ 4º Quando do impedimento da Diretoria Administrativa, o Diretor Executivo da Amurc representará legalmente a entidade em todos os níveis.

§ 5º As funções de representação legal serão supervisionadas pelo Conselho Deliberativo.

Art. 17. A Diretoria será eleita anualmente pela Assembleia Geral Ordinária por votação secreta ou aclamação;

§ 1º A eleição e a posse da Diretoria serão realizadas sempre no primeiro bimestre cada ano.

§ 2º No período compreendido entre o término dos mandatos dos prefeitos e a assunção de novos mandatários, a AMURC será administrada pelo Conselho Deliberativo da entidade que zelará pela realização do processo sucessório, ficando o Conselho automaticamente empossado no dia 01 de janeiro do ano de início dos novos mandatos e destituído automaticamente após a posse dos novos eleitos.

Art. 18. Serão atribuições do Presidente da AMURC e excepcionalmente do Conselho Deliberativo e ou seus componentes (Art. 16 § 3º):

I – Representar judicial, extrajudicialmente e administrativamente a AMURC;

II – Zelar pelo cumprimento do Estatuto Social da AMURC;

III – Dirigir aos poderes e instâncias competentes as reivindicações da AMURC;

IV – Firmar convênios, acordos ou contratos com entidades públicas e privadas;

V – Supervisionar os serviços da AMURC, assegurando a eficiência dos mesmos;

VI – Encaminhar proposições da Assembleia Geral da Amurc;

VII – Constituir grupos de trabalho fixando seus objetivos específicos e duração;

VIII – Convidar técnicos de órgãos estaduais, federais e entidades privadas e profissionais liberais para participarem dos grupos previstos no item anterior;

IX - Submeter a Assembleia Geral, para aprovação, o quadro de pessoal técnico e administrativo da AMURC, bem como a respectiva tabela de vencimentos;

X – Contratar e demitir empregados;

XI - Administrar anualmente a reposição salarial aos servidores;

XII – Supervisionar a administração do patrimônio da AMURC;

XIII – Convocar a Assembleia Geral, nos termos deste Estatuto;

XIV – Receber e encaminhar as proposições dos Municípios membros;

XV - Contratar serviços de assessoria;

XVI – Prestar contas anualmente à Assembleia Geral, através do balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira.

XVII - Responsabilizar-se pelas demais demandas diretas inerentes à função diretiva.

VII – DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO DA AMURC

Art. 19. A AMURC será assessorada operacionalmente pela Diretoria Executiva e seus Departamentos, cabendo-lhe, sob subordinação à Diretoria Administrativa e no impedimento desta ao Conselho Deliberativo, a operacionalização e articulação de demandas políticas, o assessoramento administrativo e técnico junto aos Municípios filiados, a administração geral da entidade e a execução das atividades rotineiras da AMURC, inclusive, a participação direta do Diretor Executivo na administração financeira.

Art. 20. Os órgãos de assessoramento serão assim classificados:

I - Diretoria Executiva

II - Setor Administrativo

III – Setor de Movimento Econômico e Gestão Tributária

IV – Setor de controle de processos e gestão pública

V – Setor de Secretariado, comunicação e apoio logístico

VI – Assessorias

§ 1º O quadro de servidores da AMURC e a correspondente remuneração serão estruturados no prazo de 180 dias e ratificados em Assembleia Geral.

§ 2º Todos os cargos serão qualificados com a descrição de atribuições funcionais.

§ 3º A Diretoria Administrativa poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa, contratar serviços de assessoria nas áreas em que julgar adequado e a terceirização se apresentar vantajosa.

§ 4º Havendo necessidade a Diretoria Administrativa, ouvida a Assembleia Geral, poderá criar outras áreas de atuação.

VIII – DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AMURC

Art. 21. A Diretoria Executiva da AMURC é o órgão responsável pela articulação e operacionalização das demandas políticas e pelo assessoramento técnico administrativo da AMURC, cabendo-lhe a supervisão e execução dos serviços e rotinas relativos ao cumprimento dos objetivos da AMURC.

Art. 22. O Diretor Executivo da Amurc deverá ser pessoa com notórios conhecimentos na área pública: organização, administração, finanças, planejamento, orçamento, contabilidade, gestão de pessoal e , comunicação, cabendo-lhe, entre outras tarefas:

I – Organizar e supervisionar os serviços administrativos da AMURC;

II - Assegurar a administração do patrimônio da AMURC;

III – Promover a arrecadação de recursos financeiros para a AMURC;

IV – Movimentar recursos financeiros da AMURC, sob autorização e delegação do Presidente;

V – Encaminhar, atender e divulgar as deliberações da Assembleia Geral;

VI – Colaborar com a Diretoria Administrativa e o Conselho Deliberativo na elaboração do relatório anual de atividades, bem como na prestação de contas a ser apresentada à Assembleia Geral e aos entes associados;

VII – Zelar pelos documentos da AMURC;

VIII – Organizar e secretariar as Assembleias da AMURC, distribuindo o acervo necessário como as atas das reuniões e outros documentos;

IX – Supervisionar os Departamentos da Diretoria Executiva;

X – Supervisionar as atividades referentes ao Movimento Econômico dos Municípios;

XI – Supervisionar as atividades financeiras e a contabilidade da AMURC, obedecendo às normas legais vigentes;

XII – Preparar a agenda da Assembleia Geral;

XIII – Assessorar a organização do planejamento de atividades da AMURC;

XIV - Oferecer suporte ao atendimento das demandas dos associados;

XV - Zelar pela transparência financeira e acesso a informações concernentes à administração da AMURC;

XVI – Assegurar a manutenção de mecanismos de acesso a informação, viabilizando as ferramentas necessárias;

XVII - Oferecer suporte ao atendimento das demandas dos associados;

XVIII – Executar outras tarefas que lhe venham a ser atribuídas e consonantes com os objetivos da AMURC;

IX - DA ASSESSORIA TÉCNICA

Art. 23. A estrutura organizacional da Diretoria Executiva da AMURC será ratificada por resolução de Assembleia, assegurada a

descrição das atribuições funcionais dos cargos e seus respectivos níveis.

Art. 24. As futuras contratações de pessoal serão efetuadas mediante a fixação de regulamento público próprio, aprovado em Assembleia Geral.

§ 1º Mediante programa específico, poderão ser contratados estagiários, obedecida a legislação vigente.

Art. 25. As atribuições funcionais, as regras de organização interna, regras de compras, contratação de pessoal e demais normas de procedimento serão fixados por intermédio de Resoluções de Assembleia e ou Regimento Interno.

X – DO CONSELHO FISCAL DA ENTIDADE

Art. 26. O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) integrantes eleitos dentre os membros da Assembleia Geral que não integram a Diretoria Administrativa e não exerçam funções diretivas na entidade.

Art. 27. O mandato dos membros do Conselho Fiscal terá idêntica duração do mandato da Diretoria.

Art. 28. Compete ao Conselho:

I – Eleger o seu Presidente;

II - Acompanhar os balanços periódicos e assessorar a Diretoria Administrativa em matéria financeira;

III – Examinar o balanço financeiro anual e emitir parecer que será submetido à aprovação da Assembleia Geral;

IV - Zelar por regras de transparência financeira e contábil, promovendo o amplo acesso aos relatórios e informações financeiras da AMURC.

XI – DOS RECURSOS FINANCEIROS DA ENTIDADE

Art. 29. Os recursos financeiros da AMURC são provenientes:

I – Das contribuições financeiras mensais de cada Município, aprovadas em Assembleia Geral, com pagamento em desconto bancário automático na maior quota de ICMS para aos Municípios;

II – Dos recursos consignados no Orçamento da União e do Estado;

III – Do Produto de Operações de Crédito ou Aplicações Financeiras;

IV – De recursos oriundos de Convênios com outras entidades;

V – De recursos de prestações de serviços técnicos a terceiros;

VI – De recursos eventuais que lhe forem atribuídos.

§ 1º Até o encerramento do exercício, a Assembleia Geral apreciará proposta orçamentária preparada pela Diretoria Administrativa da AMURC;

§ 2º A contabilidade da AMURC atenderá os preceitos legais, especialmente as regras e metodologia da contabilidade comercial.

XII – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 30. Constituem direitos dos Associados:

I – Participar das Assembleias Gerais e discutir assuntos submetidos à apreciação dos associados;

II – Votar e ser votado;

III – Propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento da federação;

Art. 31. Constituem deveres:

I – Cumprir e fazer cumprir o Estatuto;

II – Acatar as determinações dos órgãos da AMURC;

III – Cumprir as obrigações e compromissos contraídos com a AMURC;

IV – Cooperar para a ordem, prestígio e desenvolvimento da AMURC, Municípios associados e com a região metropolitana;

V – Comparecer às reuniões e Assembleias Gerais;

VI – Responder subsidiariamente pelas obrigações sociais da AMURC.

Art. 32. Da Responsabilidade dos Membros: os membros não respondem, nem mesmo subsidiariamente pelos encargos e obrigações sociais da AMURC.

Art. 33. Os Municípios que tenham suas contribuições em atraso por mais de 3 (três) meses não terão direito a serviços da AMURC.

Art. 34. Os municípios com mais de 6 (seis) meses em atraso com suas obrigações financeiras, por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser desligados da AMURC.

Art. 35. O associado poderá pedir o seu desligamento da AMURC a qualquer tempo, e, no caso de justa causa, será excluído mediante decisão da Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada, assegurado o direito de ampla defesa.

XIII - DO PATRIMÔNIO DA ENTIDADE

Art. 36. Constituem Patrimônio da AMURC:

I – Bens móveis e imóveis;

II- Títulos diversos;

III- Recursos financeiros.

Art. 37. Nenhum Bem pertencente à AMURC poderá ser alienado sem a expressa autorização da Assembleia Geral.

Art. 38. Em caso de dissolução da AMURC, e somente neste caso, o Patrimônio reverterá em benefício dos Municípios Associados, sendo rateados proporcionalmente ao montante dos recursos repassados pelos associados durante o tempo de filiação.

Parágrafo único - eventuais bens móveis doados pelos associados reverterão ao doador.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA ENTIDADE

Art. 39. A dissolução da AMURC deverá ser deliberada e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim, na qual se exigirá a presença de todos os associados.

Parágrafo único – A AMURC poderá ser dissolvida a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, composta de associados quites com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de dois terços dos presentes, e obedecendo aos seguintes requisitos:

I - em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados;

II - em segunda chamada, meia hora após a primeira, com dois terços dos associados;

Parágrafo único - Em caso de dissolução social da AMURC, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão rateados proporcionalmente entre os entes associados.

Art. 40. A Reforma Estatutária será procedida em Assembleia Geral, convocada para este fim, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos entes associados.

Art. 41. Anualmente deverá ser apresentado um relatório Geral da AMURC, incluindo todas as atividades e projetos executados, acompanhado de prestação de contas.

Art. 42. Do exercício social: o exercício fiscal terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da AMURC e o balanço geral anual, em conformidade com as disposições legais.

§ 1º O balanço anual consolidado da AMURC será registrado e publicizado.

Art. 43. Cada Município reconhecerá em Lei especial sua condição

de membro da AMURC, obrigando-se ao cumprimento fiel do presente Estatuto.

Art. 44. É vedado à AMURC envolver-se em assuntos que não estejam de acordo com os seus objetivos, especialmente os de ordem político-partidários e ou religiosos.

Art. 45. A Diretoria Administrativa instalará uma comissão para desenvolvimento do Regimento Interno da AMURC, que deverá ser aprovado no prazo de um ano.

Art. 46. Nenhum dos cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal será remunerado.

Art. 47. Todos os funcionários serão regidos pela Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT).

Art. 48. Qualquer município associado poderá desfiliar-se da AMURC mediante decisão registrada, sendo que a decisão do afastamento não exime o município de recolher as importâncias devidas até a data da respectiva desfiliação.

Art. 49. Os casos omissos do presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Administrativa, ad referendum da Assembleia Geral, com fundamento da Lei Civil vigente.

Art. 50. A presente alteração do Estatuto Social entrará em vigor a partir da data de sua aprovação pela Assembleia Geral.

Curitiba, 01 de abril de 2016.

José Antônio Guidi	Osny Batista Alberton
Presidente	Vice Presidente
CPF – 352.219.259-15	CPF – 569.572.629-87

Domingos Scariot Junior	Silvio Granemann Calomeno
Conselho Fiscal	Conselho Fiscal
CPF - 522.097.689-34	CPF - 304.320.149-34

Sisi Blind	Rui Braun
Conselho Fiscal	Diretor Executivo
CPF - 538.607.219-68	CPF 621.152.199-53

Claudio Vieira França
Advogado
OAB 12626/SC

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA AMURC

ATA 002/2016 ELEIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA AMURC (01.04.2016)

ATA N.002/16 – 2ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO – AMURC

No primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas e trinta minutos, na sede da AMURC, cita na Rua Barão do Rio Branco, nº 359, em Curitiba, Estado de Santa Catarina, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária da AMURC, conforme publicado no Diário Oficial dos Municípios Catarinense através do ato 9484413 de 21 (vinte e um) de Março de 2016, os representantes legais da Associação dos Municípios da Região do Contestado (Amurc): José Antonio Guidi, Prefeito de Curitiba; Sisi Blind, Prefeita de São Cristóvão do Sul, Silvio Granemann Calomeno, Prefeito de Ponte Alta do Norte, Osny Batista Alberton, Prefeito de Frei Rogério e Domingos Scariot Junior, Prefeito de Santa Cecília. Registrou-se ainda a presença do advogado Claudio Vieira França; Rui Braun, da Secretaria Executiva da Amurc e dos membros do Conselho Deliberativo da Amurc, conforme nominata constante do termo de posse. Os comparecimentos foram registradas

em lista de presença própria. Conforme o edital de convocação (Anexo I) trata-se de Assembleia Geral convocada com o objetivo de analisar propostas de alteração estatutária e processo eleitoral, nos termos dos Art. 8º, I e Art. 17 do Estatuto Social vigente. O Presidente da Amurc, José Antonio Guidi promoveu as saudações usuais, agradeceu a presença de todos e, tendo constatado o quórum legal à deliberação das matérias de edital, iniciou os debates e informações referentes à proposta de reforma estatutária. Tratando do item “1” da pauta, informou e apresentou cópias do anteprojeto de reforma do Estatuto Social (Anexo II) preparado por comissão interna da associação. Registrou que o grupo de trabalho de preparação do projeto de alteração do Estatuto teve a participação do advogado Claudio Vieira França e do Secretário Executivo da Amurc, Rui Braun. Explanou ainda sobre as razões desta quarta proposta de alteração estatutária, que é providência indispensável para a adequação do organograma estrutural, ajustes de aspectos organizacionais, melhorias em regimentos e especialmente a composição do Conselho Deliberativo da entidade, grupo este que auxiliará na administração da Amurc na condição de órgão assessor e quando necessário, na condição de fórum diretivo da Amurc, tudo destinado ao bom exercício e desempenho organizacional da AMURC. Após os debates e esclarecimentos técnicos, apresentou-se ainda o novo organograma funcional da Amurc (Anexo III) que já contempla as reformas realizadas. Tendo por objeto o projeto global de reforma do Estatuto Social, o Presidente José Antonio Guidi colocou a matéria em deliberação, sendo a proposta aprovada em seu conjunto, por unanimidade dos presentes. O inteiro teor do novo Estatuto Social da Amurc está consolidado em nova redação e receberá, em seu corpo, a assinatura reconhecida de todos os componentes da Assembleia, nos termos requeridos. Ato contínuo, o presidente da Amurc passou ao item “2” da pauta de deliberações. Esclareceu que em face da legislação eleitoral e do período eleitoral que se aproxima, se constatou impedimentos legais dos mandatários e componentes da Diretoria da Amurc razão que exige a realização de novas eleições. Comunicou que em razões pessoais e eleitorais está renunciando, neste ato, ao cargo de Presidente da Amurc. Igual situação constatou-se conquanto a posição do Vice-Presidente, Osny Batista Alberton que também se deu por impedido. Suspensa a seção por 5 (cinco) minutos e na sua retomada, constatou-se que dentre os prefeitos aptos a assumir a Diretoria Administrativa e Conselho Fiscal, não havia interesse e nem número suficiente de mandatários para a composição da estrutura diretiva da AMURC. Constatado o impedimento de todos, explicou-se as providências legais tomadas e a necessidade de composição do Conselho Deliberativo da entidade, como forma de resolver a lacuna. Assim, a presidência colocou em discussão o item “3” do edital de convocação, dando por tarefa a imediata composição do Conselho Deliberativo da AMURC, órgão criado e regulamentado no novo Estatuto Social. Claudio Vieira França, assessor jurídico da Amurc esclareceu que conforme preveem os artigos 6º, 7º, 8º, 15, 17 e 18 do novo Estatuto Social, nas hipóteses de vacância e impedimento, prevê-se que o Conselho Deliberativo da Amurc, assumirá na condição de órgão responsável pela administração legal e representação da AMURC. Assim sendo, o Presidente requereu dos prefeitos presentes, a imediata indicação do nome e dos dados do representante oficial de cada município, conforme fixado pelo Artigo 15 do novo Estatuto Social. A composição do primeiro Conselho Deliberativo restou assim definida: Carlos Roberto Vezaro, Chefe de Gabinete do Município de Curitiba; Thuaney Cristine Coelho, Secretária de Administração do Município de Ponte Alta do Norte; Katia Regina da Silva, Secretária de Assistência Social do Município de São Cristóvão do Sul; Joao Ernesto Stedile, Contador do Município de Santa Cecília e Valmor Ângelo Tagliari, advogado do Município de Frei Rogério. Anotou-se ainda como membro nato do Conselho, Rui Carlos Braun, doravante Diretor Executivo da Amurc, uma vez que este cargo possui assento natural no Conselho Deliberativo da AMURC. O presidente explicou ainda, que visando a boa administração da entidade, conforme o inciso II do Artigo 8º, cabe a esta Assembleia indicar, dentre os componentes

do Conselho Deliberativo, um representante para assumir a condição de responsável auxiliar pelos assuntos administrativos e gerenciais da Amurc, especialmente para fazer frente, juntamente com o Diretor Executivo, às demandas de coordenação financeira da Amurc. Para esta função, indicou-se, por unanimidade, Carlos Roberto Vezaro que passará a responder, em conjunto com o Diretor Executivo Rui Braun pela administração financeira da entidade, sendo-lhes concedido todos os poderes para o cumprimento desta função, enquanto perdurar o mandato. Os seis membros do Conselho Deliberativo da Amurc foram imediatamente empossados e assinarão a presente ata, caracterizando a sua posse, neste ato, conforme expressa o anexo IV. O Presidente esclareceu ainda que em face da ausência da Diretoria Administrativa todas as atividades de representação legal serão exercidas pelo Conselho Deliberativo, na pessoa do Diretor Executivo, obedecidas as condições expressas no artigo 16 do Estatuto Social. Neste sentido, a partir da presente data, caberá aos responsáveis indicados pelo Conselho Deliberativo providenciar todas as demandas legais, especialmente, registro do Estatuto, ajuste de contas bancárias, anotação de responsabilidade perante a Receita Federal e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, dentre outros. A presidência que outrora deixa suas funções informou ainda que em face do período de transição legal, ordenou à Secretaria Executiva a antecipação das programações financeiras do mês de abril, autorizando seu agendamento em 31 (trinta e um) de março. Informou ainda que autorizou ao Diretor Executivo a promover as medidas administrativas à exoneração da servidora Michelli Pellizzaro. Os assuntos diversos da Assembléia passarão em anexo específico postumamente assinado pelos presentes. Sem Nada mais havendo a tratar, o Diretor Executivo da Amurc agradeceu a presença de todos, deu a reunião por encerrada e eu, Luana Ferreira, lavrei a presente ata que lida, foi aprovada. Postumamente colher-se-ão as assinaturas dos presentes, reconhecidas presencialmente, em cartório.

Curitiba, 01 de abril de 2016.

José Antônio Guidi Osny Batista Alberton
Presidente Vice Presidente
CPF – 352.219.259-15 CPF – 569.572.629-87

Domingos Scariot Junior Silvio Granemann Calomeno
Conselho Fiscal Conselho Fiscal
CPF - 522.097.689-34 CPF –304.320.149-34

Sisi Blind
Conselho Fiscal
CPF - 538.607.219-68

Rui Carlos Braun
Diretor Executivo
CPF 621.152.199-53

Luana Ferreira
Assistente Administrativa da Amurc

Claudio Vieira França
Advogado
OAB 12626/SC

TERMO DE POSSE E ASSINATURA DA ATA MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DA AMURC

CARLOS ROBERTO VEZARO
CHEFE DE GABINETE
CPF: 310.203.649-04
REPRESENTANTE DOMUNICÍPIO DE CURITIBANOS

KATIA REGINA DA SILVA
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CPF: 847.929.149-49
REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

THUANY CRISTINE COELHO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
CPF: 053.636.059-61
REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE

VALMOR ÂNGELO TAGLIARI
PROCURADOR
CPF: 035.328.379-78
REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

JOÃO ERNESTO STEDILE
CONTADOR
CPF: 522.096.799-15
REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE SANTA CECILIA

RUI CARLOS BRAUN
DIRETOR EXECUTIVO
CPF: 621.152.199-53
REPRESENTANTE DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AMURC

FECAM

RESOLUÇÃO Nº 008/2016 - CRONOGRAMA DE PONTOS FACULTATIVOS E DATAS DE PAGAMENTO DA FOLHA RESOLUÇÃO Nº 008/2016

A Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, SISI BLIND, Prefeita de São Cristóvão do Sul, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1- As Folhas de Pagamento da Federação Catarinense de Municípios, a partir do mês de abril de 2016, seguirão o calendário mensal de pagamento estabelecido na tabela abaixo.

MÊS	DIA
Abril	27
Maio	27
Junho	27
Julho	27
Agosto	26

Setembro	27
Outubro	27
Novembro	25
Dezembro	21
13 Salário – Primeira Parcela	30/11/2016
13 Salário – Segunda Parcela	20/12/2016

2- Os Valores de Vale Refeição e Alimentação, a partir do mês de abril de 2016, terão seus valores creditados no último dia útil de cada mês.

3- Em decorrência de feriados definidos em lei nacional, estadual ou municipal, próximos ao início ou fins de semana, ficam estabelecidos pontos facultativos conforme tabela abaixo.

DIA	DESCRIÇÃO	PERÍODO
22/04/2016	Ponto facultativo posterior ao feriado de Tiradentes	Integral
27/05/2016	Ponto facultativo posterior ao feriado de Corpus Christi	Integral
14/11/2016	Ponto facultativo anterior ao feriado da Proclamação da República	Integral

3- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Florianópolis, SC, 19 de abril de 2016.

SISI BLIND

Prefeita de São Cristóvão do Sul

Presidente da FECAM

GRANFPOLIS

PORTARIA Nº 02/2002

PORTARIA Nº 02/2002

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, no uso das suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com o que estabelece o Regulamento de Pessoal,

RESOLVE,

1. Admitir, a partir do dia 03 (três) de outubro de 2002, o senhor MIGUEL AUGUSTO FORBECK FARACO, portador da CTPS nº 23280, Série 00008-SC, para ocupar o cargo de Técnico em Administração Pública, Classe H, Nível 7, considerando o tempo de serviço prestado à esta Associação de Municípios, na condição de servidor do Banco do Estado de Santa Catarina S/A, à disposição desta entidade (vinte e oito anos e sete meses) para efeito de concessão dos benefícios previstos no artigo 47 do Regulamento de Pessoal.

2. Designar o senhor MIGUEL AUGUSTO FORBECK FARACO, para exercer a Função Gratificada I, de Secretário Executivo, a partir de 03 de outubro de 2002.

3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Florianópolis, 03 de outubro de 2002.

PAULO ROBERTO VIDAL

Prefeito Municipal de Palhoça

PRESIDENTE

Consórcios

CIGA

Extrato de Contrato n. 245 - Câmara Municipal de Ponte Alta do Norte

EXTRATO DE CONTRATO Nº 245/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Ponte Alta do Norte

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Ponte Alta do Norte

CNPJ: 10.295.218/0001-74

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 05 de abril de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

CONTRATO Nº 2016/005 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/005

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Ladehoff Comércio e Serviços de Terraplanagem Ltda EPP

OBJETO: Alteração do prazo de execução para 120 (cento e vinte) dias.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 11 de março de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

LICITAÇÃO Nº 001/2016 - ATA DE ANÁLISE DE RECURSO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

ATA DE ANÁLISE DE RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO DE LICITANTE

Licitação nº 001/2016 – Convite

Aos dezoito dias de abril de dois mil e dezesseis (18/04/2016), no escritório do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Resolução nº 143/16, sob a presidência da Sra. Patricia Barbaresco, estando presentes os membros James Schmitt e André Moro da Silva, para análise e julgamento do recurso apresentado pela empresa ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA contra a habilitação de outras licitantes, devidamente impugnado pela empresa BORTOLUZZI E MARTINS ENGENHARIA LTDA ME, nos autos da Carta Convite nº 001/2016.

Confirmado a tempestividade do recurso e a intimação das outras licitantes a respeito deste, com o recebimento de uma impugnação ao recurso, a Comissão de Licitações encaminhou os autos para diligência junto a Assessoria Jurídica do Consórcio Público, a qual exarou o parecer juntado aos autos.

Deste modo, considerando-se que compete a Comissão de Licitações a análise prévia do recurso, podendo reconsiderar sua decisão a respeito da habilitação das empresas Recorridas, no prazo de cinco dias, ou, neste mesmo prazo, encaminhar os autos do processo para o Sr. Presidente do CIMVI para julgamento, bem como que o parecer jurídico orienta pela manutenção da decisão recorrida, a Comissão de Licitações decide manter a habilitação das empresas ELÉTRICA REITER LTDA EPP, ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA e BORTOLUZZI E MARTINS ENGENHARIA LTDA ME, esta última com ressalva em relação a habilitação fiscal que fica postergada para o momento posterior à eventual classificação das propostas, nos termos do item nº 9.2.4.1, letra "b.2" do Edital, tendo em vista que apresentou prova de regularidade para com a Fazenda Federal com a validade expirada, conforme motivação apresentada na Ata de Julgamento exarada nesta licitação em 20/03/2016, encaminhando-se o processo a Autoridade Superior do Consórcio Público, para que profira sua decisão a respeito do recurso.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos membros da Comissão de Licitações, para os fins legais.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PATRICIA BARBARESCO Presidente	JAMES SCHMITT Secretário	ANDRE MORO DA SILVA Membro
-----------------------------------	-----------------------------	-------------------------------

LICITAÇÃO Nº 001/2016 - JULGAMENTO RECURSO

LICITAÇÃO nº 01/2016 – CONVITE

JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES QUE HABILITOU OUTRAS EMPRESAS LICITANTES:

Recorrente: ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA

Diante da análise do recurso administrativo e dos autos da licitação, em especial pelas razões de mérito e de direito apontadas, homologo a decisão da Comissão de Licitações em relação à habilitação das empresas ELÉTRICA REITER LTDA EPP, ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA e BORTOLUZZI E MARTINS ENGENHARIA LTDA ME, esta última com habilitação fiscal postergada na forma da Lei, frente ao atendimento das exigências editalícias estabelecidas no certame em epígrafe.

Desta forma, conheço do recurso administrativo apresentado pela recorrente acima identificada e, no mérito, nego-lhe provimento.

P.R.I.

Retorne os autos à Comissão de Licitações para cumprimento deste despacho, inclusive com intimação dos licitantes, dando-se seguimento regular ao certame.

Timbó (SC), 19 de Abril de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente do CIMVI.

CIS/AMARP**ATA CISAMARP 02 2016 ASSEMBLÉIA GERAL**

ATA 02/2016 – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP. Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, no Auditório da AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, sito à Rua Manoel Roque, noventa e nove, Bairro Alvorada, no município de Videira/SC, reuniram-se os prefeitos dos municípios consorciados em Assembléia Geral. O presidente do CISAMARP Excelentíssimo Sr. Luciano Paganini, Prefeito do município de Iomerê, cumprimentou os presentes e deu início a Assembléia Geral Extraordinária do CISAMARP, dizendo aos presentes que na última reunião havia assumido o compromisso de que traria novamente ao CISAMARP o Sr. Marcelo José Borsatti como Diretor desse consórcio, fato esse que se efetivou no dia 15 de março do corrente ano, em sequência passou a palavra ao Diretor desse consórcio o qual iniciou a sua fala dizendo que há a necessidade de ratificação da nomeação da Sra. Vera Matheus de Castro como Gerente de Programa e do Sr. Marcelo José Borsatti, como Diretor Executivo, as quais foram ratificados por unanimidade dos presentes, seguindo a reunião o Sr. Marcelo explanou sobre o novo mutirão de cirurgias do Estado de Santa Catarina ao qual os municípios da região irão aderir e o CISAMARP será parceiro novamente com a complementação dos valores pagos aos prestadores de serviço, estando todos os prefeitos em acordo com a complementação, disse ainda sobre o mutirão do ano de 2015 que com a parceria do consórcio foram realizadas mais de 360 cirurgias de diversas especialidades e que para o ano de 2016 a previsão é de que essa quantidade aumente, há um equívoco que alguns municípios estão fazendo em relação as cotas de Aih's sendo que a cota que foi liberada pelo

Estado para 3 meses se refere apenas as cirurgias eletivas, as outras AIH's estão sendo disponibilizadas via regulação, desfeito o mal entendido, passou a explanar sobre a devolução dos valores de recursos de rateio aos municípios, sendo os valores que foram devolvidos os seguintes: R\$ 3.391,95 para os municípios de Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto e Videira, R\$ 2.081,95 para o município de Rio Das Antas, e R\$ 3.281,95 para o município de Salto Veloso. Na sequência o Sr. Marcelo lembrou aos prefeitos que o consórcio está apto a receber recursos de PPI os quais após realização de produção pelos municípios e pagamento pelo município de Videira, gestor do CISAMARP, serão devolvidos aos municípios produtores, desde início da habilitação apenas 3 municípios alocaram recursos de PPI no consórcio, e receberam recursos, sendo eles Ibiam que recebeu R\$ 1.743,48, Salto Veloso que recebeu R\$ 10.728,17 e Fraiburgo que recebeu 4.141,86, lembrando ainda que o consórcio está disponível para os demais interessados. Quanto a questão da reposição salarial do ano e data base que será no mês de maio o Sr. Marcelo disse que como a autorização da reposição não foi procedida até o dia 02 de abril, seis meses antes da eleição, pois havia uma dúvida se o consórcio deveria ou não respeitar a lei eleitoral, sendo que a dúvida foi sanada após o decorrer do prazo e que esse consórcio é sujeito a lei eleitoral, seus funcionários ficaram sem receber a reposição referente ao período de maio de 2015 até dezembro de 2015, sendo que receberão apenas o referente aos meses do ano eleitoral sendo de janeiro de 2016 até maio de 2016, ficando homologada a decisão pelos prefeitos presentes a reunião, cogitou-se a mudança da data base para o mês de fevereiro de cada ano para evitar conflitos com a lei eleitoral, sendo que essa decisão ficou para ser discutida em próxima reunião. Nada mais havendo a tratar foi devolvida a palavra ao presidente do CISAMARP Sr. Luciano Paganini o qual agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a referida assembleia, e para constar solicitou a mim Marcelo Borsatti que redigisse a presente ata, a qual após lida e achada conforme vai assinada pelos prefeitos presentes.

LUCIANO PAGANINI	ALCEDIR FELCHILCHER
PREFEITO DE IOMERÊ	PREFEITO DE ARROIO TRINTA
PRESIDENTE DO CISAMARP	
IVONE MAZUTTI DE GERONI	GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITA DE CALMON	PREFEITO DE CAÇADOR
IVO BIAZZOLO	GILMAR FONTANA
PREFEITO DE FRAIBURGO	PREFEITO DE IBIAM
LUDOVINO LABAS	EMERSON ZANELLA
PREFEITO DE LEBON RÉGIS	PREFEITO DE MACIEIRA
RAUL RIBAS NETO	EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO DE MATOS COSTA	PREFEITO DE PINHEIRO PRETO
ALCIR JOSÉ BODANESE	CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO DE RIO DAS ANTAS	PREFEITO DE SALTO VELOSO

WILMAR CARELLI	
PREFEITO DE VIDEIRA	

EXTRATO DE CONVÊNIO 01 2016**EXTRATO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CISAMARP/AMARP**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe AMARP, associação de direito privado, CNPJ 82.828.336/0001-01.

Espécie: Convênio de Cooperação Técnica.

Objeto: Tem como objeto a prestação de apoio técnico entre CISAMARP e AMARP.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Convênio: 01/2016.

Prazos: inicia-se em 02 de maio de 2016, encerrando-se em 01 de maio de 2017.

Valor: R\$ 3.915,04 (Três mil, novecentos e quinze reais e quatro centavos).

Data da Assinatura: 19/04/2016.

Signatários: Prefeito Luciano Paganini e Prefeito Euzébio C. Viecegli.

TERMO ADITIVO SUPRESSIVO 01 2016

TERMO ADITIVO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2016 CELEBRADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CISAMARP E A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - AMARP, QUE TEM POR OBJETO O APOIO TÉCNICO.

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CISAMARP, Associação pública de direito público, CNPJ 11.023.771/0001-10, neste ato representado por seu Presidente, Prefeito de Iomerê, Sr. Luciano Paganini e a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe AMARP, associação de direito privado, CNPJ 82.828.336/0001-01, neste ato representado por seu presidente, Prefeito de Pinheiro Preto, Sr. Euzébio C. Viecegli.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao convênio de Cooperação Técnica n.º 01/2015, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO de 40,27 % (quarenta inteiros e vinte e sete centésimos por cento) do valor do convênio firmado entre as partes, justificado pela redução dos serviços prestados pela AMARP ao CISAMARP.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

O valor mensal do convênio, após a supressão, é R\$ 3.559,13 (Três mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e treze centavos).

Os efeitos financeiros decorrentes do decréscimo vigoram a partir de 01 de março de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre do acordo entre o Presidente da AMARP e o Presidente do CISAMARP, e encontra amparo legal no artigo 65, § 2º inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, e pelas testemunhas abaixo.

Videira, 22 de março de 2016.

Luciano Paganini	Euzébio C. Viecegli
Presidente CISAMARP	Presidente AMARP

TESTEMUNHAS:

Marcelo José Borsatti	Vera Matheus de Castro

425.790.239-68	033.681.689-83
Humberto Dalpizzol	
OAB/SC 15588	

CIS/AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 114, DE 19/04/2016.

RESOLUÇÃO nº 114, de 19/04/2016.

Declara ponto facultativo o dia 22 de abril de 2016, e dá outras providências.

Pedro Celso Zuchi, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CISAMVI; e

Considerando-se que no dia seguinte ao feriado nacional de Tiradentes será sexta-feira, intercalando o feriado com o final de semana, e que as repartições públicas estaduais e federais da região, bem como as instituições financeiras e a grande maioria dos órgãos públicos municipais, estarão fechados para atendimento ao público;

Considerando-se que os serviços do CISAMVI ficarão prejudicados em face da paralisação dos serviços dos demais órgãos públicos da região, e que haverá redução de despesas com a concessão de ponto facultativo e suspensão de atendimento na sede do Consórcio neste dia, sem prejuízo aos Municípios associados;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar facultativo o expediente aos empregados do CISAMVI na data de 22 de abril de 2016 (sexta-feira pós feriado nacional de Tiradentes).

Art. 2º - O empregado que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o artigo 1º desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Secretário Executivo, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela CISAMVI, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 19 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Presidente do CISAMVI

CIS/AMOSC

RESOLUÇÃO Nº 04/2016

RESOLUÇÃO Nº 04/2016

VILMAR FOPPA, Prefeito de Caxambu do Sul, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelos art. 23 e 24 do Estatuto Social:

RESOLVE

Art. 1º Contratar TATIANE FILIPPI CHIELLA, para exercer o emprego público de Auxiliar Administrativo, nível médio, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, aprovado no Concurso Público nº 01/2015, pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de R\$ 1.870,00 (um mil, oitocentos e setenta reais), mais vale alimentação de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 18 de abril de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito de Caxambu do Sul

Presidente do CIS-AMOSC

CIS/AMUREL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AGO - 27/04/2016EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 27 de abril de 2016, às 09h30min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h45min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

I. Aprovação da Ata da Assembléia Anterior; (cópia entregue)

II. Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis referentes ao 1º bimestre de 2016;

III. Assuntos Diversos.

Tubarão, 14 de abril de 2016.

ANTONIO FELIPPE SOBRINHO

Presidente do CISAMUREL

CISAM

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 11/2016

RESOLUÇÃO Nº 11/2016

“Dispõe sobre as Metas e Diretrizes Orçamentárias do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, para o exercício de 2017, e dá outras providências.”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições e considerando a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, de 31 de março de 2016, que APROVOU as Metas e Diretrizes Orçamentárias PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada as metas do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM Meio Oeste, para o exercício de 2017, com valor previsto em R\$ 799.600,00 (setecentos e noventa e nove mil e seiscentos reais), conforme detalhamento a seguir:

METAS E DIRETRIZES DO EXERCÍCIO 2017

PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO CONSÓRCIO CISAM MEIO OESTE

ÓRGÃO: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE

UNIDADE: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE					
PROGRAMA					
04 – CONTROLE DE QUALIDADE DE AGUA E ESGOTO					
DIRETRIZ					
CONTROLE DE QUALIDADE DE AGUA E ESGOTO					
OBJETIVOS					
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL.					
AÇÕES	PRODUTO	UNID/MED	META	VALOR	FONTE
2.002 – Operação e Manutenção dos Serviços de Regulação e Fiscalização	Consórcio Público	Unidade	01	220.000,00	R. Munic.
2.001 – Operação e Manutenção do Consórcio	Consórcio Público	Unidade	01	522.600,00	R. Munic.
1.001 – Construção e Adequação do Consórcio	Edificação e Equipamentos	Unidade	01	57.000,00	R. Munic.
TOTAL				799.600,00	

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 04 de abril de 2016.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM Meio Oeste

CONSÓRCIO - CVC

EDITA DE PREGÃO ELETRÔNICO 004/2016

CONSORCIO INRTEMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2016 – CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 004/2016 - CVC

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2016 - CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016 - CVC

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34, e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, nº 1435, Centro, no município de União do Oeste - SC, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação do objeto abaixo indicado, com fornecimento parcelado para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Municípios de: Coronel Freitas, Formosa do Sul e Quilombo.

TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 20/04/2016 até às 19:00 horas do dia 04/05/2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 07:30 às 08:59 horas do dia 05/05/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 05/05/2016.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas – SC.

Pregoeiro: Edir Antonio Bagio

E-mail: compras@consorciovc.sc.gov.br

Telefone: (49) 3347-0819

As condições estatuídas neste Edital, que será regido pela Resolução nº 001, de 19 de março de 2015, Resolução nº 002, de 24 de março de 2015, Resolução nº 003, de 27 de março de 2015, as quais se encontram disponíveis no site do CVC (www.consorciovc.sc.gov.br), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1. DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC: Municípios de Coronel Freitas, Formosa do Sul e Quilombo, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO
1	1	COMP	A A SALICÍLICO PREVENT 100MG	7935
2	1	FRASCO	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	7003
3	1	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	7004

4	1	COMP	ACECLOFENACO 100 MG	7005
5	1	COMP	ACETAZOLAMIDA 250 MG	7006
6	1	COMP	ACICLOVIR 200 MG FRACIONÁVEL	7007
7	1	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 GR	7008
8	1	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	7009
9	1	COMP	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO	7010
10	1	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 200 MG TAMPONADO	7011
11	1	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 300 MG TAMPONADO	7012
12	1	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 325 MG TAMPONADO	7013
13	1	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500 MG	7014
14	1	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 81 MG TAMPONADO	7015
15	1	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	7017
16	1	FRASCO	ACIDO GAMA AMINO BUTIRICO 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO DE 100 ML	7018
17	1	COMP	ACIDO GAMA AMINO BUTIRICO 250 MG	7019
18	1	COMP	ACIDO IBANDRONICO 150 MG	7020
19	1	COMP	ACIDO MEFENÂMICO 500 MG	7021
20	1	COMP	ACIDO TIOCTICO 600MG HR	7936
21	1	FRASCO	ACIDO VALPROICO 250MG/5ML FRASCO 100 ML	7925
22	1	AMPOLA	AGUA BIDEESTILADA PARA INJEÇÃO DE 5 ML	7026
23	1	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	7027
24	1	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	7028
25	1	FRASCO	ALCAFTADINA 0,25 % FRASCO DE 3 ML	7029
26	1	COMP	ALENDRONATO SÓDICO 10 MG CARTELAS COM 4 COMP	7030
27	1	COMP	ALENDRONATO SÓDICO 70 MG CARTELAS COM 4 COMP	7031
28	1	FRASCO	ALFAESTRADIOL 0,25MG/ML SOL TOPICA DE 100 ML	7032
29	1	COMP	ALOPURINOL 100 MG	7033
30	1	COMP	ALOPURINOL 300 MG	7034
31	1	COMP	ALPRAZOLAM 0,25 MG	7035
32	1	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	7036
33	1	COMP	ALPRAZOLAM 1 MG XR COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	7038
34	1	COMP	ALPRAZOLAM 2 MG	7039
35	1	COMP	AMANTADINA 100 MG	7040
36	1	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 15MG/5ML FRASCO DE 120 ML	7041
37	1	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 30MG/5ML FRASCO DE 120 ML	7042
38	1	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM CLORTALIDONA, 5 MG + 25 MG	7043
39	1	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLORITIAZIDA, 2,5MG + 25MG	7044
40	1	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	7045
41	1	COMP	AMINAFTONA 75 MG	7046
42	1	COMP	AMINOFILINA 100 MG	7047
43	1	AMPOLA	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	7048
44	1	COMP	AMIODARONA 100 MG	7049
45	1	COMP	AMIODARONA 200 MG	7050
46	1	AMPOLA	AMIODARONA 50MG/ML AMPOLAS COM 3 ML	7051
47	1	COMP	AMITRIPTILINA 10 MG	7053
48	1	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	7054
49	1	COMP	AMITRIPTILINA 75 MG	7055
50	1	FRASCO	AMOXICILINA 100MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 150 ML	7056
51	1	CAPSULA	AMOXICILINA 500 MG	7057
52	1	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 150 ML	7058
53	1	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 60 ML	7059
54	1	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 80 MG + 11,5 MG PÓ PARA SUSPENÇÃO ORAL FRASCO COM 75 ML	7060
55	1	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 100 ML	7061
56	1	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 500+125 MG	7062
57	1	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG	7063
58	1	CAPSULA	AMPICILINA 500 MG	7064
59	1	FRASCO	AMPICILINA SUSPENSÃO 50 MG/ML, FRASCO 150 ML	7065
60	1	COMP	ANLIDIPINO BESILATO, ASSOICIADO À BENAZEPRILA CLORIDRATO, 5 MG + 10 MG	7067

61	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG	7068
62	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG + RAMIPRIL 10 MG	7069
63	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG	7071
64	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + ATENOLOL 25 MG	7072
65	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + ATENOLOL 50 MG	7073
66	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + RAMIPRIL 10 MG	7074
67	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + TELMISARTANA 80 MG	7075
68	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + LOSARTANA POTASSICA 50 MG	7076
69	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG	7077
70	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + RAMIPRIL 5 MG	7078
71	1	COMP	ANLODIPINO, BESILATO ASSOCIADO A BENAZEPRILA CLORIDRATO 2,5MG+10MG	7079
72	1	COMP	APIXABANA 5MG	7937
73	1	COMP	ATENOLOL 100 MG	7080
74	1	COMP	ATENOLOL 25 MG	7081
75	1	COMP	ATENOLOL 50 MG	7082
76	1	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 100/25 MG	7083
77	1	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12,5 MG	7084
78	1	COMP	ATENSINA 0,100 MG	7085
79	1	COMP	ATENSINA 0,150 MG	7086
80	1	COMP	ATENSINA 0,200 MG	7087
81	1	COMP	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG	7088
82	1	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7089
83	1	COMP	AZATIOPRINA 50 MG	7090
84	1	COMP	AZITROMICINA 500 MG	7091
85	1	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG	7092
86	1	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 900 MG	7093
87	1	COMP	BACLOFENO 10 MG	7094
88	1	FRASCO	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250 MCG/DOSE SPRAY ORAL FR 200 DOSES	7095
89	1	FRASCO	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 400 MCG COM 60 CAPSULAS	7097
90	1	FRASCO	BENZIDAMINA, CLORIDRATO 500 MG PÓ PARA PREPARAÇÃO EXTEMPORANEA	7099
91	1	FR + AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	7101
92	1	AMPOLA	BENZILPENICILINA BENZATINA 400000 UI PÓ PARA SUSPENÇÃO INJ	7102
93	1	AMPOLA	BENZILPENICILINA, BENZATINA 600000 UI AMPOLAS	7103
94	1	FRASCO	BENZOATO DE BENZILA 25% EMULSÃO TÓPICA C 80 ML	7104
95	1	FRASCO	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSAO ORAL FR 100 ML	7105
96	1	BISNAGA	BENZOILMETRONIDAZOL, ASSOCIADO À NISTATINA E CLORETO DE BENZALCÔNIO, 62,5 MG + 25.000 UI + 1,25 MG/G, CREME VAGINAL, COM APLICADOR (S) BISNAGA 40 GRAMAS	7106
97	1	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG	7107
98	1	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG	7108
99	1	AMPOLA	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	7109
100	1	FRASCO	BETAXOLOL, CLORIDRATO 0,5% FRASCO DE 5 ML	7112
101	1	FRASCO	BIMATOPROSTA 0,03 % + MALEATO DE TIMOLOL 0,5 % FRASCO DE 5 ML OFTAMICO	7115
102	1	FRASCO	BIMATOPROSTA RC FR C/3MI	7938
103	1	COMP	BIPERIDENO 2 MG	7116
104	1	COMP	BISACODIL 5 MG	7117
105	1	COMP	BISOPROLOL , FUMARATO 5 MG	7119
106	1	COMP	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	7120
107	1	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 1,25 MG	7121
108	1	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG	7122
109	1	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG	7123
110	1	FRASCO	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLINA + TRIETANOLAMINA - SOLUÇÃO OTOLÓGICA (CERUMIN ®)	7001
111	1	FRASCO	BRIMONIDINA 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7124
112	1	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 1,5 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	7125
113	1	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 2 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	7126
114	1	FRASCO	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML SUSPENÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7127

115	1	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7128
116	1	COMP	BROMAZEPAM 3 MG	7129
117	1	COMP	BROMAZEPAM 6 MG	7130
118	1	COMP	BROMOPRIDA 10 MG	7131
119	1	FRASCO	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	7132
120	1	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA DE 2 ML	7133
121	1	COMP	BRONCHO-VAXON 7MG	7939
122	1	FRASCO	BUDESONIDA 400 MCG PO PARA INALAÇÃO COM 60 CAP	7135
123	1	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL , 64 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	7136
124	1	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 32 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	7137
125	1	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 50 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	7138
126	1	FRASCO	BUDESONIDA+FORMOTEROL 6/200MCG 120 DOSES	7940
127	1	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	7139
128	1	COMP	BUSPIRONA 5 MG	7140
129	1	UNIDADE	CALAMINA, ASSOCIADA COM DIFENIDRAMINA, CANFORA E GLICEROL 80 MG + 10 MG + 1 MG + 0,02 MG/ML LOÇÃO FRASCO 100 ML	7142
130	1	CAIXA	CALCIO + VITAMINA D TABLETES CAIXA COM 60 TABLETES	7144
131	1	COMP	CANDESARTANA CILIXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 16/12,5MG COMPRIMIDO	7146
132	1	COMP	CANDESARTANA, CILEXETIL 16 MG	7147
133	1	COMP	CANDESARTANA, CILEXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 8MG/12,5MG	7148
134	1	COMP	CAPTOPRIL 12,5 MG	7150
135	1	COMP	CAPTOPRIL 25 MG	7151
136	1	COMP	CAPTOPRIL 50 MG	7152
137	1	FRASCO	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	7153
138	1	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	7154
139	1	COMP	CARBAMAZEPINA 400 MG	7155
140	1	COMP	CARBAMAZEPINA CR 200 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7156
141	1	COMP	CARBAMAZEPINA CR 400 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7157
142	1	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML	7160
143	1	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	7161
144	1	COMP	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	7162
145	1	COMP	CARBONATO DE CALCIO 500 MG + COLECALCIFEROL 600 UI	7163
146	1	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 200 UI	7164
147	1	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	7165
148	1	COMP	CARBONATO DE LITIO 300 MG	7166
149	1	COMP	CARBONATO DE LITIO CR 450 MG	7167
150	1	FRASCO	CARBOXIMETILCELULOSE 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML	7168
151	1	FRASCO	CARMELOSE SODICA 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO COM 15 ML	7169
152	1	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	7170
153	1	COMP	CARVEDILOL 25 MG	7171
154	1	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG, CARTELA	7172
155	1	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	7173
156	1	COMP	CEFACLOR 500 MG	7174
157	1	COMP	CEFACLOR BD 375MG/5ML FRASCO DE 80 ML	7175
158	1	FRASCO	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	7176
159	1	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	7177
160	1	FRASCO	CEFALEXINA MONOIDRATADA 250MG/5ML FRASCO COM 100 ML	7178
161	1	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G ENDOVENOSA, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	7180
162	1	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G INTRAMUSCULAR, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	7181
163	1	AMPOLA	CEFTRIAXONA SODICA 500 MG INTRAMUSCULAR + DILUENTE	7182
164	1	COMP	CELECOXIBE 200 MG	7183
165	1	FRASCO	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO FRASCO 100 ML	7184
166	1	BISNAGA	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	7185
167	1	COMP	CETOCONAZOL 200 MG	7186
168	1	COMP	CETOPROFENO 100 MG	7187
169	1	AMPOLA	CETOPROFENO 100 MG, PÓ LIOFILO PARA INJETÁVEL ENDOVENOSO	7188

170	1	COMP	CETOPROFENO 150 MG	7189
171	1	COMP	CETOPROFENO 50 MG	7190
172	1	AMPOLA	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	7191
173	1	FRASCO	CETOTIFENO, FUMARATO ÁCIDO, 0,2 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	7192
174	1	COMP	CETOTIFENO, FUMARATO ÁCIDO, 1 MG COMPRIMIDO	7193
175	1	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETAVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	7194
176	1	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS.	7195
177	1	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDARATO 10 MG	7196
178	1	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	7197
179	1	COMP	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO ASSOCIADO COM LISINA CLONIXINATO 5 MG + 125 MG	7198
180	1	COMP	CILOSTAZOL 100 MG	7199
181	1	COMP	CILOSTAZOL 50 MG	7200
182	1	COMP	CIMETIDINA 200 MG	7201
183	1	AMPOLA	CIMETIDINA 300 MG/2ML AMPOLAS DE 2 ML	7202
184	1	COMP	CINARIZINA 25 MG	7203
185	1	COMP	CINARIZINA 75 MG	7204
186	1	FRASCO	CIPROEPTADINA 4MG + CLORIDRATO DE TIAMINA 0,6MG + RIBOFLAVINA 0,75MG + CLORIDRATO DE PIRODOXINA 0,67MG + NICOTINAMIDA 6,67MG + ÁCIDO ASCÓRBICO 21,67MG LIQ FRSC 240 ML	7205
187	1	COMP	CIPROFIBRATO 100 MG	7207
188	1	FRASCO	CIPROFLOXACINO 0,3% GOTAS 5ML	7941
189	1	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO A HIDROCORTISONA 2MG + 10 MG/ML SUSPENÇÃO OTOLOGICA FRASCO DE 5 ML	7208
190	1	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5 MG + 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTALMICA FRASCO 5 ML	7209
191	1	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5MG + 1 MG/G POMADA OFTALMICA BISNAGA COM 3,5 G	7210
192	1	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	7211
193	1	COMP	CITALOPRAM 20 MG	7213
194	1	COMP	CLARITROMICINA 500 MG	7214
195	1	COMP	CLINDAMICINA 300 MG	7215
196	1	COMP	CLOBAZAM 10 MG	7216
197	1	COMP	CLOBAZAM 20 MG	7217
198	1	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	7219
199	1	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 75 MG	7220
200	1	COMP	CLONAZEPAM 0,5 MG	7221
201	1	COMP	CLONAZEPAM 2 MG	7222
202	1	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	7223
203	1	COMP	CLONIDINA 0,100 MG	7224
204	1	COMP	CLONIDINA 0,200 MG	7226
205	1	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	7227
206	1	COMP	CLORAFENICOL 500 MG	7228
207	1	FRASCO	CLORANFENICOL 4 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	7229
208	1	AMPOLA	CLORETO DE POTASSIO 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7230
209	1	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7231
210	1	COMP	CLORETO DE POTÁSSIO 600 MG	7232
211	1	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% ESTÉRIL, NÃO INJETÁVEL, FRASCO DE 100 ML	7233
212	1	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY NASAL FRASCO 30 ML	7234
213	1	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7235
214	1	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7236
215	1	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO AO CLORETO DE BENZALCÔNIO E NAFAZOLINA, 9 MG +0,1 MG + 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO NASAL ADULTO FRASCO 30 ML	7237
216	1	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO COM CLORETO DE BENZALCÔNIO, 0,9% + 0,01%,SOLUÇÃO NASAL PEDIÁTRICO FRASCO 30 ML	7238
217	1	COMP	CLORIDRATO DE IVABRADINA 5MG	7942
218	1	FRASCO	CLORPRAMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO COM 20 ML	7239

219	1	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	7240
220	1	COMP	CLORPROMAZINA 25 MG	7241
221	1	AMPOLA	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML	7242
222	1	COMP	CLORPROPAMIDA 250 MG	7243
223	1	COMP	CLORTALIDONA 12,5 MG	7244
224	1	COMP	CLORTALIDONA 25 MG	7245
225	1	COMP	CLORTALIDONA 50 MG	7246
226	1	COMP	CLOXAZOLAM 1 MG	7248
227	1	COMP	CLOXAZOLAM 2 MG	7249
228	1	FRASCO	CODEINA, FOSFATO 3MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO DE 120 ML	7251
229	1	COMP	CODERGOCRINA, MESILATO 4,5 MG	7252
230	1	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 50G	7254
231	1	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G SEM CLORANFENICOL 30G POMADA	7255
232	1	COMP	COLCHICINA 0,5 MG	7256
233	1	COMP	COLCHICINA 1 MG	7257
234	1	ENVELOPE	COLESTIRAMINA LIGHT/PÓ ENV. 4G	7943
235	1	COMP	CONDRES COLÁGENO 40MG	7944
236	1	FRASCO	CROMOGLICATO SÓDIO 20 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7258
237	1	UNIDADE	CUMARINA ASSOCIADA A HEPARINA SÓDICA, 5 MG + 50 UI/ML CREME FRASCO 240 ML	7259
238	1	COMP	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	7260
239	1	BISNAGA	CUMARINA+HEPARINA 120MI	7945
240	1	COMP	CÚRCUMA LONGA 250MG	7946
241	1	COMP	DAPAGLIFLOZINA 10MG	7947
242	1	COMP	DEFLAZACORTE 6 MG	7261
243	1	FRASCO	DELTAMETRINA 20 MG FRASCO COM 100 ML LOÇÃO	7262
244	1	FRASCO	DELTAMETRINA SHAMPOO 2% FRASCO DE 100 ML	7263
245	1	CARTELA	DESOGESTREL 75 MCG CART COM 28 COMPR	7265
246	1	COMP	DESVENLAFAXINA, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	7266
247	1	FRASCO	DEXAMETASONA 0,1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7267
248	1	FRASCO	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG COLÍRIO FRASCO COM 5 ML	7268
249	1	BISNAGA	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG POMADA OFTÁLMICA DE 3,5G	7269
250	1	COMP	DEXAMETASONA 4 MG	7270
251	1	AMPOLA	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML	7271
252	1	CAIXA	DEXAMETASONA ASSOCIADA A DIPIRONA SÓDICA E HIDROXICOBALAMINA, AMPOLA 1: 1,5 MG + 500 MG/ML, AMPOLA 2: 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	7272
253	1	BISNAGA	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	7273
254	1	FRASCO	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR FRSC 100 ML	7274
255	1	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7275
256	1	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 0,4 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	7276
257	1	COMP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	7277
258	1	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA+ BETAMETASONA 0,4MG+0,05MG/ML 120ML	7948
259	1	COMP	DIACEREINA 50 MG	7279
260	1	COMP	DIAZEPAM 10 MG	7280
261	1	COMP	DIAZEPAM 5 MG	7281
262	1	AMPOLA	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7282
263	1	FRASCO	DICLOFENACO AEROSOL SPRAY COM 60 G	7283
264	1	COMP	DICLOFENACO COLESTIRAMINA 70 MG	7284
265	1	COMP	DICLOFENACO POTÁSSICO 50 MG	7285
266	1	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	7286
267	1	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	7287
268	1	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG + CODEÍNA 50 MG	7288
269	1	FRASCO	DICLOFENACO SÓDICO COLÍRIO 1MG/ML FRASCO DE 5 ML	7289
270	1	TUBO	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	7290
271	1	FRASCO	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	7291

272	1	CARTELA	DIENOGESTE + VALERIATO DE ESTRADIOL COM 28 COMPRIMIDOS SENDO 26 HORALMONIOS + 2 PLACEBO	7292
273	1	FRASCO	DIGOXINA 0,05 MG/ML ELIXIR FRASCO 60 ML	7293
274	1	COMP	DIGOXINA 0,25 MG	7294
275	1	CAPSULA	DILTIAZEM CLORIDRATO, 180 MG AÇÃO PROLONGADA	7295
276	1	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG	7296
277	1	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	7297
278	1	COMP	DILTIAZEM, CLORIDRATO SR 120 MG	7298
279	1	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	7299
280	1	COMP	DIMENIDRINATO 100 MG BLISTER FRACIONAVEL	7300
281	1	COMP	DIMENIDRINATO 50MG	7949
282	1	AMPOLA	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7301
283	1	FRASCO	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	7302
284	1	COMP	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG	7303
285	1	COMP	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	7304
286	1	SACHE	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 900 MG + 100 MG SACHE COM 5 GRAMAS E DE SABOR	7305
287	1	COMP	DIPIRIDAMOL 75 MG	7307
288	1	COMP	DIPIRONA + CAFEINA + MUCATO DE ISOMETEPTNO 300 MG + 30 MG + 30 MG	7308
289	1	COMP	DIPIRONA SODICA + CAFEINA ANIDRA + CITRATO DE ORFENADRINA 300 + 50 + 35 MG	7309
290	1	COMP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	7310
291	1	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	7311
292	1	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	7312
293	1	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA, ASSOCIADA À ADIFENINA E PROMETAZINA, 375MG + 12,5MG +12,5MG/ML,SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7313
294	1	COMP	DIPIRONA, SODICA 500 MG + PROMETASINA 5 MG + ADIFENINA 10 MG	7314
295	1	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 125 MG	7316
296	1	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG	7317
297	1	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	7318
298	1	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO CR 500 MG	7319
299	1	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 500 MG	7320
300	1	FRASCO	DOMPERIDONA 1 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	7321
301	1	COMP	DOMPERIDONA 10 MG	7322
302	1	AMPOLA	DOPAMINA,CLORIDRATO 5MG/ML AMPOLAS DE AMPOLAS DE 10 ML	7323
303	1	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	7324
304	1	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	7325
305	1	COMP	DOXICICLINA 100 MG	7326
306	1	FRASCO	DROPROPIZINA 1,5 MG/ML XAROPE, FRASCO 120 ML	7327
307	1	FRASCO	DROPROPIZINA 3 MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML	7328
308	1	CAPSULA	DROSPERIDONA + ETINILESTRADIOL 3 MG + 0,03 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	7329
309	1	COMP	DULOXETINA 30 MG	7330
310	1	COMP	DULOXETINA 60 MG	7331
311	1	COMP	DUTASTERIDA 0,5 MG + TANSULOSINA 0,4 MG	7333
312	1	COMP	EBASTINA 10 MG	7334
313	1	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG	7336
314	1	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	7337
315	1	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	7338
316	1	COMP	ENALAPRIL, MELEATO ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 20MG + 12,5 MG	7339
317	1	FRASCO	EPIMASTINA, CLORIDRATO 0,5MG/ML OFTALMICO GOTAS 5 ML	7340
318	1	AMPOLA	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7341
319	1	COMP	ERITROMICINA 500 MG	7342
320	1	FRASCO	ERITROMICINA ESTEARATO 50MG/ML FRASCO DE 60 ML	7343
321	1	BISNAGA	ESCINA10MG/G + SALICILATO DE DIETILAMÔNIO 50G/MG GEL 30 GR (REPARIL)	7345
322	1	COMP	ESCITALOPRAM 10 MG	7346
323	1	COMP	ESCITALOPRAM 20 MG	7347
324	1	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	7348
325	1	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	7349

326	1	COMP	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	7350
327	1	AMPOLA	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7351
328	1	FRASCO	ESCOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7352
329	1	FRASCO	ESCOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML FRASCO COM 20 ML GTS	7353
330	1	COMP	ESOMEPRAZOL MAGNESIO TRIIDRATADO 40MG CP	7354
331	1	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	7356
332	1	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG	7357
333	1	AMPOLA	ESTRADIOL + TESTOSTERONA SOL. INJ DE 1 ML	7359
334	1	COMP	ESTRADIOL 1 MG	7360
335	1	BISNAGA	ESTRADIOL 1 MG GEL BISNAGA DE 50 G + APLICADOR	7361
336	1	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO A DROSPIRENOMA 1 MG + 2 MG CARTELA COM 28 CP	7362
337	1	COMP	ESTRADIOL ASSOCIADO A GESTODENO 1MG + 0,025 MG	7363
338	1	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO A NORESTISTERONA, ACETATO 2 MG + 1 MG CARTELA COM 28 CP	7364
339	1	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ACETATO 1MG + 0,5 MG CARTELA COM 28 CP	7365
340	1	BISNAGA	ESTRADIOL HEMIIDRATADO 0,5MG/0,5G GEL DE 50 G	7366
341	1	AMPOLA	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7367
342	1	COMP	ESTRIOL 1 MG	7368
343	1	BISNAGA	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS	7369
344	1	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	7370
345	1	BISNAGA	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 25 G	7371
346	1	COMP	ESTROGENIOS CONJUGADOS ASSOCIADOS COM MEDROXIPROGESTERONA ACETATO , 0,625 MG + 2,5 MG	7372
347	1	COMP	ESTROGENIOS CONJUGADOS NATURAIS 0,3 MG	7373
348	1	AMPOLA	ETILEFRINA 10MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7374
349	1	COMP	ETILEFRINA, CLORIDRATO 5 MG	7376
350	1	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 100 MG AESCULUS HIPPOCASTANUM L.	7380
351	1	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 120 MG	7384
352	1	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	7385
353	1	FRASCO	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) EXTRATO FLUIDO FRASCO 100 ML	7386
354	1	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG	7387
355	1	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG	7390
356	1	COMP	EXTRATO SECO DE MELILOTUS OFFICINALIS 26,7MG	7391
357	1	COMP	EXTRATO SECO DE PNUS PINASTER 50 MG	7392
358	1	COMP	EZETIMIBA 10 MG	7393
359	1	COMP	EZETIMIBA ASSOCIADO A SINVASTATINA 10 MG + 20 MG	7394
360	1	COMP	FELODIPINO + SUCCINATO DE METOPROLOL 5/50MG COMPRIMIDO	7395
361	1	COMP	FEMPROCUMONA 3 MG	7396
362	1	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA À BRONFENIRAMINA, 2,5 MG + 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7397
363	1	COMP	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM BRONFENIRAMINA, 5MG + 4MG	7399
364	1	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO A BRONFENIRAMINA 1 MG + 0,4 MG/ ML FRASCO DE 120 ML	7400
365	1	COMP	FENITOINA 100 MG	7402
366	1	AMPOLA	FENITOINA 50MG/ML AMPOLA COM 5 ML	7403
367	1	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	7404
368	1	AMPOLA	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 2 ML	7405
369	1	FRASCO	FENOBARBITAL 40 MG/ML FRASCO COM 20 ML	7406
370	1	COMP	FENOFIBRATO 200 MG	7408
371	1	FRASCO	FENOTEROL , BROMETO 5 MG/ML FRASCO DE 20 ML	7410
372	1	FRASCO	FENOTEROL BROMIDRATO ASSOCIADO A IPRATRÓPIO BROMETO 0,1 MG + 0,04 MG/DOSE,A EROSSOL ORAL FRASCO 15 ML	7411
373	1	FRASCO	FERRO QUELATO 150 MG + ACIDO FOLICO 0,25 MG + CIANCOBALAMINA 7,5 MCG SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7412
374	1	COMP	FERRO QUELATO 300 MG + ACIDO FOLICO 5 MG + CIANCOBALAMINA 15 MCG	7413
375	1	CAIXA	FERRO QUELATO GLICINATO+ ACIDO FOLICO CX COM 20 FLACONETES DE 5 ML	7414

376	1	FRASCO	FEXOFENADINA, CLORIDRATO 6MG/ML SUSP ORAL FRASCO DE 60 ML	7415
377	1	BISNAGA	FIBRINOLISINA + DESOXIRRIBONUCLEASE E CLORAFENICOL 1U+666U+1% COM 30G	7416
378	1	COMP	FINASTERIDA 1 MG	7417
379	1	COMP	FINASTERIDA 5 MG	7418
380	1	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG/1ML SOL. INJETAVEL IM.	7419
381	1	CAPSULA	FLUCONAZOL 150 MG	7420
382	1	FRASCO	FLUDROXICORTIDA 0,05 MG/ML LOÇÃO COM 15 ML	7421
383	1	BISNAGA	FLUDROXICORTIDA 125MG/G CREME DERMATOLOGICO COM 30 G	7422
384	1	COMP	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	7423
385	1	FRASCO	FLUOCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11,000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRS 5ML GTS	7424
386	1	FRASCO	FLUORMETOLONA, ACETATO 0,01 % SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7425
387	1	COMP	FLUOXETINA 10 MG	7426
388	1	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	7427
389	1	FRASCO	FLUOXETINA 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML GOTAS	7428
390	1	COMP	FLUTAMIDA 250 MG	7429
391	1	UNIDADE	FLUTICASONA FUROATO 27,5 MCG/DOSE, SPRAY NASAL FRASCO 120 DOSES	7430
392	1	UNIDADE	FLUTICASONA PROPIONATO, 250MCG/DOSE, AEROSOL ORAL - SPRAY, EMBALAGEM COM 60 DOSES	7431
393	1	FRASCO	FLUTICASONA, PROPIONATO 50MCG/DOSE AEROSOL NASAL SPRAY COM 120 DOSES	7433
394	1	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 200 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	7434
395	1	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	7435
396	1	FRASCO	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G/ML + FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 0,16G/ML FRASCO DE 130 ML (FLEET ENEMA)	7436
397	1	FRASCO	FUFURATO DE FLUTICASONA +TRIF DE VILANTEROL 100/25 MCG X 14 DOSES	7950
398	1	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7437
399	1	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	7438
400	1	CAPSULA	GABAPENTINA 200 MG	7439
401	1	CAPSULA	GABAPENTINA 300 MG	7440
402	1	CAPSULA	GABAPENTINA 600 MG	7441
403	1	FRASCO	GATIFLOXACINO 0,3% FRASCO DE 5 ML	7442
404	1	SACHE	GEL LUBRIFICANTE ÍNTIMO SACHE 5G	7443
405	1	COMP	GENFIBROZILA 600 MG	7444
406	1	AMPOLA	GENTAMICINA 20MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7445
407	1	AMPOLA	GENTAMICINA 40MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	7446
408	1	AMPOLA	GENTAMICINA SULFATO 160MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	7447
409	1	AMPOLA	GENTAMICINA, SULFATO 80MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7448
410	1	COMP	GLIBENCLAMIDA 5 MG	7449
411	1	COMP	GLICAZIDA 30 MG	7450
412	1	COMP	GLICAZIDA 30 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	7451
413	1	COMP	GLICAZIDA 80 MG	7452
414	1	UNIDADE	GLICEROL 95%, SUPOSITÓRIO INFANTIL	7453
415	1	UNIDADE	GLICEROL SOL OFTÁLMICA FR 15 ML (ENDURA)	7454
416	1	SACHE	GLICOSAMINA 1,5 G PÓ ORAL SACHÊ 3,95 G	7456
417	1	SACHE	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	7457
418	1	CAPSULA	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 500 MG + 400 MG	7458
419	1	AMPOLA	GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7459
420	1	AMPOLA	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7460
421	1	COMP	GLIMEPIRIDA 2 MG	7461
422	1	COMP	GLIMEPIRIDA 4 MG	7462
423	1	COMP	HALOPERIDOL 1 MG	7463
424	1	FRASCO	HALOPERIDOL 2 MG/ML FRASCO DE 20 ML	7464
425	1	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	7465
426	1	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	7466
427	1	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	7467

428	1	BISNAGA	HEPARINA 200UI GEL 40G	7951
429	1	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25 ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML	7468
430	1	FRASCO	HEPARINA SODICA 5000UI/ML INJETÁVEL FRASCO DE 5 ML	7469
431	1	AMPOLA	HIDRALAZINA 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 1 ML	7473
432	1	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	7475
433	1	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	7476
434	1	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA+ RAMIPRIL D 5+12,5MG	7952
435	1	AMPOLA	HIDROCORTISONA 100 MG SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	7477
436	1	AMPOLA	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	7478
437	1	BISNAGA	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G CREME BISNAGA COM 30 G	7479
438	1	FRASCO	HIDROXIDO ALUMINIO 62MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRSC 100 ML	7480
439	1	COMP	HIDROXIDO DE ALUMINIO + HIDROXIDO DE MAGNESIO 200 MG + 200 MG COMPRIMIDO MASTIGAVEL	7481
440	1	FRASCO	HIDROXIDO DE ALUMINIO 150MG/ML FRASCO COM 100 ML	7483
441	1	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	7484
442	1	COMP	HIDROXIDO DE FERRO III, EQUIVALENTE A 100 MG DE FERRO III, NA FORMA DE COMPLEXO POLIMATOSADO	7485
443	1	FRASCO	HIDROXIDO DE FERRO III, EQUIVALENTE A 50 MG/ML DE FERRO III, NA FORMA DE COMPLEXO POLIMATOSADO, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO 30 ML	7486
444	1	AMPOLA	HIDROXIDO DE FERRO III, SOLUÇÃO INJETÁVEL EQUIVALENTE A 20 MG/ML DE FERRO III, USO ENDOVENOSO NA FORMA DE COMPLEXO COLOIDAL SACARATO, AMPOLA 5 ML	7487
445	1	FRASCO	HIDROXIDO DE FERRO III, XAROPE EQUIVALENTE A 10 MG/ML DE FERRO III, NA FORMA DE COMPLEXO POLIMATOSADO, FRASCO 100 ML	7488
446	1	COMP	HIDROXIZINA, DICLORIDRATO 25 MG	7490
447	1	COMP	IBANDRONATO DE SODIO MONOHIDRATTADO, EQUIVALENTE AO ACIDO IBANDROMICO 150 MG	7493
448	1	COMP	IBUPROFENO 300 MG	7494
449	1	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30 ML	7495
450	1	COMP	IBUPROFENO 600 MG	7496
451	1	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	7497
452	1	CAPSULA	IMIPRAMINA PAMOATO 75 MG	7498
453	1	COMP	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 10 MG	7499
454	1	CAIXA	INDACATEROL, MALEATO 300MCG PO CX C/ 30 CAPSULAS + INALADOR	7926
455	1	COMP	INDAPAMIDA SR 1,5 MG	7500
456	1	FRASCO	INSULINA ASPARE 100 UIML	7501
457	1	FRASCO	INSULINA GARDINA 100 UI/ML REFIL	7502
458	1	FRASCO	INSULINA LISPRO 100 UI	7503
459	1	FRASCO	IPRATRÓPIO BROMETO 0,02 MG/DOSE AEROSOL ORAL 200 DOSES	7504
460	1	FRASCO	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	7505
461	1	COMP	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	7508
462	1	COMP	ISOSSORBIDA 40MG, SAL MONONITRATO	7509
463	1	COMP	ISOSSORBIDA 5 MG, SAL DINITRATO SUBLINGUAL	7510
464	1	COMP	ISSOSORBIDA, MONONITRATO 10 MG	7511
465	1	CAPSULA	ITRACONAZOL 100 MG	7514
466	1	COMP	IVERMECTINA 6 MG	7515
467	1	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	7516
468	1	COMP	LAMOTRIGINA 100 MG	7517
469	1	COMP	LAMOTRIGINA 25 MG	7518
470	1	COMP	LAMOTRIGINA 50 MG	7519
471	1	COMP	LANSOPRAZOL 30 MG	7520
472	1	COMP	LANSOPRAZOL 30MG + CLARITROMICINA 500 MG + AMOXICILINA 500 MG BLISTERES COM 7 UNIDADES	7521
473	1	CAPSULA	LAVITAN CAPS HAIR	7953
474	1	COMP	LEVANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG	7523
475	1	COMP	LEVETIRACETAM 250MG	7959
476	1	COMP	LEVETIRACETAM 500MG	7960
477	1	COMP	LEVOCETIRIZINA, SAL DIPROPIONATO, 5 MG	7524
478	1	COMP	LEVODOPA + CARBIDOPA 200MG + 50MG CP	7525
479	1	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	7526
480	1	COMP	LEVODOPA ASSOCIADA A CARBIDOPA 250/25 MG	7527

481	1	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	7528
482	1	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA COM LIBERAÇÃO PROLONGADA HBS	7529
483	1	FRASCO	LEVODROPROPIZINA 6MG/ML (60MG/ML) XRP ADULTO 120ML	7531
484	1	COMP	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	7532
485	1	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	7533
486	1	COMP	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	7534
487	1	FRASCO	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7535
488	1	COMP	LEVONOGESTREL 0,75 MCG	7536
489	1	CARTELA	LEVONOGESTREL ASSOCIADO COM ETINILESTRADIOL 0,05 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	7537
490	1	CARTELA	LEVONORGESTREL 0,10MG + ETINILESTRADIOL 0,02MG CARTELAS COM 21 COMPRIMIDO	7538
491	1	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	7539
492	1	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	7540
493	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	7541
494	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 112MCG	7954
495	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	7542
496	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	7543
497	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	7544
498	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	7545
499	1	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG	7546
500	1	COMP	LEVOTIROXINA SODICA DE 150 MCG	7547
501	1	COMP	LEVOTIROXINA SODICA DE 175 MCG	7548
502	1	COMP	LEVOTIROXINA SODICA DE 200 MCG	7549
503	1	FRASCO	LIDOCAÍNA SPRAY 10 % FRASCO DE 50 ML	7550
504	1	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% ASSOCIADA A EPINEFRINA INJETÁVEL FRASCO 20 ML	7551
505	1	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	7552
506	1	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	7553
507	1	COMP	LINAGLIPTINA 5 MG	7555
508	1	COMP	LINAGLIPTINA/CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/850MG	7927
509	1	COMP	LISINA, CLONIXINATO 125 MG	7557
510	1	COMP	LISINA, CLONIXINATO 125 MG + CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5 MG	7558
511	1	COMP	LISINOPRIL 10 MG	7559
512	1	COMP	LISINOPRIL 20 MG	7560
513	1	COMP	LISINOPRIL 5 MG	7561
514	1	FRASCO	LOÇÃO OLEOSA A BASE DE A. G. E. (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) FRASCO 100 ML	7562
515	1	COMP	LOPERAMIDA 2MG CP	7563
516	1	FRASCO	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	7564
517	1	COMP	LORATADINA 10 MG	7565
518	1	COMP	LORAZEPAM 1 MG	7566
519	1	COMP	LORAZEPAM 2 MG	7567
520	1	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	7568
521	1	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 25 MG	7569
522	1	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	7570
523	1	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 100 MG + 25 MG	7571
524	1	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG + 12,5 MG	7572
525	1	COMP	LUTEÍNA 3,0 MG + ZEAXANTINA 0,25 MG + VITAMINA C, E, SELENIO E ZINCO	7573
526	1	COMP	MANIDIPINO, DICLORIDRATO 10 MG	7574
527	1	FRASCO	MANITOL 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 500 ML	7575
528	1	COMP	MEBENDAZOL 100 MG	7576
529	1	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSÃO ORAL	7577
530	1	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL APOLA DE 1 ML	7578
531	1	COMP	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 10 MG	7579
532	1	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7580
533	1	COMP	MELOXICAM 15 MG	7581
534	1	COMP	MEMANTINA 10 MG GENERICO/ETICO	7583

535	1	COMP	MESALAZINA 300 MG	7584
536	1	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	7585
537	1	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	7586
538	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG AÇÃO PROLONGADA	7587
539	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO 750 MG AÇÃO PROLONGADA	7588
540	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 1000 MG + 50 MG (ÉTICO)	7589
541	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 850 MG + 50 MG	7590
542	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 1000 MG + 50 MG	7591
543	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 500 MG + 50 MG	7592
544	1	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 850 MG + 50 MG	7593
545	1	COMP	METILDOPA 250 MG	7594
546	1	COMP	METILDOPA 500 MG	7595
547	1	COMP	METILFENIDATO CLORIDRATO 10 MG	7596
548	1	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 10 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7597
549	1	COMP	METILFENIDATO, CLORIDRATO 18 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7598
550	1	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 20 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7599
551	1	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 40 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7600
552	1	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	7601
553	1	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	7602
554	1	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7603
555	1	CAPSULA	METOCLOPRAMIDA ASSOCIADA A DIMETICONA E PEPSINA 7MG + 40 MG + 50 MG	7604
556	1	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7606
557	1	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7607
558	1	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7608
559	1	COMP	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	7609
560	1	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	7611
561	1	COMP	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	7612
562	1	COMP	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONÁVEL	7613
563	1	BISNAGA	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	7614
564	1	BISNAGA	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLOGICO 28 G	7615
565	1	AMPOLA	MIDAZOLAM 1 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7616
566	1	COMP	MIDAZOLAM 15 MG	7617
567	1	AMPOLA	MIDAZOLAM 5 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7618
568	1	COMP	MIRTAZAPINA 30 MG	7620
569	1	UNIDADE	MOMETASONA FUROATO, 0,05% SUSPENSÃO NASAL SPRAY FRASCO COM 60 DOSES	7621
570	1	COMP	MONTELUCASTE SODICO 10 MG	7622
571	1	COMP	MONTELUCASTE SODICO 5 MG COMPRIMIDOS MASTIGAVEIS	7623
572	1	AMPOLA	MORFINA 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7624
573	1	COMP	MORFINA 10 MG	7625
574	1	AMPOLA	MORFINA 10 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7626
575	1	COMP	MORFINA 30 MG	7627
576	1	FRASCO	MOXIFLOXACINO 0,5 % + FOSFATO DE DEXAMETASONA 0,1% FRASCO DE 5 ML	7628
577	1	COMP	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z	7630
578	1	FRASCO	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	7631
579	1	AMPOLA	MULTIVITAMINAS, VITS: B2, B6, B12, C, NICOTINAMIDA E FRUTOSE SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7632
580	1	FRASCO	NAFAZOLINA, CLORIDRATO DE 0,5MG SOLUÇÃO NASAL 30ML	7634
581	1	COMP	NALTREXONA , CLORIDRATO 50 MG	7636
582	1	COMP	NAPROXENO + EZOMEPRAZOL 500 + 20 MG	7637
583	1	COMP	NAPROXENO SÓDICO 500 MG	7638
584	1	COMP	NAPROXENO SÓDICO 550 MG	7639
585	1	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	7640
586	1	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	7641
587	1	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 50 GRAMAS	7642
588	1	FRASCO	NEPAFENACO 0,1% FRASCO DE 5 ML	7643

589	1	COMP	NIFEDIPINO 10 MG	7647
590	1	COMP	NIFEDIPINO 20 MG	7648
591	1	COMP	NIFEDIPINO 20 MG RETARD	7649
592	1	COMP	NIMESULIDA 100 MG	7651
593	1	FRASCO	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML	7652
594	1	COMP	NIMODIPINO 30 MG	7653
595	1	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	7655
596	1	TUBO	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	7656
597	1	BISNAGA	NISTATINA, ASSOCIADA A OXIDO DE ZINCO 100.000UI + 200 MG/G BISN 60G	7657
598	1	FRASCO	NITAZOXANIDA 20MG/ML PÓ SOLUÇÃO ORAL 45ML	7658
599	1	COMP	NITAZOXANIDA 500 MG	7659
600	1	POTE	NITROFURAL 2MG/G POMADA DERMATOLOGICA 500 G	7660
601	1	CAPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG FRACIONAVEL	7661
602	1	BISNAGA	NITROFURANTOÍNA CREME 1 KG	7662
603	1	AMPOLA	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4 ML	7663
604	1	CARTELA	NORESTISTERONA 0,35 MG , BLISTER CALENDÁRIO COM 35 UNIDADES	7664
605	1	CARTELA	NORESTISTERONA 1 MG + ESTRADIOL 2 MG CARTELA COM 28 COMP	7665
606	1	AMPOLA	NORESTISTERONA 50MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG/ML AMPOLA 1 ML COM UMA SERINGA PRÉ-CARREGADA + AGULHA	7666
607	1	CARTELA	NORESTISTERONA, ACETATO 1 MG + ESTRADIOL 0,5 MG CARTELA COM 25 CP	7667
608	1	COMP	NORFLOXACINO 400 MG	7668
609	1	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	7669
610	1	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 50 MG	7670
611	1	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 75 MG	7671
612	1	COMP	OLANZAPINA 10 MG	7672
613	1	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	7674
614	1	COMP	OLMESARTANA MEDOXOMILA, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 20 MG + 12,5 MG	7675
615	1	COMP	OLMESARTANA, MEDOXOMINA 40 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	7676
616	1	FRASCO	OLOPATADINA, CLORIDRATO 0,2% SOLUÇÃO OFTÁLMICA ESTERIL FRASCO DE 5 ML	7677
617	1	FRASCO	OLOPATADINA, CLORIDRATO 1MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7678
618	1	COMP	OMEGA 3 PLUX	7679
619	1	CAPSULA	OMEPRAZOL 10 MG	7680
620	1	CAPSULA	OMEPRAZOL 20 MG	7681
621	1	COMP	OMEPRAZOL 20 MG EMBALADO EM BLISTER	7961
622	1	CAPSULA	OMEPRAZOL 40 MG	7682
623	1	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG + AMP DILUENTE INJETAVEL IV 10 ML	7683
624	1	COMP	ONDANSETRONA 8MG CP	7684
625	1	COMP	ORFENADRINA 35MG + DIPIRONA SÓDICA 300MG + CAFÉINA 50MG COMPRIMIDO	7686
626	1	COMP	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	7687
627	1	FRASCO	OXCARBAMAZEPINA 60 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML PEDIÁTRICO	7688
628	1	COMP	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	7689
629	1	COMP	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	7690
630	1	BISNAGA	ÓXIDO DE ZINCO 100MG/G+ VITAMINA A 1.000 U.I/G + VITAMINA D 400 U.I/G- 45GR (POMADA PARA ASSADURA)	7962
631	1	FRASCO	PALMITATO DE RETINOL(VITAMINA A) 3.000 U.I + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800 U.I- SOLUÇÃO ORAL - 10ML	7963
632	1	COMP	PANTOPRAZOL 20 MG	7693
633	1	COMP	PANTOPRAZOL 40 MG	7694
634	1	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	7696
635	1	COMP	PARACETAMOL 500 MG	7697
636	1	COMP	PARACETAMOL 750 MG	7698
637	1	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CAFÉINA 500 MG + 65 MG	7699
638	1	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	7700
639	1	COMP	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFÉINA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG	7702
640	1	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 12,5 MG	7704
641	1	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	7705
642	1	COMP	PENTOXIFILINA 400 MG	7708
643	1	FRASCO	PERICIAZINA 4 % SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO COM 20 ML	7709

644	1	COMP	PERINDOPRIL 4 MG + INDAPAMIDA 1,25 MG	7710
645	1	COMP	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG	7711
646	1	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML SHAMPOO FRASCO 60 ML	7712
647	1	FRASCO	PERMETRINA LOÇÃO 50 MG/ML FRASCO 100 ML	7713
648	1	FRASCO	PERMITRINA 1% LOÇÃO TOPICO FRASCO DE 100 ML	7714
649	1	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL IM/IV/SC AMP 2 ML	7715
650	1	COMP	PINAVÉRIO, BROMETO 100 MG COMPRIMIDO	7716
651	1	COMP	PINDOLOL 5 MG	7717
652	1	COMP	PIRACETAM 400 MG	7719
653	1	COMP	PIRACETAM 800 MG	7720
654	1	COMP	PIROXICAM 20 MG	7721
655	1	COMP	PIROXICAM 20 MG DISSOLUÇÃO INSTANTANE, USO SUB LINGUAL	7722
656	1	AMPOLA	PIROXICAM 20MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	7723
657	1	COMP	PITAVASTATINA CÁLCICA 2 MG	7724
658	1	COMP	POLICARBOFILINA CALCICA 625 MG	7725
659	1	BISNAGA	POLICRESULENO 50 MG + CLORIDRATO DE CINCHOCAINA 10 MG POMADA RETAL COM 30 G	7726
660	1	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA E HIDROCORTISONA, 10.000UI + 5MG +10MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FR 10 ML	7728
661	1	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA, FLUOCINOLONA E LIDOCAÍNA, 11.000UI + 3,85MG + 0,275MG + 20MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO 5 ML	7729
662	1	BISNAGA	POLIMIXINA B,SULF 50.000U.I.; BACITRACINA ZINC, 5.000 U.I; NEOMICINA, SULF 50MG; ZINCO, PERÓX A 36%, 2G, ZINCO, ÓXIDO Q.S.P. 10G	7730
663	1	FRASCO	PREDNISOLONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	7737
664	1	COMP	PREDNISOLONA 5 MG	7928
665	1	FRASCO	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	7738
666	1	FRASCO	PREDNISOLONA, ACETATO 1 % SUSPENÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7739
667	1	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	7740
668	1	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONAVEL	7741
669	1	COMP	PREGABALINA 150 MG	7742
670	1	COMP	PREGABALINA 75 MG	7743
671	1	COMP	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONAVEL	7745
672	1	AMPOLA	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7746
673	1	COMP	PROPAFENONA, CLORIDRATO, 300 MG	7747
674	1	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	7748
675	1	COMP	PROPILOTIOURACIL 100 MG	7749
676	1	COMP	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG	7751
677	1	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 100 BIOPROTEÇÃO FRASCO COM 40 ML	7752
678	1	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 30 FRASCO COM 120 ML	7753
679	1	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 60 FRASCO COM 120 ML	7754
680	1	COMP	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO	7757
681	1	COMP	RAMIPRIL + ANLODIPINO 5/10MG	7758
682	1	COMP	RAMIPRIL + ANLODIPINO 5/5 MG	7759
683	1	COMP	RAMIPRIL 2,5 MG	7760
684	1	COMP	RAMIPRIL 5 MG	7761
685	1	FRASCO	RANITIDINA, CLORIDRATO, 15 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	7763
686	1	COMP	RANITIDINA, CLORIDRATO, 150 MG	7764
687	1	AMPOLA	RANITIDINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7765
688	1	BISNAGA	RETINOL 5000 UI + COLECALCIFEROL 900 UI + OXIDO DE ZINCO 150 UI + OLEO DE FIGADO DE BACALHAU 86 UI BISNAGA DE 45 G	7766
689	1	FRASCO	RETINOL ACETATO ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL 50.000 UI + 10.000 UI/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 10 ML	7767
690	1	BISNAGA	RETINOL ASSOCIADO COM AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL, 10.000 UI + 25 MG + 5 MG + 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA BISNAGA 3,5 G	7768
691	1	FRASCO	RETINOL, ASSOCIADA COM COLECALCIFEROL, 5.500UI + 2.200UI/ML, SOLUÇÃO ORAL – GOTAS FR DE 10 ML	7769
692	1	COMP	RISEDRONATO SODICO 35 MG	7772
693	1	COMP	RISPERIDONA 1 MG	7773
694	1	FRASCO	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML	7774
695	1	COMP	RISPERIDONA 2 MG	7775
696	1	COMP	RIVAROXABANA 15 MG	7958

697	1	COMP	RIVAROXABANA 20 MG	7778
698	1	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG	7779
699	1	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 5 MG	7780
700	1	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA DE 20 MG	7781
701	1	CAIXA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV CAIXA COM 5 AMPOLAS DE 5 ML	7782
702	1	AMPOLA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV/IM	7783
703	1	UNIDADE	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PÓ SACHE 1G	7784
704	1	UNIDADE	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	7785
705	1	FRASCO	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7786
706	1	FRASCO	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE AEROSOL ORAL FRASCO COM 200 DOSES	7787
707	1	COMP	SALBUTAMOL 2 MG	7788
708	1	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 100 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	7789
709	1	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	7790
710	1	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 500 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	7791
711	1	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25 MCG + 250 MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7792
712	1	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/125MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7793
713	1	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/50MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7794
714	1	COMP	SAXAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/1000MG	7929
715	1	COMP	SECNIDAZOL 1000 MG	7795
716	1	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	7796
717	1	COMP	SIDELNAFILA, CITRATO 50 MG	7798
718	1	COMP	SIMETICONA 40 MG	7799
719	1	FRASCO	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	7800
720	1	COMP	SINVASTATINA 10 MG	7801
721	1	COMP	SINVASTATINA 20 MG	7802
722	1	COMP	SINVASTATINA 40 MG	7803
723	1	COMP	SINVASTATINA 80 MG	7804
724	1	FRASCO	SOLUÇÃO HIDRATANTE OFTÁLMICA 10 ML	7805
725	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML SISTEMA FECHADO	7806
726	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO	7807
727	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 125 ML SISTEMA FECHADO	7808
728	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	7809
729	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	7810
730	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO	7811
731	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML SISTEMA FECHADO	7812
732	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	7813
733	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 1000 ML SISTEMA FECHADO	7814
734	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 250 ML SISTEMA FECHADO	7815
735	1	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 500 ML SISTEMA FECHADO	7816
736	1	FRASCO	SOLUÇÃO RINGER COM LACTATO 500 ML	7817
737	1	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 120 MG	7819
738	1	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 160 MG	7820
739	1	CAIXA	SUCRALFATO 2G/10ML CX C/ 20 FLACONETES	7934
740	1	COMP	SULFADIAZINA 500 MG	7822
741	1	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	7823
742	1	UNIDADE	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME, POTE 400 GR	7824
743	1	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG	7825
744	1	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG	7826
745	1	FRASCO	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 40 MG + 80MG /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	7827

746	1	FRASCO	SULFATO FERROSO 125MG/ML SOLUÇÃO ORAL GTS FRSC 30 ML	7829
747	1	FRASCO	SULFATO FERROSO 25 MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 30 ML	7830
748	1	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	7832
749	1	FRASCO	SULFATO FERROSO 5MG/ML XAROPE FRASCO DE 60 ML	7833
750	1	COMP	SULPIRIDA 50 MG	7834
751	1	FRASCO	SUPLEMENTO MINERAL A BASE DE ZINCO 2MG/0,05ML 75 ML	7955
752	1	AMPOLA	SUXAMETONIO CLORETO 100 MG AMPOLAS 2 ML	7835
753	1	FRASCO	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% COLÍRIO FRASCO DE 5 ML	7837
754	1	COMP	TARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	7956
755	1	COMP	TELMISARTANA ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA 40MG + 12,5 MG	7838
756	1	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 20MG INJETAVEL IM/IV	7840
757	1	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 40MG INJETAVEL IM/IV	7930
758	1	COMP	TEOFILINA 100 MG	7841
759	1	COMP	TEOFILINA 200 MG	7842
760	1	COMP	TEOFILINA 300 MG	7843
761	1	AMPOLA	TERBUTALINA 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7846
762	1	COMP	TETRACICLINA 500 MG	7850
763	1	COMP	TIAMAZOL 10 MG	7851
764	1	COMP	TIAMAZOL 5 MG	7852
765	1	COMP	TIAMINA 300 MG	7853
766	1	COMP	TIBOLONA 2,5 MG	7855
767	1	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,25 % FRASCO COM 5 ML	7858
768	1	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTAMICO FRASCO DE 5 ML	7859
769	1	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 5% FRASCO COM 5 ML	7860
770	1	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 5MG/ML + TRAVAPROSTA 0,04MG/ML SOLUÇÃO OFTALMICA FRASCO DE 2,5 ML	7861
771	1	COMP	TINIDAZOL 500 MG	7864
772	1	BISNAGA	TINIDAZOL, ASSOCIADO A MICONAZOL 3% + 2% CREME VAGINAL DE 45G + APLICADOR	7865
773	1	COMP	TIORIDAZINA , CLORIDRATO 100 MG	7866
774	1	COMP	TIORIDAZINA 25 MG	7867
775	1	COMP	TIORIDAZINA 50MG COMP	7868
776	1	FRASCO	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 30MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO DE 50 ML	7869
777	1	FRASCO	TIOTRÓPIO BROMETO, 2,5 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO COM INALADOR FRASCO 4 ML 60 DOSES	7870
778	1	COMP	TIZANIDINA 2 MG	7871
779	1	FRASCO	TOBRAMICINA 0,3% OFTALMICO FRASCO DE 5 ML	7872
780	1	CAPSULA	TOCOFEROL 400 MG (VITAMINA E)	7874
781	1	COMP	TOPIRAMATO 25 MG	7875
782	1	COMP	TOPIRAMATO 50 MG	7876
783	1	COMP	TRAMADOL 100 MG	7877
784	1	COMP	TRAMADOL 50 MG	7878
785	1	AMPOLA	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	7879
786	1	FRASCO	TRAMADOL, CLORIDRATO 100MG/ML GOTAS FRASCO DE 10 ML	7880
787	1	FRASCO	TRAVAPROSTA 0,04MG/ML OFTALMICO FRASCO DE 2,5 ML	7883
788	1	COMP	TRAZADONA 50 MG	7884
789	1	COMP	TRAZODONA 100 MG	7885
790	1	COMP	TRAZODONA 150 MG RETARD	7886
791	1	BISNAGA	TRIANCINOLONA, ACETONIDO 1MG/G BISN DE 10 G	7887
792	1	COMP	TROMETANOL DE CETOROLACO 10 MG	7890
793	1	FRASCO	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7891
794	1	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO 250 MG	7892
795	1	COMP	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO 300 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	7893
796	1	COMP	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO 500 MG	7894
797	1	COMP	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO CR 500 MG	7895
798	1	COMP	VALSARTA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 12,5 MG	7896
799	1	COMP	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA+ANLODIPINO 160+ 25+ 5 MG	7898
800	1	COMP	VALSARTANA 160 MG	7900

801	1	COMP	VALSARTANA 80 MG	7901
802	1	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 12,5 MG	7902
803	1	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 25 MG	7897
804	1	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 80 MG + 12,5 MG	7904
805	1	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 160MG+5MG	7905
806	1	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 320MG+12,5MG	7907
807	1	COMP	VALSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 320/25MG	7957
808	1	COMP	VARFARINA SODICA 1 MG	7908
809	1	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	7909
810	1	COMP	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7910
811	1	COMP	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7911
812	1	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO – 80 MG	7931
813	1	COMP	VIDAGLIPTINA 50 MG	7916
814	1	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7917
815	1	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30 ML	7918
816	1	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30 ML	7932
817	1	FRASCO	VITAMINA D, COLECALCIFEROL 3.300 UI/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 10 ML	7919
818	1	DRAGEAS	VITAMINA D3 25000 UI (FRASCO COM 1 CÁPSULA)	7920
819	1	FRASCO	VITAMINAS + ZEAXANTINA + LUTEÍNA+OMEGA 3	7921
820	1	AMPOLA	VITAMINAS DO COMPEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG	7922
821	1	FRASCO	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, FRASCO 100ML	7923
822	1	COMP	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP, 20MG	7924
823	1	COMP	ZOLPIDEM, HEMITARTARATO 6,25 MG	7933

1.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de junho de 2016 à 30 de novembro de 2016.

1.3. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

1.3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

1.4. A vigência para a execução dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

2. DAS ENTREGAS E EXECUÇÃO

2.1. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1. A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante.

2.1.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3. Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4. O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

2.2. Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante, correrão por conta do Fornecedor.

2.2.1. - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

2.3. A proponente vencedora deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos Certificado de controle de qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor, constando CRF do Farmacêutico responsável.

2.4. A proponente vencedora deverá apresentar no ato da entrega dos medicamentos, o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/produto emitida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, dentro do prazo de validade.

2.5. A data de validade dos medicamentos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

3. DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

3.1. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, as estimativas de consumo dos Órgãos Participantes estão quantificadas no ANEXO VI.

4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões.

4.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bllcompras.org.br).

5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

6.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

6.4. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

6.5. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, em tempo hábil para a apresentação das propostas.

7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- A. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- B. Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- C. Abrir as propostas de preços;
- D. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- E. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- F. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- G. Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- H. Declarar o vencedor;
- I. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- J. Elaborar a ata da sessão;
- K. Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- L. Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

7.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 6.6 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bllcompras.org.br.

7.3. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.4. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.5. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

7.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por

seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

7.8. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

7.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.10. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.11. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.12. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances;

7.15. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.17. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.18. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

FECHAMENTO RANDÔMICO

7.19. Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

7.20. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

7.21. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.22. POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS COM VALORES INICIAIS, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL -CVC
AV. SANTA CATARINA, Nº 1022, CENTRO, CORONEL FREITAS - SC (CEP 89.840-000).

Pregoeiro: Edir Antonio Bagio
Telefone/Fax: (49) 3347 -0819
SETOR DE COMPRAS/LICITAÇÕES

7.23. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 7.22.

7.24. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas no item 17.7, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.25. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

7.26. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

7.27. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

7.28. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

8. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES, MARCAS/MODELOS, PREÇOS UNITARIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS ofertados.

8.2.1. Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), carimbos, telefones e etc, o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa.

8.3. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS APRESENTADAS QUE CONTENHAM ITENS SEM ESPECIFICAÇÃO DE MARCA/MODELO (quando necessário).

8.4. OBJETO DEVERÁ ESTAR TOTALMENTE E ESTRITAMENTE DENTRO DAS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ITEM 1.1.

8.5. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

9.1. Todas as Empresas devidamente habilitadas para o certame, deverão enviar ao Pregoeiro, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) na fase inicial para todos os itens que cotou, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 7.22, deste Edital.

NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

A. Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;

B. Suas folhas devem estar datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

C. Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

D. O prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

E. Conter discriminados em moeda corrente nacional os preços dos itens limitados a 04 (quatro) casas decimais para os centavos;

F. Conter discriminado o prazo de validade da Ata conforme o preambulo do presente Edital;

G. Conter discriminado o prazo de entrega dos itens de até 20 (vinte) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento exclusivamente emitida pelo órgão gerenciador;

H. Especificação, marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito no item 1.1, deste Edital;

I. Valor unitário e valor total com a quantidade estimada;

J. Dados bancários, dados do representante legal e declaração de assinatura por certificação digital, conforme ANEXO II;

9.2. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

10. GARANTIA

10.1. As Empresas vencedoras deverão prestar as garantias conforme particularidades e exigências de cada item, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 7.23, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2016 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016 - CVC
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

11.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

A. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

B. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

C. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO III).

Obs.: Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando condição.

D. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal,
<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO V).

Os documentos relacionados nos subitens anteriores, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O. do dia 22/05/2007.

Esta Certidão terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2013.

E. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

F. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

G. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

H. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

I. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

J. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos

da Lei federal nº 12.440/2011;

K. Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento distribuição ou comercialização de medicamentos (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998);

L. Cópia da Autorização de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União da empresa (Artigo 5º, da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998);

M. Cópia da Autorização Especial de Funcionamento ou da respectiva publicação no Diário Oficial da União da empresa, no caso de cotação de medicamentos sujeitos ao controle especial (Artigo 2º da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde);

N. As distribuidoras de medicamentos deverão atender ao contido no artigo 23, parágrafos 7ª e 8ª, da Lei nº 9.782/99. Caso a renovação da Autorização de Funcionamento e/ou Autorização de Funcionamento Especial ainda não tenha sido publicada(s) pela ANVISA, serão aceitos cópia do protocolo de renovação, juntamente com o comprovante de pagamento da taxa de fiscalização prevista no anexo II da referida Lei e a cópia da Autorização do Funcionamento, publicada no D.O.U. do ano anterior;

O. Cópia do certificado de Registro do Produto ou de sua publicação no Diário Oficial da União (Artigo 5º da Portaria Ministerial nº 2814, de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial nº 3716, de 08 de outubro de 1998), devendo este ser identificado com o número do item a que se refere.

11.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura da mesma, na forma da Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014.

11.3.1. A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à assinar a Ata, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

11.4. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro.

- Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX);
- Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

11.5. Em todas as hipótese referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, "protocolo" de documento necessário à habilitação.

11.5.1. Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 4 (quatro) meses após a sua expedição.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

12.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) Fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) Fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) Prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais e trocas durante a garantia;
- e) Enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) Lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "on line", disponibilizado pelo Consorcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC;
- g) Acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

13. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

13.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital e independentemente se houver divergência no valor unitário com o valor total cotado nos itens.

14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

14.1. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

14.1.1. Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC.

14.2. Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

14.3. Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto,

quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

15.1. As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC), os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será 01 de junho de 2016 à 30 de novembro de 2016.

15.1.1. Serão formalizadas atas entre o Órgão Gerenciador/Órgão Participante (1) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante (2) e Fornecedor; Órgão Gerenciador/Órgão Participante (3) e Fornecedor, até o total de órgãos participantes.

15.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital, Anexo VI) no prazo de 3 (três) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

15.3. A ata de registro de preços, deverá ser assinada por certificação digital.

15.4. O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

15.5. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços de Fornecimento, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

15.6. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, os Órgãos Participantes poderão comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

15.7. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes, a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1. Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

17. DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

17.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.1.1. Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada junto a Departamento de Licitações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC.

17.1.2. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

17.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), No ITEM sendo submetido este resultado ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para homologação.

17.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

17.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Presidente do Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

17.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de 03 (três) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

17.6. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

17.6.1. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida a previa defesa, aplicar ao

fornecedor em relação às contratações dos Órgãos Participantes as seguintes sanções:

A. Advertência;

B. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

C. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

D. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

E. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

17.7. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

18. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993

18.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

III Convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

a) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

b) manter o valor de sua proposta classificada;

c) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

18.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I. escumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. Tiver presentes razões de interesse público;

V. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI. For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002;

VII. Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

19.2. O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

19.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I. Por razão de interesse público; ou
- II. A pedido do fornecedor.

20. DA DOTAÇÃO

20.1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (município consorciado), referente o exercício de 2016 e seguintes.

20.1.1. O Órgão Participante (município consorciado) quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Participante em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

21.1.1. O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos materiais, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML.

21.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

21.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços;

22.2. A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador (Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC) ou os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados) a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

22.3. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

22.3.1. Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.3.3. As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI)

22.3.4. Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Item 3, Anexo VI) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

22.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Departamento de compras do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, logo após sua homologação.

22.6. Detalhes não citados referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.7. O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.8. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda

a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:00 hs, através dos telefones (49) 3347-0819, ou pessoalmente (Av Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas - SC).

22.9. Não cabe à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

22.10. O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução nº 006 de 07 de abril de 2015.

22.11. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- A. ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
- B. ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- C. ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- D. ANEXO IV – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- E. ANEXO V – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- F. ANEXO VI – Estimativa de Consumo dos Órgãos Participantes;
- G. ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Coronel Freitas - SC, 18 de abril de 2016.
EVERALDO LUIZ CASONATTO
Presidente.

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para aquisição do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

2 – PREÇO

Deverá ser cotado, preço unitário e total, com apenas duas casas decimais, por item.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com item 9.1 letra "f": de 01 de dezembro de 2015 à 31 de maio de 2016.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DE MERCADORIAS

De acordo com o especificado no Item 2.3, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

4 – OBJETO DA PROPOSTA:

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$

			CONTINUA....			

Local e Data.

Assinatura do representante
e carimbo da empresa

ANEXO II

1. DADOS BANCÁRIOS:

TITULAR DA CONTA CORRENTE:
CNPJ:
NOME E NÚMERO DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº :
CPF/MF Nº:
TELEFONE PARA CONTATO:
E-MAIL:

3. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário da "Ata de Registro de Preços", o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato "PDF", por certificação digital, através do e-CPF (CPF na versão eletrônica).

Local e Data.

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(NOME SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº , sediada em
(ENDEREÇO COMERCIAL) , através de seu proprietário/administrador (NOME COMPLETO) , (QUALIFICAÇÃO COMPLETA) , (ENDEREÇO COMPLETO) declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

Local e Data

Assinatura e carimbo Representante Legal da empresa

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurador, portador(a) da Carteira de Identidade nº, do CPF nº, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Local e Data

Assinatura e carimbo Representante da empresa

ANEXO V

1 - RELAÇÃO DE ÓRGÃO GERENCIADOR:

ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO	CNPJ	PRESIDENTE
Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC	Av. Santa Catarina, nº 1022	14.688.861/0001-19	Everaldo Luis Casonatto

2 - RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

ÓRGÃOS PARTICIPANTES	ENDEREÇO	CNPJ	RESPONSÁVEL
Município de Coronel Freitas	Av. Santa Catarina, 1022, Centro	83.021.824/0001-75	Mauri José Zucco
Município de Formosa do Sul	Rua Antonio Cella, 173, Centro	80.637.424/0001-09	Jorge Antônio Comunello
Município de Quilombo	Rua Duque de Caxias, 165, Centro	83.021.865/0001-61	Neuri Brunetto

ANEXO VI

ESTIMATIVA DE CONSUMO DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, pessoa jurídica de direito público Interno, CNPJ nº 83.021.824/0001-75, com sede na AV. SANTA CATARINA, 1022 - CENTRO, na cidade de CORONEL FREITAS -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, MAURI JOSÉ ZUCCO:

Item/Quantidade: 2/1000; 3/1250; 6/2500; 7/500; 8/150000; 15/7000; 16/50; 21/1000; 23/2500; 24/750; 27/16000; 29/1500; 30/5000; 36/750; 37/750; 42/7500; 43/250; 45/6000; 48/80000; 49/5000; 51/20000; 52/1500; 53/3000; 55/3000; 56/12000; 57/2500; 58/5000; 59/750; 61/2500; 63/25000; 73/2500; 74/50000; 75/50000; 84/10000; 85/2300; 86/500; 90/50; 91/500; 93/250; 95/1000; 96/1000; 99/2000; 103/15000; 104/500; 105/1000; 108/1000; 110/100; 116/20000; 127/6000; 134/2000; 135/200000; 136/100000; 137/150; 138/20000; 142/1250; 143/2000; 144/5000; 147/50000; 148/7000; 152/15000; 153/20000; 154/2500; 155/7500; 159/10000; 160/1250; 167/5000; 177/10000; 178/15000; 184/2000; 185/2000; 186/250; 192/7000; 193/35000; 194/2000; 196/3500; 201/10000; 202/2000; 205/4000; 207/100; 212/250; 216/200; 218/10; 219/7500; 220/2500; 224/10000; 230/150; 243/500; 244/500; 245/125; 246/1000; 247/25; 248/25; 249/10; 253/1200; 254/500; 256/5000; 257/15000; 260/6000; 261/10000; 265/15000; 266/1500; 267/50000; 271/750; 274/7500; 280/2500; 283/250; 284/5000; 285/12500; 290/20000; 291/350; 292/1000; 300/100; 301/5000; 303/40000; 304/10000; 305/500; 306/1000; 307/1000; 313/60000; 314/80000; 315/20000; 322/2500; 324/8500; 325/250; 326/10000; 327/1000; 328/1500; 329/1000; 331/15000; 332/4000; 334/1500; 335/100; 339/40; 341/175; 342/500; 343/100; 344/4000; 346/1000; 352/2500; 362/1500; 364/1000; 365/10000; 367/15000; 369/20; 370/5000; 371/1000; 372/10; 379/10000; 381/6000; 384/10000; 388/50000; 398/150; 399/50000; 404/3000; 410/50000; 412/1000; 423/1000; 425/4000; 427/50; 432/175000; 433/125000; 436/125; 440/750; 441/1500; 448/30000; 449/1000; 450/15000; 451/15000; 456/40; 457/50; 458/25; 460/1000; 461/500; 463/300; 466/1000; 467/500; 479/3000; 480/1500; 481/3000; 482/5000; 484/4000; 488/500; 490/125; 491/7500; 492/1500; 493/30000; 495/10000; 496/25000; 497/25000; 498/10000; 500/2000; 501/2000; 505/20; 506/5; 508/250; 513/500; 516/1500; 517/4000; 520/50000; 522/150000; 527/250; 528/2500; 529/750; 530/50; 533/25000; 536/80000; 537/50000; 543/250; 545/15000; 546/25000; 552/10000; 553/1500; 554/750; 556/3000; 557/5000; 558/10000; 559/2250; 560/750; 561/4000; 562/6000; 563/1500; 564/1000; 568/3000; 577/10000; 578/750; 579/25; 586/3000; 589/12500; 590/12500; 592/50000; 593/500; 594/10000; 595/500; 596/1000; 601/500; 604/45; 606/1000; 608/15000; 613/1500; 621/120000; 624/1000; 626/1250; 627/125; 628/1250; 630/1000; 631/500; 634/4000; 635/75000; 636/40000; 638/10000; 641/50000; 645/500; 646/1250; 647/1250; 648/1250; 654/10000; 661/50; 663/2500; 665/2000; 667/7500; 668/7500; 671/2000; 674/17500; 675/500; 676/40000; 678/150; 684/100; 685/1000; 686/10000; 687/20; 693/5000; 694/20; 695/5000; 704/2000; 705/1000; 706/700; 709/100;

711/50; 712/50; 715/2500; 716/50000; 718/2500; 719/2500; 721/100000; 722/75000; 725/500; 726/100; 727/500; 728/500; 729/250; 734/250; 741/500; 743/5500; 744/500; 745/1000; 748/15000; 749/1500; 750/5000; 766/2500; 769/50; 772/500; 773/3000; 777/25; 779/50; 785/100; 787/50; 788/2000; 793/1000; 794/7000; 796/10000; 799/1000; 809/4000; 811/15000; 812/6000; 813/500; 814/100; 820/50; 821/500; 822/3

2 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.637.424/0001-09, com sede na RUA ANTONIO CELLA,173 - CENTRO, na cidade de FORMOSA DO SUL-SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, JORGE ANTÔNIO COMUNELLO:

Item/Quantidade: 2/100; 3/100; 6/1000; 7/100; 8/15000; 9/10000; 15/5000; 19/500; 22/500; 23/3000; 24/200; 27/5000; 29/4000; 30/4000; 35/2000; 36/100; 37/100; 40/10000; 42/1000; 43/100; 45/8000; 46/30; 48/20000; 51/10000; 53/1000; 54/500; 55/500; 56/5000; 57/5000; 58/1000; 61/6000; 63/15000; 73/1000; 74/5000; 75/150000; 82/100; 84/1500; 85/150; 86/100; 91/200; 93/200; 95/100; 97/4000; 98/4000; 99/150; 103/6000; 106/1500; 108/2000; 116/5000; 119/300; 124/70; 127/1000; 129/60; 135/6000; 138/8000; 141/1500; 142/100; 143/100; 147/20000; 148/8000; 152/10000; 153/5000; 155/15000; 156/1500; 157/150; 158/400; 159/8000; 162/50; 163/50; 165/50; 166/100; 167/300; 168/4000; 169/100; 172/100; 175/100; 178/8000; 189/30; 192/8000; 193/15000; 194/2000; 195/1000; 199/1000; 202/300; 205/5000; 208/50; 209/50; 212/100; 216/100; 219/1000; 220/1000; 221/50; 224/5000; 238/15000; 243/100; 248/100; 250/1000; 251/100; 253/1000; 254/100; 255/400; 256/200; 257/4000; 260/3000; 262/100; 265/8000; 266/150; 270/1000; 271/200; 274/8000; 279/100; 282/100; 283/100; 284/3000; 285/5000; 287/2000; 289/8000; 290/4000; 291/200; 292/500; 302/50; 303/6000; 304/1500; 306/500; 307/500; 310/500; 313/6000; 314/20000; 318/100; 319/1000; 322/3000; 324/4000; 325/100; 326/10000; 327/200; 328/300; 329/150; 331/8000; 343/50; 344/1000; 347/500; 350/3000; 352/3000; 353/150; 355/5000; 361/3000; 364/250; 365/2000; 366/50; 367/8000; 368/50; 369/50; 370/8000; 371/250; 373/300; 374/8000; 379/4000; 380/30; 381/1500; 384/8000; 388/12000; 398/100; 399/10000; 409/50; 410/6000; 412/3000; 419/100; 420/100; 421/3000; 425/3000; 426/50; 427/50; 432/6000; 433/10000; 435/100; 436/100; 437/100; 438/600; 439/1000; 448/6000; 449/500; 450/6000; 451/5000; 452/2500; 460/250; 463/500; 464/2000; 465/2000; 466/1000; 470/2000; 479/1000; 480/2000; 483/200; 484/1000; 485/600; 486/600; 487/30; 491/800; 492/300; 493/4000; 496/4000; 497/4000; 504/100; 505/20; 506/500; 516/100; 517/3000; 522/6000; 528/1000; 529/200; 530/80; 533/2000; 536/6000; 537/6000; 546/4000; 552/4000; 553/100; 554/400; 558/5000; 560/200; 561/2000; 563/100; 564/100; 567/20; 568/3000; 570/1000; 574/60; 579/400; 580/60; 586/800; 591/6000; 592/20000; 593/700; 594/5000; 595/100; 596/600; 597/300; 598/60; 599/500; 601/1000; 603/30; 604/60; 606/100; 608/3000; 609/2000; 611/1000; 612/1000; 613/150; 620/30000; 626/1500; 629/1000; 632/2000; 634/600; 635/10000; 636/10000; 638/4000; 639/10000; 641/4000; 642/1000; 643/30; 646/100; 649/50; 652/800; 654/4000; 659/100; 661/100; 663/200; 667/4000; 668/3000; 671/1500; 672/100; 674/5000; 675/1000; 676/6000; 680/1000; 686/8000; 687/100; 689/100; 690/30; 693/1000; 695/2000; 697/1500; 698/3000; 703/3000; 704/2000; 705/100; 706/200; 716/30000; 718/3000; 719/200; 721/50000; 722/30000; 727/1000; 728/1000; 729/1000; 731/1000; 732/500; 734/200; 741/150; 743/1500; 744/1500; 745/500; 747/50; 748/5000; 749/100; 752/30; 764/1000; 765/2000; 767/50; 775/2000; 776/30; 783/3000; 785/200; 791/200; 793/50; 797/5000; 800/3000; 809/3000; 811/5000; 812/3000; 817/100; 822/4000.

3 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE QUILOMBO , pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.865/0001-61, com sede na RUA DUQUE DE CAXIAS,165 - CENTRO, na cidade de QUILOMBO -SC, representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, NEURI BRUNETTO:

Item/Quantidade: 1/2000; 2/300; 3/300; 4/8000; 5/3000; 6/4000; 7/300; 8/60000; 9/15000; 10/15000; 11/5000; 12/5000; 13/5000; 14/8000; 15/15000; 16/100; 17/2000; 18/60; 20/600; 21/250; 22/5000; 23/6000; 24/1000; 25/50; 26/300; 27/1500; 28/10; 29/2000; 30/3000; 31/5000; 32/15000; 33/1000; 34/2000; 35/10000; 36/300; 37/300; 38/8000; 39/1000; 40/3000; 41/2000; 42/5000; 43/400; 44/2000; 45/8000; 47/3000; 48/50000; 50/200; 51/12000; 52/400; 54/300; 56/8000; 58/4000; 59/200; 60/2000; 61/2000; 62/1000; 63/25000; 64/600; 65/600; 66/2000; 67/600; 68/600; 69/600; 70/600; 71/1000; 72/600; 73/2000; 74/2000; 75/25000; 76/600; 77/12000; 78/1000; 79/1000; 80/2000; 81/2000; 83/1000; 84/7000; 85/200; 87/3000; 88/20; 89/20; 91/300; 92/100; 93/200; 94/150; 95/200; 97/12000; 98/5000; 99/2000; 100/20; 101/25; 102/20; 103/20000; 105/3000; 106/2000; 107/1000; 108/1000; 109/600; 110/100; 111/15; 112/20; 113/20; 114/20; 115/20; 116/30000; 117/10000; 118/2000; 119/200; 120/200; 121/600; 122/20; 123/50; 124/100; 125/200; 126/20; 127/7000; 128/500; 130/10; 131/500; 132/300; 133/500; 134/5000; 135/10000; 136/60000; 137/300; 138/30000; 139/3000; 140/8000; 141/3000; 142/400; 143/400; 144/15000; 145/10000; 146/6000; 147/6000; 148/30000; 149/3000; 150/20; 151/20; 152/10000; 153/15000; 154/6000; 155/12000; 158/300; 159/20000; 160/100; 161/200; 162/200; 163/200; 164/7000; 166/600; 167/6000; 168/1000; 169/400; 170/1000; 171/400; 172/400; 173/100; 174/1000; 175/200; 176/200; 177/25000; 179/1000; 180/3000; 181/10000; 182/6000; 183/400; 184/2000; 185/2000; 187/5000; 188/25; 189/10; 190/10; 191/30; 192/6000; 193/35000; 194/1000; 196/1000; 197/1000; 198/1000; 199/1000; 200/3000; 201/10000; 202/800; 203/1000; 204/2000; 205/8000; 206/1000; 207/200; 208/200; 209/200; 210/2000; 211/400; 212/200; 213/200; 214/200; 215/200; 216/200; 217/600; 218/100; 219/12000; 220/5000; 221/200; 222/3000; 223/1000; 224/15000; 225/2500; 226/2000; 227/1000; 228/100; 229/600; 230/200; 231/100; 232/1000; 233/1000; 234/500; 235/400; 236/20; 237/30; 238/8000; 239/40; 240/600; 241/600; 242/1000; 243/50; 244/200; 246/300; 247/50; 248/200; 249/50; 250/2000; 251/600; 252/10; 253/3000; 254/1000; 255/100; 256/1500; 257/30000; 258/50; 259/1000; 260/40000; 261/5000; 262/400; 263/50; 264/4000; 266/400; 267/60000; 268/2000; 269/100; 270/200; 271/300; 272/12; 273/100; 274/15000; 275/1000; 276/2000; 277/3000; 278/1000; 279/400; 280/1000; 281/3000; 282/400; 283/200; 284/1000; 285/15000; 286/200; 287/3000; 288/15000; 289/5000; 290/25000; 291/400; 292/2000; 293/400; 294/4000; 295/1500; 296/2000; 297/3000; 298/2000; 299/2000; 300/100; 301/10000; 302/200; 303/25000; 304/5000; 306/200; 307/200; 308/1000; 309/3000; 310/3000; 311/2000; 312/1000; 313/20000; 314/40000; 315/15000; 316/600; 317/20; 318/400; 319/3000; 320/150; 321/100; 322/3000; 323/3000; 324/20000; 325/400; 327/600; 328/1000; 329/400; 330/1000; 331/20000; 332/8000; 333/200; 334/5000; 335/200; 336/50; 337/560; 338/100; 339/36; 340/60; 341/200; 342/3000; 343/200; 344/15000; 345/200; 348/400; 349/1000; 350/600; 351/1000; 352/15000; 354/1000; 355/600; 356/600; 357/1000; 358/600; 359/1500; 360/600; 363/20000; 365/15000; 366/200; 367/20000; 368/200; 369/200; 370/3000; 371/200; 372/100; 373/50; 374/600; 375/200; 376/50; 377/100; 378/1000; 379/3000; 381/5000; 382/10; 383/10; 384/20000; 385/30; 386/20; 387/2000; 388/60000; 389/150; 390/1000; 391/20; 392/20; 393/10; 394/10; 395/10; 396/200; 397/20; 398/400; 399/30000; 400/2000; 401/5000; 402/2000; 403/20; 405/300; 406/200; 407/200; 408/200; 409/200; 410/20000; 411/15000; 413/3000; 414/500; 415/10; 416/5000; 417/5000; 418/2000; 419/400; 420/400; 421/5000; 422/5000; 423/3000; 424/100; 425/20000; 426/400; 427/400; 428/50; 429/200; 430/200; 431/200; 432/10000; 433/50000; 434/600; 435/300; 436/300; 440/700; 442/20000; 443/50; 444/400; 445/200; 446/3000; 447/100; 448/50000; 449/1000; 450/20000; 451/30000; 453/3000; 454/10;

455/600; 459/20; 460/100; 461/8000; 462/2000; 463/1000; 464/5000; 465/600; 466/600; 468/5000; 469/5000; 470/5000; 471/1000; 472/300; 473/300; 474/600; 475/600; 476/600; 477/600; 478/3000; 479/3000; 480/3000; 481/3000; 484/1000; 485/5000; 486/4000; 487/100; 489/24; 491/4500; 492/12; 493/8000; 494/4000; 495/8000; 496/8000; 497/8000; 498/8000; 499/2000; 500/5000; 501/4000; 502/2000; 503/10; 504/100; 505/200; 506/100; 507/1000; 508/1000; 509/600; 510/600; 511/2000; 512/1000; 513/1000; 514/200; 515/4000; 516/500; 517/4000; 518/1000; 519/2000; 520/1000; 521/20000; 522/15000; 523/4000; 524/15000; 525/600; 526/2000; 528/1000; 529/500; 530/200; 531/1000; 532/100; 533/25000; 534/3000; 535/600; 536/10000; 537/10000; 538/3000; 539/1000; 540/2000; 541/2000; 542/2000; 543/1000; 544/2000; 545/8000; 546/8000; 547/5000; 548/5000; 549/300; 550/600; 551/600; 552/15000; 553/500; 554/400; 555/600; 556/2500; 557/6000; 558/6000; 560/250; 561/5000; 562/1000; 563/200; 564/300; 565/200; 566/1000; 567/200; 568/3000; 569/10; 570/600; 571/300; 572/200; 573/1000; 574/200; 575/1000; 576/10; 577/10000; 578/300; 579/400; 581/300; 582/360; 583/360; 584/360; 585/3000; 586/2000; 587/500; 588/20; 589/1000; 590/10000; 592/50000; 593/300; 594/15000; 595/400; 596/500; 600/30; 601/2000; 602/20; 604/100; 605/200; 606/100; 607/30; 608/5000; 609/4000; 610/4000; 612/600; 613/600; 614/600; 615/600; 616/30; 617/10; 618/600; 619/5000; 620/60000; 622/5000; 623/400; 625/5000; 626/3000; 627/200; 628/5000; 629/7000; 632/2000; 633/2000; 634/1000; 635/30000; 636/40000; 637/5000; 638/25000; 639/50000; 640/5000; 641/40000; 642/2000; 643/100; 644/600; 645/1000; 647/200; 648/200; 649/200; 650/2000; 651/1000; 653/600; 654/1000; 655/600; 656/400; 657/4000; 658/300; 660/50; 661/200; 662/100; 663/200; 664/1000; 665/200; 666/100; 667/12000; 668/5000; 669/10000; 670/10000; 671/3000; 672/400; 673/10000; 674/4000; 676/3000; 677/200; 678/200; 679/200; 681/3000; 682/1000; 683/5000; 684/6000; 685/200; 686/15000; 687/200; 688/100; 689/50; 690/50; 691/50; 692/1000; 693/3000; 694/200; 695/15000; 696/1000; 697/300; 698/3000; 699/1000; 700/1000; 701/20; 702/100; 704/1500; 705/300; 706/500; 707/2000; 708/20; 709/100; 710/150; 711/20; 712/20; 713/20; 714/600; 715/4000; 716/50000; 717/300; 718/15000; 719/400; 720/5000; 721/40000; 722/15000; 723/2000; 724/20; 725/500; 726/200; 727/500; 728/500; 729/500; 730/200; 731/200; 732/200; 733/200; 734/200; 735/200; 736/200; 737/1000; 738/6000; 739/20; 740/1000; 741/300; 742/30; 743/7000; 745/200; 746/200; 747/200; 748/20000; 749/200; 750/4000; 751/30; 753/30; 754/500; 755/600; 756/200; 757/200; 758/2000; 759/2000; 760/1000; 761/200; 762/5000; 763/5000; 765/3000; 767/70; 768/30; 769/30; 770/30; 771/1000; 773/3000; 774/2000; 775/2000; 776/50; 778/5000; 780/600; 781/10000; 782/10000; 783/2000; 784/5000; 785/400; 786/150; 787/30; 788/3000; 789/1000; 790/600; 792/2000; 793/250; 794/10000; 795/10000; 796/10000; 797/3000; 798/600; 800/2000; 801/2000; 802/2000; 803/600; 804/600; 805/2000; 806/600; 807/600; 808/1000; 809/15000; 810/6000; 811/6000; 812/15000; 813/600; 815/200; 816/200; 817/200; 818/500; 819/600; 820/200; 821/200; 822/200; 823/600.

4 - Total estimado para consumo de todos os Órgãos Participantes:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO
1	2000	COMP	A A SALICÍLICO PREVENT 100MG	7935
2	1400	FRASCO	ACEBROFILINA 10MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO DE 120 ML	7003
3	1650	FRASCO	ACEBROFILINA 5MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO COM 120 ML	7004
4	8000	COMP	ACECLOFENACO 100 MG	7005
5	3000	COMP	ACETAZOLAMIDA 250 MG	7006
6	7500	COMP	ACICLOVIR 200 MG FRACIONÁVEL	7007
7	900	BISNAGA	ACICLOVIR 50MG/G CREME BISNAGA 10 GR	7008
8	225000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	7009
9	25000	COMP	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG TAMPONADO	7010
10	15000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 200 MG TAMPONADO	7011
11	5000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 300 MG TAMPONADO	7012
12	5000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 325 MG TAMPONADO	7013
13	5000	COMP	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500 MG	7014
14	8000	COMP	ACIDO ACETILSALICILICO 81 MG TAMPONADO	7015
15	27000	COMP	ÁCIDO FÓLICO 5 MG	7017
16	150	FRASCO	ACIDO GAMA AMINOBUTIRICO 200MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO DE 100 ML	7018
17	2000	COMP	ACIDO GAMA AMINOBUTIRICO 250 MG	7019
18	60	COMP	ACIDO IBANDRONICO 150 MG	7020
19	500	COMP	ACIDO MEFENÂMICO 500 MG	7021
20	600	COMP	ACIDO TIOCTICO 600MG HR	7936
21	1250	FRASCO	ACIDO VALPROICO 250MG/5ML FRASCO 100 ML	7925
22	5500	AMPOLA	AGUA BIDESTILADA PARA INJEÇÃO DE 5 ML	7026
23	11500	COMP	ALBENDAZOL 400 MG COMP MASTIGAVEL	7027
24	1950	FRASCO	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 10 ML	7028
25	50	FRASCO	ALCAFTADINA 0,25 % FRASCO DE 3 ML	7029
26	300	COMP	ALENDRONATO SÓDICO 10 MG CARTELAS COM 4 COMP	7030
27	22500	COMP	ALENDRONATO SÓDICO 70 MG CARTELAS COM 4 COMP	7031
28	10	FRASCO	ALFAESTRADIOL 0,25MG/ML SOL TOPICA DE 100 ML	7032
29	7500	COMP	ALOPURINOL 100 MG	7033
30	12000	COMP	ALOPURINOL 300 MG	7034
31	5000	COMP	ALPRAZOLAM 0,25 MG	7035
32	15000	COMP	ALPRAZOLAM 0,5 MG	7036
33	1000	COMP	ALPRAZOLAM 1 MG XR COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	7038

34	2000	COMP	ALPRAZOLAM 2 MG	7039
35	12000	COMP	AMANTADINA 100 MG	7040
36	1150	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 15MG/5ML FRASCO DE 120 ML	7041
37	1150	FRASCO	AMBROXOL, CLORIDRATO 30MG/5ML FRASCO DE 120 ML	7042
38	8000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM CLORTALIDONA, 5 MG + 25 MG	7043
39	1000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLORITIAZIDA, 2,5MG + 25MG	7044
40	13000	COMP	AMILORIDA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 5MG + 50MG	7045
41	2000	COMP	AMINAFTONA 75 MG	7046
42	13500	COMP	AMINOFILINA 100 MG	7047
43	750	AMPOLA	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLAS DE 10 ML	7048
44	2000	COMP	AMIODARONA 100 MG	7049
45	22000	COMP	AMIODARONA 200 MG	7050
46	30	AMPOLA	AMIODARONA 50MG/ML AMPOLAS COM 3 ML	7051
47	3000	COMP	AMITRIPTILINA 10 MG	7053
48	150000	COMP	AMITRIPTILINA 25 MG	7054
49	5000	COMP	AMITRIPTILINA 75 MG	7055
50	200	FRASCO	AMOXICILINA 100MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 150 ML	7056
51	42000	CAPSULA	AMOXICILINA 500 MG	7057
52	1900	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 150 ML	7058
53	4000	FRASCO	AMOXICILINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FR 60 ML	7059
54	800	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO 80 MG + 11,5 MG PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 75 ML	7060
55	3500	FRASCO	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG/ML SUSPENSÃO FRASCO 100 ML	7061
56	25000	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 500+125 MG	7062
57	7500	COMP	AMOXICILINA ASSOCIADA COM CLAVULONATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG	7063
58	10000	CAPSULA	AMPICILINA 500 MG	7064
59	950	FRASCO	AMPICILINA SUSPENSÃO 50 MG/ML, FRASCO 150 ML	7065
60	2000	COMP	ANLODIPINO BESILATO, ASSOICIADO À BENAZEPRILA CLORIDRATO, 5 MG + 10 MG	7067
61	10500	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG	7068
62	1000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 10 MG + RAMIPRIL 10 MG	7069
63	65000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG	7071
64	600	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + ATENOLOL 25 MG	7072
65	600	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + ATENOLOL 50 MG	7073
66	2000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + RAMIPRIL 10 MG	7074
67	600	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5 MG + TELMISARTANA 80 MG	7075
68	600	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + LOSARTANA POTASSICA 50 MG	7076
69	600	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG	7077
70	600	COMP	ANLODIPINO, BESILATO 5MG + RAMIPRIL 5 MG	7078
71	1000	COMP	ANLODIPINO, BESILATO ASSOCIADO A BENAZEPRILA CLORIDRATO 2,5MG+10MG	7079
72	600	COMP	APIXABANA 5MG	7937
73	5500	COMP	ATENOLOL 100 MG	7080
74	57000	COMP	ATENOLOL 25 MG	7081
75	225000	COMP	ATENOLOL 50 MG	7082
76	600	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 100/25 MG	7083
77	12000	COMP	ATENOLOL+CLORTALIDONA 50/12,5 MG	7084
78	1000	COMP	ATENSINA 0,100 MG	7085
79	1000	COMP	ATENSINA 0,150 MG	7086
80	2000	COMP	ATENSINA 0,200 MG	7087
81	2000	COMP	ATORVASTATINA CÁLCICA 10 MG	7088
82	100	AMPOLA	ATROPINA, SULFATO 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7089
83	1000	COMP	AZATIOPRINA 50 MG	7090
84	18500	COMP	AZITROMICINA 500 MG	7091
85	2650	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 600 MG	7092
86	600	FRASCO	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO + DILUENTE ORAL FRASCO 900 MG	7093
87	3000	COMP	BACLOFENO 10 MG	7094
88	20	FRASCO	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250 MCG/DOSE SPRAY ORAL FR 200 DOSES	7095
89	20	FRASCO	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO 400 MCG COM 60 CAPSULAS	7097
90	50	FRASCO	BENZIDAMINA, CLORIDRATO 500 MG PÓ PARA PREPARAÇÃO EXTEMPORANEA	7099

91	1000	FR + AMP	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	7101
92	100	AMPOLA	BENZILPENICILINA BENZATINA 400000 UI PÓ PARA SUSPENÇÃO INJ	7102
93	650	AMPOLA	BENZILPENICILINA, BENZATINA 600000 UI AMPOLAS	7103
94	150	FRASCO	BENZOATO DE BENZILA 25% EMULSÃO TÓPICA C 80 ML	7104
95	1300	FRASCO	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSAO ORAL FR 100 ML	7105
96	1000	BISNAGA	BENZOILMETRONIDAZOL, ASSOCIADO À NISTATINA E CLORETO DE BENZALCÔNIO, 62,5 MG + 25.000 UI + 1,25 MG/G, CREME VAGINAL, COM APLICADOR (S) BISNAGA 40 GRAMAS	7106
97	16000	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 16 MG	7107
98	9000	COMP	BETAISTINA, DICLORIDRATO 24 MG	7108
99	4150	AMPOLA	BETAMETASONA 5 MG DIPROPIONATO + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG AMP 1 ML + SERINGA	7109
100	20	FRASCO	BETAXOLOL, CLORIDRATO 0,5% FRASCO DE 5 ML	7112
101	25	FRASCO	BIMATOPROSTA 0,03 % + MALEATO DE TIMOLOL 0,5 % FRASCO DE 5 ML OFTAMICO	7115
102	20	FRASCO	BIMATOPROSTA RC FR C/3MI	7938
103	41000	COMP	BIPERIDENO 2 MG	7116
104	500	COMP	BISACODIL 5 MG	7117
105	4000	COMP	BISOPROLOL , FUMARATO 5 MG	7119
106	3500	COMP	BISOPROLOL FUMARATO 2,5 MG	7120
107	1000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 1,25 MG	7121
108	4000	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG	7122
109	600	COMP	BISOPROLOL, FUMARATO 5 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG	7123
110	200	FRASCO	BORATO DE 8-HIDROXIQUINOLINA + TRIETANOLAMINA - SOLUÇÃO OTOLÓGICA (CERUMIN ®)	7001
111	15	FRASCO	BRIMONIDINA 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7124
112	20	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 1,5 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	7125
113	20	FRASCO	BRIMONIDINA, TARTARATO 2 MG/ML COLÍRO FRASCO 5 ML	7126
114	20	FRASCO	BRINZOLAMIDA 10 MG/ML SUSPENÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7127
115	20	FRASCO	BRINZOLAMIDA, ASSOCIADA COM TIMOLOL MALEATO, 10 MG + 5 MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7128
116	55000	COMP	BROMAZEPAM 3 MG	7129
117	10000	COMP	BROMAZEPAM 6 MG	7130
118	2000	COMP	BROMOPRIDA 10 MG	7131
119	500	FRASCO	BROMOPRIDA 4 MG/ML FRASCO 20 ML	7132
120	200	AMPOLA	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA DE 2 ML	7133
121	600	COMP	BRONCHO-VAXON 7MG	7939
122	20	FRASCO	BUDESONIDA 400 MCG PO PARA INALAÇÃO COM 60 CAP	7135
123	50	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL , 64 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	7136
124	170	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 32 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	7137
125	200	FRASCO	BUDESONIDA AEROSOL NASAL, 50 MCG/DOSE FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA 120 DOSES	7138
126	20	FRASCO	BUDESONIDA+FORMOTEROL 6/200MCG 120 DOSES	7940
127	14000	COMP	BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO	7139
128	500	COMP	BUSPIRONA 5 MG	7140
129	60	UNIDADE	CALAMINA, ASSOCIADA COM DIFENIDRAMINA, CANFORA E GLICEROL 80 MG + 10 MG + 1 MG + 0,02 MG/ML LOÇÃO FRASCO 100 ML	7142
130	10	CAIXA	CALCIO + VITAMINA D TABLETES CAIXA COM 60 TABLETES	7144
131	500	COMP	CANDESARTANA CILIXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 16/12,5MG COMPRIMIDO	7146
132	300	COMP	CANDESARTANA, CILEXETIL 16 MG	7147
133	500	COMP	CANDESARTANA, CILEXETILA + HIDROCLOROTIAZIDA 8MG/12,5MG	7148
134	7000	COMP	CAPTOPRIL 12,5 MG	7150
135	216000	COMP	CAPTOPRIL 25 MG	7151
136	160000	COMP	CAPTOPRIL 50 MG	7152
137	450	FRASCO	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	7153
138	58000	COMP	CARBAMAZEPINA 200 MG	7154
139	3000	COMP	CARBAMAZEPINA 400 MG	7155
140	8000	COMP	CARBAMAZEPINA CR 200 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7156
141	4500	COMP	CARBAMAZEPINA CR 400 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7157
142	1750	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XAROPE INFANTIL FRASCO 100 ML	7160

143	2500	FRASCO	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XAROPE ADULTO FRASCO 100 ML	7161
144	20000	COMP	CARBONATO DE CALCIO 500 MG	7162
145	10000	COMP	CARBONATO DE CALCIO 500 MG + COLECALCIFEROL 600 UI	7163
146	6000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 200 UI	7164
147	76000	COMP	CARBONATO DE CÁLCIO 600 MG ASSOCIADO COM VITAMINA D3 400 UI	7165
148	45000	COMP	CARBONATO DE LITIO 300 MG	7166
149	3000	COMP	CARBONATO DE LITIO CR 450 MG	7167
150	20	FRASCO	CARBOXIMETILCELULOSE 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML	7168
151	20	FRASCO	CARMELOSE SODICA 5MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO COM 15 ML	7169
152	35000	COMP	CARVEDILOL 12,5 MG	7170
153	40000	COMP	CARVEDILOL 25 MG	7171
154	8500	COMP	CARVEDILOL 3,125 MG, CARTELA	7172
155	34500	COMP	CARVEDILOL 6,25 MG CARTELA	7173
156	1500	COMP	CEFACLOL 500 MG	7174
157	150	COMP	CEFACLOL BD 375MG/5ML FRASCO DE 80 ML	7175
158	700	FRASCO	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	7176
159	38000	COMP	CEFALEXINA 500MG BLISTER COM 8 CAPS	7177
160	1350	FRASCO	CEFALEXINA MONOIDRATADA 250MG/5ML FRASCO COM 100 ML	7178
161	200	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G ENDOVENOSA, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	7180
162	250	AMPOLA	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G INTRAMUSCULAR, FRASCO AMPOLA + DILUENTE	7181
163	250	AMPOLA	CEFTRIAXONA SODICA 500 MG INTRAMUSCULAR + DILUENTE	7182
164	7000	COMP	CELECOXIBE 200 MG	7183
165	50	FRASCO	CETOCONAZOL 2% SHAMPOO FRASCO 100 ML	7184
166	700	BISNAGA	CETOCONAZOL 20 MG/G TUBO COM 30 GRAMAS	7185
167	11300	COMP	CETOCONAZOL 200 MG	7186
168	5000	COMP	CETOPROFENO 100 MG	7187
169	500	AMPOLA	CETOPROFENO 100 MG, PÓ LIOFILO PARA INJETÁVEL ENDOVENOSO	7188
170	1000	COMP	CETOPROFENO 150 MG	7189
171	400	COMP	CETOPROFENO 50 MG	7190
172	500	AMPOLA	CETOPROFENO 50 MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	7191
173	100	FRASCO	CETOTIFENO, FUMARATO ÁCIDO, 0,2 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	7192
174	1000	COMP	CETOTIFENO, FUMARATO ÁCIDO, 1 MG COMPRIMIDO	7193
175	300	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA 5 MG + 4 MG + 100 MG + 100 MG, INJETAVEL AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA CONJUNTO COM DUAS AMPOLAS, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	7194
176	200	CAIXA	CIANOCOBALAMINA, ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS.	7195
177	35000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDARATO 10 MG	7196
178	23000	COMP	CICLOBENZAPRINA CLORIDRATO 5 MG	7197
179	1000	COMP	CICLOBENZAPRINA, CLORIDRATO ASSOCIADO COM LISINA CLONIXINATO 5 MG + 125 MG	7198
180	3000	COMP	CILOSTAZOL 100 MG	7199
181	10000	COMP	CILOSTAZOL 50 MG	7200
182	6000	COMP	CIMETIDINA 200 MG	7201
183	400	AMPOLA	CIMETIDINA 300 MG/2ML AMPOLAS DE 2 ML	7202
184	4000	COMP	CINARIZINA 25 MG	7203
185	4000	COMP	CINARIZINA 75 MG	7204
186	250	FRASCO	CIPROEPTADINA 4MG + CLORIDRATO DE TIAMINA 0,6MG + RIBOFLAVINA 0,75MG + CLORIDRATO DE PIRODOXINA 0,67MG + NICOTINAMIDA 6,67MG + ÁCIDO ASCÓRBICO 21,67MG LIQ FRSC 240 ML	7205
187	5000	COMP	CIPROFIBRATO 100 MG	7207
188	25	FRASCO	CIPROFLOXACINO 0,3% GOTAS 5ML	7941
189	40	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO A HIDROCORTISONA 2MG + 10 MG/ML SUSPENÇÃO OTOLOGICA FRASCO DE 5 ML	7208
190	10	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5 MG + 1 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7209
191	30	FRASCO	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO ASSOCIADO COM DEXAMETASONA 3,5MG + 1 MG/G POMADA OFTÁLMICA BISNAGA COM 3,5 G	7210
192	21000	COMP	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO, 500 MG	7211
193	85000	COMP	CITALOPRAM 20 MG	7213

194	5000	COMP	CLARITROMICINA 500 MG	7214
195	1000	COMP	CLINDAMICINA 300 MG	7215
196	4500	COMP	CLOBAZAM 10 MG	7216
197	1000	COMP	CLOBAZAM 20 MG	7217
198	1000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG	7219
199	2000	COMP	CLOMIPRAMINA, CLORIDRATO 75 MG	7220
200	3000	COMP	CLONAZEPAM 0,5 MG	7221
201	20000	COMP	CLONAZEPAM 2 MG	7222
202	3100	FRASCO	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	7223
203	1000	COMP	CLONIDINA 0,100 MG	7224
204	2000	COMP	CLONIDINA 0,200 MG	7226
205	17000	COMP	CLOPIDOGREL 75 MG	7227
206	1000	COMP	CLORAFENICOL 500 MG	7228
207	300	FRASCO	CLORANFENICOL 4 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 10 ML	7229
208	250	AMPOLA	CLORETO DE POTASSIO 10 % SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7230
209	250	AMPOLA	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7231
210	2000	COMP	CLORETO DE POTÁSSIO 600 MG	7232
211	400	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% ESTÉRIL, NÃO INJETÁVEL, FRASCO DE 100 ML	7233
212	550	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SPRAY NASAL FRASCO 30 ML	7234
213	200	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 10% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7235
214	200	AMPOLA	CLORETO DE SÓDIO 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 ML	7236
215	200	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO AO CLORETO DE BENZALCÔNIO E NAFAZOLINA, 9 MG +0,1 MG + 0,5 MG/ML, SOLUÇÃO NASAL ADULTO FRASCO 30 ML	7237
216	500	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO, ASSOCIADO COM CLORETO DE BENZALCÔNIO, 0,9% + 0,01%, SOLUÇÃO NASAL PEDI-ÁTRICO FRASCO 30 ML	7238
217	600	COMP	CLORIDRATO DE IVABRADINA 5MG	7942
218	110	FRASCO	CLORPRAMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO COM 20 ML	7239
219	20500	COMP	CLORPROMAZINA 100 MG	7240
220	8500	COMP	CLORPROMAZINA 25 MG	7241
221	250	AMPOLA	CLORPROMAZINA 25MG/5ML AMPOLAS DE 5 ML	7242
222	3000	COMP	CLORPROPAMIDA 250 MG	7243
223	1000	COMP	CLORTALIDONA 12,5 MG	7244
224	30000	COMP	CLORTALIDONA 25 MG	7245
225	2500	COMP	CLORTALIDONA 50 MG	7246
226	2000	COMP	CLOXAZOLAM 1 MG	7248
227	1000	COMP	CLOXAZOLAM 2 MG	7249
228	100	FRASCO	CODEINA, FOSFATO 3MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO DE 120 ML	7251
229	600	COMP	CODERGOCRINA, MESILATO 4,5 MG	7252
230	350	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G POMADA 50G	7254
231	100	BISNAGA	COLAGENASE 0,6U/G SEM CLORANFENICOL 30G POMADA	7255
232	1000	COMP	COLCHICINA 0,5 MG	7256
233	1000	COMP	COLCHICINA 1 MG	7257
234	500	ENVELOPE	COLESTIRAMINA LIGHT/PÓ ENV. 4G	7943
235	400	COMP	CONDRES COLÁGENO 40MG	7944
236	20	FRASCO	CROMOGLICATO SÓDIO 20 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7258
237	30	UNIDADE	CUMARINA ASSOCIADA A HEPARINA SÓDICA, 5 MG + 50 UI/ML CREME FRASCO 240 ML	7259
238	23000	COMP	CUMARINA ASSOCIADA A TROXERRUTINA 15 MG + 90 MG	7260
239	40	BISNAGA	CUMARINA+HEPARINA 120MI	7945
240	600	COMP	CÚRCUMA LONGA 250MG	7946
241	600	COMP	DAPAGLIFLOZINA 10MG	7947
242	1000	COMP	DEFLAZACORTE 6 MG	7261
243	650	FRASCO	DELTAMETRINA 20 MG FRASCO COM 100 ML LOÇÃO	7262
244	700	FRASCO	DELTAMETRINA SHAMPOO 2% FRASCO DE 100 ML	7263
245	125	CARTELA	DESOGESTREL 75 MCG CART COM 28 COMPR	7265
246	1300	COMP	DESVENLAFAXINA, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	7266
247	75	FRASCO	DEXAMETASONA 0,1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 5 ML	7267
248	325	FRASCO	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG COLÍRIO FRASCO COM 5 ML	7268

249	60	BISNAGA	DEXAMETASONA 1 MG + NEOMICINA 5 MG + POLIMIXINA B 6000 UI + HIPROMELOSE 5 MG POMADA OFTALMICA DE 3,5G	7269
250	3000	COMP	DEXAMETASONA 4 MG	7270
251	700	AMPOLA	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2,5 ML	7271
252	10	CAIXA	DEXAMETASONA ASSOCIADA A DIPIRONA SÓDICA E HIDROXICOBALAMINA, AMPOLA 1: 1,5 MG + 500 MG/ML, AMPOLA 2: 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, CAIXA COM 3 CONJUNTOS DE 2 AMPOLAS	7272
253	5200	BISNAGA	DEXAMETASONA, ACETATO 0,1% CREME BISNAGA 10 GRAMAS	7273
254	1600	FRASCO	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR FRSC 100 ML	7274
255	500	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, ASSOCIADA À BETAMETASONA, 0,4 MG + 0,05 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7275
256	6700	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 0,4 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	7276
257	49000	COMP	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO, 2 MG COMPRIMIDO	7277
258	50	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA+ BETAMETASONA 0,4MG+0,05MG/ML 120ML	7948
259	1000	COMP	DIACEREINA 50 MG	7279
260	49000	COMP	DIAZEPAM 10 MG	7280
261	15000	COMP	DIAZEPAM 5 MG	7281
262	500	AMPOLA	DIAZEPAM 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7282
263	50	FRASCO	DICLOFENACO AEROSOL SPRAY COM 60 G	7283
264	4000	COMP	DICLOFENACO COLESTIRAMINA 70 MG	7284
265	23000	COMP	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG	7285
266	2050	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 3 ML	7286
267	110000	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG	7287
268	2000	COMP	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG + CODEÍNA 50 MG	7288
269	100	FRASCO	DICLOFENACO SÓDICO COLIRIO 1MG/ML FRASCO DE 5 ML	7289
270	1200	TUBO	DICLOFENACO, SAL DIETILAMONIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL BISNAGA 60 G	7290
271	1250	FRASCO	DICLOFENACO, SAL RESINATO, 15 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO 20 ML	7291
272	12	CARTELA	DIENOGESTE + VALERIATO DE ESTRADIOL COM 28 COMPRIMIDOS SENDO 26 HORALMONIOS + 2 PLACEBO	7292
273	100	FRASCO	DIGOXINA 0,05 MG/ML ELIXIR FRASCO 60 ML	7293
274	30500	COMP	DIGOXINA 0,25 MG	7294
275	1000	CAPSULA	DILTIAZEM CLORIDRATO, 180 MG AÇÃO PROLONGADA	7295
276	2000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 30 MG	7296
277	3000	COMP	DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG	7297
278	1000	COMP	DILTIAZEM, CLORIDRATO SR 120 MG	7298
279	500	AMPOLA	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIROXIDINA 50/50MG/ML AMPOLAS DE 1 ML IM	7299
280	3500	COMP	DIMENIDRINATO 100 MG BLISTER FRACIONAVEL	7300
281	3000	COMP	DIMENIDRINATO 50MG	7949
282	500	AMPOLA	DIMENIDRINATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3 MG + 5 MG + 100 MG + 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7301
283	550	FRASCO	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 25 MG + 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	7302
284	9000	COMP	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50 MG + 10 MG	7303
285	32500	COMP	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 450 MG + 50 MG	7304
286	200	SACHE	DIOSMINA ASSOCIADA A HESPERIDINA, 900 MG + 100 MG SACHE COM 5 GRAMAS E DE SABOR	7305
287	5000	COMP	DIPIRIDAMOL 75 MG	7307
288	15000	COMP	DIPIRONA + CAFEINA + MUCATO DE ISOMETEPTNO 300 MG + 30 MG + 30 MG	7308
289	13000	COMP	DIPIRONA SODICA + CAFEINA ANIDRA + CITRATO DE ORFENADRINA 300 + 50 + 35 MG	7309
290	49000	COMP	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	7310
291	950	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	7311
292	3500	FRASCO	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS, FRASCO 20 ML	7312
293	400	AMPOLA	DIPIRONA SÓDICA, ASSOCIADA À ADIFENINA E PROMETAZINA, 375MG + 12,5MG +12,5MG/ML,SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7313
294	4000	COMP	DIPIRONA, SODICA 500 MG + PROMETASINA 5 MG + ADIFENINA 10 MG	7314
295	1500	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 125 MG	7316
296	2000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG	7317
297	3000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO 500 MG	7318
298	2000	COMP	DIVALPROATO DE SODIO CR 500 MG	7319
299	2000	COMP	DIVALPROATO DE SÓDIO ER 500 MG	7320

300	200	FRASCO	DOMPERIDONA 1 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	7321
301	15000	COMP	DOMPERIDONA 10 MG	7322
302	250	AMPOLA	DOPAMINA,CLORIDRATO 5MG/ML AMPOLAS DE AMPOLAS DE 10 ML	7323
303	71000	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 2 MG	7324
304	16500	COMP	DOXAZOSINA MESILATO 4 MG	7325
305	500	COMP	DOXICICLINA 100 MG	7326
306	1700	FRASCO	DROPROPIZINA 1,5 MG/ML XAROPE, FRASCO 120 ML	7327
307	1700	FRASCO	DROPROPIZINA 3 MG/ML XAROPE FRASCO 120 ML	7328
308	1000	CAPSULA	DROSPERIDONA + ETINILESTRADIOL 3 MG + 0,03 MG COMPRIMIDOS REVESTIDOS	7329
309	3000	COMP	DULOXETINA 30 MG	7330
310	3500	COMP	DULOXETINA 60 MG	7331
311	2000	COMP	DUTASTERIDA 0,5 MG + TANSULOSINA 0,4 MG	7333
312	1000	COMP	EBASTINA 10 MG	7334
313	86000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 10 MG	7336
314	140000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 20 MG	7337
315	35000	COMP	ENALAPRIL, MALEATO, 5 MG	7338
316	600	COMP	ENALAPRIL, MELEATO ASSOCIADO COM HIDROCLOROTIAZIDA 20MG + 12,5 MG	7339
317	20	FRASCO	EPIMASTINA, CLORIDRATO 0,5MG/ML OFTALMICO GOTAS 5 ML	7340
318	500	AMPOLA	EPINEFRINA 1MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7341
319	4000	COMP	ERITROMICINA 500 MG	7342
320	150	FRASCO	ERITROMICINA ESTEARATO 50MG/ML FRASCO DE 60 ML	7343
321	100	BISNAGA	ESCINA10MG/G + SALICILATO DE DIETILAMÔNIO 50G/MG GEL 30 GR (REPARIL)	7345
322	8500	COMP	ESCITALOPRAM 10 MG	7346
323	3000	COMP	ESCITALOPRAM 20 MG	7347
324	32500	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 10 MG	7348
325	750	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	7349
326	20000	COMP	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 10MG + 250 MG COMPRIMIDOS	7350
327	1800	AMPOLA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 4 MG + 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7351
328	2800	FRASCO	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA 6,67 MG + 333 MG/ SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7352
329	1550	FRASCO	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG/ML FRASCO COM 20 ML GTS	7353
330	1000	COMP	ESOMEPRAZOL MAGNESIO TRIIDRATADO 40MG CP	7354
331	43000	COMP	ESPIRONOLACTONA 25 MG	7356
332	12000	COMP	ESPIRONOLACTONA 50 MG	7357
333	200	AMPOLA	ESTRADIOL + TESTOSTERONA SOL. INJ DE 1 ML	7359
334	6500	COMP	ESTRADIOL 1 MG	7360
335	300	BISNAGA	ESTRADIOL 1 MG GEL BISNAGA DE 50 G + APLICADOR	7361
336	50	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO A DROSPIRENOMA 1 MG + 2 MG CARTELA COM 28 CP	7362
337	560	COMP	ESTRADIOL ASSOCIADO A GESTODENO 1MG + 0,025 MG	7363
338	100	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO A NORESTISTERONA, ACETATO 2 MG + 1 MG CARTELA COM 28 CP	7364
339	76	CARTELA	ESTRADIOL ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ACETATO 1MG + 0,5 MG CARTELA COM 28 CP	7365
340	60	BISNAGA	ESTRADIOL HEMIIDRATADO 0,5MG/0,5G GEL DE 50 G	7366
341	375	AMPOLA	ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORESTISTERONA, ENANTATO 5 MG + 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7367
342	3500	COMP	ESTRIOL 1 MG	7368
343	350	BISNAGA	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 50 GRAMAS	7369
344	20000	DRAGEAS	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG	7370
345	200	BISNAGA	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG/G CREME VAGINAL BISNAGA 25 G	7371
346	1000	COMP	ESTROGENIOS CONJUGADOS ASSOCIADOS COM MEDROXIPROGESTERONA ACETATO , 0,625 MG + 2,5 MG	7372
347	500	COMP	ESTROGENIOS CONJUGADOS NATURAIS 0,3 MG	7373
348	400	AMPOLA	ETILEFRINA 10MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7374
349	1000	COMP	ETILEFRINA, CLORIDRATO 5 MG	7376
350	3600	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA 100 MG AESCULUS HIPPOCASTANUM L.	7380
351	1000	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 120 MG	7384
352	20500	CAPSULA	EXTRATO DE PLANTAS, GINKGO BILOBA 80 MG	7385

353	150	FRASCO	EXTRATO DE PLANTAS, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) EXTRATO FLUIDO FRASCO 100 ML	7386
354	1000	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, ISOFLAVONA DE SOJA 150 MG	7387
355	5600	COMP	EXTRATO DE PLANTAS, VALERIANA OFFICINALIS 50 MG	7390
356	600	COMP	EXTRATO SECO DE MELILOTUS OFFICINALIS 26,7MG	7391
357	1000	COMP	EXTRATO SECO DE PNUS PINASTER 50 MG	7392
358	600	COMP	EZETIMIBA 10 MG	7393
359	1500	COMP	EZETIMIBA ASSOCIADO A SINVASTATINA 10 MG + 20 MG	7394
360	600	COMP	FELODIPINO + SUCCINATO DE METOPROLOL 5/50MG COMPRIMIDO	7395
361	3000	COMP	FEMPROCUMONA 3 MG	7396
362	1500	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA À BRONFENIRAMINA, 2,5 MG + 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7397
363	20000	COMP	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM BRONFENIRAMINA, 5MG + 4MG	7399
364	1250	FRASCO	FENILEFRINA CLORIDRATO, ASSOCIADO A BRONFENIRAMINA 1 MG + 0,4 MG/ ML FRASCO DE 120 ML	7400
365	27000	COMP	FENITOINA 100 MG	7402
366	250	AMPOLA	FENITOINA 50MG/ML AMPOLA COM 5 ML	7403
367	43000	COMP	FENOBARBITAL 100 MG	7404
368	250	AMPOLA	FENOBARBITAL 100MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 2 ML	7405
369	270	FRASCO	FENOBARBITAL 40 MG/ML FRASCO COM 20 ML	7406
370	16000	COMP	FENOFIBRATO 200 MG	7408
371	1450	FRASCO	FENOTEROL , BROMETO 5 MG/ML FRASCO DE 20 ML	7410
372	110	FRASCO	FENOTEROL BROMIDRATO ASSOCIADO A IPRATRÓPIO BROMETO 0,1 MG + 0,04 MG/DOSE,A EROSSOL ORAL FRASCO 15 ML	7411
373	350	FRASCO	FERRO QUELATO 150 MG + ACIDO FOLICO 0,25 MG + CIANCOBALAMINA 7,5 MCG SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7412
374	8600	COMP	FERRO QUELATO 300 MG + ACIDO FOLICO 5 MG + CIANCOBALAMINA 15 MCG	7413
375	200	CAIXA	FERRO QUELATO GLICINATO+ ACIDO FOLICO CX COM 20 FLACONETES DE 5 ML	7414
376	50	FRASCO	FEXOFENADINA, CLORIDRATO 6MG/ML SUSP ORAL FRASCO DE 60 ML	7415
377	100	BISNAGA	FIBRINOLISINA + DESOXIRIBONUCLEASE E CLORAFENICOL 1U+666U+1% COM 30G	7416
378	1000	COMP	FINASTERIDA 1 MG	7417
379	17000	COMP	FINASTERIDA 5 MG	7418
380	30	AMPOLA	FITOMENADIONA 10MG/1ML SOL. INJETAVEL IM.	7419
381	12500	CAPSULA	FLUCONAZOL 150 MG	7420
382	10	FRASCO	FLUDROXICORTIDA 0,05 MG/ML LOÇÃO COM 15 ML	7421
383	10	BISNAGA	FLUDROXICORTIDA 125MG/G CREME DERMATOLOGICO COM 30 G	7422
384	38000	COMP	FLUNARIZINA DICLORIDRATO 10 MG	7423
385	30	FRASCO	FLUCINOLONA 0,275MG/ML + SULFATO DE POLIMIXINA B 11,000UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,85MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAINA 20MG/ML SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRS 5ML GTS	7424
386	20	FRASCO	FLUORMETOLONA, ACETATO 0,01 % SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 5 ML	7425
387	2000	COMP	FLUOXETINA 10 MG	7426
388	122000	CAPSULA	FLUOXETINA 20 MG	7427
389	150	FRASCO	FLUOXETINA 20 MG/ML FRASCO COM 20 ML GOTAS	7428
390	1000	COMP	FLUTAMIDA 250 MG	7429
391	20	UNIDADE	FLUTICASONA FUROATO 27,5 MCG/DOSE, SPRAY NASAL FRASCO 120 DOSES	7430
392	20	UNIDADE	FLUTICASONA PROPIONATO, 250MCG/DOSE, AEROSOL ORAL - SPRAY, EMBALAGEM COM 60 DOSES	7431
393	10	FRASCO	FLUTICASONA, PROPIONATO 50MCG/DOSE AEROSOL NASAL SPRAY COM 120 DOSES	7433
394	10	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 200 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	7434
395	10	FRASCO	FORMOTEROL, FUMARATO ASSOCIADO A BUDESONIDA 12MCG + 400 MCG/DOSE CAPSULAS PÓ INALANTE REFIL COM 60 CAPSULAS	7435
396	200	FRASCO	FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO 0,06G/ML + FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO 0,16G/ML FRASCO DE 130 ML (FLEET ENEMA)	7436
397	20	FRASCO	FUFURATO DE FLUTICASONA +TRIF DE VILANTEROL 100/25 MCG X 14 DOSES	7950
398	650	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7437
399	90000	COMP	FUROSEMIDA 40 MG	7438
400	2000	CAPSULA	GABAPENTINA 200 MG	7439
401	5000	CAPSULA	GABAPENTINA 300 MG	7440

402	2000	CAPSULA	GABAPENTINA 600 MG	7441
403	20	FRASCO	GATIFLOXACINO 0,3% FRASCO DE 5 ML	7442
404	3000	SACHE	GEL LUBRIFICANTE INTIMO SACHE 5G	7443
405	300	COMP	GENFIBROZILA 600 MG	7444
406	200	AMPOLA	GENTAMICINA 20MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7445
407	200	AMPOLA	GENTAMICINA 40MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	7446
408	200	AMPOLA	GENTAMICINA SULFATO 160MG/ML AMPOLAS DE 2 ML	7447
409	250	AMPOLA	GENTAMICINA, SULFATO 80MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7448
410	76000	COMP	GLIBENCLAMIDA 5 MG	7449
411	15000	COMP	GLICAZIDA 30 MG	7450
412	4000	COMP	GLICAZIDA 30 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	7451
413	3000	COMP	GLICAZIDA 80 MG	7452
414	500	UNIDADE	GLICEROL 95%, SUPOSITÓRIO INFANTIL	7453
415	10	UNIDADE	GLICEROL SOL OFTALMICA FR 15 ML (ENDURA)	7454
416	5000	SACHE	GLICOSAMINA 1,5 G PÓ ORAL SACHÊ 3,95 G	7456
417	5000	SACHE	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 1,5 G + 1,2 G SACHE 4,13 G	7457
418	2000	CAPSULA	GLICOSAMINA ASSOCIADA COM CONDROITINA, EM SAIS SULFATOS, 500 MG + 400 MG	7458
419	500	AMPOLA	GLICOSE 25% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7459
420	500	AMPOLA	GLICOSE 50% SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7460
421	8000	COMP	GLIMEPIRIDA 2 MG	7461
422	5000	COMP	GLIMEPIRIDA 4 MG	7462
423	4000	COMP	HALOPERIDOL 1 MG	7463
424	100	FRASCO	HALOPERIDOL 2 MG/ML FRASCO DE 20 ML	7464
425	27000	COMP	HALOPERIDOL 5 MG	7465
426	450	AMPOLA	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	7466
427	500	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	7467
428	50	BISNAGA	HEPARINA 200UI GEL 40G	7951
429	200	AMPOLA	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25 ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML	7468
430	200	FRASCO	HEPARINA SÓDICA 5000UI/ML INJETÁVEL FRASCO DE 5 ML	7469
431	200	AMPOLA	HIDRALAZINA 20MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 1 ML	7473
432	191000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	7475
433	185000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	7476
434	600	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA+ RAMIPRIL D 5+12,5MG	7952
435	400	AMPOLA	HIDROCORTISONA 100 MG SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	7477
436	525	AMPOLA	HIDROCORTISONA 500 MG, SUCCINATO SÓDICO, PÓ PARA SOL INJETÁVEL	7478
437	100	BISNAGA	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 10 MG/G CREME BISNAGA COM 30 G	7479
438	600	FRASCO	HIDROXIDO ALUMINIO 62MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRSC 100 ML	7480
439	1000	COMP	HIDROXIDO DE ALUMINIO + HIDROXIDO DE MAGNESIO 200 MG + 200 MG COMPRIMIDO MASTIGAVEL	7481
440	1450	FRASCO	HIDROXIDO DE ALUMINIO 150MG/ML FRASCO COM 100 ML	7483
441	1500	FRASCO	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO+HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 60+40 MG/ML SUSP. 100 ML	7484
442	20000	COMP	HIDROXIDO DE FERRO III, EQUIVALENTE A 100 MG DE FERRO III, NA FORMA DE COMPLEXO POLIMATOSADO	7485
443	50	FRASCO	HIDROXIDO DE FERRO III, EQUIVALENTE A 50 MG/ML DE FERRO III, NA FORMA DE COMPLEXO POLIMATOSADO, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS FRASCO 30 ML	7486
444	400	AMPOLA	HIDROXIDO DE FERRO III, SOLUÇÃO INJETÁVEL EQUIVALENTE A 20 MG/ML DE FERRO III, USO ENDOVENOSO NA FORMA DE COMPLEXO COLOIDAL SACARATO, AMPOLA 5 ML	7487
445	200	FRASCO	HIDROXIDO DE FERRO III, XAROPE EQUIVALENTE A 10 MG/ML DE FERRO III, NA FORMA DE COMPLEXO POLIMATOSADO, FRASCO 100 ML	7488
446	3000	COMP	HIDROXIZINA, DICLORIDATO 25 MG	7490
447	100	COMP	IBANDRONATO DE SODIO MONOHIDRATADO, EQUIVALENTE AO ACIDO IBANDROMICO 150 MG	7493
448	86000	COMP	IBUPROFENO 300 MG	7494
449	2500	FRASCO	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 30 ML	7495
450	41000	COMP	IBUPROFENO 600 MG	7496
451	50000	COMP	IMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	7497
452	2500	CAPSULA	IMIPRAMINA PAMOATO 75 MG	7498
453	3000	COMP	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 10 MG	7499

454	10	CAIXA	INDACATEROL, MALEATO 300MCG PO CX C/ 30 CAPSULAS + INALADOR	7926
455	600	COMP	INDAPAMIDA SR 1,5 MG	7500
456	40	FRASCO	INSULINA ASPARE 100 UIML	7501
457	50	FRASCO	INSULINA GARDINA 100 UI/ML REFIL	7502
458	25	FRASCO	INSULINA LISPRO 100 UI	7503
459	20	FRASCO	IPRATRÓPIO BROMETO 0,02 MG/DOSE AEROSOL ORAL 200 DOSES	7504
460	1350	FRASCO	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FR 20 ML	7505
461	8500	COMP	ISOSSORBIDA 20MG, SAL MONONITRATO	7508
462	2000	COMP	ISOSSORBIDA 40MG, SAL MONONITRATO	7509
463	1800	COMP	ISOSSORBIDA 5 MG, SAL DINITRATO SUBLINGUAL	7510
464	7000	COMP	ISSOSORBIDA, MONONITRATO 10 MG	7511
465	2600	CAPSULA	ITRACONAZOL 100 MG	7514
466	2600	COMP	IVERMECTINA 6 MG	7515
467	500	FRASCO	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRSC 120 ML	7516
468	5000	COMP	LAMOTRIGINA 100 MG	7517
469	5000	COMP	LAMOTRIGINA 25 MG	7518
470	7000	COMP	LAMOTRIGINA 50 MG	7519
471	1000	COMP	LANSOPRAZOL 30 MG	7520
472	300	COMP	LANSOPRAZOL 30MG + CLARITROMICINA 500 MG + AMOXICILINA 500 MG BLISTERES COM 7 UNIDADES	7521
473	300	CAPSULA	LAVITAN CAPS HAIR	7953
474	600	COMP	LEVANLODIPINO, BESILATO 2,5 MG	7523
475	600	COMP	LEVETIRACETAM 250MG	7959
476	600	COMP	LEVETIRACETAM 500MG	7960
477	600	COMP	LEVOCETIRIZINA, SAL DIPROPIONATO, 5 MG	7524
478	3000	COMP	LEVODOPA + CARBIDOPA 200MG + 50MG CP	7525
479	7000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADA A BENSERAZIDA 200 MG + 50 MG	7526
480	6500	COMP	LEVODOPA ASSOCIADA A CARBIDOPA 250/25 MG	7527
481	6000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA BD	7528
482	5000	CAPSULA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG +25 MG CÁPSULA COM LIBERAÇÃO PROLONGADA HBS	7529
483	200	FRASCO	LEVODROPROPIZINA 6MG/ML (60MG/ML) XRP ADULTO 120ML	7531
484	6000	COMP	LEVOFLOXACINO 500 MG BLISTER FRACIONAVEL	7532
485	5600	COMP	LEVOMEPROMAZINA 100 MG	7533
486	4600	COMP	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	7534
487	130	FRASCO	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	7535
488	500	COMP	LEVONOGESTREL 0,75 MCG	7536
489	24	CARTELA	LEVONOGESTREL ASSOCIADO COM ETINILESTRADIOL 0,05 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	7537
490	125	CARTELA	LEVONORGESTREL 0,10MG + ETINILESTRADIOL 0,02MG CARTELAS COM 21 COMPRIMIDO	7538
491	12800	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	7539
492	1812	CARTELA	LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 50 MCG + 30 MCG/75 MCG + 40 MCG/125 MCG + 30 MCG, DRAGEA A + DRÁGEA B + DRÁGEA C, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 DRÁGEAS	7540
493	42000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	7541
494	4000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 112MCG	7954
495	18000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	7542
496	37000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	7543
497	37000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	7544
498	18000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	7545
499	2000	COMP	LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG	7546
500	7000	COMP	LEVOTIROXINA SODICA DE 150 MCG	7547
501	6000	COMP	LEVOTIROXINA SODICA DE 175 MCG	7548
502	2000	COMP	LEVOTIROXINA SODICA DE 200 MCG	7549
503	10	FRASCO	LIDOCAÍNA SPRAY 10 % FRASCO DE 50 ML	7550
504	200	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% ASSOCIADA A EPINEFRINA INJETÁVEL FRASCO 20 ML	7551
505	240	BISNAGA	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% GELEIA BISNAGA 30 GRAMAS	7552
506	605	FRASCO	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO, 2% INJETÁVEL FRASCO 20 ML SEM VASO	7553

507	1000	COMP	LINAGLIPTINA 5 MG	7555
508	1250	COMP	LINAGLIPTINA/CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/850MG	7927
509	600	COMP	LISINA, CLONIXINATO 125 MG	7557
510	600	COMP	LISINA, CLONIXINATO 125 MG + CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5 MG	7558
511	2000	COMP	LISINOPRIL 10 MG	7559
512	1000	COMP	LISINOPRIL 20 MG	7560
513	1500	COMP	LISINOPRIL 5 MG	7561
514	200	FRASCO	LOÇÃO OLEOSA A BASE DE A. G. E. (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS) FRASCO 100 ML	7562
515	4000	COMP	LOPERAMIDA 2MG CP	7563
516	2100	FRASCO	LORATADINA 1 MG/ML XAROPE FRASCO 100 ML	7564
517	11000	COMP	LORATADINA 10 MG	7565
518	1000	COMP	LORAZEPAM 1 MG	7566
519	2000	COMP	LORAZEPAM 2 MG	7567
520	51000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG	7568
521	20000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 25 MG	7569
522	171000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	7570
523	4000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 100 MG + 25 MG	7571
524	15000	COMP	LOSARTANA POTÁSSICA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG + 12,5 MG	7572
525	600	COMP	LUTEINA 3,0 MG + ZEAXANTINA 0,25 MG + VITAMINA C, E, SELENIO E ZINCO	7573
526	2000	COMP	MANIDIPINO, DICLORIDRATO 10 MG	7574
527	250	FRASCO	MANITOL 20% SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO, FRASCO 500 ML	7575
528	4500	COMP	MEBENDAZOL 100 MG	7576
529	1450	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML FRASCO COM 30 ML SUSPENSÃO ORAL	7577
530	330	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL APOLA DE 1 ML	7578
531	1000	COMP	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 10 MG	7579
532	100	AMPOLA	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 50 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7580
533	52000	COMP	MELOXICAM 15 MG	7581
534	3000	COMP	MEMANTINA 10 MG GENERICO/ETICO	7583
535	600	COMP	MESALAZINA 300 MG	7584
536	96000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	7585
537	66000	COMP	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	7586
538	3000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG AÇÃO PROLONGADA	7587
539	1000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO 750 MG AÇÃO PROLONGADA	7588
540	2000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 1000 MG + 50 MG (ÉTICO)	7589
541	2000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A SITAGLIPTINA FOSFATO 850 MG + 50 MG	7590
542	2000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 1000 MG + 50 MG	7591
543	1250	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 500 MG + 50 MG	7592
544	2000	COMP	METFORMINA, CLORIDRATO ASSOCIADA A VILDAGLIPTINA 850 MG + 50 MG	7593
545	23000	COMP	METILDOPA 250 MG	7594
546	37000	COMP	METILDOPA 500 MG	7595
547	5000	COMP	METILFENIDATO CLORIDRATO 10 MG	7596
548	5000	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 10 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7597
549	300	COMP	METILFENIDATO, CLORIDRATO 18 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7598
550	600	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 20 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7599
551	600	CAPSULA	METILFENIDATO, CLORIDRATO 40 MG MICROGRANULOS DE LIBERAÇÃO MODIFICADA	7600
552	29000	COMP	METOCLOPRAMIDA 10 MG	7601
553	2100	FRASCO	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	7602
554	1550	AMPOLA	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7603
555	600	CAPSULA	METOCLOPRAMIDA ASSOCIADA A DIMETICONA E PEPSINA 7MG + 40 MG + 50 MG	7604
556	5500	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 100 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7606
557	11000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 25 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7607
558	21000	COMP	METOPROLOL, SUCCINATO, 50 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	7608
559	2250	COMP	METOPROLOL, TARTARATO 100 MG	7609
560	1200	BISNAGA	METRONIDAZOL 100MG/G GEL VAGINAL COM 10 APLICADORES BISNAGA 55 G	7611
561	11000	COMP	METRONIDAZOL 250 MG FRACIONÁVEL	7612
562	7000	COMP	METRONIDAZOL 400 MG FRACIONAVEL	7613
563	1800	BISNAGA	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G	7614
564	1400	BISNAGA	MICONAZOL 20 MG/G CREME DERMATOLOGICO 28 G	7615

565	200	AMPOLA	MIDAZOLAM 1 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7616
566	1000	COMP	MIDAZOLAM 15 MG	7617
567	220	AMPOLA	MIDAZOLAM 5 MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7618
568	9000	COMP	MIRTAZAPINA 30 MG	7620
569	10	UNIDADE	MOMETASONA FUROATO, 0,05% SUSPENSÃO NASAL SPRAY FRASCO COM 60 DOSES	7621
570	1600	COMP	MONTELUCASTE SODICO 10 MG	7622
571	300	COMP	MONTELUCASTE SODICO 5 MG COMPRIMIDOS MASTIGAVEIS	7623
572	200	AMPOLA	MORFINA 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	7624
573	1000	COMP	MORFINA 10 MG	7625
574	260	AMPOLA	MORFINA 10 MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7626
575	1000	COMP	MORFINA 30 MG	7627
576	10	FRASCO	MOXIFLOXACINO 0,5 % + FOSFATO DE DEXAMETASONA 0,1% FRASCO DE 5 ML	7628
577	20000	COMP	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z	7630
578	1050	FRASCO	MULTIVITAMINAS ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS DE A A Z SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	7631
579	825	AMPOLA	MULTIVITAMINAS, VITS: B2, B6, B12, C, NICOTINAMIDA E FRUTOSE SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	7632
580	60	FRASCO	NAFAZOLINA, CLORIDRATO DE 0,5MG SOLUÇÃO NASAL 30ML	7634
581	300	COMP	NALTREXONA , CLORIDRATO 50 MG	7636
582	360	COMP	NAPROXENO + EZOMEPRAZOL 500 + 20 MG	7637
583	360	COMP	NAPROXENO SÓDICO 500 MG	7638
584	360	COMP	NAPROXENO SÓDICO 550 MG	7639
585	3000	COMP	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO 5 MG	7640
586	5800	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 10 GRAMAS	7641
587	500	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA BISNAGA 50 GRAMAS	7642
588	20	FRASCO	NEPAFENACO 0,1% FRASCO DE 5 ML	7643
589	13500	COMP	NIFEDIPINO 10 MG	7647
590	22500	COMP	NIFEDIPINO 20 MG	7648
591	6000	COMP	NIFEDIPINO 20 MG RETARD	7649
592	120000	COMP	NIMESULIDA 100 MG	7651
593	1500	FRASCO	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 15 ML	7652
594	30000	COMP	NIMODIPINO 30 MG	7653
595	1000	FRASCO	NISTATINA 100.000 UI/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	7655
596	2100	TUBO	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL BISNAGA 40 GRAMAS	7656
597	300	BISNAGA	NISTATINA, ASSOCIADA A OXIDO DE ZINCO 100.000UI + 200 MG/G BISN 60G	7657
598	60	FRASCO	NITAZOXANIDA 20MG/ML PÓ SOLUÇÃO ORAL 45ML	7658
599	500	COMP	NITAZOXANIDA 500 MG	7659
600	30	POTE	NITROFURAL 2MG/G POMADA DERMATOLOGICA 500 G	7660
601	3500	CAPSULA	NITROFURANTOÍNA 100 MG FRACIONAVEL	7661
602	20	BISNAGA	NITROFURANTOÍNA CREME 1 KG	7662
603	30	AMPOLA	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO 1 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 4 ML	7663
604	205	CARTELA	NORESTISTERONA 0,35 MG , BLISTER CALENDÁRIO COM 35 UNIDADES	7664
605	200	CARTELA	NORESTISTERONA 1 MG + ESTRADIOL 2 MG CARTELA COM 28 COMP	7665
606	1200	AMPOLA	NORESTISTERONA 50MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG/ML AMPOLA 1 ML COM UMA SERINGA PRÉ-CARREGADA + AGULHA	7666
607	30	CARTELA	NORESTISTERONA, ACETATO 1 MG + ESTRADIOL 0,5 MG CARTELA COM 25 CP	7667
608	23000	COMP	NORFLOXACINO 400 MG	7668
609	6000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 25 MG	7669
610	4000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 50 MG	7670
611	1000	CAPSULA	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO, 75 MG	7671
612	1600	COMP	OLANZAPINA 10 MG	7672
613	2250	FRASCO	OLEO MINERAL 100 ML	7674
614	600	COMP	OLMESARTANA MEDOXOMILA, ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA, 20 MG + 12,5 MG	7675
615	600	COMP	OLMESARTANA, MEDOXOMINA 40 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	7676
616	30	FRASCO	OLOPATADINA, CLORIDRATO 0,2% SOLUÇÃO OFTALMICA ESTERIL FRASCO DE 5 ML	7677
617	10	FRASCO	OLOPATADINA, CLORIDRATO 1MG/ML SOLUÇÃO OFTALMICA FRASCO DE 5 ML	7678

618	600	COMP	OMEGA 3 PLUX	7679
619	5000	CAPSULA	OMEPRAZOL 10 MG	7680
620	90000	CAPSULA	OMEPRAZOL 20 MG	7681
621	120000	COMP	OMEPRAZOL 20 MG EMBALADO EM BLISTER	7961
622	5000	CAPSULA	OMEPRAZOL 40 MG	7682
623	400	AMPOLA	OMEPRAZOL 40MG + AMP DILUENTE INJETAVEL IV 10 ML	7683
624	1000	COMP	ONDANSETRONA 8MG CP	7684
625	5000	COMP	ORFENADRINA 35MG + DIPIRONA SÓDICA 300MG + CAFÉINA 50MG COMPRIMIDO	7686
626	5750	COMP	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	7687
627	325	FRASCO	OXCARBAMAZEPINA 60 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML PEDIATRICO	7688
628	6250	COMP	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	7689
629	8000	COMP	OXIBUTINA, CLORIDRATO 5 MG	7690
630	1000	BISNAGA	ÓXIDO DE ZINCO 100MG/G+ VITAMINA A 1.000 U.I/G + VITAMINA D 400 U.I/G- 45GR (POMADA PARA ASSADURA)	7962
631	500	FRASCO	PALMITATO DE RETINOL(VITAMINA A) 3.000 U.I + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800 U.I- SOLUÇÃO ORAL - 10ML	7963
632	4000	COMP	PANTOPRAZOL 20 MG	7693
633	2000	COMP	PANTOPRAZOL 40 MG	7694
634	5600	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 15 ML	7696
635	115000	COMP	PARACETAMOL 500 MG	7697
636	90000	COMP	PARACETAMOL 750 MG	7698
637	5000	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CAFEINA 500 MG + 65 MG	7699
638	39000	COMP	PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG + 30 MG	7700
639	60000	COMP	PARACETAMOL, ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFÉINA, 300MG +50MG + 125MG+ 30MG	7702
640	5000	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 12,5 MG	7704
641	94000	COMP	PAROXETINA CLORIDRATO 20 MG	7705
642	3000	COMP	PENTOXIFILINA 400 MG	7708
643	130	FRASCO	PERICIAZINA 4 % SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO COM 20 ML	7709
644	600	COMP	PERINDOPRIL 4 MG + INDAPAMIDA 1,25 MG	7710
645	1500	COMP	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG	7711
646	1350	FRASCO	PERMETRINA 10MG/ML SHAMPOO FRASCO 60 ML	7712
647	1450	FRASCO	PERMETRINA LOÇÃO 50 MG/ML FRASCO 100 ML	7713
648	1450	FRASCO	PERMITRINA 1% LOÇÃO TOPICO FRASCO DE 100 ML	7714
649	250	AMPOLA	PETIDINA 50MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL IM/IV/SC AMP 2 ML	7715
650	2000	COMP	PINAVÉRIO, BROMETO 100 MG COMPRIMIDO	7716
651	1000	COMP	PINDOLOL 5 MG	7717
652	800	COMP	PIRACETAM 400 MG	7719
653	600	COMP	PIRACETAM 800 MG	7720
654	15000	COMP	PIROXICAM 20 MG	7721
655	600	COMP	PIROXICAM 20 MG DISSOLUÇÃO INSTANTANE, USO SUB LINGUAL	7722
656	400	AMPOLA	PIROXICAM 20MG/ML IM AMPOLAS DE 2 ML	7723
657	4000	COMP	PITAVASTATINA CÁLCICA 2 MG	7724
658	300	COMP	POLICARBOFILINA CALCICA 625 MG	7725
659	100	BISNAGA	POLICRESULENO 50 MG + CLORIDRATO DE CINCHOCAINA 10 MG POMADA RETAL COM 30 G	7726
660	50	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA E HIDROCORTISONA, 10.000UI + 5MG +10MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FR 10 ML	7728
661	350	FRASCO	POLIMIXINA B, ASSOCIADA COM NEOMICINA, FLUOCINOLONA E LIDOCAÍNA, 11.000UI + 3,85MG + 0,275MG + 20MG/ML, SOLUÇÃO OTOLÓGICA FRASCO 5 ML	7729
662	100	BISNAGA	POLIMIXINA B,SULF 50.000U.I; BACITRACINA ZINC, 5.000 U.I; NEOMICINA, SULF 50MG; ZINCO, PERÓX A 36%, 2G, ZINCO, ÓXIDO Q.S.P. 10G	7730
663	2900	FRASCO	PREDNISOLONA 1 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	7737
664	1000	COMP	PREDNISOLONA 5 MG	7928
665	2200	FRASCO	PREDNISOLONA SOL ORAL 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	7738
666	100	FRASCO	PREDNISOLONA, ACETATO 1 % SUSPENÇÃO OFTALMICA FRASCO DE 5 ML	7739
667	23500	COMP	PREDNISONA 20 MG FRACIONÁVEL	7740
668	15500	COMP	PREDNISONA 5 MG FRACIONAVEL	7741
669	10000	COMP	PREGABALINA 150 MG	7742
670	10000	COMP	PREGABALINA 75 MG	7743

671	6500	COMP	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG FRACIONAVEL	7745
672	500	AMPOLA	PROMETAZINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7746
673	10000	COMP	PROPAFENONA, CLORIDRATO, 300 MG	7747
674	26500	COMP	PROPATILNITRATO 10 MG	7748
675	1500	COMP	PROPILTIOURACIL 100 MG	7749
676	49000	COMP	PROPRANOLOL, CLORIDRATO, 40 MG	7751
677	200	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 100 BIOPROTEÇÃO FRASCO COM 40 ML	7752
678	350	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 30 FRASCO COM 120 ML	7753
679	200	FRASCO	PROTETOR SOLAR FPS 60 FRASCO COM 120 ML	7754
680	1000	COMP	QUETIAPINA (HEMIFUMARATO) 100MG COMPRIMIDO	7757
681	3000	COMP	RAMIPRIL + ANLODIPINO 5/10MG	7758
682	1000	COMP	RAMIPRIL + ANLODIPINO 5/5 MG	7759
683	5000	COMP	RAMIPRIL 2,5 MG	7760
684	6100	COMP	RAMIPRIL 5 MG	7761
685	1200	FRASCO	RANITIDINA, CLORIDRATO, 15 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 120 ML	7763
686	33000	COMP	RANITIDINA, CLORIDRATO, 150 MG	7764
687	320	AMPOLA	RANITIDINA, CLORIDRATO, 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 2 ML	7765
688	100	BISNAGA	RETINOL 5000 UI + COLECALCIFEROL 900 UI + OXIDO DE ZINCO 150 UI + OLEO DE FIGADO DE BACA-LHAU 86 UI BISNAGA DE 45 G	7766
689	150	FRASCO	RETINOL ACETATO ASSOCIADO COM COLECALCIFEROL 50.000 UI + 10.000 UI/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO COM 10 ML	7767
690	80	BISNAGA	RETINOL ASSOCIADO COM AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL, 10.000 UI + 25 MG + 5 MG + 5 MG/G, POMADA OFTÁLMICA BISNAGA 3,5 G	7768
691	50	FRASCO	RETINOL, ASSOCIADA COM COLECALCIFEROL, 5.500UI + 2.200UI/ML, SOLUÇÃO ORAL – GOTAS FR DE 10 ML	7769
692	1000	COMP	RISEDRONATO SODICO 35 MG	7772
693	9000	COMP	RISPERIDONA 1 MG	7773
694	220	FRASCO	RISPERIDONA 1 MG/ML SOLU ORAL COM PIPETA DOSADORA 30 ML	7774
695	22000	COMP	RISPERIDONA 2 MG	7775
696	1000	COMP	RIVAROXABANA 15 MG	7958
697	1800	COMP	RIVAROXABANA 20 MG	7778
698	6000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 10 MG	7779
699	1000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA 5 MG	7780
700	1000	COMP	ROSUVASTATINA CALCICA DE 20 MG	7781
701	20	CAIXA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV CAIXA COM 5 AMPOLAS DE 5 ML	7782
702	100	AMPOLA	SACARATO DE HIDRÓXIDO FÉRRICO 100MG/ 5ML EV/IM	7783
703	3000	UNIDADE	SACCHAROMYCES BOULARDII 17 LIOFILIZADO 200 MG PÓ SACHE 1G	7784
704	5500	UNIDADE	SAIS PARA REHIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SÓDIO 3,5 G + GLICOSE 20 G + CITRATO DE SÓDIO 2,9 G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5 G PARA 1000 ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRÃO DA OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9 GRAMAS C/ SABOR	7785
705	1400	FRASCO	SALBUTAMOL 0,4 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7786
706	1400	FRASCO	SALBUTAMOL 100 MCG/DOSE AEROSOL ORAL FRASCO COM 200 DOSES	7787
707	2000	COMP	SALBUTAMOL 2 MG	7788
708	20	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 100 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	7789
709	200	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 250 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	7790
710	150	FRASCO	SALMETEROL XINAFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 50 MCG + 500 MCG/DOSE, DISCOS COM 60 DOSES	7791
711	70	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25 MCG + 250 MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7792
712	70	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/125MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7793
713	20	FRASCO	SALMETEROL XINOFOATO, ASSOCIADO COM PROPIONATO DE FLUTICASONA 25MCG/50MCG SPRAY ORAL FRASCO COM 120 DOSES	7794
714	600	COMP	SAXAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 2,5MG/1000MG	7929
715	6500	COMP	SECNIDAZOL 1000 MG	7795
716	130000	COMP	SERTRALINA CLORIDRATO 50 MG	7796
717	300	COMP	SIDELNAFILA, CITRATO 50 MG	7798
718	20500	COMP	SIMETICONA 40 MG	7799

719	3100	FRASCO	SIMETICONA 75 MG/ML SUSPENSÃO ORAL GOTAS FRASCO DE 15 ML	7800
720	5000	COMP	SINVASTATINA 10 MG	7801
721	190000	COMP	SINVASTATINA 20 MG	7802
722	120000	COMP	SINVASTATINA 40 MG	7803
723	2000	COMP	SINVASTATINA 80 MG	7804
724	20	FRASCO	SOLUÇÃO HIDRATANTE OFTÁLMICA 10 ML	7805
725	1000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100 ML SISTEMA FECHADO	7806
726	300	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO	7807
727	2000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 125 ML SISTEMA FECHADO	7808
728	2000	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	7809
729	1750	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	7810
730	200	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO	7811
731	1200	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML SISTEMA FECHADO	7812
732	700	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% + CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	7813
733	200	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 1000 ML SISTEMA FECHADO	7814
734	650	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 250 ML SISTEMA FECHADO	7815
735	200	FRASCO	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE GLICOSE 5% 500 ML SISTEMA FECHADO	7816
736	200	FRASCO	SOLUÇÃO RINGER COM LACTATO 500 ML	7817
737	1000	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 120 MG	7819
738	6000	COMP	SOTALOL CLORIDRATO 160 MG	7820
739	20	CAIXA	SUCRALFATO 2G/10ML CX C/ 20 FLACONETES	7934
740	1000	COMP	SULFADIAZINA 500 MG	7822
741	950	BISNAGA	SULFADIAZINA DE PRATA 1% BISNAGA 50 GRAMAS	7823
742	30	UNIDADE	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME, POTE 400 GR	7824
743	14000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 400 MG + 80 MG	7825
744	2000	COMP	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 800 MG + 160 MG	7826
745	1700	FRASCO	SULFAMETOXAZOL ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA 40 MG + 80MG /ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 50 ML	7827
746	200	FRASCO	SULFATO FERROSO 125MG/ML SOLUÇÃO ORAL GTS FRSC 30 ML	7829
747	250	FRASCO	SULFATO FERROSO 25 MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 30 ML	7830
748	40000	COMP	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO II	7832
749	1800	FRASCO	SULFATO FERROSO 5MG/ML XAROPE FRASCO DE 60 ML	7833
750	9000	COMP	SULPIRIDA 50 MG	7834
751	30	FRASCO	SUPLEMENTO MINERAL A BASE DE ZINCO 2MG/0,05ML 75 ML	7955
752	30	AMPOLA	SUXAMETONIO CLORETO 100 MG AMPOLAS 2 ML	7835
753	30	FRASCO	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% COLÍRIO FRASCO DE 5 ML	7837
754	500	COMP	TARTARATO DE ZOLPIDEM 10MG	7956
755	600	COMP	TELMISARTANA ASSOCIADA COM HIDROCLOROTIAZIDA 40MG + 12,5 MG	7838
756	200	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 20MG INJETAVEL IM/IV	7840
757	200	AMPOLA	TENOXICAM PÓ 40MG INJETAVEL IM/IV	7930
758	2000	COMP	TEOFILINA 100 MG	7841
759	2000	COMP	TEOFILINA 200 MG	7842
760	1000	COMP	TEOFILINA 300 MG	7843
761	200	AMPOLA	TERBUTALINA 0,5MG/ML AMPOLAS DE 1 ML	7846
762	5000	COMP	TETRACICLINA 500 MG	7850
763	5000	COMP	TIAMAZOL 10 MG	7851
764	1000	COMP	TIAMAZOL 5 MG	7852
765	5000	COMP	TIAMINA 300 MG	7853
766	2500	COMP	TIBOLONA 2,5 MG	7855
767	120	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,25 % FRASCO COM 5 ML	7858
768	30	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 0,5% OFTÁLMICO FRASCO DE 5 ML	7859
769	80	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 5% FRASCO COM 5 ML	7860
770	30	FRASCO	TIMOLOL, MALEATO 5MG/ML + TRAVAPROSTA 0,04MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO DE 2,5 ML	7861
771	1000	COMP	TINIDAZOL 500 MG	7864
772	500	BISNAGA	TINIDAZOL, ASSOCIADO A MICONAZOL 3% + 2% CREME VAGINAL DE 45G + APLICADOR	7865

773	6000	COMP	TIORIDAZINA , CLORIDRATO 100 MG	7866
774	2000	COMP	TIORIDAZINA 25 MG	7867
775	4000	COMP	TIORIDAZINA 50MG COMP	7868
776	80	FRASCO	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 30MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO DE 50 ML	7869
777	25	FRASCO	TIOTRÓPIO BROMETO, 2,5 MCG/DOSE SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO COM INALADOR FRASCO 4 ML 60 DOSES	7870
778	5000	COMP	TIZANIDINA 2 MG	7871
779	50	FRASCO	TOBRAMICINA 0,3% OFTALMICO FRASCO DE 5 ML	7872
780	600	CAPSULA	TOCOFEROL 400 MG (VITAMINA E)	7874
781	10000	COMP	TOPIRAMATO 25 MG	7875
782	10000	COMP	TOPIRAMATO 50 MG	7876
783	5000	COMP	TRAMADOL 100 MG	7877
784	5000	COMP	TRAMADOL 50 MG	7878
785	700	AMPOLA	TRAMADOL CLORIDRATO 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	7879
786	150	FRASCO	TRAMADOL, CLORIDRATO 100MG/ML GOTAS FRASCO DE 10 ML	7880
787	80	FRASCO	TRAVAPROSTA 0,04MG/ML OFTALMICO FRASCO DE 2,5 ML	7883
788	5000	COMP	TRAZADONA 50 MG	7884
789	1000	COMP	TRAZODONA 100 MG	7885
790	600	COMP	TRAZODONA 150 MG RETARD	7886
791	200	BISNAGA	TRIANCINOLONA, ACETONIDO 1MG/G BISN DE 10 G	7887
792	2000	COMP	TROMETANOL DE CETOROLACO 10 MG	7890
793	1300	FRASCO	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, XAROPE FRASCO 100 ML	7891
794	17000	COMP	VALPROATO DE SÓDIO/ACIDO VALPROICO 250 MG	7892
795	10000	COMP	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO 300 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	7893
796	20000	COMP	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO 500 MG	7894
797	8000	COMP	VALPROATO DE SODIO/ACIDO VAPROICO CR 500 MG	7895
798	600	COMP	VALSARTA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 12,5 MG	7896
799	1000	COMP	VALSARTANA +HIDROCLOROTIAZIDA+ANLODIPINO 160+ 25+ 5 MG	7898
800	5000	COMP	VALSARTANA 160 MG	7900
801	2000	COMP	VALSARTANA 80 MG	7901
802	2000	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 12,5 MG	7902
803	600	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 25 MG	7897
804	600	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA A HIDROCLOROTIAZIDA 80 MG + 12,5 MG	7904
805	2000	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 160MG+5MG	7905
806	600	COMP	VALSARTANA ASSOCIADA COM ANLODIPINO 320MG+12,5MG	7907
807	600	COMP	VALSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 320/25MG	7957
808	1000	COMP	VARFARINA SODICA 1 MG	7908
809	22000	CAPSULA	VARFARINA SÓDICA 5 MG	7909
810	6000	COMP	VENLAFAXINA 150 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7910
811	26000	COMP	VENLAFAXINA 75 MG DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	7911
812	24000	COMP	VERAPAMIL, CLORIDRATO – 80 MG	7931
813	1100	COMP	VIDAGLIPTINA 50 MG	7916
814	100	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 100 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	7917
815	200	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30 ML	7918
816	200	FRASCO	VITAMINA C, ÁCIDO ASCÓRBICO 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 30 ML	7932
817	300	FRASCO	VITAMINA D, COLECALCIFEROL 3.300 UI/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 10 ML	7919
818	500	DRAGEAS	VITAMINA D3 25000 UI (FRASCO COM 1 CÁPSULA)	7920
819	600	FRASCO	VITAMINAS + ZEAXANTINA + LUTEÍNA+OMEGA 3	7921
820	250	AMPOLA	VITAMINAS DO COMPEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG	7922
821	700	FRASCO	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, FRASCO 100ML	7923
822	7200	COMP	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1 - 5 MG, B2 - 2 MG, B6 - 2 MG, B5 - 3 MG, PP, 20MG	7924
823	600	COMP	ZOLPIDEM, HEMITARTARATO 6,25 MG	7933

ANEXO VII

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL- CVC
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2015 – CVC
 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 007/2015
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015 – CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015 – CVC

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2015

Aos dias do mês de do ano de , presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por Presidente, Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, união estável, comerciante, portador do CPF: 758.156.999-34, e do RG: 721.504-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São João, nº 1435, Centro, no município de União do Oeste - SC, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o MUNICÍPIO , pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua , inscrita no CNPJ sob nº , neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. doravante denominado ORGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na , nº , na cidade de , inscrita no CNPJ sob o nº , neste ato representada pelo , Sr., doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de medicamentos, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: , durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

1.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – A aquisição decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1 – A aquisição do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

2.1.2 – A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3 – Os itens adquiridos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade dos medicamentos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos;

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.
- responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consorcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador, garantida previa defesa, aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SETIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) Convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

- a) Manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;
- b) Manter o valor de sua proposta classificada;
- c) Realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015 e seguintes.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

10.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 007/2015 – Consorcio CVC, Pregão Eletrônico nº 004/2015 – Consorcio CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 006/2015 – Consorcio CVC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de dezembro de 2015 à 31 de maio de 2016.

11.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

11.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consorcio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

12.5.1 – Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.5.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.5.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Item 3, Anexo VI do Edital de Licitação)

12.5.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (item 3, Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

12.6 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – Tabela de itens e preços registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT.R\$
..
..

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

14.1 – Estimativa de consumo de cada item:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas - SC, .../ / 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Presidente.

Fornecedor	Órgão Participante
------------	--------------------